



# BALANÇO GERAL 2014

## RELATÓRIO CONTÁBIL



**GOVERNADOR**  
**Cid Ferreira Gomes**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA**  
**João Marcos Maia**

**COORDENADORES DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**

**José Tupinambá Cavalcante de Almeida**  
**Luiz Jarbas de Mesquita**





**CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**Maria Dolores Pereira**

**CONTADORIA DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira**

**ORIENTADORES DE CÉLULA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**

**Cícero Alexandre de Aquino Braz  
Fabrício Gomes Santos  
José Vinício Coelho Sampaio  
Neuton Tavares de Oliveira  
Paulo Sérgio Rocha**

**EQUIPE DE INFORMÁTICA**

**André Sales Alcântara  
Antônio Gomes Lima  
Árison Pontes Leal  
Francisco Anderson Alencar de Lima  
Francisco Flávio Souza  
Iram Carvalho do Nascimento  
Ivan Romero Teixeira  
José Rodrigues Oliveira Targino  
Ludmila Varela Arruda  
Marco Aurélio Soares de Oliveira  
Paulo Benicio Melo de Sousa  
Paulo Dehon Nunes Moreira  
Rafael Meireles Caetano  
Rondinelle Pessoa da Silva  
Sávio Machado de Araújo  
Tony Coelho Magalhaes  
Wilson Gomes de Oliveira Júnior**





## **COLABORADORES**

### **CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**Angelo Garcia Bezerra  
Fábio Silva Duarte  
Franklin Alves Ferreira  
Francisco das Chagas da Silva  
Leonardo Batisti de Faria  
Lilian Castelo Campos  
Maria Aldenísia Rodrigues Gomes  
Maria de Fátima Abreu Dantas  
Maria Eliete Ferreira  
Massilon Teixeira de Sousa  
Raimunda Jorge de Medeiros  
Saulo Moreira Braga  
Soraya Nunes Nântua  
Tereza Magna Lima Pereira  
Waldir Meireles Conde**

### **CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**Carlos Augusto Carvalho de Figueiredo  
Eumardônio Mendonça Barbosa  
José Garrido Braga Neto  
Maria Edilza de Assis Sousa  
Maria Irinéa de Paiva Corrêa Picanço  
Nágela Maria Fernandes Cavalcante  
Sandra Valda Nogueira dos Santos  
Talvani Rabelo Aguiar  
Ubirajara Araújo Filho  
Vânia Maria Campos da Silva  
Vânia Maria da Silva**

### **DÍVIDA PÚBLICA**

**Fernando Antônio Melo Fontenele  
Márcio Cardeal Queiroz da Silva  
Raimundo Nonato Vieira Portela**



**CONTROLE FINANCEIRO**

**Bertino Medeiros de Lucena Júnior  
Lourival Anchieta Júnior  
Luana Emídio da Silva  
Maria Bernadete Almeida Sombra  
Raimundo Mendes Soares Júnior  
Roger da Fonseca Mendes  
Roselena Moreira da Silva Melo  
Vitória Eliza Martins do Amaral**

**CONTROLE OPERACIONAL**

**Francisco Ernane de Freitas  
Guilherme França Moraes  
Jane Mary Rocha  
José Airton do Nascimento Sousa  
Júlio César de Mendonça  
Maria das Dores da Silva  
Maria de Fátima Alves Maia  
Mário César Lemos Queiroz  
Rosildo Assis de Sousa  
Tânia Maria da Silva Duarte  
Valdomiro José da Silva**

**GESTÃO DE ATIVOS**

**Márcia de Azevedo Franco Dantas**

**CÉLULA DE PLANEJAMENTO**

**Antonio Carlos Nogueira de Oliveira Santana  
Uelsivanda Barbosa da Silva  
Takeshi Cardoso Koshima**

# ÍNDICE GERAL

---

## SÍNTESE

<i>Relatório</i> .....	15
<i>Apresentação</i> .....	17
<i>Notas Explicativas</i> .....	19

## Capítulo I

### 1. Do Orçamento

<i>1.1. Orçamento Geral</i> .....	53
<i>1.2. Orçamento da Administração Direta</i> .....	60
<i>1.3. Orçamento da Administração Indireta</i> .....	63

## Capítulo II

### 2. Da Execução Orçamentária

<i>2.1. Da Administração Direta</i> .....	64
<i>2.2. Da Administração Indireta</i> .....	120

## Capítulo III

### 3. Da Consolidação Orçamentária

<i>3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos</i> .....	136
--	-----

## Capítulo IV

### 4. Dos Balanços Gerais

<i>4.1. Balanços da Administração Direta</i> .....	142
<i>4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos</i> .....	190
<i>4.3. Balanços Consolidados – Administração Direta e Indireta</i> .....	211
<i>4.4. Balanços das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</i> .....	245

## Capítulo V

### 5. Da Gestão Fiscal

<i>5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal</i> .....	247
--	-----

## Capítulo VI

<i>Considerações Finais</i> .....	254
<i>Relatório do Controle Interno</i> .....	256

## **ANEXOS**

- <i>Balanço Orçamentário – Administração Direta</i> .....	375
- <i>Balanço Financeiro – Administração Direta</i> .....	378
- <i>Balanço Patrimonial – Administração Direta</i> .....	379
- <i>Demonstração das Variações Patrimoniais – Administração Direta</i> .....	381
- <i>Anexos 1, 2, 10, 11, 15, 16 e 17</i> .....	384
- <i>Balancos e Demonstrativos Consolidados - Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos</i> .....	447
- <i>Demonstrações Financeiras - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</i> .....	483
- <i>Balanço Orçamentário – Administração Direta e Indireta</i> .....	491
- <i>Balanço Financeiro – Administração Direta e Indireta</i> .....	494
- <i>Balanço Patrimonial – Administração Direta e Indireta</i> .....	495
- <i>Demonstração das Variações Patrimoniais – Administração Direta e Indireta</i> .....	497
- <i>Anexos 1, 2, 10, 11, e 17 – Administração Direta e Indireta</i> .....	500
- <i>Relação dos Órgãos integrantes da Administração Direta</i> .....	541
- <i>Relação dos Órgãos integrantes da Administração Indireta</i> .....	543
- <i>Relação das Fontes de Recursos</i> .....	547

## **VOLUME I**

### **ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

- <i>Balanço Orçamentário</i> .....	569
- <i>Balanço Financeiro</i> .....	572
- <i>Balanço Patrimonial</i> .....	573
- <i>Demonstração das Variações Patrimoniais</i> .....	575
- <i>Anexo 01- Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas</i> .....	581
- <i>Anexo 02- Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento de Despesa</i> .....	582
- <i>Anexo 06- Demonstrativo do Programa de Governo, da Unidade Orçamentária, por Projeto e Atividade</i> .....	587

- Consolidação da Despesa do Estado a Nível de Função.....	688
- Execução da Despesa do Órgão por Modalidade de Aplicação e Elemento.....	689
- Demonstrativo da Despesa por Natureza e Fonte de Recursos.....	735
- Demonstrativo da Despesa por Região e Fonte de Recursos.....	755
- Anexo 07- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programa de Governo por Projeto e Atividade.....	762
- Anexo 07- Demonstração por Programa de Governo - segundo o Elemento de Despesa.....	775
- Anexo 08- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programa de Governo conforme o vínculo com os recursos.....	822
- Anexo 08- Execução da Despesa por Órgão, Fonte e Unidade Orçamentária.....	835
- Anexo 09- Demonstrativo da Despesa por Função conforme o Elemento da Despesa.....	1089
- Anexo 09- Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária segundo o Elemento de Despesa.....	1121
- Anexo 10- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	1193
- Anexo 11- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Resumo segundo a Categoria Econômica, Modalidade e Elemento.....	1209
- Anexo 11- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Secretarias.....	1214
- Anexo 11- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Órgão e Unidade Orçamentária.....	1216
- Anexo 16- Demonstrativo da Dívida Fundada Interna por Contratos e Garantias.....	1574
- Anexo 16- Demonstrativo da Dívida Fundada Externa por Contratos e Garantias.....	1578
- Anexo 17- Demonstrativo da Dívida Flutuante.....	1579
- Relação dos Órgãos integrantes da Administração Direta.....	1581
- Relação das Fontes de Recursos .....	1583

## **VOLUME II**

### **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

#### **BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS**

- Balanço Orçamentário.....	1609
- Balanço Financeiro.....	1612
- Balanço Patrimonial.....	1613

- Demonstração das Variações Patrimoniais.....	1615
- Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.....	1618
- Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento Despesa.....	1619
- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	1623
- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Resumo segundo a Categoria Econômica, Modalidade e Elemento.....	1635
- Demonstrativo da Dívida Flutuante.....	1640

## **BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS POR ENTIDADE**

### **AUTARQUIAS**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa por Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	1643
--	------

### **FUNDAÇÕES**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa por Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	1959
--	------

### **EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa por Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	2143
--	------

### **FUNDOS**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa por Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	2227
--	------

### **EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

- Balanço Patrimonial.....	2849
- Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados.....	2850
- Demonstrativo de Resultados do Exercício.....	2851
- Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.....	2852
- Demonstrativo do Valor Adicionado.....	2853

- <i>Relação dos Órgãos integrantes da Administração Indireta.....</i>	<i>2855</i>
- <i>Relação das Fontes de Recursos.....</i>	<i>2859</i>





# RELATÓRIO CONTÁBIL





## Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 88, inciso XVI, da Constituição Estadual, constitui a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembléia Legislativa, *in verbis*:

Art.88. Compete privativamente ao Governador do Estado:

*XVI - prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior.*

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um relatório contábil. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade - das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, a síntese contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar uma melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, de nº 12.509, de 06.12.95, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.



# Notas Explicativas

## 01. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Cid Ferreira Gomes, durante o exercício de 2014, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no seu Balanço Geral.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

O S2GPR é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, através da Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES e da Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF que, por sua vez, vêm cumprindo as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal, e demonstrando a transparência de seus atos através da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR foi implantado no exercício de 2012, de ordem do Excelentíssimo Senhor Governador Cid Ferreira Gomes, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir as responsabilidades inerentes a este desafio, cuja obrigatoriedade que exige a União está prevista somente para 2015.

O Governo do Ceará também implantou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

As Células de Contadoria da Administração Direta e Indireta, CECAD e CECAI, respectivamente, vinculadas à COTES, coordenam e acompanham as execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial de 33 órgãos integrantes da Administração Direta e 8 descentralizadas, incluindo todos os Poderes e o Ministério Público, 13 Autarquias, 7 Fundações, 27 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas, 11 Sociedades de Economia Mista e mais 28 unidades descentralizadas da Administração Indireta.

Os Fundos não contemplados com dotações orçamentárias em 2014 foram: Fundo de Defesa Agropecuária - FUNDEAGRO e o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS.

O Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES, não executou orçamento em 2014, posto que, os Créditos Orçamentários consignados no seu orçamento, no valor de R\$ 100.000,00, foram anulados em novembro de 2014.

Dentre os órgãos da Administração Indireta, 04 empresas são consideradas dependentes e se enquadram na definição do inciso III, do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quais sejam: Companhia de Habitação do Ceará - COHAB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - EMATERCE, Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE e a Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE. Em atendimento à Portaria nº 589/STN, de 27/12/01, estas estatais operacionalizaram suas execuções orçamentárias no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei 6.404/76.

## **02. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.



Quando da apropriação da obrigação em vigor em um órgão ocorre uma despesa intra-orçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra-se uma receita intra-orçamentária.

Considerando este grande desafio e tendo como base os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2014, através das portarias STN nº 437 de 12.07.12 e 637, de 18.12.12, que aprovaram a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, respectivamente, o Estado do Ceará, apresenta suas demonstrações contábeis atendendo ao Volume V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do referido Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, motivo pelo qual elenca-se as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Balanço financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis dos Anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente, por força da Resolução Nº 3.303/2006, que estabelece a obrigatoriedade por parte dos órgãos da Administração Direta de apresentarem, suas prestações de contas anuais, de forma individualizada.

### **03. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **03.01. Execução Orçamentária**

Na contabilização da execução orçamentária foram utilizados os regimes de caixa e de competência para as receitas e despesas, respectivamente, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4.320/64, e o inciso II do Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000. Os valores relativos ao reconhecimento e a mensuração dos créditos tributários a receber no exercício seguinte relativos a 2014 foram registrados no Subgrupo de “Créditos a Curto Prazo”.

#### **03.02. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas**

A Padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

#### **03.03. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções: restituições, retificações e deduções para o FUNDEB (Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001). As repartições de receita entre os Entes da Federação continuam como despesas não sendo registradas como dedução.

#### **03.04. Balanço Financeiro**

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recurso (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- **Destinação Ordinária** - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- **Destinação Vinculada** - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

#### **03.05. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber no grupo do Circulante de Curto Prazo e os de longo prazo não Circulante, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

O critério quanto aos valores da dívida ativa, cujo estoque total não apresenta a dedução da provisão para perda, em virtude da Procuradoria Geral do Estado - PGE não ter ainda definido parâmetro e pela inexistência de um Sistema com métodos eficientes que realizem levantamento dos dados.

Em 2014, o Estado ainda não apresenta seus investimentos, imobilizados, com a respectiva conta redutora ao seu valor recuperável e nem com as reduções relativas a depreciações, exaustão e amortização acumulada pela não conclusão do Sistema Patrimonial, bem como a integração com o S2GPR. Foram elaborados os decretos nº 31.340, de 05 de novembro de 2013 e o 31.400, de 14 de janeiro de 2014, o qual altera o Art. 38 do anterior estabelecendo o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2013 para novembro de 2014 para bens móveis e imóveis”.

Cabe ressaltar que o art.38 teve nova redação no Decreto nº 31.671/2015, alterando o prazo supramencionado para o mês de dezembro de 2016.

A Secretaria da Fazenda elaborou a Portaria nº 297, de 19 de maio de 2014, revogando os dispositivos da Portaria nº 518/2013, relativos ao Cronograma de Ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme a Portaria STN nº 406/2011, alterada pelas Portarias STN nº 828/2011, 231/2015 e 753/2012. Portanto, o Estado fica no aguardo da estipulação de prazos obrigatórios por conta da STN.

### **03.06. Demonstração das Variações Patrimoniais**

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura desta demonstração, contempla as alterações verificadas no patrimônio. São as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e estão divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Em ambos os casos, a nova estrutura evidencia os novos grupos de contas.

**03.07.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), conforme regras dispostas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 5ª edição, são de observância facultativa no exercício de 2014. Portanto, tais demonstrações não serão apresentadas neste exercício.

#### **04. Publicação de Dispositivos Legais**

Foram editados os seguintes dispositivos legais, na esfera estadual e na federal, no decorrer do exercício:

- Decreto nº 31.400, de 14 de janeiro de 2014, altera o Art. 38 do Decreto nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, que aprova o Regulamento para Depreciação, Amortização, Exaustão, Reavaliação e Redução ao valor recuperável do Patrimônio Público do Estado do Ceará, e dá outras providências.

- Portaria STN nº 86, de 17 de fevereiro de 2014, estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2014 e dá outras providências.

- Lei Complementar nº 133, de 11 de março de 2014, cria o Fundo de Incentivo ao Cumprimento das Metas - FUMECE, na área de Segurança Pública do Estado do Ceará.

- Portaria nº 297, de 19 de maio de 2014, revoga dispositivos da Portaria nº 518/2013, relativos ao Cronograma de Ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme a Portaria STN nº 406/2011, alterada pelas Portarias STN nº 828/2011, 231/2015 e 753/2012.

- Lei nº 15.596, de 16 de maio de 2014, dispõe sobre a Execução Orçamentária e Financeira dos Recursos do Fundo de Inovação Tecnológica - FIT, no exercício fiscal de 2014.

- Lei Complementar nº 136, de 23 de maio de 2014, altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 119, de 28 de dezembro de 2012 que dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

- Lei Complementar nº 137, de 23 de maio de 2014, dispõe sobre regras para a Aplicação de Recursos Financeiros pelas Unidades Administrativas e Escolas Públicas Estaduais.

- Lei Complementar nº 139, de 12 de junho de 2014, dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Políticas sobre Alcool e outras Drogas - FEPAD, e dá outras providências.

- Lei nº 15.627, de 20 de junho de 2014, altera dispositivos da Lei nº 15.321, de 04 de março de 2013 e cria o Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará - CED.

- Decreto nº 31.532, de 16 julho de 2014, estabelece regras para a transferências de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres no período eleitoral de 2014, nos termos da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dá outras providências.

- Lei Complementar nº 143, de 31 de julho de 2014, revoga o inciso I do Art. 3º da Lei nº 11.728, de 4 de setembro de 1990, que cria o Fundo de Eletrificação Rural para Irrigação - FERPI.

- Emenda Constitucional nº 81, de 26 de agosto de 2014, acrescenta o Capítulo III-A - da Administração Fazendária, ao título VI - das atividades essenciais dos poderes estaduais, mediante acréscimo do Art. 153-A da Constituição do Estado do Ceará.

- Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014, dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

- Instrução Normativa nº 0001/2014, de 16 de setembro de 2014, dispõe sobre a forma de controle, pelo Tribunal de Contas, do cumprimento da ordem cronológica do pagamento, pela Administração Pública Estadual, das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, nos termos artigo 5º da Lei 8.666/93, e dá outras providências.

- Resolução nº 199, de 07 de outubro de 2014, prevê o direito à “ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado” (art. 65,II).

- Lei Complementar nº 145, de 24 de novembro de 2014, altera a Lei Complementar nº 129, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre as atividades do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT que passaram a ser executadas pelos órgãos e entidades estaduais identificadas por fonte de recursos provenientes do FIT.

- Lei Complementar nº 146, de 27 de novembro de 2014, altera a Lei Complementar nº 137, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre regras para a Aplicação de Recursos Financeiros pelas Unidades Administrativas e Escolas Públicas Estaduais.

- Lei Complementar nº 147, de 27 de novembro de 2014, revoga dispositivo da Lei Complementar nº 119, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

---



- Lei nº 15.713, de 03 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei nº 15.384, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre a Anistia de Créditos Tributários relacionados com o Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e com o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, inscritos ou não em Dívida Ativa do Estado.

- Lei nº 15.715, de 03 de dezembro de 2014, autoriza o Chefe do Poder Executivo a renegociar os créditos decorrentes de empréstimos concedidos pelo extinto Bando do Estado do Ceará - BEC.

- Portaria nº 702, de 10 de dezembro de 2014, estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2015 e dá outras providências.

- Lei Complementar nº 148, de 24 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.

- Portaria STN nº 733, de 26 de dezembro de 2014, estabelece regra de transição para a observância das regras referentes às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o exercício de 2014.

## **05. Outras Informações de Esclarecimentos**

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar um controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, e o Sistema de Gestão de Frota - SIGEF, que está sendo customizado com novas funcionalidades em um escopo mais amplo, abrangendo aspectos inerentes ao controle de uso e controle de custos de aquisição, operação e manutenção da frota.

Os demonstrativos que abrangem “**execução orçamentária**” serão apresentados de três formas: a) execução Orçamentária da Administração Direta; b) execução Orçamentária da Administração Indireta; e c) execução Orçamentária Consolidada das duas administrações.

O Capítulo IV demonstra a consolidação dos Balanços Gerais da Administração Direta com a Indireta sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, abrangendo toda Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes. Estas últimas apresentam as demonstrações orçamentárias que foram executadas no S2GPR, obedecendo também à Lei nº 6.404/76.

Em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 e suas alterações realizadas pela Medida Provisória 575, de 07 de agosto de 2012, convertida, em 30 de dezembro de 2012, na Lei 12.766/12 e Portarias da STN aplicadas ao Setor Público, em consonância ainda com a Lei Estadual nº 14.391 de 7 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 9 de julho de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 15.277 de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOE em 31 de dezembro de 2012, o governo estadual mantém 12 (doze) projetos em andamento sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) em seu Programa Estadual de PPP. Destes, há três projetos contratados, sendo dois em execução, um aguardando a constituição de garantias para emissão da ordem de serviço e nove em fase de licitação e estudos.

O primeiro contrato de PPP do Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa foi firmado em 26 de novembro de 2010 com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S.A., composta pelas empresas Galvão Engenharia S/A, Serveng Civilsan S/A e BWA Tecnologia de Informação Ltda. O contrato tem como objeto a (I) construção do edifício central, (II) construção, operação e manutenção do estacionamento, em cada uma de suas etapas, e (III) construção e manutenção da Secretaria do Esporte, seu extrato foi publicado no DOE em 7 de dezembro de 2010. Em 2011, foram concluídas a ETAPA 1, referente à operação da Secretaria do Esporte e Estacionamento Coberto 1; a ETAPA 2, referente à operação do Estacionamento Coberto 2, conforme estabelecido no contrato. Em 2012, foi entregue a ETAPA 3, contemplando Edifício Central e iniciada ETAPA 4 - Conclusão, disponibilização e início da operação da totalidade do Estádio, cuja finalização ocorreu em fevereiro de 2013, quando foi iniciada a operação total da arena. A Arena Castelão foi o primeiro estádio a ficar pronto no país para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

O segundo contrato de PPP do Estado do Ceará, também na modalidade de concessão administrativa, foi firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A.e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A. O contrato, cujo extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013, tem como objeto a concessão administrativa dos SERVIÇOS VAPT VUPT, destinados à construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) UNIDADES, sendo 3 (três) unidades localizadas no Município de Fortaleza - Unidades Centro, Messejana e Antônio Bezerra, 1 (uma) localizada no Município de Juazeiro do Norte e 1 (uma) localizada no Município de Sobral, do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará. A ordem de serviço para o início da construção da primeira unidade, a de Juazeiro do Norte, foi dada em 27 de janeiro de 2014. Atualmente,

além da unidade de Juazeiro, a unidade de Messejana também está em funcionamento, tendo sido inaugurada em dezembro de 2014.

Em 2011 e 2012 houve abertura de vários editais de Procedimento de Manifestação de Interesse para a contratação por meio da modalidade de PPP. Foram autorizados estudos para o Sistema de Co-geração de Energia a Gás Natural para o Centro de Eventos do Ceará (SEINFRA), Hospital Regional Metropolitano do Ceará (SESA), Arco Rodoviário Metropolitano (SEINFRA), Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó (SEINFRA), Terminal Intermodal de Cargas do Porto do Pecém (SEINFRA), Trem do Cariri (Metrofor/SEINFRA), Metrô de Fortaleza: Linhas Leste, Oeste, Sul e VLT Parangaba -Mucuripe (Metrofor/SEINFRA), Complexo de Alta Segurança do Estado do Ceará (SEJUS), Unidades Socioeducativas para Adolescentes em Conflito com a Lei (STDS) e Centro de Entretenimento e Convenções do Ceará - Praia Mansa (SETUR). Destes projetos celebraram-se mais dois contratos de PPP.

O terceiro contrato de PPP do Estado, referente à Ponte Estaiada, assim como os demais, foi celebrado na modalidade de concessão administrativa com a SPE Ponte Estaiada OAS-Marquise Infraestrutura S.A e tem como objeto a manutenção e conservação estrutural e rodoviária do SISTEMA VIÁRIO DE INTERSEÇÃO e acessos de vias urbanas à CE-040, incluindo a construção da Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó bem como os serviços de operação, manutenção, conservação e exploração do MIRANTE, a serem precedidas das obras de construção e implantação das melhorias do sistema viário de mobilidade urbana de Fortaleza e Mirante (Projeto de Melhoria do Sistema de Transporte Coletivo de Fortaleza), sob a fiscalização da Secretaria da Infraestrutura do Estado - SEINFRA. O contrato foi assinado em 21 de agosto de 2014 e seu extrato foi publicado no DOE em 29 de agosto de 2014. A ordem de serviço para início das obras, no entanto, ainda não foi emitida.

O quarto contrato de PPP do Estado do Ceará, na modalidade de concessão administrativa, é referente ao Hospital Regional Metropolitano e foi celebrado com EMPRESA CEARÁ SAÚDE S.A., o qual foi assinado em 17 de setembro de 2014, tendo seu extrato sido publicado no DOE de 22 de setembro de 2014. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais no Hospital Regional Metropolitano do Ceará - HRM/CE.

O projeto Sistema de Cogeração de Energia está em processo licitatório, enquanto que os demais estão ainda em fase de estudos e modelagem.

Os registros patrimoniais referentes a essa modalidade de concessão estão sendo efetuados durante o prazo de Reversão da Concessão, de acordo com a Portaria STN nº 614/2006 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

No esforço de recuperação dos créditos oriundos de empréstimos concedidos pelo extinto Banco do Estado do Ceará - BEC, com a edição da Lei nº 14.505 de 18/11/2009, da Lei nº 15.155 de 09/05/2012, da Lei nº 15.384 de 25/07/2013 e da Lei 15.715 de 03/12/2014 o Estado recuperou, somente no ano de 2014, o valor de R\$ 7,44 milhões.

No Exercício de 2014, o Estado recebeu um valor aproximado de R\$ 3,15 milhões referente aos juros e principal de títulos do tipo CVS, custodiados na Caixa Econômica Federal. Emitidos pela Tesouro Nacional, os CVS's representam ativos do Estado que respondem pela recuperação de créditos oriundos do extinto Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS. No mês de outubro do citado exercício, mais de 99% desses títulos foram resgatados, como forma de liquidação antecipada das obrigações relacionadas a diversas dívidas contratadas pelo Estado, representando um volume financeiro de R\$ 22,8 milhões.

### **BNDES ESTADOS**

Em 2014 o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES na qualidade de financiador de operações de crédito junto ao Estado do Ceará, reembolsou pagamentos relativos a projetos da operação BNDES ESTADOS executados em 2013 e 2014 na qual apresenta-se os procedimentos contábil-financeiro na execução de despesas especificamente na situação de troca de fonte de recursos de empenhos e pagamentos realizados.

No exercício de 2013 a despesa executada na fonte 00 - Tesouro elegível pelo BNDES para o projeto específico foi restituído para o Tesouro como Receita de Indenizações e Restituições, enquanto as despesas de 2014 houve apenas anulações das despesas e substituição da Fonte de Recursos de 00 para a Fonte 45 - BNDES ou 47 - BNDES/ESTADOS. Referidas despesas foram regularizadas escrituralmente para atender essa troca de fonte.

Para o exercício de 2014, foi utilizado as Fonte 45 - BNDES ou 47 - BNDES/ESTADOS para substituir fontes Tesouro ou outra fonte de execução de investimentos, como exemplo a Fonte 69 do BIRD (PforR) - Programa por Resultados.

Esta operação não feriu, portanto, o Art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 em virtude da apuração das operações de crédito e das despesas de capital do exercício corrente constantes da Lei Orçamentária de 2014, bem como o cálculo do que foi gasto de despesas de capital do exercício anterior.

O Governo do Ceará, na busca pela eficiência na gestão e no equilíbrio fiscal das contas públicas, se posiciona dentro dos limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros. Ademais, cumpriu com as determinações legais quanto aos limites mínimos a serem aplicados nos gastos com Saúde e Educação.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e os da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

## **06. Finanças Públicas - Estado do Ceará**

No Balanço Geral estão demonstrados os resultados alcançados pelo Estado do Ceará no exercício de 2014 e se constitui na prestação de contas do 4º ano do segundo mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Cid Gomes.

Nos últimos anos, o Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, consolidou avanços e lançou novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preservou os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitaram as diversas realizações observadas recentemente e que fazem do nosso Estado uma referência em gestão pública. A determinação de “fazer mais e melhor para todos” e de lançar os fundamentos para construção de “um novo Ceará” são marcas deste governo.

A atuação do governo vem sendo pautada pela continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio está em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado. Para a superação desse desafio, o Governo vem atuando por meio da Gestão Pública por Resultados - GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando, para tanto toda, a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios.

## **07. Recomendações do TCE constantes do Parecer Prévio das Contas de Governo do Exercício de 2013**

Esta parte do trabalho tem como objetivo apresentar o tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2013.

As ações foram definidas no âmbito da *Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF*, ferramenta criada pelo Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos. Para tanto, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, na condição de Órgão Central de Controle Interno, com a competência de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e nos termos do art.6º do mencionado decreto, instituiu a referida comissão, coordenada por representante desta CGE e formada por representantes da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria da Fazenda - SEFAZ e Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Nesse contexto, as recomendações emitidas pelo TCE foram analisadas em função da pertinência temática e discutidas pela Comissão, cujas ações de melhoria estão apresentadas a seguir, com a indicação das providências adotadas e considerações pertinentes sobre a matéria.

#### **ASSUNTO: DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE**

**Recomendação nº 01: Às Secretarias beneficiadas do FECOP que, diante da existência de saldo bancário líquido na conta do FECOP, efetuem ações suplementares de nutrição, habilitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações carentes.**

Em 2013, foi publicada a Lei Complementar nº 126, que acrescenta o §5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 37, que instituiu o FECOP. Essa nova legislação ampliou a utilização dos recursos do FECOP em ações voltadas à Educação Profissional e outras modalidades de preparação para o trabalho integrado ao Ensino Médio, inclusive por Meio das Organizações Sociais, devidamente qualificadas pelo Poder Executivo Estadual.

O governo do Estado vem aumentando a aplicação dos recursos do FECOP, onde em 2012 foram empenhados recursos na ordem de R\$ 285.248.968,08, em 2013 um montante de R\$ 405.457.151,23, apresentando um incremento de 42,14% em relação a 2012 e em 2014 um valor total de R\$ 551.281.541,01, que acumulou um incremento de 93,26% com base em 2012. Segundo o PPA de 2012-2015, esses recursos foram distribuídos prioritariamente nas Áreas de Atuação de Educação Básica, Desenvolvimento Social e Trabalho, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Urbano e Integração Regional e outras com menos volume de recursos.

Analisando a previsão de total de recursos (LEI + CRÉDITO) em relação ao total empenhado demonstra-se que em 2013 a execução ficou em 78,29% e a execução de 2014 ficou no patamar de 90,56%.

Em 2014 na Área de Atuação de Educação Básica foram aplicados recursos no montante de R\$ 131.238.551,34, tendo como sua principal aplicação de recursos o programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional no valor

de R\$ 74.778.260,17, ou seja, 56,98% do total aplicado nessa área. Outro programa que merece destaque é o de Aprendizagem das Crianças na Idade Certa que recebeu volume de recursos do FECOP no montante de R\$ 35.650.309,42, que corresponde a 27,16% do total de recursos aplicados nessa área de atuação.

Na área de atuação de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foi empenhado o montante de R\$ 128.903.976,48, representando um incremento em 2014 de 23,38% em relação a 2013. E ainda pode-se destacar seu percentual empenhado que foi de 82,39%, bem acima do ano anterior de apenas 60%. Com isso, pode-se destacar o programa de Desenvolvimento Agropecuário, que em 2013 aplicou recursos no valor de R\$ 68.453.521,24 e em 2014 passou para o montante de R\$ 85.721.425,42, com um incremento de 25,23% de um ano para o outro.

Merece atenção, também que a área de atuação da Saúde com o Programa de Atenção à Saúde Integral e de Qualidade que aplicou um total de R\$ 19.362.618,36 em 2014 com recursos do FECOP e em períodos anteriores nenhum valor.

Na área de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional foram empenhados cerca de R\$ 45.299.021,34, que correspondem a 8,22% do total de recursos do FECOP aplicados. Dentre seus programas sobressai o Habitacional que utilizou quase 50% do total dos recursos dessa área de atuação e sua execução orçamentária foi superior ao ano anterior, tanto em termos de volume de recursos com em percentual empenhado em relação ao previsto.

No sentido de fomentar a execução dos recursos, a Gerência Executiva do FECOP está desenvolvendo uma estratégia de monitoramento sistemático de projetos junto às secretarias beneficiárias dos recursos do Fundo, pois entende que essa atuação mais próxima junto às setoriais, baseada em uma metodologia já desenvolvida e disseminada pela CPLOG/SEPLAG, contribuirá para ganhos de efetividade na realização dos projetos.

## **ASSUNTO: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

**Recomendação nº 02: À Secretaria de Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 40., I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Nada obstante, cabe ressaltar que em observância aos fundamentos de uma Gestão Fiscal Responsável, em que se busca de forma permanente manter o equilíbrio financeiro do Estado, quesito fundamental para a oferta de serviços públicos de qualidade à sociedade, o Estado do Ceará tem adotado procedimentos relacionados ao controle das suas

despesas por meio do seu Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), criado pelo Decreto nº 27.524, de 09 de agosto de 2004 e posteriormente disciplinado pelo Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011.

Dentre as atribuições do COGERF estabelecidas pelo Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011, destacam-se a elaboração de estudos e a proposição ao Chefe do Poder Executivo de medidas definidoras dos gastos com pessoal, outras despesas correntes, despesas de capital e dívida pública. Além disso, cabe ao Comitê estabelecer medidas de contenção e racionalização dos gastos públicos, bem como a fixação e acompanhamento dos limites financeiros.

Assessorando ao COGERF há, ainda, o Grupo Técnico de Gestão por Resultados - GTR, o Grupo Técnico de Gestão Fiscal - GTF e o Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC, cada um com suas atribuições técnicas específicas.

Visando propiciar um maior controle de custos, na LDO de 2015, Lei nº 15.674, de 31 de julho de 2014, foi inserido dispositivo, por emenda, reforçando esse normativo.

**Art. 18, Parágrafo único.** Consoante o Decreto nº 30.457, de 2 de março de 2011, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal - GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da administração pública, e cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.

Para a LDO do ano de 2016 será inserido nas Disposições Finais dispositivo acerca da avaliação do resultados dos programas. Sugere-se incluir artigo no Capítulo VII - Das Disposições Finais (após art. 78), com o seguinte texto:

Art. XX - A avaliação dos resultados dos principais programas governamentais finalísticos é realizada bianualmente a partir do cumprimento de metas e iniciativas que contribuíram para o alcance dos objetivos, conforme estabelece o art. 12 da Lei Estadual nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012.

**Recomendação nº. 03: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.**

Em 06 de agosto de 2013 foi publicada a Portaria SEFAZ nº 981/2012, em seguida vieram a Portaria nº 518/2013 e a Portaria nº 297, de 19 de maio de 2014, que revoga dispositivos da Portaria nº 518/2013, relativos ao Cronograma de Ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme a Portaria STN nº 406/2011, alterada pelas Portarias STN nº 828/2011, 231/2015 e 753/2012. A SEFAZ mantém o compromisso de continuidade ao processo do sistema de custos. Portanto, o Estado fica no aguardo da estipulação de prazos obrigatórios por conta da STN.

Seguem as ações adotadas em ordem cronológica:

- ✓ No final de 2013 ocorreu a primeira reunião para as discussões sobre a implantação do Sistema de Informação de Custos. Essa reunião resultou na constituição do grupo de discussão para desenvolvimento do modelo de gestão de custos para o Estado do Ceará, com a ideia inicial de desenvolver projeto piloto na própria SEFAZ.
- ✓ Em maio de 2014, o grupo de estudos voltou a se reunir para discutir modelos de gestão de custos mais apropriados e que atendessem as necessidades de informações da SEFAZ. Alguns modelos de gestão de custos já implantados foram estudados, como a gestão de custos baseada em atividades (ABC) do Banco Central e a metodologia de custo ideal padronizado para posterior alocação via direcionadores de custos que está sendo implantada na União.
- ✓ Após a reunião ocorrida em maio/2014, o grupo optou pela implantação de modelo similar ao adotado pela União, com o objetivo de seguir o padrão federal que atualmente consta em desenvolvimento.
- ✓ De acordo com a decisão tomada nessa última reunião a equipe de estudos ficou com a incumbência de desenvolver o modelo conceitual da gestão de custos do Estado do Ceará nos moldes do modelo federal e elaborar o termo de referência para contratação das empresas que irão suprir as necessidades de solução tecnológica necessárias para o funcionamento da ferramenta de gestão de custos a ser implantada. A expectativa é que esse termo de referência fique pronto o mais rápido possível, permitindo assim que as empresas responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Informação de Custos possam ser contratadas ainda no ano de 2015.
- ✓ Em outra reunião, realizada em Junho/2014, SEPLAG e CGE manifestaram interesse em participar do grupo de estudos para desenvolvimento do Sistema de Informação de Custos. Representantes da SEPLAG, inclusive, revelaram a existência de recursos específicos, originados do programa PforR do BIRD, a serem destinados à contratação de consultoria para desenvolvimento do Sistema de Informação de Custos.

Após a elaboração, o Sistema de Informação de Custos do Estado do Ceará será integrado ao Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), em consonância com as orientações emitidas em nível nacional pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como ficará sob responsabilidade de grupo de trabalho designado

especificamente para esse fim, cuja composição compreenderá servidores da SEFAZ, SEPLAG e CGE, sob supervisão da SEFAZ, através da COTES.

**Recomendação nº. 04: À Secretaria da Fazenda que elabore demonstrativo de que trata o art. 13 da LRF, evidenciando a quantidade e os valores relativos a ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.**

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2014 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Com referência à atuação de combate à sonegação e evasão fiscal, registre-se que com a criação da Procuradoria da Dívida Ativa - PRODAT efetivou-se uma eficiente cooperação entre os outros órgãos estaduais com o intuito de combater estas práticas, destacando-se a prorrogação do convênio nº 05/2008 até a data de 31/12/2018, convênio este que trata da cooperação técnica e operacional entre a PGE, SEFAZ, PGJ e SSPDS. Foram ainda efetivadas ações com o escopo de aumentar a arrecadação estadual, a saber: inscrição de débitos não-tributários de diversas origens, como multas penais, custas processuais, indenizações, multas do DECON, multas dos Tribunais de Contas, etc. A PRODAT efetuou a inclusão de muitos devedores na SERASA, e procedeu o PROTESTO cartorário de dívidas tributárias inscritas; ajuizou-se eletronicamente execuções fiscais e efetivou-se a NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL de devedores de ICMS e, principalmente, de devedores de IPVA.

A seguir evidencia-se a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa e a Evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.



TABELA 1

AÇÕES AJUIZADAS PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA - 2014

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
1. Tributários	1.761	199.818.393,24
2. Não Tributários	1.015	35.367.499,68
<b>TOTAL</b>	<b>2.776</b>	<b>235.185.892,92</b>

Fonte: Procuradoria Geral do Estado

TABELA 2

EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	VALORES
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57

Fonte: Procuradoria Geral do Estado

**Recomendação nº. 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore os Instrumentos de Planejamento (LDO a LOA), de forma a atender satisfatoriamente às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo constar no Demonstrativo de Renúncia de Receitas os valores relativos á estimativa de compensação em face dos incentivos fiscais concedidos.**

A recomendação foi atendida na LDO nº 15.674, de 31 de julho de 2014 e na LOA nº 15.753, de 30 de dezembro do 2014. No Anexo de Metas Fiscais, O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita 2015 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) apresenta incentivo fiscal de ICMS no montante de R\$ 967.262,96 milhões, sendo R\$ 773.810,36 milhões para a Indústria e R\$ 193.452,59 milhões para o Comércio. Justifica a compensação e a expansão na base econômica (crescimento do PIB), modernização da administração fazendária e controle nas operações interestaduais.



**Recomendação nº 06: Ao Poder Executivo que publique no prazo legal (30 dias, após a publicação da LOA) as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de desembolso, tudo em conformidade com a legislação de regência, com vistas a garantir o equilíbrio das contas públicas e a solvência do Estado.**

O Poder Executivo vem cumprindo anualmente o mérito da questão com a publicação do referido demonstrativo e envidará esforços no sentido do cumprimento do estrito prazo legal da publicação.

**Recomendação nº 07: Ao Poder Executivo que elabore o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias considerando os passivos contingentes do Estado.**

O Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Ceará é elaborado considerando os passivos contingentes, e em especial, o risco de Frustração da Arrecadação. Também são previstas as medidas a serem efetivadas caso se concretizem os riscos previstos.

O próprio Manual da Secretaria do Tesouro Nacional estabelece o objetivo do Anexo de Riscos Fiscais, qual seja *“dar transparência sobre os possíveis eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do ente da Federação, descrevendo as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”*

Além disso, na página 37 da 5ª edição/2013 desse Manual há o entendimento de que *“É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo. Por exemplo, se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias – como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, **devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.**”*

Assim, no Estado do Ceará alguns passivos contingentes já estão previstos nas Leis Orçamentárias Anuais, sendo administrados pelo Estado com a implementação de condutas de mitigação e de mecanismos de controle que não causam desequilíbrio financeiro.

Dessa forma, ações como *“Cumprimento de Sentenças/Débitos Judiciais”* que englobam as principais demandas judiciais do Estado e *“Restabelecimento de Serviços Essenciais e Recuperação de Cenários Atingidos por Desastres”* já constam na Lei Orçamentária de 2014 sob o código 00439 e 13898, respectivamente, não precisando constar sob a forma de risco individualizado no demonstrativo do Anexo de Riscos Fiscais da LDO.

A partir da LDO para o ano de 2016, a Secretaria do Planejamento e Gestão, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, irá aprofundar a análise de tais passivos contingentes no sentido de verificar se, apesar de constar previsões orçamentárias, ainda haja riscos eventuais cuja mensuração possa realmente afetar o equilíbrio das contas públicas, caso sejam concretizadas.

## **ASSUNTO: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Recomendação nº. 08: À Secretaria da Fazenda - SEFAZ que ajuste em sua página eletrônica, os valores correspondentes às transferências constitucionais repassadas aos municípios, em consonância com o sistema contábil, de forma a evidenciar os importes efetivamente repassados.**

Atualmente, as Portarias informativas da distribuição da arrecadação aos municípios, disponibilizadas no site da SEFAZ, contêm o repasse bruto e o líquido do FUNDEB. Portanto, os valores informados já representam a arrecadação real de cada mês, de acordo com o regime de competência. Sob o enfoque da promoção da transparência, destacamos que informar ao público geral os repasses constitucionais aos municípios calculados com base na arrecadação real de cada mês é mais esclarecedor do que informar valores contabilizados a título de despesa. Explica-se os repasses referentes à arrecadação de um determinado mês são empenhados no mesmo mês por estimativa, isto em razão de o fechamento da arrecadação só ocorrer no mês seguinte, quando então são realizados os ajustes dos empenhos, e como é sabido, o empenho não pode retroagir, de sorte que os ajustes entram como despesa do mês seguinte. Tal situação impede que os valores da despesa empenhada, mês a mês, seja exatamente igual aos valores dos repasses calculados a partir da arrecadação real, em virtude dos empenhos serem feitos por estimativa.

**Recomendação nº. 09: À Secretaria da Fazenda que evidencie as receitas orçamentárias segregadas pelas fontes de recursos e disponibilize à esta Corte de Contas tais informações por meio da base de dados.**

À Secretaria da Fazenda evidenciará somente em 2015, por meio da base de dados, as receitas orçamentárias segregadas pelas fontes de recursos para o TCE. Vale esclarecer que a dificuldade de elaborar um relatório da receita orçamentária separando as fontes, é quando da consolidação das receitas das administrações Direta e Indireta, em razão de existir números distintos de fontes para uma mesma natureza de receita e casos de Fonte comum para natureza de receita diversas.

Exemplo: a Receita “Convênio Federal” é Fonte 82 na Administração Direta e 83 na Administração Indireta. O outro exemplo é com os órgãos da Administração Indireta que existe a fonte 70 - “recursos diretamente arrecadados” - com denominações de receitas diversas de acordo com a atividade de cada Entidade, e muitas outras.

**Recomendação nº 10: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aperfeiçoe a ferramenta de TI para acompanhamento do percentual de abertura de créditos adicionais definido na LOA, disponibilizando a consulta aos percentuais de exercícios anteriores, bem como as respectivas memórias de cálculo.**

A SEPLAG vem procurando dar uma maior transparência às informações referentes a abertura de créditos adicionais, na forma definida na LOA. É o que se constata ao acessar o sítio da SEPLAG ([www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br)) no ícone Planejamento/Abertura de Créditos Suplementares - Autorização Legislativa - 25%. Com isso, a SEPLAG passou a disponibilizar o percentual de abertura de créditos adicionais em seu site, onde podemos verificar que em 2013 foi de 14,71% e em 2014 de 20,85%, ficando abaixo do limite de 25% previsto na legislação.

#### **ASSUNTO: GASTOS REALIZADOS MEDIANTE LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE**

**Recomendação 11: À Administração Pública Estadual envide esforços no sentido de dar fiel cumprimento às diretrizes do art. 3º da Lei de Licitações no que toca às chamadas “licitações sustentáveis”, de modo a elaborar marco regulatório estadual visando à sua implantação e utilização.**

O governo do Estado, visando garantir a todos os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como preconiza o art. 224 da Constituição Federal, está trabalhando para regulamentar o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Assim, está preparando um projeto de lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa, o qual, irá regulamentar o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, estabelecendo práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública estadual. E ainda, instituirá uma Comissão Estadual de Sustentabilidade da Administração Pública - CSAPE, que será responsável pelo estabelecimento de critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública estadual direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

**Recomendação 12: Às Secretarias de Estados que registrem no sistema S2GPR, como dispensas ou inexigibilidades de licitação somente aquelas despesas que de fato se enquadram nessas hipóteses e que torne obrigatório o preenchimento no empenho da despesa do campo relativo ao dispositivo legal.**

No que diz respeito ao registro do dispositivo legal relacionado às dispensas e inexigibilidades no âmbito do S2GPR, no módulo Ciclo Orçamentário, desde a implantação do S2GPPR, qualquer registro de empenho precede da necessidade de se informar os dados da respectiva licitação, quando for o caso. Caso o usuário marque a opção de Modalidade sem Licitação, obrigatoriamente deve escolher uma dentre as três opções válidas que se apresentam: Dispensa, Inexigibilidade e Não se Aplica. Caso o usuário escolha Dispensa ou Inexigibilidade, uma nova caixa de combinação deve ser preenchida, obrigatoriamente, com a informação do dispositivo legal que respalda a aquisição a



ser efetuada com base nesse empenho. Dessa forma, nenhum empenho registrado no S2GPR pode ser concluído e executado sem constar com as informações relativas ao embasamento legal para a aquisição do bem/serviço.

No que diz respeito às informações inseridas nesse campo são de inteira responsabilidade dos usuários responsáveis pela geração dos empenhos no S2GPR, não havendo possibilidade de batimentos de informação com outros sistemas corporativos, já que ainda não há integrações suficientes para que se procedam tais conferências. Nesse sentido, o incremento da qualidade informacional desses empenhos, quanto à correta caracterização das informações de Dispensa e/ou Inexigibilidade de Licitação devem ser promovidas pela intensificação de orientação e capacitação dos usuários do sistema responsáveis pela geração dessas informações.

## **ASSUNTO: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**

**Recomendação nº 13: Às Secretarias de Estado que contabilizem no item “Transferência a Organizações Sociais - Contrato de Gestão” somente aquelas despesas relativas aos contratos de gestão.**

Os itens de Despesa são informativos, isto é, depende da informação do usuário do Sistema S2GPR. A SEFAZ não tem domínio sobre essa rotina, mas já solicitou providências para o Setor de TI para incluir críticas nos Contratos de Gestão com as devidas naturezas de despesas e itens, descritos em seguida:

33503900002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
33504100002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
33509200002	Contribuições - Contratos de Gestão
33509200004	Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica - Contrato de Gestão
44503900002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
44504100002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
44504200002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão

Vale lembrar que somente na prestação de contas de 2015 é que a inclusão da crítica vai surtir o efeito da correção, tendo em vista o exercício em vigor está se findando. Ressalte-se que item de despesa é informação gerencial que, alguma inconsistência, não prejudica as instituições e nem o Governo.

**Recomendação nº 14: Aos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Estadual que não destinem recursos públicos como contribuições, subvenções sociais ou qualquer modalidade assemelhada a instituições privadas com fins lucrativos.**



A partir do final do ano de 2012, os normativos aplicáveis às transferências voluntárias de recursos financeiros por meio de Convênios e Instrumentos Congêneres no Estado do Ceará foram revistos e protagonizaram um dos maiores avanços no ordenamento jurídico na busca do controle das atividades envolvidas e da melhoria processual.

Nesse intuito, foram editadas a Emenda a Constituição Estadual nº. 75/2012, a Lei Complementar Estadual nº. 119/2012, os Decretos Estaduais nº. 31.406/2014 e nº. 31.621/2014, a Portaria CGE nº. 031/2014, além da compatibilização das Leis de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício ao novo regramento.

Isto posto, em especial com a promulgação da LC 119/2012 e da Lei nº15.203/2012, as transferências à entidades privadas com fins lucrativos passaram a ter previsão legal e estão submetidas ao cumprimento das etapas estabelecidas pela referida legislação, quais sejam:

- I. Divulgação de Programas;
- II. Cadastramento de Parceiros;
- III. Aprovação ou Seleção de Plano de Trabalho
- IV. Celebração do Instrumento;
- V. Execução, Acompanhamento e Fiscalização
- VI. Prestação ou Tomada de Contas.

Quanto a aplicabilidade dos regramentos da IN 01/2005 da CGE no exercício de 2013, os órgão e entidades do Poder Executivo Estadual tinham por regra observar o disposto no Art.57 da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e nos Arts. 49 a 52 da Lei nº 15.203/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, abaixo transcrito:

**Art.57.** Os convênios e instrumentos congêneres, celebrados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, estão subordinados, até o final da sua vigência, às seguintes normas: (Nova redação dada pela Lei Complementar n.º 127, de 06 de novembro de 2013)

**I - Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012**, e suas alterações, no que tange às condições e exigências para fins de **celebração**;

**II - Instrução Normativa Conjunta SECON-SEFAZ-SEPLAN nº 1, de 27 de janeiro de 2005**, Decreto Estadual nº 28.841, de 27 de agosto de 2007, e Instrução Normativa Conjunta SECON-SEFAZ-SEPLAG nº 3, de 16 de junho de 2008, e suas alterações, **para fins de execução e prestação de contas**.(grifo nosso)

## **ASSUNTO: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS**

**Recomendação nº 15: Ao Poder Executivo que eleve o nível de execução orçamentária de todos os programas governamentais previstos no PPA e na LOA, em especial aqueles voltados à Educação, ao combate à seca e enfrentamento às drogas.**

**Recomendação nº 16: Ao Poder Executivo que eleve o nível de execução das metas fiscais constantes do Anexo de Metas e prioridades previsto na LDO, em especial aquelas voltadas à segurança pública e prevenção às drogas.**

Com base nas recomendações nº 15 e 16, o quadro a seguir está demonstrando a evolução de 2012 a 2014 da execução orçamentária das áreas temáticas com seus respectivos programas que envolvem educação, segurança, combate à seca e enfrentamento às drogas. Podemos verificar que em 2012 o total das execução dos programas selecionados foi de apenas 72,36%, em 2013 atingiu o patamar de 85,71% e em 2014 o percentual de 90,40%.

A área temática de Educação Básica passou de uma execução de 66,00% em 2012 para patamares acima de 90% a partir de 2013, tendo como principal responsável por essa melhoria uma maior execução no programa de Organização e Gestão da Educação Básica, que em 2012 tinha executado apenas 28,87%, em 2013 o programa avançou com um percentual de 87,65% e no ano 2014 foi de 81,20%.

A área de Segurança Pública apresentou uma estabilidade na sua execução ficando no patamar acima de 90% nos três anos da análise. Contudo, analisando o montante de recursos aplicados verificamos que em 2012 foram aplicados R\$ 1.217.892.833,75 e, em 2014, R\$ 1.582.995.461,32, com um incremento de 29,98%.

Dentre as execuções dos principais programas de 2014 pode-se destacar a gestão e manutenção das secretarias (SEDUC, SSPDS, SDA e Vinculadas) que chegaram a patamares próximos a 100%.

Outro programa que merece destaque é o de Enfretamento à Pobreza Rural, que em 2012 e 2013 tiveram uma execução bem tímida de apenas 36,39% e 38,40%, respectivamente, mas em 2014 apresentou uma execução de 84,43% sendo aplicados recursos no montante de R\$ 256.519.128,84, bem superiores ao de anos anteriores de apenas R\$ 78.848.264,38 em 2012 e R\$ 129.566.643,36 em 2013.

O programa de Enfretamento às Drogas vem ampliando ano a ano seu volume de recursos, como se pode verificar no quadro a seguir, onde em 2012 foram aplicados um valor ínfimo de R\$ 465.211,60, com uma execução de 55,13%, mas em 2014 atingiu o montante de R\$ 3.419.465,44, com um nível de execução de 78,76%.



**TABELA 3**  
**COMPARATIVO COM EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS**

R\$ 1,00

PROGRAMA	ANO 2012		ANO 2013		ANO 2014	
	Valor Executado	Percentual Executado	Valor Executado	Percentual Executado	Valor Executado	Percentual Executado
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>1.961.261.346,32</b>	<b>66,00%</b>	<b>2.115.290.919,46</b>	<b>91,49%</b>	<b>2.260.917.365,71</b>	<b>90,22%</b>
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	315.627.123,65	82,14%	243.306.517,56	81,94%	338.622.091,35	75,74%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	75.741.207,87	75,49%	63.543.403,42	65,04%	53.149.263,74	78,75%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	369.550.883,26	28,87%	463.709.131,07	87,65%	428.846.016,04	81,20%
DIVERSOS PROGRAMAS	4.744.488,04	90,21%	5.834.980,94	97,13%	5.586.448,90	94,60%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC	1.195.597.643,50	99,51%	1.338.896.886,47	96,85%	1.434.713.545,68	98,44%
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>1.217.892.833,75</b>	<b>94,29%</b>	<b>1.353.277.500,31</b>	<b>94,24%</b>	<b>1.582.995.461,32</b>	<b>97,35%</b>
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	193.609.586,99	86,36%	209.410.984,43	80,01%	296.688.890,66	90,27%
DIVERSOS PROGRAMAS	64.632.678,17	71,65%	85.134.573,76	85,29%	46.486.866,95	86,55%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS	959.650.568,59	98,20%	1.058.731.942,12	98,53%	1.239.819.703,71	99,69%
<b>DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA</b>	<b>356.511.944,93</b>	<b>57,24%</b>	<b>397.699.072,44</b>	<b>52,22%</b>	<b>552.153.569,67</b>	<b>75,63%</b>
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	160.930.325,06	60,79%	143.024.794,68	51,49%	170.834.161,69	62,22%
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	78.848.264,38	36,39%	129.566.643,36	38,40%	256.519.128,84	84,43%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	18.471.271,60	55,54%	7.528.915,02	29,88%	9.458.075,11	27,11%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS	98.262.083,89	90,85%	117.578.719,38	97,08%	115.342.204,03	98,75%
<b>GOVERNO E SOCIEDADE</b>	<b>465.211,60</b>	<b>55,13%</b>	<b>722.916,83</b>	<b>40,04%</b>	<b>3.419.465,44</b>	<b>78,76%</b>
ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS	465.211,60	55,13%	722.916,83	40,04%	3.419.465,44	78,76%
<b>TOTAL</b>	<b>3.536.131.336,60</b>	<b>72,36%</b>	<b>3.866.990.409,04</b>	<b>85,71%</b>	<b>4.399.485.862,14</b>	<b>90,40%</b>

Fonte: SIOF-SEPLAG

E ainda, em 2012 foram aplicados recursos no montante total de R\$ 3.536.131.336,60 e em 2014 foi de R\$ 4.399.485.862,14, ou seja, um incremento de 24,42%. Com esse incremento de 24,42% apresenta uma taxa de crescimento real de 5,29%, pois a inflação acumulada de 2012 a 2014 foi de 18,17%, conforme quadro a seguir.

**TABELA 4**  
**COM ÍNDICES DE INFLAÇÃO ANUAL E ACUMULADA**

ÍNDICES	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
ÍNDICE DE INFLAÇÃO - IPCA	5,84%	5,91%	6,41%
ÍNDICE DE INFLAÇÃO ACUMULADA		11,75%	18,17%

Fonte: Site Valor Econômico/ Fev/2015

Com o exposto nas manifestações dessa recomendação e com os quadros apresentados podemos inferir que o Estado vem trabalhando ano a ano para uma maior execução dos recursos com vistas a atender as metas apresentadas no PPA (2013-2015) e LOAs.

**Recomendação nº 17: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê continuidade ao processo de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA), que permitirá o acompanhamento das metas físicas de todos os programas previstos no PPA.**

O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA) - Módulo PPA está finalizado (telas e relatórios). Por meio deste módulo será realizado o monitoramento:

- das áreas temáticas, na figura dos resultados e indicadores estratégicos setoriais; e
- dos programas de governo, por meio das metas e iniciativas dos seus respectivos objetivos.

Está previsto ainda para o primeiro semestre de 2015 o treinamento neste módulo com as equipes técnicas das secretarias.

Vale ressaltar também que a SEPLAG iniciou, ainda no ano de 2014, as atividades para efetuar o monitoramento dos resultados e indicadores estratégicos setoriais, para os quais os programas de governo constantes do PPA contribuem.

Para tanto, a título de projeto-piloto, foram escolhidas cinco áreas estratégicas prioritárias, sendo elas: Educação, Saúde, Segurança Pública, Infraestrutura e Desenvolvimento Agrário, para, conjuntamente com analistas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE) e as respectivas equipes de planejamento setoriais, realizarmos as seguintes atividades:

- definir os indicadores estratégicos setoriais a serem monitorados (a partir daqueles relacionados aos resultados estratégicos das áreas temáticas do PPA) e elaborar os respectivos protocolos; e
- cadastrar essas informações no Módulo Resultados do SIMA, o qual foi desenvolvido para proporcionar o cadastro e acompanhamento desses indicadores e a realização de reuniões de monitoramento, inclusive sob a premissa da intersetorialidade na implementação de políticas públicas.

**Recomendação nº 18: À Secretaria do Planejamento e Gestão que envide esforços no sentido de evitar falhas na elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.**

A SEPLAG vem buscando o aprimoramento de seus instrumentos de planejamento, no que tange ao Anexo de Metas e Prioridades, estabeleceu, a partir do exercício de 2014, uma metodologia de elaboração que se utiliza do sistema corporativo SIOFWeb, em substituição à planilhas de Excel. Por este motivo, fragilidades apresentadas em

exercícios anteriores puderam ser sanadas, melhorado sobremaneira o tempo de elaboração e a qualidade da informação prestada.

## **ASSUNTO: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Recomendação nº 19: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento as trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender os novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.**

Em relação ao Decreto que regulamenta a matéria, foi publicado no Diário Oficial nº 210, de 07 de novembro de 2013, o Decreto nº 31.340, alterado pelos Decretos nº 31.400/2014 e 31.671/2015, aprovando o regulamento para depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará, com data limite para o início dos procedimentos de depreciação dos bens em dezembro de 2016.

O art. 38 do Decreto nº 31.340/2013 teve nova redação dada pelo Decreto nº 31.671, de 09 de fevereiro de 2015, publicado no DOE de 11 de fevereiro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art.38 O prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2015 será dezembro de 2016 para bens móveis e imóveis.”

### **Ações**

No que compete à Secretaria do Planejamento e Gestão foram desenvolvidos três sistemas computacionais: Sistema de Gestão de Almoarifado - SIGA, Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM e Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que dariam a base operacional para implantação do cálculo da depreciação do patrimônio do Estado. Os sistemas foram regulamentados pelo Decreto nº 31.549 de 13/08/2014 publicado no Diário Oficial Nº 151 de 18/08/2014, tornando o uso obrigatório pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo do Governo Estadual

### **Situação Atual**

Os sistemas estão na seguinte situação de implantação:

SIGA - Em funcionamento em 37 órgãos e entidades (inclusive da Administração Indireta), mas falta implantar nos órgãos mais representativos como: Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Fazenda e Polícia Militar do Ceará, entre outros.

SGBM - Em processo de homologação, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação prevê disponibilizar o sistema em ambiente de homologação no dia 26/01/2014 para que a Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio analise suas funcionalidades e prepare material para treinamento de usuários.

SGBI - Em processo de ajustes finais, a Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação definiu junto com a Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio o cálculo da depreciação dos imóveis.

A implantação do SIGA/SGBM/SGBI é um trabalho conjunto entre a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG e os órgãos e entidades que aderem ao uso dos sistemas, onde a SEPLAG estabelece as orientações para depuração da base de dados que alimentará os sistemas e ministra os treinamentos para os multiplicadores e usuários. Os órgãos e entidades executam os cadastramentos, inventários físicos, conciliações e registro dos dados necessários à implantação dos sistemas.

Em março de 2015 estão previstos os esforços para iniciar a articulação com os órgãos e entidades para a implantação dos sistemas.

**Recomendação nº 20: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, as empresas Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE, Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos - METROFOR, e Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Pecém - EMAZP, por caracterizarem-se como Empresas Estatais Dependentes, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.**

Sobre a causa, submete-se à apreciação desse douto Tribunal que de acordo com o inciso III do Art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a ADECE e o METROFOR são empresas dependentes.

No conceito econômico, pode-se concluir que toda empresa recebedora de recursos financeiros de uma entidade instituidora seria uma empresa dependente. **Porém, no conceito jurídico decorrente do inciso III do Art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**, essa característica econômica foi restringida, na medida em que esse preceito exclui **expressamente** do conceito de empresa estatal dependente aquelas que recebam recursos da entidade controladora **a título de aumento de participação acionária**, *in verbis*:

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

**III - empresa estatal dependente:** empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

Considerando que, como **regra de segurança jurídica** e critério de interpretação, onde o legislador não distingue não cabe ao aplicador fazê-lo, a transferência de recursos a título de aumento de participação acionária **não gera a dependência jurídica da entidade recebedora** - opção legislativa talvez decorrente do acréscimo patrimonial da transferidora e da possibilidade de retorno financeiro futuro.

**Recomendação nº 21: À Secretaria da Fazenda que elabore o Balanço Orçamentário da Lei nº 4.320/64, bem como os Demonstrativos da LRF (Anexo I e Anexo II do RREO) de modo que a previsão inicial da receita e a fixação da despesa estejam de acordo os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.**

Recomendação atendida em 2014.

**Recomendação 22: À Secretaria da Fazenda que sane as divergências verificadas entre os demonstrativos contábeis da Lei nº 4.320/64.**

Recomendação atendida em 2014.

**Recomendação 23: À Secretaria da Fazenda que elabore os Demonstrativos Contábeis observando integralmente a metodologia contida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional:**

A recomendação está atendida com a publicação dos Demonstrativos Contábeis de 2014, nos quais serão incluídas as notas explicativas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, editado pela Portaria STN nº 437/2012, 5ª edição.

## **ASSUNTO: LIMITES CONSTITUCIONAIS**

**Recomendação nº 24: Ao Poder Executivo que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do Art. 209 da Constituição Estadual.**

Com relação à operacionalização do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará - FCE, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS vem adotando providências no sentido de fortalecer a política de apoio ao empreendedorismo no Ceará, algumas voltadas especificamente para o assunto em pauta, a saber:

- ✓ Criação da Coordenadoria do Empreendedorismo, na sua estrutura organizacional (Decreto nº 30.556/2011) responsável pela coordenação na formulação e operacionalização da política do empreendedorismo no âmbito da STDS, inclusive com os recursos do FCE, aprovadas pelo Conselho Consultivo.
- ✓ Alteração da Lei nº 13.875 de 7 de fevereiro de 2007, Art.52, que passa a vigorar com o FCE vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, anteriormente vinculado a SEFAZ.
- ✓ Elaboração do ato de nomeação dos membros do Conselho Consultivo do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE (Conselheiros Titulares e Suplentes). Após a nomeação do referido Conselho o mesmo definirá a operacionalização do FCE e elaborará o Plano de Trabalho Anual.

Destaca-se, ainda, a elaboração do Anteprojeto de Lei sobre o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado do Ceará, objetivando regulamentar a Lei Federal 123/06, no Estado do Ceará, o qual foi revisado e aperfeiçoado pelos integrantes do Fórum Regional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ceará. O Fórum foi criado pelo Decreto nº 30.456 de 11 de março de 2011.

Diante do exposto, considera-se que tais ações darão o suporte necessário a implementação de ações voltadas para o fortalecimento da cultura empreendedora no Ceará, contribuindo para a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda.

**Recomendação nº 25: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.**

No tocante a recomendação em tela, vislumbra-se que o assunto se assemelha ao objeto apreciado no processo nº 03416/2005-2-TC, que trata do repasse de recursos decorrentes de receitas tributárias para o ensino superior, razão pela qual, sugere-se que seja observado o mesmo entendimento pelas mesmas razões jurídicas.

**Recomendação nº. 26: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o estado deve aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.**

Nas tabelas a seguir estão demonstrados que em 2014 a Receita Tributária Líquida realizada foi de R\$ 6.733.518.202,54 e utilizando apenas a fonte tesouro, o total da Despesa com Investimentos empenhado foi de R\$ 702.408.599,06. Calculando o percentual da Despesa com Investimentos (fonte tesouro) em relação a Receita Tributária Líquida temos um percentual de 10,43%, abaixo do limite previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual. Contudo, 47,33% do total investido foi financiado com recursos oriundos de operações de crédito (internas e externas) e esses financiamentos serão pagos com recursos provenientes do tesouro. Assim, quando contabilizamos os valores dos investimentos que utilizaram como fonte tesouro (R\$ 702.408599,06 ) mais os provenientes das operações



de crédito (R\$ 1.644.274.009,56) chegar-se a um montante de R\$ 2.346.682.608,62. Então, quando aplicamos esse valor com relação a receita tributária líquida (R\$ 6.733.518.202,54), verifica-se que foram aplicados recursos num patamar de 34,85% no grupo de investimentos. Estando assim, atendido o percentual previsto na Constituição Estadual.

TABELA 5  
VALOR DA RECEITA LÍQUIDA REALIZADA EM 2014

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES REALIZADOS
RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA	10.726.905.082,62
DEDUÇÕES	-3.993.386.880,08
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-2.574.568.161,66
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	-1.418.818.718,42
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA</b>	<b>6.733.518.202,54</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 6  
VALOR DOS INVESTIMENTOS EMPENHADOS EM 2014 POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA / FONTE	VALORES EMPENHADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR FONTE
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>3.474.259.972,12</b>	<b>100,00%</b>
TESOURO	702.408.599,06	20,22%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.644.274.009,56	47,33%
CONVÊNIOS	878.831.667,51	25,30%
OUTRAS FONTES	248.745.695,99	7,16%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

**Recomendação nº. 27: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.**

O Estado do Ceará vinha, realmente, incluindo os valores dos restos a pagar não processados do exercício na coluna “despesas liquidadas” do demonstrativo das receitas e despesas com MDE - Anexo 8 - RREO, por entender

que os referidos restos a pagar tratam-se de uma obrigação, e também não tinha sido alertado pelo Tribunal em exercícios anteriores. Vale esclarecer que as instruções de preenchimento dos anexos nos manuais da STN relativas aos exercícios anteriores não eram de fácil entendimento, somente nos últimos dois anos é que os ensinamentos dos referidos manuais melhoraram. No entanto, observa-se que o limite das despesas com ações típicas de MDE, apresentada no Balanço de 2013, foi efetivamente cumprido pelo Poder Executivo.

**Recomendação nº. 28: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no manual de demonstrações Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.**

A SEFAZ está preenchendo o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrações Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive sob a orientação verbal de técnico do TCE.

Por força da portaria nº. 72/2012 da STN, o Estado incluiu no total do gasto com ações e serviços públicos de Saúde (Anexo 12 do RREO) as despesas executadas na modalidade 71 referente às transferências a consórcios públicos conforme os contratos de rateio.

Não foi possível o Estado incluir as execuções dos gastos com pessoal e Saúde das despesas extraídas diretamente de cada Consórcio dos seus relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF) enviados para a SEFAZ, em virtude de referidas despesas não terem sido segregadas por fonte de recursos. Importante ressaltar que os Consórcios Públicos recebem recursos de vários entes e aplicam as despesas com várias fontes. Portanto, o Estado teve que computar pelo montante da transferência.

**Recomendação nº. 29: Ao Poder Executivo que cumpra o mandamento estadual estabelecido no art. 3º da lei Estadual do Ceará nº 15.064/11, que destina 80% (oitenta por cento) dos recursos do FUNDEB no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica.**

Recomendação atendida. O Estado aplicou 80,14% dos recursos do FUNDEB no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em 2014.

**Recomendação nº. 30: À Secretaria da Fazenda que providencie a criação de fontes de recursos específicas para evidenciar as despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, de recursos de impostos vinculados ao ensino.**

Houve uma reunião entre a SEFAZ, SEPLAG e CGE para providenciar a elaboração e implantação de um novo modelo de evidenciação e uso das fontes de recursos. No entanto, verificou-se que para se fazer as alterações pretendidas e utilizar modelo semelhante ao adotado pela União, era necessário alterar a Lei Orçamentária e outros processos no Estado.

#### **ASSUNTO: GESTÃO FISCAL**

**Recomendação nº 31: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre com os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.**

Envolve-se o fator tempo, o qual se necessita de muita conferência e ajustes do exercício de referência a fim de evitar inconsistências nas informações. Portanto, a maior preocupação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, responsável pela divulgação dos demonstrativos, é cumprir a data limite estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Importante informar que a própria União na publicação de seus resultados fiscais sempre se utilizam de dados sujeitos a alterações. Porém, os esforços continuam sendo adotados pela SEFAZ para se chegar a esse tão esperado objetivo.

**Recomendação nº. 32: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.**

O Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, elaborado pela SEFAZ está de acordo com as instruções de preenchimento (03.01.06) e com a Tabela 1 - Balanço Orçamentário (03.01.06.01) contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição, para o exercício de 2013“, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, página 135.

Segundo o referido Manual “as receitas e despesas intra-orçamentárias, quando existentes, poderão ser apresentadas em uma tabela no final do demonstrativo, conforme descrito no item **03.01.01.01 - Conteúdo do Demonstrativo**, página 130, bem como a descrição do item **03.01.06.03**, que cita o seguinte “**caso não prejudique a transparência dos dados, o ente poderá optar por apresentá-las logo abaixo da linha totalizadora das receitas e despesas intra-orçamentárias, no corpo do demonstrativo**”, contendo o mesmo nível de desdobramento das outras receitas e despesas orçamentárias.” Portanto, optamos em incluir tais receitas e despesas no corpo do demonstrativo .



**Recomendação nº. 33: À Secretaria da Fazenda que preencha os Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar, do RGF, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.**

Realmente a SEFAZ vinha incluindo os valores dos restos a pagar não processados do exercício na coluna “obrigações financeiras” do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa- Anexo 5 - RGF por entender que o referido restos a pagar tratam-se de uma obrigação, e também não tinha sido alertado pelo Tribunal em exercícios anteriores. Vale esclarecer que as instruções de preenchimento dos anexos nos manuais da STN relativas aos exercícios anteriores não eram de fácil entendimento, somente nos últimos dois anos é que os ensinamentos dos referidos manuais melhoraram. No entanto, observou-se que a disponibilidade de caixa líquida apresentada no Balanço de 2013 não chegou a prejudicar o Estado e nem as demonstrações contábeis obrigatórias. Contudo, esta recomendação será atendida em 2014, de acordo com o referido Manual da STN.



# CAPÍTULO I

## 1. DO ORÇAMENTO

### 1.1. Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2014, aprovado pela Lei nº 15.495 de 27/12/2013, foi elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Públicas Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, de nº 15.406, de 25/07/2013.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo aos ditames da Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 4/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14.04.1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007 todas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2014 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

- Orçamento Fiscal.....	R\$ 15.908.297.678,36
- Orçamento da Seguridade Social.....	R\$ 4.957.178.516,32
- Orçamento de Investimentos das Empresas .....	R\$ 438.829.167,34
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 21.304.305.362,02</b>

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Destarte, a Receita Total para o exercício de 2014 foi estimada no mesmo valor da Despesa Total, em R\$ 21.304.305.362,02, cabendo aos poderes estaduais os seguintes valores:

TABELA 7  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR PODER

(R\$ 100)

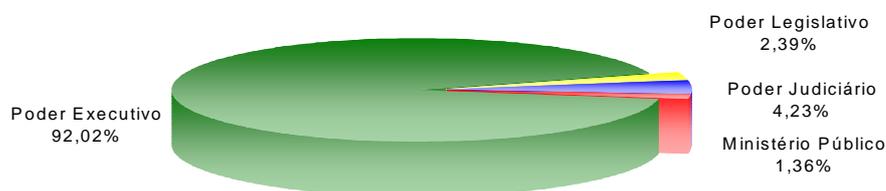
PODERES	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Poder Executivo	14.672.212.486,00	5.257.369.442,43	19.929.581.928,43	92,02
Poder Legislativo	510.477.064,00	6.592.181,00	517.069.245,00	2,39
Poder Judiciário	810.767.754,00	105.189.262,00	915.957.016,00	4,23
Ministério Público	287.472.533,00	7.825.000,00	295.297.533,00	1,36
<b>TO TAL</b>	<b>16.280.929.837,00</b>	<b>5.376.975.885,43</b>	<b>21.657.905.722,43</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

GRÁFICO I  
CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

As fontes previstas na Lei Orçamentária são constituídas com recursos:

- **Do tesouro**, compreendendo os recursos ordinários (Fonte 00), Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE (Fonte 01), Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor (Fonte 03), Recursos Provenientes da Contribuição Patronal (Fonte 04), Recursos Provenientes do FECOP (Fonte 10), Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Fonte 11), Alienação de Bens (fonte 12), Medida Compensatória Ambiental (Fonte 16), Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás (Fonte 44), Recursos Provenientes do FUNDEB (Fonte 50) e Complementação da União dos Recursos do FUNDEB (Fonte 51);

- **De outras fontes**, compreendendo as demais não previstas no item anterior, como operações de crédito, receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da Administração Indireta, convênios e outras.

Os grupos de despesas utilizados estão estruturados conforme demonstrativo a seguir, sendo que o valor de R\$ 46.661.529,00, se refere à Reserva de Contingência.

**TABELA 8**  
**DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR**  
**GRUPO DE DESPESAS**

(R\$ 100)

GRUPO	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Pessoal e Encargos Sociais	8.808.784.383,00	189.601.650,76	8.998.386.033,76	41,55
Juros e Encargos da Dívida	310.127.610,00	0,00	310.127.610,00	1,43
Outras Despesas Correntes	5.880.720.169,62	1.305.896.909,96	7.186.617.079,58	33,18
Investimentos	626.878.885,38	3.849.196.974,71	4.476.075.860,09	20,67
Inversões Financeiras	115.131.944,00	32.230.350,00	147.362.294,00	0,68
Amortização da Dívida	492.625.316,00	50.000,00	492.675.316,00	2,27
Reserva de Contingência	46.661.529,00	0,00	46.661.529,00	0,22
<b>TO TAL</b>	<b>16.280.929.837,00</b>	<b>5.376.975.885,43</b>	<b>21.657.905.722,43</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

Das 28 funções de governo, de acordo com a Portaria nº 42, de 14.04.1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Lei de Orçamento alocou recursos em 26, cabendo à Função Educação a maior parte 12,60%, exceto a função Encargos Especiais. O Tesouro representa a parcela mais expressiva, 75,17%, conforme está demonstrado a seguir:



TABELA 9  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR FUNÇÃO

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	FUNÇÕES	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
		TESOURO	OUTRAS FONTES		
01	Legislativa	507.907.611,00	568.500,00	508.476.111,00	2,35
02	Judiciária	810.520.727,00	105.189.262,00	915.709.989,00	4,23
03	Essencial à Justiça	353.238.004,00	12.319.500,00	365.557.504,00	1,69
04	Administração	1.108.979.521,61	271.728.369,14	1.380.707.890,75	6,38
06	Segurança Pública	1.717.048.316,00	118.459.139,99	1.835.507.455,99	8,47
08	Assistência Social	206.267.104,26	37.585.616,59	243.852.720,85	1,13
09	Previdência Social	2.251.829.353,00	6.023.681,00	2.257.853.034,00	10,43
10	Saúde	1.811.507.251,00	783.835.149,83	2.595.342.400,83	11,98
11	Trabalho	69.689.515,41	20.940.682,00	90.630.197,41	0,42
12	Educação	2.418.845.633,20	311.075.659,26	2.729.921.292,46	12,60
13	Cultura	43.355.085,00	24.016.000,00	67.371.085,00	0,31
14	Direitos da Cidadania	337.958.867,72	124.955.162,80	462.914.030,52	2,14
15	Urbanismo	85.084.897,20	113.327.119,38	198.412.016,58	0,92
16	Habitação	46.932.418,22	43.810.000,00	90.742.418,22	0,42
17	Saneamento	37.769.346,58	706.894.599,78	744.663.946,36	3,44
18	Gestão Ambiental	83.141.119,00	99.264.363,30	182.405.482,30	0,84
19	Ciência e Tecnologia	105.726.293,80	35.037.449,40	140.763.743,20	0,65
20	Agricultura	316.110.622,00	281.966.073,57	598.076.695,57	2,76
21	Organização Agrária	19.836.891,00	14.219.897,00	34.056.788,00	0,16
22	Indústria	111.254.805,00	2.183.900,00	113.438.705,00	0,52
23	Comércio e Serviços	33.268.144,00	205.701.062,16	238.969.206,16	1,10
24	Comunicações	13.741.934,00	4.364.830,68	18.106.764,68	0,08
25	Energia	11.868.236,18	1.465.593,49	13.333.829,67	0,06
26	Transporte	219.657.031,82	1.866.029.224,06	2.085.686.255,88	9,63
27	Desporto e Lazer	47.123.205,00	185.954.250,00	233.077.455,00	1,08
28	Encargos Especiais	3.465.606.375,00	60.800,00	3.465.667.175,00	16,00
29	Reserva de Contingência	46.661.529,00	0,00	46.661.529,00	0,22
<b>TO TAL</b>		<b>16.280.929.837,00</b>	<b>5.376.975.885,43</b>	<b>21.657.905.722,43</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

O Orçamento inicial por fonte, categoria e tipo, para o exercício de 2014, foi aprovado com os valores demonstrados a seguir:



TABELA 10  
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR CATEGORIA ECONÔMICA E TIPO DE  
ADMINISTRAÇÃO

(R\$ 100)

ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	TOTAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.411.018.434,89</b>	<b>1.663.011.975,48</b>	<b>17.074.030.410,37</b>
Receita Tributária	8.935.966.874,18	332.163.313,01	9.268.130.187,19
Receita de Contribuições	0,00	457.758.739,00	457.758.739,00
Receita Patrimonial	206.467.581,69	21.102.836,76	227.570.418,45
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	18.265.555,00	53.540.491,14	71.806.046,14
Transferências Correntes	5.994.302.094,75	657.305.515,80	6.651.607.610,55
Outras Receitas Correntes	256.016.329,27	141.141.079,77	397.157.409,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.528.719.888,90</b>	<b>269.905.155,16</b>	<b>4.583.875.313,81</b>
Operações de Crédito	2.456.937.034,43	0,00	2.456.937.034,43
Alienação de Bens	18.041,00	0,00	18.041,00
Transferências de Capital	1.061.342.588,47	269.905.155,16	1.331.247.743,63
Outras Receitas de Capital	3.242.967,00	0,00	3.242.967,00
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.179.258,00</b>	<b>785.250.269,75</b>	<b>792.429.527,75</b>
<b>TO TAL</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>2.718.167.400,39</b>	<b>21.657.905.724,18</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.469.428.132,43</b>	<b>6.025.702.590,91</b>	<b>16.495.130.723,34</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.287.930.245,55	3.710.455.788,21	8.998.386.033,76
Juros e Encargos da Dívida	277.737.823,00	32.389.787,00	310.127.610,00
Outras Despesas Correntes	4.903.760.063,88	2.282.857.015,70	7.186.617.079,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.735.797.354,34</b>	<b>1.380.316.115,75</b>	<b>5.116.113.470,09</b>
Investimentos	3.168.615.523,34	1.307.460.336,75	4.476.075.860,09
Inversões	75.131.944,00	72.230.350,00	147.362.294,00
Amortização da Dívida	492.049.887,00	625.429,00	492.675.316,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>44.336.250,00</b>	<b>2.325.279,00</b>	<b>46.661.529,00</b>
<b>TO TAL</b>	<b>14.249.561.736,77</b>	<b>7.408.343.985,66</b>	<b>21.657.905.722,43</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

O orçamento por tipo de Administração totalizou em 2014, no valor R\$ 21.657.905.722,43.

Na seqüência, demonstra-se o orçamento inicial da despesa de 2014, por órgão, com e sem a modalidade 91.



TABELA 11  
DEMONSTRATIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD 91 (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010001	ASSEMBLÉIA	382.145.528,00	19.117.697,00	363.027.831,00
020001	T CONTAS	60.814.835,00	6.150.330,00	54.664.505,00
030001	TCM	68.085.201,00	7.018.513,48	61.066.687,52
040001	T JUSTICA	810.767.754,00	101.386.113,00	709.381.641,00
060001	DPGE	115.548.829,00	16.915.623,00	98.633.206,00
080001	SEINFRA	908.439.758,80	958.816,00	907.480.942,80
100001	SSPDS	123.220.169,00	556.577,00	122.663.592,00
101021	POL CIVIL	317.466.739,99	36.160.098,80	281.306.641,19
101031	P M CE	1.073.284.011,00	150.079.909,00	923.204.102,00
101041	BOMBEIRO	150.032.676,00	20.129.803,00	129.902.873,00
101071	P FORENSE	50.994.926,00	5.676.063,00	45.318.863,00
101081	A ESSP	9.349.296,00	45.000,00	9.304.296,00
110001	GAB GOV	39.729.798,15	0,00	39.729.798,15
120001	VICE GOV	3.945.336,00	26.303,12	3.919.032,88
130001	PGE	65.665.471,00	7.798.681,00	57.866.790,00
140001	C MILITAR	9.555.799,00	35.000,00	9.520.799,00
150001	PGJ	288.792.533,00	36.902.562,00	251.889.971,00
170001	CONS EDUC	4.205.507,00	102.732,00	4.102.775,00
180001	SEJUS	306.500.274,65	16.253.900,00	290.246.374,65
190001	SEFAZ	732.077.409,61	91.753.664,00	640.323.745,61
191011	ENCARGOS	3.511.428.381,00	2.708.969,00	3.508.719.412,00
210001	SDR	450.351.274,02	2.759.995,00	447.591.279,02
220001	SEDUC	2.281.698.137,55	126.116.432,00	2.155.581.705,55
270001	CULTURA	52.366.085,00	673.554,00	51.692.531,00
290001	SRH	602.997.307,00	813.490,00	602.183.817,00
300001	CASA CIVIL	172.677.251,00	129.457,00	172.547.794,00
310001	SECITECE	56.196.282,00	334.483,00	55.861.799,00
360001	SETUR	363.364.736,44	473.453,00	362.891.283,44
410001	CGE	12.551.973,00	1.036.641,20	11.515.331,80
420001	SESPORTE	22.260.178,00	179.024,00	22.081.154,00
430001	CIDA DES	456.153.563,15	656.262,00	455.497.301,15
460001	SEPLAG	231.372.948,11	6.416.105,00	224.956.843,11
461031	EGPCE	2.607.666,00	0,00	2.607.666,00
470001	STDS	190.422.476,00	9.109.382,95	181.313.093,05
480001	CEDE	41.016.842,00	8.000,00	41.008.842,00
490001	CONPAM	42.217.691,30	45.000,00	42.172.691,30
510001	SPA	30.299.177,00	0,00	30.299.177,00
520001	SECOPA	201.017.277,00	28.500,00	200.988.777,00
530001	CGD	7.940.639,00	0,00	7.940.639,00
<b>TOTAL</b>		<b>14.249.561.736,77</b>	<b>668.556.133,55</b>	<b>13.581.005.603,22</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



TABELA 12  
DEMONSTRATIVO ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)				
ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD 91 (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010101	FUNDO ASS	6.023.681,00	0,00	6.023.681,00
040101	FERMOJU	103.215.023,00	75.000,00	103.140.023,00
040301	FUNSEG	1.899.239,00	0,00	1.899.239,00
060101	FAA DEP	9.470.000,00	0,00	9.470.000,00
080101	DER	925.806.762,99	5.947.507,00	919.859.255,99
080301	DET RAN	278.445.253,00	11.474.747,00	266.970.506,00
081201	DAE	73.249.858,95	1.231.237,00	72.018.621,95
100601	FDS	611.000,00	0,00	611.000,00
100608	FDS PM	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00
100609	FDS CB	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00
100610	FDS C PM	1.235.000,00	0,00	1.235.000,00
100611	FDS C BOM	1.230.000,00	5.000,00	1.225.000,00
100612	FDS SEJUS	780.000,00	0,00	780.000,00
105001	FDC	4.271.000,00	0,00	4.271.000,00
130101	ARCE	17.219.868,53	1.648.373,00	15.571.495,53
130201	FUNPECEPGE	4.694.500,00	0,00	4.694.500,00
150201	FDID	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
150301	FUNSIT	405.000,00	0,00	405.000,00
150401	FESMO	600.000,00	0,00	600.000,00
190401	JUCEC	7.560.000,00	241.804,00	7.318.196,00
210101	EMATERCE	84.139.428,00	330.000,00	83.809.428,00
210301	IDACE	36.755.787,00	1.477.935,00	35.277.852,00
211101	ADAGRI	25.354.347,55	1.448.535,00	23.905.812,55
211301	FEDAF	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
240301	E S P	8.000.251,57	0,00	8.000.251,57
240344	R TEÓFILO	1.479.565,00	0,00	1.479.565,00
240401	FUNDES	1.735.464.816,26	44.288.065,00	1.691.176.751,26
240401	DESCENTRALIZADAS/FUNDES	718.542.272,00	0,00	718.542.272,00
270401	F E C	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00
290101	SOHIDRA	12.577.199,00	449.830,00	12.127.369,00
300101	FUNTELC	8.369.640,80	614.213,20	7.755.427,60
310101	FUNECE	189.252.934,00	26.988.522,00	162.264.412,00
310201	UVA	57.302.615,71	8.727.580,00	48.575.035,71
310301	URCA	81.749.983,00	10.699.475,00	71.050.508,00
310401	FUNCEME	10.661.575,09	881.383,00	9.780.192,09
310501	FUNCAP	116.467.897,00	38.378,00	116.429.519,00
310601	NUT EC	12.713.104,31	1.345.005,00	11.368.099,31
310801	FIT	13.300.000,00	0,00	13.300.000,00
420101	FDEJ	9.800.000,00	0,00	9.800.000,00
430401	IDECE	3.539.183,00	12.000,00	3.527.183,00
460101	ISSEC	100.169.059,38	2.596.264,00	97.572.795,38
460201	ETICE	36.271.165,68	406.000,00	35.865.165,68
460301	IPECE	7.872.819,05	500,00	7.872.319,05
460401	SUPSEC	1.710.751.247,00	0,00	1.710.751.247,00
460501	PREVMILIT A	538.207.355,00	0,00	538.207.355,00
460601	COHAB	33.965.214,00	2.000,00	33.963.214,00
460701	PREVID	2.453.781,00	0,00	2.453.781,00
470101	FECA	200.000,00	0,00	200.000,00
470201	FEAS	144.292.220,59	0,00	144.292.220,59
470301	FUNDART	1.870.682,00	5.000,00	1.865.682,00
470401	FCE	100.000,00	0,00	100.000,00
480101	CODECE	4.438.523,00	12.000,00	4.426.523,00
480201	FDI	70.000.000,00	0,00	70.000.000,00
480401	FIES	100.000,00	0,00	100.000,00
490101	SEMACE	46.751.739,00	0,00	46.751.739,00
<b>TOTAL</b>		<b>7.284.470.591,46</b>	<b>120.946.353,20</b>	<b>7.163.524.238,26</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



A seguir vem a distribuição de receitas e despesas consignadas pela LOA às Administrações Direta e Indireta.

## 1.2. Orçamento da Administração Direta

A Administração Direta incluindo a modalidade 91 e sem a dedução para o FUNDEB teve sua Receita Orçamentária inicial estimada no valor de R\$ 18.939.738.323,79 e a Despesa Total em R\$ 14.249.561.736,77, sendo que este último corresponde a 65,79% do Orçamento Geral do Estado no total de R\$ 21.657.905.722,43. A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme os dados a seguir:

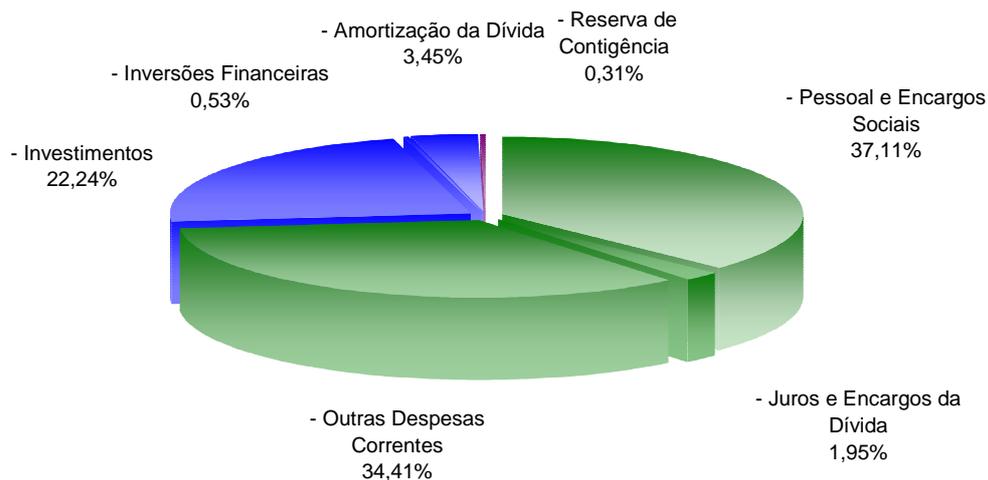
TABELA 13  
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR CATEGORIA  
ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESAS

(R\$ 1,00)		
CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.469.428.132,43</b>	<b>73,47</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	5.287.930.245,55	37,11
- Juros e Encargos da Dívida	277.737.823,00	1,95
- Outras Despesas Correntes	4.903.760.063,88	34,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.735.797.354,34</b>	<b>26,22</b>
- Investimentos	3.168.615.523,34	22,24
- Inversões Financeiras	75.131.944,00	0,53
- Amortização da Dívida	492.049.887,00	3,45
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>44.336.250,00</b>	<b>0,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.249.561.736,77</b>	<b>100,00</b>

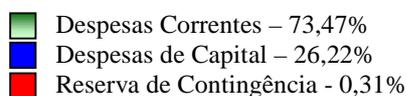
Fonte: SEPLAG



**GRÁFICO II**  
**DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR CATEGORIA ECONÔMICA E**  
**GRUPO DE ESPESAS**



Fonte: S2GPR/SEFAZ



Na tabela acima estão incluídas somente as fontes de recursos de n<sup>os</sup> 00, 01, 07, 10, 11, 12, 16, 40, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 67, 69, 80, 82, 86, 88 e 90, da Administração Direta que se encontram descritas no final do Relatório.

Os Encargos Gerais do Estado são representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, têm o seu orçamento desvinculado dessa. Para esta unidade foi fixado o valor de R\$ 3.511.428.381,00 representando 24,64% do Orçamento da Administração Direta.



TABELA 14  
DEMONSTRATIVO DOS ÓRGÃOS COM MAIOR PARCELA DE RECURSOS NO ORÇAMENTO DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
01 - SEFAZ - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.511.428.381,00	24,64
02 - SEDUC	2.281.698.137,55	16,01
03 - PMCE	1.073.284.011,00	7,53
04 - SEINFRA	908.439.758,80	6,38
05 - T JUSTICA	810.767.754,00	5,69
06 - SEFAZ	732.077.409,61	5,14
07 - SRH	602.997.307,00	4,23
08 - CIDADES	456.153.563,15	3,20
09 - SDA	450.351.274,02	3,16
10 - ASSEMBLEIA	382.145.528,00	2,68
11 - SETUR	363.364.736,44	2,55
12 - POLÍCIA CIVIL	317.466.739,99	2,23
13 - SEJUS	306.500.274,65	2,15
14 - PGJ	288.792.533,00	2,03
15 - SEPLAG	231.372.948,11	1,62
16 - SECOPA	201.017.277,00	1,41
17 - STDS	190.422.476,00	1,34
18 - CASA CIVIL	172.677.251,00	1,21
19 - BOMBEIROS	150.032.676,00	1,05
20 - SSPDS	123.220.169,00	0,86
<b>SUBTOTAL</b>	<b>13.554.210.205,32</b>	<b>95,12</b>
OUTROS ÓRGÃOS	695.351.531,45	4,88
<b>TO TAL</b>	<b>14.249.561.736,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

No decorrer do exercício de 2014, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, através da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da Despesa, que finalizou com R\$ 16.358.036.062,14.



### 1.3. Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta, para o exercício de 2014, em R\$ 3.093.198.720,87, sendo previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes o montante de R\$ 2.718.167.400,39; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 375.031.320,48, enquanto as despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R\$ 7.408.343.985,66; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 438.829.167,34. Na previsão da receita das Indiretas está incluída a Receita Corrente Intraorçamentária no montante de R\$ 822.092.400,06.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são formadas com recursos diretamente arrecadados, Operações de Crédito, Convênios Federais, Municipais, Privados e Internacionais, de acordo com a Tabela 15.

TABELA 15  
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA POR CATEGORIA ECONÔMICA E  
GRUPO DE DESPESAS

CATEGORIA/GRUPO	VALOR	(R\$ 1,00) PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.025.702.590,91</b>	<b>81,33</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	3.710.455.788,21	50,08
- Juros e Encargos da Dívida	32.389.787,00	0,44
- Outras Despesas Correntes	2.282.857.015,70	30,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.380.316.115,75</b>	<b>18,63</b>
- Investimentos	1.307.460.336,75	17,65
- Inversões Financeiras	72.230.350,00	0,97
- Amortizações da Dívida	625.429,00	0,01
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.325.279,00</b>	<b>0,04</b>
- Reserva de Contingência	2.325.279,00	0,04
<b>TOTAL</b>	<b>7.408.343.985,66</b>	<b>100,00</b>

O orçamento da Administração Indireta, relativo ao quadro acima, se refere às despesas com recursos próprios e Transferências do Tesouro das Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).



## **CAPÍTULO II**

### **2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

#### **2.1. Da Administração Direta**

##### **2.1.1. Receita Orçamentária**

A Receita Orçamentária Estadual para o exercício de 2014 foi prevista em R\$ 18.939.738.323,79 e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 20.895.705.855,32. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 18.442.600.897,59, resultando em uma arrecadação a menor de R\$ 2.453.104.957,73 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 88,26% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no total de R\$ 18.431.557.558,51, incluídas as receitas intraorçamentárias, por estarem inclusas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 14.678.135.237,09, representando 79,64% da sua categoria.

A Receita Tributária e as Transferências Correntes são responsáveis por 95,85% dos ingressos correntes de recursos para o Estado, juntas somaram R\$ 17.667.678.069,15.



TABELA 16

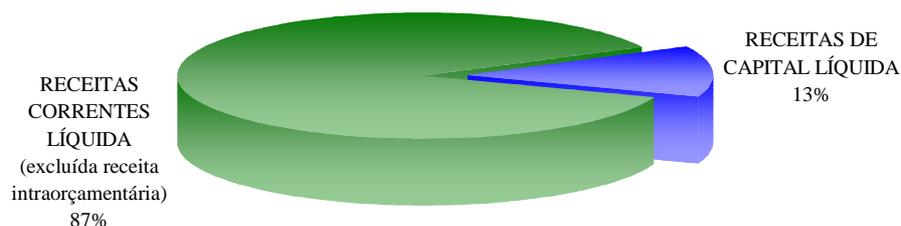
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA,  
POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZ.	PARTIC.
	(R\$ 1,00)			
<b>1. RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>	<b>18.464.224.946,74</b>	<b>18.431.557.558,51</b>	<b>99,82</b>	<b>87,79</b>
1.1. Tributária	10.749.680.123,44	10.726.907.388,33	99,79	51,09
1.2. Patrimonial	212.035.915,64	346.154.429,20	163,25	1,65
1.3. Receita de Serviços	18.265.555,00	10.665.466,81	0,00	0,05
1.4. Transf. Correntes	7.070.673.555,75	6.940.770.680,82	98,16	33,06
1.5. Outras Rec. Correntes	413.569.796,91	407.059.593,35	98,43	1,94
1.6. (-) Deduções	2.507.538.535,71	2.553.270.053,81	101,82	-
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA</b>	<b>15.956.686.411,03</b>	<b>15.878.287.504,70</b>	<b>99,51</b>	<b>86,10</b>
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>4.931.840.186,29</b>	<b>2.446.051.443,38</b>	<b>49,60</b>	<b>25,48</b>
2.1. Operações de Crédito	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	50,51	7,78
2.2. Alienação de Bens	212.262,49	2.909.230,00	1.370,58	<b>0,01</b>
2.3. Transf. de Capital	1.671.247.381,56	740.532.897,27	44,31	3,53
2.4. Outras Rec. Capital	26.145.657,50	68.862.517,03	263,38	0,33
2.5. (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL LÍQUIDA</b>	<b>4.931.840.186,29</b>	<b>2.446.010.281,12</b>	<b>49,60</b>	<b>13,26</b>
<b>3. REC. INTRAORÇAMENTÁRIA (OUT. REC. CORRENTES)</b>	<b>7.179.258,00</b>	<b>118.303.111,77</b>	<b>1.647,85</b>	<b>0,56</b>
3.1. (-) Deduções	0,00	41.162,26	0,00	0,00
<b>4. TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1 + 2 + 3)</b>	<b>23.403.244.391,03</b>	<b>20.995.912.113,66</b>	<b>89,71</b>	<b>100,00</b>
<b>5. TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.6 + 2.5 + 3.1)</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>2.553.311.216,07</b>	<b>101,83</b>	<b>-</b>
<b>6. TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (4 - 5)</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>88,26</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO III

RECEITAS CORRENTE X RECEITAS DE CAPITAL



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### 2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 18.431.557.558,51 incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 87,79% da Receita Orçamentária, tendo sido inferior à previsão orçamentária em 0,20%.



A apuração da Receita Corrente Líquida (Tabela 37) encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

### Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2014 que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2014, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

(R\$ 1,00)

<b>Variáveis macroeconômicas projetadas para 2014</b>	<b>(em %)</b>
Taxas de Inflação esperada	5,7
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	3,5
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	4,5

Fonte: SEPLAG

A Tabela seguinte apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 10.749.680.123,44, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2014, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

TABELA 17  
RECEITA TRIBUTÁRIA

(R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIÇÃO%	
			REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
<b>IMPOSTOS</b>	<b>10.715.988.164,44</b>	<b>10.716.981.786,72</b>	<b>99,99</b>	<b>99,89</b>
ICMS	9.356.038.420,44	9.350.981.088,13	99,95	87,17
IPVA	590.733.903,00	575.958.102,34	97,50	5,37
ITCMD	54.216.130,00	56.413.035,34	104,05	0,53
IRRF	714.999.711,00	733.629.560,91	102,61	6,84
<b>TAXAS</b>	<b>33.691.959,00</b>	<b>9.925.601,61</b>	<b>29,46</b>	<b>0,09</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>10.749.680.123,44</b>	<b>10.726.907.388,33</b>	<b>99,79</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Findo o exercício de 2014 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2014 atingiu R\$ 10,727 bilhões, se aproximando bastante do valor previsto, inferior em apenas 0,21%.

Ressalte-se que a previsão referente a arrecadação do imposto de renda retido na fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações seguiu a previsão do Governo Federal. Para 2014 a previsão do IRRF foi de R\$ 715 milhões, tendo sido efetivamente arrecadado R\$ 734 milhões, superior à sua previsão 2,61%.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

## **DA EXECUÇÃO DA RECEITA**

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2014, atingiu na sua realização o montante de R\$ 10,727 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 87,17% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,37%, o ITCD com 0,53% e as taxas 0,09. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 6,84%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 9,44%, comparado ao exercício de 2013, quando se atingiu o valor de R\$ 9,801 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 18.



TABELA 18

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA -2013/2014

RECEITAS	VALOR R\$		VARIÇÃO 2014/2013	(R\$ 1,00)	
	2013	2014		Partic rel. %	
<b>IMPOSTOS</b>	<b>9.790.866.415</b>	<b>10.716.981.786</b>	<b>9,46%</b>	<b>99,91%</b>	
ICMS	8.565.578.586	9.350.981.088	9,17%	87,17%	
IPVA	510.711.568	575.958.102	12,78%	5,37%	
ITCD	59.510.673	56.413.035	-5,21%	0,53%	
IRRF	655.065.588	733.629.561	11,99%	6,84%	
<b>TAXAS</b>	<b>10.458.431</b>	<b>9.925.602</b>	<b>-5,09%</b>	<b>0,09%</b>	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>9.801.324.846</b>	<b>10.726.907.388</b>	<b>9,44%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

## DESEMPENHO DA RECEITA DE IMPOSTOS EM VALORES NOMINAIS

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2014 - receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,91% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 10,727 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 9,46%, comparado com 2013, conforme demonstrado na anterior.

### IPVA

A arrecadação do IPVA em 2014 foi de R\$ 575,96 milhões, com crescimento nominal de 12,78%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, levando também em consideração a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e o aumento de licenciamento de novos veículos.

### ITCD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD, em 2014, foi de R\$ 56,41 milhões, apresentando redução de -5,21%, quando comparado com 2013. Esse imposto corresponde a 0,53% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores e do cruzamento de informações geradas pela Receita Federal do Brasil - RFB.



## ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. A arrecadação desse imposto em 2014, respondeu pelo ingresso R\$ 9,351 bilhões, correspondendo a 87,17% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 9,17% quando comparado com o exercício de 2013. Vale ressaltar que pela primeira vez a arrecadação do ICMS cearense ultrapassa os R\$ 9 bilhões.

Para o exercício de 2014, as evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, segundo a previsão do Instituto de Pesquisa e IPECE a previsão do PIB nacional é de crescimento de apenas 0,1% e do PIB estadual de crescimento de 4%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela e no gráfico a seguir, obteve o seguinte desempenho:

TABELA 19  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ICMS - CEARÁ 2006-2014

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALORES CORRENTES EM R\$ MILHÕES</b>	<b>VARIAÇÃO % REALIZAÇÃO</b>
2006	3.674	-
2007	3.867	5,25%
2008	4.642	20,04%
2009	5.027	8,29%
2010	6.037	20,09%
2011	6.680	10,65%
2012	7.542	12,90%
2013	8.566	13,57%
2014	9.351	9,17%

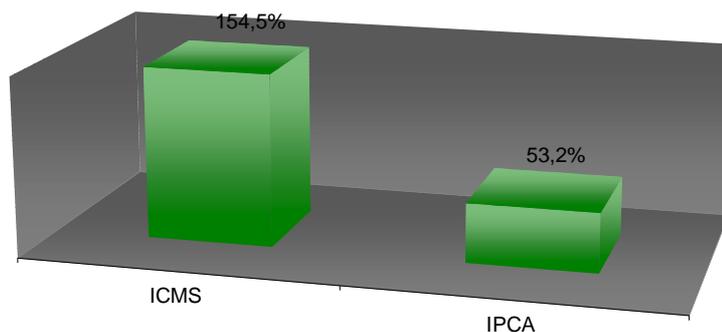
Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A arrecadação do ICMS apresentou, em 2014, na comparação com 2013, um crescimento nominal de 9,17%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2014, com a arrecadação de 2006, período correspondente a atual administração governamental, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 53,2% do IPCA e de 154,5% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.



GRÁFICO IV

COMPARATIVO DO ICMS COM O IPCA NO PERÍODO DE 2006 A 2014



### ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO

TABELA 20

DEMONSTRATIVO DO ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO - 2013 - 2014

SEGMENTOS	VALOR		VARIAÇÃO %	PART. TOTAL ICMS
	2013	2014	2013/2014	2014
INDUSTRIAL	1.769.654	1.862.853	5,27%	19,92%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	741.160	717.129	-3,24%	7,67%
COMERCIO ATACADISTA	1.709.393	1.951.745	14,18%	20,87%
COMERCIO VAREJISTA	1.346.423	1.491.231	10,76%	15,95%
ENERGIA ELÉTRICA	644.687	726.090	12,63%	7,76%
COMBUSTÍVEL	1.815.739	1.938.413	6,76%	20,73%
DEMAIS SEGMENTOS	204.718	283.542	38,50%	3,03%
FECOP	333.805	379.977	13,83%	4,06%
<b>TOTAL ICMS</b>	<b>8.565.579</b>	<b>9.350.981</b>	<b>9,17%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2014, com exceção do segmento de serviços de comunicação, todos os demais apresentaram crescimento.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 20,73% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 6,76%, comparativamente ao exercício de 2013, resultante da majoração no valor de referência para a cobrança do ICMS por substituição tributária (PMPF) nas operações com combustíveis.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 19,92% apresentou crescimento do ICMS de 5,27%, totalizando um montante arrecadado em 2014 de R\$ 1,863 bilhão.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 20,87% e 15,95% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 14,18% para o comércio atacadista e de 10,76% para o comércio varejista.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 7,76% e variação positiva de 12,63% no exercício de 2014 quando comparado com o exercício anterior, resultante da majoração tarifária de 2014, ocorrida em abril de 2014 e do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 7,67% da participação global, apresentando redução de 3,24 quando comparado com 2013.

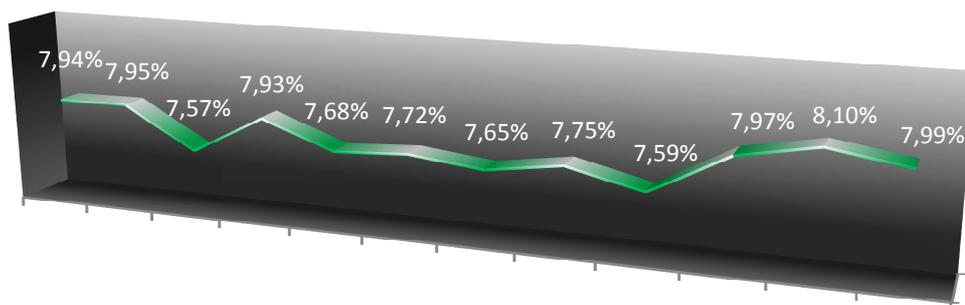
A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2014 quando comparado com 2013 de 13,83%.

## **PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL**

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território - Produto Interno Bruto - PIB. No gráfico a seguir, em 2014 a participação do ICMS no PIB foi de 7,99%. Pode-se inferir com estes resultados, que a arrecadação do ICMS cearense no exercício de 2014 atingiu uma boa eficiência pela superação que se evidencia do crescimento da arrecadação em relação a sua base tributária, em grande parte contida na medição do PIB cearense.

Um fator que está influenciando na boa performance do ICMS é a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por consequência aumento da arrecadação.

GRÁFICO V  
PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB DO CEARÁ



#### COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

O Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2013 esta participação era de 2,36%, passando para 2,44% no exercício de 2014.

A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, no contexto nacional posiciona-se na 10ª colocação dentre as unidades federadas de todo o Brasil e na região nordeste ocupa a 3ª posição.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2014 quando comparado com 2013 de 13,83%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

TABELA 21  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP

(R\$ 100)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS ADICIONAL FECOP	406.198.199,00	379.977.022,30	93,54
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	24.517.000,00	27.327.210,05	111,46
DÍVIDA ATIVA - FECOP	1.844.487,85	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	3.098.158,82	955.171,23	30,83
MULTAS E JUROS DE MORA - DÍVIDA ATIVA	2.524,52	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - DÍVIDA ATIVA	141.740,68	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS FECOP	0,00	341.283,90	0,00
RESTITUIÇÕES DE CONV CONCEDIDOS REC FECOP	0,00	833.771,53	0,00
RESTITUIÇÕES DIVERSAS FECOP	111.690.780,23	22.237,75	0,02
<b>TO TAL</b>	<b>547.492.891,10</b>	<b>409.456.696,76</b>	<b>74,79</b>

DESPESA REALIZADA			
CÓDIGO	ÓRGÃOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
110001	GAB GOV	6.058.026,00	1,10
191011	ENCARGOS	112.546.447,45	20,41
210001	SDA	114.814.144,25	20,83
210101	EMATERCE	14.093.237,61	2,56
220001	SEDUC	136.238.551,34	24,71
240401	FUNDES	19.362.618,36	3,51
270001	SECULT	847.361,64	0,15
290001	SRH	1.468.391,90	0,27
290101	SOHIDRA	1.048.175,41	0,19
310001	SECITECE	50.000,00	0,01
420001	SESPORTE	3.088.079,08	0,56
430001	CIDADES	45.312.483,35	8,22
470001	STDS	26.865.269,35	4,87
470201	FEAS	47.942.556,32	8,70
<b>TO TAL</b>		<b>551.301.840,43</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Conforme Tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (24,71%), seguido Desenvolvimento Agrário (20,83%) e FEAS (8,70%).

De acordo com Tabela seguinte, as despesas com o FECOP obtiveram um acréscimo nominal de 35,97% em relação ao exercício de 2013. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2014 o gasto com a Função Educação, correspondente a 24,71% do total das despesas empenhadas.



TABELA 22

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2013 - 2014

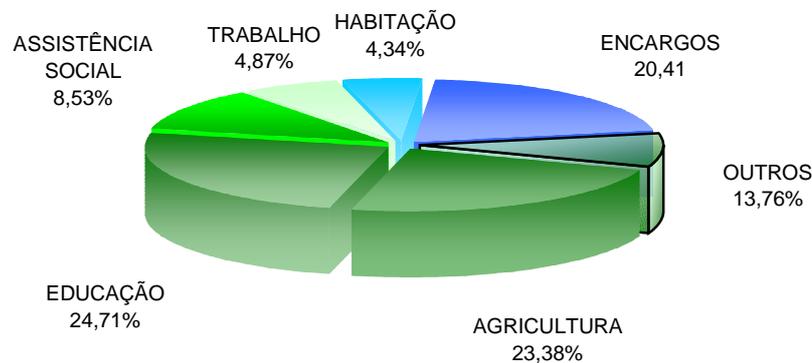
(R\$ 100)

FUNÇÃO	2013	PART.%	2014	PART.%	VARIAÇÃO % 2013/2014
AGRICULTURA	103.644.714,39	25,56%	128.907.381,86	23,38%	24,37%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.670.916,86	11,02%	47.015.772,45	8,53%	5,25%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00%	50.000,00	0,01%	0,00%
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	0,48%	0,00	0,00%	-100,00%
CULTURA	2.225.019,09	0,55%	847.361,64	0,15%	-61,92%
DESPORTO E LAZER	3.565.552,81	0,88%	3.088.079,08	0,56%	-13,39%
DIREITOS DA CIDADANIA	5.666.213,40	1,40%	6.984.809,87	1,27%	23,27%
EDUCAÇÃO	134.605.748,29	33,20%	136.238.551,34	24,71%	1,21%
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00%	112.546.447,45	20,41%	0,00%
GESTÃO AMBIENTAL	1.268.077,40	0,31%	1.502.863,26	0,27%	18,52%
HABITAÇÃO	21.655.599,69	5,34%	23.915.505,76	4,34%	10,44%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.413.250,00	0,60%	0,00	0,00%	-100,00%
SANEAMENTO	5.994.993,96	1,48%	4.662.551,98	0,85%	-22,23%
SAÚDE	0,00	0,00%	19.362.618,36	3,51%	0,00%
TRABALHO	26.384.712,98	6,51%	26.865.269,35	4,87%	1,82%
TRANSPORTE	30.000.000,00	7,40%	21.566.498,37	3,91%	28,11%
URBANISMO	20.938.105,65	5,16%	17.748.129,66	3,22%	-15,24%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	486.746,71	0,12%	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>405.457.151,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>551.301.840,43</b>	<b>100,00%</b>	<b>35,97%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO VI

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

*Art. 1º (...)*

*§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado "Recursos Provenientes do FECOP".*

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executoras e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

- Lei Complementar nº 148, de 24 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.

Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de 2000, que discorre: "A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperações de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições," procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2014.

## **REALIZAÇÕES 2014**

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2014 de forma detalhada foram:



## **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED**

**Nota Fiscal Eletrônica - Nfe** - Atualmente todos os contribuintes, exceto MEI, estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NFe, sendo que 6.974 contribuintes ingressaram no exercício de 2014. Destaca-se que no período de janeiro a dezembro de 2014 foram autorizadas 57,96 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 201,945 bilhões;

Com a implementação do Controle de Ocorrências vinculadas a NFe, durante o período de janeiro a dezembro de 2014 foram registrados 35,779 milhões de eventos, dos quais destacamos os relacionadas com a manifestação do destinatário da NFe:

- ✓ 1,159 milhões de Ciência da Emissão - Recebimento pelo destinatário de existência de NFe em que ele é destinatário, mas ainda não há elementos suficientes para apresentar uma manifestação conclusiva;
- ✓ 1,659 milhões de Confirmação da Operação - Manifestação do destinatário confirmando que a operação descrita na NFe ocorreu efetivamente;
- ✓ 57.976 Desconhecimento da Operação - Manifestação do destinatário declarando que a operação descrita da NFe não foi por ele solicitada;
- ✓ 11.416 Operação não Realizada: - Operação não realizada - Manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NFe foi por ele solicitada, mas não foi efetivada;

Quanto aos demais eventos registrados no mesmo período temos:

<b>Demais Eventos da NFe</b>	<b>Quantidade de Eventos</b>
Autorização CTe	17.418.335
Registro Passagem NFe	13.828.545
Cancelamento NFe	935.352
Carta de Correção	296.013
Cancelamento CTe	383.789
Vistoria SUFRAMA	13.018
Internalização SUFRAMA	12.433
Cancelamento Registro Passagem NFe	160
Registro Passagem NFe BRId	4.065

**Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe** - O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais.

Atualmente 2.719 transportadoras estão obrigadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, sendo que 1.465 contribuintes estão devidamente credenciados como emissores de CTe. Destaca-se que no período de janeiro a dezembro de 2014 foram autorizadas 13,777 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 434,328 bilhões em valor total de serviços prestados.

**Manifesto Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDFe** - O Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDFe) foi criado para vincular os documentos fiscais utilizados na operação e/ou prestação, à unidade de carga utilizada no transporte. Deve ser emitido pelas transportadoras nas entregas com mais de um conhecimento de transporte; pelas empresas que transportam carga em veículos próprios arrendados ou por meio de transportador subcontratado, nas entregas com mais de uma nota fiscal.

A finalidade do MDFe é agilizar o registro em lote de documentos fiscais e identificar a unidade de carga utilizada e demais características do transporte.

Salienta-se que a autorização de uso do MDFe implicará em registro posterior dos eventos, nos documentos fiscais eletrônicos nele relacionados. Atualmente 902 empresas credenciadas estão emitindo o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDFe no Estado do Ceará, sendo que deste total, 902 contribuintes já estão obrigados a emissão.

## **AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

### **Autos de Infração Lavrados**

- a) **Trânsito de Mercadorias** - Lavrados 8.033 Autos de Infração até dezembro de 2014, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R\$ 9,94 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 34,52 milhões.



- b) **Fiscalização de Empresas** - que resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 285,54 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 808,85 milhões, conforme tabela a seguir:

**Autos de Infração Pagos em 2014** - No período de janeiro a dezembro de 2014, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 304,59 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme tabela seguir:

TABELA 23  
DEMOSNTRATIVO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO PAGOS

(R\$ 1,00)

TIPO	QTDE AI	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
AUDITORIA	40.944	190.830.623,04	35.829.424,12	16.759.775,52	243.419.822,68
CEXAT	18.707	34.598.766,12	3.246.983,68	1.393.298,65	39.239.048,45
TRÂNSITO DE MERCADORIAS	9.143	11.406.011,83	10.197.665,68	328.323,42	21.932.000,93
<b>TOTAL</b>	<b>68.794</b>	<b>236.835.400,99</b>	<b>49.274.073,48</b>	<b>18.481.397,59</b>	<b>304.590.872,06</b>

\* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

## ACÇÕES DECORRENTES DA GESTÃO FISCAL DOS MACROSEGMENTOS ECONÔMICOS

- **Redução da perda do ICMS decorrente do enquadramento indevido de alguns consumidores de energia elétrica na classe rural** - Durante o exercício de 2014, a correção dos erros de enquadramento mais flagrantes proporcionaram a recuperação de crédito tributário no valor de R\$ 5,4 milhões relativos aos exercícios de 2009 a 2013.
- **Ações fiscais em andamento referente a crédito indevido de energia elétrica pelo setor industrial** - Ação resultou em recolhimento de ICMS no valor aproximado de R\$ 1,6 milhão em 2014.
- **Ações fiscais devido a falta de recolhimento de ICMS por substituição tributária nas aquisições interestaduais de energia elétrica por estabelecimento fabricante de cimento** - Ação resultou em recolhimento, em 2014, de R\$ 10,3 milhões de ICMS e encargos.
- **Ações fiscais em andamento, na Setorial de Comunicação, objetivando recuperação de crédito tributário relativo a falta de recolhimento do ICMS diferido conforme previsto no Convênio nº 128/2010** - Previsão de recolhimento de ICMS, para o primeiro semestre de 2015, no valor aproximado de R\$ 6 milhões.



- **Majoração no valor de referência para a cobrança do ICMS por substituição tributária (PMPF) nas operações com combustíveis:** Gasolina “C”, diesel e etanol, a partir de janeiro de 2014, resultando em incremento de R\$ 52,3 milhões no ano; GLP, a partir de abril de 2014, resultando em incremento da arrecadação de R\$ 9,6 milhões no ano.

TABELA 24  
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

(Em R\$ milhões)

Status do Auto de Infração	2012	2013	2014
Quitado	35,80	30,11	10,94
Em Julgamento	76,53	228,75	170,39
Inscrito Dívida Ativa	1,62	0,09	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>113,95</b>	<b>258,95</b>	<b>181,33</b>

Fonte: Sistema CAF

#### AÇÕES DA GESTÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR

- **Simplificação do Processo de Exportação Indireta** - O Decreto nº 31.471/2014 substituiu o anterior Decreto nº 30.372/2010 e trouxe como avanço a simplificação do processo de exportação indireta extinguindo a obrigatoriedade do credenciamento junto à Sefaz. Desde 2011 o controle pleno destas operações vem sendo realizado por meio do Sistema de Comércio Exterior - SISCOEX. O Decreto simplificou, também, os procedimentos pertinentes as operações de Admissão Temporária fazendo as adequações trazidas pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.361, de 21 de maio de 2013.
- **Sistema de Controle do Comércio Exterior - SISCOEX** - Aprimoramento do processo de controle das operações de Comércio Exterior, visando controlar as operações relativas à Importação, facilitando a operacionalização do cálculo do ICMS, a emissão da Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira - GLME, a emissão do Documento de Arrecadação Estadual - DAE/Guia Nacional de Recolhimento Estadual - GNRE, fornecendo relatórios gerenciais, consultas diversas, dados estatísticos, levantamento do montante do ICMS exonerado e do pago, e o controle sobre os benefícios fiscais. Este aprimoramento traz com vantagem agilidade e segurança na entrega eletrônica via internet por meio de acesso seguro dos documentos complementares que comprovem a efetiva exportação, tais como: Registro de Exportação, Despacho de Exportação, Conhecimento de Embarque Internacional - BL ou AWB e chave de acesso da NFe de exportação, que juntamente com as informações captadas do banco de dados da NFe e SPED Fiscal permitem a consolidação destas informações com precisão.



- **Ações de Fiscalização e Monitoramento** - Foram realizadas ações de monitoramento fiscal em **100** empresas durante o período de janeiro a dezembro de 2014 destas ações foram recolhidos aos cofres estaduais o montante de **R\$ 147.208,19** e autuados **R\$ 4.265.662,02**.
- **Análise de Processos com Desoneração do ICMS Importação** - Foram analisados **6.092** processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, destacando-se a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial que representam 85% dos processos analisados entre janeiro a dezembro/2014.

TABELA 25  
DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS Importação Desonerado
Diferimento FDI	5.265	943.772.542,69
Drawback	684	145.937.986,09
Mandado Judicial	143	6.444.307,34
<b>Total</b>	<b>6.092</b>	<b>1.096.154.836,12</b>

#### Admissão Temporária

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS Importação
Cadastro	65	-
Prorrogação	117	1.084.242,28
Nacionalização	29	2.511.716,88
Reexportação	75	-
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>3.595.959,16</b>

#### Termos de Responsabilidade - Importação Desembaraçada em Outra Unidade Federada

Modalidade	Quant. Processos
Diferimento FDI	402
Drawback	29
<b>Total</b>	<b>431</b>



**Total de Processos COMEX**

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS
Análise de Processos com Desoneração do ICMS Importação	5.137	1.008.157.282,86
Admissão Temporária *	237	2.992.039,45
Termos de Responsabilidade - Importação Desembaraçada em Outra Unidade Federada	345	-
<b>Total</b>	<b>5.719</b>	<b>1.011.149.322,31</b>

TABELA 26

**ATIVIDADES DE RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÃO DO ICMS**

(R\$ 1,00)

Ressarcimento do ICMS			
Tipo	Proc	Solic	Deferido
Peças	198	26.970.508,25	22.128.624,21
Trigo	352	75.477.662,12	50.862.430,18
Outros	120	4.806.404,01	2.047.481,50
<b>Total</b>	<b>670</b>	<b>107.254.574,38</b>	<b>75.038.535,89</b>

(R\$ 1,00)

Restituição do ICMS			
Tipo	Proc	Solic	Deferido
Bebidas	122	21.963.421,84	21.059.435,88
Outros	43	23.935.869,31	14.420.917,01
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>45.899.291,15</b>	<b>36.480.352,89</b>

(R\$ 1,00)

Total Geral			
Item	Proc	Solic	Deferido
Ressarcimento	670	107.254.574,38	75.038.535,89
Restituição	165	45.899.291,15	36.480.352,89
<b>Total</b>	<b>835</b>	<b>153.153.865,53</b>	<b>111.518.888,78</b>

Examinando-se a eficiência do processo, constata-se que a relação *processo deferido/processo solicitado* equivalente a **73%**, correspondente a uma queda de 14% em relação ao exercício anterior.

Tal eficiência do processo de ressarcimento/restituição permitiu ao fisco glosar das pretensões dos contribuintes **R\$ 41.634.976,75** no exercício.



TABELA 27  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA NOTIFICADA

(R\$ 1,00)

Termo de Notificação		
Status	Quantidade	Valor
Lançado	72	69.271.091,07
Pago	56	23.802.686,89

O Índice de retorno do lançamento do ICMS pela atividade de monitoramento fiscal em 2014, ou seja, a conversão do valor lançado em caixa, correspondeu a 34% e 78% em valor e em quantidade termos de notificação emitidos, muito além dos valores alcançados em 2013, da ordem de 3% e 12%, respectivamente.

TABELA 28  
DEMONSTRATIVO DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO ST

(R\$ 1,00)

Auto de Infração		
Status	Quantidade	Valor
Lançado	8	4.509.294,60
Pago	5	738.388,67

#### ACÇÕES DA COORDENADORIA DE PESQUISA E ANÁLISE FISCAL

**Representações Fiscais Enviadas ao Ministério Público do Estado do Ceará pela CEPAF - Coordenadoria de Pesquisa e Análise Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ/Ce** - Foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará os autos de infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias. No período de janeiro a dezembro de 2014, foram encaminhados um total de 587 (quinhentos e oitenta e sete) Representações Fiscais, originadas de 769 (setecentos e sessenta e nove) Autos de Infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscrito na Dívida Ativo Estadual. Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS no valor de R\$ 77.387.070,32 (setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e sete mil, setenta reais e trinta e dois centavos) que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 165.342.476,64 (cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), assim distribuídos:

TABELA 29  
DEMONSTRATIVO DAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS

(R\$ 1,00)

Representações Fiscais	Autos de Infração	ICMS Devido (R\$)	Multa (R\$)	Total (R\$)
587	769	77.387.070,32	87.955.407,02	165.342.476,64

Nota: Vale salientar que os valores demonstrados apresentam-se em seus **valores nominais** (valores da época da autuação).

A revisão fiscal, no exercício de 2014, concluiu 20 ações fiscais tendo os seguintes resultados: Ações Fiscais de Auditoria Fiscal com a lavratura de **32 (trinta e dois)** Autos de Infração com o lançamento de **R\$ 5.150.384,44**, ICMS principal e multa; Realizou a análise de **187** processos de Autos Nulos/Extintos pelo Contencioso Administrativo Tributário.

#### **Implantação o controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta**

- ✓ Arrecadado dos Órgãos da Administração Indireta, via DAE, R\$ 8,80 milhões em 2014;
- ✓ Habilitada a emissão de DAE para 7 (sete) Órgãos;
- ✓ Em desenvolvimento o Projeto para a emissão de DAE em 4 (quatro) Órgãos.

#### **Painel Fiscal**

- ✓ Implantados 8 Indicadores: Receita; Fiscalização; Auto de Infração; Monitoramento Fiscal; Omissão; Declarado x Recolhido; Débito Fiscal; Receita Futura; Fiscalização de Trânsito e ITCD;
- ✓ Implantação da Rede Social Corporativa;
- ✓ Implantação do Gerenciamento de Projetos.

#### **REDESIM**

- ✓ Concluída a integração SEFAZ/JUCEC;
- ✓ Recepção pela SEFAZ das imagens dos documentos de registro digitalizadas pela JUCEC;
- ✓ Em desenvolvimento o integrador estadual- JUCEC x SEFAZ

**MÓDULO FISCAL ELETRÔNICO** - Iniciado o processo para implantação e operacionalização de novo modelo de emissão de documentos das operações fiscais de venda ao consumidor, com emissão de Cupons Fiscais Eletrônicos através de Módulo Fiscal Eletrônico.

O referido sistema tem como objetivo:

- ✓ Adotar o modelo de emissão do Cupom Fiscal Eletrônico previsto no Ajuste SINIEF11/10;



- ✓ Simplificar e reduzir as obrigações acessórias dos contribuintes e suas operações comerciais, realizadas através de um documento fiscal moderno e seguro;
- ✓ Ampliar o número de contribuintes do atual modelo com vistas à ampliação da capacidade de arrecadação do Estado;
- ✓ Integrar-se com o modelo de Educação Fiscal (PSNVD).

## **AUTOMAÇÃO DO CONTROLE NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS**

Em continuidade ao Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias, onde foram investidos em torno de R\$ 98 milhões, nas áreas de infraestrutura, equipamentos e tecnologia, temos:

- ✓ Instalação de Equipamentos de Raios-X de Carga, tipo Scanners, visando combater a sonegação fiscal nos Postos de Fiscalização localizados em Aracati e Crato;
- ✓ Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo dome nos Postos Fiscais de Aracati e Crato, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado;
- ✓ Licitação em andamento da aquisição e instalação de câmeras de monitoramento em diversos pontos de rodovias que cruzam nosso Estado, visando o combate ao trânsito de mercadorias com indícios de irregularidade fiscal;
- ✓ Licitação em andamento da Célula de Informações e Operações Fiscais, que será um Centro de Comando e Controle, que coordenará as ações de fiscalização no trânsito de mercadorias através da ação de fiscalização itinerante e utilização de inteligência no cruzamento de dados recebidos pelas câmeras de monitoramento e de várias outras fontes.

### **• PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL - REFIS**

A Lei nº 15.713 de 03 de dezembro 2014, publicada no D.O.E, em 04/12/2014, que instituiu o Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS 2014, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/07/2014, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 22/12/2014.

O objetivo desta Lei foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Erário Estadual, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que ele possa readquirir à condição de normalidade no cumprimento das suas obrigações tributárias.

A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos foi de R\$ R\$ 57 milhões, conforme quadro abaixo.



TABELA 30

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DO PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

(R\$ 1,00)

Receita	Valor
ICMS	43.780.875,07
IPVA	1.456.305,60
ITCD	5.465.931,93
OUTROS	6.296.993,01
<b>Total</b>	<b>57.000.105,61</b>

**CIDADANIA FISCAL**

- **Ministradas 12 palestras de sensibilização em 2014** - para professores e alunos do ensino médio e fundamental, da rede públicas e particular, principalmente no interior do Estado (São Gonçalo do Amarante, Iguatu, Pentecoste, Sobral e horizonte) para universidades (Fametro, Uva, Unifor, Unichristus e Faculdade 7 de setembro) e também para servidores ativos e inativos dos fiscos.
- **Realização de 11 Cursos com 395 participantes.**
- **V Seminário Estadual de Educação Fiscal** - com o tema 15 anos do programa de Educação Fiscal no Estado do Ceará - Memórias e perspectivas com 184 participantes. Na ocasião foi feito o lançamento de um e-book com 25 artigos relativos a temas da Educação Fiscal.
- **Desenvolvimento de um projeto em parceria com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social** - destinado a integrantes do Projeto Primeiro passo, cujo público alvo são jovens e adolescentes na faixa etária de 16 a 24 anos, de escolas públicas de ensino fundamental e médio, com 5.040 participantes.
- **Implementação de projeto de inclusão da matéria de educação fiscal de forma transversal no projeto pedagógico da 13ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da educação** - sediada em Acaraú, abrangendo os municípios: Cruz, Bela Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos, totalizando 18 escolas com abrangência de 8.000 alunos.
- **Participação no Projeto do TCM** - Caravana da Cidadania, na cidade de Pentecoste com a presença de 21 municípios vizinhos, com a realização da Gincana da Cidadania, com a participação de colégios das redes Municipal e estadual de ensino, com 150 participantes.
- **Produção de 5 livros didáticos para o ensino médio, fundamental e universitário (35.000 mil exemplares)** - por meio de contrato com a Fundação Demócrito Rocha.
- **Implantação de 02 (dois) Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs** - Na Universidade de Fortaleza e na Faculdade Estácio de Sá (núcleo da Parangaba), com participação da SEFAZ, SRFB, SEFIN e Conselho



Regional de Contabilidade, com o objetivo de atuar como Centro de Aprendizagem dos alunos de contabilidade.

### **Taxas**

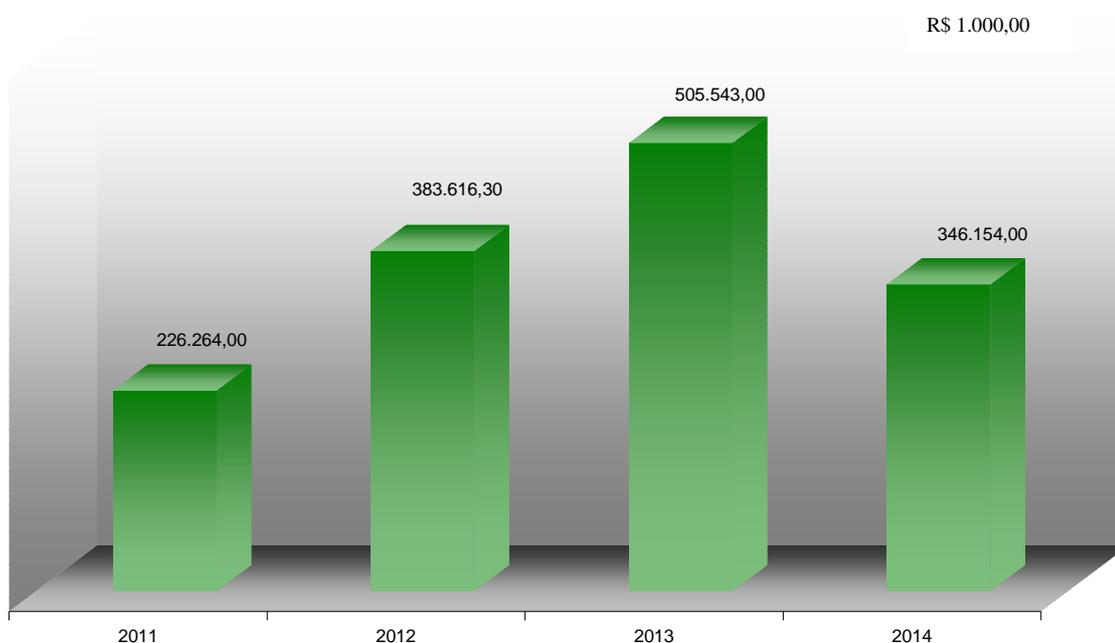
As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$ 33.691.959,00 totalizaram na sua realização, R\$ 9.925.601,61, representando apenas 0,09% da Receita Tributária.

Nesta Fonte de Receita, as Taxas Pela Prestação de Serviços, em 2014, somaram R\$ 9.755.008,64, e cresceram 4,57%, em comparação com o exercício anterior.

### **Receita Patrimonial**

A Receita Patrimonial, prevista em R\$ 212.035.915,64 alcançou no exercício de 2014 a quantia de R\$ 346.154.229,20, correspondendo a 1,87% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários.

**GRÁFICO VII**  
**EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL - 2011 A 2014**



Fonte: S2GPR/SEFAZ

## Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, no ano de 2014 tiveram uma previsão orçamentária, no valor de R\$ 18.265.555,00 chegando à cifra de R\$ 10.665.466,81.

## Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 7.070.673,555,75, chegaram à cifra de R\$ 6.940.770.680,82, inferior à sua previsão em 1,84%. Tal receita representa 38,36 das Receitas Correntes.

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R\$ 5,516 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2014, com um acréscimo nominal de 7,35% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R\$ 5,327 bilhões, com um acréscimo nominal de 7,55%, comparado com 2013. Esta transferência participou com 90,81% das Transferências Correntes e 28,90% das Receitas Correntes.

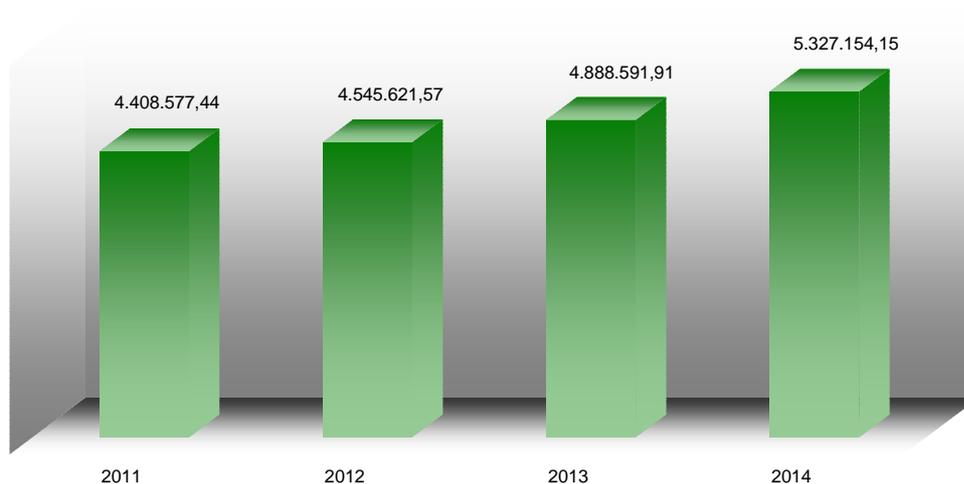
Convém informar que no exercício de 2014 as Transferências de Recursos do FUNDEB que se referem ao retorno estão contidas em Outras Transferências Multigovernamentais no valor de R\$ 994.358.743,12 (172401) e participou com 14,32% das Transferências Correntes.

TABELA 31  
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO VALORES NOMINAIS

RECEITAS	2013	2014	VARIACÃO % (2013 / 2014)	(R\$ 100)
				PARTICIPAÇÃO %
FPE	4.888.591.908,78	5.327.154.148,96	8,97	96,57
CIDE	2.085.605,03	4.226.597,08	102,66	0,08
FEP	19.117.370,64	21.882.358,29	14,46	0,40
ROYALTIES	19.148.194,79	17.435.526,27	(8,94)	0,32
IPI	29.507.365,77	30.733.303,06	4,15	0,56
LEI KANDIR	23.821.346,27	23.821.346,28	0,00	0,43
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	0,00	4.576.893,75	0,00	0,08
CFEM	923.010,98	1.271.680,10	37,78	0,02
FNDE	112.287.570,77	85.010.823,42	(24,29)	1,54
ISO	1.172,41	293,72	(74,95)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.095.483.545,44</b>	<b>5.516.112.970,93</b>	<b>8,25</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO VIII  
EVOLUÇÃO DA RECEITA DO FPE - 2011 - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB; foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.



TABELA 32

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DOS RECURSOS DO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2014

(R\$ 1,00)

ORIGEM DO RECURSO	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	478.447.208,35	36,35
FPE	279.778.259,41	21,25
FPM	198.263.263,82	15,06
IPI EXP	1.614.090,40	0,12
ITR	88.549,49	0,01
ITCMD	3.044.539,21	0,23
IPVA	31.454.728,28	2,39
ICMS LEI 87/96	1.668.104,16	0,13
<b>RETORNO</b>	<b>994.358.743,12</b>	<b>75,54</b>
COMPL UNIÃO DE EXERCÍCIO ANT	104.885.868,37	7,97
COMPL DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	217.153.165,24	16,50
<b>TOTAL DO COMPL DA UNIÃO</b>	<b>322.039.033,61</b>	<b>24,46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.316.397.776,73</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores refere-se aos valores de R\$ 28.230.914,86 e R\$ 20.922.602,79 previstos na Portaria Interministerial nº 16/2013 e ao valor de R\$ 55.732.350,72, conforme Portaria nº 364, de 28/04/2014 e art. 6, § 2º da Lei nº 11.494, de 20/06/2007.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária, conforme discriminado abaixo:

TABELA 33

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2014

(R\$ 1,00)

FONIES	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	1.367.758.439,29	54,40
FPE	1.065.430.829,49	42,38
IPI EXP	4.609.995,31	0,18
ITCMD	11.602.166,46	0,46
IPVA	59.894.548,98	2,38
ICMS LEI 87/96	4.764.269,16	0,19
<b>TOTAL</b>	<b>2.514.060.248,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;

Nota 2: Nos valores referentes ao ICMS, IPVA e ITCD estão computados o valor Principal, Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora e Penalidades;

Nota 3: Nos repasses realizados em 2014, constam repasses complementares de 2013:

ICMS - R\$ 38.247.994,94, IPVA - R\$ 420.188,26 e ITCD - R\$ 1.242.787,48;

Nota 4: Parcela da receita arrecadada em 2014 foi repassada ao FUNDEB em 2015:

ICMS - 28.079.238,77, IPVA - 645.671,88, ITCD - 2.165.361,34

Nota 5: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2014, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária.



O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei 11.494/2007.

TABELA 34  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO FUNDEB NO ESTADO DO CEARÁ - 2014

DESCRIÇÃO	VALOR
Transferência Realizada pelo Estado	(2.514.060.248,69)
Retornou para o Estado	994.358.743,12
<b>Perda do Estado</b>	<b>(1.519.701.505,57)</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

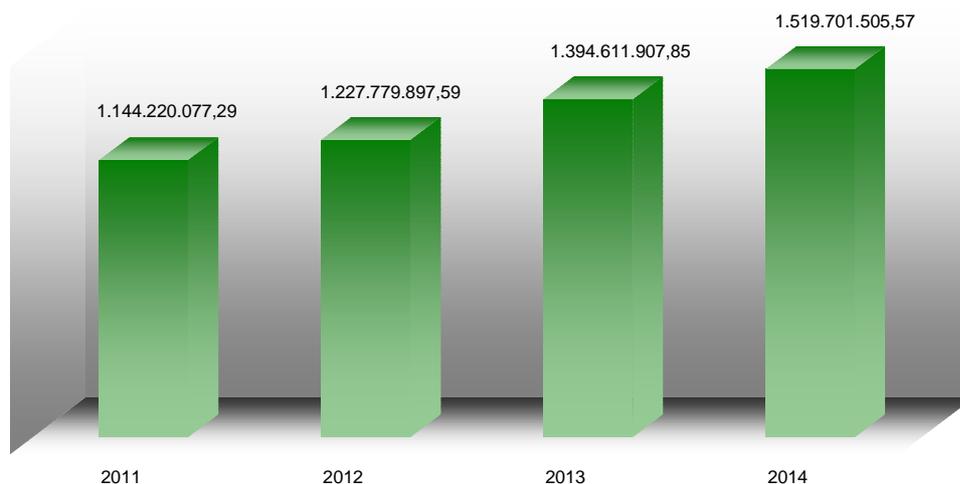
A tabela a seguir demonstra a evolução das perdas do FUNDEB do período de 2010 a 2014

TABELA 35  
DEMONSTRATIVO DO EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2010 - 2014

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>PERDA</b>	992.221.433,71	1.144.220.077,29	1.227.779.897,59	1.394.611.907,85	1.519.701.505,57

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IX  
EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB: 2010 - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ



## Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas em 2014, teve uma previsão no valor de R\$ 413.569.796,91 alcançou a cifra de R\$ 407.059.593,35, inferior ao previsto em 1,57%. Esse grupo apresentou um acréscimo nominal de 28,29% em relação ao exercício anterior. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 109.737.897,46, equivalente a 26,96% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 297.321.695,90, representando 73,04% da rubrica Outras Receitas Correntes.

### 2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2014, somou o montante de R\$ 2.446.051.443,38, correspondendo a uma participação de 11,65% do total da Receita Orçamentária. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito e Transferências de Capital com 66,79% e 30,27, respectivamente.

Em 2014 as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um acréscimo nominal de 37,23% e as Transferências de Capital 24,34% se comparado ao exercício anterior.

TABELA 36  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE  
OPERAÇÃO DE CRÉDITO

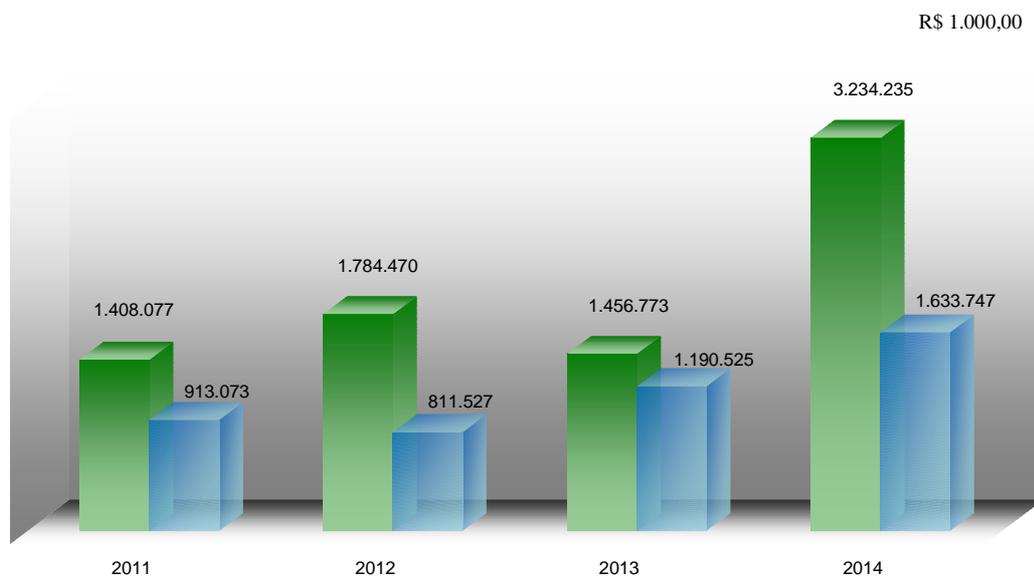
(R\$ MIL)

ANO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% NÃO REALIZADO	VARIAÇÃO %
2011	1.408.077	913.073	-35,15	-14,12
2012	1.784.470	811.527	-54,52	-23,67
2013	1.456.773	1.190.525	-18,28	30,39
2014	3.234.235	1.633.747	-49,49	101,32

Fonte: S2GPR/SEFAZ

Nota: Exercício de 2009 em relação ao de 2008.

**GRÁFICO X**  
**COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO -**  
**2011 – 2014**



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total, nos últimos quatro anos, encontra-se demonstrada a seguir:

**TABELA 37**  
**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL:**  
**2011 A 2014**

ANO	VALOR LIBERADO	RECEITA TOTAL	Valores Correntes (R\$ 1)
			PARTICIPAÇÃO %
2011	913.072.697	14.111.161.195	6,47
2012	811.527.194	16.238.573.150	5,00
2013	1.190.525.229	18.844.349.204	6,32
2014	1.633.746.799	20.995.912.114	7,78

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

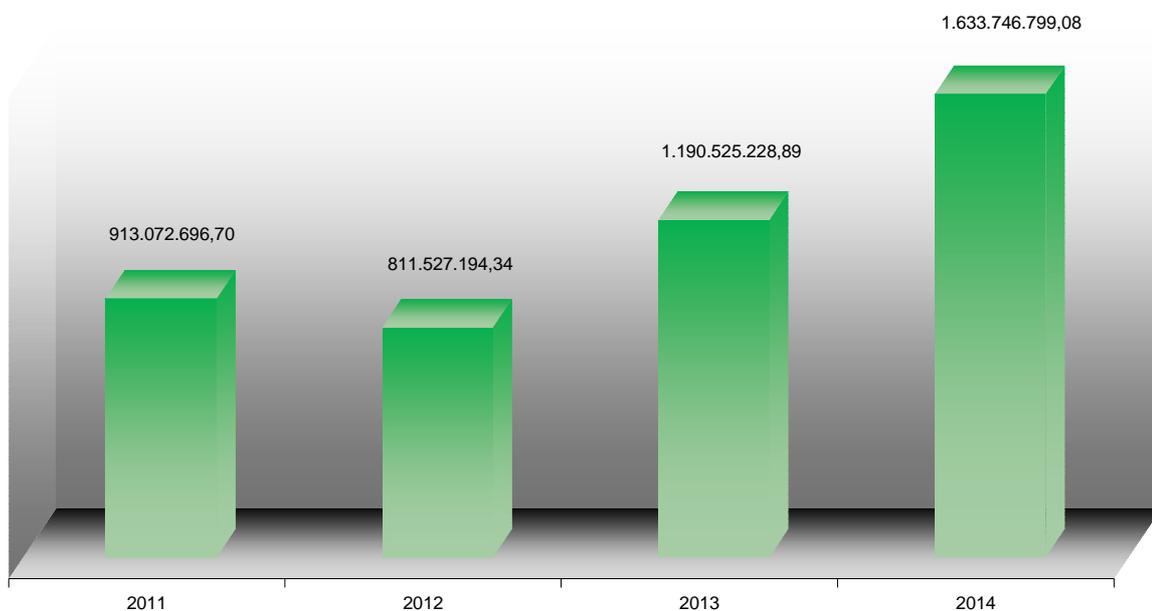


Do montante total das receitas de operações de crédito realizadas em 2014, destacam-se as operações de créditos internas obtidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco do Brasil - BB, que totalizaram o valor de R\$ 1.065.252.162,73, correspondente a 65,20% da receita total de operação de crédito, sendo que os recursos originados através do BNDES foram aplicados, principalmente, em projetos no Porto do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante e no Programa BNDES Estados destinado a projetos do Plano de Investimentos do Estado constante no plano plurianual - PPA e com a complementação da aquisição de 04 (quatro) tuneladoras EPB (Earth Pressure Balanced) a serem utilizadas na implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza. Com o Banco do Brasil S/A, os recursos foram utilizados, em sua maior parte, para viabilizar a execução de despesas de capital constante no plano plurianual - PPA, provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVEST, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.109, de 05 de julho de 2012; e na operação CPAC-PMCMV-BB para a contrapartida do Estado referente ao Programa Minha Casa Minha Vida, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Nesse montante de 2014, também estão incluídas, dentre outras, as operações de crédito externa financiadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento destinadas ao Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado no valor de R\$ 26.077.957,45, ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL - Ceará no valor de R\$ 29.744.389,04, e ao Programa Viário de Integração Logística - Ceará IV no valor de R\$ 186.919.508,17; as operações de crédito externa financiadas com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento destinadas ao Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará - Cidades do Ceará - Cariri Central no valor de R\$ 23.184.089,95 e ao Programa PforR - Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no valor de R\$ 65.710.588,00; e a operação de crédito externa com a Corporação Andina de Fomento - CAF destinado ao Programa de Valorização Turística no valor de R\$ 61.635.979,16.

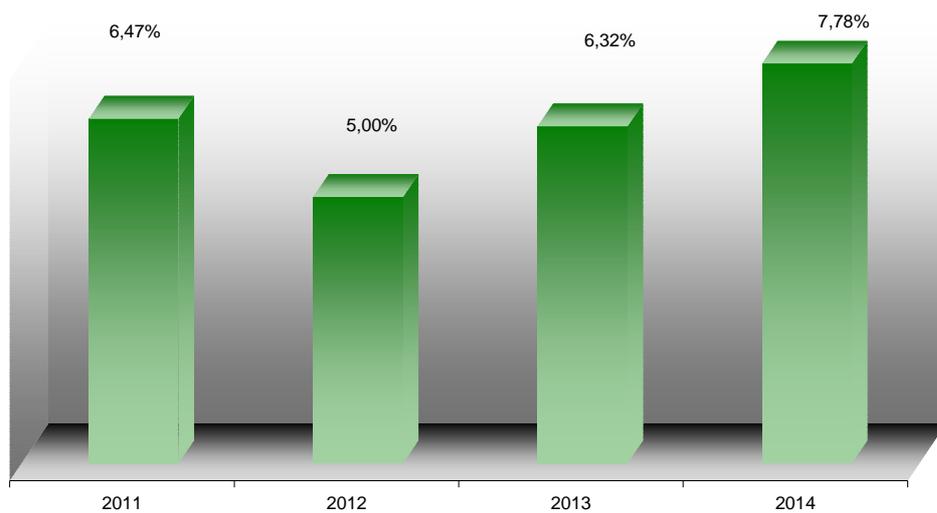


GRÁFICO XI  
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2011 A 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

GRÁFICO XII  
PARTICIPAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2011 A 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

## Alienação de Bens

A alienação de Bens, no ano de 2014, somou o montante de R\$ 2.909.230,00, com uma participação de 0,12% desprezível no total da Receita de Capital. O valor arrecadado é exclusivamente de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2014 um acréscimo de 12.931,04% em comparação com o exercício anterior.

## Transferência de Capital

No ano de 2014, esse grupo foi o segundo mais relevante da categoria Receita de Capital com o montante de R\$ 740.532.897,27 participando com 30,27% no total da sua categoria. Essa receita apresentou em 2014 um acréscimo de 24,34% em comparação com exercício anterior.

## Outras Receitas de Capital

O grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2014 teve arrecadação no montante, de R\$ 68.862.517,03 superior a sua previsão em 163,38%.

## 2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada na Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2014 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 14.011.274.557,97 correspondendo a 85,66%, da despesa final fixada, que foi R\$ 16.358.036.062,14, não incluindo as transferências para administração Indireta.

### 2.1.2.1. A despesa orçamentária, por tipo de crédito, está assim demonstrada:

TABELA 38

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X REALIZADA, POR TIPO DE CRÉDITO

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 1,00)	
			REALIZAÇÃO %	PART.%
Ordinários e Suplementares	16.343.084.473,29	14.000.977.367,03	85,67	99,93
Créditos Especiais	14.951.588,85	10.297.190,91	68,87	0,07
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TO TAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:



TABELA 39

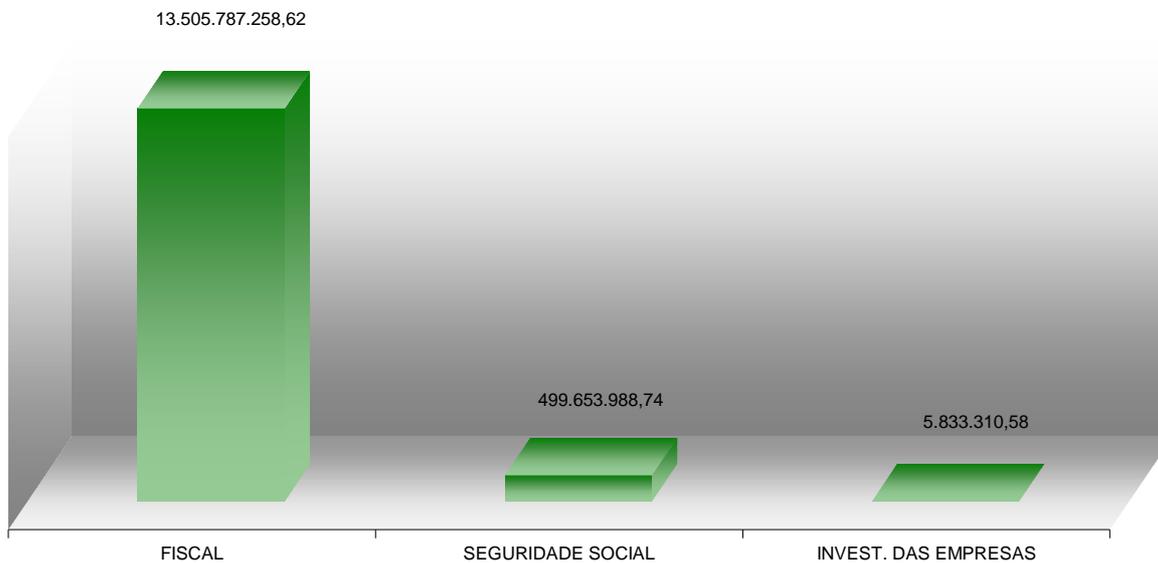
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR TIPO DE ORÇAMENTO E CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
<b>FISCAL</b>	<b>15.833.016.324,90</b>	<b>13.505.787.258,62</b>	<b>96,39</b>	<b>85,30</b>
Corrente	10.419.060.376,27	10.173.977.911,33	72,61	97,65
Capital	5.413.955.948,63	3.331.809.347,29	23,78	61,54
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>516.695.539,44</b>	<b>499.653.988,74</b>	<b>3,57</b>	<b>96,70</b>
Corrente	501.222.090,37	490.202.661,37	3,50	97,80
Capital	15.473.449,07	9.451.327,37	0,07	61,08
<b>INVEST.DAS EMPRESAS</b>	<b>8.324.197,80</b>	<b>5.833.310,58</b>	<b>0,04</b>	<b>70,08</b>
Capital	8.324.197,80	5.833.310,58	0,04	70,08
<b>TO TAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>100,00</b>	<b>85,65</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIII

DESPESA REALIZADA POR TIPO DE ORÇAMENTO



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:



TABELA 40

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR PODER E ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ.%	PART.%
(R\$ 100)					
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>525.717.066,25</b>	<b>523.146.177,73</b>	<b>2.570.888,52</b>	<b>99,51</b>	<b>3,73</b>
Assembleia Legislativa	372.674.147,41	371.876.021,83	798.125,58	99,79	2,65
Tribunal de Contas do Estado	72.527.973,54	71.324.387,50	1.203.586,04	98,34	0,51
Tribunal de Contas dos Municípios	80.514.945,30	79.945.768,40	569.176,90	99,29	0,57
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>857.832.333,95</b>	<b>857.715.803,94</b>	<b>116.530,01</b>	<b>99,99</b>	<b>6,12</b>
Tribunal de Justiça	857.832.333,95	857.715.803,94	116.530,01	99,99	6,12
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>	<b>300.494.706,32</b>	<b>299.134.054,56</b>	<b>1.360.651,76</b>	<b>99,55</b>	<b>2,13</b>
Procuradoria Geral da Justiça	300.494.706,32	299.134.054,56	1.360.651,76	99,55	2,13
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>14.673.991.955,62</b>	<b>12.331.278.521,71</b>	<b>2.342.713.433,91</b>	<b>84,03</b>	<b>88,01</b>
Defensoria Pública Geral do Estado	116.080.561,51	102.372.858,16	13.707.703,35	88,19	0,73
Secretaria da Infra-Estrutura	1.514.411.345,10	744.750.006,95	769.661.338,15	49,18	5,32
Sec. de Seg. Pub. e Def. Social	168.135.455,00	147.090.788,40	21.044.666,60	87,48	1,05
SSPDC - Polícia Civil	323.108.456,73	316.968.573,92	6.139.882,81	98,10	2,26
Polícia Militar	1.081.409.101,64	1.078.963.973,28	2.445.128,36	99,77	7,70
Corpo de Bombeiros	152.364.432,85	149.533.497,26	2.830.935,59	98,14	1,07
Perícia Forense do Estado do Ceará	61.688.480,40	61.063.359,03	625.121,37	98,99	0,44
Academia Estadual de Seg. Pública	13.418.824,40	12.351.139,85	1.067.684,55	92,04	0,09
Gabinete do Governador	59.144.838,92	31.869.315,92	27.275.523,00	53,88	0,23
Gabinete do Vice-Governador	3.783.105,16	3.414.829,49	368.275,67	90,27	0,02
Procuradoria Geral do Estado	65.593.531,27	63.440.430,98	2.153.100,29	96,72	0,45
Casa Militar	10.620.567,75	10.597.786,36	22.781,39	99,79	0,08
Conselho Estadual de Educação	6.017.071,90	5.692.909,14	324.162,76	94,61	0,04
Secretaria da Justiça e Cidadania	364.072.326,58	291.491.332,22	72.580.994,36	80,06	2,08
Secretaria da Fazenda	739.083.608,07	695.101.042,25	43.982.565,82	94,05	4,96
- Encargos Gerais do Estado	3.833.072.439,34	3.795.104.729,53	37.967.709,81	99,01	27,09
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	564.540.686,65	430.125.987,52	134.414.699,13	76,19	3,07
Secretaria da Educação	2.642.189.458,78	2.394.955.896,41	247.233.562,37	90,64	17,09
- Centro de Educ à Dist. do Estado do Ceará	80.356,29	78.380,03	1.976,26	97,54	0,00
Secretaria da Cultura	87.692.977,44	68.533.778,71	19.159.198,73	78,15	0,49
Secretaria dos Recursos Hídricos	621.117.181,47	414.093.210,68	207.023.970,79	66,67	2,96
Casa Civil	152.389.622,47	147.264.121,87	5.125.500,60	96,64	1,05
Secretaria da Ciência, Rec. e Educação Superior	160.989.729,43	137.183.180,47	23.806.548,96	85,21	0,98
Secretaria do Turismo	434.180.706,51	167.285.103,91	266.895.602,60	38,53	1,19
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	18.820.966,09	15.664.634,21	3.156.331,88	83,23	0,11
Secretaria do Esporte	50.325.037,16	24.567.214,28	25.757.822,88	48,82	0,18
Secretaria das Cidades	730.179.586,78	475.727.937,61	254.451.649,17	65,15	3,40
Secretaria de Planejamento e Gestão	114.127.606,15	91.056.243,15	23.071.363,00	79,78	0,65
Escola de Gestão Púb. do Estado do Ceará	4.140.863,31	4.066.488,19	74.375,12	98,20	0,03
Secretaria do Trabalho e Des. Social	181.155.403,40	159.516.097,62	21.639.305,78	88,05	1,14
Conselho Estadual de Desenv. Econômico	56.409.181,17	55.609.592,25	799.588,92	98,58	0,40
Conselho de Políticas e Gestão M. Ambiente	40.654.453,75	13.799.839,53	26.854.614,22	33,94	0,10
Secretaria da Pesca e Aquicultura	32.156.356,46	5.025.665,15	27.130.691,31	15,63	0,04
Secretaria Especial de Grandes Eventos Esportiv	262.114.955,56	208.803.218,86	53.311.736,70	79,66	1,49
Controladoria Geral da Disciplina	8.722.680,13	8.115.358,52	607.321,61	93,04	0,06
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>2.346.761.504,20</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Vale lembrar que os “Encargos Gerais do Estado”, demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP e outras.

TABELA 41

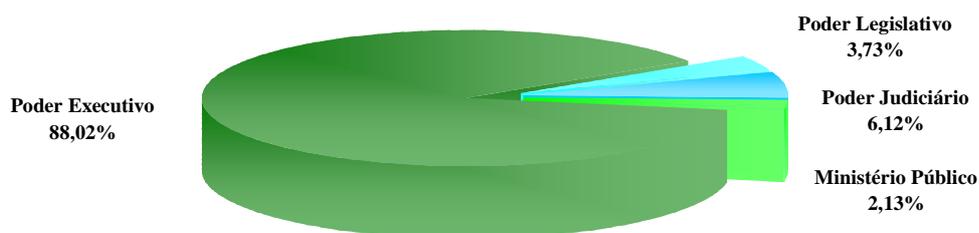
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PODER E CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
<b>Poder Legislativo</b>	<b>525.717.066,25</b>	<b>523.146.177,73</b>	<b>99,51</b>	<b>3,73</b>
Despesas Correntes	513.183.693,55	511.623.568,36	99,70	3,65
Despesas de Capital	12.533.372,70	11.522.609,37	91,94	0,08
<b>Poder Judiciário</b>	<b>857.832.333,95</b>	<b>857.715.803,94</b>	<b>99,99</b>	<b>6,12</b>
Despesas Correntes	854.774.129,77	854.683.676,08	99,99	6,10
Despesas de Capital	3.058.204,18	3.032.127,86	99,15	0,02
<b>Ministério Público</b>	<b>300.494.706,32</b>	<b>299.134.054,56</b>	<b>99,55</b>	<b>2,13</b>
Despesas Correntes	294.209.240,40	293.590.752,68	99,79	2,10
Despesas de Capital	6.285.465,92	5.543.301,88	88,19	0,04
<b>Poder Executivo</b>	<b>14.673.991.955,62</b>	<b>12.331.278.521,71</b>	<b>84,03</b>	<b>88,01</b>
Despesas Correntes	9.258.115.402,92	9.004.282.575,58	97,26	64,26
Despesas de Capital	5.415.876.552,70	3.326.995.946,13	61,43	23,75
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIV  
DESPESA REALIZADA POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### 2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:



TABELA 42

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR CATEGORIA  
ECONÔMICA E GRUPO

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ.%	PARTIC.%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.920.282.466,64</b>	<b>10.664.180.572,70</b>	<b>256.101.893,94</b>	<b>97,65</b>	<b>76,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.397.478.795,64	5.362.407.868,05	35.070.927,59	99,35	38,27
Juros e Enc. da Dívida	278.661.012,80	272.568.630,97	6.092.381,83	97,81	1,95
Outras Despesas Correntes	5.244.142.658,20	5.029.204.073,68	214.938.584,52	95,90	35,89
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.437.753.595,50</b>	<b>3.347.093.985,24</b>	<b>2.090.659.610,26</b>	<b>61,55</b>	<b>23,89</b>
Investimentos	4.614.778.258,27	2.580.307.881,20	2.034.470.377,07	55,91	18,42
Inversões Financeiras	222.328.818,87	172.071.116,65	50.257.702,22	77,39	1,23
Amortizações	600.646.518,36	594.714.987,39	5.931.530,97	99,01	4,24
<b>TOTAL</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>2.346.761.504,20</b>	<b>85,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### 2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizadas pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 10.664.180.572,70, correspondendo a 76,11% da Despesa Orçamentária.

#### Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 5.362.407.868,05, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 50,28%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal da tabela 42. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos das Administrações Direta e Indireta e calculada nos moldes do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



TABELA 43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL,  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS				
	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (Últimos 12 meses)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	7.217.787.703,42	411.253.647,18	885.119.243,92	286.976.403,51	8.801.136.998,03
<b>PESSOAL ATIVO</b>	5.287.293.465,91	327.474.920,78	768.158.100,32	251.663.284,34	6.634.589.771,35
<b>PESSOAL INATIVO</b>	1.559.411.926,19	74.518.623,18	116.961.143,60	34.400.900,36	1.785.292.593,33
- Tesouro	826.517.101,48	1.204.406,62	0,00	0,00	827.721.508,10
- Servidor	328.627.425,07	38.297.576,35	54.837.758,15	12.666.876,90	434.429.636,47
- Patronal	404.267.399,64	35.016.640,21	62.123.385,45	21.734.023,46	523.141.448,76
<b>OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)</b>	371.082.311,32	9.260.103,22	0,00	912.218,81	381.254.633,35
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	860.171.903,78	74.828.721,26	125.697.404,40	49.368.411,27	1.110.066.440,71
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	69.632.067,76	0,00	0,00	11.626,60	69.643.694,36
Despesas de Exercícios Anteriores	57.645.011,31	1.514.504,70	22.428.531,90	14.955.884,31	96.543.932,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	732.894.824,71	73.314.216,56	103.268.872,50	34.400.900,36	943.878.814,13
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)</b>	6.357.615.799,64	336.424.925,92	759.421.839,52	237.607.992,24	7.691.070.557,32
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79	14.418.477.503,79
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (III // IV * 100)</b>	<b>44,09</b>	<b>2,33</b>	<b>5,27</b>	<b>1,65</b>	<b>53,34</b>
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	48,60	3,40	6,00	2,00	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF: 95% do Limite Máximo)	46,17	3,23	5,70	1,90	57,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF: 90% do Limite Máximo)	43,74	3,06	5,40	1,80	54,00

FONTE: S2GPR: COTES/CECAD: 25/03/2015 13:18

- Notas:
- 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
    - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
    - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;
  - 2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
  - 3: Exclui " Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE;
  - 4: O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP).

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2014, 53,34%.

No Demonstrativo da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Tabela 36, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada poder e no Ministério Público.

Constam na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.



Essa despesa está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006.

Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal do exercício de 2014, com a do exercício de 2013 houve um acréscimo de 9,84%.

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2014, realizou 5.193 nomeações de novos servidores para integrarem os seguintes órgãos: CGE, ARCE, SEJUS, SESA, POLÍCIA CIVIL, PEOCE, POLÍCIA MILITAR, SEDUC, SEMACE, UVA, CIDADES e SEFAZ. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2014, um custo adicional de R\$ 108.944.098,77. Vale ressaltar que o impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2015 e 2016 são de R\$ 143.639.957,88 e R\$ 13.892.123,12, respectivamente.

**TABELA 44**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14		
<b>I - RECEITAS CORRENTES</b>	1.843.186.775	1.850.270.063	1.491.497.081	1.546.663.074	1.714.625.770	1.585.110.858	1.522.291.699	1.570.800.794	1.604.171.208	1.551.188.703	1.655.341.274	2.125.457.898	20.060.605.197	20.398.190.336
<b>Receita Tributária</b>	1.020.110.151	947.971.433	881.015.799	898.202.931	844.019.421	870.293.190	882.563.576	868.212.099	925.947.751	952.640.389	935.568.492	1.051.735.548	11.078.280.780	11.148.284.888
ICMS	768.889.577	755.717.678	718.494.780	731.895.975	701.728.760	743.125.315	770.794.286	744.494.517	817.752.837	845.509.088	850.308.929	870.556.529	9.319.318.252	9.356.038.420
IPI/VA	180.204.998	90.949.279	75.686.233	76.150.139	64.506.909	19.194.580	16.912.862	12.834.587	11.945.681	9.377.738	7.494.274	10.501.072	575.728.328	590.733.903
ITCD	4.202.826	3.787.160	2.433.794	3.569.589	4.690.308	3.428.568	4.418.637	5.646.305	6.296.155	4.608.356	3.421.426	9.762.131	56.265.255	54.216.130
IRRF	37.364.979	71.353.780	50.201.435	54.858.775	61.494.531	45.928.380	55.759.005	72.115.001	56.403.298	58.171.377	44.724.587	124.574.280	732.949.430	714.999.711
Outras Receitas Tributárias	29.447.771	26.163.536	34.209.557	31.728.452	11.598.912	58.616.367	34.678.785	33.121.889	33.549.780	34.913.852	29.849.276	36.341.536	394.019.514	432.296.724
<b>Receita de Contribuições</b>	27.350.162	43.409.919	37.907.576	25.853.639	38.943.716	36.116.649	38.046.388	43.727.618	38.379.475	40.579.675	32.909.738	109.900.769	513.125.324	616.758.739
<b>Receita Patrimonial</b>	23.394.022	26.994.117	28.014.773	30.781.981	40.331.283	23.733.655	45.890.654	13.518.889	26.173.022	24.656.190	21.458.773	112.864.932	417.812.290	233.531.087
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Serviços	2.396.685	2.477.074	3.964.130	3.126.538	2.732.740	5.269.810	4.733.605	3.737.036	4.131.237	3.861.738	4.243.966	2.605.109	43.279.667	72.649.046
<b>Transferências Correntes</b>	748.943.667	799.583.537	499.555.826	560.296.399	763.391.891	610.009.323	522.938.899	591.113.600	567.209.584	496.636.333	629.603.291	680.140.939	7.469.423.288	7.752.197.868
Cota-Parte do FPE	560.471.408	588.501.488	355.028.128	405.204.833	539.985.262	404.954.091	347.804.327	422.523.083	370.376.810	350.044.227	463.328.298	508.932.193	5.327.154.149	5.339.512.274
Transferências da L.C. 87/1996	1.985.112	1.985.112	0	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	3.970.224	23.821.346	28.455.809
Transferências da L.C. 81/1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEB	117.721.983	146.828.246	95.436.105	98.525.036	164.216.913	94.572.980	91.321.788	97.656.242	95.878.229	93.846.991	105.427.302	114.966.002	1.316.397.777	1.320.780.876
Outras Transferências Correntes	68.765.184	52.268.690	49.091.593	54.581.417	57.204.804	108.497.159	81.827.672	68.949.163	98.989.432	50.760.003	58.862.580	52.272.520	802.050.016	1.063.448.909
Outras Receitas Correntes	20.992.088	29.833.984	41.038.978	28.401.588	25.206.719	39.688.231	28.118.577	50.491.553	42.330.140	32.814.378	31.557.014	168.210.600	538.683.849	574.768.706
<b>II - DEDUÇÕES</b>	569.599.314	499.566.877	457.850.699	439.899.622	475.824.726	410.388.109	417.670.171	451.606.642	424.555.425	448.965.032	480.678.144	565.722.932	5.642.127.694	5.744.905.849
<b>Transferências Constitucionais e Legais</b>	299.228.812	213.048.781	223.457.268	210.638.790	214.028.503	181.553.099	191.156.797	206.360.870	187.676.453	214.669.663	225.696.532	207.052.596	2.574.568.162	2.594.492.668
<b>Contrib. para o Plano de previd. do Servidor</b>	27.350.162	43.409.919	37.907.576	25.853.639	38.943.716	36.116.649	38.046.388	43.727.618	38.379.475	40.579.675	32.909.738	109.900.769	513.125.324	616.758.739
Contrib. Custeio das Pensões Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compens. Financ. entre Reg. Previdência	1.569.186	3.433.178	3.853.280	5.044.069	2.935.366	2.792.813	4.396.301	3.410.945	2.311.819	2.189.414	3.615.367	4.822.431	40.373.960	26.115.906
Ded. de Rec. para a formação do FUNDEB	241.451.155	239.674.999	192.432.576	198.363.124	219.917.152	189.925.748	184.070.685	198.107.210	196.187.678	191.526.279	218.456.507	243.947.136	2.514.060.249	2.507.538.536
<b>III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	1.273.587.461	1.350.703.186	1.033.646.382	1.106.763.452	1.238.801.043	1.174.722.750	1.104.621.528	1.119.194.152	1.179.615.783	1.102.223.672	1.174.663.131	1.559.734.966	14.418.477.504	14.653.284.487

FONTE: S2GPR; COTES/ICECAD; 25/03/2015 13:12



A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 14.418.477.503,79 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.

A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.

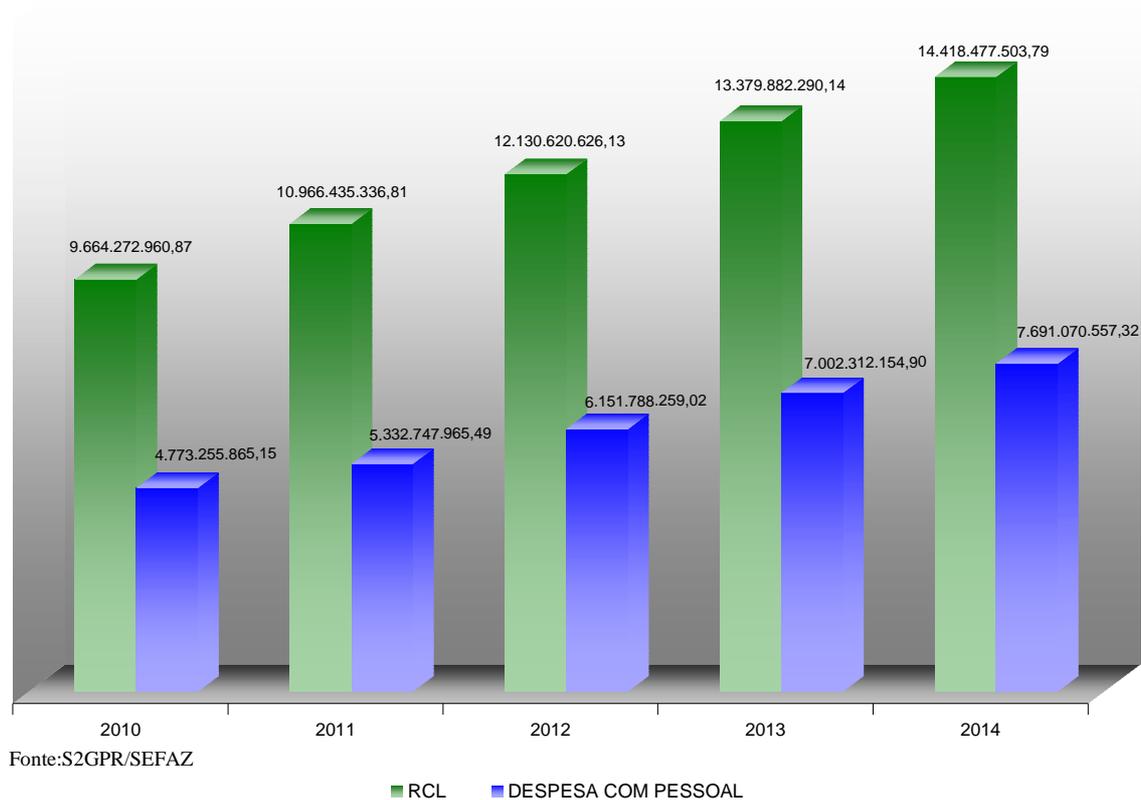
TABELA 45  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESA COM PESSOAL	REALIZAÇÃO %
2010	9.664.272.960,87	4.773.255.865,15	49,39
2011	10.966.435.336,81	5.332.747.965,49	48,63
2012	12.130.620.626,13	6.151.788.259,02	50,71
2013	13.379.882.290,14	7.002.312.154,90	52,33
2014	14.418.477.503,79	7.691.070.557,32	53,34

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XV  
DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2010 A 2014



### Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2014, somaram R\$ 229.708.587,90 representando 2,15% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 19,38%. Está incluído na despesa supramencionada o valor de R\$ 24.732.044,62, referente aos juros e encargos da dívida da COHAB, pagos com recursos do Tesouro.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2014, atingiram a cifra de R\$ 42.860.023,07, representando 0,40% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 23,87%.

### Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas "Outras Despesas Correntes", executadas em 2014 somaram R\$ 5.029.204.073,68.



As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, no exercício de 2014, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R\$ 2.574.568.161,66, participando com 51,19% na composição do grupo.

TABELA 46  
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS

(R\$ 100)

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TOTAL
<b>DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS</b>	
Transferências a Municípios - ICMS	2.255.738.720,01
Transferências a Municípios - IPVA	300.600.111,26
Transferências a Municípios - IPI	7.683.325,75
Transferências a Municípios - Royalties	9.489.355,37
Transferências a Municípios - CIDE	1.056.649,27
<b>TOTAL</b>	<b>2.574.568.161,66</b>

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte, já líquida das restituições:

TABELA 47  
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ICMS	8.971.004.065,83
MULTA E JUROS DE MORA - ICMS	30.896.564,07
DÍVIDA ATIVA DO ICMS	49.171.415,73
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.619.917,01
<b>TOTAL</b>	<b>9.054.691.962,64</b>
RESTITUIÇÃO DE ICMS	31.662.836,46
RESTITUIÇÃO MULTA E JUROS DE MORA - ICMS	271,48
<b>TOTAL</b>	<b>31.663.107,94</b>
<b>BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>9.023.028.854,70</b>

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.



TABELA 48

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO GRUPO  
“OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PARTIC. %	REALIZ. %	PARTIC. %	REALIZ. %
Execução Orçamen. Delegada a Estados e	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Municípios	2.646.412.504,33	50,46	2.624.994.469,51	52,20	99,19
Transf. a Inst. Priv. s/fins lucrativos	361.020.871,23	6,88	317.113.514,81	6,31	87,84
Transf. a Inst. Priv. c/fins lucrativos	7.941.920,00	0,15	7.775.414,00	0,15	97,90
Aplic. Diretas entre Orçamentos	11.555.400,84	0,22	9.012.616,40	0,18	77,99
Transf. ao Exterior	740.433,00	0,01	730.000,00	0,01	98,59
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>2.216.451.528,80</b>	<b>42,27</b>	<b>2.069.578.058,96</b>	<b>41,15</b>	<b>93,37</b>
- Indenizações e Restituições	208.891.696,66	3,98	203.371.288,86	4,04	97,36
- Material de Consumo	182.234.460,99	3,48	148.592.129,58	2,95	81,54
- Out. Ser. Terc. P. Física	164.887.326,79	3,14	154.965.663,30	3,08	93,98
- Out. Ser. Terc. P. Jurídica	702.491.877,51	13,40	635.288.451,22	12,63	90,43
- Locação de Mão-de-Obra	451.527.802,22	8,61	439.620.470,30	8,74	97,36
- Passagens e Desp. c/Locomoção	16.879.586,86	0,32	15.946.005,17	0,32	94,47
- Outras Desp. Pessoal - Cont. Terceirização	79.841.781,63	1,52	77.503.489,11	1,54	97,07
- Serviços de Consultoria	14.388.543,21	0,27	13.463.855,04	0,27	93,57
- Material de Distribuição Gratuita	32.123.899,28	0,61	29.560.124,18	0,59	92,02
- Obrigações Trib. Contributivas	134.243.287,13	2,56	133.736.713,06	2,66	99,62
- Auxílio Alimentação	117.350.988,12	2,24	114.625.209,65	2,28	97,68
- Auxílio Finan. a Estudandes	3.710.715,06	0,07	2.438.291,03	0,05	65,71
- Auxílio Finan. a Pessoa Física	2.712.900,00	0,05	660.344,00	0,01	24,34
- Premiações Cult. Artis. e Cient. Desp e Outr	19.996.204,52	0,38	19.935.169,47	0,40	99,69
- Subvenções Econômicas	6.795.739,30	0,13	6.795.739,30	0,14	100,00
- Outros	78.374.719,52	1,49	73.075.115,69	1,45	93,24
<b>TO TAL</b>	<b>5.244.142.658,20</b>	<b>100,00</b>	<b>5.029.204.073,68</b>	<b>100,00</b>	<b>95,90</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se de: aux. Financ. A pesquisadores, auxílio transporte, contratação por tempo determinado, contribuições, despesas de exercícios anteriores, diária civil e militar, out. benefícios assistenciais, pensões (exclusive do RGPS), salário família e sentenças judiciais.





TABELA 49

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO  
ENSINO - MDE (ART.212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RECEITAS DO ENSINO			
DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
<b>(I) RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>16.343.495.123,66</b>	<b>16.202.634.751,63</b>	<b>99,14</b>
IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	10.721.075.076,31	10.717.936.957,95	99,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (FPE + IPI + LC 87/96)	5.412.718.021,00	5.381.709.092,02	99,43
DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	65.537.149,35	58.738.763,24	89,63
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS	123.773.195,21	67.600.441,48	54,62
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	20.391.681,79	9.371.670,71	45,96
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	32.729.173,77	-
<b>(II) TRAISEF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)</b>	<b>2.583.470.014,00</b>	<b>2.564.022.157,02</b>	<b>99,25</b>
<b>(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>13.760.025.109,66</b>	<b>13.638.612.594,61</b>	<b>99,12</b>
<b>VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)</b>			<b>3.409.653.148,65</b>
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
<b>(IV) RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.526.748.049,36</b>	<b>2.504.946.135,42</b>	<b>99,14</b>
20% (ICMS + IPVA + IPI) DEUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	1.441.447.981,24	1.422.226.295,85	98,67
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.085.300.068,12	1.082.719.839,57	99,76
<b>(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.330.780.876,00</b>	<b>1.328.300.255,93</b>	<b>99,81</b>
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	987.857.066,00	994.358.743,12	99,65
COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB	322.923.810,00	322.039.033,61	99,73
RECEITA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB	10.000.000,00	11.911.479,20	119,11
<b>(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>	<b>(1.528.890.983,36)</b>	<b>(1.510.587.392,30)</b>	<b>98,80</b>
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPEIADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. EMPE. (B/A)
<b>(VII) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>1.084.892.583,00</b>	<b>1.064.456.451,58</b>	<b>98,12</b>
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	881.760.855,00	863.619.368,54	97,94
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	203.131.728,00	200.837.083,04	98,87
<b>(VIII) OUTRAS DESPESAS</b>	<b>245.888.293,00</b>	<b>228.968.746,71</b>	<b>93,12</b>
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	166.771.182,00	157.825.783,34	94,64
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	79.117.111,00	71.142.963,37	89,92
<b>(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)</b>	<b>1.330.780.876,00</b>	<b>1.293.425.198,29</b>	<b>97,19</b>
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>			<b>VALOR</b>
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-
<b>(X) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>			-
<b>(XI) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X) / V * 100)</b>			<b>80,14</b>
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPEIADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. EMPE. (B/A)
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>2.824.045,84</b>	<b>2.745.180,02</b>	<b>97,21</b>
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>149.524.142,99</b>	<b>146.379.375,12</b>	<b>97,90</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	105.975.338,00	102.982.276,67	97,18
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	43.548.804,99	43.397.098,45	99,65
<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>1.423.395.174,62</b>	<b>1.393.863.087,16</b>	<b>97,93</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	942.556.699,00	918.881.470,83	97,49
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	480.838.475,62	474.981.616,33	98,78
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	-	-	-
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	<b>327.384.344,59</b>	<b>325.521.517,64</b>	<b>99,43</b>
<b>ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	<b>297.673.109,36</b>	<b>283.517.326,80</b>	<b>95,24</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	78.117.111,00	70.777.415,31	90,60
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	219.555.998,36	212.739.911,49	96,90
<b>OUTRAS</b>	<b>444.011.811,68</b>	<b>439.247.927,51</b>	<b>98,93</b>
<b>(XII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE</b>	<b>2.644.812.629,08</b>	<b>2.591.274.414,25</b>	<b>97,98</b>
<b>DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE</b>			<b>VALOR</b>
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			(1.510.587.392,30)
DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			306.640.270,17
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE			11.911.479,20
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS			-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*			-
CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - (51 g)			18.086.426,65
TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL			(1.173.949.216,28)
<b>(XIII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>			<b>3.765.223.630,53</b>
<b>(XIV) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XIII) / (III) x 100) %</b>			<b>27,61</b>
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR		
52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	10.121.198,55		
53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.318.371.729,09		
54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.308.962.307,90		
55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.911.479,20		
56- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2014	31.442.098,94		

\* Fontes: SMART / SEFAZ

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 No item "Outras" correspondem as Subfunções: ADMINISTRAÇÃO GERAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Juros e Amortização da Dívida do Financiamento do PQEB.



Em 2014, o Estado aplicou 27,61% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25,00%. Portanto, foram aplicados 2,61 % da RLIT acima do índice definido.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2014, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

TABELA 50

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO %
2010	8.863.217.475,43	2.619.060.798,26	29,55
2011	10.306.732.952,51	2.766.203.462,71	26,84
2012	11.242.657.588,47	3.090.731.577,58	27,49
2013	12.527.321.259,65	3.479.087.841,15	27,77
2014	13.638.612.594,61	3.765.223.630,53	27,61

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVI

DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2010 A 2014

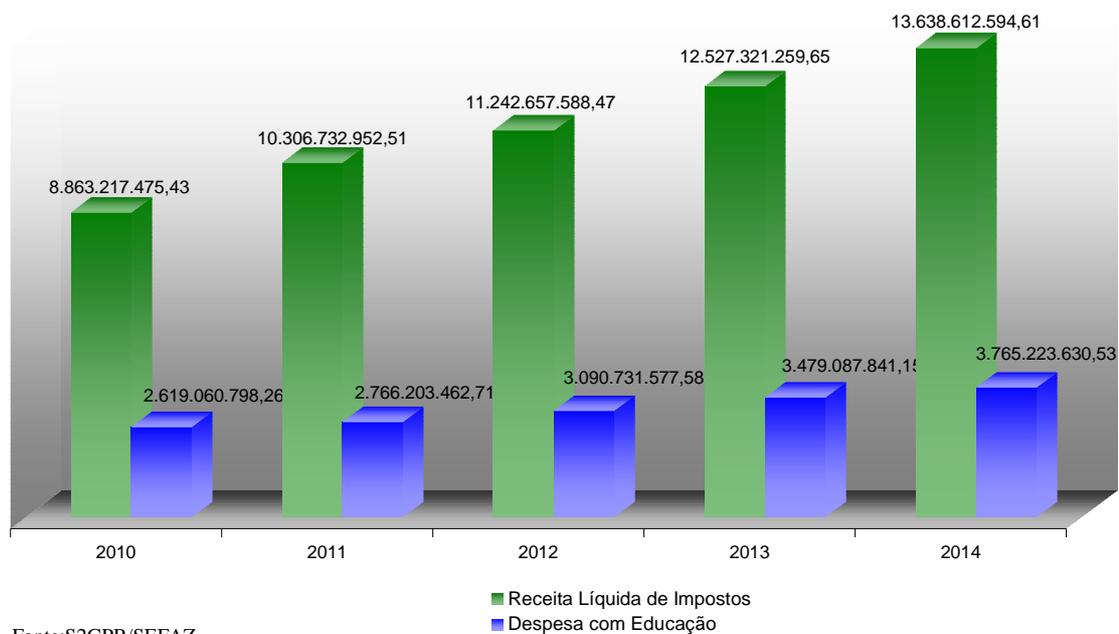




TABELA 51

DEMONSTRATIVO DO GASTO COM SAÚDE, CONFORME EC Nº 29, DE 13/09/2000

(R\$ 1,00)

<b>1. RECEITAS</b>	<b>VALOR ORÇADO</b>	<b>VALOR ARRECADADO</b>
<b>Receita de Impostos Líquida (I)</b>	<b>13.760.025.068,66</b>	<b>13.638.612.300,89</b>
<b>Receita de Impostos</b>	<b>10.930.777.102,66</b>	<b>10.820.925.659,61</b>
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	54.216.130,00	56.265.255,05
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	9.356.038.420,44	9.319.318.251,67
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	590.733.903,00	575.728.328,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	714.999.711,00	732.949.430,28
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	126.871.354,03	68.553.960,20
Dívida Ativa dos Impostos	67.381.637,20	58.738.763,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.535.946,99	9.371.670,71
<b>Receita de Transferências constitucionais e legais</b>	<b>5.412.717.980,00</b>	<b>5.381.708.798,30</b>
Cota-Parte FPE	5.339.512.274,00	5.327.154.148,96
Cota-Parte IPI-Exportação	44.749.897,00	30.733.303,06
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.455.809,00	23.821.346,28
<b>Deduções</b>	<b>2.583.470.014,00</b>	<b>2.564.022.157,02</b>
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.271.318.271,00	2.255.738.720,01
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	300.964.269,00	300.600.111,26
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Rep. aos Municípios	11.187.474,00	7.683.325,75
<b>2. DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESA REALIZADA</b>
Escola de Saúde Pública	62.782,00	49.235,28
Fundo Estadual de Saúde	2.299.205.305,16	2.239.886.798,10
<b>TOTAL DAS DESPESAS(II)</b>	<b>2.299.268.087,16</b>	<b>2.239.936.033,38</b>
Valor legal de aplicação em ações e serviços de Saúde-12,00 %		1.636.633.476,09
<b>PERCENTUAL APLICADO (Despesas/Receitas)</b>		<b>16,42</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota 1: Não inclui as despesas com inativos e pensionistas;

Nota 2: No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE;

Nota 3: Inclui as despesas executadas na modalidade de aplicação referente a transferências a consórcios públicos.

No exercício de 2014, o Ceará aplicou 16,42%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 4,42%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que para os Estados, os recursos mínimos de 12% da Receita resultante de Impostos e Transferências.



TABELA 52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

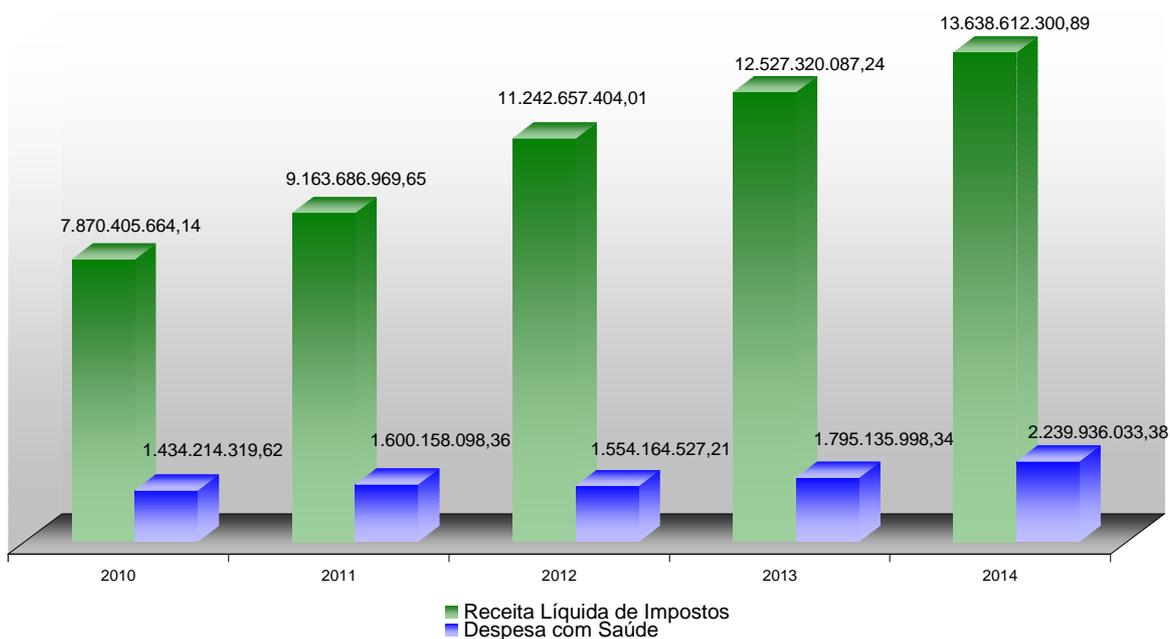
(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO %
2010	7.870.405.664,14	1.434.214.319,62	18,22
2011	9.163.686.969,65	1.600.158.098,36	17,46
2012	11.242.657.404,01	1.541.149.530,32	13,71
2013	12.527.320.087,24	1.795.135.998,34	14,33
2014	13.638.612.300,89	2.239.936.033,38	16,42

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVII

DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2010 A 2014



### 2.1.2.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública com o fim de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2014, estas despesas somaram R\$ 3.347.093.985,24, representando 23,89% da Despesa Orçamentária. Comparando-se com o exercício anterior essa categoria apresentou um acréscimo de 34,19% em termos nominais.



TABELA 53

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DA CATEGORIA  
“DESPESAS DE CAPITAL”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PART. %	REALIZAÇÃO	PART. %	REALIZ. %
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>4.614.778.258,27</b>	<b>84,87</b>	<b>2.580.307.881,20</b>	<b>77,09</b>	<b>55,91</b>
Transf. Interg. a Municípios	168.828.417,75	3,10	149.196.859,63	4,46	88,37
Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos	90.125.024,66	1,66	48.030.142,36	1,43	53,29
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>4.354.370.038,72</b>	<b>80,08</b>	<b>2.381.666.102,61</b>	<b>71,16</b>	<b>54,70</b>
- Aquisição de Imóveis	65.405.398,95	1,20	59.630.663,67	1,78	91,17
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	109.884.819,27	2,02	63.085.916,12	1,88	57,41
- Contribuições	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	725.825.409,98	13,35	454.200.364,92	13,57	62,58
- Indenizações e Restituições	87.933.862,12	1,62	72.761.308,28	2,17	82,75
- Material de Consumo	13.988.719,85	0,26	11.554.572,53	0,35	82,60
- Obras e Instalações	2.827.392.292,58	52,00	1.384.426.846,86	41,36	48,96
- Serv. de Terc. P. Jurídica	216.403.282,11	3,98	119.151.871,01	3,56	55,06
- Serviços de Consultoria	73.325.180,54	1,35	10.934.377,96	0,33	14,91
- Subvenções Econômicas (43) (A)	133.298.409,27	2,45	116.990.500,57	3,50	87,77
- Outros	100.907.664,05	1,86	88.929.680,69	2,66	88,13
<b>Aplicações Diretas Dec. de Op. entre Órgãos</b>	<b>1.449.777,14</b>	<b>0,03</b>	<b>1.414.776,60</b>	<b>0,04</b>	<b>97,59</b>
- Equipamentos e Material Permanente	628,89	0,00	628,89	0,00	100,00
- Obrigações Tributárias e Contributivas	1.429.148,25	0,03	1.414.147,71	0,04	98,95
- Outros Serv. de Terc. P. Jurídica	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Orçamentária Delegada à União</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	<b>222.328.818,87</b>	<b>4,09</b>	<b>172.071.116,65</b>	<b>5,14</b>	<b>77,39</b>
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>222.328.818,87</b>	<b>4,09</b>	<b>172.071.116,65</b>	<b>5,14</b>	<b>77,39</b>
- Aquisição de Imóveis	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	222.308.818,87	4,09	172.071.116,65	5,14	77,40
- Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	<b>600.646.518,36</b>	<b>11,05</b>	<b>594.714.987,39</b>	<b>17,77</b>	<b>99,01</b>
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>600.646.518,36</b>	<b>11,05</b>	<b>594.714.987,39</b>	<b>17,77</b>	<b>99,01</b>
- Principal da Dívida Contratada Resgatada	600.646.518,36	11,05	594.714.987,39	17,77	99,01
<b>TOTAL</b>	<b>5.437.753.595,50</b>	<b>100,00</b>	<b>3.347.093.985,24</b>	<b>100,00</b>	<b>61,55</b>

Fonte: Sistema de gestão Governamental por Resultados-S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se: outros serviços de terceiros pessoa física, locação de mão-de-obra, passagens e despesas com locomoção, obrigações tributárias e contributivas, despesas de exercícios anteriores e diárias civil.



- **Investimentos**

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 2.580.307.881,20 participando com 77,09% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$ 1.838.627.211,78, correspondente a 71,26% do grupo. No Grupo de Investimento estão incluídos os valores de programas de grande porte, concluídos ou a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais:

TABELA 54

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE MAIOR RELEVÂNCIA

	(R\$ 1,00)	
PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ - CAC - 1ª ETAPA	319.594.236,09	12,39
AMPLIAÇÃO DO PORTO - 2ª ETAPA - COMP. II - OBRAS	291.957.976,56	11,31
IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL/ITAREMA	172.728.980,98	6,69
ESTUDOS E PROJETOS / RECUPERAÇÃO DA RODOVIA SÃO BENEDITO/IBIAPINA/UBAJARA	116.990.500,57	4,53
CONSTRUÇÃO E/OU IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS	115.185.018,65	4,46
VLT PARANGABA/MUCURIBE COMP. I OBRAS	101.105.396,19	3,92
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	90.723.044,74	3,52
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO	87.501.388,15	3,39
IMPLANTAÇÃO DE OBRAS URBANAS ORIUNDAS DE DEMANDAS MUNICIPAIS	82.621.480,19	3,20
PROMOTEC - COMP I - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	77.293.426,89	3,00
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	60.173.642,14	2,33
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PORTO DO PECÉM	47.158.798,32	1,83
MODERNIZAÇÃO DA FORTA DE VEÍCULOS DA SSPDS	46.643.360,00	1,81
CORREIA TRANSPORTADORA - 2ª ETAPA - COMP. III - TRANSPORTADORES TUBULARES DE CORREIA	46.411.686,12	1,80
PROINFUR - COMP III A - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA: AMPLIAÇÃO DA ESTRADA CE 085	44.276.254,45	1,72
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE ENXURRADAS PARA QUINTAIS PRODUTIVOS	42.181.146,45	1,63
RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA METRO-FERROVIÁRIO	39.970.065,00	1,55
CPAC - PROJETO RIO MARANGUAPINHO	38.322.095,89	1,49
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA - LINHA LESTE	37.000.237,10	1,43
PSJ III - COMPL II - SERVIÇOS DE ÁGUA (SIST. DE ABAST. DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)	35.611.869,71	1,38
APOIO À MUNICÍPIOS, ENTIDADES PÚBLICAS E GOV. E ORGANIZAÇÕES CIVIS NA IMPLANTAÇÃO	31.127.180,59	1,21
CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO TRECHO V	30.761.419,71	1,19
PROFISCO - COMPL. II A - ADM. TRIB. E CONTENCIOSO FISCAL - MELHORIA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	30.705.640,51	1,19
ACQUÁRIO - COMP VII - OBRAS DE INSTALAÇÃO E RECHEIO	26.283.603,15	1,02
CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIAS	23.950.284,05	0,93
CIDADES I - COMPL I - QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DO CARIRI CENTRAL	23.392.599,82	0,91
PAC - MELHORIAS URB. E AMB. DO RIO MARANGUAPINHO - BARRAGEM, DRAGAGEM E URBANIZAÇÃO	19.204.793,70	0,74
REAPALHERAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA DE TI DA SSPDS	19.170.539,26	0,74
AQUISIÇÃO, RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS DE RELEVÂNCIA CULTURAL	18.132.924,27	0,70
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.116.179.589,25</b>	<b>82,01</b>
OUTROS	464.128.291,95	17,99
<b>TOTAL</b>	<b>2.580.307.881,20</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Em 2014, o Estado realizou, apenas, 55,91% do valor autorizado para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 77,09% do total das despesas de capital. Se comparado com o montante de Investimentos de 2013, que foi de R\$ 1.722.912.521,89, esse grupo de despesas, em 2014, apresentou um acréscimo de 49,76% em termos nominais. O montante realizado com recursos do grupo fonte tesouro representa (6,67%). O Ceará ainda possui necessidades além de sua capacidade de geração de recursos próprios. Tendo em vista essa condição adversa, o Estado tem se credenciado à captação financeira através da contratação de operações de crédito, por ser uma referência no atendimento das exigências requeridas pelos credores.

#### **- Inversões Financeiras**

No grupo de Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 172.071.116,65. A execução da despesa nesse grupo de despesa, em 2014, foi exclusivamente, no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa. Em relação ao exercício de 2013 teve uma redução nominal de 29,56%.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2014, foram realizados para as seguintes empresas: ADECE, CAGECE, METROFOR, COGERH e COMPANHIA DOCAS.

#### **- Amortização da Dívida**

A Amortização da Dívida Interna somou R\$ 380.575.728,37, que representa 11,37% das Despesas de Capital. Confrontando-se com o exercício de 2013, apresentou um acréscimo nominal de 2,88%. Esta incluída nesta despesa o valor de R\$ 411.227,51 referente a Amortização da Dívida da COHAB paga pelo Tesouro do Estado.

A Amortização da Dívida Externa somou R\$ 215.240.252,17, representando 6,43% das Despesas de Capital. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo nominal de 36,97%.

### **2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo**

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, § 6º da Lei nº 15.406, de 25 de julho de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 05 de agosto de 2013.

TABELA 55

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

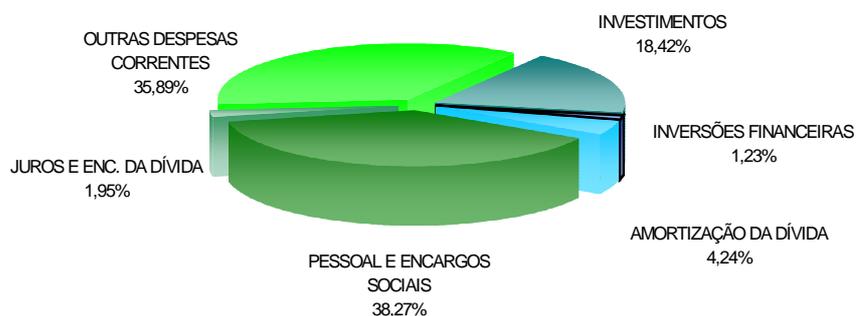
(R\$ 100)

GRUPO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA				VARIAÇÃO %
		2013	PART. %	2014	PART. %	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.776.717.422,68	39,81	5.362.407.868,05	38,27	12,26
2	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	227.018.789,46	1,89	272.568.630,97	1,95	20,06
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.501.665.253,26	37,52	5.029.204.073,68	35,89	11,72
4	INVESTIMENTOS	1.722.912.521,89	14,36	2.580.307.881,20	18,42	49,76
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	244.274.232,51	2,04	172.071.116,65	1,23	-29,56
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	527.038.585,58	4,39	594.714.987,39	4,24	12,84
<b>TOTAL</b>		<b>11.999.626.805,38</b>	<b>100,00</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>100,00</b>	<b>16,76</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVIII

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO - 2014



Fonte: S2GPR/SEFAZ

O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 39,81% do total da Despesa Orçamentária.



TABELA 56

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS, POR FONTE DE RECURSOS

(R\$ 1,00)

FONTE	RECEITA	PARTIC.%	DESPESA	PARTIC.%
<b>TESOURO</b>	<b>14.375.427.400,93</b>	<b>77,95</b>	<b>10.401.700.955,38</b>	<b>74,24</b>
COTA PARTE DA CONT. DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	57.714.860,99	0,31	62.980.772,11	0,45
COTA PARTE DA CONT. INTERV. NO DOM. ECON.	4.493.071,18	0,02	1.056.649,27	0,01
ALIENACAO DE BENS	2.909.230,00	0,02	113.260,91	0,00
MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	2.474.219,57	0,01	7.076.472,10	0,05
<b>RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDEB</b>	<b>1.006.780.532,78</b>	<b>5,46</b>	<b>987.420.934,58</b>	<b>7,05</b>
COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	322.039.033,61	1,75	306.640.270,17	2,19
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.752.939.837,31</b>	<b>9,50</b>	<b>1.347.196.196,15</b>	<b>9,62</b>
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	0,00	0,00	64.685.033,10	0,46
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO	152.585.504,14	0,83	38.322.095,89	0,27
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	0,00	0,00	48.624.000,00	0,35
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS BNDES	357.499.138,35	1,94	305.303.473,48	2,18
OPERACAO DE CREDITO NAO CONDICIONADA	0,00	0,00	10.730.381,34	0,08
OP DE CRED INTERNAS BNDES/ESTADOS	349.883.059,16	1,90	122.050.757,70	0,87
OP DE CRED INTERNAS BNDES/PROINVEST	302.136.686,22	1,64	259.639.678,68	1,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNB	5.000.000,00	0,03	0,00	0,00
OPERACOES CREDITO INTERNAS CEF	38.258.372,78	0,21	22.457.665,55	0,16
OPERACOES CREDITO EXTERNAS KFW	4.095.620,03	0,02	2.812.000,29	0,02
OPERACOES CREDITO EXTERNAS BIRD	27.755.469,95	0,15	53.209.731,99	0,38
OPERACOES CREDITO EXTERNAS BID	330.822.360,45	1,79	93.210.629,66	0,67
OPERACOES CREDITO EXTERNAS TESOURO/FIDA	0,00	0,00	290,00	0,00
OPERACOES CREDITO EXTERNAS TESOURO/CAF	0,00	0,00	54.881.631,63	0,39
OPERACOES CREDITO EXTERNAS TESOURO/MLW	0,00	0,00	76.143.079,35	0,54
OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS - PforR	65.710.588,00	0,36	183.099.170,33	1,31
RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	119.193.038,23	0,65	12.026.577,16	0,09
<b>CONVÊNIOS</b>	<b>917.822.711,22</b>	<b>4,98</b>	<b>897.089.047,27</b>	<b>6,40</b>
CONV. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	0,00	427.694,83	0,00
CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS	917.463.866,01	4,97	894.830.369,53	6,39
CONV. ÓRGÃOS PRIVADOS	49.206,45	0,00	1.592.973,12	0,01
CONV. ÓRGÃOS MUNICIPAIS	309.638,76	0,00	238.009,79	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>100,00</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Pela análise na tabela acima, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2014, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes de Operações de Crédito que somaram R\$ 11.748.897.151,53, e representaram 83,85% da Despesa Orçamentária.



TABELA 57

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO DE METAS FISCAIS COM A REALIZAÇÃO, DE ACORDO COM OS ARTs. 4º, § 1º e 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(R\$ MIL)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>21.657.907</b>	<b>21.065.610</b>	<b>97</b>
<b>1.1. RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>17.866.461</b>	<b>21.039.455</b>	<b>118</b>
1.1.1. Receita Tributária	9.271.358	11.079.060	119,50
1.1.2. Receita de Contribuição	1.235.237	1.361.597	110,23
1.1.3. Receita Patrimonial	227.571	417.814	183,60
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	201.923	318.732	157,85
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	25.648	225.723	880,08
1.1.4. Transferências Correntes	6.651.608	7.469.423	112,29
1.1.5. Receita de Serviços	74.828	53.399	71,36
1.1.6. Demais Receitas Correntes	405.859	658.162	162,17
1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)	0	-2.514.060	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)</b>	<b>17.664.538</b>	<b>18.206.663</b>	<b>103,07</b>
<b>1.2. RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>3.791.446</b>	<b>2.540.215</b>	<b>67,00</b>
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	2.456.937	1.633.747	66,50
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0,00
1.2.3. Alienação de Ativos (VIII)	18	5.956	33.088,89
1.2.4. Transferência de Capital	1.331.248	831.649	62,47
1.2.5. Outras Receitas de Capital	3.243	68.863	2.123,44
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) =(V-VI-VII-VIII)</b>	<b>1.334.491</b>	<b>900.512</b>	<b>67,48</b>
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X)=(IV+IX)</b>	<b>18.999.029</b>	<b>19.107.175</b>	<b>100,57</b>
<b>2. DESPESA TOTAL</b>	<b>21.611.244</b>	<b>21.783.515</b>	<b>100,80</b>
<b>2.1. DESPESAS CORRENTES (XI)</b>	<b>16.495.131</b>	<b>17.277.833</b>	<b>104,75</b>
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	8.998.386	9.126.570	101,42
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)	310.128	297.663	95,98
2.1.3. Outras Despesas Correntes	7.186.617	7.853.600	109,28
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES<sup>(2)</sup>(XIII)=(XI-XII)</b>	<b>16.185.003</b>	<b>16.980.170</b>	<b>104,91</b>
<b>2.2. DESPESAS DE CAPITAL (XIV)</b>	<b>5.116.113</b>	<b>4.505.682</b>	<b>88,07</b>
2.2.1. Investimentos	4.476.076	3.475.765	77,65
2.2.2. Inversões Financeiras	147.362	434.101	294,58
2.2.2.1 Concessão de Empréstimos (XV)	70.188	259.866	370,24
2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)	492.675	595.816	120,93
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL<sup>(2)</sup>(XVII)=(XIV-XV-XVI-XIX)</b>	<b>2.419.600</b>	<b>3.650.000</b>	<b>150,85</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	46.662	0	0,00
(-) Programas de Infra-estrutura (XIX)	0	-1.545.618	0,00
(-) Superávit excedente ano 2013 LDO/14 art.19, § 2º (XX)	0	-432.713	0,00
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS/NÃO-PRIMÁRIAS-RP2 (XXI)	2.133.650	0	0,00
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XXII)=(XIII+XVII+XVIII)</b>	<b>18.651.265</b>	<b>18.651.839</b>	<b>100,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO XXIII = (X-XX)</b>	<b>347.764</b>	<b>455.336</b>	<b>130,93</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>347.051</b>	<b>2.144.080</b>	<b>618</b>

Fonte: S2GPR/SEFAZ/SEPLAG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁ PORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas discricionárias;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2014) (R\$ 6.084.983.357,00) - Dívida Fiscal Líquida (2013) (R\$ 3.940.902.395,00);

5) Despesa pelo valor empenhado;

6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2014.

O cálculo do Resultado Primário está de acordo com a LOA nº 15.268 de 28/12/2012.

De conformidade com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014 foi de R\$ 347.764 mil, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 455.336 mil, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 130,93% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um valor de R\$ 2.144.080 mil, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2014) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2013). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto à dívida aumentou, se for negativo, o quanto à dívida diminuiu. Por conseguinte, no Estado do Ceará registrou-se um aumento no estoque da dívida, bem como uma elevação na disponibilidade financeira.

O Resultado Nominal evidencia o quanto o estado tem contraído empréstimo para os investimentos do Estado. O fato de o Estado ter apresentado uma variação positiva entre a Dívida Fiscal Líquida de 2014 e Dívida Fiscal Líquida de 2013, não significa, que houve em 2014, um desequilíbrio no endividamento do Estado, haja vista que a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida foi de 0,42%, situação bastante confortável em relação a LRF e a Resolução nº 43 do Senado Federal que estabelece que o nível de endividamento dos Estados pode ser de até 2 vezes a RCL.

TABELA 58  
DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL EM RELAÇÃO À META -  
PERÍODO 2011 A 2013

	(R\$ milhões)			
<b>RESULTADO NOMINAL VALORES CORRENTES</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
META FIXADA NO ANEXO DE METAS				
FISCAIS DA LOA	-152	-152	1.082	347
RESULTADO NOMINAL	542	139	581	2.144
% EM RELAÇÃO À META	-355,19%	-91,45%	53,70%	618,00%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.

#### **2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91**

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.



TABELA 59

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM APLICAÇÃO NA MODALIDADE 91,  
CONFORME , PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 688, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

(R\$ 1,00)

ÓRGÃO	DESPESA		RECEITA	
	INTRAORÇAMENTÁRIA		INTRAORÇAMENTÁRIA	
ASSEMBLÉIA	18.660.312,79			0,00
FUNDO ASS		0,00	3.246.291,22	
T CONTAS	6.545.784,39			0,00
TCM	9.219.580,87			0,00
T JUSTICA	109.667.494,59			0,00
FERMOJU	554.593,70			0,00
DPGE	16.697.127,30			0,00
FAADep	234.474,94			588,66
SEINFRA	1.334.520,76			0,00
DER	5.461.873,18			2.830,77
DETRAN	30.629.887,27			728.164,32
DAE	1.299.901,24			0,00
SSPDS	646.318,85			0,00
FDS C BOM	99,43			0,00
POL CIVIL	37.655.917,56			0,00
P M CE	144.354.945,48			0,00
BOMBEIRO	16.129.763,17			0,00
P FORENSE	6.090.298,92			0,00
AESSP	40.630,47			0,00
GAB GOV	197.567,29			0,00
VICE GOV	30.101,07			0,00
PGE	7.567.875,59			0,00
ARCE	1.834.596,56			0,00
FUNPECEPGE	0,00			772.634,00
C MILITAR	43.742,08			0,00
PGJ	37.885.969,45			0,00
CONS EDUC	106.460,24			0,00
JUSTICA	19.214.349,52			0,00
SEFAZ	91.981.758,56			118.261.949,51
JUCEC	246.192,55			437,00
ENCARGOS	2.966.212,35			0,00
SDA	3.089.566,91			0,00
EMATERCE	350.006,61			0,00
IDACE	1.376.503,95			0,00
ADAGRI	1.488.912,34			0,00
SEDUC	131.157.415,45			0,00
FUNDES	81.059.374,06			0,00
CULTURA	824.177,19			0,00
SRH	758.396,49			0,00
SOHIDRA	507.697,54			0,00
CASA CIVIL	232.420,57			0,00
FUNTELC	587.399,34			0,00
SECITECE	353.577,84			0,00
FUNECE	26.882.909,11			1.563.187,00
UVA	8.437.049,40			0,00
URCA	10.259.845,70			0,00
FUNCEME	904.000,34			0,00
FUNCAP	15.037,99			0,00
NUTEC	1.209.148,31			76.100,86
FIT	89.937.459,72			0,00
SETUR	854.270,97			0,00
CGE	1.484.538,52			0,00
SESPORTE	155.926,65			0,00
CIDADES	431.892,79			0,00
IDECE	10.202,39			0,00
SEPLAG	7.359.816,25			0,00
SUPSEC	0,00			668.160.383,07
ISSEC	1.936.861,24			0,00
PREVMILITA	0,00			168.627.475,38
PREVID	0,00			8.437.101,31
ETICE	713.984,80			8.554.101,92
IPECE	542,55			0,00
COHAB	3.683,71			0,00
EGPCE	31.407,77			0,00
STDS	7.799.526,99			0,00
FEAS	10.384,28			0,00
FUNDART	0,00			1.871,12
CEDE	13.893,46			0,00
CODECE	14.765,50			2.000,00
CONPAM	33.026,23			0,00
SEMACE	3.085.183,57			414.754,62
SPA	21.712,69			0,00
SECOPA	22.756,89			0,00
CGD	48.278,67			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>950.761.904,95</b>		<b>978.849.870,76</b>	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000 - TCE, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2014 e fevereiro de 2015, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **2.2. Da Administração Indireta**

### **Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.**

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial/STN nº 589 de 27/12/01.

#### **2.2.1. Receita Orçamentária**

No exercício de 2014, a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$ 2.623.008.584,83, inferior 14,70% ao valor previsto de R\$ 3.074.940.533,17.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo:



TABELA 60  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR AGRUPAMENTO DE FONTES

	(R\$ 1,00)	
GRUPO	VALOR	PARTIC.%
- Transferências do Tesouro	-	-
- Transferências do Convênios	97.067.546,87	3,70
- Outras Transferências	542.018.121,51	20,67
- Receitas Próprias	1.981.789.847,95	75,55
- Outras Fontes	2.133.068,50	0,08
<b>TOTAL</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Os recursos provenientes das Fontes do Tesouro Estadual que foram transferidos para os Órgãos e Entidades da Administração Indireta como Receita de Transferências Intragovernamentais, neste exercício foram centralizados como Transferências Financeiras Intraorçamentárias, não compoem a Receita Orçamentária do órgão dependente do tesouro. A fonte 15 corresponde a recursos de Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 14.415/2009 - e compõe o total dos recursos de Outras Fontes.

O valor contabilizado no FUNDEB de R\$ 1.463.641,90 se refere a devolução de pagamentos de exercícios anteriores e rendimentos de aplicações destes recursos.

Compõem ainda o total de Outras Transferências, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R\$ 2.192.384,01, do Fundo de Defesa Civil - FDCC R\$ 20.273.378,70 e de recursos provenientes do SUS R\$ 518.088.716,90.

No exercício de 2014 a Receita Orçamentária apresentou o seguinte desempenho:

TABELA 61

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA POR  
CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 100)	
			REAL%	PARTIC.%
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.756.057.788,89</b>	<b>2.528.845.365,01</b>	91,76	96,41
Receita Tributária	401.832.600,02	384.872.753,96	95,78	14,67
Receita de Contribuição	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	95,50	51,91
Receita Patrimonial	21.495.171,54	71.958.559,94	334,77	2,74
Receita de Serviços	62.747.952,13	42.733.796,73	68,10	1,63
Transferências Correntes	681.524.312,69	528.657.379,50	77,57	20,15
Outras Receitas Correntes	162.720.845,51	139.026.300,36	85,44	5,30
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>318.882.744,28</b>	<b>94.163.219,82</b>	<b>29,53</b>	<b>3,59</b>
Alienação de Bens	0,00	3.046.616,12	0,00	0,12
Amortização de Empréstimos	0,00	500,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	318.882.744,28	91.116.103,70	28,57	3,47
<b>TOTAL</b>	<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>85,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As Receitas de Contribuições no montante de R\$ 1.361.596.574,52 correspondem a 51,91% da Receita Orçamentária arrecadada, firmando-se como a maior fonte de receita da Administração Indireta. Sendo responsáveis por esta arrecadação o SUPSEC e o FPP. Em janeiro de 2014, com fundamentação legal na Lei Complementar nº 123, de 16 de setembro de 2013 publicado no Diário Oficial do Estado de 19 de setembro de 2013, o SUPSEC instituído pela Lei Complementar nº 12 de 23 de junho de 1999, foi redenominado Fundo Financeiro - FUNAPREV e criado o Fundo Previdenciário - PREVID e Fundo Financeiro - PREVMILITAR.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores e pela contribuição patronal dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e FPP, bem como os recursos diretamente arrecadados por meio das fontes 16 e 70, somaram R\$ 1.904.551.297,47, representando 72,61% do total da Receita Orçamentária arrecadada. Deste montante, as Receitas de Contribuições tiveram uma participação expressiva no valor de R\$ 1.361.596.574,52, ou seja, 71,49%, cabendo aos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID a maior parte. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:



TABELA 62

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CONSOLIDADA FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID, CONFORME A ORIGEM DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ %	PARTIC. %
(R\$ 1,00)				
<b>I. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.023.681,00</b>	<b>13.064.611,16</b>	<b>216,89</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>5.693.681,00</b>	<b>5.932.246,20</b>	<b>104,19</b>	<b>45,41</b>
<b>1.1.1. CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR</b>	<b>2.579.453,00</b>	<b>2.685.954,98</b>	<b>104,13</b>	<b>20,56</b>
1.1.1.1. DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIV	2.579.453,00	2.671.129,38	103,55	20,45
1.1.1.1. PENSIONISTA DO FPP	0,00	14.825,60	0,00	0,11
<b>1.1.2. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR - FONTE 06</b>	<b>3.114.228,00</b>	<b>3.246.291,22</b>	<b>104,24</b>	<b>24,85</b>
1.1.2.1. PATRONAL PARA O FPP	2.579.453,00	2.340.090,05	90,72	17,91
1.1.2.1. PARA O FPP DE EXERCÍCIO ANTERIOR	534.775,00	906.201,17	169,45	6,94
<b>1.2. RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>314.000,00</b>	<b>6.858.699,38</b>	<b>2.184,30</b>	<b>52,50</b>
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	314.000,00	6.858.699,38	2.184,30	52,50
1.2.2. MULTAS E JUROS DE MORA - CONT DOS DEPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.000,00</b>	<b>273.665,58</b>	<b>0,00</b>	<b>2,09</b>
1.3.1. MULTAS DE JUROS DE MORA	16.000,00	229.330,03	1.433,31	1,76
1.3.2. RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00	74,20	0,00	
1.3.3. TAXA REMUNETÓRIO DOS SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	0,00	44.261,35	0,00	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>6.023.681,00</b>	<b>13.064.611,16</b>	<b>216,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR.

TABELA 63

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR -FPP, CONFORME A ORIGEM DE RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ %	PARTIC. %
(R\$ 1,00)				
<b>I. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.023.681,00</b>	<b>13.064.611,16</b>	<b>216,89</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>5.693.681,00</b>	<b>5.932.246,20</b>	<b>104,19</b>	<b>45,41</b>
<b>1.1.1. CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR</b>	<b>2.579.453,00</b>	<b>2.685.954,98</b>	<b>104,13</b>	<b>20,56</b>
1.1.1.1. DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIV	2.579.453,00	2.671.129,38	103,55	20,45
1.1.1.1. PENSIONISTA DO FPP	0,00	14.825,60	0,00	0,11
<b>1.1.2. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR - FONTE 06</b>	<b>3.114.228,00</b>	<b>3.246.291,22</b>	<b>104,24</b>	<b>24,85</b>
1.1.2.1. PATRONAL PARA O FPP	2.579.453,00	2.340.090,05	90,72	17,91
1.1.2.1. PARA O FPP DE EXERCÍCIO ANTERIOR	534.775,00	906.201,17	169,45	6,94
<b>1.2. RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>314.000,00</b>	<b>6.858.699,38</b>	<b>2.184,30</b>	<b>52,50</b>
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	314.000,00	6.858.699,38	2.184,30	52,50
1.2.2. MULTAS E JUROS DE MORA - CONT DOS DEPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.000,00</b>	<b>273.665,58</b>	<b>0,00</b>	<b>2,09</b>
1.3.1. MULTAS DE JUROS DE MORA	16.000,00	229.330,03	1.433,31	1,76
1.3.2. RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00	74,20	0,00	
1.3.3. TAXA REMUNETÓRIO DOS SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	0,00	44.261,35	0,00	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>6.023.681,00</b>	<b>13.064.611,16</b>	<b>216,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR.



Excluindo-se as contribuições arrecadadas pelo SUPSEC e FPP, as entidades com o maior volume de receita própria foram o DETRAN e FERMOJU, com 62,44% e 12,49%, respectivamente, do total da receita própria.

No ano de 2014, a Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes teve um acréscimo de 10,10%, em relação ao exercício de 2013.

As Transferências de Convênios apresentaram um acréscimo de 12,26% em relação a 2013, pelo aumento da Fonte 83, convênios com órgãos federais.

### **2.2.2. Despesa Orçamentária**

No exercício de 2014, a despesa realizada por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes atingiu o montante de R\$ 7.772.240.596,44, correspondente a 86,58% da despesa autorizada, que importou em R\$ 8.976.998.656,36.

As fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas estão resumidas, conforme a tabela abaixo.



TABELA 64

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR FONTE DE RECURSOS

FONTE	AUTORIZADA	REALIZADA	(R\$ 1,00)	
			REALIZ. %	PARTIC. %
00. Recursos Ordinários	1.819.031.663,23	1.786.039.348,14	98,19	22,98
01. Cota-parte do FPE	2.794.166.783,53	2.758.086.006,77	96,48	35,49
03. Contribuição do SUPSEC	643.052.119,00	597.687.682,73	92,95	7,69
04. Contribuição Patronal do SUPSEC	805.863.940,00	781.856.211,48	97,02	10,06
05. Contribuição Parlamentar	2.579.453,00	794.541,72	30,80	0,01
06. Contribuição Parlamentar Patronal	3.114.228,00	0,00	0,00	0,00
10. Recursos provenientes do FECOP	104.737.539,58	82.446.587,70	78,72	1,06
11. Cota-parte da CIDE	5.000.000,00	3.792.727,73	75,85	0,05
12. Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
15. Depósitos Judiciais - PIMPJ	38.869.707,44	35.202.662,79	90,57	0,45
16. Medidas Compensatórias	6.949.429,00	726.469,97	10,45	0,01
29. Venda de Selos de Autenticidade	25.864.399,00	24.473.124,85	94,62	0,31
40. Operações de Crédito não Condicionadas	788.461,47	123.206,57	15,63	0,00
44. Inden. pela Ext de Petróleo, Xisto e Gás	29.596.660,00	28.068.816,28	94,84	0,36
47. Operações de Crédito Internas BNDES/ESTADOS	174.254.847,74	46.783.039,67	26,85	0,60
48. Operações de Crédito Externas	5.524.800,00	72.600,00	1,31	0,00
53. Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST	105.515.341,95	90.906.197,73	86,15	1,17
59. Operações de Crédito Externas - BID	651.955.878,20	162.961.058,34	25,00	2,10
69. Operações de Crédito Externas - PforR	71.440.559,85	50.434.272,07	70,60	0,65
70. Recursos Diretamente Arrecadados	691.089.531,48	620.870.443,00	89,84	7,99
76. Recursos Provenientes do FIT	9.909.536,30	3.942.085,50	39,78	0,05
79. Transferência ao Fundo de Defesa Civil - FDCC	24.272.739,86	20.132.020,00	82,94	0,26
81. Convênios com Órgãos Internac. - Adm. Indireta	72.419,66	0,00	0,00	0,00
83. Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	270.785.394,24	126.201.067,14	46,61	1,62
87. Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Indireta	150.000,00	70.987,57	47,33	0,00
89. Convênios com Órgãos Privados - Adm. Indireta	4.488.106,58	941.758,43	20,98	0,01
91. Recursos provenientes do SUS	683.442.061,52	547.236.874,47	80,07	7,04
92. Repasses Fundo a Fundo - FNAS	4.483.055,73	2.390.805,79	53,33	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>86,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A maior parcela de recursos para a realização das despesas teve origem no Tesouro Estadual, fontes 00 e 01, que somaram R\$ 4.544.125.354,91 correspondente a 58,47% da despesa total.

As fontes 81, 83, 87 e 89, relativas a Convênios, somaram R\$ 127,213.813,14 com participação de 1,64% na despesa total. A fonte 91 - Recursos Provenientes do SUS - destinadas ao FUNDES totalizou o montante de R\$ 547.236.874,47, correspondendo a 7,04% do total da despesa.

As despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados, fonte 70, concentraram-se no DETRAN, FIT, FERMOJU, SEMACE, FEC e ARCE que responderam por 87,85% das despesas com essa fonte de recursos.



O DETRAN, FAADEP, FDEJ, FDID, FDS, FEC, FECA, FERMOJU, FUNSEG, FIT, FUNDART, JUCEC E FEDAF têm independência financeira do Tesouro, uma vez que executam seus orçamentos com recursos diretamente arrecadados.

Os tipos de créditos utilizados na execução da Despesa Orçamentária estão discriminados na tabela abaixo.

TABELA 65  
COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA POR TIPO DE CRÉDITO

CRÉDITOS	FIXAÇÃO			
	REALIZAÇÃO	REALIZ. %	PARTIC. %	
Ordinários e Suplementares	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	86,63	99,87
Especiais	17.250.036,30	10.029.463,20	58,14	0,13
<b>TOTAL</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>86,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A execução da despesa, por categoria econômica, está demonstrada a seguir, tendo sido discriminada segundo os grupos de despesas constantes da Lei Orçamentária de 2014, relativa aos exercícios 2013 e 2014.

TABELA 66  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E GRUPO

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA				VARIÇÃO
	2013	PARTIC. %	2014	PARTIC. %	
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.799.340.828,70</b>	<b>90,68</b>	<b>6.613.652.646,82</b>	<b>85,09</b>	<b>14,04</b>
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.494.637.019,45	54,64	3.764.161.981,69	48,43	7,71
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19.461.406,34	0,30	25.094.659,97	0,32	28,95
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.285.242.402,91	35,73	2.824.396.005,16	36,34	23,59
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>596.173.026,52</b>	<b>9,32</b>	<b>1.158.587.949,62</b>	<b>14,91</b>	<b>94,34</b>
- INVESTIMENTOS	516.621.374,25	8,08	895.457.204,65	11,52	73,33
- INVERSÕES FINANCEIRAS	78.916.927,93	1,23	262.029.751,82	3,37	232,03
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	634.724,34	0,01	1.100.993,15	0,02	73,46
<b>TOTAL</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>100,00</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>100,00</b>	<b>21,53</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



O grupo Pessoal e Encargos Sociais, como em 2013 e 2014, constituiu a maior parcela de gastos das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos. Em 2014, dentre as entidades da Administração Indireta, regidas pela Lei nº 4.320/64, destacam-se, nessa ordem o FUNAPREVI, PREVMILITAR, FUNDES e FUNECE que somaram R\$ 3.354.455.869,48, ou seja, 89,12% do total gasto no grupo em análise.

O valor registrado no grupo Juros e Encargos da Dívida refere-se às despesas relacionadas aos empréstimos contraídos pela COHAB junto ao Banco do Brasil S/A - BB, pelo PASEP do ISSEC, PASEP da ARCE, da ADAGRI e do FUNDES no total de R\$ 25.094.659,97.

O gasto do SUPSEC com Pessoal e Encargos Sociais, incluindo todas as fontes, totalizou, em 2014, o montante de R\$ 2.414.205.403,61 conforme demonstra a tabela seguinte.

TABELA 67  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL DO SUPSEC, POR CATEGORIA E GRUPO.

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EXERCÍCIOS	
	2013	2014
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.188.548.251,22</b>	<b>2.414.205.403,61</b>
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.188.548.251,22	2.414.205.403,61
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS CORRENTE	0,00	0,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- INVESTIMENTOS	0,00	0,00
- INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.188.548.251,22</b>	<b>2.414.205.403,61</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No grupo Outras Despesas Correntes, os maiores gastos foram realizados nos seguintes elementos:



TABELA 68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO “OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR
- Material de Consumo	248.839.983,11
- Material de Distribuição Gratuita	231.474.283,03
- Locação de Mão-de-Obra	227.983.021,13
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	969.101.917,50
- Contribuições	451.133.044,97
- Despesas de Exercícios Anteriores	29.642.025,15
- Despesas com Terceirização	304.289.016,79
- Rateio p/Participação em Consórcio Público	104.755.042,04
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.567.218.333,72</b>
- Outros Elementos	257.177.671,44
<b>TOTAL</b>	<b>2.824.396.005,16</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Do valor verificado no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o FUNDES foi responsável pela aplicação da maior parcela de recursos com 60,90%, seguido pelo DETRAN, com 19,08%, ISSEC com 7,58% e FERMOJU com 4,65%.

No grupo Investimentos, as maiores despesas ficaram por conta dos elementos a seguir:

TABELA 69

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO “INVESTIMENTOS”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESAS	VALOR
- Auxílios	78.366.666,93
- Obras e Instalações	491.098.267,03
- Equipamentos e Material Permanente	127.904.659,16
- Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	128.915.269,73
<b>SUTOTAL</b>	<b>826.284.862,85</b>
- Outros Elementos	69.172.341,80
<b>TOTAL</b>	<b>895.457.204,65</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



O DER respondeu pela maioria das despesas com investimentos, participando com R\$ 575.277.559,04, o que corresponde a 64,24% do total do grupo. As aplicações do DER nesse grupo tiveram a seguinte distribuição: 63,31% em Obras e Instalações, 20,76% em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 6,10% em Auxílios e 9,83% em outros elementos.

Os investimentos do DER originaram-se de recursos de Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST, fonte 53, com 15,80%, de recursos do Tesouro Estadual, fonte 00 e 01, com 25,37%, de Operações de Crédito Externa BID, fonte 59, com 27,46%, de Empréstimos com o BNDS, com 8,77%, de Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás, fonte 44, com 4,24% e outras fontes com 18,36% deste 17,66% são oriundos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 83.

Das aplicações no grupo Investimentos do FUNDES, 39,87% originaram-se do Tesouro Estadual e o restante teve como origem convênios com órgãos federais.

No grupo Inversões Financeiras, o elemento Concessão de Empréstimos representa a quase totalidade dos gastos, cuja execução deve-se ao FDI e FUNDART, no valor de R\$ 261.679.012,51. Tal despesa corresponde a incentivos fiscais concedidos às indústrias instaladas no Estado do Ceará no âmbito do Programa de Incentivos as Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI e incentivos fiscais concedidos aos artesãos.

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN e Programa de Desenvolvimento no Comércio Internacional e das Atividades Portuárias e Aeroportuária do Ceará - PDCI e do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 70  
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS DO FDI

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CURTO PRAZO	VALORES LONGO PRAZO
Empréstimos Concedidos - PROAPI	78.843.455,27	447.690.019,91
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-60.407.619,11	-399.593.896,58
<b>Saldo</b>	<b>18.435.836,16</b>	<b>48.096.123,33</b>
Créditos a Receber - PROVIN	904.247.435,50	2.386.031.652,97
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-754243921,40	-2.164.783.848,31
<b>Saldo</b>	<b>150.003.514,10</b>	<b>221.247.804,66</b>
Créditos a Receber - PDCI	0,00	0,00
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	0,00	0,00
<b>Saldo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: S2GPR/SEFAZ/BRADESCO

A perda do FDI, nos programas PROVIN e PDCI, corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), conforme abaixo:

PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), demonstrado abaixo:

PERDA = EMPRÉSTIMO CONCEDIDO - RETORNO

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidade social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme Anexo I do Decreto nº 29.183/2008.



Os empréstimos Concedidos no valor de R\$ 259.865.646,04 registrados na Unidade Gestora 480201 (FDI) foram transferidos para a SEFAZ em virtude das disponibilidades geradas pelo retorno do FDI converter-se em receita ordinária do Tesouro Estadual referentes ao valor principal dos benefícios concedidos pelo Fundo.

A Administração Indireta aplicou seus recursos em 26 das 28 funções de Governo, conforme demonstrado na tabela abaixo, sendo 58,47% desses recursos de origem do Tesouro do Estado. As funções de maior representatividade são: Saúde 37,89%, Previdência Social 31,07%, Transportes 10,58%, Educação 4,96%.



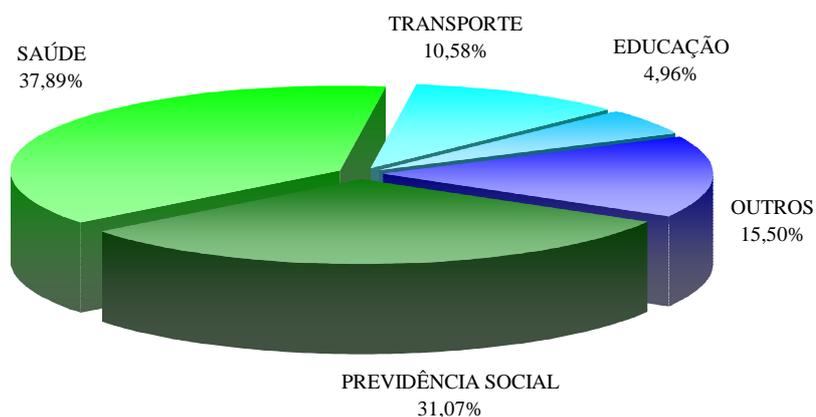
TABELA 71  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

(R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	AUTO RIZADO	EMPENHADO	VARIAÇÃO %	PARTIC.%
LEGISLATIVA	2.679.350,00	2.679.350,00	100,00	0,03
JUDICIÁRIA	143.413.475,95	135.029.574,26	94,15	1,74
ESSENCIAL À JUSTIÇA	10.199.500,00	3.436.149,31	33,69	0,04
ADMINISTRAÇÃO	174.894.824,82	122.569.486,56	70,08	1,58
SEGURANÇA PÚBLICA	133.184.939,86	119.929.515,51	90,05	1,54
ASSISTÊNCIA SOCIAL	140.013.091,68	113.223.548,68	80,87	1,46
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.488.868.383,08	2.415.001.173,93	97,03	31,07
SAÚDE	3.210.724.808,58	2.944.686.818,71	91,71	37,89
TRABALHO	2.167.682,00	1.980.331,25	91,36	0,03
EDUCAÇÃO	401.063.423,97	385.454.257,41	96,11	4,96
CULTURA	15.000.000,00	13.287.205,06	88,58	0,17
DIREITOS DA CIDADANIA	19.260.656,09	13.454.055,11	69,85	0,17
URBANISMO	4.049.811,98	3.420.855,52	84,47	0,04
HABITAÇÃO	6.072.216,24	6.050.622,45	99,64	0,08
SANEAMENTO	518.500,00	488.806,93	94,27	0,01
GESTÃO AMBIENTAL	69.783.794,03	55.142.359,08	79,02	0,71
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	153.424.145,32	134.094.832,58	87,40	1,73
AGRICULTURA	142.116.227,17	119.864.993,05	84,34	1,54
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	30.034.402,82	8.606.322,40	28,65	0,11
INDÚSTRIA	271.371.752,84	267.401.570,85	98,54	3,44
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.123.005,43	8.370.999,12	91,76	0,11
COMUNICAÇÕES	21.685.706,68	18.533.805,31	85,47	0,24
ENERGIA	590.593,49	526.610,99	89,17	0,01
TRANSPORTE	1.462.642.290,71	822.542.546,24	56,24	10,58
DESPORTO E LAZER	15.171.058,88	9.857.410,31	64,98	0,13
ENCARGOS ESPECIAIS	46.619.735,74	46.607.395,82	99,97	0,60
RESERVA DE CONTINGÊNCI	2.325.279,00	0,00	0,00	0,00
<b>TO TAL</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>86,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIX  
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO (ADM. INDIRETA) - 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Foi aplicado o maior volume de recursos na função Saúde, executada na ESP, no ISSEC e no FUNDES, cabendo a este a responsabilidade pela aplicação de 96,48% dessa função.

Seqüencialmente vem a função Previdência Social, 99,97% administrados pelo SUPSEC para apagamento das aposentadorias e pensões do Estado.

A função Transporte, com 10,58% foi executada pelo DER 76,77%, DETRAN 28,17% e ARCE 0,06%.

A função Educação apresentou um percentual de 4,96% distribuído entre: FUNECE, URCA, UVA e FUNCAP.

Concluindo a análise sobre a execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, compreendidas aqui somente as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos, constatou-se que 80,16% de suas despesas foram alocadas em apenas cinco entidades, entre elas, duas Autarquias e três Fundos, conforme o quadro seguinte:

TABELA 72  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DAS PRINCIPAIS ENTIDADES POR CATEGORIA  
ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	REALIZAÇÃO		TOTAL	PARTIC.%
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
<b>FUNDES</b>	<b>2.223.203.529,74</b>	<b>620.525.249,59</b>	<b>2.843.728.779,33</b>	<b>36,59</b>
Despesas Correntes	2.144.129.297,88	501.305.793,84	2.645.435.091,72	34,04
Despesas de Capital	79.074.231,86	119.219.455,75	198.293.687,61	2,55
<b>SUPSEC</b>	<b>814.476.506,51</b>	<b>1.138.499.056,86</b>	<b>1.952.975.563,37</b>	<b>25,13</b>
Despesas Correntes	814.476.506,51	1.138.499.056,86	1.952.975.563,37	25,13
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DER</b>	<b>193.788.821,09</b>	<b>437.692.226,73</b>	<b>631.481.047,82</b>	<b>8,12</b>
Despesas Correntes	47.819.543,60	8.383.945,18	56.203.488,78	0,72
Despesas de Capital	145.969.277,49	429.308.281,55	575.277.559,04	7,40
<b>PREVMILITAR</b>	<b>220.185.002,89</b>	<b>241.044.837,35</b>	<b>461.229.840,24</b>	<b>5,93</b>
Despesas Correntes	220.185.002,89	241.044.837,35	461.229.840,24	5,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DETRAN</b>	<b>0,00</b>	<b>341.273.327,64</b>	<b>341.273.327,64</b>	<b>4,39</b>
Despesas Correntes	0,00	305.428.540,96	305.428.540,96	3,93
Despesas de Capital	0,00	35.844.786,68	35.844.786,68	0,46
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.451.653.860,23</b>	<b>2.779.034.698,17</b>	<b>6.230.688.558,40</b>	<b>80,16</b>
Despesas Correntes	3.226.610.350,88	2.194.662.174,19	5.421.272.525,07	69,75
Despesas de Capital	225.043.509,35	584.372.523,98	809.416.033,33	10,41
<b>OUTRAS ENTIDADES</b>	<b>1.092.471.494,68</b>	<b>449.080.543,36</b>	<b>1.541.552.038,04</b>	<b>19,83</b>
Despesas Correntes	804.245.822,02	388.134.299,73	1.192.380.121,75	15,34
Despesas de Capital	288.225.672,66	60.946.243,63	349.171.916,29	4,49
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.544.125.354,91</b>	<b>3.228.115.241,53</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	4.030.856.172,90	2.582.796.473,92	6.613.652.646,82	85,09
Despesas de Capital	513.269.182,01	645.318.767,61	1.158.587.949,62	14,91

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Constata-se, no demonstrativo acima, que o maior dispêndio do Estado em 2014 refere-se às Despesas com Saúde executada pelo FUNDES. De seu valor total, 78,18% foram gastos com recursos do Tesouro Estadual e 21,82% com recursos do convênio com o SUS.



O acréscimo dessa despesa em relação ao exercício de 2013 deveu-se ao fato da Escola de Saúde Pública ter passado a ser uma unidade orçamentária do FUNDES para atender à Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Dos gastos executados no SUPSEC, 58,30% foram realizados com recursos das contribuições patronais e de servidores e 41,70% com Recursos do Tesouro Estadual.

O FDI e o DER aplicaram seus recursos, na sua maioria, em Concessão de Empréstimos e Obras e Instalações, respectivamente. Já o SUPSEC empregou 100% em Despesas com Pessoal.

No cômputo geral das entidades da Administração Indireta, as despesas correntes superaram as de capital em R\$ 5.455.064.697,20, traduzindo-se dessa forma, a utilização expressiva dos recursos do Estado e de outras fontes em gastos de natureza operacional, realizados para a manutenção e o funcionamento das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.



## CAPÍTULO III

### 3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

##### 3.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R\$ 23.655.195.927,77 Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 11,35%. Encontram-se excluídas das receitas das entidades da Administração Indireta os recursos do Tesouro, que constam na receita da Administração Direta.

TABELA 73

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA  
POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	PARTIC. %	REALIZADA	PARTIC. %	REALIZ. %
<b>1.RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>	<b>20.398.190.335,57</b>	<b>77,04</b>	<b>20.124.026.041,49</b>	<b>85,07</b>	<b>98,66</b>
1.1 Administração Direta	18.464.224.946,74	69,73	18.431.557.558,51	77,92	99,82
1.2 Administração Indireta	1.933.965.388,83	7,30	1.692.468.482,98	7,15	87,51
1.3 (-) Deduções	2.507.538.535,71	0,00	2.577.481.093,03	0,00	102,79
<b>2.RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>5.250.722.930,57</b>	<b>19,83</b>	<b>2.540.214.663,20</b>	<b>10,74</b>	<b>48,38</b>
2.1 Administração Direta	4.931.840.186,29	18,63	2.446.051.443,38	10,34	49,60
2.2 Administração Indireta	318.882.744,28	1,20	94.163.219,82	0,40	29,53
2.3 (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3.RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>829.271.658,06</b>	<b>3,13</b>	<b>990.955.223,08</b>	<b>4,19</b>	<b>119,50</b>
3.1 Administração Direta	7.179.258,00	0,03	118.303.111,77	0,50	1.647,85
3.2 Administração Indireta	822.092.400,06	3,10	872.652.111,31	3,69	106,15
3.3 (-) Deduções	0,00	0,00	12.105.352,32	0,00	0,00
<b>4.TOTAL DAS RECEITAS SEM DEDUÇÕES(1+2+3)</b>	<b>26.478.184.924,20</b>	<b>100,00</b>	<b>23.655.195.927,77</b>	<b>100,00</b>	<b>89,34</b>
<b>5.TOTAL (-) DEDUÇÕES(1.3+2.3+3.3)</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>0,00</b>	<b>2.589.586.445,35</b>	<b>100,00</b>	<b>103,27</b>
<b>6.TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS(4-5)</b>	<b>23.970.646.388,49</b>	<b>100,00</b>	<b>21.065.609.482,42</b>	<b>100,00</b>	<b>87,88</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: Inclui Empresas Estatais Dependentes.



A tabela anterior evidencia que 88,76% das receitas estão concentradas na Administração Direta.

Da consolidação da Receita Prevista no valor de R\$ 26.478.184.924,20 foi realizada R\$ 23.655.195.927,77 equivalente a 89,34%.

### 3.1.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes em 2014, incluindo as intraorçamentárias, alcançaram a importância de R\$ 21.114.981.264,57.

TABELA 74  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

(R\$ 1,00)

RECETA	REALIZAÇÃO 2014	PARTICIPAÇÃO %
<b>I-RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>	<b>20.124.026.041,49</b>	<b>95,31</b>
TRIBUTÁRIA	11.113.045.323,53	52,63
CONTRIBUIÇÃO	520.013.840,08	2,46
PATRIMONIAL	431.721.741,76	2,04
SERVIÇOS	43.360.223,76	0,21
TRANSF. CORRENTES	7.470.693.532,35	35,38
OUT. REC. CORRENTES	545.191.380,01	2,58
(-) DEDUÇÕES	2.577.848.093,03	12,21
<b>II-RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>990.955.223,08</b>	<b>4,69</b>
(-) DEDUÇÕES	12.105.352,32	0,06
<b>III-TOTAL RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES (I+II)</b>	<b>21.114.981.264,57</b>	<b>100,00</b>
<b>IV-TOTAL DEDUÇÕES</b>	<b>2.589.953.445,35</b>	<b>100,00</b>
<b>V-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (III-IV)</b>	<b>18.525.027.819,22</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As fontes de receitas com valores mais expressivos, em 2014, são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, representando 52,63% e 35,38%, respectivamente, das Receitas Correntes, juntas representam 88,01% desta categoria, incluídas as receitas Intraorçamentárias, e 78,56% da Receita Orçamentária.



### 3.1.1.2. Receitas de Capital

No exercício de 2014, as Receitas de Capital somaram R\$ 2.540.214.663,20, representando 10,74% da receita orçamentária. Em comparação com o exercício anterior, houve acréscimo de 63,40% em termos nominais. As receitas que contribuíram para esse acréscimo foram as Operações de Créditos em 37,23% e as Transferências de Capital com 24,13%.

TABELA 75  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

RECEITA	REALIZAÇÃO 2014	PARTICIPAÇÃO % (R\$ 1,00)
<b>I-RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>2.540.214.663,20</b>	<b>100,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.746.799,08	64,32
ALIENAÇÃO DE BENS	5.955.846,12	0,23
AMORT. DE EMPRÉSTIMOS	500,00	0,00
TRANSF. DE CAPITAL	831.649.000,97	32,74
OUT. RECEITAS DE CAPITAL	68.862.517,03	2,71
(-) DEDUÇÕES	0,00	0,00
<b>II-TOTAL RECEITAS CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>2.540.214.663,20</b>	<b>100,00</b>
<b>III-TOTAL DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IV-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (II-III)</b>	<b>2.540.214.663,20</b>	<b>100,00</b>

Como está demonstrado na tabela acima, Operações de Crédito, em 2014, é o valor mais representativo, com 64,32% da sua categoria econômica.

### 3.1.2. Despesa Orçamentária

Excluídas as duplicidades de despesas com fontes comuns às duas administrações e incluídas as despesas na modalidade de Transferências, da Administração Direta, as quais foram repassadas para o FUNDEB, a Despesa Orçamentária alcançou o montante de R\$ 21.783.515.154,38.

As Empresas Públicas dependentes: ETICE e EMATERCE e as Sociedades de Economia Mista: COHAB e CODECE executam suas despesas diretamente no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, portanto não recebem seus recursos através da modalidade de transferências.

TABELA 76  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA POR  
CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA	PARTIC. %	(R\$ 100)	
			REALIZADA	PARTIC. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.885.760.855,53</b>	<b>70,60</b>	<b>17.277.833.219,52</b>	<b>79,32</b>
Administração Direta	10.920.282.466,64	43,10	10.664.180.572,70	48,96
Administração Indireta	6.965.478.388,89	27,49	6.613.652.646,82	30,36
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.446.948.583,97</b>	<b>29,39</b>	<b>4.505.681.934,86</b>	<b>20,68</b>
Administração Direta	5.437.753.595,50	21,46	3.347.093.985,24	15,37
Administração Indireta	2.009.194.988,47	7,93	1.158.587.949,62	5,32
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.325.279,00</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Administração Direta	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	2.325.279,00	0,01	0,00	0,00
<b>TO TAL</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>100,00</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da consolidação da despesa fixada no valor de R\$ 25.335.034.718,50 foi realizada R\$ 21.783.515.154,38 equivalente a 85,98%.

Do total da Despesa, a Administração Direta participou com o valor de R\$ 14.011.273.557,94 representando 64,32% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, com o valor de R\$ 7.772.239.596,44 representando 35,68%.

### 3.1.2.1. Despesas Correntes

As despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e sim, a maior parte para a manutenção da máquina administrativa.

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R\$ 10.664.180.572,70, participando com 61,72%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R\$ 6.613.652.646,82, participando com 38,28%.



### **3.1.2.2. Despesas de Capital**

Do valor das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R\$ 3.347.093.985,24 representando 74,29%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R\$ 1.158.587.949,62 representando 25,71% em termos nominais.

### **3.1.2.3. Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação**

A Constituição Federal Dispõe em seu Art. 22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.

A Lei federal nº 8.666/93, que, regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública”.



TABELA 77

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO POR ÓRGÃO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE	MODALIDADE / QUANTIDADE									TOTAL
	CONVITE	T. PREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PRECÃO	
ASSEMBLEIA	12	17	42	10054	499	0	0	0	1574	88.375.216,34
FUNDO ASS	0	0	0	14	0	0	0	0	0	1.228,60
T CONTAS	0	1	33	130	246	0	0	0	396	18.347.627,51
TCM	5	2	0	116	224	0	0	0	613	11.638.105,38
T JUSTICA	0	14	76	129	220	0	0	0	330	22.004.985,73
FERMOJU	0	8	232	207	315	0	0	0	1566	111.076.297,74
FUNSEG	0	0	0	0	0	0	0	0	24	1.204.474,48
DPGE	0	1	1	29	0	0	0	0	72	3.421.895,18
FAADEP	0	3	43	212	116	0	0	0	457	7.966.965,11
SEINFRA	0	8	256	65	77	2	0	0	241	525.048.170,93
DER	0	113	674	347	256	147	0	0	1014	506.739.407,76
DETRAN	0	4	348	188	371	0	0	0	858	253.354.524,28
DAE	0	2	78	40	21	0	0	0	549	9.592.838,22
SSPDC	0	0	84	192	166	0	337	0	626	126.239.859,92
FDS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1.290,00
FDS PC	0	0	0	0	0	0	0	0	2	145.800,00
FDS PM	0	0	0	0	0	0	0	0	8	150.909,29
FDS CB	0	0	0	0	2	0	0	0	3	125.773,21
FDS C FM	0	0	12	5	0	0	0	0	33	586.304,94
FDS C BOM	0	0	23	1	1	0	0	0	52	688.446,50
FDS SEJUS	0	0	0	0	0	0	0	0	2	24.122,10
POL CIVIL	0	5	971	2013	1127	0	0	0	4356	63.340.914,50
P M CE	0	3	49	98	141	0	0	0	448	74.622.924,03
BOMBEIRO	0	0	0	49	30	0	0	0	330	21.059.346,25
P FORENSE	0	0	100	177	98	0	0	0	502	17.527.995,67
AESP	0	4	31	60	50	0	0	0	338	6.501.458,31
FDC	0	0	0	0	0	186	0	0	14	20.032.020,00
GAB GOV	0	14	63	160	62	0	0	0	247	26.676.099,58
VICE GOV	0	0	31	16	33	0	0	0	135	1.533.786,18
PGE	0	0	29	50	69	0	0	0	756	15.204.499,94
ARCE	0	62	144	101	65	0	0	0	272	6.394.285,14
C MILITAR	0	0	26	38	52	0	0	0	317	3.445.067,81
PGJ	0	5	71	489	262	0	0	0	780	28.769.534,30
FDID	0	0	0	0	0	0	0	0	10	430.280,36
CONS EDUC	0	0	30	157	40	0	0	0	245	3.513.039,88
JUSTICA	0	20	619	674	539	0	0	0	2548	168.367.743,64
SEFAZ	0	3	195	870	280	144	0	0	2418	144.710.889,57
JUCEC	0	0	28	164	18	0	0	0	73	4.403.729,35
ENCARGOS	0	0	0	19	0	0	0	0	2	1.442.572,25
SDR	0	18	251	252	637	5	0	0	692	282.376.163,89
EMATERCE	0	8	52	434	135	0	0	0	352	11.498.903,84
IDACE	0	0	25	139	53	0	0	0	158	8.624.631,62
ADAGRI	0	0	45	226	52	0	0	0	183	6.702.435,45
FEDAF	0	0	0	0	0	0	0	0	1	86.800,00
SEJUS	8418	4	1038	2574	1756	2	36	0	8080	628.708.769,56
ES P	0	0	2	2	1	0	0	0	313	1.526.119,08
R TEOFILO	0	0	12	53	25	0	0	0	187	1.206.976,66
FUNDES	1	9	1071	3217	729	5	0	0	9949	511.929.973,31
HEMOCE	0	0	72	391	247	0	0	0	1737	32.732.101,88
HPM	0	0	24	121	64	0	0	0	695	21.585.029,83
MICRO BATU	0	0	10	95	0	0	0	0	128	641.936,09
D PRIMEIRA	0	0	26	109	0	0	0	0	109	1.971.508,76
D OITAVA	0	0	12	25	12	0	0	0	148	881.124,69
PRIM DEREIS	0	0	13	64	12	0	0	0	131	963.803,04
H G F	0	1	23	843	163	0	0	0	3875	210.709.271,49
H MESSEJ	0	6	34	816	166	0	0	0	3931	143.437.929,17
H G C C O	5	0	26	237	159	0	0	0	1969	68.616.323,14
A SABIN	0	0	34	331	156	0	0	0	2791	86.596.201,75
HSMM	0	0	13	92	42	0	0	0	924	10.212.651,77
H S J	0	0	26	445	44	0	0	0	1381	19.467.711,26
C E O	0	0	13	109	51	0	0	0	445	5.383.137,82
IPCC	0	0	12	107	55	0	0	0	387	2.784.680,71
LACEN	0	0	46	301	62	0	0	0	729	11.620.016,69
CIDH	0	0	12	90	48	0	0	0	234	1.979.394,21
D LIBANIA	0	0	13	60	31	0	0	0	190	1.747.568,32
MEIRELES	0	0	13	52	24	0	0	0	228	1.567.793,42
C BENFICA	0	0	12	46	29	0	0	0	233	1.250.739,85
CULTURA	0	7	85	221	59	0	0	0	323	52.533.783,36
F E C	0	0	0	0	34	0	0	0	0	99.960,00
SRH	0	33	336	65	54	12	0	0	218	364.674.946,41
SOHIDRA	0	1	68	90	13	0	0	0	276	11.171.994,59
SEGOV	0	0	2591	39	122	0	55	0	503	117.415.514,06
FUNTELC	0	1	29	75	69	0	0	0	193	3.637.344,29
SECITECE	0	0	81	50	43	2	0	0	418	104.222.640,42
FUNECE	0	8	59	166	137	0	0	0	964	31.260.743,05
UVA	0	3	29	81	16	0	0	0	208	9.397.540,96
URCA	0	0	40	189	52	0	0	0	366	11.824.362,88
FUNCEME	0	6	69	98	41	0	0	0	409	4.228.184,96
FUNCAP	0	6	39	89	16	0	0	0	120	4.737.524,97
NUTECC	0	3	43	113	78	0	0	0	277	5.368.089,60
SETUR	0	17	156	142	117	16	0	0	447	160.514.169,72
CGE	0	0	68	85	39	0	0	0	285	5.645.356,15
ESPORTE	0	0	31	88	62	0	0	0	213	6.324.132,67
FDEJ	0	5	0	0	0	0	0	0	136	6.216.909,54
CIDADES	2	9	296	61	3	115	0	0	346	80.567.817,59
IDECE	0	7	30	49	29	0	0	0	103	1.574.562,50
SEPLAG	0	20	33	137	65	0	0	0	480	40.352.383,20
ISSEC	0	18	41	48	17306	0	0	0	276	91.808.622,59
ETICE	0	14	55	113	29	0	0	0	616	16.044.864,83
IPECE	0	3	29	3	2	10	0	0	103	2.254.752,27
COHAB	0	0	17	57	23	0	0	0	95	4.932.713,27
SEFCE	0	9	32	51	12	0	0	0	186	3.017.160,86
STDS	1	1	271	533	576	32	0	0	1557	49.093.869,52
FECA	0	0	0	2	0	0	0	0	0	9.180,00
FEAS	0	2	252	28	643	0	0	0	2013	26.079.141,66
FUNDART	0	0	0	3	791	0	0	0	2	1.980.331,25
CEDE	0	0	29	41	12	0	0	0	104	1.629.150,61
CODECE	12	2	24	103	12	0	0	0	45	1.443.116,92
CONFAM	0	0	210	206	72	0	0	0	863	11.044.509,05
SEMACE	0	0	39	62	42	0	0	0	252	16.416.746,73
SPA	0	0	30	37	3	0	0	0	104	1.500.539,68
SECOPA	0	0	43	95	47	0	0	0	117	207.319.682,81
CGD	0	0	29	51	34	0	0	0	204	2.996.044,11
<b>TOTAL</b>	<b>8.457</b>	<b>510</b>	<b>12.431</b>	<b>31.427</b>	<b>31.006</b>	<b>492</b>	<b>428</b>	<b>0</b>	<b>75.193</b>	<b>5.831.038.508,36</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



## CAPÍTULO IV

### 4. DOS BALANÇOS GERAIS

#### 4.1. Balanços da Administração Direta

##### 4.1.2. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas, devendo ser apresentado conforme anexo 12, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



TABELA 78

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme MCASP, 5ª edição)

(100)						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.418.197.692,89</b>	<b>15.963.865.669,03</b>	<b>15.996.549.454,21</b>	<b>32.683.785,18</b>		
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.935.966.874,18	9.337.287.474,18	9.275.368.148,65	-61.919.325,53		
RECEITA PATRIMONIAL	206.467.581,69	212.035.915,64	345.855.730,36	133.819.814,72		
RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	18.265.555,00	10.665.466,81	-7.600.088,19		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.994.302.094,75	5.991.790.245,05	5.865.960.814,52	-125.829.430,53		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	263.195.587,27	404.486.479,16	498.699.293,87	94.212.814,71		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.521.540.630,90</b>	<b>4.931.840.186,29</b>	<b>2.446.051.443,38</b>	<b>-2.485.788.742,91</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	-1.600.488.085,66		
ALIENAÇÃO DE BENS	18.041,00	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.061.342.588,47	1.671.247.381,56	740.532.897,27	-930.714.484,29		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.242.967,00	26.145.657,50	68.862.517,03	-42.716.859,53		
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>		
<b>REFINANCIAMENTO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO =( III )</b>						
<b>(I+II)</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>		
<b>DÉFICIT (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>TOTAL (V)=( III +IV)</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-		
Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.469.428.132,43</b>	<b>10.920.282.466,64</b>	<b>10.664.180.572,70</b>	<b>10.574.629.601,26</b>	<b>10.471.776.903,71</b>	<b>256.101.893,94</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.287.930.245,55	5.397.478.795,64	5.362.407.868,05	5.360.818.151,97	5.322.700.561,72	35.070.927,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	277.737.823,00	278.661.012,80	272.568.630,97	272.568.630,97	272.568.630,97	6.092.381,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.903.760.063,88	5.244.142.658,20	5.029.204.073,68	4.941.242.818,32	4.876.507.711,02	214.938.584,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.670.919.362,34</b>	<b>5.374.476.502,22</b>	<b>3.283.816.891,96</b>	<b>3.095.767.983,61</b>	<b>3.078.854.809,77</b>	<b>2.090.659.610,26</b>
INVESTIMENTOS	3.168.615.523,34	4.614.778.258,27	2.580.307.881,20	2.397.254.472,85	2.380.341.299,01	2.034.470.377,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	75.151.944,00	222.328.818,87	172.071.116,65	167.075.616,65	167.075.616,65	50.257.702,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	427.151.895,00	537.369.425,08	531.437.894,11	531.437.894,11	531.437.894,11	5.931.530,97
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>44.336.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( VI )</b>	<b>14.184.683.744,77</b>	<b>16.294.758.968,86</b>	<b>13.947.997.464,66</b>	<b>13.670.397.584,87</b>	<b>13.550.631.713,48</b>	<b>2.346.761.504,20</b>
<b>AMORTE DA DÍV./REFINANCIAMENTO (VII)</b>	<b>64.897.992,00</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO ( VIII)=(VI+VII)</b>	<b>14.249.581.736,77</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>13.733.674.678,15</b>	<b>13.613.908.806,76</b>	<b>2.346.761.504,20</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	<b>4.690.156.587,02</b>	<b>4.537.669.793,18</b>	<b>4.431.326.339,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>106.343.453,53</b>
<b>TOTAL (X)=(VIII +IX)</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>13.733.674.678,15</b>	<b>13.613.908.806,76</b>	<b>2.453.104.957,73</b>

FONTE: S2GPR/SEFAZ



TABELA 79

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme Lei nº 4.320/64)

RECEITA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.963.865.669,03</b>	<b>15.996.549.454,21</b>	<b>32.683.785,18</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.337.287.474,18	9.275.368.148,65	-61.919.325,53
RECEITA PATRIMONIAL	212.035.915,64	345.855.730,36	133.819.814,72
RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	10.665.466,81	-7.600.088,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.991.790.245,05	5.865.960.814,52	-125.829.430,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	404.486.479,16	498.699.293,87	94.212.814,71
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.931.840.186,29</b>	<b>2.446.051.443,38</b>	<b>-2.485.788.742,91</b>
<b>SOMA</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>
<b>DEFÍCIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>

DESPESA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉDITOS ORDINÁRIOS			
E SUPLEMENTARES	16.343.084.473,29	14.000.977.367,03	-2.342.107.106,26
CRÉDITOS ESPECIAIS	14.951.588,85	10.297.190,91	-4.654.397,94
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
<b>SOMA</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>-2.346.761.504,20</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>4.537.669.793,18</b>	<b>4.431.326.339,65</b>	<b>-106.343.453,53</b>
<b>TOTAL</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias da Administração Direta, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.



TABELA 80

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

(R\$ 1,00)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.179.258,00</b>	<b>7.179.258,00</b>	<b>118.303.111,77</b>	<b>111.123.853,77</b>		
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	7.179.258,00	7.179.258,00	118.303.111,77	111.123.853,77		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	6.909.877,88	6.909.877,88		
RECEITAS DIVERSAS	7.179.258,00	7.179.258,00	111.393.233,89	104.213.975,89		
Restituição de Receitas Correntes	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-41.162,26</b>	<b>-41.162,26</b>		
Restituição de Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	-41.162,26	-41.162,26		
<b>Total Global</b>	<b>7.179.258,00</b>	<b>7.179.258,00</b>	<b>118.261.949,51</b>	<b>111.082.691,51</b>		

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>667.729.506,19</b>	<b>685.007.911,29</b>	<b>680.294.557,03</b>	<b>680.223.455,30</b>	<b>668.441.842,15</b>	<b>4.713.354,26</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	661.428.255,00	673.452.510,45	671.281.940,63	671.281.940,63	659.523.903,03	2.170.569,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.301.251,19	11.555.400,84	9.012.616,40	8.941.514,67	8.917.939,12	2.542.784,44
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>826.627,36</b>	<b>1.449.777,14</b>	<b>1.414.776,60</b>	<b>1.414.776,60</b>	<b>1.414.776,60</b>	<b>35.000,54</b>
INVESTIMENTOS	826.627,36	1.449.777,14	1.414.776,60	1.414.776,60	1.414.776,60	35.000,54
<b>Total Global</b>	<b>668.556.133,55</b>	<b>686.457.688,43</b>	<b>681.709.333,63</b>	<b>681.638.231,90</b>	<b>669.856.618,75</b>	<b>4.748.354,80</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Observa-se que a realização da receita ultrapassou a previsão atualizada em R\$ 111.082.691,51. Da mesma forma, verifica-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R\$ 4.748.354,80. Em relação ao confronto entre a receita realizada e despesa empenhada, observa-se ainda um déficit orçamentário de R\$ 563.447.384,12. Esse déficit ocorre devido ao fato de que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.



TABELA 81

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA COM DEDUÇÕES E RESTITUIÇÕES

(R\$ 1,00)

Valores Brutos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	18.464.224.946,74	18.431.557.558,51
Receita de Capital	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38
Receita Intraorçamentária	7.179.258,00	118.303.111,77
<b>Total da Receita</b>	<b>23.403.244.391,03</b>	<b>20.995.912.113,66</b>

Dedução para a Formação do FUNDEB	Prevista	Realizada
Dedução da Receita Corrente	2.507.538.535,71	2.514.060.248,69
Dedução da Receita de Capital	0,00	0,00
<b>Total das Deduções</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>2.514.060.248,69</b>

Restituições de Receita	Prevista	Realizada
Restituição da Receita Corrente	0,00	39.209.805,12
Restituição da Receita de Capital	0,00	0,00
Restituições da Receita Corrente Intraorçamentária	0,00	41.162,26
<b>Total das Deduções</b>	<b>0,00</b>	<b>39.250.967,38</b>

Total das Deduções da Receita	Prevista	Realizada
Corrente	2.507.538.535,71	2.553.270.053,81
Capital	0,00	0,00
Corrente Intraorçamentária	0,00	41.162,26
<b>Total</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>2.553.311.216,07</b>

Valores Líquidos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	15.956.686.411,03	15.878.287.504,70
Receita de Capital	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38
Receita Intraorçamentária	7.179.258,00	118.261.949,51
<b>Total</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;
- Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 5ª edição, válida para o ano de 2014, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará, constantes no Balanço Orçamentário da Administração Direta, no ano de 2014:



TABELA 82

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

(R\$ 1,00)

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 121)	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	1.600.488.085,66
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>2.456.937.034,43</b>	<b>3.234.234.884,74</b>	<b>1.633.746.799,08</b>	<b>1.600.488.085,66</b>

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	427.151.895,00	537.369.425,08	531.437.894,11	531.437.894,11	531.437.894,11	5.931.530,97
Amortização da Dívida com Refinanciamento	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>492.049.887,00</b>	<b>600.646.518,36</b>	<b>594.714.987,39</b>	<b>594.714.987,39</b>	<b>594.714.987,39</b>	<b>5.931.530,97</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2014, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 4.431.326.339,65. As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas.

A seguir, demonstra-se o Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013.

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014
Receita Orçamentária	16.520.815.672,11 = 1,38	18.442.600.897,59 = 1,32
Despesa Orçamentária	11.999.626.805,38	14.011.274.557,94

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

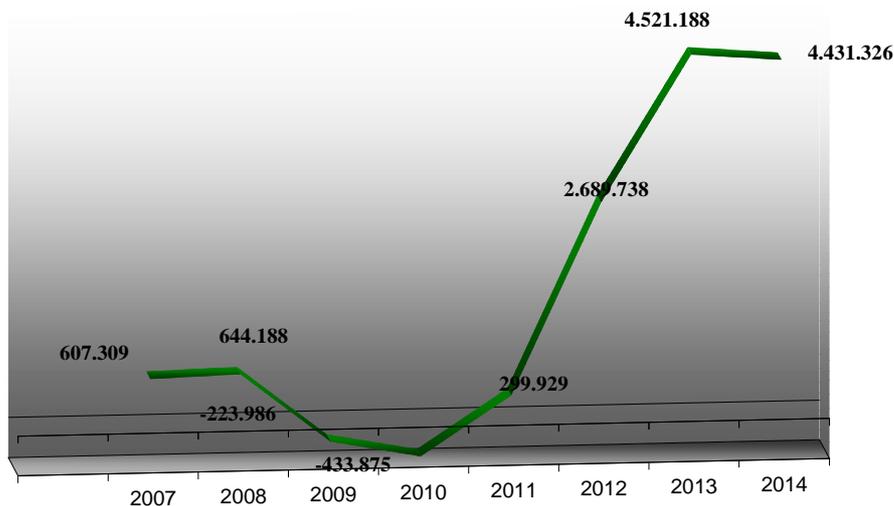
O índice acima (2014) significa que o total da Receita arrecadada corresponde a 1,32% da despesa realizada.

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2014 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 33,33%.



GRÁFICO XX

TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2007 A 2014



Fonte: SEFAZ/S2GPR/COTES

Nota: Dos valores referentes a 2012, foram excluídas as transferências de recursos da Administração Direta para a Indireta, em virtude da mudança de critério contábil relacionado às transferências financeiras concedidas (grupo 3.5.1.0.2) e recebidas (grupo 4.5.1.0.2) para o pagamento das despesas das Entidades da Administração Indireta.

Um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará, torna-se necessário para que se possa entender e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2014.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Forma firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado.



A crise econômica mundial, que ainda mostra claros sinais de força, e a piora dos principais índices macroeconômicos brasileiros continuam interferindo nos índices econômicos no ano de 2014. Mesmo considerado a melhora da economia americana, ainda percebe-se uma recuperação lenta, frágil e desigual da economia mundial, isto é comprovado pelos fracos números de desempenho dos países. A economia da Índia destaca-se com uma exceção positiva numa perspectiva nebulosa, segundo o FMI. Apesar da sinalização de melhora dos Estados Unidos citada anteriormente, muitos ajustes ainda se fazem necessário para que o ano de 2015 possa trazer algum crescimento para a economia brasileira. No Brasil, a política monetária do Federal Reserve (FED), acompanhada das pressões inflacionárias e as instabilidades políticas recentes desestabilizaram o câmbio, reduzindo o nível de confiança da economia, prejudicando o consumo das famílias. Neste cenário o país cresceu 0,1%, acima apenas da Rússia, que deve decrescer 5 %, no que diz respeito aos seus aliados no BRICS. A China, apesar da desaceleração, cresceu 7,4%, Índia, que ainda é destaque do bloco, 5,2% e por fim, África do Sul aumentou sua economia em 1,5%. Espera-se um crescimento de 0,9% da zona do Euro, de 1,6% da Alemanha e os EUA cresceram 2,4%.

As expectativas dos agentes ainda aguardam uma melhora na conjuntura política, deixando o mercado parado a espera de movimentos econômicos mais fortes e definitivos que sinalizem uma pequena recuperação. No que diz respeito a impulsionar a economia, nenhuma ação contundente foi adotada, já que as incertezas quanto às pressões inflacionárias e quanto ao câmbio não permitiram ao governo adotar uma política mais eficaz. A manutenção do grau de investimento da economia brasileira pelas principais agências internacionais sinaliza uma melhora de cenário para 2015.

Os resultados de 2014 ainda estão afetados pelo desempenho pífio da economia mundial, que ainda sofre os reflexos desta crise financeira, que impactou de forma mais contundente a economia brasileira neste ano. Nesse ambiente, os principais bancos centrais mantêm uma postura flexível da política monetária iniciada no âmbito da crise com o intuito de aumentar a liquidez, motivar a atividade econômica e garantir a solvência dos sistemas financeiros. Contudo, dados o aprofundamento da crise e o papel limitado dos estímulos monetários, os governos também têm mantido programas fiscais voltados para a estabilização financeira e para o estímulo ao crescimento, com o objetivo de se contrapor aos efeitos contracionistas ainda presentes.

Apesar deste crescimento modesto, alguns fundamentos econômicos ainda se mantêm relativamente estáveis, como a taxa de desemprego, que mesmo com uma taxa SELIC crescente e a desaceleração da atividade econômica ainda permanece em níveis baixos. Alguns países europeus ainda não conseguem recuperar sua economia, mesmo com todo estímulo dado pelo Banco Central Europeu, como é o caso da Itália que terá um decréscimo de seu PIB em 0,4%. O Brasil, que até então mostrava-se mais resistente, tem sucumbido diante de diversas instabilidade econômica e políticas internas. O fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira nos últimos anos, quanto da adequação das medidas da política econômica destinadas ao combate dos impactos da crise mundial, implementadas ao final de 2008 e início de 2009, precisa de ajuste para que se possa voltar a uma trajetória de crescimento sustentável. Nesse cenário, ainda há certa manutenção do desempenho do consumo das famílias, favorecido, inicialmente, pela preservação da renda real e pela melhora nas condições do mercado de crédito. Estas medidas aumentaram a liquidez e criaram algumas pressões inflacionárias em 2012, 2013 e 2014, que estão sendo combatidas com medidas de austeridade fiscal e também pelo desenrolar da crise mundial que tem viés recessivo.

O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2014 ainda era pessimista, mas o Estado superou as expectativas e com políticas econômicas expansionistas possibilitou a economia cearense entrar numa trajetória de crescimento sustentável, mantendo o crescimento de sua renda superior a média nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente direcionados para investimentos em infraestrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense. Desse modo, a demanda interna passa a ser a principal fonte de crescimento, alavancada principalmente pelo aumento do Investimento Público e Consumo de Bens.

Apesar da lenta recuperação dos países desenvolvidos e os reflexos na economia brasileira e cearense, em 2014, a economia cearense manteve sua trajetória de aumento no PIB, a frente da economia brasileira, o que demonstra uma sustentabilidade no crescimento. As perspectivas para 2015 não são tão favoráveis devido à piora do cenário externo e a um cenário interno que tem criado imensas incertezas no cenário político e econômico. O Estado do Ceará já tem iniciado seus ajustes fiscais que permitirão a continuidade de um crescimento econômico sustentável. Segundo o IPECE, espera-se que a economia cresça de 2,0%. Por conta deste cenário, estimativas preliminares mostram que a economia cearense evoluiu muito mais favoravelmente que a nacional, registrando uma taxa de crescimento de 4,0%, sobre o ano de 2014.



TABELA 83

DEMONSTRATIVO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO - CEARÁ - E BRASIL  
2007 - 2014 (\*)

Tabela 1- Produto Interno Bruto a preço de mercado - Ceará e Brasil - 2007-2014(\*)

Anos	Ceará		Brasil	
	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)
2007	50.331	3,34%	2.661.345	6,09%
2008	60.099	8,49%	3.032.203	5,16%
2009	65.704	0,04%	3.239.404	-0,33%
2010	76.705	7,90%	3.770.085	7,50%
2011	85.604	4,30%	4.143.013	2,70%
2012	94.600	3,65%	4.403.000	0,90%
2013	105.700	3,44%	4.840.000	2,30%
2014	109.275	4,00%	5.520.000	0,10%
Taxa de crescimento acumulado (%) 2007-2014		117,11%	107,41%	

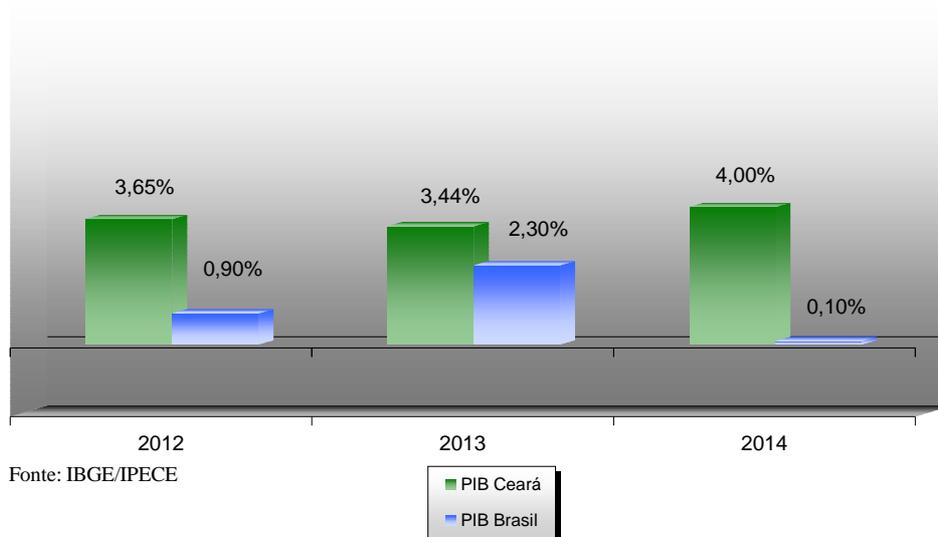
Fonte: IPECE e IBGE

(\*) 2011- 2012-2013-2014 são dados preliminares e podem sofrer alterações. Os valores estão em moeda corrente

O bom desempenho da economia cearense vem contribuindo para aumentar de forma continuada, sua participação no PIB nacional. Com esse resultado o Ceará vem apresentando condições favoráveis para crescer com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que pode ser alcançado caso este crescimento se mantenha acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda. O Ceará responde pela 12ª economia do país e a 3ª do nordeste.

É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, devia operar sob **déficit orçamentário**. Assim o **déficit orçamentário** passou a ser aceito como instrumento de política econômica. Entretanto, não é o caso do Estado que teve **superávit orçamentário** apurado no Balanço Orçamentário de 2014.

GRÁFICO XXI  
EVOLUÇÃO DO PIB BRASIL X PIB CEARÁ - 2012 A 2014



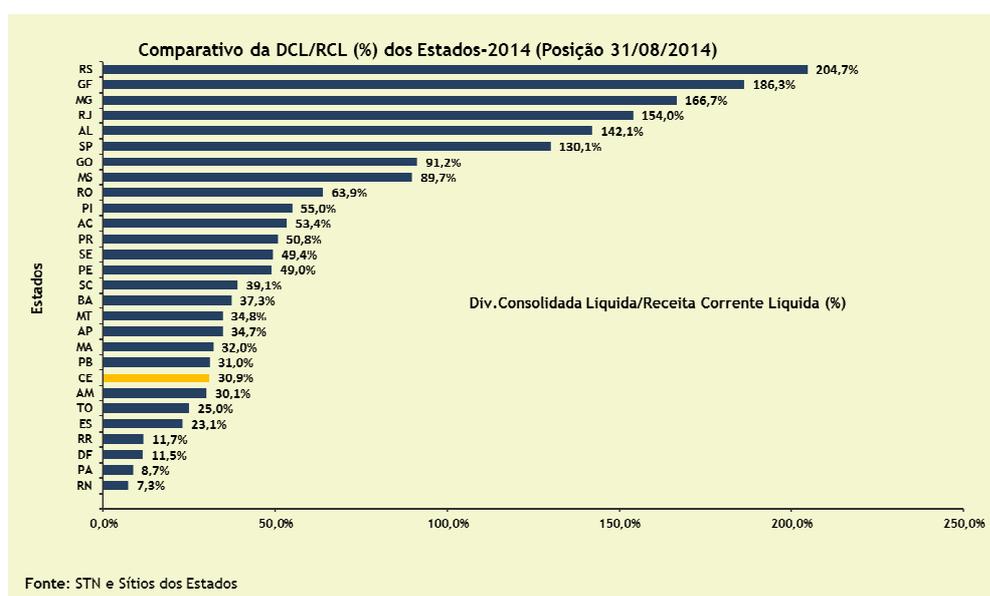
Descolando do cenário nacional, a economia cearense manteve um crescimento relevante diante de um cenário macroeconômico instável, isso devido à sustentabilidade da demanda doméstica, sobretudo pelo comércio interno, que tem incentivado a expansão de emprego e também pelos investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos.

A crescimento positivo da economia cearense deve-se fundamentalmente à política fiscal adotada pelo Estado. No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para implementar seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.



Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

**GRÁFICO XXII**  
**COMPARATIVO DA DCL/RCL (%) DOS ESTADOS - 2014**



Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela a seguir.



TABELA 84  
ANÁLISE DOS INDICADORES FISCAIS

R\$ 1.000				
Análise Geral dos Indicadores				
Indicador	Definição da meta	Meta / Limite	Realização	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	3.409.653	3.765.224	27,61%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.636.633	2.239.936	16,42%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	347.763	455.335	130,93%
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	8.218.532	7.691.071	53,34%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	28.836.955	6.084.983	42,20%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	3.172.065	870.955	6,04%
Op. Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.306.956	1.633.747	11,33%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.658.125	886.611	6,15%
Valores de Referência				
RCL - Receita Corrente Líquida 2014			14.418.478	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências			13.638.613	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências			13.638.612	
PIB Ceará Previsão 2014 em valor e taxa de crescimento			109.275.000	4,00%

GRÁFICO XXIII  
DÍVIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

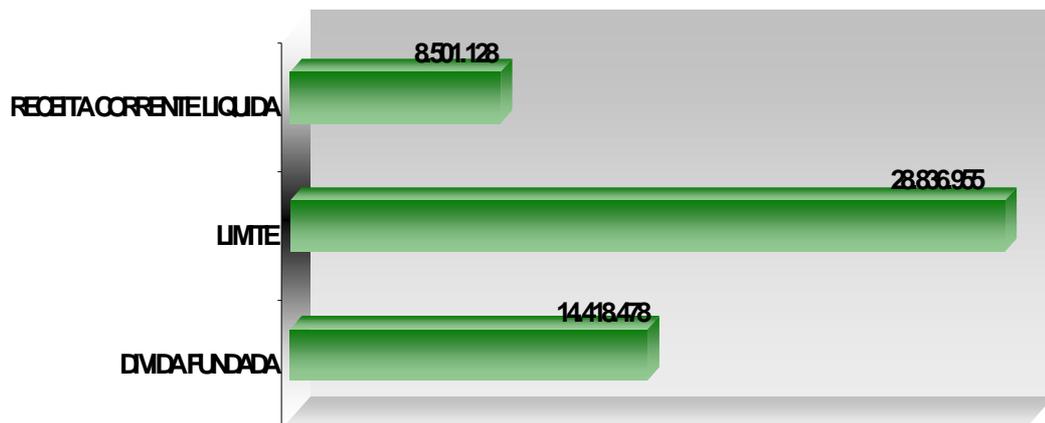




GRÁFICO XXIV

GARANTIAS DE VALORES X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

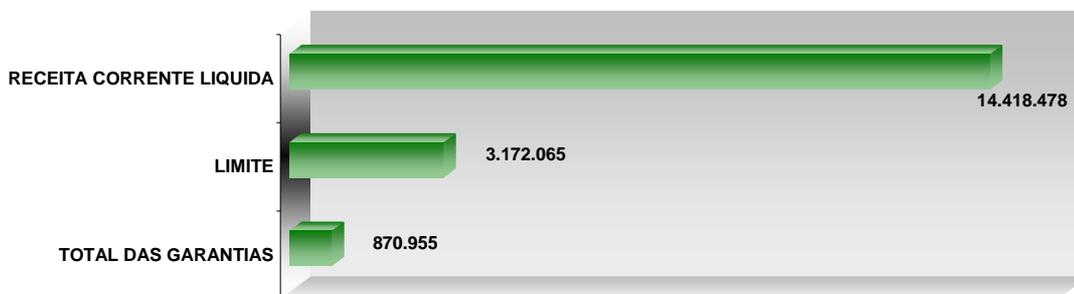


GRÁFICO XXV

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS X RCL



## Resultado do Tesouro Estadual

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.

## Resultados Primário e Nominal no Conceito da LRF

Respeitado o art. 5º, Inciso I da Lei Complementar no 101/2000, o § 2, art.19, da Lei Orçamentária nº 14.824/2010, para o exercício de 2014, foi estabelecido no Anexo de Metas Fiscais um resultado primário superavitário do Tesouro Estadual da ordem de R\$ 347,8 milhões. No 3º quadrimestre de 2014, pela metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi apurado o resultado positivo acumulado de R\$ 455,3 milhões, considerando a despesa empenhada e incluindo a execução da administração Direta e Indireta.



Bom destacar que o Estado ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem mantendo estável sua capacidade de pagamento, já que tem a relação Dívida/RCL em 0,42. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. A capacidade de pagamento do Estado do Ceará também segue uma trajetória de melhora, o Estado cumpriu com 6,2 % da meta de 11,5 % da RCL, estabelecida pelo Senado Federal.

Para um Estado que já possui um nível baixo de endividamento e que ainda é muito dependente do investimento público como propulsor do crescimento econômico, não é razoável demandar redução da dívida. A trajetória da dívida, em sendo contínua e sustentável, implica uma política fiscal crível.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2014, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e no aumento do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

#### **4.1.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário**

##### **BODIR-01 – Composição da Dotação Atualizada da Administração Direta**

A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada consolidada da Administração Direta.

TABELA 85  
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	14.249.561.736,77
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	5.163.997.225,04
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	3.055.522.899,67
(=) Dotação Atualizada	16.358.036.062,14

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

##### **BODIR-02 – Previsão e execução da despesa por tipo de crédito – Administração Direta**

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Direta



TABELA 86

PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	14.249.561.736,77	16.343.084.473,29	14.000.977.367,03	13.723.377.487,24	13.603.611.615,85
Especial	-	14.951.588,85	10.297.190,91	10.297.190,91	10.297.190,91
Extraordinário	-	-	-	-	-
Total	14.249.561.736,77	16.358.036.062,14	14.011.274.557,94	13.733.674.678,15	13.613.908.806,76

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

## Balanco Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/1964, O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.



O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
  - (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
  - (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
  - (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
  - (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.
- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e o quadro resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 87  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

(R\$ 1,00)		
INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>16.520.815.672,11</b>
Ordinária	13.934.543.918,10	12.860.569.869,45
Vinculada	4.508.056.979,49	3.660.245.802,66
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>13.382.491.533,03</b>	<b>11.507.264.323,82</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>7.231.937.880,55</b>	<b>6.597.154.348,73</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>2.512.630.198,72</b>	<b>1.852.538.402,82</b>
<b>TO TAL</b>	<b>41.569.660.509,89</b>	<b>36.477.772.747,48</b>
(R\$ 1,00)		
DISPÊNDIOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>11.999.626.805,38</b>
Ordinária	9.934.086.728,62	9.227.996.951,82
Vinculada	4.077.187.829,32	2.771.629.853,56
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>18.467.847.104,48</b>	<b>15.456.309.237,92</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>7.087.684.299,30</b>	<b>6.509.206.505,46</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>2.002.854.548,17</b>	<b>2.512.630.198,72</b>
<b>TO TAL</b>	<b>41.569.660.509,89</b>	<b>36.477.772.747,48</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



- Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (00 e 01), além da fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados).
- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;
- Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;
- O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

A Receita e a Despesa Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A Receita e a Despesa Extra-Orçamentárias são aquelas que se realizam independentemente do orçamento. A Receita Extra-Orçamentária representa os valores que o Estado é obrigado a arrecadar, e em princípio, não lhe pertencem. A Despesa Extra-Orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

Comparando-se a Receita e a Despesa Orçamentárias, no Balanço Financeiro, a Administração Direta apresentou um superávit no valor de R\$ 4.431.326.339,65.

As Receitas e as Despesas Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, compreendem a movimentação de débito e crédito das contas do ativo e passivo financeiro do ano de referência.

A seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013.

	(R\$ 1,00)	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Saldo Exercício Seguinte	<u>2.512.630.198,72</u> =1,36	<u>2.002.854.548,17</u> = -0,80
Saldo do Exercício Anterior	1.852.538.402,82	2.512.630.198,72

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



No exercício de 2014, há R\$ 2.002.854.548,17 de disponibilidade que se transfere para o exercício seguinte, contra R\$ 2.512.630.198,72 de disponibilidade do exercício anterior, havendo um decréscimo de R\$ 509.775.650,55.

O Comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

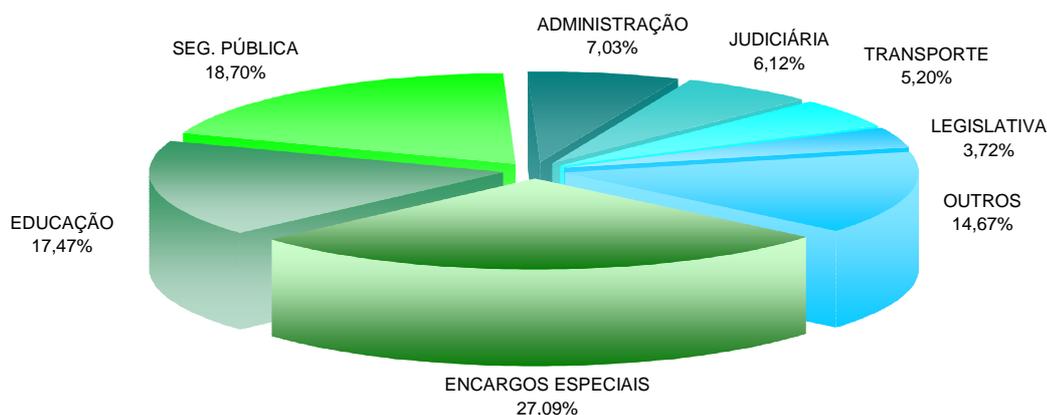
**TABELA 88**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO**

(R\$ 1,00)

FUNÇÕES	REALIZAÇÃO			
	2013	2014	VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
LEGISLATIVA	479.212.348,69	520.935.528,44	8,71	3,72
JUDICIÁRIA	740.635.500,80	857.633.009,06	15,80	6,12
ESSENCIAL À JUSTIÇA	323.860.228,45	362.574.485,54	11,95	2,59
ADMINISTRAÇÃO	912.802.450,85	985.139.293,41	7,92	7,03
SEG. PÚBLICA	1.503.556.217,76	1.784.684.476,62	18,70	12,74
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.920.404,76	86.046.455,21	(1,01)	0,61
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.859.059,43	2.293.444,17	(19,78)	0,02
TRABALHO	65.959.476,88	73.469.642,41	11,39	0,52
EDUCAÇÃO	2.277.607.184,78	2.447.869.591,28	7,48	17,47
CULTURA	53.983.398,31	68.584.677,14	27,05	0,49
DIREITOS DA CIDADANIA	353.674.287,04	411.073.991,14	16,23	2,93
URBANISMO	134.410.207,39	255.937.464,86	90,42	1,83
HABITAÇÃO	38.767.004,81	152.799.798,47	294,15	1,09
SANEAMENTO	268.460.339,04	515.929.334,20	92,18	3,68
GESTÃO AMBIENTAL	39.445.943,52	35.598.179,41	(9,75)	0,25
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	78.894.674,28	90.040.774,77	14,13	0,64
AGRICULTURA	273.943.176,41	433.994.835,68	58,43	3,10
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.314.319,60	1.116.523,57	(66,31)	0,01
INDÚSTRIA	44.507.171,65	52.613.049,69	18,21	0,38
COMÉRCIO E SERVIÇOS	85.031.190,09	95.392.679,57	12,19	0,68
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	0,00	(100,00)	0,00
ENERGIA	8.567.330,08	20.190.131,66	135,66	0,14
TRANSPORTE	546.476.142,14	728.882.028,97	33,38	5,20
DESPORTO E LAZER	305.805.507,18	233.370.433,14	(23,69)	1,67
ENCARGOS ESPECIAIS	3.368.508.994,73	3.795.104.729,53	12,66	27,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	486.746,71	0,00	100,00	0,00
<b>TO TAL</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>16,76</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XXVI  
DESPESA POR FUNÇÃO- 2014



Excetuando-se a função “Encargos Especiais”, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2014 foram: Educação (17,47%), Segurança Pública (12,74%), Administração (7,03%), Judiciária (6,12%) e Transporte (5,20%). Desde o exercício de 2013, as despesas realizadas na função Saúde estão sendo executadas dentro da administração indireta.

A Função “Encargos Especiais” engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

#### 4.1.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

##### **BFDIR-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados da Administração Direta**

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.



Como as consignações do exercício a pagar já estão evidenciadas na linha de Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor da inscrição de Restos a Pagar Processados, é preciso subtrair as consignações do exercício, conforme é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 89

**CÁLCULO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(R\$ 1,00)	
<b>Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014</b>	<b>Valor</b>
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	119.765.871,39
( - ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	18.726.070,24
(=) Inscrição de Restos a Pagar Processados	101.039.801,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Ressalta-se que para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, será criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.

**BFDIR-02 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados da Administração Direta**

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anteriores.

TABELA 90

**CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(R\$ 1,00)	
<b>Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014</b>	<b>Valor</b>
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	168.491.308,76
( - ) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações dos Exercícios Anteriores	29.419.932,82
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	139.071.375,94

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado no tabela acima.

**BFDIR-03 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis da Administração Direta**

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 91  
CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

<b>Código da Conta</b>	<b>Título da Conta</b>	<b>Valor</b>
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	7.697.769,04
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.184.326.189,36
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	9.758.282,07
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	2.901,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	9.031.489,34
<b>Total</b>		<b>5.210.816.630,81</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essa conta registra a obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta arrecadada via DAE pela Sefaz.

A inclusão ocorreu devido a classificação desta conta no Grupo 2.1.8.9.2, enquanto que esta deveria ter sido classificada no grupo 2.1.8.8.2 – Valores Restituíveis – Intra. Como o fato foi percebido quando boa parte do processo de arrecadação já havia acontecido, decidiu-se incluir a conta e providenciar a sua nova classificação somente no exercício de 2015.

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 92

CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

<b>Código da Conta</b>	<b>Título da Conta</b>	<b>Valor</b>
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	6.987.934,35
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.979.500.020,08
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	11.836.275,02
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	0,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	8.830.792,57
<b>Total</b>		<b>5.007.155.022,02</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

### 4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.



Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 93

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ 1,00)

<b>ATIVO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.698.121.687,44</b>	<b>3.160.826.502,76</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	
Créditos a Curto Prazo	293.534.979,62	206.310.945,95	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	233.341.275,33	199.355.574,28	
Estoques	168.390.884,32	242.529.783,81	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>22.736.177.541,52</b>	<b>18.835.562.031,48</b>	
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.662.575.973,11	5.976.639.721,19	
Investimentos	4.061.334.532,95	3.310.851.327,38	
Imobilizado	12.011.773.367,44	9.547.697.314,89	
Intangível	493.668,02	373.668,02	
<b>TOTAL</b>	<b>25.434.299.228,96</b>	<b>21.996.388.534,24</b>	
<b>PASSIVO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>586.756.093,78</b>	<b>441.512.375,72</b>	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	19.658.404,45	58.363.081,41	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.884.409,97	13.597.152,74	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.001.793,89	8.240.247,66	
Obrigações de Repartição a Outros Entes	49.964.091,07	66.737.750,17	
Demais Obrigações a Curto Prazo	499.247.394,40	294.574.143,74	
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.493.269.410,16</b>	<b>6.980.854.715,22</b>	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	81.115.129,53	84.619.393,27	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	7.764.620.906,38	6.282.259.451,81	
Demais Obrigações a Longo Prazo	647.533.374,25	613.975.870,14	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.080.025.503,94</b>	<b>7.422.367.090,94</b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	
Superávits ou Déficits Acumulados	16.354.273.725,02	14.574.021.443,30	
Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16.354.273.725,02</b>	<b>14.574.021.443,30</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>25.434.299.228,96</b>	<b>21.996.388.534,24</b>	
ATIVO FINANCEIRO	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	
ATIVO PERMANENTE	23.431.444.680,79	19.483.758.335,52	
PASSIVO FINANCEIRO	927.361.086,31	897.635.216,85	
PASSIVO PERMANENTE	8.493.269.410,16	6.980.854.715,22	
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>16.013.668.732,49</b>	<b>14.117.898.602,17</b>	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR



O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam realizáveis até o término do exercício seguinte.

No Ativo Financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis em curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e aplicações financeiras.

O Ativo Não-Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os componentes do patrimônio da Administração Direta são registrados pelos valores originais de aquisição, produção ou construção e na moeda do País.

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Porém, neste exercício ainda não foi possível a realização desses procedimentos devido à complexidade de cadastramento dos bens estaduais, bem como a dificuldade de integração entre o sistema Patrimonial (SEPLAG) e o S2GPR (SEFAZ).

Os Saldos consolidados dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará estão demonstrados na Tabela seguinte:

TABELA 94  
DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO

(R\$ 1,00)		
TÍTULOS	VALOR	PARTIC.%
<b>Bens Móveis</b>	<b>3.059.412.791,75</b>	<b>25,47</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	884.420.227,60	7,36
Bens de Informática	386.060.663,63	3,21
Móveis e Utensílios	384.361.169,62	3,20
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	81.476.639,07	0,68
Veículos	1.179.854.471,24	9,82
Bens Móveis em Andamento	3.732.814,90	0,03
Armamentos	15.940.511,60	0,13
Demais Bens Móveis	123.566.294,09	1,03
<b>Bens Imóveis</b>	<b>8.952.360.575,69</b>	<b>74,53</b>
Bens de Uso Especial	7.408.188.867,35	61,67
Bens Dominicais	3.376.227,83	0,03
Bens de Uso Comum do Povo	527.457.439,51	4,39
Bens Imóveis em Andamento	629.354.182,19	5,24
Instalações	78.208.490,09	0,65
Investimento de Capital a Incorporar	225.408.351,27	1,88
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	21.417.706,03	0,18
Demais Bens Imóveis	58.949.311,42	0,49
<b>TOTAL</b>	<b>12.011.773.367,44</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Vale ressaltar que os bens adquiridos e incorporados automaticamente no ato da contabilização pelos fundos especiais do Estado foram desincorporados dos mesmos e transferidos para os órgãos da Administração Direta onde os mesmos estão vinculados, como mostra a Tabela a Seguir.

TABELA 95  
DEMONSTRATIVO DOS BENS ADQUIRIDOS PELOS FUNDOS

		(R\$ 1,00)			
ÓRGÃOS DE ORIGEM DAS DESINCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR	ÓRGÃOS DE DESTINO DAS INCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR
FERMOJU	040101	22.865.164,53	TJ	040001	24.582.346,81
FUNSEG	040301	1.717.182,28			
FUNDO DE DEFESA SOCIAL	100601	1.290,00			
FDS UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL	100606	0,00			
FDS POLÍCIA CIVIL	100607	65.265,00			
FDS POLÍCIA MILITAR	100608	429.716,74	SSPDS	100001	1.223.013,58
FDS CORPO DE BOMBEIROS	100609	278.145,88			
FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR	100610	13.665,24			
FDS COLÉGIO CORPO DE BOMBEIROS	100611	434.930,72			
FDS SEC. DE JUSTIÇA E CIDADANIA	100612	8.137,08	SEJUS	180001	8.137,08
FDCC	105001	16.416.365,11	BOMBEIROS	101041	16.416.365,11
FUNDART	470301	17.400,00			
FEAS	470201	2.412.435,75	STDS	470001	2.429.835,75
FAADEF	060101	631.871,07	DEFENSORIA	060001	631.871,07
FDID	150201	332.864,70	PGJ	150001	332.864,70
FUNDES	240401	166.875.597,79			
CEO RODOLFO TEOFILO	240344	39.033,28			
CENTRO DE HEMAT. E HEMOTERAPIA - CE	240424	1.390.381,85			
HOSPITAL GERAL MILITAR	240479	4.379.254,54			
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	241281	10.297.866,35			
HOSPITAL DE MESSEJANA	241291	15.967.357,01			
HOSPITAL GERAL CESAR CALS DE OLIVEIRA	241301	2.966.705,75			
HOSPITAL INFANTIL DR ALBERTO SABIN	241311	3.645.018,07			
HOSPITAL DE SAUDE MENTAL/MESSEJANA	241321	149.808,91	SEC. DE SAÚDE	240001	208.629.783,57
HOSPITAL SAO JOSE	241331	771.769,26			
CENTRO ESPECI. DE ODONTOLOGIA	241501	997.889,69			
INSTIT. DE PREV DO CANCER DO CEARA	241521	544.825,18			
LAB. CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	241531	289.128,72			
CENTRO INTEG DE DIAB. E HIPERTENCAO	241561	207.450,79			
CENTRO DE SAUDE DONA LIBANIA	241581	3.280,00			
POSTO DE ASSIST. MEDICA DO MEIRELES	241591	26.769,39			
CENTRO ODONT. TIPO II CEO J.TAVORA	241621	77.646,99			
FUNDO EST. DE DESENV. DA AGRIC. FAMILITAR	211301	86.800,00			86.800,00
FUNDO DO DESENV. DO ESPORTE E JUVENTUDE	420101	2.817.254,80			2.817.254,80
<b>TOTAL</b>		<b>257.158.272,47</b>	<b>TOTAL</b>		<b>257.158.272,47</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



TABELA 96  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

(R\$ 1,00)

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>VALOR</b>
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>999.384.183,41</b>
- Tesouro	999.384.183,41
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.003.470.364,76</b>
- Do Salário Educação	21.446.681,29
- Do FECOP	145.215.256,25
- Da CIDE	413.855,23
- Do FUNDEB	29.964.926,42
- Do Recurso da Medida Compensatória Ambien	6.095.851,07
- Do FIT	17.903.652,77
- De Operações de Créditos	304.620.477,88
- De Convênios e Outros	477.809.663,85
<b>TOTAL</b>	<b>2.002.854.548,17</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e recursos vinculados. Ao final do exercício de 2014, os ativos financeiros totalizaram R\$ 2.002.854.548,17 sendo, R\$ 999.384.183,41 de recursos próprios do Tesouro e R\$ 1.003.470.364,76 de recursos vinculados.

O Passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade até o término do exercício seguinte.

O Passivo Financeiro que compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.

O Passivo não-circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Administração de 2014, resultou num superávit financeiro de R\$ 1.075.565.910,57, nos termos do art. 43 § 2º, da lei 4.320/64, conforme tabela a seguir:



TABELA 97

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

				(R\$ 100)
ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>		<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>999.384.183,41</b>	<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>613.058.466,92</b>	<b>386.325.716,49</b>
- Tesouro	999.384.183,41	- Tesouro	613.058.466,92	386.325.716,49
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.003.470.364,76</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>314.230.170,68</b>	<b>689.240.194,08</b>
- Do Salário Educação	21.446.681,29	- Do Salário Educação	9.770.928,30	11.675.752,99
- Do FECOP	145.215.256,25	- Do FECOP	64.036.394,36	81.178.861,89
- Da CIDE	413.855,23	- Da CIDE	0,00	413.855,23
- Do FUNDEB	29.964.926,42	- Do FUNDEB	30.536.260,44	-571.334,02
- Da Medida Compensatória Ambiental	6.095.851,07	- Da Medida Compensatória Ambiental	259.392,68	5.836.458,39
- Do FIT	17.903.652,77	- Do FIT	4.731.119,25	13.172.533,52
- De Operações de Créditos	304.620.477,88	- De Operações de Créditos	80.923.984,89	223.696.492,99
- De Convênios e Outros	477.809.663,85	- De convênios e outros	123.972.090,76	353.837.573,09
<b>TOTAL</b>	<b>2.002.854.548,17</b>	<b>TOTAL</b>	<b>927.288.637,60</b>	<b>1.075.565.910,57</b>

A seguir demonstra-se o Quociente da situação financeira, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013.

			(R\$ 1,00)
Especificação	2013	2014	
<u>Ativo financeiro</u>	<u>2.512.630.198,72</u>	<u>2.002.854.548,17</u>	= 2,80
Passivo Financeiro	897.635.216,85	927.361.086,31	= 2,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2014, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações a curto prazo, existem R\$ 2,15 de disponibilidade financeira para sua liquidação no curto prazo.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e não-circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo "Dívida Ativa Estadual", fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ R\$ 6.475.296.855,63, sendo: R\$ 82.133.449,02 e R\$ 6.393.163.406,61 a longo prazo.

Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.



Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2014 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda - SEFAZ, adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Com referência à atuação de combate à sonegação e evasão fiscal, registre-se que com a criação da Procuradoria da Dívida Ativa - PRODAT efetivou-se uma eficiente cooperação entre os outros órgãos estaduais com o intuito de combater estas práticas, destacando-se a prorrogação do convênio nº 05/2008 até a data de 31/12/2018, convênio este que trata da cooperação técnica e operacional entre a PGE, SEFAZ, PGJ e SSPDS. Foram, ainda efetivadas ações com o escopo de aumentar a arrecadação estadual, a saber: inscrição de débitos não-tributários de diversas origens, como multas penais, custas processuais, indenizações, multas do DECON, multas dos Tribunais de Contas, etc. A PRODAT efetuou a inclusão de muitos devedores na SERASA, e procedeu o PROTESTO cartorário de dívidas tributárias inscritas; Ajuizou-se eletronicamente execuções fiscais; e efetivou-se a NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL de devedores de ICMS e, principalmente, de devedores de IPVA.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa.

TABELA 98  
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES AJUIZADAS PARA A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA EM 2014

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
1. Tributários	1.761	199.818.393,24
2. Não Tributários	1.015	35.367.499,68
<b>TOTAL</b>	<b>2.776</b>	<b>235.185.892,92</b>

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa R\$ 856.658.040,76 (não ajuizados).

TABELA 99

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE  
COBRANÇA ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	VALOR
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57

#### 4.1.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

**BPDIR-01 – Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” da Administração Direta**

A tabela evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 100

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	986.595.856,17	851.911.206,24
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	986.595.856,17	851.911.206,24
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	82.347.960,70	53.091.873,67
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	904.247.435,50	798.818.872,60
1.1.3.8.1.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	904.247.435,50	797.010.949,16
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	1.807.923,44
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	459,97	459,97

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**BPDIR-02 – Detalhamento da Conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” da Administração Direta**

A tabela a seguir, evidencia a composição da conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 101

AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-754.243.921,40	-653.175.161,35
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	-1.306.225,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**BPDIR-03 – Detalhamento da Conta “Créditos a Longo Prazo” da Administração Direta**

A tabela abaixo demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 102

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	6.441.259.529,94	5.762.349.163,81
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	6.441.259.529,94	5.762.349.163,81
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	6.325.632.932,55	5.730.150.497,63
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	72.512.994,29	77.699.296,02
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCO Inscritos (P)	29.896.827,35	22.065.468,20
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.499.600.495,71	5.565.323.271,03
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	723.622.615,20	65.062.462,38
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	447.690.019,91	292.051.180,66
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	447.690.019,91	292.051.180,66
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-399.593.896,58	-259.852.514,48
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-399.593.896,58	-259.852.514,48

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### **BPDIR-04 – Composição do Passivo Financeiro da Administração Direta**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

TABELA 103  
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	586.756.093,78
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	277.599.879,79
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	63.005.112,74
<b>(=) Passivo Financeiro</b>	<b>927.361.086,31</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela acima. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

## **DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL**

Dívida pública é um tema muitas vezes mal compreendido. No entanto, em virtude de sua relevância para a sociedade, merece ser bem explorado. Neste sentido, este capítulo do Balanço Geral do Estado, busca desmistificar este assunto e trazer informações transparentes com riquezas de detalhes em diversos gráficos e quadros. Além disso, o quadro do Anexo 16, parte integrante desse relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moeda, etc.

De acordo com a LRF, conceitua-se dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Observa-se, aqui, que o conceito da LRF é mais abrangente que o do art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada

A Dívida Pública também pode ser definida como o somatório das operações de crédito realizadas pelo setor público com o objetivo de antecipar receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e a financiamentos de obras e serviços públicos. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado (*lato sensu*).

A principal diferenciação conceitual a respeito de déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A Dívida Pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimento do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

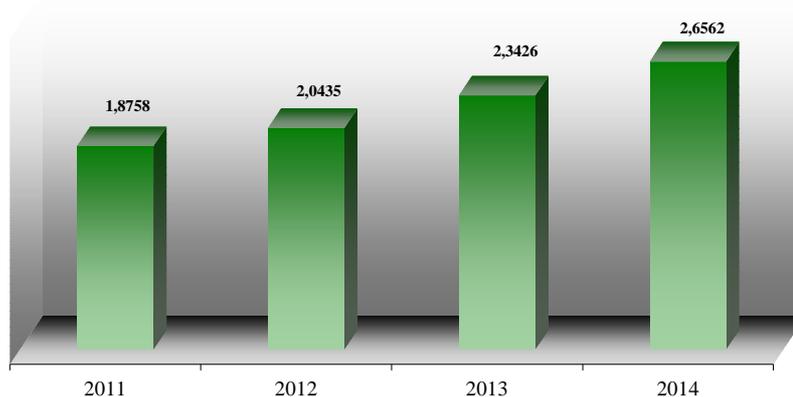
Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação DCL/RCL.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2014, em R\$ 6.085 milhões, um montante 54,41% maior que em 2013. Isto aconteceu em parte porque as receitas de operação de crédito atingiram um volume recorde de R\$ 1.634 milhões, dado que influencia diretamente no estoque da dívida, tendo ocorrido, ainda, um aumento do dólar em 13,39%, de 2013 para 2014, onde sua cotação em 31/12/2013 era de R\$2,3436/US\$, passando para R\$2,6562/US\$ em 31/12/2014, visto que 39,37% do montante do estoque da dívida é atrelado a essa moeda. Além do mais, o Tesouro Estadual fechou 2014 com um montante de R\$ 2,42 bilhões em Disponibilidade de Caixa Líquido, inferior ao apresentado em 2013 de R\$ 3,04 bilhões.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros e na realização de amortizações extraordinárias; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação Dívida Consolidada Líquida/RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,42 em 2014, bem abaixo do limite de endividamento, exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

GRÁFICO XXVII  
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO DÓLAR FIM DE PERÍODO - 2011 A 2014



### EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

A Tabela 74 a seguir mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2006 até 2014. Ao analisar o referido cenário, observa-se uma tendência de redução do estoque da Dívida Total até o ano de 2009, partindo do saldo de R\$3,90 bilhões em 2006, reduzindo seus estoques até 2009 com um saldo de R\$3,45 bilhões, elevando-se no ano de 2010 a 2014, respectivamente, para R\$ 4,26 bilhões, R\$5,30 bilhões, R\$5,74 bilhões, R\$6,98 bilhões e R\$8,50 bilhões. Esta evolução, verificada no período, contempla o volume de amortizações ocorridas, inclusive com amortizações extraordinárias, a influência da taxa do dólar que teve um crescimento de 59,4% neste período e o aumento dos investimentos entre 2010 a 2014 provenientes parcialmente das receitas de operações de crédito que chegou a R\$ 1,06 bilhões (2010), R\$ 0,91 bilhões (2011), R\$ 0,81 bilhões (2012), R\$ 1,19 bilhões (2013) e R\$ 1,63 bilhões (2014). É importante destacar que o aumento do estoque da dívida consolidada em 2014 de 21,78%, em relação ao ano de 2013, influenciou positivamente em contrapartida ao volume de investimentos do Estado do Ceará que continua a ser um dos maiores de toda sua história.

Assim, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de equilíbrio de suas contas públicas, adotando uma postura fiscal responsável, apresentando à sociedade o retorno dessa política fiscal em forma de investimentos e melhorias dos serviços públicos.



## O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Bruta/PIB, que demonstra solvência fiscal, a qual no Governo do Estado do Ceará mostrou trajetória decrescente, embora mantendo uma pequena alta nos anos de 2010 e 2011, estável em 2012 e pequena elevação nos anos de 2013 e 2014. Na tabela e gráfico a seguir percebe-se que em 2006 esta relação era de 8,4%, enquanto no exercício de 2014 o mesmo registrou 7,8%. Enquanto que a relação Dívida Bruta/RCL passa do patamar de 64,7% em 2006 para 59,0% em 2014, evidenciando uma redução de 8,8% neste mesmo período do endividamento público cearense.

TABELA 104  
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL FUNDADA

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA							R\$	1.000
ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA	DÍVIDA FUNDADA TOTAL	PIB	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RELAÇÃO DÍV. TOTAL/PIB	RELAÇÃO DÍV. TOTAL/RCL	
	A	B	C=A+B	D	E	G=C/D	H=C/E	
2006	2.440.739	1.465.191	3.905.930	46.309.884	6.032.606	0,084	0,647	
2007	2.321.964	1.198.368	3.520.332	50.331.000	6.560.099	0,070	0,537	
2008	2.346.464	1.463.148	3.809.612	60.099.000	7.886.593	0,063	0,483	
2009	2.293.788	1.153.029	3.446.817	65.704.000	8.400.940	0,052	0,410	
2010	2.927.363	1.332.596	4.259.959	76.705.000	9.664.273	0,056	0,441	
2011	3.446.662	1.857.798	5.304.461	85.604.000	10.966.435	0,062	0,484	
2012	3.627.729	2.117.353	5.745.082	94.600.000	12.130.621	0,061	0,474	
2013	4.232.912	2.747.943	6.980.855	105.740.332	13.379.882	0,066	0,522	
2014	5.183.907	3.317.221	8.501.128	109.275.000	14.418.478	0,078	0,590	

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART  
Nota 1: Os valores do PIB a partir de 2009 ainda não são definitivos. Fonte: IPECE  
Nota 2: As informações da dívida fundada total se baseiam nos conceitos da LRF.  
Nota 3: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e contempla a partir de 2006 o parcelamento com INSS e PASEP.

Na tabela anterior relativo ao saldo da Dívida de 2014 está incluído o valor de R\$ 60.644,57 referente parcelamento a curto prazo do PASEP das autarquias.



GRÁFICO XXVIII

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB E RCL

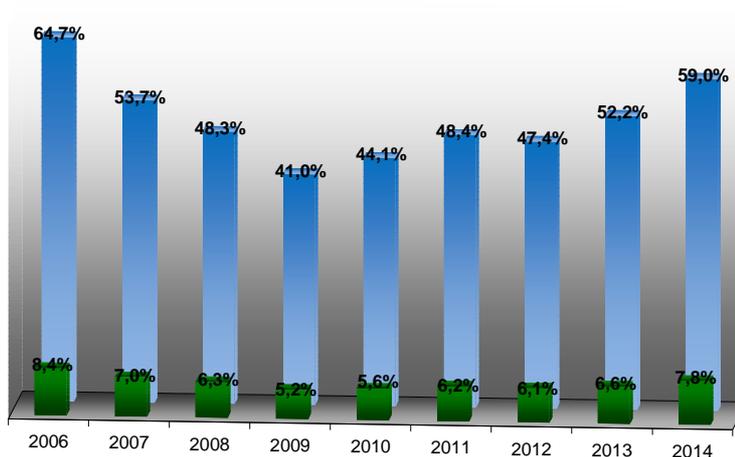


GRÁFICO XXIX

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL-2011 A 2014

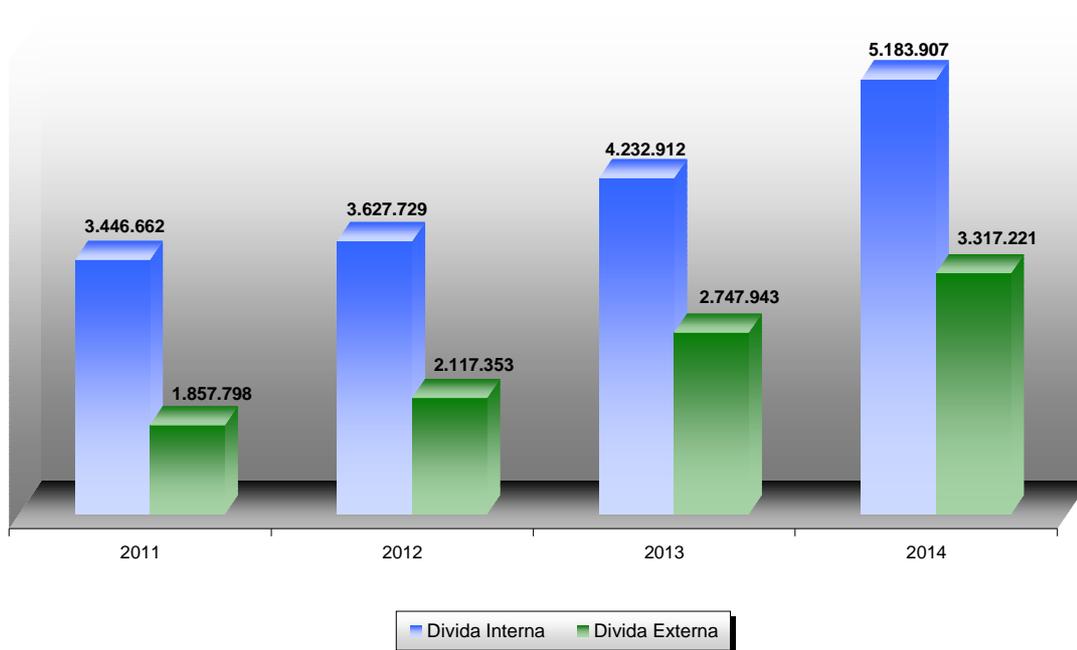




TABELA 105

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2014

<b>CREDOR</b>	<b>PARTIC.%</b>	<b>EM R\$ MILHÕES</b>
<b>BNDES</b>	26,61%	2.262
<b>BIRD</b>	19,89%	1.691
<b>BID</b>	15,92%	1.354
<b>TES.NAC.</b>	10,85%	923
<b>BB</b>	9,82%	835
<b>PRECATÓRIOS</b>	7,62%	648
<b>CEF</b>	2,87%	244
<b>BNB</b>	2,16%	183
<b>MLW</b>	1,58%	135
<b>CAF</b>	1,37%	117
<b>RFB</b>	1,05%	89
<b>OUTROS</b>	0,25%	21
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.501</b>

GRÁFICO XXX

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2014

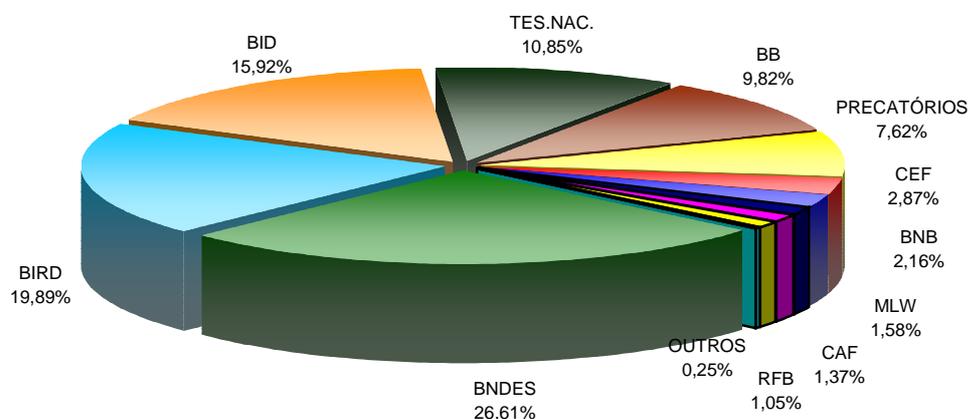




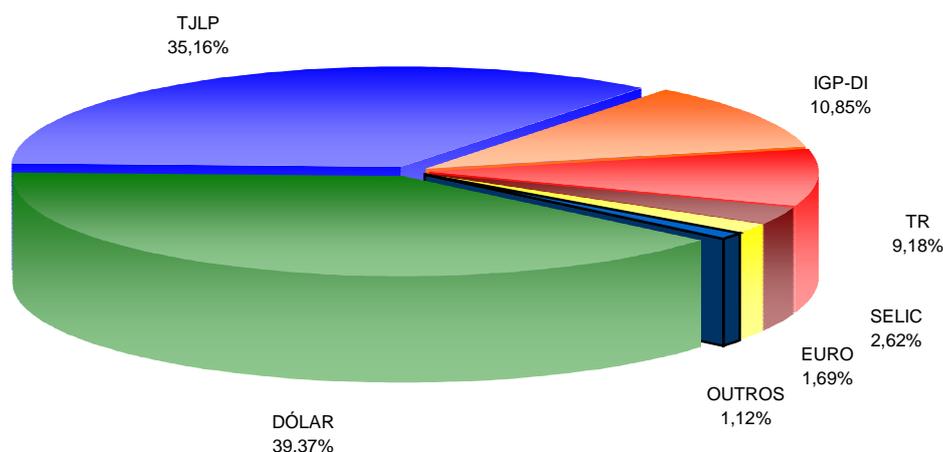
TABELA 106

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2014

MOEDA	R\$ Milhões	
	VALOR	% TOTAL
DÓLAR	3.346	39,37%
TJLP	2.989	35,16%
IGP-DI	923	10,85%
TR	781	9,18%
SELIC	223	2,62%
EURO	144	1,69%
OUTROS	95	1,12%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.501</b>	<b>100%</b>

GRÁFICO XXXI

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2014



De acordo com o § 7º, do Artigo 30, da LC 101, de 04/05/2000, Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2014, o saldo devedor dos precatórios é de R\$ 647.533.374,25, que em comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 5,47%. Esse aumento deve-se à revisão, por parte dos tribunais, principalmente da atualização monetária e de juros dos processos judiciais que compõe o referido estoque, e, ainda, às inscrições e baixas ocorridas no período.

## O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela a seguir mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os Juros e os Encargos da Dívida, no ano de 2014, somaram R\$ 273 milhões, representando 30,74% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 10,58% em termos nominais, em virtude do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e conseqüentemente pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2014 que geraram juros e encargos.

As amortizações em 2014 alcançaram R\$ 614 milhões, representando 69,26% do serviço da dívida, ficando superior ao ano de 2013 em 16,37%, em termos nominais. Este aumento das amortizações em relação a 2013 foi em virtude principalmente da amortização extraordinária de dívidas com a União, como por exemplo, as DMLP's e PNAFE; e, também, de contratos com a Caixa Econômica Federal, cujo montante total liquidado extraordinariamente neste ano foi de aproximadamente R\$ 65 milhões.

TABELA 107  
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL PERÍODO 2011 A 2014

R\$ 1.000				
<b>DEMONSTRATIVO DE GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA</b>				
Discriminação	2011	2012	2013	2014
1.ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	176.579	195.415	211.880	229.709
2.ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	25.592	31.987	34.600	42.860
3.AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	259.039	546.393	370.531	398.802
4.AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	112.418	153.797	157.142	215.240
<b>5.TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA(1+2+3+4)</b>	<b>573.628</b>	<b>927.592</b>	<b>774.154</b>	<b>886.611</b>

Nota 1: O valor das amortizações de 2012 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 217.050 mil relativo ao PEF I, com recursos do PROINVESTE.

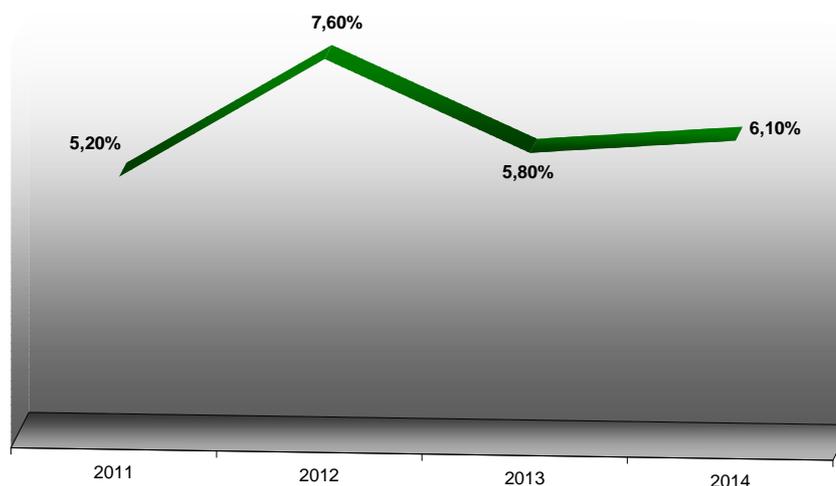
Nota 2: O valor das amortizações de 2014 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 65.195 mil relativo às DMLP's, PNAFE e Contratos da CEF, com recursos do Tesouro Estadual.

Nota 3: O serviço da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios (a partir de 2012) e o parcelamento com o INSS e PASEP.

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2014, com 6,1% de comprometimento. Em 2013 foi de 5,8%, comprometimento um pouco inferior a 2014, em virtude, parcialmente, da amortização extraordinária neste ano, mencionada em nota na tabela acima.

GRÁFICO XXXII

CAPACIDADE DE PAGAMENTO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA - LIMITADA 11,5% DA RCL



Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado carente e que é muito demandado pela sociedade como o Ceará, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico à consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas de contribuições referentes ao INSS e ao PASEP, foram registrados os saldos de R\$ 31.062.308,98 e R\$ 50.052.820,55, respectivamente. Convém lembrar que os referidos parcelamentos foram incluídos na Dívida do Estado a partir do exercício de 2006 e amparados pelos seguintes instrumentos legais: Medida provisória nº 2043-20/2000, Medida provisória nº 38/2002 e Lei nº 11.941/2009. Foram também reconhecidos como dívida consolidada, no ano de 2014, os parcelamentos das indiretas, conforme Leis Federais 12.810/2013 e 12.973/2014, cujos saldos em 31/12/2014, são: ISSEC/PASEP = R\$652.323,70; ISSEC/INSS = R\$5.908.517,08; ARCE/PASEP = R\$139.665,12; ADAGRI/PASEP = R\$538.802,68 e ESP/PASEP = R\$619.234,84.



#### 4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 108  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			(R\$ 1,00)
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>33.567.775.311,24</b>	<b>29.413.529.566,70</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.119.937.695,91	9.827.729.916,89	
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	127.551.568,61	272.951.946,44	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	685.661.519,62	676.460.452,67	
Transferências e Delegações Recebidas	19.988.985.244,82	17.504.462.740,64	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.645.639.282,28	1.131.924.510,06	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>31.677.373.818,80</b>	<b>27.158.206.575,74</b>	
Pessoal e Encargos	5.351.422.236,59	4.774.111.493,41	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.485.392,58	16.092.639,85	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.524.211.438,84	1.418.246.159,45	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.109.818.422,94	1.084.680.115,41	
Transferências e Delegações Concedidas	21.632.296.852,98	18.270.036.230,27	
Desvalorização e Perda de Ativos	1.467.031.662,22	1.267.525.430,98	
Tributárias	134.660.298,53	125.237.895,23	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	442.447.514,12	202.276.611,14	
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>1.890.401.492,44</b>	<b>2.255.322.990,96</b>	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			(R\$ 1,00)
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Incorporação do Ativo	2.238.200.543,75	1.722.872.668,15	
Desincorporação do Passivo	594.714.987,39	527.038.585,58	
Incorporação do Passivo	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89	
Desincorporação do Ativo	93.133.228,68	130.454.502,30	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Como demonstra a tabela anterior, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. No exercício de 2014, foi positivo, no valor de R\$ 1.890.401.492,44.

#### 4.1.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

##### Variações Patrimoniais Qualitativas

##### Incorporação do Ativo

##### DVPDIR-01 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes da Administração Direta

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens (Fonte 12), estão discriminadas abaixo:

TABELA 109

##### OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	62.884.074,14
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	31.100.672,95
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-Família	4.370.660,17
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	5.711.037,59
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	266.455,12
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	46.007,42
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	17.383.076,67
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	11.768.332,71
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	3.400,00
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	606.736,59
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	12.771.144,37
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	76.143.079,35
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	71.410.002,10
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	2.964.984,02
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	131.176,44
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	70.665.057,12
<b>TOTAL</b>		<b>368.225.896,76</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



## DVPDIR-02 - Outras Incorporações do Ativo da Administração Direta

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela que segue, por modalidade e elemento de despesa:

TABELA 110  
COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	120.491.359,42
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	23.254.097,85
339132	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.242,23
449014	Diária-Civil	32.562,39
449030	Material de Consumo	11.129.176,86
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	25.962,66
449035	Serviço de Consultoria	8.709.021,30
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	97.580.119,42
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	105.218,08
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.414.147,71
<b>TOTAL</b>		<b>262.762.907,92</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

## Desincorporação do Ativo

### DVPDIR-03 - Empréstimos e Financiamentos da Administração Direta

Ressalta-se que o valor recebido de R\$ 13.264.978,97 de Empréstimos e Financiamentos concedidos pela Administração Direta foi referente ao Programa FDI.

## 4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 111, evidencia-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.



TABELA 111  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	370.066.772,77	0,00	306.769.149,45	63.297.623,32
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	86.845.168,88	00,0	86.845.168,88	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	277.599.879,79	0,00	277.599.879,79
<b>SUBTOTAL</b>	<b>456.911.941,65</b>	<b>277.599.879,79</b>	<b>393.614.318,33</b>	<b>340.897.503,11</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	147.751.067,43	0,00	146.392.864,36	1.358.203,07
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	1.940.939,49	0,00	1.940.939,49	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	101.039.801,15	0	101.039.801,15
<b>SUBTOTAL</b>	<b>149.692.006,92</b>	<b>101.039.801,15</b>	<b>148.333.803,85</b>	<b>102.398.004,22</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>291.027.748,40</b>	<b>6.853.298.199,61</b>	<b>6.660.332.817,74</b>	<b>483.993.130,27</b>
DÉBITOS DE TESOURARIA				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>897.631.696,97</b>	<b>7.231.937.880,55</b>	<b>7.202.280.939,92</b>	<b>927.288.637,60</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### 4.1.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

**DFDIR-01 - Mudança no mapeamento das contas contábeis para apresentação dos saldos de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1), Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), e Inclusão da conta Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (2.1.8.9.2.04), para elaboração da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial**

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2014, em comparação com a grade do Balanço/2013, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:



(I) Linha de Subtotal dos Restos a Pagar Processados: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1). Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fazem necessários.

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F). A partir de 2014, a arrecadação de várias Unidades Gestoras da Administração Indireta passou a ocorrer através do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), cuja administração dos recebimentos cabe à Secretaria da Fazenda. Em virtude da diferença temporal entre a arrecadação e o recolhimento desses valores (D+1), sempre que ocorre a arrecadação do DAE, a receita orçamentária é classificada na Unidade Gestora detentora da receita, entretanto o recurso financeiro ingressa na conta do Tesouro Estadual registrada na SEFAZ, gerando um saldo a pagar na conta 2.1.8.9.2.04 (F). No dia seguinte à arrecadação, ocorre uma movimentação financeira transferindo o recurso para a respectiva entidade da Administração Indireta, baixando a obrigação anteriormente registrada. A arrecadação de 31/12/2014, portanto, somente será repassada em 02/01/2015, gerando um saldo a pagar nessa conta e que deve compor a Dívida Flutuante. A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2014, da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F) e que foi incluído no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

(R\$ 1,00)

<b>Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F)	200.696,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Considerando o ajuste citado no item II, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:



TABELA 112  
COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Descrição	Saldo em 31/12/2014
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	483.792.433,5
( + ) Arrecadação da Administração Indireta a repassar - 2.1.8.9.2.04 (F)	200.696,77
<b>( = ) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)</b>	<b>483.993.130,27</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### DFDIR-02 - Inscrição dos Restos a Pagar Processados em 31.12.2014

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014. Para se conhecer o saldo de Restos a Pagar, exceto as Consignações, é preciso subtraí-las do total de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar. O resultado dessa subtração representa o valor de Restos a Pagar inscritos no exercício apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela abaixo:

TABELA 113  
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar – Valor que será registrado como Inscrição de Restos a Pagar Processados	119.765.871,39
( - ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	-18.726.070,24
<b>Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações) apresentado na linha: Restos a Pagar Processados – Inscrição do Exercício (DF)</b>	<b>101.039.801,15</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### DFDIR-03 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2014:



TABELA 114

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

<b>Restos a Pagar Não Processados (RPNP)</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	288.280.105,62
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	105.334.212,71
<b>Somatório das Baixas de RPNP</b>	<b>393.614.318,33</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

TABELA 115

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

<b>Restos a Pagar Processados (RPP)</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	168.491.308,76
( - ) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) ( * )	-29.419.932,82
( = ) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	139.071.375,94
( + ) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	9.262.427,91
<b>Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)</b>	<b>148.333.803,85</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

( \* ) Com base nas explicações apresentadas nas notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2014 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens.

#### 4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.

No exercício de 2014, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de treze Autarquias, sete Fundações, quatro Empresas Estatais Dependentes e vinte e três Fundos.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.



#### 4.2.1. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Do comparativo entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas resulta o superávit ou déficit orçamentário.

No exercício de 2014, a receita arrecadada, no valor de R\$ 2.623.008.584,83 foi inferior à despesa executada, de R\$ 7.772.240.596,44, gerando um déficit orçamentário no valor de R\$ 5.149.232.011,61.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas da Administração Indireta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 116  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇADA E REALIZADA POR  
CATEGORIA ECONÔMICA

Valores Brutos	Orçado	Realizado	Restituições de Receita	(R\$ 1,00)				
				Orçado	Realizado	Valores Líquidos	Orçado	Realizado
Receita Corrente	2.756.057.788,89	2.565.120.594,29	Restituição da Receita Corrente	-	36.275.229,28	Receita Corrente	2.756.057.788,89	2.528.845.365,01
Receita de Capital	318.882.744,28	94.163.219,82	Restituição da Receita de Capital	-	-	Receita de Capital	318.882.744,28	94.163.219,82
<b>Total da Receita</b>	<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.659.283.814,11</b>	<b>Total das Deduções</b>	<b>-</b>	<b>36.275.228,99</b>	<b>Total</b>	<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.623.008.584,83</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Ressalta-se que no total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias. Da mesma forma, o balanço apresenta as receitas segundo as categorias econômicas e as despesas por tipo de crédito.

Os resultados da execução orçamentária do exercício estão resumidos na Tabela 98.



TABELA 117

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2013		2014		DIFERENÇA	VARIÇÃO %
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO		
Receitas Correntes	2.657.109.357,67	2.306.240.424,33	2.756.057.788,89	2.528.845.365,01	-227.212.423,88	9,65
Receitas de Capital	190.523.742,75	76.205.580,05	318.882.744,28	94.163.219,82	-224.719.524,46	23,56
<b>SOMA</b>	<b>2.847.633.100,42</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>-451.931.948,34</b>	<b>10,10</b>
<b>Déficit</b>	<b>4.796.874.459,47</b>	<b>4.013.067.850,84</b>	<b>5.902.058.123,19</b>	<b>5.149.232.011,61</b>	<b>-752.826.114,58</b>	<b>28,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>-1.204.758.059,92</b>	<b>21,53</b>

ESPECIFICAÇÃO	2013		2014		DIFERENÇA	VARIÇÃO %
	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO		
Créd. Ord. e Suplementares	7.581.858.388,88	6.395.218.366,21	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	-1.197.537.486,82	21,38
Créditos Especiais	62.649.171,01	295.489,01	17.250.036,30	10.029.463,20	-7.220.573,10	3.394,19
<b>SOMA</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>-1.204.758.059,92</b>	<b>21,37</b>
<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>-1.204.758.059,92</b>	<b>21,37</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Comparando a Previsão da Receita com a Fixação da Despesa evidencia-se um déficit de R\$ 5.902.058.123,19, referente às transferências do Tesouro, que não são mais consideradas receitas orçamentárias. Observa-se então a dependência das transferências do Tesouro pelos órgãos da Administração Indireta.

Como foi demonstrado no capítulo que trata da execução orçamentária, a Administração Indireta apresentou um *déficit* orçamentário de R\$ 5.149.232.011,61.

Quando analisada a situação das entidades, separadamente, constata-se que o *déficit* orçamentário verificado na Administração Indireta, como um todo, foi conseqüência da situação *deficitária* registrada, principalmente no FUNDES, FUNAPREV (SUPSEC), DER, FDI e FUNECE.

Na tabela a seguir está evidenciada, de forma resumida, a situação das entidades com maiores *superávits e déficits*.



TABELA 118

DEMONSTRATIVO DO *SUPERAVIT/DEFICIT* ORÇAMENTÁRIO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO  
INDIRETA

(R\$ 1,00)					
ENTIDADE	SUPERÁVIT	ARTIC. %	ENTIDADE	DÉFICIT	PARTIC. %
PREVID	13.048.540,80	30,46	FUNDES	2.310.125.188,81	44,49
FPP	12.268.840,84	28,65	FUNAPREV (SUPSEC)	823.953.619,97	15,87
FDID	7.091.860,48	16,56	DER	568.172.202,85	10,94
FDS	3.356.849,41	7,84	FDI	259.865.646,04	5,01
FEAS	2.124.637,73	4,96	FUNECE	209.902.098,32	4,04
<b>SUBTOTAL</b>	<b>37.890.729,26</b>	<b>88,47</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.172.018.755,99</b>	<b>80,35</b>
<i>OUTRAS ENTIDADES</i>	4.939.006,16	11,53	<i>OUTRAS ENTIDADES</i>	1.020.042.991,04	19,65
<b>TOTAL</b>	<b>42.829.738,42</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.192.041.747,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

##### BOIND-01 – Composição da Dotação Atualizada da Administração Indireta

A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada consolidada da Administração Indireta.

TABELA 119

COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

(R\$ 1,00)	
5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	7.408.343.985,66
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	2.946.762.023,54
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	1.378.107.352,84
(=) Dotação Atualizada	8.976.998.656,36

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

##### BOIND-02 - Previsão e execução da despesa por tipo de crédito – Administração Indireta

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Indireta.



TABELA 120  
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	7.408.343.985,66	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	7.604.602.268,64	7.593.878.410,61
Especial	-	17.250.036,30	10.029.463,20	9.942.663,20	9.942.663,20
Extraordinário	-	-	-	-	-
Total	7.408.343.985,66	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	7.614.544.931,84	7.603.821.073,81

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### 4.2.2. Balanço Financeiro

É objetivo primordial do Balanço Financeiro demonstrar toda a movimentação financeira, orçamentária e extra-orçamentária do exercício em análise, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte.

Está dividido em quatro partes, compreendendo:

- as receitas e despesas resultantes da execução orçamentária;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas para execução orçamentária;
- os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária;
- o saldo do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte.

Ressalta-se que as receitas e despesas orçamentárias foram agrupadas em ordinárias e vinculadas. As Receitas Ordinárias incluem as receitas orçamentárias de Fonte 00 (Recursos Ordinários), Fonte 01 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados). As demais fontes constam no balanço como vinculadas.

Os resultados do Balanço Financeiro estão apresentados a seguir, de forma resumida, tendo-se omitido a despesa orçamentária por função, por haver sido demonstrada na tabela 71.



TABELA 121

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>2.382.446.004,38</b>
-Ordinária	557.799.467,42	517.900.476,23
-Vinculada	2.065.209.117,41	1.864.545.528,15
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>5.310.241.023,74</b>	<b>4.201.978.966,97</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>1.298.718.972,93</b>	<b>1.223.000.766,26</b>
Restos a Pagar	166.164.525,21	269.576.569,56
Valores Restituíveis	1.132.554.447,72	953.424.196,70
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>862.988.174,97</b>	<b>847.382.919,92</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	862.988.174,97	847.382.919,92
<b>TOTAL</b>	<b>10.094.956.756,47</b>	<b>8.654.808.657,53</b>
ESPECIFICAÇÃO		
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>6.395.513.855,22</b>
-Ordinária	5.189.592.129,33	4.259.856.065,06
-Vinculada	2.582.648.467,11	2.135.657.790,16
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>224.961.625,69</b>	<b>252.934.052,87</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>1.379.050.842,40</b>	<b>1.143.372.574,47</b>
Restos a Pagar	260.995.684,08	1742.88.730,14
Valores Restituíveis	1.118.055.158,32	969.083.844,33
<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>718.703.691,94</b>	<b>862.988.174,97</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	718.502.995,17	862.988.174,97
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>200.696,77</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.094.956.756,47</b>	<b>8.654.808.657,53</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Os restos a pagar registrados como Receita Extraorçamentária são os inscritos neste exercício e são assim contabilizados para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária, uma vez que são considerados despesas executadas.

Os Restos a Pagar constantes na coluna Despesa correspondem àqueles pagos neste exercício, mas que pertencem a exercícios anteriores.

Na receita de Depósitos de Diversas Origens, merecem destaque as consignações da folha de pagamento, cauções e garantias diversas e os depósitos para quem de direito.

As entidades que mais contribuíram para a composição da receita e da despesa dessa conta estão demonstradas na tabela seguinte:

TABELA 122  
DEMONSTRATIVO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS POR ÓRGÃO

ENTIDADE	RECEITA	PARTIC.%	DESPESA	(R\$ 1,00)
				PARTIC.%
FUNAPREV	463.212.702,71	40,90	462.988.204,29	41,41
FUNDES	229.675.532,63	20,28	232.582.310,44	20,82
DETRAN	109.311.676,33	9,65	104.136.237,15	9,31
PREVMILITAR	97.942.525,16	8,65	97.942.525,16	8,76
OUTRAS ENTIDADES	232.412.010,89	20,52	220.405.881,28	19,71
<b>TOTAL</b>	<b>1.132.554.447,72</b>	<b>100,00</b>	<b>1.118.055.158,32</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

No grupo Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa registrou saldo de R\$ 718.502.995,17 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados R\$ 200.696,77. A Tabela 123 apresenta as entidades responsáveis pelos maiores saldos neste grupo.

TABELA 123  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

ENTIDADE	VALOR	(R\$ 1,00)
		PARTIC. %
FUNDES	198.355.070,81	27,60
FPP	75.293.489,31	10,48
FUNAPREV	62.194.597,86	8,65
FERMOJU	48.604.887,11	6,76
SEMACE	46.818.258,64	6,51
OUTRAS ENTIDADES	287.437.388,21	40,00
<b>TOTAL</b>	<b>718.703.691,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.2.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

##### BFIND-01 – Inscrição de Restos a Pagar Processados da Administração Indireta

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas



2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.

Como as consignações do exercício a pagar já estão evidenciadas na linha de Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor da inscrição de Restos a Pagar Processados, é preciso subtrair as consignações do exercício, conforme é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 124

**CÁLCULO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

(R\$ 1,00)

<b>Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014</b>	<b>Valor</b>
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	10.723.858,03
( - ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	2.254.997,42
(=) Inscrição de Restos a Pagar Processados	8.468.860,61

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Ressalta-se que para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, será criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.

**BFIND-02 - Pagamentos de Restos a Pagar Processados da Administração Indireta**

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anteriores.

TABELA 125

**CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

(R\$ 1,00)

<b>Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014</b>	<b>Valor</b>
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	20.049.361,39
( - ) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações dos Exercícios Anteriores	5.995.160,29
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	14.054.201,10

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

#### **BFIND-03 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários – Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta**

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 126  
CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)		
<b>Código da Conta</b>	<b>Título da Conta</b>	<b>Valor</b>
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	13.178.632,31
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	84.012.282,30
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.786,06
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	165.105,82
<b>Total</b>		<b>97.557.806,49</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

A tabela abaixo evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 127  
CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)		
<b>Código da Conta</b>	<b>Título da Conta</b>	<b>Valor</b>
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	110.692,67
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	78.837.254,64
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.301,09
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	165.105,82
<b>Total</b>		<b>79.318.354,22</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### **BFIND-04 – Depósitos restituíveis e valores vinculados da Administração Indireta**

O valor de R\$ 200.696,77 na linha “depósitos restituíveis e valores vinculados” com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo da conta de ativo financeiro 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber.



TABELA 128

SALDO DA ARRECAÇÃO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA A RECEBER  
(1.1.2.2.2.04) POR UNIDADE GESTORA

UG	Valor	(R\$ 1,00)
080301		736,44
100601		28.768,50
130101		2.209,31
150201		12.393,78
211101		16,04
490101		156.572,70
<b>Total</b>		<b>200.696,77</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Tal conta registra os valores relativos a créditos a receber oriundos das receitas da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A tabela acima, evidencia o valor a receber por Unidade Gestora.

### 4.2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme se observa na tabela a seguir:



TABELA 129

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.485.715.493,14</b>	<b>1.593.834.581,67</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	718.502.995,17	862.988.174,97
Créditos a Curto Prazo	201.896,77	1.700,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	909.779,43	4.688.237,19
Estoques	766.100.821,77	726.156.469,51
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.689.492.856,18</b>	<b>1.007.015.761,04</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.027.394,74	190.603.928,51
Investimentos	36.199,76	36.199,76
Imobilizado	1.675.429.261,68	816.375.632,77
<b>TOTAL</b>	<b>3.175.208.349,32</b>	<b>2.600.850.342,71</b>

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>	<b>100.462.575,61</b>	<b>91.385.329,95</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.879.516,04	9.775.892,30
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.873.481,02	1.924.003,33
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	130.996,57	60,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	93.547.937,41	79.685.374,32
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.827.898,85</b>	<b>0,00</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.066.917.874,86</b>	<b>2.509.465.012,76</b>
Demais Reservas	0,00	527.135,79
Resultados Acumulados	3.066.917.874,86	2.508.937.876,97
<b>TOTAL</b>	<b>3.175.208.349,32</b>	<b>2.600.850.342,71</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 130

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIRO, PERMANENTE E SALDO PATRIMONIAL E  
CONTAS DE COMPENSAÇÃO

(R\$ 1,00)			
(1) Ativo Financeiro	718.703.691,94	(3) Passivo Financeiro	204.772.189,40
(2) Ativo Permanente	2.456.504.657,38	(4) Passivo Permanente	73.212.293,76
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>2.897.223.866,16</b>		
<b>Compensações</b>			
Atos Potenciais Ativos	355.126.436,55	Atos Potenciais Passivos	68.271.482,35

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Tabela acima destaca o Ativo e o Passivo (Financeiro e Permanente), além do Saldo Patrimonial e das contas de Compensação, constantes no Balanço Patrimonial, conforme determina o art. 15 da Lei nº 4.320/64:

As entidades integrantes da Administração Indireta encerraram o exercício com o Saldo Patrimonial de R\$ 2.897.223.866,16 e *superávit* financeiro de R\$ 513.931.502,54 resultado da diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. A conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pertencente ao grupo Ativo Circulante, teve uma contribuição expressiva nesse resultado.



Quando analisadas separadamente, observa-se que 39 entidades apresentaram *superávit* financeiro, no valor total de R\$ 515.681.059,55, destacando-se as seguintes:

TABELA 131  
DEMONSTRATIVO DO *SUPERAVIT* FINANCEIRO POR ENTIDADE

(R\$ 1,00)		
ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTICIPAÇÃO %
FUNDES	90.941.337,91	17,64
FPP	75.293.489,31	11,99
FUNAPREV (SUPSEC)	61.850.593,31	5,58
FERMOJU	28.783.186,27	14,60
<b>SUBTOTAL</b>	<b>256.868.606,80</b>	<b>49,81</b>
OUTRAS ENTIDADES	258.812.452,75	50,19
<b>TOTAL</b>	<b>515.681.059,55</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Foi registrado *deficit* financeiro em cinco Entidades, cujo montante chegou a R\$ 1.749.557,01. O ISSEC foi responsável pelo maior valor, com um percentual de 68,928% correspondente a R\$ 1.205.790,35.

No Ativo Imobilizado, integram o grupo Bens Móveis, no valor de R\$ 299.551.855,95 e Bens Imóveis, no total de R\$ 1.375.877.405,73.

As contas de compensação representam os atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

A tabela abaixo evidencia o cálculo do Patrimônio Líquido:

TABELA 132

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ 1,00)	
<b>CÁLCULO - CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)</b>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2013	2.509.465.012,76
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2014	784.370.150,59
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(226.390.152,70)
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE RESERVAS MATEMÁTICAS DO SEGURO SOCIAL	(527.135,79)
<b>(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2014</b>	<b>3.066.917.874,86</b>
<b>CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2014	(160.322.625,11)
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2013	66.067.527,59
<b>(=) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>(226.390.152,70)</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.2.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

##### BPIND-01 - Composição do Passivo Financeiro da Administração Indireta

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela 06. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.



TABELA 133  
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

(R\$ 1,00)

Passivo (Atributo F)	35.078.180,70
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	157.695.664,60
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	11.998.344,10
<b>(=) Passivo Financeiro</b>	<b>204.772.189,40</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### 4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo constitui parte integrante do balanço e evidencia as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Essas alterações no patrimônio consistem em variações qualitativas e quantitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas não afetam o patrimônio líquido. Dessa forma, é calculado o resultado patrimonial do período, que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. A Tabela 87 evidencia a síntese das variações patrimoniais.



TABELA 134

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>7.933.483.009,73</b>	<b>6.589.196.098,06</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	385.516.722,37	349.077.270,16
Contribuições	1.361.596.574,52	1.209.819.337,60
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	48.392.130,29	45.628.899,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	69.492.504,48	55.164.745,37
Transferências e Delegações Recebidas	5.930.014.506,94	4.777.581.948,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	138.470.571,13	151.923.897,07
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>7.149.112.859,14</b>	<b>6.258.900.648,92</b>
Pessoal e Encargos	1.349.621.650,65	1.307.362.073,85
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.415.262.983,88	2.188.255.327,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.363.737.433,21	1.327.852.524,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	25.787.342,70	23.951.810,32
Transferências e Delegações Concedidas	1.211.234.613,41	880.953.788,96
Tributárias	57.521.830,95	48.044.950,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	725.947.004,34	482.480.173,15
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>784.370.150,59</b>	<b>330.295.449,14</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>VARIAÇÕES QUALITATIVAS</b>		
Incorporação do Ativo	1.417.655.674,45	797.342.353,45
Desincorporação do Passivo	1.100.993,15	634.724,34
Desincorporação de Ativo	3.309.079,50	2.038.306,09
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>1.422.065.747,10</b>	<b>800.015.383,88</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2014, foi apurado um superávit de R\$ 784.370.150,59, que representa o Resultado Patrimonial do exercício.

Quando analisadas separadamente, observa-se que 35 entidades apresentaram superávit, no valor total de R\$ 927.426.021,72. Dentre as Entidades que se destacaram, estão o DER, com 42,56% do total do superávit e o FUNDES, com 28,93%.

Em contrapartida, dez Entidades apresentaram déficit, totalizando R\$ 143.055.871,13. O FIT foi responsável por 62,93% desse valor, enquanto o FERMOJU, 16,93%.

#### 4.2.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

##### Variações Patrimoniais Qualitativas



## Incorporação do Ativo

### DVPIND-01 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes da Administração Indireta

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens (Fonte 12), estão discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 135

#### OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	28.140.060,82
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	5.918.988,74
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	127.430,87
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	1.681.600,55
Fonte 40	Operações de Crédito não Condicionada	3.316,67
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	6.437.352,17
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	1.837.728,00
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	1.844.381,37
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	2.959.324,60
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	22.946.391,54
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	2.005.378,28
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	136.681,09
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	32.116.297,12
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	108.236,60
<b>TOTAL</b>		<b>106.263.168,42</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

### DVPIND-02 - Outras Incorporações do Ativo da Administração Indireta

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela que segue, por modalidade e elemento de despesa:



TABELA 136

COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	225.941.763,74
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	188.098.576,71
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	21.546,11
449030	Material de Consumo	2.033.417,11
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	12.293,52
449035	Serviço de Consultoria	27.213.346,23
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	271.540,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	128.441.773,13
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	35.462,18
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	90.337,13
459062	Aquisição de Bens para Revenda	2.147.405,78
<b>TOTAL</b>		<b>574.307.461,64</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**DVPIND-03 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos da Administração Indireta**

A concessão de Empréstimos e Financiamentos na Administração Indireta refere-se ao Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, no valor de R\$ 259.865.646,04.

**Desincorporação do Ativo**

**DVPIND-04 - Empréstimos e Financiamentos da Administração Indireta**

Os recebimentos referentes aos empréstimos e financiamentos concedidos estão detalhados a seguir:

TABELA 137

COMPOSIÇÃO DOS RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NA  
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Empréstimos e Financiamentos Recebidos	Valor
Programa de Sementes	261.963,38
Concessão de Empréstimo ao artesão	500,00
<b>TOTAL</b>	<b>262.463,38</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



#### 4.2.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 138, o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 138  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	255.364.879,39	0	243.346.974,80	12.017.904,59
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	18.161.975,02	0	18.161.975,02	0
DESTE EXERCÍCIO	0	157.695.664,60	0	157.695.664,60
<b>SUBTOTAL</b>	<b>273.526.854,41</b>	<b>157.695.664,60</b>	<b>261.508.949,82</b>	<b>169.713.569,19</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	14.075.653,31	0	13.959.986,98	115.666,33
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	439.732,04	0	439.732,04	0
DESTE EXERCÍCIO	0	8.468.860,61	0	8.468.860,61
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14.515.385,35</b>	<b>8.468.860,61</b>	<b>14.399.719,02</b>	<b>8.584.526,94</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>11.679.762,03</b>	<b>1.132.554.447,72</b>	<b>1.118.055.158,32</b>	<b>26.179.051,43</b>
DÉBITOS DE TESOURARIA				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>299.722.001,79</b>	<b>1.298.718.972,93</b>	<b>1.393.963.827,16</b>	<b>204.477.147,56</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### **4.2.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante**

**DFIND-01 - Mudança no mapeamento das contas contábeis para apresentação dos saldos de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1) e Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) para elaboração da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial**

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2014, em comparação com a grade do Balanço/2013, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:

(I) Linha de Subtotal dos Restos a Pagar Processados: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1). Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fazem necessários.

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não deveriam constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante, o que acabou acontecendo em 2013, já que o referido ajuste, até então, não havia sido efetuado. A referida inconsistência foi percebida e corrigida para o Balanço de 2014. A tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2014, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:



TABELA 139

CONTAS EXCLUÍDAS NA CONTA DE DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	79.484,73
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	65.274.109,13
<b>Total subtraído do Subtotal: Depósitos de Diversas Origens (DF)</b>		<b>65.353.593,86</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Considerando o ajuste citado no item II, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 140

COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2014
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	91.532.645,29
( - ) Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	-65.353.593,86
<b>( = ) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)</b>	<b>26.179.051,43</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**DFIND-02 - Inscrição dos Restos a Pagar Processados em 31.12.2014**

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014. Para se conhecer o saldo de Restos a Pagar, exceto as Consignações, é preciso subtraí-las do total de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar. O resultado dessa subtração representa o valor de Restos a Pagar inscritos no exercício apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela abaixo:



TABELA 141  
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)	
Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar – Valor que será registrado como Inscrição de Restos a Pagar Processados	10.723.858,03
( - ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	-2.254.997,42
<b>Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações) apresentado na linha: Restos a Pagar Processados – Inscrição do Exercício (DF)</b>	<b>8.468.860,61</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### DFIND-03 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2014:

TABELA 142  
BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)	
<b>Restos a Pagar Não Processados (RPNP)</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	246.941.482,98
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	14.567.466,84
<b>Somatório das Baixas de RPNP</b>	<b>261.508.949,82</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



TABELA 143

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	20.049.361,39
( - ) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) ( * )	-5.995.160,29
( = ) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	14.054.201,10
( + ) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	345.517,92
<b>Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)</b>	<b>14.399.719,02</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

( \* ) Com base nas explicações apresentadas nas notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2014 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens.

### 4.3. BALANÇOS CONSOLIDADOS

#### 4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado

O Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas evidenciadas as diferenças globais entre elas e devem ser apresentados conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.



TABELA 144

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

(R\$ 100)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
<b>RECETAS CORRENTES</b>	<b>17.866.459.938,12</b>	<b>18.719.923.457,92</b>	<b>18.525.394.819,22</b>	<b>-194.528.638,70</b>		
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.271.358.022,26	9.739.120.074,20	9.660.240.902,61	-78.879.171,59		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.235.236.907,00	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	-64.140.332,48		
RECEITA PATRIMONIAL	227.570.418,45	233.531.087,18	417.814.290,30	184.283.203,12		
RECEITA DE SERVIÇOS	74.828.376,82	81.013.507,13	53.399.263,54	-27.614.243,59		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.651.607.610,55	6.673.314.557,74	6.394.618.194,02	-278.696.363,72		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	405.858.603,04	567.207.324,67	637.725.594,23	70.518.269,56		
<b>RECETAS DE CAPITAL</b>	<b>3.791.445.786,06</b>	<b>5.250.722.930,57</b>	<b>2.540.214.663,20</b>	<b>-2.710.508.267,37</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	-1.600.488.085,66		
ALIENAÇÃO DE BENS	18.041,00	212.262,49	5.955.846,12	5.743.583,63		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	500,00	500,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.331.247.743,63	1.990.130.125,84	831.649.000,97	-1.158.481.124,87		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.242.967,00	26.145.657,50	68.862.517,03	-42.716.859,53		
<b>SUBTOTAL DAS RECETAS ( I )</b>	<b>21.657.905.724,18</b>	<b>23.970.646.388,49</b>	<b>21.065.609.482,42</b>	<b>-2.905.036.906,07</b>		
<b>REFINANCIAMENTO ( II )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO = ( III )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>( I+II )</b>	<b>21.657.905.724,18</b>	<b>23.970.646.388,49</b>	<b>21.065.609.482,42</b>	<b>-2.905.036.906,07</b>		
<b>DÉFICIT (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.364.388.330,01</b>	<b>717.905.671,96</b>	<b>-646.482.658,05</b>		
<b>TOTAL (V)=( III +IV)</b>	<b>21.657.905.724,18</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>-3.551.519.564,12</b>		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-		
Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.495.130.723,34</b>	<b>17.885.760.855,53</b>	<b>17.277.833.219,52</b>	<b>17.080.168.459,68</b>	<b>16.968.225.645,14</b>	<b>607.927.636,01</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.998.386.033,76	9.276.211.596,05	9.126.569.849,74	9.124.980.133,66	9.083.907.698,31	149.641.746,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.127.610,00	303.763.891,17	297.663.290,94	297.663.290,94	297.663.290,94	6.100.600,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.186.617.079,58	8.305.785.368,31	7.853.600.078,84	7.657.525.035,08	7.586.654.655,89	452.185.289,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.051.215.478,09</b>	<b>7.383.671.490,69</b>	<b>4.442.404.841,58</b>	<b>4.204.774.057,03</b>	<b>4.186.227.142,15</b>	<b>2.941.266.649,11</b>
INVESTIMENTOS	4.476.075.860,09	6.360.347.233,70	3.475.765.085,85	3.243.146.501,30	3.224.599.586,42	2.884.582.147,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	147.362.294,00	484.804.514,91	434.100.868,47	429.088.668,47	429.088.668,47	50.703.646,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	427.777.324,00	538.519.742,08	532.538.887,26	532.538.887,26	532.538.887,26	5.980.854,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46.661.529,00	2.325.279,00	0,00	0,00	0,00	2.325.279,00
RESERVA DO RPPS	46.661.529,00	2.325.279,00	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( VI )</b>	<b>21.593.007.730,43</b>	<b>25.271.757.625,22</b>	<b>21.720.238.061,10</b>	<b>21.284.942.516,71</b>	<b>21.154.452.787,29</b>	<b>3.551.519.564,12</b>
<b>AMORT. DA DÍV./REFINANCIAMENTO ( VII )</b>	<b>64.897.992,00</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO ( VIII )</b>	<b>64.897.992,00</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>0,00</b>
<b>( VII)+(VI+VIII)</b>	<b>21.657.905.722,43</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>21.348.219.609,99</b>	<b>21.217.729.880,57</b>	<b>3.551.519.564,12</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	<b>1,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (X)=(VIII +IX)</b>	<b>21.657.905.724,18</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>21.348.219.609,99</b>	<b>21.217.729.880,57</b>	<b>3.551.519.564,12</b>

FONTE: S2GPR/SEFAZ



O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2014, do Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes verifica-se um déficit orçamentário de R\$ 717.905.671,96.

- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10, Consolidado do Estado e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:



TABELA 145

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
CONSOLIDADO

	(R\$ 1,00)	
VALORES BRUTOS	ORÇADO	REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	20.398.190.335,57	20.124.026.041,49
RECEITAS CAPITAL	5.250.722.930,57	2.540.214.663,20
RECEITA INTRA	829.271.658,06	990.955.223,08
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>26.478.184.924,20</b>	<b>23.655.195.927,77</b>
<b>DEDUÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>		
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	2.507.538.535,71	2.514.060.248,69
DEDUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>2.514.060.248,69</b>
<b>RESTITUIÇÃO DE RECEITA</b>		
RESTITUIÇÃO DA RECEITA CORRENTE	0,00	63.420.844,34
RESTITUIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL	0,00	0
RESTITUIÇÃO DA RECEITA CORRENTE INTRA	0,00	12.105.352,32
<b>TOTAL DAS RESTITUIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>75.526.196,66</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		
CORRENTE	2.507.538.535,71	2.577.481.093,03
CAPITAL	0,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	12.105.352,32
<b>TOTAL</b>	<b>2.507.538.535,71</b>	<b>2.589.586.445,35</b>
<b>VALORES LÍQUIDOS</b>		
RECEITA CORRENTE	17.890.651.799,86	17.546.544.948,46
RECEITA DE CAPITAL	5.250.722.930,57	2.540.214.663,20
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	829.271.658,06	978.849.870,76
<b>TOTAL</b>	<b>23.970.646.388,49</b>	<b>21.065.609.482,42</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;

- Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 4ª edição, válido a partir de 2012, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará no ano de 2014:



TABELA 146

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA COM AMORTIZAÇÃO DA  
DÍVIDA

(R\$ 1,00)

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 121)	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	(1.600.488.085,66)
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>2.456.937.034,43</b>	<b>3.234.234.884,74</b>	<b>1.633.746.799,08</b>	<b>(1.600.488.085,66)</b>

(R\$ 1,00)

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	427.777.324,00	538.519.742,08	532.538.887,26	532.538.887,26	532.538.887,26	5.980.854,82
Amortização da Dívida com Refinanciamento	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>492.675.316,00</b>	<b>601.796.835,36</b>	<b>595.815.980,54</b>	<b>595.815.980,54</b>	<b>595.815.980,54</b>	<b>5.980.854,82</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.



TABELA 147

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

(R\$ 1,00)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>792.429.527,75</b>	<b>829.271.658,06</b>	<b>990.955.223,08</b>	<b>161.683.565,02</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>3.227.835,07</b>	<b>3.227.835,07</b>	<b>778.841,44</b>	<b>-2.448.993,63</b>
Taxas	3.227.835,07	3.227.835,07	778.841,44	-2.448.993,63
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>777.478.168,00</b>	<b>808.978.168,00</b>	<b>860.535.441,04</b>	<b>51.557.273,04</b>
Contribuições Sociais	777.478.168,00	808.978.168,00	860.535.441,04	51.557.273,04
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Receita de Serviços</b>	<b>3.022.330,68</b>	<b>8.364.460,99</b>	<b>10.119.597,04</b>	<b>1.755.136,05</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.701.194,00</b>	<b>8.701.194,00</b>	<b>119.519.343,56</b>	<b>110.818.149,56</b>
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	54.468,25	54.468,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	7.299.007,42	7.299.007,42
RECEITAS DIVERSAS	8.701.194,00	8.701.194,00	112.165.867,89	103.464.673,89
<b>Restituição de Receitas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-12.105.352,32</b>	<b>-12.105.352,32</b>
Restituição de Receitas de Contribuições	0,00	0,00	-12.064.190,06	-12.064.190,06
Restituição de Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	-41.162,26	-41.162,26
<b>Total Global</b>	<b>792.429.527,75</b>	<b>829.271.658,06</b>	<b>978.849.870,76</b>	<b>149.578.212,70</b>

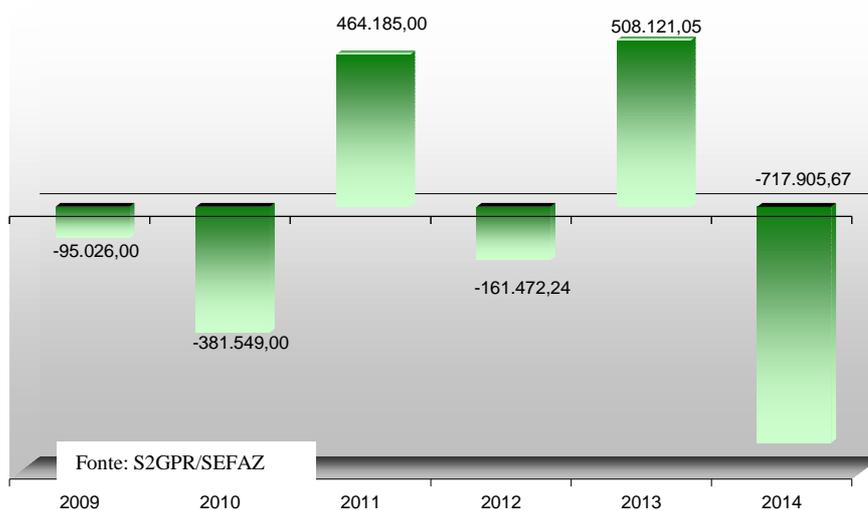
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DO TAÇÃO INICIAL (d)	DO TAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DO TAÇÃO (i) = (e - f)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>791.582.900,39</b>	<b>956.946.166,66</b>	<b>949.256.791,22</b>	<b>948.895.477,75</b>	<b>936.514.505,94</b>	<b>7.689.375,44</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	777.676.768,00	824.951.262,87	821.108.436,21	821.108.436,21	808.753.258,19	3.842.826,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.906.132,39	131.994.903,79	128.148.355,01	127.787.041,54	127.761.247,75	3.846.548,78
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>846.627,36</b>	<b>1.549.777,14</b>	<b>1.505.113,73</b>	<b>1.505.113,73</b>	<b>1.505.113,73</b>	<b>44.663,41</b>
INVESTIMENTOS	846.627,36	1.549.777,14	1.505.113,73	1.505.113,73	1.505.113,73	44.663,41
<b>Total Global</b>	<b>792.429.527,75</b>	<b>958.495.943,80</b>	<b>950.761.904,95</b>	<b>950.400.591,48</b>	<b>938.019.619,67</b>	<b>7.734.038,85</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Observa-se que a realização da receita ultrapassou a previsão atualizada em R\$ 149.578.212,70. Da mesma forma, verifica-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R\$ 7.734.038,85. Em relação ao confronto entre a receita realizada e despesa empenhada, observa-se ainda um superávit orçamentário de R\$ 28.087.965,81.

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas, está evidenciada na nota explicativa BOCON-04.

GRÁFICO XXXIII  
TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - 2009 A 2014  
(R\$ 1.000,00)



#### 4.3.1.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

##### BOCON-01 – Critérios utilizados na elaboração do Balanço Orçamentário

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita) adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).



A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada.

TABELA 148  
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

(R\$ 1,00)	
5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	21.657.905.722,43
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	8.110.759.248,58
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	4.433.630.252,51
(=) Dotação Atualizada	25.335.034.718,50

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

A despesa empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a previsão e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 149  
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)					
Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	21.657.905.722,43	25.302.833.093,35	21.763.188.500,27	21.327.979.755,88	21.197.490.026,46
Especial	-	32.201.625,15	20.326.654,11	20.239.854,11	20.239.854,11
Extraordinário	-	-	-	-	-
Total	21.657.905.722,43	25.335.034.718,50	21.783.515.154,38	21.348.219.609,99	21.217.729.880,57

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### **BOCON-02 – Processo de Liquidação da Despesa**

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.

Ressalta-se que, para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga no momento da Liquidação da Despesa Orçamentária. Ou seja, quando ocorrer a retenção da consignação, haverá o registro de despesa orçamentária paga (6.2.2.1.3.04) no valor referente à consignação retida, atendendo à recomendação do TCE nº 22/2012. Ao mesmo tempo, será criado um controle do movimento extra-orçamentário gerado pela Liquidação, utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, a fim de controlar as consignações não pagas e assim, facilitar a elaboração e conferência dos Demonstrativos Contábeis em que se evidenciam fluxos de Consignações.

#### **BOCON-03 – Utilização do Superávit Financeiro de 2013 para cobertura do Déficit Orçamentário de 2014**

O déficit verificado no Balanço Orçamentário Consolidado do Estado, tanto na previsão como na realização, no valor de R\$ 1.364.388.330,01 e R\$ 717.905.671,96, respectivamente, foi coberto com parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013.

Verifica-se o valor do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013 (R\$ 2.178.563.144,62) na linha “SalDOS de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro” com a coluna “Previsão Atualizada”. Desse valor, R\$ 851.124.542,38 foi realizado em 2014 e está evidenciado na linha “SalDOS de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro” com coluna “Receitas Realizada”.

#### **BOCON-04 - Receitas e Despesas decorrentes de Operações Intraorçamentárias**

Em 2014, foi verificada diferença entre o total das Receitas e Despesas Intraorçamentárias de R\$ 40.830.251,09, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 150  
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

<b>Valores Intraorçamentários em 31/12/2014</b>	<b>R\$</b>
Receitas Intraorçamentários - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	978.849.870,76
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	938.019.619,67
<b>Diferença entre Receitas e Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>40.830.251,09</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das Receitas e Despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto que a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2014, no montante de R\$ 950.761.904,95. Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R\$ 12.742.285,28. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos.

A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentária ajustada, considerando as situações que ensejaram tal diferença:



TABELA 151

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA AJUSTADA

(R\$ 1,00)	
<b>Receitas Intraorçamentários - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício</b>	<b>978.849.870,76</b>
1) Saldo de arrecadação de receitas orçamentárias que não foram classificadas em natureza intraorçamentária pelas Unidades Gestoras arrecadadoras.	308.441,31
2) Saldo de arrecadação de receitas intraorçamentárias classificadas indevidamente como passivo financeiro.	156.506,66
3) Repasse recebido da Prefeitura Municipal de Fortaleza classificado indevidamente como receita intraorçamentária.	-1.563.187,00
<b>Total da Receita Intraorçamentária Ajustada</b>	<b>977.751.631,73</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

TABELA 152

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA AJUSTADA

(R\$ 1,00)	
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	938.019.619,67
1) Saldo de pagamento de Restos a Pagar que foram contabilizados como receita intraorçamentária, mas não constam incluídos no total da despesa intraorçamentária paga.	39.739.959,31
2) Despesa empenhada como intraorçamentária indevidamente.	-7.947,25
<b>Total da Despesa Intraorçamentária Ajustada</b>	<b>977.751.631,73</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

### 4.3.2. Balanço Financeiro Consolidado

O Balanço Financeiro da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra a Receita e a Despesa Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, como também os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis oriundos do exercício anterior e os transferidos para o exercício seguinte e deve ser apresentado conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.



O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2014 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R\$ 21.065.609.482,42. Os dispêndios orçamentários de 2014 somaram a quantia de R\$ 21.783.515.154,38.

As transferências financeiras recebidas totalizaram o montante de R\$ 18.692.732.556,77, enquanto as transferências financeiras concedidas somaram R\$ 18.692.808.730,17.

Os ingressos extra-orçamentários aumentaram, no exercício de 2014, totalizando a quantia de R\$ 8.530.656.853,48. No mesmo período, dispêndios extra-orçamentários totalizaram a quantia de R\$ 8.466.735.141,70.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R\$ 2.721.558.240,11, o que representa um valor de R\$ 654.060.133,58 inferior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2013 de R\$ 3.375.618.373,69.

TABELA 153

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)		
<b>INGRESSOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>21.065.609.482,42</b>	<b>18.903.261.676,49</b>
Ordinária	14.492.343.385,52	13.378.470.345,68
Vinculada	6.573.266.096,90	5.524.791.330,81
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>18.692.732.556,77</b>	<b>15.709.243.290,79</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>8.530.656.853,48</b>	<b>7.820.155.114,99</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>3.375.618.373,69</b>	<b>2.699.921.322,74</b>
<b>TOTAL</b>	<b>51.664.617.266,36</b>	<b>45.132.581.405,01</b>
(R\$ 1,00)		
<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
<b>DEPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>18.395.140.660,60</b>
Ordinária	15.123.678.857,95	13.487.853.016,88
Vinculada	6.659.836.296,43	4.907.287.643,72
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>18.692.808.730,17</b>	<b>15.709.243.290,79</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>8.466.735.141,70</b>	<b>7.652.579.079,93</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>2.721.558.240,11</b>	<b>3.375.618.373,69</b>
<b>TOTAL</b>	<b>51.664.617.266,36</b>	<b>45.132.581.405,01</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### 4.3.2.1 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

##### BFCON-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro do Estado

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada – 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.



Já o grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representam o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.2.2.2.04).

### **BFCON-02 - Diferença de R\$ 76.173,40 entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Transferências Financeiras Concedidas do Estado**

O valor refere-se a regularização contábil de devolução de saldo de convênio da fonte 85 (Convênios com Órgãos Estaduais – Administração Indireta) entre a FUNTELC – Fundação de Teleducação do Estado do Ceará e o FEC – Fundo Estadual de Cultura. Referido valor foi devolvido financeiramente em 2012 pela FUNTELC para o FEC pela Nota de Movimentação Financeira nº 70, documento não contabilizado. Para regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade, foram feitos os lançamentos abaixo no exercício de 2014, o que ocasionou a diferença entre as transferências recebidas e concedidas.

D\_ 3.5.1.0.2.02.02 – Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C\_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios

D\_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C\_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Este valor não poderia ter sido devolvido por empenho, pois a fonte 85 está extinta desde o exercício de 2007.

No Fundo Estadual de Cultura o recebimento foi contabilizado em 2012 pelas NLC's 5158, 5159 e 5160.

### **BFCON-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados do Estado**

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.



Como as consignações do exercício a pagar já estão evidenciadas na linha de Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor da inscrição de Restos a Pagar Processados, é preciso subtrair as consignações do exercício, conforme é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 154

**CÁLCULO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ**

(R\$ 1,00)

<b>Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014</b>	<b>Valor</b>
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	130.489.729,42
( - ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	20.981.067,66
(=) Inscrição de Restos a Pagar Processados	109.508.661,76

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Ressalta-se que para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, será criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.

**BFCON-04 - Pagamentos de Restos a Pagar Processados do Estado**

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações dos exercícios anteriores.

TABELA 155

**CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ**

(R\$ 1,00)

<b>Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014</b>	<b>Valor</b>
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	188.540.670,15
( - ) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações dos Exercícios Anteriores	35.415.093,11
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	153.125.577,04

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

**BFCON-05 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis do Estado**

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 156  
CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

<b>Código da Conta</b>	<b>Título da Conta</b>	<b>Valor</b>
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	13.178.632,31
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	91.710.051,34
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.184.326.189,36
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	9.758.282,07
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.786,06
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	168.006,82
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	9.031.489,34
<b>Total</b>		<b>5.308.374.437,30</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essa conta registra a obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta arrecadada via DAE pela Sefaz.

A inclusão ocorreu devido a classificação desta conta no Grupo 2.1.8.9.2, enquanto que esta deveria ter sido classificada no grupo 2.1.8.8.2 – Valores Restituíveis – Intra. Como o fato foi percebido quando boa parte do processo de arrecadação já havia acontecido, decidiu-se incluir a conta e providenciar a sua nova classificação somente para 2015.

A tabela que segue evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:



TABELA 157

CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	110.692,67
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	85.825.188,99
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.979.500.020,08
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	11.836.275,02
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.301,09
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	165.105,82
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	8.830.792,57
<b>Total</b>		<b>5.086.473.376,24</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**BFCON-06 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados do Estado**

O valor de R\$ 200.696,77 na linha “depósitos restituíveis e valores vinculados” com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo da conta de ativo financeiro 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber.

TABELA 158

SALDO DA ARRECAÇÃO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA A RECEBER

(1.1.2.2.2.04) POR UNIDADE GESTORA

(R\$ 1,00)

UG	Valor
080301	736,44
100601	28.768,50
130101	2.209,31
150201	12.393,78
211101	16,04
490101	156.572,70
<b>Total</b>	<b>200.696,77</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Tal conta registra os valores relativos a créditos a receber oriundos das receitas da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A tabela acima, evidencia o valor a receber por Unidade Gestora.



### 4.3.3. Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, conforme orientações da Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

**a) Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

**b) Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

**c) Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

**d) Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 159

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.183.837.180,58</b>	<b>4.754.661.084,43</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.721.357.543,34	3.375.618.373,69
Créditos a Curto Prazo	293.736.876,39	206.312.645,95
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	234.251.054,76	204.043.811,47
Estoques	934.491.706,09	968.686.253,32
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>24.425.670.397,70</b>	<b>19.842.577.792,52</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.676.603.367,85	6.167.243.649,70
Investimentos	4.061.370.732,71	3.310.887.527,14
Imobilizado	13.687.202.629,12	10.364.072.947,66
Intangível	493.668,02	373.668,02
<b>TOTAL</b>	<b>28.609.507.578,28</b>	<b>24.597.238.876,95</b>
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>687.218.669,39</b>	<b>532.897.705,67</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	21.537.920,49	68.138.973,71
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	30.644,57	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14.757.890,99	15.521.156,07
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.132.790,46	8.240.307,66
Obrigações de Repartição a Outros Entes	49.964.091,07	66.737.750,17
Demais Obrigações a Curto Prazo	592.795.331,81	374.259.518,06
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.501.097.309,01</b>	<b>6.980.854.715,22</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	88.943.028,38	84.619.393,27
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	7.764.620.906,38	6.282.259.451,81
Demais Obrigações a Longo Prazo	647.533.374,25	613.975.870,14
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.188.315.978,40</b>	<b>7.513.752.420,89</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Demais Reservas	0,00	527.135,79
Resultados Acumulados	19.421.191.599,88	17.082.959.320,27
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.421.191.599,88</b>	<b>17.083.486.456,06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.609.507.578,28</b>	<b>24.597.238.876,95</b>
ATIVO FINANCEIRO	2.721.558.240,11	3.375.618.373,69
ATIVO PERMANENTE	25.887.949.338,17	21.221.620.503,26
PASSIVO FINANCEIRO	1.132.133.275,71	1.197.055.229,07
PASSIVO PERMANENTE	8.566.481.703,92	7.045.635.927,42
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>18.910.892.598,65</b>	<b>16.354.547.720,46</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1.964, artigo 105, que confere o viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem, apresentamos o seguinte:

O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2014 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 2.721.558.240,11, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 1.132.133.275,71. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 25.887.949.338,17, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 8.566.481.703,92.

A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2014, foi positiva em R\$ 18.910.892.598,65.

De acordo com a Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público o Balanço Patrimonial destacou os seguintes pontos:

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo foram dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O Ativo, recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, totalizaram o montante de R\$ 28.609.507.578,28.

Os ativos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: ativos disponíveis para realização imediata e ativos com expectativa de realização até o término do exercício seguinte. Os demais ativos foram classificados como não circulantes.

O Passivo, obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, somaram em R\$ 9.188.315.978,40.

Os passivos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: valores exigíveis até o final do exercício seguinte e valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. Os demais passivos foram classificados como não circulantes.



TABELA 160  
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO  
(ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)

(R\$ 1,00)

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>		<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>2.002.854.548,17</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>927.288.637,60</b>	<b>1.075.565.910,57</b>
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>999.384.183,41</b>	<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>613.058.466,92</b>	<b>386.325.716,49</b>
- Tesouro	999.384.183,41	- Tesouro	613.058.466,92	386.325.716,49
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.003.470.364,76</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>314.230.170,68</b>	<b>689.240.194,08</b>
- Do Salário Educação	21.446.681,29	- Do Salário Educação	9.770.928,30	11.675.752,99
- Do FECOP	145.215.256,25	- Do FECOP	64.036.394,36	81.178.861,89
- Da CIDE	413.855,23	- Da CIDE	0,00	413.855,23
- Do FUNDEB	29.964.926,42	- Do FUNDEB	30.536.260,44	-571.334,02
- Da Medida Comp. Ambiental	6.095.851,07	- Da Medida Comp. Ambiental	259.392,68	5.836.458,39
- Do FIT.	17.903.652,77	- Do FIT.	4.731.119,25	13.172.533,52
- Das Operações de Créditos	304.620.477,88	- Das Operações de Créditos	80.923.984,89	223.696.492,99
- De Convênios e outros	477.809.663,85	- De Convênios e outros	123.972.090,76	353.837.573,09
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>718.703.691,94</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>204.477.147,56</b>	<b>514.226.544,38</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>197.264.475,07</b>	<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>54.338.092,83</b>	<b>142.926.382,24</b>
- Arrecadação	197.264.475,07	- Arrecadação	54.338.092,83	142.926.382,24
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>63.398.747,42</b>	<b>-63.398.747,42</b>
- Recursos do tesouro	0,00	- Recursos do tesouro	63.398.747,42	-63.398.747,42
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>521.439.216,87</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>86.740.307,31</b>	<b>434.698.909,56</b>
- Do regime Previdenciário	172.105.288,11	- Do regime Previdenciário	344.004,55	171.761.283,56
- Depósitos Judiciais	3.565.470,34	- Depósitos Judiciais	1.961.534,14	1.603.936,20
- Do FUNDEB	1.486.366,37	- Do FUNDEB	2.769,30	1.483.597,07
- Transferências do SUS	174.972.792,70	- Transferências do SUS	57.769.109,54	117.203.683,16
- Da Medida Compensatória Ambiental	39.379.364,45	- Da Medida Compensatória Ambiental	1.407.600,00	37.971.764,45
- Das Operações de Créditos Internas	397.278,99	- Das Op. de Créditos Internas	0,00	397.278,99
- Das Operações de Créditos	0,00	- Das Op. de Créditos	1.737.259,35	-1.737.259,35
- Repasse Fundo a Fundo -Defesa Civil	15.402.956,86	- Repasse Fundo a Fundo -Defesa Civil	10.453.074,44	4.949.882,42
- Repasse Fundo a Fundo -FNAS	3.438.608,58	- Repasse Fundo a Fundo -FNAS	216.509,92	3.222.098,66
- De Convênios	103.436.421,50	- De Convênios	8.504.399,37	94.932.022,13
- Transferências do FECOP	0,00	- Transferências FECOP	3.855.833,21	-3.855.833,21
- Transferências da CIDE	0,00	- Transferências da CIDE	20.626,30	-20.626,30
- Transferências dos Royalties	0,00	- Transferências dos Royalties	467.587,19	-467.587,19
- Contrap. de Conv.-Tesouro e FECOP	7.254.668,97	- Contrap. de Conv.-Tesouro e FECOP	0,00	7.254.668,97
<b>TOTAL</b>	<b>2.721.558.240,11</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.131.765.785,16</b>	<b>1.589.792.454,95</b>

Fonte: Balanços da Administração Direta e Indireta/2014

Nota: Valores com passivos negativos na Administração Indireta tem seus ativos incluídos na Administração Direta, tendo em vista a dependência daquela para com o Tesouro, como: Fontes Tesouro, FECOP, Operações de Crédito, CIDE e Royalties.

### 4.3.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado

#### BPCON-01 – Critérios utilizados na elaboração do Balanço Patrimonial do Estado

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará para o exercício de 2014, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações.

Em observância ao art. 105 da lei 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia a total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim, o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

#### BPCON-02 - Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” do Estado

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 161  
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	986.595.943,80	855.302.319,59
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	986.595.943,80	855.302.319,59
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	82.347.960,70	56.482.899,39
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	904.247.435,50	798.818.872,60
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	904.247.435,50	797.010.949,16
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	1.807.923,44
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	547,6	547,6

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



**BPCON-03 - Detalhamento da Conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” do Estado**

A tabela abaixo demonstra a composição da conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 162  
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-754.243.921,40	-653.175.161,35
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	-1.306.225,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**BPCON-04 – Detalhamento da Conta “Créditos a Longo Prazo” do Estado**

A tabela a seguir demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.



TABELA 163  
CRÉDITOS A LONGO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	6.455.282.064,68	5.952.948.232,32
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	6.455.282.064,68	5.952.948.232,32
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	6.325.632.932,55	5.730.150.497,63
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	72.512.994,29	77.699.296,02
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	29.896.827,35	22.065.468,20
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.499.600.495,71	5.565.323.271,03
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	723.622.615,20	65.062.462,38
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	461.654.645,68	306.015.806,43
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	13.140.462,77	13.140.462,77
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	824.163,00	824.163,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	447.690.019,91	292.051.180,66
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	57.908,97	176.634.442,74
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-399.593.896,58	-259.852.514,48
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-399.593.896,58	-259.852.514,48

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### BPCON-05 - Composição do Passivo Financeiro do Estado

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.



Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se no tabela 06. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

TABELA 164  
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	621.834.274,48
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	435.295.544,39
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	75.003.456,84
<b>(=) Passivo Financeiro</b>	<b>1.132.133.275,71</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### 4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

As variações patrimoniais da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.



TABELA 165

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

(R\$ 1,00)

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>41.501.258.320,97</b>	<b>36.002.725.664,76</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.505.454.418,28	10.176.807.187,05
Contribuições	1.361.596.574,52	1.209.819.337,60
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	175.943.698,90	318.580.845,50
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	755.154.024,10	731.625.198,04
Transferências e Delegações Recebidas	25.918.999.751,76	22.282.044.689,44
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.784.109.853,41	1.283.848.407,13
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>38.826.486.677,94</b>	<b>33.417.107.224,66</b>
Pessoal e Encargos	6.701.043.887,24	6.081.473.567,26
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.430.748.376,46	2.204.347.967,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.887.948.872,05	2.746.098.684,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.135.605.765,64	1.108.631.925,73
Transferências e Delegações Concedidas	22.843.531.466,39	19.150.990.019,23
Desvalorização e Perda de Ativos	1.467.031.662,22	1.267.525.430,98
Tributárias	192.182.129,48	173.282.845,56
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.168.394.518,46	684.756.784,29
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.674.771.643,03</b>	<b>2.585.618.440,10</b>

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação de Ativo	3.655.856.218,20	1.511.816.712,88
Desincorporação de Passivo	595.815.980,54	527.673.309,92
Incorporação de Passivo	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89
Desincorporação de Ativo	96.442.308,18	106.663.706,12

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2014, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 41.501.258.320,97 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$ 38.826.486.677,94. Portanto, os efeitos patrimoniais ocorridos no exercício de 2014 contribuíram em R\$ 2.674.771.643,03 para o superávit apurado.

#### 4.3.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

##### DVPCON-01 - Critérios utilizados na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais do Estado

As Variações Patrimoniais Quantitativas do Balanço do Estado do Ceará são elaboradas utilizando-se as classes 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Na classe 3 estão as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e na classe 4 estão as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).



Já as Variações Patrimoniais Qualitativas, que correspondem às variações decorrentes da execução orçamentária que não afetam o patrimônio líquido, são elaboradas utilizando-se a classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Para os grupos de Incorporação do Ativo e Desincorporação do Passivo são utilizadas as contas de despesas liquidadas. Já os grupos de Incorporação do Passivo e Desincorporação do Ativo são elaborados utilizando-se a conta de receita realizada.

### **Variações Patrimoniais Quantitativas**

#### **DVPCON-02 - Diferença de R\$ 76.173,40 entre as Transferências Financeiras Intraorçamentárias Recebidas e as Transferências Financeiras Intraorçamentárias Concedidas do Estado**

O valor refere-se a regularização contábil de devolução de saldo de convênio da fonte 85 (Convênios com Órgãos Estaduais – Administração Indireta) entre a FUNTELC – Fundação de Teleducação do Estado do Ceará e o FEC - Fundo Estadual de Cultura. Referido valor foi devolvido financeiramente em 2012 pela FUNTELC para o FEC pela Nota de Movimentação Financeira nº 70, documento não contabilizado. Para regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade, foram feitos os lançamentos abaixo no exercício de 2014, o que ocasionou a diferença entre as transferências recebidas e concedidas.

D\_ 3.5.1.0.2.02.02 – Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C\_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios

D\_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C\_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Este valor não poderia ter sido devolvido por empenho, pois a fonte 85 está extinta desde o exercício de 2007. No Fundo Estadual de Cultura o recebimento foi contabilizado em 2012 pelas NLC's 5158, 5159 e 5160.

### **Variações Patrimoniais Qualitativas**

#### **Incorporação do Ativo**

#### **DVPCON-03 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes do Estado**

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens (Fonte 12), estão discriminadas na tabela a seguir:



TABELA 166

OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	91.024.134,96
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	37.019.661,69
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-Família	4.370.660,17
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	5.838.468,46
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	1.681.600,55
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	266.455,12
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	49.324,09
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	17.383.076,67
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	18.205.684,88
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	1.841.128,00
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	606.736,59
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	14.615.525,74
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	76.143.079,35
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	74.369.326,70
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	22.946.391,54
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	2.964.984,02
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	131.176,44
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	70.665.057,12
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	2.005.378,28
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	136.681,09
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	32.116.297,12
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	108.236,60
<b>TOTAL</b>		<b>474.489.065,18</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**DVPCON-04 - Outras Incorporações do Ativo do Estado**

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela abaixo, por modalidade e elemento de despesa:



TABELA 167

COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	346.433.123,16
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	211.352.674,56
339132	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.242,23
449014	Diária-Civil	32.562,39
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	21.546,11
449030	Material de Consumo	13.162.593,97
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	38.256,18
449035	Serviço de Consultoria	35.922.367,53
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	291.540,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	226.021.892,55
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	140.680,26
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.504.484,84
459062	Aquisição de Bens para Revenda	2.147.405,78
<b>TOTAL</b>		<b>837.070.369,56</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

**DVPCON-05 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos do Estado**

A concessão de Empréstimos e Financiamentos no Estado do Ceará refere-se ao Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, no valor de R\$ 259.865.646,04.

**Desincorporação do Ativo**

**DVPCON-06 - Empréstimos e Financiamentos do Estado**

Os recebimentos referentes aos empréstimos e financiamentos concedidos estão detalhados a seguir:

TABELA 168

COMPOSIÇÃO DOS RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NO  
ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Empréstimos e Financiamentos Recebidos	Valor
Programa FDI	13.264.978,97
Programa de Sementes	261.963,38
Concessão de Empréstimo ao artesanato	500,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.527.442,35</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



### 4.3.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 93, o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 169  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	625.431.652,16	0	550.116.124,25	75.315.527,91
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	105.007.143,90	0	105.007.143,90	0
DESTE EXERCÍCIO	0	435.295.544,39	0	435.295.544,39
<b>SUBTOTAL</b>	<b>730.438.796,06</b>	<b>435.295.544,39</b>	<b>655.123.268,15</b>	<b>510.611.072,30</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	161.826.720,74	0	160.352.851,34	1.473.869,40
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.380.671,53	0	2.380.671,53	0
DESTE EXERCÍCIO	0	109.508.661,76	0	109.508.661,76
<b>SUBTOTAL</b>	<b>164.207.392,27</b>	<b>109.508.661,76</b>	<b>162.733.522,87</b>	<b>110.982.531,16</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0	0	0	0
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	302.707.510,43	7.985.852.647,33	7.778.387.976,06	510.172.181,70
<b>SUBTOTAL</b>	<b>302.707.510,43</b>	<b>7.985.852.647,33</b>	<b>7.778.387.976,06</b>	<b>510.172.181,70</b>
DÉBITOS DE TESOURARIA	0	0	0	0
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.197.353.698,76</b>	<b>8.530.656.853,48</b>	<b>8.596.244.767,08</b>	<b>1.131.765.785,16</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



#### 4.3.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

##### DFCON-01 - Ajuste nos saldos iniciais da Dívida Flutuante de 2014, para correção de inconsistências identificadas no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2013

Em 2014, foram identificadas as seguintes diferenças entre o saldo final da Dívida Flutuante apresentado no Balanço de 2013 e o evidenciado como saldo do exercício anterior no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 31/12/2014:

TABELA 170

DIFERENÇA ENTRE O SALDO FINAL DA DÍVIDA FLUTUANTE EM 2013 E O INICIAL EM 2014

(R\$ 1,00)

Dívida Flutuante	Saldo para o Exercício Seguinte - DF 2013	Saldo do Exercício Anterior - DF 2014	Diferença
Restos a Pagar Não Processados	730.436.344,47	730.438.796,06	2.451,59 (I)
Restos a Pagar Processados	164.313.630,56	164.207.392,27	-106.238,29 (II)
Depósitos de Diversas Origens	367.488.722,63	302.707.510,43	-64.781.212,20 (III)
<b>Total</b>	<b>1.262.238.697,66</b>	<b>1.197.353.698,76</b>	<b>-64.884.998,90</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

(I) A diferença de R\$ 2.451,59, no subgrupo Restos a Pagar Não Processados, corresponde ao ajuste da inscrição de Restos a Pagar da NED nº 819/2012, Unidade Gestora 460201 – Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará (ETICE), cujo pagamento do Resto a Pagar foi indevidamente contabilizado como Não Processado, em 2013, sendo que o referido empenho havia sido inscrito como Processado. Tal situação foi regularizada com o ajuste dos respectivos saldos iniciais em 2014.

(II) A diferença de R\$ 106.238,29, no subgrupo Restos a Pagar Processados, corresponde ao somatório dos seguintes valores: (a) o ajuste da inscrição de Restos a Pagar da NED nº 819/2012, UG 460201, no valor de R\$ 2.451,59, conforme explicado do item I; (b) o saldo do subgrupo 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 103.786,70, que deveria ter sido excluído do saldo dos Restos a Pagar Processados – 1º exercício – na Dívida Flutuante de 2013. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações de exercícios anteriores a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1) no final do exercício. Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e ajuste dos saldos se fazem necessários, o que não havia ocorrido em 2013.



(III) A diferença de R\$ 64.781.212,20 no subgrupo Depósitos corresponde ao saldo da conta 2.1.8.8.1.51.01 – Depósitos Judiciais Transferidos (P), pertencente à Unidade Gestora 040101 – Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERMOJU). Essa conta de Passivo Circulante não pertence ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual está marcada na Contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não deveria constar no mapeamento das contas contábeis para ser incluída na Dívida Flutuante, o que acabou acontecendo em 2013. A referida inconsistência foi percebida e corrigida para o Balanço de 2014.

**DFCON-02 - Mudança no mapeamento das contas contábeis para apresentação dos saldos de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1), Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), e Inclusão da conta Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (2.1.8.9.2.04), para elaboração da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial**

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2014, em comparação com a grade do Balanço/2013, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:

(I) Linha de Subtotal dos Restos a Pagar Processados: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1). Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fazem necessários.



(II) Linha Depósitos de Diversas Origens – ajuste 1: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não deveriam constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante, o que acabou acontecendo em 2013, já que o referido ajuste, até então, não havia sido efetuado. A referida inconsistência foi percebida e corrigida para o Balanço de 2014. A tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2014, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

TABELA 171  
CONTAS EXCLUÍDAS NA CONTA DE DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	79.484,73
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	65.274.109,13
<b>Total subtraído do Subtotal: Depósitos de Diversas Origens (DF)</b>		<b>65.353.593,86</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

(III) Linha Depósitos de Diversas Origens - ajuste 2: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F). A partir de 2014, a arrecadação de várias Unidades Gestoras da Administração Indireta passou a ocorrer através do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), cuja administração dos recebimentos cabe à Secretaria da Fazenda. Em virtude da diferença temporal entre a arrecadação e o recolhimento desses valores (D+1), sempre que ocorre a arrecadação do DAE, a receita orçamentária é classificada na Unidade Gestora detentora da receita, entretanto o recurso financeiro ingressa na conta do Tesouro Estadual registrada na SEFAZ, gerando um saldo a pagar na conta 2.1.8.9.2.04 (F). No dia seguinte à arrecadação, ocorre uma movimentação financeira transferindo o recurso para a respectiva entidade da Administração Indireta, baixando a obrigação anteriormente registrada. A arrecadação de 31/12/2014, portanto, somente será repassada em 02/01/2015, gerando um saldo a pagar nessa conta e que deve compor a Dívida Flutuante. A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2014, da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F) e que foi incluído no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F)	200.696,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Considerando os ajustes citados nos itens II e III, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:



TABELA 172  
COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Descrição	Saldo em 31/12/2014
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	575.325.078,79
( - ) Ajuste 1 - Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	-65.353.593,86
( + ) Ajuste 2 - Arrecadação da Administração Indireta a repassar - 2.1.8.9.2.04 (F)	200.696,77
<b>( = ) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)</b>	<b>510.172.181,70</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### DFCON-03 - Inscrição dos Restos a Pagar Processados em 31.12.2014

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014. Para se conhecer o saldo de Restos a Pagar, exceto as Consignações, é preciso subtraí-las do total de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar. O resultado dessa subtração representa o valor de Restos a Pagar inscritos no exercício apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela abaixo:

TABELA 173  
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar - Valor que será registrado como Inscrição de Restos a Pagar Processados	130.489.729,42
( - ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	-20.981.067,66
<b>Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações) apresentado na linha: Restos a Pagar Processados - Inscrição do Exercício (DF)</b>	<b>109.508.661,76</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

#### DFCON-04 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2014:



TABELA 174

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

<b>Restos a Pagar Não Processados (RPNP)</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	535.221.588,60
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	119.901.679,55
<b>Somatório das Baixas de RPNP</b>	<b>655.123.268,15</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

TABELA 175

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

<b>Restos a Pagar Processados (RPP)</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	188.540.670,15
( - ) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) ( * )	-35.415.093,11
( = ) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	153.125.577,04
( + ) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	9.607.945,83
<b>Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)</b>	<b>162.733.522,87</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

( \* ) Com base nas explicações apresentadas nas notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2014 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens.

#### 4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado submetidas às regras da Lei no 6.404/76, com alterações das leis 11.638/07 e 11.941/09.

A estrutura administrativa do Estado do Ceará possui 2 (duas) Empresas Públicas, que são entidades administradas exclusivamente pelo Poder Público com a finalidade prevista em Lei e de propriedade única do Estado; e 10(dez) Sociedades de Economia Mista, onde há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

O Balanço Geral do Estado contém as Demonstrações Financeiras exigidas pelas leis aplicáveis às Empresas e Sociedades de Economia Mista. São elas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - para



as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - para as sociedades de capital aberto.

Destacamos que algumas dessas entidades são classificadas como Empresas Estatais Dependentes de acordo com ao art. 2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, apresentaram execução orçamentária, financeira e patrimonial.



## CAPÍTULO V

### 5. DA GESTÃO FISCAL

#### 5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

##### 5.1.1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A LRF determina que no máximo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado pode ser aplicada em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados de gastos por Poder e Órgão.



TABELA 176

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>7.217.248.378,98</b>	<b>539.324,44</b>
Pessoal Ativo	5.287.292.014,02	1.451,89
Pessoal Inativo	1.559.411.926,19	-
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	370.544.438,77	537.872,55
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>860.171.903,78</b>	<b>-</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	69.632.067,76	-
Despesas de Exercícios Anteriores	57.645.011,31	-
Inativos com Recursos Vinculados	732.894.824,71	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>6.357.076.475,20</b>	<b>539.324,44</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>6.357.615.799,64</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.418.477.503,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,09	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	7.007.380.066,84	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 46,17% (95% do Limite Máximo)	6.657.011.063,50	
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74% (90% do Limite Máximo)	6.306.642.060,16	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD: 30/03/2015 16:47

Notas:

- 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;
- 2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
- 3: Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 22.30/10-TCE;
- 4: O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP).

A referida Lei fixa para o Poder Executivo o limite de 48,60% da Receita Corrente Líquida. As Despesas com Pessoal do Poder Executivo representam 44,09% da Receita Corrente Líquida, valor dentro dos limites estabelecidos.

## 5.1.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida - DCL, Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais.



TABELA 177

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>6.980.854.716</b>	<b>6.886.763.798</b>	<b>7.100.012.668</b>	<b>8.501.127.953</b>
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	6.366.878.846	6.272.787.928	6.486.036.799	7.853.594.579
Interna	3.618.936.058	3.695.334.731	3.890.279.414	4.536.374.045
Externa	2.747.942.788	2.577.453.197	2.595.757.383	3.317.220.534
Prestatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	613.975.870	613.975.870	613.975.871	647.533.374
Demais Dívidas	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.039.952.320</b>	<b>3.674.560.360</b>	<b>2.732.581.056</b>	<b>2.416.144.596</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.241.149.035	3.691.205.705	2.746.523.778	2.549.452.952
Demais Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Prestatórios)	201.196.715	16.645.345	13.942.722	133.308.356
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>3.940.902.396</b>	<b>3.212.203.438</b>	<b>4.367.431.612</b>	<b>6.084.983.357</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>13.379.882.290</b>	<b>13.782.967.945</b>	<b>14.150.077.861</b>	<b>14.418.477.504</b>
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	52,17	49,97	50,18	58,96
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	29,45	23,31	30,87	42,20
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>				
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)</b>	<b>6.366.878.846</b>	<b>6.272.787.928</b>	<b>6.486.036.799</b>	<b>7.853.594.579</b>
<b>DÍVIDA DE PPP (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PARCELAMENTO DE DIVIDAS (VI)</b>	<b>84.619.394</b>	<b>82.312.415</b>	<b>79.962.065</b>	<b>88.973.673</b>
De Tributos	0	0	0	0
De Contribuições Sociais	84.619.394	82.312.415	79.962.065	88.973.673
Previdenciárias	29.016.465	30.161.317,15	30.614.448	36.970.826
Demais Contribuições Sociais	55.602.929	52.151.098,22	49.347.617	52.002.847
Do FGTS	0	0	0	0
Com Instituição não financeira	0	0	0	0
<b>DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)</b>	<b>5.117.706.988</b>	<b>5.035.683.106</b>	<b>5.289.281.147</b>	<b>6.707.339.690</b>
Interna	2.531.588.599	2.603.646.920	2.827.140.725	3.524.691.654
Externa	2.586.118.389	2.432.036.186	2.462.140.422	3.182.648.036
<b>DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.164.552.463</b>	<b>1.154.792.406</b>	<b>1.116.793.587</b>	<b>1.057.281.216</b>
União	1.002.728.065	1.009.375.395	983.176.625	922.708.718
Outras Dívidas	161.824.398	145.417.010	133.616.962	134.572.498
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0	0	0	0
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0
DEPOSITOS	0	0	0	0
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	105.004.692	95.893.082	72.369.474	75.315.528
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTARIA-ARO	0	0	0	0
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)</b>	<b>49.825.712.262</b>	<b>49.825.712.262</b>	<b>49.825.712.262</b>	<b>152.418.119.338</b>
Passivo Atuarial	49.825.712.262	49.825.712.262	49.825.712.262	152.418.119.338
Demais Dívidas	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (X)</b>	<b>134.466.816</b>	<b>85.837.529</b>	<b>93.076.582</b>	<b>171.878.267</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	134.469.339	85.840.052	93.079.105	172.105.288
Investimentos	0	0	0	0
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	2.523	2.523	2.523	227.021
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DIV. CONSOLID. LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>49.691.245.446</b>	<b>49.739.874.733</b>	<b>49.732.635.680</b>	<b>152.246.241.071</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 26/03/2015 17:01

Nota 1: No saldo da Disponibilidade de Caixa estão incluídos os recursos das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Dependentes, e excluídos os recursos do SUPSEC, PREVMILITAR, PREVID e do FPP.

Nota 2: O Regime Previdenciário é composto pelo SUPSEC,PREVMILITAR, PREVID E FPP.

Nota 3: O valor do Passivo Atuarial apresentado no Quadro da "Dívida Consolidada Previdenciária" foi extraído da última avaliação atuarial do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial -DRAA 2014, data-base 12/2013.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2014 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 6.084.983.357,00, o que representa um aumento nominal de R\$ 2.144.080.961,00, se comparado ao mesmo período do exercício de 2013. Vale ressaltar, que embora tenha ocorrido uma elevação sensível da DCL, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 42,20% da Receita Corrente Líquida.



### 5.1.3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida. No exercício de 2014, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 870.955.093,00, representando 6,04% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas era de R\$ 851.191.449,00, equivalente a 6,36% da RCL.

TABELA 178

#### ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) (R\$ 1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
<b>EXTERNAS (I)</b>	<b>192.274.999</b>	<b>177.790.354</b>	<b>178.076.599</b>	<b>204.388.628</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	192.274.999	177.790.354	178.076.599	204.388.628
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>INTERNAS (II)</b>	<b>658.916.450</b>	<b>658.723.473</b>	<b>663.031.308</b>	<b>666.566.465</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	658.916.450	658.723.473	663.031.308	666.566.465
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>851.191.449</b>	<b>836.513.827</b>	<b>841.107.908</b>	<b>870.955.093</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>13.379.882.290</b>	<b>13.782.967.945</b>	<b>14.150.077.861</b>	<b>14.418.477.504</b>
<b>% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>6,36</b>	<b>6,07</b>	<b>5,94</b>	<b>6,04</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL: 22%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF)	19,80	19,80	19,80	19,80
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>	<b>SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>ATÉ O 1º QUADRIMESTRE</b>	<b>ATÉ O 2º QUADRIMESTRE</b>	<b>ATÉ O 3º QUADRIMESTRE</b>
<b>EXTERNAS (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0	0	0	0
Outras Garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>INTERNAS (VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	0	0	0	0
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS REC.(VII) = (V+VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: S2GPR; COTES/CECA D; 26/03/2015 17:08

Nota: O Estado do Ceará não possui Contragarantias.

### 5.1.4 Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. Cabe destacar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de lei orçamentária. As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas.

As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2014, o montante de R\$ 1.633.746.799,00, o que representa 11,33% da RCL.



TABELA 179

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>1.051.955.981</b>	<b>1.633.746.799</b>
<b>Mobiliária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
<b>Contratual</b>	<b>1.051.955.981</b>	<b>1.633.746.799</b>
Interna	746.122.161	1.205.362.761
Abertura de Crédito	746.122.161	1.205.362.761
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Operações de Crédito	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Externa	305.833.820	428.384.038
Abertura de Crédito	305.833.820	428.384.038
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Parcelamentos de Dívidas	0	0
De Tributos	0	0
De Contribuições Sociais	0	0
Previdenciárias	0	0
Demais Contribuições Sociais	0	0
Do FGTS	0	0
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0	0
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0	0
Amparadas pelo art.9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0	0
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.418.477.504	-
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Do Período de Referência (III)	0	0
De Períodos anteriores ao de Referência	0	0
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	<b>1.633.746.799</b>	<b>11,33</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.306.956.401	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	2.076.260.761	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	0
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.009.293.425	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+IIa)</b>	<b>1.633.746.799</b>	<b>11,33</b>

FONTE: S2GPR; COTESCECAD; 31/03/2015 20:01

<sup>1</sup> Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada

### 5.1.5 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.



TABELA 180

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo 7

(R\$ 1,00)

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - TDP	7.691.070.557	53,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	8.651.086.502	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	8.218.532.177	57,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	6.084.983.357	42,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	28.836.955.008	200,00

<u>GARANTIAS DE VALORES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	870.955.093	6,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.172.065.051	22,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	1.633.746.799	11,33
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.125.484.735	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.009.293.425	7,00

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	435.295.544	2.025.087.999

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 27/04/2015 13:20

\* Excluí "Pensionistas".

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2014, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAI, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 01 de abril de 2015.

  
MARIA DOLORES PEREIRA  
Orientadora da CECAD  
CRC-CE 5.806/O-5

  
ROSA LIDUINA TEIXEIRA DIOGENES NOGUEIRA  
Orientadora da CECAI  
CRC-CE 7.569/O-8

## **CAPÍTULO VI**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Coordenadorias do Tesouro Estadual e de Gestão Financeira, COTES e COGEF, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaboraram o relatório do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2013, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2014, alcançou superávits orçamentário, financeiro e patrimonial. Também, demonstrou superavit no resultado primário e déficit no resultado nominal. Isto evidencia uma gestão fiscal voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da sociedade cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se, ainda, o fortalecimento da estrutura econômica local onde foram tomadas medidas objetivas que possibilitaram maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e solidez do ajuste fiscal, que propiciaram a recuperação da capacidade de investimentos do Estado do Ceará.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Cabe salientar que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público à disposição do Governo, visa a atingir a consciência necessária para o exercício do controle social das contas públicas, de forma que o governo e a sociedade possam caminhar na direção de melhores resultados pela correta destinação de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento e à crescente melhoria da qualidade de vida da sociedade cearense.



Não podemos deixar de enfatizar o advento do novo mundo da Contabilidade Pública com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP que, a par da retomada do Patrimônio Público como o centro das atenções da ciência contábil, apresenta inovações que reforçam o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Federal nº 4320/64. Neste contexto, o Estado do Ceará implementou, desde 2012, pioneiramente no país, um novo Sistema de Administração, especialmente, o módulo de Contabilidade que está incluso no Sistema de Gestão Governamental por Resultado - S2GPR.

É importante observar a mobilização de toda a equipe técnica e de gestores para possibilitar a exposição das informações inerentes à situação econômico-financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com os princípios legais que regem a Contabilidade Pública, a fim de que Sociedade e Governo sejam parceiros na busca de melhores resultados.

Registramos aqui nossos agradecimentos aos gestores e à equipe técnica da SEFAZ, bem como aos diretores financeiros dos órgãos estaduais que com êxito, força e grandeza, concluíram este trabalho com sucesso, a fim de dar publicidade às informações nele contidas.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infra-estrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos nos campos fiscal e tributário.

Por fim, gostaríamos de externar a nossa imensa gratidão aos nossos digníssimos Secretários CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO e JOÃO MARCOS MAIA que nesta gestão deram total apoio e contribuição no cumprimento de nossos deveres ao concluir o Balanço Geral do Estado.

  
**LUIZ JARBAS DE MESQUITA**  
Coordenador do Tesouro Estadual

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO  
SOBRE AS CONTAS ANUAIS  
DE GOVERNO  
- Exercício de 2014 -**

**Fortaleza, abril de 2015**



**Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral**  
José Nelson Martins de Sousa

**Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria Geral**  
Antônio Marconi Lemos da Silva

**Secretário Executivo**  
Paulo Roberto de Carvalho Nunes

**Coordenador de Controle Interno Preventivo**  
Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

**Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão**  
Kelly Darlane Nepomuceno Ramos

**Auditora do Controle Interno - Assessora Técnica**  
Adriana Oliveira Nogueira

### **Missão Institucional**

Zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense.



## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO, 260

#### Capítulo I

##### **1. DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO, 262**

1.1. Da Transparência e do Controle Social, 262

1.1.1. Do Portal da Transparência, 262

1.1.2. Da Educação Social, 264

1.1.3. Do Sistema Estadual de Acesso à Informação, 265

1.1.4. Do Sistema Estadual de Ouvidoria, 268

1.2. Das ações de Orientação e Prevenção, 271

1.2.1. Da Nova Forma de Atuação do Controle Interno, 271

1.2.2. Do Novo Processo de Transferência de Recursos Financeiros por Meio de Convênios e Instrumentos Congêneres, 272

1.2.3. Da Folha de Pagamento, 272

1.2.4. Das Orientações Técnicas e Normativos, 273

1.2.5. Das Outras Ações de Prevenção e Orientação, 274

1.3. Das Atividades de Auditoria Realizada pela CGE, 277

#### Capítulo II

##### **2. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, 279**

2.1. Da Alocação de Recursos do PPA - 2012-2015, 279

2.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo, 281

2.2.1. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, 281

2.2.2. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento, 288

#### Capítulo III

##### **3. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 309**

3.1. Do Resultado Orçamentário, 309

3.2. Das Receitas, 310

3.3. Das Despesas, 312

3.3.1. Das Despesas por Poder e Fonte, 312

3.3.2. Da Despesa por Função, 313

3.3.3. Da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas, 315

3.4. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária, 318

3.4.1. Quociente do Resultado Orçamentário, 318

3.4.2. Quociente da Execução Orçamentária Corrente, 319

3.4.3. Quociente da Execução Orçamentária de Capital, 320

#### Capítulo IV

##### **4. DA GESTÃO FISCAL, 322**

4.1. Do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 322

4.2. Dos Gastos com Saúde, 323

4.3. Das Despesas com Educação, 325

4.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, 325



- 4.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, 328
- 4.4. Das Despesas com Pessoal, 330
- 4.5. Da Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito e Garantias, 332
- 4.6. Das Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital, 336
- 4.7. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos, 337
- 4.8. Das Disponibilidades de Caixa, 338
- 4.9. Dos Resultados Nominal e Primário, 339
  - 4.9.1. Do Resultado Primário, 339
  - 4.9.2. Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida), 341
- 4.10. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado, 342

#### Capítulo V

#### **5. Do Tratamento das Recomendações do TCE sobre as Contas Anuais de Governo de 2013, 345**

#### **CONCLUSÃO, 370**



## APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual no seu art. 68 determina que “*a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder” (grifo nosso).*

Dando efetividade a esse dispositivo constitucional, a Lei n.º 13.297, de 07.03.2003, criou a Secretaria da Controladoria do Estado do Ceará – SECON e o Decreto n.º 27.583, de 08.10.2004, aprovou o seu regulamento. A Lei n.º 13.875, de 07.02.2007, modificou o modelo de gestão do Poder Executivo, unindo as funções de Controladoria e Ouvidoria Geral, passando a denominar-se Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – SECON. Em 02 de março de 2009, a Lei n.º 14.306 redefiniu as competências do órgão central de controle interno, criando a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE). Por sua vez os Decretos n.º 29.730, de 07 de maio de 2009, e 30.047, de 30 de dezembro de 2009, aprovaram a estrutura e regulamento da CGE, cuja nova missão é zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense. E ainda, a Lei n.º 15.360/2013, de 04 de junho de 2013, alterou os dispositivos da Lei no. 13.875/2007, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo.

O artigo 88 da Constituição Estadual prevê como competência privativa do Governador do Estado do Ceará “*prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior*”.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), n.º 12.509, de 06.12.95, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no **Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo**, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

Assim, em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado emite este Relatório sobre as Contas Anuais do Governo do Estado do Ceará referentes ao exercício financeiro de 2014, com análises e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei Federal n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre o assunto.

O Relatório está estruturado em quatro capítulos, compreendendo:



- O primeiro capítulo apresenta a atuação do controle interno abordando suas Ações de Transparência e Controle Social, as Ações de Controle Interno Preventivo e as atividades Auditoria Interna realizadas pela CGE no exercício de 2014;
- O segundo capítulo trata da análise da Execução dos Programas de Governo buscando observar os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias; e
- O terceiro capítulo traz informações sobre a execução orçamentária consolidada do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social;
- O quarto capítulo aborda aspectos sobre a Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais por parte do Estado;
- O quinto capítulo contém o tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2013.



# CAPÍTULO I

## 1. DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE durante o exercício de 2014 com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Nesse sentido, a CGE assentou suas bases num conjunto de ações prioritárias e inovadoras, direcionadas à implantação do controle interno preventivo, de auditorias de programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática e participativa.

### 1.1. Das Ações de Transparência e Controle Social

#### 1.1.1. Do Portal da Transparência

Criado sob a égide da Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, o Portal da Transparência do Governo do Estado, mantido pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, constitui-se num importante instrumento para o estímulo ao controle social disponível à população por meio de sítio na internet no endereço eletrônico: *transparencia.ce.gov.br*.

Desde a sua criação, em 2008, o portal tem apresentado informações sobre a realização de receitas, execução de despesas, indicadores fiscais e dado destaque às informações sobre os contratos e convênios celebrados pelo Governo do Estado possibilitando ao cidadão o acompanhamento das ações públicas, contribuindo para a transparência da gestão e o combate à corrupção no Estado do Ceará.

Em consonância com as orientações legais o portal contempla, planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, relatórios fiscais, Gráficos demonstrativos do histórico dos indicadores fiscais, informações pormenorizadas das despesas, inclusive cada nota de empenho com a íntegra dos seus textos, dados das receitas, registros de despesas extraorçamentárias, dados das licitações, Balanço Geral do Estado, dentre outras.

Com advento da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, surge um novo Portal da Transparência com linguagem próxima do cidadão. E ainda, apresenta novas facilidades de interação e agrega aos textos números, fotos, vídeos, Gráficos e mapas.

Desde a sua criação, o portal mantém por meio do canal “fale conosco” um permanente meio de comunicação com a sociedade. Esse meio possibilita o recebimento de sugestões, reclamações e críticas que permitem o aprimoramento do portal, além de responder dúvidas quanto ao conteúdo do sítio. O

portal mantém ainda uma pesquisa de satisfação no sítio objetivando uma melhor compreensão da percepção dos usuários frente ao serviço ofertado por esse canal.

Assim, considerando críticas e sugestões de usuários, foram realizados importantes incrementos de conteúdo em 2014, tais como: divulgação de planos de trabalho de convênios; apresentação de documentos de declaração de dispensa e inexigibilidade relativo a contratos; “filtro” em contratos por modalidade de licitação; link para relação de “Fornecedores Inidôneos ou Suspensos” no tópico “Licitações”; e divulgação de remuneração de servidores na consulta de “Informação de Servidores”.

Adicionalmente, a nova visão à transparência na gestão pública, inclui informações além do paradigma orçamentário, patrimonial, contábil e financeiro. A perspectiva é que o cidadão possa compreender de forma mais clara as políticas públicas desenvolvidas, assim como os resultados obtidos mediante a atuação do Estado.

Neste escopo, destacam-se, especialmente, três eixos de informações divulgados no Portal:

- **Modelo de Governança:** formas de participação de cidadãos, informações sobre funcionamento do Estado e como são tomadas as decisões no governo.
- **Prioridades de Governo:** informações sobre empreendimentos do estado, investimentos nos municípios, identificado por projetos, as políticas públicas desenvolvidas e os resultados alcançados, indicando metas e valores atingidos.
- **Oportunidades de Investimentos:** Informações socioeconômicas e vantagens competitivas para a atração de investimentos. Destaca-se ainda informações de avaliação de indicadores econômicos e mapas interativos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa do Ceará - IPECE, com informações de empregos, taxa de mortalidade, PIB, recursos hídricos e população por municípios.

De outra parte, a Lei Estadual n.º 15.175 de 28 de junho de 2012, que criou o Sistema Estadual de Acesso a Informação, veio ratificar a importância do Portal da Transparência, quando o definiu como a principal ferramenta de transparência ativa, permitindo ao cidadão obter informações independentes de requerimentos.

Ressalte-se ainda, o Decreto Estadual n.º 30.939, de 10 de julho de 2012, que regulamentou a operacionalização do Portal da Transparência. Assim, essa legislação define as regras, responsabilidades e periodicidade para disponibilização e atualização de informação no Portal da Transparência.

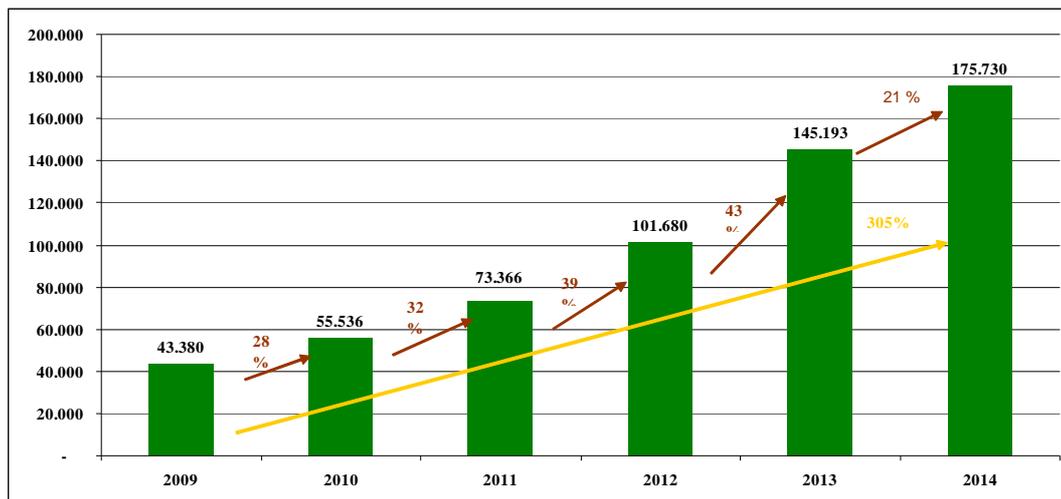
É importante ressaltar, que em 2014 houve um importante incremento de visitas ao portal a partir da divulgação das informações sobre a remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual de forma individualizada. A consulta foi desenvolvida considerando o modelo estabelecido pelo Decreto

nº. 31.487/2014, o qual define que os ocupantes de cargo, função e emprego público terão divulgados nominalmente sua remuneração, incluindo auxílios, ajudas de custo e quaisquer vantagens pecuniárias.

Atualmente a consulta “Informações de Servidores” é a página mais visitada, após a página inicial, reunindo 176.348 visualizações, representando 16% do total de visualizações de páginas.

O Gráfico 1 a seguir mostra a evolução do número de acessos ao Portal da Transparência desde 2009. Em 2014 foram registradas 175.730 visitas<sup>1</sup>, representando um aumento de 21% em relação ao ano anterior e de 305% em relação a 2009. Destaca-se ainda que em 2014 foi superada, pela primeira vez, a meta um milhão de visualizações de páginas<sup>2</sup>, perfazendo um total de 1.134.610.

GRÁFICO 1  
EVOLUÇÃO DO ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



### 1.1.2. Educação Social

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE possui dentre as suas competências e atribuições a de elaborar, implantar, e avaliar planos, programas, projetos e ações na área de Educação Social, buscando a melhoria do exercício da cidadania, e conscientizando a população para a prática do controle social das ações do Governo do Estado do Ceará.

Nesse sentido, a CGE, em parceria com a Secretaria da Educação - Seduc, iniciou no dia 24 de setembro de 2013, no Colégio do Liceu do Ceará, o projeto denominado “Caminhos da Cidadania”. Nesse projeto foram ministradas palestras, com distribuição de cartilha, em todas as escolas públicas estaduais

Fonte: Google Portal de Transparência

<sup>1</sup> A quantidade de visitas refere-se à quantidade de sessões em que determinado(s) usuário(s) interagiu com o *website*.

<sup>2</sup> A quantidade de visualizações refere-se ao número total de páginas visualizadas. São contabilizadas as visualizações repetidas de uma única página.



dos municípios de Fortaleza e Canindé. Segue no Quadro 1 os quantitativos do Projeto Caminhos da Cidadania no ano de 2013 e 2014.

**QUADRO 1**  
**NÚMEROS DO PROJETO CAMINHOS DA CIDADANIA**

	Ano 2013		
	Quantidade de Alunos	Quantidade de Escolas	Quantidade de Palestras
<b>Projeto de Educação Social “Caminhos da Cidadania”</b>	10.481	79	170
	Ano de 2014		
<b>Aceitação de 93,34%</b>	Quantidade de Alunos	Quantidade de Escolas	Quantidade de Palestras
	10.040	94	182
<b>Total Geral</b>	<b>20.521</b>	<b>173</b>	<b>352</b>

Fonte: Ouvidoria-CGE

O público alvo foi composto por alunos do ensino médio da rede pública estadual, tendo em vista o grande potencial desses estudantes atuarem como multiplicadores do controle social frente aos seus familiares e amigos.

Nas palestras foram abordados temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação e o combate à corrupção. Os alunos receberam instruções sobre os órgãos de controle e como ter acesso às informações por meio do Portal da Transparência e do Serviço de Informação ao Cidadão, além de como registrar uma manifestação de reclamação, crítica, denúncia, elogio, sugestão ou solicitação de serviço por meio dos canais de Ouvidoria.

Iniciado no segundo semestre de 2013, o Projeto teve continuidade durante o primeiro semestre de 2014, sendo suspenso apenas em função do período eleitoral.

Para a realização das palestras, a CGE contou com uma equipe de 18 colaboradores da própria CGE e de Ouvidores Setoriais. Em pesquisa realizada junto aos alunos contemplados com as palestras "Caminhos da Cidadania" o projeto obteve 93,34% de aprovação.

### **1.1.3. Sistema Estadual de Acesso à Informação**

Com o advento da Lei Federal nº. 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o Estado do Ceará editou a Lei nº. 15.175/2012, que define regras específicas para a implementação do disposto na Lei Federal.



Os Comitês Setoriais de Acesso à Informação – CSAI, formados e atuando em cada Órgão e Entidade do Poder Executivo Estadual, garante o acesso à informação de forma ativa ou passiva aos cidadãos, e atua, ainda, propondo ao Comitê Gestor de Acesso à Informação a classificação de informações sigilosas no seu âmbito de atuação.

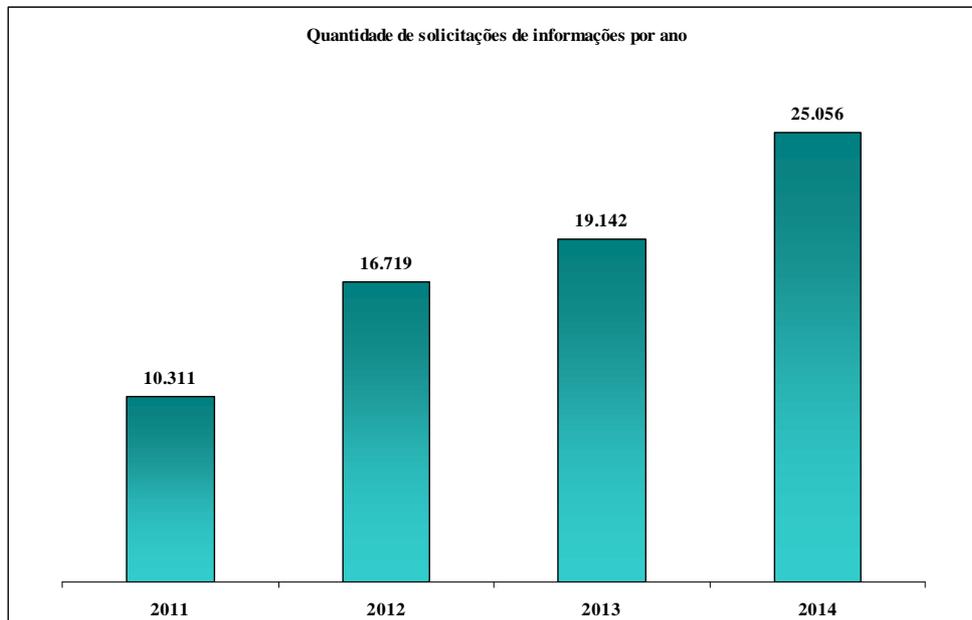
Nesse processo, a CGE atua na coordenação do Sistema de Acesso à Informação, orientando os Comitês Setoriais, coordenando o Comitê Gestor e capacitando servidores na atuação dos Serviços de Informação ao Cidadão.

Em setembro de 2014, a CGE, em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP, realizou o curso sobre Lei de Acesso a Informação - LAI. Nesse curso, capacitou 22 servidores do Poder Executivo e do Município de Fortaleza, com o objetivo de qualificar sobre a legislação e a utilização da ferramenta tecnológica criada para atender ao que preceitua a LAI. No Sistema de acesso à informação é possível registrar, atender e tramitar as solicitações de informações. O conteúdo ministrado foi composto de informações sobre a legislação referente ao Acesso à Informação, estudo de casos, exposição com base no manual do sistema informatizado, contendo os procedimentos para utilização da ferramenta especialmente desenvolvida para facilitar o registro da solicitação de informação pela sociedade.

Durante o ano de 2014, foram registradas 25.054 solicitações de informação, distribuídos pelos meios de entrada Central 155, internet, presencial, disk acessibilidade, e-mail, *Facebook*, carta e *twitter*. O Gráfico 2, a seguir, apresenta a quantidade anual de solicitações de informações, do período de 2011 a 2014.



GRÁFICO 2  
EVOLUÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES ANUAIS



Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão – SIC/SOU-CGE

Analisando o quantitativo de informações do ano de 2014, comparativamente ao ano anterior, verifica-se que houve um aumento de 31% no registro de Solicitação de Informação.

O Quadro 2, a seguir, demonstra quais os meios que o cidadão utilizou para registrar sua solicitação. Pode-se observar que a Central de Atendimento 155 é o canal predominante.

QUADRO 2  
NÚMEROS DE SOLICITAÇÕES EM 2014 POR MEIO DE ENTRADA

Meio de Entrada	Solicitações de Informação	Percentual
Central 155	18.294	73,02%
Internet	5.962	23,80%
Disk Acessibilidade	748	2,99%
E-mail	23	0,09%
Presencial	17	0,07%
Carta	5	0,02%
Facebook	2	0,01%
Twitter	3	0,01%
<b>Total</b>	<b>25.054</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão – SIC/SOU-CGE



### **1.1.4 Sistema Estadual de Ouvidoria**

O Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Ceará foi instituído pela Lei nº. 13.875/2007 e alterações, sendo regulamentado pelo Decreto nº. 30.938/2012, com a finalidade de assegurar o direito do cidadão à prestação de serviços de qualidade, ao acesso à informação e à ampliação do espaço de participação e controle social.

Nesse sentido, a Ouvidoria atua como canal de intermediação do processo de participação popular, possibilitando ao cidadão contribuir com a implementação das políticas públicas e a avaliação dos serviços prestados.

A Política de Ouvidoria do Estado do Ceará visa fomentar a participação da sociedade e o exercício do controle social, assegurando o direito à cidadania e à transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, com atuação ética, equânime e isenta, por meio da escuta imparcial das partes envolvidas, preservando o direito de livre expressão e julgamento do cidadão.

São Diretrizes do Sistema de Ouvidoria do Estado do Ceará, definidas pelo Decreto nº. 30.938/2012:

I - Facilitar o acesso à Ouvidoria disponibilizando canais de atendimento para recepção e tratamento de sugestões, elogios, reclamações, críticas, denúncias, solicitações de serviços e informações afetas aos serviços públicos prestados pelos órgãos do executivo estadual;

II - Adotar modelo de gestão em rede que garanta a uniformidade de processos e procedimentos e a vinculação das ouvidorias setoriais à direção superior dos seus respectivos órgãos;

III - Disponibilizar informações e apresentar recomendações para dar suporte ao processo decisório e à formulação de novas políticas públicas;

IV - Contribuir na reformulação de produtos, serviços, procedimentos e rotinas processuais, a fim de que o cidadão seja melhor atendido, em qualidade, tempo e custo;

V - Atuar com profissionais devidamente qualificados, que sejam capazes de estabelecer a intermediação entre governo e sociedade.

O Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Ceará apresenta a seguinte estrutura, definida pelo Decreto nº. 30.938/2012:

I – Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado;

II – Ouvidoria da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário;

III – Ouvidorias Setoriais integrantes da Rede de Ouvidorias.



## Rede de Ouvidorias

A Rede de Ouvidorias é composta pelas 65 Ouvidorias Setoriais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a quem cabe atuar na apuração e resposta das manifestações apresentadas pelo cidadão. É pautada nos princípios da horizontalidade e descentralização dos processos, exercendo a função de intermediadora dos cidadãos junto às instituições em que atuam, viabilizando um canal de comunicação. Além disso, a Secretaria da Saúde (Sesa) dispõe de uma sub-rede com 55 ouvidorias distribuídas nas unidades assistenciais de saúde, nas Coordenadorias Regionais de Saúde (integrantes da estrutura organizacional da Sesa), nas unidades assistenciais de saúde qualificadas como organização social e nas unidades assistenciais de saúde dos consórcios públicos.

A CGE, enquanto coordenadora da Rede de Ouvidorias e do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, realizou 6 reuniões técnicas com os integrantes da Rede em 2014, no intuito de nivelar e padronizar conhecimento e procedimentos de atuação, bem como ministrou curso capacitando servidores em Ouvidoria, em parceria com a Escola de Gestão Pública do Poder Executivo Estadual – EGP.

Consolidando todas as manifestações de Ouvidoria apuradas pela Rede em 2014, 55.649 manifestações, percebe-se um crescimento em torno de 24%, se comparado com o ano anterior, 44.982 manifestações. Esse crescimento foi apresentada nas diversas tipificações de Ouvidoria, seja quanto à **Insatisfações ou Contribuições do Cidadão**, bem como Solicitações de Serviços, conforme consta no Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3

### DEMANDA DE OUVIDORIA POR GRUPO E TIPO DE MANIFESTAÇÃO

Tipificação	2013	2014
<b>Insatisfação do Cidadão</b>	<b>30.592</b>	<b>35.531</b>
Reclamação	22.636	29.701
Denúncia	6.848	4.965
Crítica	1.108	865
<b>Solicitação de Serviço</b>	<b>7.584</b>	<b>12.365</b>
<b>Contribuição do Cidadão</b>	<b>6.806</b>	<b>7.753</b>
Elogio	5.329	6.391
Sugestão	1.477	1.362
<b>Total</b>	<b>44.982</b>	<b>55.649</b>

Fonte: Sistema SOU e Relatórios de Ouvidoria da Sesa e da Arce.

O Sistema Estadual de Ouvidoria disponibiliza ao cidadão diversas formas para registro das manifestações, tais como:

**I) Sistema Informatizado de Ouvidoria – SOU** - ferramenta informatizada disponível na rede mundial de computadores, podendo ser acessada pelo endereço eletrônico [www.ouvidoria.ce.gov.br](http://www.ouvidoria.ce.gov.br);

**II) Central de Atendimento Telefônico 155** - Central de Atendimento criada em janeiro de 2008, situada na cidade de Canindé, sendo o principal canal receptor, por meio do telefone 155, não tarifado ao cidadão, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h;



**III) Redes Sociais (Facebook e Twitter)** - Seguindo uma tendência mundial, o Estado também atende sua população através do microblog Twitter (@OuvidoriaCeara) e do Facebook da Ouvidoria Geral do Governo do Estado do Ceará;

**IV) Atendimento Presencial** - Além dos canais anteriormente mencionados, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE disponibiliza aos cidadãos o atendimento presencial na CGE ou em qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual;

**V) Outras Formas de Registro** seria o envio de mensagem por e-mail ou correspondência à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado.

O Quadro 4 a seguir demonstra quais os canais de acesso que o cidadão utilizou para registrar sua solicitação. Pode-se observar que a Central de Atendimento 155 é o canal predominante.

QUADRO 4

ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA POR CANAL DE ACESSO EM 2014

Meio de Entrada	Percentual
Central 155	57,2%
Internet	35,06%
Presencial	5,62%
E-mail	1,23%
Disk Acessibilidade	0,35%
Facebook	0,33%
Carta	0,08%
Twitter	0,02%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema SOU-CGE

## Índice de Resolutividade das Respostas

O prazo legal das respostas das manifestações de ouvidoria é instituído pelo Decreto nº 30.474 de 29 de março de 2011, com o objetivo de facilitar o atendimento das manifestações dos cidadãos encaminhadas à Ouvidoria, compreendendo o período de até 15 dias, podendo ser prorrogado por igual período. Findado o prazo estabelecido, a alçada de prorrogação será do Exmo. Senhor Governador. Com base no Quadro 5 no ano de 2014 o índice de manifestações de ouvidoria respondidas no prazo foi de 91,32%.

QUADRO 5

RESOLUTIVIDADE DA OUVIDORIA EM 2014

Situação	Quantidade	Percentual
Manifestações Respondidas no Prazo Legal (Até 15 dias ou entre 16 e 30 dias com prorrogação)	37.162	91,32%
Manifestações Respondidas fora Prazo Legal (Entre 16 e 30 dias sem prorrogação ou com mais de 30 dias)	3.197	7,85%
Manifestações Em Apuração, fora do prazo	335	0,83%
Manifestações Registradas em 2014	40.694	100%

Fonte: Sistema SOU-CGE

## Indicador de Satisfação dos Usuários

No intuito de acompanhar o nível de satisfação dos usuários com os serviços prestados pela Ouvidoria é realizada pesquisa de satisfação após a conclusão da manifestação, permitindo ao cidadão respondê-la de forma espontânea.

No ano de 2014, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria foi respondida por 3.988 usuários. A pesquisa foi aplicada por meio do SOU pela Internet, E-mail e pelo Telefone 155 da Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria Geral do Estado.

O Índice de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria atingiu o percentual de 81,9%, conforme Quadro 6. Nessa pesquisa se avaliava quanto à presteza do atendimento e à qualidade da resposta, considerando os conceitos excelente, ótimo e bom. E ainda, uma pergunta se os usuários recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas.

QUADRO 6

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA OUVIDORIA EM 2014

Perguntas	Índice de Satisfação
Usuários que avaliaram a Presteza do Atendimento da Ouvidoria como Excelente, Ótimo e Bom	83,19%
Usuários que avaliaram a Qualidade da Informação Repassada como Excelente, Ótimo e Bom	75,92%
Usuários que Recomendariam a Ouvidoria para Outras Pessoas Excelente, Ótimo e Bom	86,60%
<b>Índice de Satisfação (Média)</b>	<b>81,9%</b>

Fonte: Sistema SOU-CGE

## 1.2. Das Ações de Orientação e Prevenção

### 1.2.1 Da Nova Forma de Atuação do Controle Interno

Em continuidade ao processo de consolidação do Controle Interno como ferramenta de gestão, com atuação de modo preventivo em substituição ao modelo tradicional de atuação a posteriori, no ano de 2014, deu-se continuidade à implantação do projeto de Controle Interno Preventivo, o qual se constitui numa técnica de controle que consiste no mapeamento, modelagem, validação, implantação e monitoramento de processos críticos, com foco na gestão de riscos, de modo a otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais e promover a melhoria da governança.



## **1.2.2 Do Novo Processo de Transferência de Recursos Financeiros por Meio de Convênios e Instrumentos Congêneres**

O escopo inicial da atuação do Controle Interno Preventivo compreendeu a implantação de um novo processo para a realização de transferência voluntárias por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Até o final do exercício de 2013, as atividades realizadas foram voltadas para o mapeamento, modelagem, identificação dos riscos, definição dos pontos de controle, além da elaboração de normativos com destaque à Emenda Constitucional 75/2012 e a Lei Complementar 119/2012.

Durante o exercício de 2014 deu-se a implantação do novo processo de transferência voluntárias de recursos, de acordo com as etapas do processo, onde em janeiro de 2014 foram implementadas as etapas de Divulgação de Programas passíveis de Parceria, Cadastramento de Parceiros, Seleção ou Aprovação de Plano de Trabalho e Celebração do Convênio ou Instrumento Congênere. A partir de novembro de 2014, foram implementadas as etapas de Execução, Acompanhamento, Fiscalização e Prestação de Contas.

Com vistas a viabilizar a aplicação da Lei Complementar Estadual nº 119/2012, foram editados o Decreto nº 31.406 de 29 de janeiro de 2014, que regulamenta as etapas de Divulgação de Programas, Cadastramento dos Parceiros, Seleção ou Aprovação de Planos de Trabalho e Celebração, assim como o Decreto nº 31.621 de 07 de novembro de 2014, que regulamentou as demais etapas.

Concomitante à elaboração dos normativos, trabalhou-se também na construção da ferramenta informatizada de suporte ao processo, com destaque para a implementação do Cadastro Geral de Parceiros, a partir de Janeiro de 2014 e dos módulos de Seleção/Aprovação e de Execução ainda no ano de 2014. No decorrer do ano de 2015, as atividades serão voltadas para a conclusão da ferramenta tecnológica.

A referida ferramenta permitirá a execução e o monitoramento de todo o processo de maneira informatizada, viabilizando o gerenciamento e controle das ações de todos os atores em suas respectivas funções, inclusive quanto ao acompanhamento e fiscalização.

## **1.2.3 Da Folha de Pagamento**

Utilizando a metodologia do Controle Interno Preventivo, foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver estudos de redesenho do processo de Gestão da Folha de Pagamento (GTFOLHA), para realizar o mapeamento, validação, implantação e monitoramento do processo, com foco em riscos.

O GTFOLHA conta com a participação de representantes da CGE/CE, da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Secretaria da Fazenda (SEFAZ), tendo realizado em 2013 o planejamento do projeto, o mapeamento e o início da análise do processo. Em 2014 realizou-se a avaliação dos riscos encontrados no mapeamento com a elaboração de um plano de ação para tratá-los, além da elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa de consultoria especializada para desenvolvimento de um modelo de auditoria e melhoria dos processos de gestão de pessoas que impactam na Folha de Pagamento.

### 1.2.4 Das Orientações Técnicas e Normativas

A CGE/CE possui competência para prestar orientação técnica e normativa aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual em matérias relacionadas ao controle interno, tendo respondido às consultas técnicas oriundas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, nos termos do art.15-A, inciso XI e §7º da Lei Estadual nº13.875, de 07/02/2007 e suas alterações. Em 2014, foram elaboradas 36 (trinta e seis) Orientações Técnicas, conforme o Quadro 7, a seguir:

QUADRO 7  
RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E A QUANTIDADES DE SOLICITAÇÕES

Órgão/Entidade	Quantidade
Academia Estadual de Segurança Pública	01
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará	01
Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará	01
Casa Civil	01
Departamento Estadual de Rodovias	02
Secretaria das Cidades	05
Gabinete do Governador	01
Secretaria de Justiça e Cidadania	02
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	01
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	01
Corpo de Bombeiros Militar	02
Superintendência de Obras Hidráulicas	01
Polícia Civil	01
Secretaria da Cultura	02
Secretaria da Infraestrutura	03
Secretaria do Esporte	04
Secretaria da Pesca e Aquicultura	01
Secretaria da Fazenda	01
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	01
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	03
Secretaria do Turismo	01
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>



## **1.2.5 Das Outras Ações de Prevenção e Orientação**

A CGE/CE, como órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e buscando zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos, tem atuado preventivamente, para mitigar os riscos que possam afetar negativamente o alcance dos objetivos do Governo.

### **Eventos Institucionais**

Com este foco, foram realizados em 2014 três edições do Fórum Permanente de Controle Interno. O público alvo foram os gestores dos órgãos e entidades do poder executivo estadual. Nos fóruns foram apresentados temas e ferramentas atinentes à implantação do novo processo de transferência de recursos por meio de convênios, instrumentos congêneres, além do planejamento participativo da CGE/CE para 2014.

Além disso, foi realizado o VII Encontro Estadual de Controle Interno que abordou o tema Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno, contando com palestrantes ministradas por técnicos da Controladoria Geral da União (CGU).

Segue a lista dos eventos (FÓRUNS e ENCONTROS) realizados em 2014 com seus respectivos assuntos abordados e datas:

#### **Fórum Permanente de Controle Interno**

XXXII EDIÇÃO 02/06/2014

Instrumentos de Controle Interno Preventivo

XXXIII EDIÇÃO 22/08/2014

Minuta do Decreto de Regulamentação da Lei Complementar nº 119/2012 - Execução, Fiscalização e Prestação de Contas de Convênios e Congêneres

XXXIV EDIÇÃO 20/11/2014

Realizações 2007-2014 e Planejamento Estratégico 2015-2022

#### **Encontro Estadual de Controle Interno**

VIII ENCONTRO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - 21/11/2014

Tema: O Controle Interno e o Equilíbrio das Contas Públicas

##### Palestras

"Desafios da atuação de um órgão central de controle interno, no âmbito da gestão pública do Estado do Ceará".

Palestrante: Ricardo Augusto Alves de Carvalho, Pós doutor em gestão, pela Reims Business School, França. Professor do núcleo técnico da Fundação Dom Cabral.



"Macrofunções do Controle Interno na prevenção da corrupção".

Palestrante: Ana Carla Bliacheriene, Livre-docente em Direito Financeiro pela Faculdade de Direito de São Paulo da USP. Professora de Finanças Públicas e Orçamento e Direito Econômico da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP.

"Auditoria de desempenho do Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC"

Palestrante: George Dantas Nunes, Auditor de Controle Interno, Coordenador de Auditoria Interna da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

"A atuação do Grupo Técnico de Contas (GTC), no âmbito do Comitê de Gestão por Resultados e Fiscal (COGERF), enquanto instância de Governança na Gestão Pública"

Palestrante: Antônio Marconi Lemos, Auditor de Controle Interno, Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

"A experiência do projeto de Educação Social, enquanto instrumento de Controle Social"

Palestrante: Ítalo José Brígido Coelho, Auditor de Controle Interno, Coordenador de Fomento ao Controle Social da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

## **Inovação do Controle Interno**

1. Elaboração do modelo de Auditoria de Obras Públicas;
2. Elaboração do modelo de Auditoria de Tecnologia da Informação;
3. Realização de pesquisa com os gestores estaduais para subsidiar a concepção do Sistema de Informações Estratégicas de Controle;
4. Elaboração do Decreto nº 31.532, de 16/07/2014, que estabelece regras para a transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres no Período Eleitoral de 2014.

## **Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF**

A Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF, foi criada pelo Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos. Para tanto, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado- CGE, na condição de Órgão Central de Controle Interno, com a competência de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e nos termos do art.6º do mencionado decreto, instituiu a referida comissão, coordenada por representante desta CGE e formada por representantes da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria da Fazenda – SEFAZ e Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG para analisar e apresentar o tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE.



No período de janeiro a maio de 2014 foram realizadas 06 reuniões da Comissão Gestora Intersetorial do PASF. Em maio de 2014 foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado – TCE a manifestação referente as 83 recomendações reunidas por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2012.

Nesse contexto, as recomendações emitidas pelo TCE foram analisadas em função da pertinência temática e discutidas pela Comissão, cujas ações de melhoria foram definidas com a indicação das providências adotadas e considerações pertinentes sobre a matéria.

No início de junho de 2014, com a divulgação do Relatório Anual das Contas do Governador referente a exercício de 2013 do Tribunal de Contas do Estado – TCE, ocasião em que foram analisadas as ações de melhorias ou corretivas da recomendações expedidas referente as contas de 2012 e foram apontadas ocorrências e recomendações alusivas ao exercício de 2013. Nesse relatório o TCE compilou 33 recomendações, sendo 23 remanescentes de anos anteriores e 10 novas.

Após a divulgação das recomendações referente ao exercício de 2013, a Comissão Gestora Intersetorial do PASF, voltou a se reunir, cerca de 08 reuniões do período de junho a dezembro de 2014, para analisar a pertinência temática e discutir as ações de melhoria com a indicação das providências a serem adotadas, quando a comissão considerar pertinente.

### **Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC**

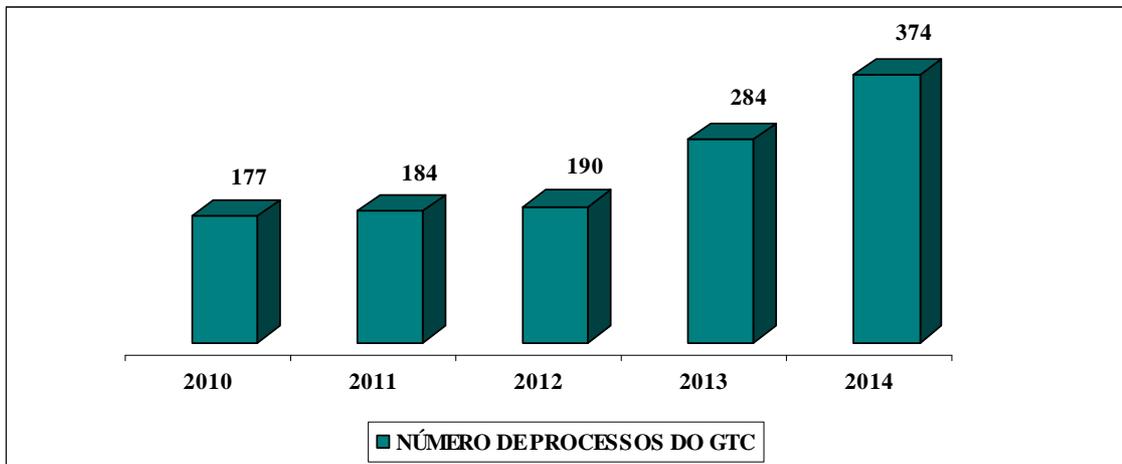
O Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC, composto por representantes da Secretaria do Planejamento e Gestão, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Fazenda e Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, sob coordenação desta última, tem por função prestar assessoramento técnico ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF no que pertine ao gerenciamento de gastos e ao cumprimento dos limites financeiros.

Nesse sentido, o GTC analisa os processos, provenientes dos órgãos e entidades da administração pública estadual, referentes à solicitação de aumento de limite financeiro relacionado à custeio de manutenção e custeio finalístico, inclusive contratos de gestão, bem como de aprovação de MAPP gestão, encaminhando-os em seguida ao COGERF para deliberação.

A seguir, no Gráfico 3 é apresentada o quantitativo de processos que o GTC analisa anualmente:



GRÁFICO 3  
QUANTIDADE DE PROCESSOS ANALISADOS ANUALMENTE



### 1.3. Das Atividades de Auditoria Realizadas pela CGE

As atividades de auditoria realizadas nos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, foram categorizadas, conforme Portaria CGE Nº 034, de 20 de março de 2014 da seguinte maneira: de Contas de Gestão; de Tomada de Contas Especial; especializadas de Obras e Serviços de Engenharia, de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Processos; de Desempenho de Programas e Projetos de Governo e de Apuração de Denúncia.

Nessas categorias, realizou-se 192 atividades no exercício de 2014, sendo 88 relativas a contas de gestão, 96 à instrução de processos de Tomada de Contas Especial, uma (01) à auditoria de apuração de denúncia, quatro (04) especializadas, das quais uma de processos, uma de desempenho e duas de obras e serviços de engenharia, duas (02) atividades relacionadas ao desenvolvimento de procedimento de auditoria (Auditoria de Denúncia e TIC) e uma (01) de validação de procedimentos de auditoria.

Diante do exposto, segue indicada no Quadro 8, a seguir, uma síntese das atividades da CAINT em 2014.



QUADRO 8  
SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

<b>ATIVIDADES</b>	<b>REALIZAÇÕES EM 2014</b>
Auditoria de Contas de Gestão	88
Auditoria de Tomada de Contas Especial	96
Auditoria Especializada de Obras e Serviços de Engenharia	02
Desenvolvimento de Procedimentos de Auditoria	02
Auditoria Especializada em Processos	01
Auditoria de Apuração de Denúncia	01
Auditoria de Desempenho de Programas e Projetos de Governo	01
Validação de Procedimentos de Auditoria	01
<b>TOTAL</b>	<b>192</b>

Fonte: CAINT-CGE



## CAPÍTULO II

### 2. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

A finalidade deste capítulo é proceder a uma análise dos principais programas de governo incluídos no orçamento anual de 2014, observados os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

#### 2.1. Alocação de Recursos do PPA – 2012-2015

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelecido pela Lei nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012, apoia-se em três grandes orientações estratégicas, representadas por três Eixos:

- **Sociedade Justa e Solidária;**
- **Economia para uma Vida Melhor; e**
- **Governo Participativo, Ético e Competente.**

O PPA em comento contém cinco anexos por meio dos quais se pode observar as destinações dos recursos:

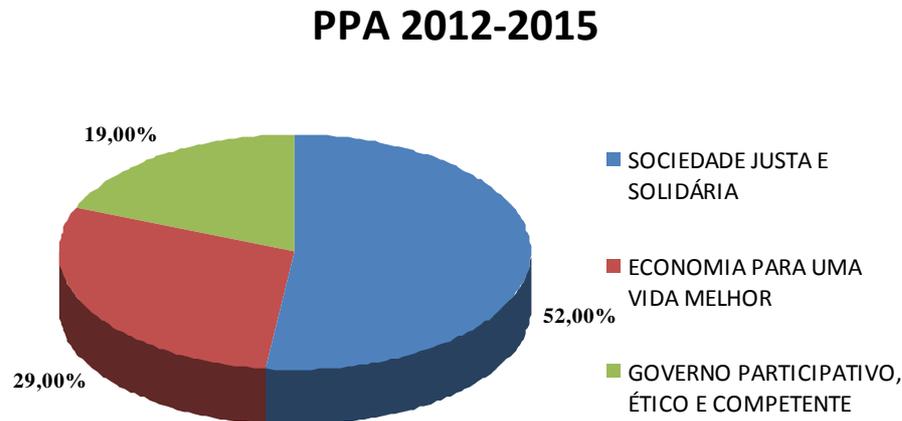
- ✓ Anexo I - Demonstrativo de Áreas temáticas e Programa de Governo;
- ✓ Anexo II - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Área Temática;
- ✓ Anexo III - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Macrorregião;
- ✓ Anexo IV - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos do PPA;
- ✓ Anexo V - Demonstrativo de Iniciativas Valoradas por Programa.

Ademais, a Lei nº 15.266, de 28 de dezembro de 2012, dispôs sobre a revisão do Plano Plurianual 2012-2015, conforme os dois últimos anexos listados acima, e sobre alteração no § 5º, do art. 10, que incluiu os Resultados e Indicadores da Área Temática.

A metodologia do PPA 2012-2015 foi modificada procurando adotar a utilizada pelo Governo Federal. Com isso, os recursos estão organizados por Eixo de políticas de Governo, Área temática e por três tipos de programas. Os três tipos de programas são os Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado, conforme sua finalidade. Os Programas Temáticos devem orientar a ação governamental da respectiva área temática. Os Programas de Gestão e Manutenção devem resultar em bens ou serviços de manutenção e ampliação de atividades tipicamente administrativas. E ainda, os Programas de Serviços ao Estado representam os programas finalísticos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e alguns programas do Poder Executivo. No nível dos programas estão previstas as metas prioritárias para cada ano da execução orçamentária.

A distribuição dos recursos no PPA 2012-2015 por Eixo foi prevista conforme o Gráfico 1 a seguir:

GRÁFICO 1  
PERCENTUAL DE RECURSOS A SER GASTO POR EIXOS NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015) - SEPLAG.

O Eixo que recebeu o maior volume de recursos foi o Sociedade Justa e Solidária (52%) que tem como objetivo a promoção e sustentabilidade de uma sociedade a ser alcançada através do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania dos cearenses. Esse Eixo conta com 09 Áreas Temáticas, 27 Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção para cada Secretaria (SEDUC, CEE, SECITECE, SESA, STDS, SECULT, SESPORTE, SSPDS, SEJUS, DRGE) e respectivas vinculadas e ainda dois Programas de Serviços ao Estado executados pelo Conselho Estadual de Educação.

Logo depois, vem o Eixo Economia para uma Vida Melhor com 29% dos recursos do PPA 2012-2015, o qual tem como objetivo incrementar o crescimento econômico, ancorado no avanço industrial, promoção do turismo sustentável, modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esse Eixo é desenvolvido por meio de 09 Áreas temáticas, 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para Secretarias de Estado e suas respectivas vinculadas (CEDE, SDA, SPA, SRH, SEINFRA, SETUR, SCIDADES, CONPAM e SECOPA).

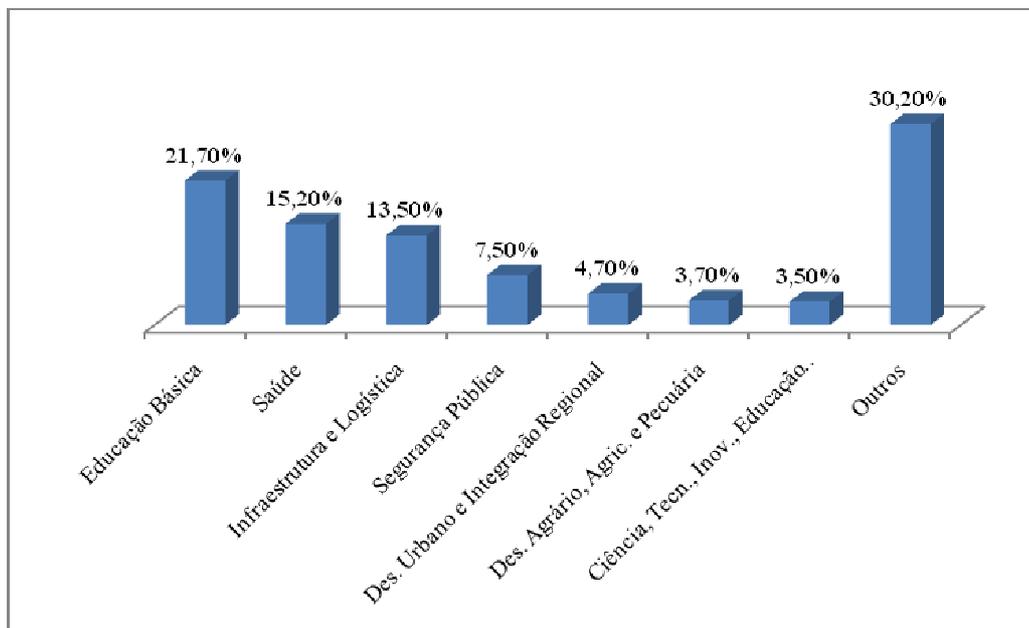
Por último, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente com 19% dos recursos do PPA 2012-2015 tem como objetivo conferir ao Estado um padrão de eficiência na prestação de serviços à sociedade e à gestão da máquina administrativa estadual. Os recursos do Eixo são distribuídos em 05 Áreas temáticas e 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para as Secretarias (SEPLAG, SEFAZ, CGE, GABGOV, GABVICE, CASA CIVIL, PGE e CGD).



Quanto à alocação dos recursos no PPA 2012-2015 por tipo de programa, coube uma parcela de 58%, para os Programas Temáticos, de 39% para os Programas de Gestão e Manutenção e de 3% para os Programas de Serviços.

A seguir será apresentado no Gráfico II o percentual previsto a ser aplicado nas principais áreas temáticas que estão inseridas em cada Eixo de Políticas do Governo.

GRÁFICO 2  
PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁICAS NO PERÍODO DO PPA 2012 - 2015



Fonte: PPA (2012-2015) - SEPLAG.

## 2.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo

Neste item será analisada a execução dos principais programas de Governo organizada por Eixo, por Área Temática, por Programas e suas Metas Prioritárias.

### 2.2.1. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no PPA 2012–2015

Inicialmente será comparada a execução dos recursos distribuídos por Eixo com relação à previsão de aplicação apresentada no PPA 2012-2015 (excluindo os Encargos Gerais do Estado), conforme Quadro 1, a seguir:

**QUADRO 1**  
**COMPARATIVO POR EIXO ENTRE A PREVISÃO DO PPA 2012- 2015 E OS RECURSOS**  
**EMPENHADOS DE 2012 A 2014**

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	VALOR DO ORÇAMENTO DO PPA DE 2012-2015	(%)	VALOR EMPENHADO DO PERÍODO DE 2012 A 2014	(%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	28.486.353.260,47	43,57%	20.858.223.945,93	47,95%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	20.635.447.563,71	31,56%	8.137.859.263,14	18,71%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	16.264.457.884,16	24,87%	14.507.815.768,82	33,35%
TOTAL	65.386.258.708,34	100,00%	43.503.898.977,89	100,00%

FONTE: SIOF-SEPLAG

OBS.: Valores excluídos os Encargos Gerais de Estado.

Analisando o Quadro 1 acima, pode-se verificar que o perfil de execução de 2012 a 2014 por Eixo apresenta uma variação em relação às proporções previstas inicialmente no PPA 2012-2015. No Eixo de Sociedade Justa e Solidária, que contempla o maior volume de recursos, a execução no período de 2012-2014 ficou com 47,95%, do total dos recursos, ficando acima do percentual previsto com uma diferença de 4,38%. Já no Eixo Economia para uma Vida Melhor que tinha uma previsão de contemplar 31,56% do total dos recursos aplicados, o volume executado até 2014 representa apenas 18,71% do total aplicado, ou seja, 12,85% menor que o previsto. Já no Eixo Governo Participativo, Ético e Competente que tinha uma previsão de 24,87% e foram aplicados até 2014, 33,35% do total, ou seja, 8,48% maior que o percentual proporcional previsto.

Observa-se assim, que na execução dos três anos de vigência do PPA 2012-2015, os Eixos Sociedade Justa e Solidária e Governo Participativo, Ético e Competente obtiveram uma maior participação na aplicação dos recursos, demonstrando o compromisso do governo ao alcance de novos patamares na prestação do atendimento dos setores sociais, para melhoria das condições de vida, trabalho e garantia de direitos à população cearense.

Nos Gráficos a seguir será demonstrado o percentual do total dos recursos aplicados em relação ao previsto para as áreas temáticas finalísticas de Educação Básica, Saúde, Segurança Pública, Infraestrutura e Logística. Essas áreas temáticas foram escolhidas pela importância que representam para a sociedade e sua relevância em termos monetários em relação às demais áreas temáticas. E ainda, a área temática de Planejamento e Gestão que procura estabelecer estratégias de participação cidadã, que possam contribuir para a definição, execução e acompanhamento das ações governamentais.

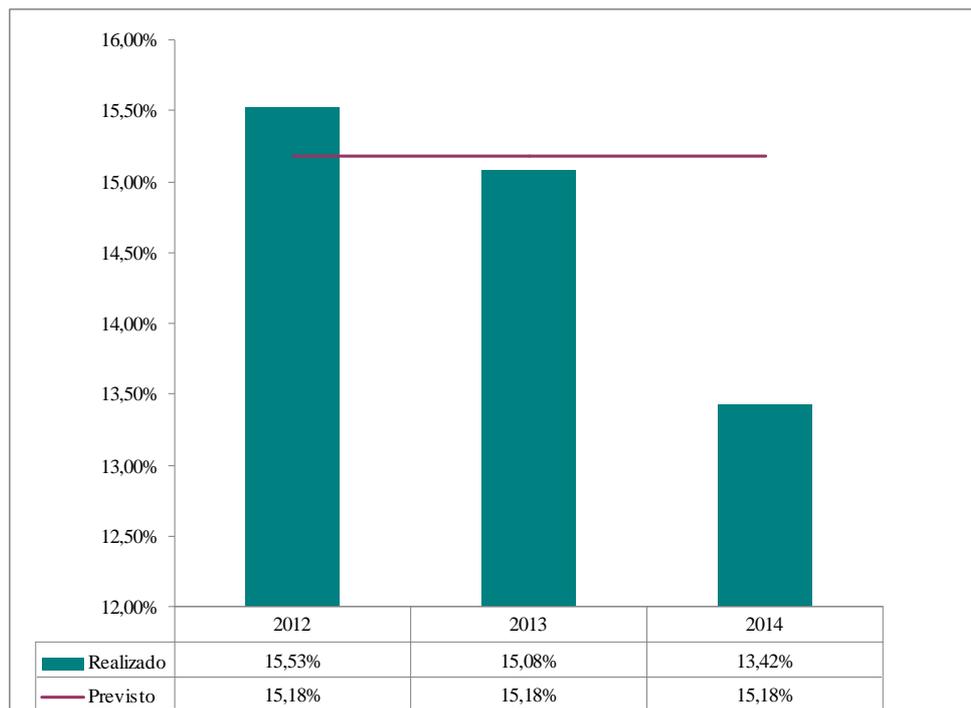
O Gráfico 3 apresenta a área temática de Educação Básica onde se pode verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 15,18%. De fato, nos anos de 2012 e 2013 o governo manteve os recursos aplicados nesse mesmo patamar, mas em 2014, ocorreu uma queda para 13,42% do total. Contudo, quando se analisa a evolução de alguns indicadores no período de 2010-2014 pode-se constatar uma melhoria considerável nos últimos anos, conforme Tabela 1 a seguir.



E ainda, quando é considerado o limite constitucional para aplicação de recursos em educação, de 25%, o Estado do Ceará em 2014 aplicou 27,61%. E ainda, o Estado vem historicamente aplicando recursos acima do limite (25%) como pode ser constatado no capítulo de Gestão Fiscal.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA EDUCAÇÃO BÁSICA EM  
RELAÇÃO AO TOTAL APLICADO



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 1

EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2010-2014

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014
Nota média de alfabetização dos alunos da rede pública do 2º ano do Ensino Fundamental - SPAECE-ALFA	8,05	8,79	7,64	8,25	8,40
Taxa de Escolarização líquida do Ensino Médio (%)	47,80	49,00	49,40	48,00	49,50
Alunos matriculados na Educação Profissional em nível médio da rede nacional	20.941	25.994	31.593	37.110	41.792

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2015

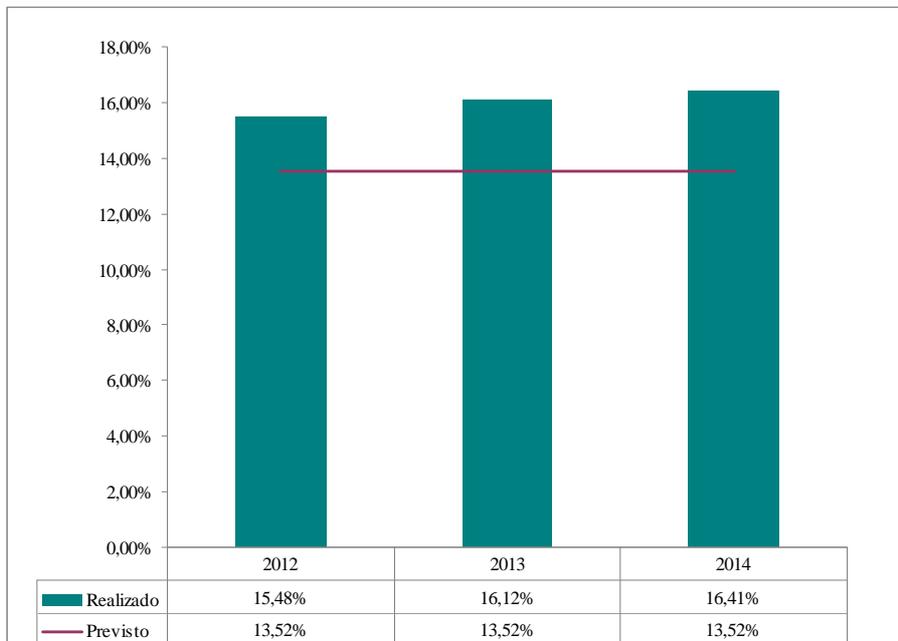
O Gráfico 3 apresenta a área temática de Saúde onde se pode observar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 13,52% e que nos últimos três exercícios de 2012, 2013 e 2014 o governo aplicou recursos em montantes acima do previsto, alcançando respectivamente 15,48%, 16,12% e 16,41%. E ainda, quando é considerado o limite constitucional para aplicação de recursos em saúde, de 12%, em 2014 o Estado do Ceará aplicou 16,42%. E ainda, o Estado vem historicamente aplicando recursos acima desse limite como pode ser constatado no capítulo de Gestão Fiscal.



Com esse fortalecimento da saúde no Estado pode-se verificar na Tabela 2 a melhoria dos indicadores, como exemplo, o indicador “Consultas Médicas Especializadas” que passou de um volume de 2.260.456 consultas em 2010 para um total de 2.627.748 em 2014, um crescimento de 16,25%. Apenas o indicador "Razão da mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos" que necessita uma maior atenção, pois, para a Organização Mundial de Saúde - OMS é aceitável até 20 óbitos e o indicador do Estado está muito distante do ideal. Com intuito de resolver esse problema o governo vem fortalecendo suas medidas estratégicas como intensificação do trabalho da Rede Cegonha, que dentre suas várias ações tem procurado ampliar recursos para o estudo das causas dos óbitos e a qualificação e expansão de acesso da gestante aos serviços de saúde.

GRÁFICO 4

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE SAÚDE



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 2

EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE - 2010 - 2014

INDICADORES	2010	2011	2012	2013 (1)	2014 (2)
Taxa de Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	13,10	13,60	12,70	13,80	11,80
Razão da Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos	79,20	67,60	90,90	93,60	83,20
Consultas Médicas Especializadas (nº)	2.260.456	2.420.593	2.490.603	2.563.772	2.627.748
Exames Especializados	20.456.797	20.994.638	21.291.037	21.368.747	21.362.172
(1) Dados sujeitos a revisão.					
(2) Dados parciais (nov/2014)					

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2015

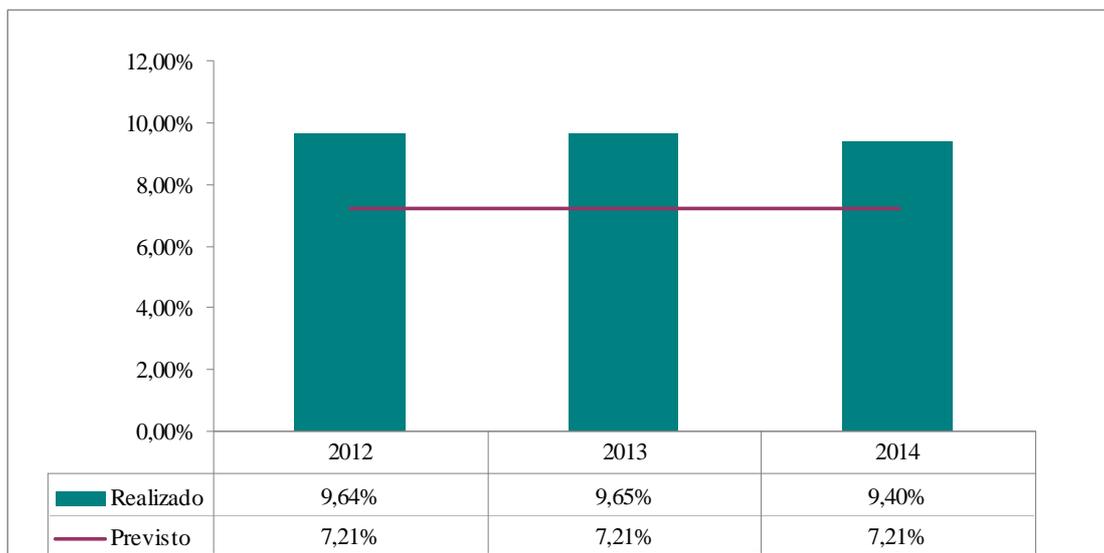


O Gráfico 5 apresenta a área temática de Segurança onde pode-se verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 7,21% e que nos anos de 2012, 2013 e 2014 o governo aplicou recursos em montantes acima do previsto, alcançando respectivamente os percentuais de 9,64%, 9,65% e 9,40%.

A Tabela 3 mostra que mesmos com os investimentos efetuados na área de segurança, os indicadores que medem as taxas de crimes violentos e homicídios sofreram aumentos crescentes o período analisado. Já o indicador “Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (minutos)” foi reduzido, passando do patamar de 14,41 minutos em 2010 para 13,55 minutos em 2014, uma redução de 5,96% do tempo de atendimento.

GRÁFICO 5

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE SEGURANÇA



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 3

EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE SEGURANÇA 2010 - 2014

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014 (1)
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais por 100 mil habitantes	33,18	32,88	43,33	50,07	49,26
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes	31,96	31,25	41,4	47,95	47,69
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (minutos)	14,41	14,49	13,56	12,49	13,55
(1) Os indicadores para 2014 não estão consolidados, visto que foram utilizados, para os meses de outubro, novembro e dezembro, dados estimados, que serão alterados após a consolidação do ano de 2014.					
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2015					

O Gráfico 6 apresenta a área temática de Infraestrutura e Logística onde se pode verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 14,29% e que nos anos de 2012, 2013 e 2014 o governo aplicou recursos em montantes inferiores ao previsto, alcançando respectivamente 7,29%, 8,35% e 9,70%. Apesar dos percentuais aplicados estarem inferiores ao previsto, verifica-se uma tendência de crescimento nos recursos aplicados desta área.

Pode-se ainda constatar na Tabela 4 dos indicadores de 2010-2014 uma melhoria considerável, tendo como exemplo o aumento da "Potência Energética Instalada" que passou de 1.380,48 MW em 2010 para 3.170,59 MW em 2014, com um crescimento de 129,67% no período. Pode-se ainda destacar o crescimento da "Movimentação da Carga no Terminal do Pecém" que passou de 3.527,97 Mil (t/ano) em 2010 para 8.274,47 Mil (t/ano) em 2014, apresentando um incremento de 134,54% no período de 2010-2014.

**GRÁFICO 6**  
**EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**



Fonte: SIOF-SEPLAG

**TABELA 4**  
**EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA 2010-2014**

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014 (1)
Domicílios rurais atendidos com energia elétrica (%)	97,00	97,20	97,72	98,00	99,49
Potência energética instalada (MW)	1.380,48	1.381,48	2.101,48	2.468,47	3.170,59
Movimento da Carga do Terminal do Pecém, exceto granel líquido (1.000 t/ano)	3.527,97	3.766,57	4.392,06	6.327,29	8.274,47
Extensão da malha rodoviária pavimentada na condição "BOA" (km)	4.996,00	5.261,00	5.685,00	5.484,00	5.315,77

(1) Dados por ano, incluindo estimativa de novembro e dezembro de 2014

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2015



O Gráfico 7 apresenta a área temática de Planejamento e Gestão onde podemos verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 8,13% e que nos anos de 2012, 2013 e 2014 o governo aplicou recursos em montantes superiores ao previsto, alcançando respectivamente 17,10%, 17,18% e 15,81%.

Na Tabela 5 é apresentado o reflexo do maior volume de recursos aplicados nessa área temática. Pode-se citar o exemplo da evolução do indicador "Municípios com cobertura de Banda Larga" que em 2010 eram apenas 58 atendidos e em 2014 passou para 114 atendidos, com um incremento de 96,55%. Outro indicador importante é o da "População urbana dos Centros Municipais com acesso ao serviço de internet Banda Larga" que em 2010 eram 4.177.839 atendidos e em 2014 chegou ao patamar de 5.662.594 atendidos, com um crescimento de 35,54%.

**GRÁFICO 7**  
**EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**



Fonte: SIOF-SEPLAG

**TABELA 5**  
**EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2010 - 2014**

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014
Municípios com cobertura de Banda Larga (nº)	58	72	99	105	114
População urbana dos Centros Municipais com acesso ao serviço de internet-Banda Larga	4.177.839	4.387.816	4.693.444	4.640.442	5.662.594
Acessos externos aos serviços e informações do Governo pela internet (nº)	2.871.515	3.409.460	18.283.719	19.845.423	26.488.423

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2015



## 2.2.2. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista o orçamento de 2014

Em 2014 os recursos orçamentários disponíveis totalizaram um montante de R\$ 24.376.538.775,00, que foram distribuídos por eixos da seguinte forma: R\$ 20.298.506.071,85 para os Eixos de políticas de Governo, propriamente ditos, representando, 83,27% do total de recursos. Do restante, R\$ 4.078.032.703,15 destinou-se a cobrir os Encargos Gerais (R\$ 4.075.707.424,15) e Reserva de Contingência (R\$ 2.325.279,00), representando, 16,73%.

Na rubrica Encargos Gerais do Estado, foram executados 97,88% dos recursos orçados, ou seja, R\$ 3.989.323.768,77, que foram distribuídos conforme Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2  
DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO NO ANO DE 2014

DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO	PERCENTUAL EXECUTADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.363.995,98	76.453.675,19	1,92%	98,82%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	303.748.657,37	297.656.275,54	7,46%	97,99%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.871.612.943,20	2.848.401.223,63	71,40%	99,19%
INVERSÕES FINANCEIRAS	222.279.792,24	172.042.090,02	4,31%	77,40%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.702.035,36	594.770.504,39	14,91%	99,01%
TOTAL	4.075.707.424,15	3.989.323.768,77	100%	97,88%
Fonte: SIOF-SEPLAG				

Sob os Encargos Gerais do Estado, foram executados no grupo Outras Despesas Correntes, recursos no montante de R\$ 2.848.401.223,63, representando 71,40% dos recursos aplicados e atingindo uma execução de 99,19% em relação ao valor previsto no orçamento. O grupo Outras Despesas Correntes tem como principal elemento de despesa a Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas que corresponde 90,31% de seu total. Esse elemento de despesa teve 87,62% de seus recursos comprometidos com Distribuição de ICMS aos Municípios, 11,68% com Distribuição de IPVA aos Municípios, 0,04% com CIDE - Cota Parte dos Municípios, 0,37% com Transferências da Indenização de Extração de Petróleo e por fim, 0,30% com Transferência do IPI Exportação.

Analisando a aplicação dos recursos dos Eixos que representam as políticas de Governo verificou-se que dos R\$ 20.298.506.071,85 previstos no orçamento, foram empenhados 82,98%, ou seja, R\$ 16.843.429.480,66.

A seguir, no Quadro 3 foi efetuada uma comparação da distribuição dos recursos aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento e percebeu-se que o Eixo Sociedade Justa e Solidária aplicou 52,37% do total dos recursos executados em 2014, o Eixo Economia para uma Vida Melhor

empenhou 23,48% dos recursos orçados, e por último, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou um empenho de 24,15%. O Eixo Sociedade Justa e Solidária e o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentaram percentuais de execução acima de 90%. Contudo, o Eixo Economia para uma Vida Melhor, com uma execução de 55,81%, ficou bem aquém em relação aos demais eixos.

**QUADRO 3**  
**COMPARATIVO POR EIXO ENTRE OS RECURSOS LEI+CRÉDITO E EMPENHADO PARA O**  
**EXERCÍCIO DE 2014**

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	RS 1,00			
	ANO 2014			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	8.791.294.144,41	7.964.593.655,42	90,60%	47,29%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	5.960.648.999,01	3.571.430.089,51	59,92%	21,20%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	5.546.562.928,43	5.307.405.735,73	95,69%	31,51%
TOTAL	20.298.506.071,85	16.843.429.480,66	82,98%	100,00%
FONTE: SIOF-SEPLAG				

A seguir será realizada uma análise da execução de cada Eixo com suas áreas temáticas específicas, seus principais Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado e as Metas Prioritárias dos principais programas.

## **EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA**

O Eixo Sociedade Justa e Solidária tinha recursos disponíveis no montante de R\$ 8.791.294.144,41 (Lei + Crédito), tendo sido executados 90,60% do total autorizado, conforme apresentado no Quadro 4, a seguir.

As Áreas temáticas que apresentam maior volume de recursos são a Saúde com 34,71%, a Educação com 28,39%, e Segurança Pública com 19,88%. As demais áreas apresentam um volume de recursos inferior a 10%.

Dentre as áreas temáticas que apresentaram um maior nível de execução orçamentária pode-se destacar a Educação 90,22%, Saúde com 91,29%, Segurança Pública com 97,35%, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional com 89,96%, Desenvolvimento Social e Trabalho com 85,68%, Justiça e Cidadania com 79,03% e Acesso a Justiça com 84,40%.



QUADRO 4

EXECUÇÃO DO EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E SEUS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2014			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
<b>SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA</b>	<b>8.791.294.144,41</b>	<b>7.964.593.655,42</b>	<b>90,60%</b>	<b>100,00%</b>
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>2.506.127.407,39</b>	<b>2.260.917.365,71</b>	<b>90,22%</b>	<b>28,39%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC	1.457.498.109,41	1.434.713.545,68	98,44%	18,01%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	528.156.402,71	428.846.016,04	81,20%	5,38%
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	447.073.087,74	338.622.091,35	75,74%	4,25%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	67.494.744,29	53.149.263,74	78,75%	0,67%
OUTROS PROGRAMAS	5.905.063,24	5.586.448,90	94,60%	0,07%
<b>SAÚDE</b>	<b>3.028.350.283,72</b>	<b>2.764.640.574,66</b>	<b>91,29%</b>	<b>34,71%</b>
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	2.110.082.538,51	1.913.125.505,15	90,67%	24,02%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADAS	676.716.369,10	648.127.055,59	95,78%	8,14%
OUTROS PROGRAMAS	241.551.376,11	203.388.013,92	84,20%	2,55%
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>1.626.039.223,72</b>	<b>1.582.995.461,32</b>	<b>97,35%</b>	<b>19,88%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS	1.243.666.775,52	1.239.819.703,71	99,69%	15,57%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	328.662.597,28	296.688.890,66	90,27%	3,73%
OUTROS PROGRAMAS	53.709.850,92	46.486.866,95	86,55%	0,58%
<b>CIÊNCIA, TECN., INOV., EDUC. SUP. E PROF</b>	<b>578.334.062,93</b>	<b>520.242.044,03</b>	<b>89,96%</b>	<b>6,53%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECITECE E VINCULADAS	306.097.722,35	300.387.898,61	98,13%	3,77%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	125.563.994,10	98.730.457,28	78,63%	1,24%
OUTROS PROGRAMAS	146.672.346,48	121.123.688,14	82,58%	1,52%
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO</b>	<b>209.550.814,51</b>	<b>179.552.455,09</b>	<b>85,68%</b>	<b>2,25%</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.066.137,88	67.437.172,31	78,36%	0,85%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	66.246.457,47	56.563.283,52	85,38%	0,71%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA STDS	55.794.355,07	54.515.167,40	97,71%	0,68%
OUTROS PROGRAMAS	1.443.864,09	1.036.831,86	71,81%	0,01%
<b>ESPORTE E LAZER</b>	<b>282.198.340,33</b>	<b>206.645.349,68</b>	<b>73,23%</b>	<b>2,59%</b>
INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	239.032.737,65	182.106.020,63	76,18%	2,29%
ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	36.497.842,22	18.351.243,33	50,28%	0,23%
OUTROS PROGRAMAS	6.667.760,46	6.188.085,72	92,81%	0,08%
<b>CULTURA</b>	<b>100.285.226,68</b>	<b>79.509.443,84</b>	<b>79,28%</b>	<b>1,00%</b>
INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	61.564.847,80	50.242.421,61	81,61%	0,63%
MEMÓRIA CULTURAL	26.536.376,08	18.739.639,07	70,62%	0,24%
OUTROS PROGRAMAS	12.184.002,80	10.527.383,16	86,40%	0,13%
<b>JUSTIÇA E CIDADANIA</b>	<b>344.519.054,62</b>	<b>272.276.982,70</b>	<b>79,03%</b>	<b>3,42%</b>
INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	229.500.330,45	162.785.552,07	70,93%	2,04%
OUTROS PROGRAMAS	115.018.724,17	109.491.430,63	95,19%	1,37%
<b>ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>115.889.730,51</b>	<b>97.813.978,39</b>	<b>84,40%</b>	<b>1,23%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA	105.152.433,44	97.140.920,70	92,38%	1,22%
PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA	10.737.297,07	673.057,69	6,27%	0,01%

FONTE: SIOF-SEPLAG



O Quadro 4 demonstra que a área temática de Educação está dentre as áreas que receberam mais recursos, pode-se destacar ainda, os seguintes programas: o programa Organização e Gestão da Educação Básica, com recursos empenhados no valor de R\$ 428.846.016,04, o que equivale a um percentual de execução de 81,20%; o programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional com recursos executados na ordem de R\$ 338.622.091,35, ou uma execução de 75,74%; e o programa Aprendizagem das Crianças na Idade Certa com o valor empenhado de R\$ 53.149.263,74, equivalente a execução de 78,75%. Quase todos os programas elencados atingiram suas metas prioritárias, conforme Quadro 5 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.

No programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional a meta para 2014 era uma oferta de 5.035 matrículas e foram ofertadas 4.682 matrículas em 2014, ficando apenas 7,01% abaixo do previsto. Contudo, a meta para os quatro anos é de 20.143 matrículas, tendo sido ofertadas 15.798 durante o período de 2012-2014, ou seja, a meta já foi atendida em 78,43%, restando apenas 21,57% para o ano de 2015.

**QUADRO 5**  
**DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA**  
**TEMÁTICA EDUCAÇÃO**

<b>ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO BÁSICA</b>			
<b>METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015</b>	<b>PROGRAMADO 2014</b>	<b>REALIZADO 2014 (1)</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014</b>
<b>PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>			
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP.	5.035	4.682	15.798
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulado aos setores produtivos.	100%	100%	100%
<b>PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA</b>			
Alfabetizar a cada ano, no nível desejado, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	88.306	81.135	325.388
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental.	363.351	367.920	1.253.838
<b>PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>			
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual que obtiverem o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.	100%	100%	100%
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	100%	100%	100%
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	100%	100%	100%
Realizar, anualmente, 2 avaliações censitórias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.	100%	100%	100%
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino. (*)	143.895	146.700	293.400
Realizar, anualmente, o Censo escolar da educação no Ceará. (*)	1	1	1

(1) Dados estimados, sujeitos à modificação (inclui Curso Normal)

(\*) Essa meta não foi apresentada em 2012.

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

No Quadro 4, na área temática de Saúde, pode-se destacar o programa Atenção à Saúde Integral e de Qualidade que utilizou recursos no montante de R\$ 1.913.125.505,15, com um nível de execução de 90,67%. Com isso, verificou-se que quase todas as suas metas prioritárias foram plenamente atingidas, conforme se pode verificar Quadro 6 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.

QUADRO 6

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA SAÚDE

ÁREA TEMÁTICA - SAÚDE			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE</b>			
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básico e Secundário aos 184 municípios.	184	184	184
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. (1) (*)	184	184	184
Monitorar 33 hospitais-polo, 15 hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte, para garantir de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	112	112	112
Estruturar três redes temáticas: rede Cegonha, Urgência e Emergência e Psicossocial em 22 regiões.	3	3	6
Implantar 10 Centros de especialidades Odontológicas.	1	1	10

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

Na área temática de Segurança Pública, no programa Segurança Pública Integrada foi empenhado o valor de R\$ 296.688.890,66, com um percentual de execução de 90,27%. No Quadro 7 são apresentadas suas 5 metas prioritárias. Analisando as metas verificou-se que, na sua maioria, elas foram atingidas parcialmente. As que demonstraram menor nível de execução foram as de: aumentar em 3.000 o número de policiais militares, onde foram acrescentado apenas 927 policiais, ou seja, cerca de 30,90% do previsto; e aperfeiçoar e nivelar 1.100 policiais militares, dos quais se atingiu os mesmos 927. Outra meta que merece atenção é a relacionada com a construção de 09 delegacias durante os quatros anos do PPA, uma vez que nos três primeiros anos só foram construídas 4 delegacias faltando, portanto, ainda 5 para o último exercício. Contudo, na meta para aquisição de 5 viaturas em 2014, foram adquiridas 15, perfazendo um total de 20 viaturas de combate a incêndio no período de 2012 a 2014, atendendo a meta do PPA antes do último ano. Esses dados são apresentados no Quadro 7 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.



QUADRO 7

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA SEGURANÇA

ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA PÚBLICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA</b>			
Oferecer formação inicial a 4.000 profissionais de segurança pública aprovados em concurso público, seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional.	1.100	927	4.107
Adquirir 1.480 pistolas, 1.480 coletes, 1.480 algemas e 32.856 munições para os novos policiais. (*)	18.648	26.826	26.826
Construir 09 delegacias regionais de Polícia Civil no interior do Estado. (*)	4	4	4
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	3.000	927	2.910
Adquirir 20 viaturas de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar	5	15	20

(\*) Essa meta não foi apresentada em 2013.

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

Na área temática de Desenvolvimento Social e Trabalho pode-se destacar o programa Assistência Social que executou recursos na ordem de R\$ 67.437.172,31, com um percentual de execução de 78,36%. Analisando as suas metas verifica-se que foram 100% cumpridas e pode-se destacar a capacitação de profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO cuja meta em 2014 era de 1.742 e foram capacitadas 2.832. E ainda, quando se analisa a execução da meta pelo período de 2012-2014 se verifica que foram capacitados 9.573 profissionais, 29,72% superior ao previsto no PPA 2012-2015 que foi 7.380 profissionais. Outra meta importante atendida em 100% em 2014 foi a de atender famílias por meio do PAIF e do Estação Família. Mais especificamente quando se avalia sua execução no período de 2012-2014 verifica-se 129.709 famílias atendidas, faltando apenas o atendimento de 26.841 famílias para atingir a meta do PPA 2012-2015. Deve-se ainda destacar a meta de atender pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais que tinha uma previsão no PPA de 50.934 e já foram atendidas 108.615 pessoas vítimas no período de 2012-2014. Esses dados são apresentados no Quadro 8 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.

Outro programa que merece destaque é Trabalho, Emprego e Renda que executou recursos no montante de R\$ 56.563.283,52 e seu percentual empenhado foi de 85,38%. Das metas prioritárias desse programa pode-se ressaltar a meta da qualificação e requalificação de 4.310 trabalhadores em 2014, tendo sido atingido 8.175 trabalhadores. O quantitativo dessa meta no PPA era qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores e do período de 2012-2014 já atingiu uma quantidade de 20.375, faltando apenas 5.897 para o ano de 2015. Esses dados são apresentados no Quadro 8 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.



QUADRO 8

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 049 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA</b>			
Inserir 320.000 trabalhadores no mercado de trabalho.	79.495	83.341	250.089
Habilitar 720.000 trabalhadores ao benefício de Seguro-desemprego.	178.244	214.906	605.802
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores.	4.310	8.175	20.375
Qualificar 7.195 artesãos.	7.300	7.030	18.041
Cadastrar 20.866 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	4.000	4.820	17.020
Capacitar 10.000 microempreendedores.	2.700	3.781	30.929
<b>PROGRAMA 050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
Prestar Assessoramento Técnico aos 184 Municípios.	184	184	184
Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	1.742	2.832	9.573
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS.	159	159	159
Atender 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	55.200	55.200	129.709
Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	17	48	48
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	10.103	42.792	108.615
Atender 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas.	25	117	327
Acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco.	2.094	2.688	5.070
Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros - PROARES.	7.550	10.650	25.690

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

A área temática da Cultura tem como principal programa o Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará com uma aplicação de recursos no montante de R\$ 50.242.421,61 em 2014 e um nível de execução de 81,61%. Apenas a meta de conceder premiação de música, Prêmio Alberto Nepomuceno e de fotografia, Prêmio Chico Albuquerque e a meta de apoiar cem novos pontos de Cultura do Estado do Ceará foram atendidas, as demais metas ficaram com sua execução abaixo do previsto anualmente. Esses dados são apresentados no Quadro 9 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.

QUADRO 9

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA CULTURA

ÁREA TEMÁTICA - CULTURA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 007 - INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ</b>			
Realizar e apoiar 32 ções culturais regionais	8	4	20
Realizar e apoiar quarenta eventos do calendário cultural do Estado	10	6	24
Apoiar os cem novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará	100	20	120
Lançar 32 editais de incentivo às artes do Estado do Ceará, previstos pela Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura - SIEC (oito ao ano para todo Estado).	8	7	20
Conceder 04 Prêmios Alberto Nepomuceno, de música, e 04 Prêmios Chico Albuquerque, de fotografia, para todo o Estado, por meio de seleção pública.	-	13	23
Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos segmentos culturais.	75	26	135

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

Na área temática Esporte e Lazer seu principal programa Infraestrutura Esportiva e de Lazer empenhou em 2014 o montante de R\$ 182.106.020,63, com um nível de execução de 76,18%, abaixo do Eixo como um todo, que foi de 90,63%. Apesar disso a meta de construir e manter 5 Vilas Olímpicas em 2014 foi atendida e a meta do PPA é para a construção de 14 vilas no período de 2012-2014, já foram construídas 10 no total, restando apenas 4 para o ano de 2015. Contudo, quando destaca-se a meta do ano de 2014 de construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil habitantes verifica-se que a mesma teve um percentual de realização de apenas 61,54% do previsto. Esses dados são apresentados no Quadro 10 com o detalhamento das metas e realizações em 2014.



QUADRO 10

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA ESPORTE E LAZER

ÁREA TEMÁTICA - ESPORTE E LAZER			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 071 - ESPORTE, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER</b>			
Implantar e monitorar 500 núcleos em todo Estado.	466	466	466
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600	46.600	46.600
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	1.767	1.767	1.767
<b>PROGRAMA 093 - INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER</b>			
Construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil habitantes.	13	8	31
Construir e manter 14 Vilas Olímpicas	5	5	10

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

E por fim, na área temática da Justiça e Cidadania o programa Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária executou recurso no montante de R\$ 162.785.552,07, um percentual empenhado de apenas 70,93%. Com isso, apenas uma parte de suas metas foram atendidas como a meta de 2014, conforme detalhamento no Quadro 11. Pode se destacar dentre as metas atendidas a de matricular 2.125 presos e egressos no ensino fundamental, médio e superior, onde foram realizadas 2.513 matrículas, ou seja, 18,26% superior ao previsto. Para essa meta a previsão total do PPA é de 9.200 presos e no período de 2012-2014 a meta já foi atendida, com um total de matrículas de 9.258 presos. Uma meta do PPA 2012-2015 que necessita de maior atenção é a da criação de 43 unidades no Sistema Prisional já que no período de 2012-2014 foram criados apenas 8 unidades, ficando muito abaixo de previsto.

QUADRO 11

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA JUSTIÇA E CIDADANIA

ÁREA TEMÁTICA - JUSTIÇA E CIDADANIA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 077 - INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA</b>			
Criar 43 novas unidades no Sistema Prisional	13	1	8
Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	2.125	2.513	9.258
Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos	1.527	1.685	4.629
Apoiar 4.000 presos e egressos a empregabilidade	1.075	933	6.947

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

## **EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**

O Quadro 12, a seguir, demonstra que o Eixo Economia para uma Vida Melhor apresentou uma execução orçamentária de 59,92% do total autorizado. As Áreas temáticas que apresentaram uma execução acima da média do Eixo foram as seguintes: Copa 2014 com 99,91%, Desenvolvimento Econômico com 98,56% e Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária com 75,65%. As demais Áreas temáticas do Eixo tiveram uma execução menor que 56% e a área que teve a menor execução foi a Aquicultura e Pesca com apenas 15,57%.



QUADRO 12

EXECUÇÃO DO EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR COM SUAS ÁREAS  
TEMÁTICAS E PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2014			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
<b>ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR</b>	<b>5.960.648.999,01</b>	<b>3.571.430.089,51</b>	<b>59,92%</b>	<b>100,00%</b>
<b>INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</b>	<b>3.094.579.404,93</b>	<b>1.634.633.541,78</b>	<b>52,82%</b>	<b>45,77%</b>
TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	2.740.446.918,51	1.355.219.787,91	49,45%	37,95%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEINFRA E VINCULADAS	196.372.152,15	185.157.795,40	94,29%	5,18%
OUTROS PROGRAMAS	157.760.334,27	94.255.958,47	59,75%	2,64%
<b>DES. AGRÁRIO, AGRIC. E PECUÁRIA</b>	<b>729.852.246,75</b>	<b>552.153.569,67</b>	<b>75,65%</b>	<b>15,46%</b>
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	303.807.444,80	256.519.128,84	84,43%	7,18%
DESENVOLVIMENTO A GROPECUÁRIO	274.572.152,85	170.834.161,69	62,22%	4,78%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS	116.582.438,55	115.342.204,03	98,94%	3,23%
OUTROS PROGRAMAS	34.890.210,55	9.458.075,11	27,11%	0,26%
<b>AQUICULTURA E PESCA</b>	<b>32.132.965,46</b>	<b>5.003.952,46</b>	<b>15,57%</b>	<b>0,14%</b>
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E A QUICULTURA	29.478.204,20	2.375.584,20	8,06%	0,07%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SPA	2.654.761,26	2.628.368,26	99,01%	0,07%
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>580.886.795,83</b>	<b>423.319.133,05</b>	<b>72,87%</b>	<b>11,85%</b>
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	527.376.329,73	397.050.554,06	75,29%	11,12%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SRH E VINCULADAS	14.128.512,40	13.446.017,76	95,17%	0,38%
OUTROS PROGRAMAS	39.381.953,70	12.822.561,23	32,56%	0,36%
<b>TURISMO</b>	<b>433.321.990,96</b>	<b>166.430.832,94</b>	<b>38,41%</b>	<b>4,66%</b>
CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	428.355.638,55	161.500.250,22	37,70%	4,52%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SETUR	4.966.352,41	4.930.582,72	99,28%	0,14%
<b>DES. URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL</b>	<b>656.883.276,60</b>	<b>402.112.532,02</b>	<b>61,22%</b>	<b>11,26%</b>
HABITACIONAL	227.781.058,45	152.799.798,47	67,08%	4,28%
DESENVOLVIMENTO URBANO	212.948.978,62	164.714.862,00	77,35%	4,61%
SANEAMENTO AMBIENTAL	146.727.919,04	35.388.133,71	24,12%	0,99%
OUTROS PROGRAMAS	69.425.320,49	49.209.737,84	70,88%	1,38%
<b>MEIO AMBIENTE</b>	<b>89.572.721,23</b>	<b>48.827.670,43</b>	<b>54,51%</b>	<b>1,37%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA	46.290.178,87	40.303.555,33	87,07%	1,13%
GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	38.434.717,30	8.215.742,87	21,38%	0,23%
OUTROS PROGRAMAS	4.847.825,06	308.372,23	6,36%	0,01%
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>307.337.411,48</b>	<b>302.897.376,17</b>	<b>98,56%</b>	<b>8,48%</b>
INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO	296.852.917,84	293.097.943,69	98,74%	8,21%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CEDE E VINCULADAS	10.484.493,64	9.799.432,48	93,47%	0,27%
<b>COPA 2014</b>	<b>36.082.185,77</b>	<b>36.051.480,99</b>	<b>99,91%</b>	<b>1,01%</b>
PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014	32.975.378,53	32.970.388,53	99,98%	0,92%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECOPA	3.106.807,24	3.081.092,46	99,17%	0,09%

FONTE: SIOF-SEPLAG

A área temática de Infraestrutura e Logística representa um montante de 52,82% do total e tinha recursos autorizados no valor de R\$ 3.094.579.404,93, tendo sido executado o valor de R\$ 1.634.633.541,78. Essa área tem como principal programa o Transporte e Logística do Estado do Ceará, para o qual foi destinado um maior volume de recursos, cerca de R\$ 2.740.446.918,51, e foi aplicado o montante de R\$ 1.355.219.787,91, representando 49,45% do valor autorizado. Devido a baixa execução orçamentária o Quadro 13 das metas prioritárias demonstra que boa parte delas foram cumpridas parcialmente. Como exemplo, tem-se a meta em que se visou atender em 2014 o transporte de 95.000 usuários para RMF e só se conseguiu atender 24.000. Ademais, considerando o PPA 2012-2015 havia uma previsão de atender 506.000 usuários, mas no período de 2012-2014 foram atendidos uma quantidade de apenas 66.100 usuários. Outra meta que apresenta uma execução extremamente baixa é a de cadastrar novos veículos na frota do Estado do Ceará. No caso, a previsão para 2014 era de 251.680 veículos e foram cadastrados apenas 184.942 veículos. Adicionalmente o quantitativo total previsto no PPA é de 1.284.800, sendo que no período de 2012-2014 foram cadastrados apenas 587.494 veículos, ou seja, abaixo de 50% do quantitativo estimado para a meta. Ante o exposto, os indicadores sugerem que pode ter ocorrido um mau dimensionamento desses recursos ou das metas previstas, conforme Quadro 13, com o detalhamento das metas e realizações em 2014.

#### QUADRO 13

#### DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA TEMÁTICA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ÁREA TEMÁTICA - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>			
Atender 506.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na RMF.	95.000	24.000	66.100
Atender 5.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na frota do Estado do Ceará.	1.000	1.500	4.050
Cadastrar 1.284.800 novos veículos, até 2015, na frota do Estado do Ceará.	251.680	184.942	587.494
Habilitar 424.340 novos condutores de veículos automotores até 2015, no Estado do Ceará.	136.000	140.734	384.064
Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 790.650 condutores de veículos automotores, até 2015, no Estado do Ceará.	254.880	249.430	707.885
Promover 2.400 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras e seminários).	812	720	1.904
Transportar 9.452 t/dia de carga de granéis líquidos.	4.908	4.629,58	10.827,67
Transportar 115.014 t/dia de carga de granéis sólidos.	9.763	10.087,29	19.198,33
Transportar 3.726 TEUS/dia (contêineres por dia).	481	508	1.339
Pavimentar (Implantar) 602,58 km de rodovias.	130	127,76	478,76
Ampliar/reformar 08 aeroportos regionais aeródomos.	8	1	3
Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	13	12	12

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015



Na área temática de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foi autorizado o montante de R\$ 729.852.246,75 e o valor empenhado foi de R\$ 552.153.569,67, ou seja, 75,65% do valor autorizado. A seguir é apresentado no Quadro 14 o detalhamento das metas e realizações em 2014.

QUADRO 14

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO</b>			
Beneficiar 130.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	130.000	138.190	264.000
Apoiar a implantação de 130.881 há de oleaginosas	14.794	10.149	49.301
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra	300.000	334.119	334.119
Comercializar 2.456.000 t de produtos hortigranjeiros	614.000	662.151	1.815.639
Vacinar 90% dos rebanhos bovinos e bubalinos contra febre aftosa	2.784.350	2.476.621	2.476.621
Fiscalizar 384.000 trânsitos de animais e vegetais	96.000	78.431	237.980
Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada.	21.999	18.649	48.731
Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	27.721	9.292	38.094
Implantar 13.200 quintais produtivos, mantidos por cisternas de enxurradas e barragens subterrâneas.	1.724	3.056	6.109
<b>PROGRAMA 029- ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL</b>			
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição do leite	100.000	55.939	80.239
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	29.250	120.576	125.081
Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa nacional do crédito Fundiário - PNCF.	301	312	691
Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais.	50.966	28.701	75.972
Implantar 1.543 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	49	196	274
Construir 12.000 kits sanitários.	3.617	825	931
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar (Plano Brasil Sem Miséria).	36.000	26.400	26.400
Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	99.391	108.793	108.793

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015



Para essa área temática pode-se destacar inicialmente o Programa de Enfrentamento a Pobreza Rural que aplicou recursos no montante de R\$ 256.519.128,84, com um percentual empenhado de 84,43% do valor autorizado. Conforme Quadro 14, ao analisar as metas desse programa pode-se verificar que algumas metas foram executadas acima do previsto e enquanto outras foram parcialmente atendidas. Em 2014, a meta de beneficiar 29.250 pessoas com a distribuição de alimentos teve sua execução acima do previsto, pois foram atendidas 120.576 pessoas. Adicionalmente, a meta prevista no PPA é de 107.730 pessoas e durante o período de 2012-2014 já foram atendidas uma quantidade de 125.081, ficando acima do previsto em 11,92%. Outra meta que se pode destacar é a do atendimento a família de agricultores familiares na produção agroecológica e solidária cujo quantitativo previsto para 2014 foi de 99.391 e foram atendidas 108.793 famílias, ou seja, um percentual acima do previsto de 9,46%. E por último, pode-se destacar a implantação em 2014 de 196 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares, onde a quantidade prevista era de apenas 49 sistemas, ou seja, foram instalados 147 sistemas acima do previsto.

Ainda na área de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, outro programa, que merece destaque é o do Desenvolvimento Agropecuário que apresentou um valor empenhado de R\$ 170.834.161,69, o equivalente a um percentual 59,92% de execução. Sua execução orçamentária ficou abaixo do percentual apresentado pela área temática, de 75,65%, por isso, algumas metas foram parcialmente atendidas. Ao analisar as principais metas prioritárias, pode-se citar como exemplo a meta de viabilização de 300.000 adesões de agricultores ao Garantia Sacra cujo atendimento está acima de 100%, ou seja, ocorreram 334.119 adesões, 11,37% acima do previsto. Outra meta importante atendida foi a da comercialização de 614.000 t de produtos hortigranjeiros para 2014, sendo comercializados 662.151 t no total para este ano. Quanto a meta de implantação de quintais produtivos, que era de 1.724 para 2014, foi alcançado o quantitativo de 3.056 quintais, ou seja, 77,26% acima do previsto para esse ano. Algumas metas ainda necessitam uma maior realização que são as seguintes: vacinação dos rebanhos, fiscalização do trânsito de animais, atendimento a agricultores familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica, capacitação de agricultores familiares dentre outras metas.



Na área temática de Recursos Hídricos foi autorizado o montante de R\$ 580.886.795,83 e o valor empenhado foi de R\$ 423.319.133,05, ou seja, 72,87% do total autorizado. Seu programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água, que tinha disponível o montante de R\$ 527.376.329,73, empenhou R\$ 397.050.554,06, ou seja, 75,29% do valor autorizado. Com base na execução orçamentária pode-se analisar a execução das metas prioritárias. Em 2014, a meta de instalação de pequenas sisternas que era de 13 e foram instaladas 39, apresentando um percentual de atendimento de 200% acima do previsto. Contudo, quando se faz a análise com base na previsão do PPA, que é da instalação de 780 pequenas sisternas no período de 2012-2015, tem-se que no período de 2012-2014 foram instaladas apenas 190, ficando assim, difícil atingir a meta do PPA até o final de 2015. Outra meta que merece destaque é a da construção de poços que em 2014 era de 500 e foi atingida acima de 100% com a construção de 608 poços. Bem como a do PPA que é de 970 poços e no período de 2012-2014 já foram construídos 1.204 poços, ou seja, 24,12% do previsto. Esses dados são apresentados no Quadro 15 o detalhamento das metas e realizações em 2014 mostrado adiante.

#### QUADRO 15

#### DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA TEMÁTICA RECURSOS HÍDRICOS

<b>ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS</b>			
<b>METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015</b>	<b>PROGRAMADO 2014</b>	<b>REALIZADO 2014</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014</b>
<b>PROGRAMA 039 - TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA</b>			
Construir 407 km de adutoras.	459,60	188,03	532,80
Instalar 780 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	13	39	190
Revitalizar 600 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará.	50	-	589
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	500	608	1.204
<b>PROGRAMA 040 - ACUMULAÇÃO HÍDRICA</b>			
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m <sup>3</sup> .	1	1	5

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015



Para a área temática de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional foi autorizado o montante de R\$ 656.883.276,00 e o valor empenhado foi de R\$ 402.112.532,02, ou seja, 61,22% do total autorizado. Pode se verificar que as metas prioritárias dessa área não foram atendidas em sua plenitude, conforme Quadro 15, com o detalhamento das metas e realizações em 2014. Para essa área temática pode-se destacar o programa de Desenvolvimento Urbano, que apresentou o montante de recursos executados de R\$ 164.714.862,00, ou seja, um percentual de execução de 77,35%. A principal meta desse programa era a execução de 161 intervenções urbanas em 2014, tendo sido realizadas 64. Cabe ainda ressaltar que no PPA a meta é de 635 intervenções e verificando o acumulando dos últimos três anos chegou-se apenas a 369, um percentual de 58,11% do previsto, ficando assim um desafio maior de atender a meta até o final de 2015. Nessa área temática grande parte das metas foram atendidas parcialmente, reclamando assim uma maior atenção dos gestores, inclusive quanto a uma possível melhor compatibilização entre o desafio das metas estabelecidas e a capacidade de realização das unidades executoras, conforme Quadro 16.

#### QUADRO 16

#### DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 031 - DESENVOLVIMENTO URBANO</b>			
Executar 635 intervenções urbanas.	161	64	369
<b>PROGRAMA 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL</b>			
Executar 51.848 ligações domiciliares de água.	14.785	7.293	160.016
Executar 163.199 ligações domiciliares de esgoto.	50.927	1.381	87.743
<b>PROGRAMA 033 - HABITACIONAL</b>			
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais.	5.760	1.548	7.715
Beneficiar 8.000 famílias com melhorias (reformas) habitacionais.	3.338	-	400
<b>PROGRAMA 091 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES</b>			
Beneficiar 100 municípios com projetos de melhoria da gestão.	40	77	
Beneficiar 100 municípios com instrumentos de planejamento urbano.	30	68	

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015



## **EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE**

O Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou o maior percentual de execução orçamentária em relação aos demais Eixos, atingindo um percentual de 95,69%, conforme apresentado no Quadro adiante. Esse Eixo tem como áreas temáticas principais a de Planejamento e Gestão e da Gestão Fiscal, que juntas correspondem a quase totalidade dos recursos, um percentual de 61,69%. Devido o elevado nível de execução desse Eixo, quase todas as metas dos programas foram atendidas, conforme apresentado no Quadro 17 com o detalhamento das metas e realizações em 2014 mostrado adiante.

Nesse Eixo pode-se destacar a área temática de Planejamento e Gestão, para a qual foi autorizado o montante de R\$ 2.762.449.891,98, e cujo valor empenhado foi de R\$ 2.662.965.676,74, ou seja, 96,40% do total autorizado. O seu principal programa é a Gestão da Previdência Estadual que empenhou R\$ 2.414.205.403,61 e tem como meta prioritária agilizar a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e a gestão eficaz dos recursos.



QUADRO 17

EXECUÇÃO DO EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE COM SUAS  
ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2014			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
<b>GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE</b>	<b>5.546.562.928,43</b>	<b>5.307.405.735,73</b>	<b>95,69%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	<b>2.762.449.891,98</b>	<b>2.662.965.676,74</b>	<b>96,40%</b>	<b>50,17%</b>
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	2.482.844.702,08	2.414.205.403,61	97,24%	45,49%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS	123.990.264,13	121.767.678,16	98,21%	2,29%
OUTROS PROGRAMAS	155.614.925,77	126.992.594,97	81,61%	2,39%
<b>GESTÃO FISCAL</b>	<b>655.858.441,71</b>	<b>611.244.090,26</b>	<b>93,20%</b>	<b>11,52%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEFAZ E VINCULADA	544.232.032,33	540.099.662,47	99,24%	10,18%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	64.684.395,13	43.273.716,03	66,90%	0,82%
OUTROS PROGRAMAS	46.942.014,25	27.870.711,76	59,37%	0,53%
<b>CONTROLADORIA E OUVIDORIA</b>	<b>16.721.729,30</b>	<b>14.180.095,69</b>	<b>84,80%</b>	<b>0,27%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGE	12.742.244,88	12.378.844,21	97,15%	0,23%
OUTROS PROGRAMAS	3.979.484,42	1.801.251,48	45,26%	0,03%
<b>CORREÇÃO E DISCIPLINA</b>	<b>8.673.673,33</b>	<b>8.067.079,85</b>	<b>93,01%</b>	<b>0,15%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD	8.230.763,17	7.729.848,27	93,91%	0,15%
CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	442.910,16	337.231,58	76,14%	0,01%
<b>GOVERNO E SOCIEDADE</b>	<b>445.601.619,76</b>	<b>377.093.168,31</b>	<b>84,63%</b>	<b>7,11%</b>
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	135.711.176,40	132.381.889,09	97,55%	2,49%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ÓRGÃOS	128.313.612,06	121.942.182,54	95,03%	2,30%
PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	83.287.271,67	43.987.324,78	52,81%	0,83%
OUTROS PROGRAMAS	98.289.559,63	78.781.771,90	80,15%	1,48%
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>890.937.732,74</b>	<b>882.523.289,91</b>	<b>99,06%</b>	<b>16,63%</b>
AÇÃO JUDICIÁRIA	24.038.146,23	22.428.231,31	93,30%	0,42%
SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICIONAL	3.229.644,48	1.204.474,48	37,29%	0,02%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E VINCULADA	863.669.942,03	858.890.584,12	99,45%	16,18%
<b>LEGISLATIVO E CONTROLE EXTERNO</b>	<b>497.206.102,78</b>	<b>489.516.270,00</b>	<b>98,45%</b>	<b>9,22%</b>
AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE EXTERNO	346.016,64	328.610,16	94,97%	0,01%
AÇÃO PARLAMENTAR	67.042.915,96	67.042.170,55	100,00%	1,26%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TCE, TCM E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	429.817.170,18	422.145.489,29	98,22%	7,95%
<b>ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>269.113.736,83</b>	<b>261.816.064,97</b>	<b>97,29%</b>	<b>4,93%</b>
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DA DEMOCRACIA E DOS INTERESSES SOCIAIS	2.940.703,72	2.492.241,10	84,75%	0,05%
DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	5.500.000,00	567.979,86	10,33%	0,01%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGJ E VINCULADAS	260.673.033,11	258.755.844,01	99,26%	4,88%

FONTE: SIOF-SEPLAG

Na área temática de Gestão Fiscal foi autorizado o montante de R\$ 655.858.441,71 e o valor empenhado foi de R\$ 611.244.090,26, o que equivale a 93,20% do valor autorizado. Para essa área pode-se destacar o programa de Modernização da Gestão Fiscal que aplicou recursos no montante de R\$ 43.273.716,03 visando à melhoria da eficiência e à transparência da gestão fiscal com o intuito de ampliar a arrecadação do Estado e melhorar o controle do gasto público.

QUADRO 18

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA DE GESTÃO FISCAL

ÁREA TEMÁTICA - GESTÃO FISCAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 009 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL</b>			
Modernizar 80% das Unidades Fazendárias da capital e do interior.	11	51	88
Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas.	87,00	95,28	95,28

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

Na área temática Governo e Sociedade foi autorizado o montante de R\$445.601.619,76, porém o valor empenhado foi de R\$ 377.093.168,31, ou seja, 84,63% do total autorizado. A execução de seus programas é coordenada pelo GABGOV, em conjunto com a Secretaria de Educação - SEDUC, a Secretaria da Cultura - SECULT, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, a Secretaria dos Esportes - SESPORTE e a Secretaria de Segurança e Defesa Social - SSPDS. Essa área possui programas voltados para a juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, promoção da igualdade racial, proteção e promoção dos direitos humanos e a prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química.

Dentre os diversos programas dessa área temática, destaca-se a Promoção da Juventude, que executou recursos no montante de R\$ 43.987.324,78 e atendeu jovens na faixa de quinze a vinte nove anos. As metas prioritárias desse programa foram atendidas em sua maioria. A título de exemplo, verificou-se que 7.200 jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, de 67 municípios cearenses, foram contemplados com atividades de qualificação profissional com formação inicial e escolarização, enquanto que a previsão era de atender 6.000. A execução desse programa pela SEDUC pode ser destacada com o atendimento da meta de apoio de 100% das escolas que demandaram projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares. Já na SECULT, foram concedidas 209 bolsas para agentes de leitura, o que ficou 27,93% abaixo da quantidade prevista, que era de 290. Adicionalmente, na STDS, foi prevista a qualificação e requalificação de 16.095 jovens trabalhadores em 2014, tendo-se atingido o número de 10.435 beneficiados, ficando a meta 35,17% abaixo do previsto. A seguir será apresentado no Quadro 19 com as principais metas detalhadas.



QUADRO 19

DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA  
TEMÁTICA GOVERNO E SOCIEDADE

ÁREA TEMÁTICA - GOVERNO E SOCIEDADE			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2014	REALIZADO 2014	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2014
<b>PROGRAMA 021 - PROMOÇÃO DA JUVENTUDE</b>			
GABGOV - Ofertar 6.000 vagas, em 67 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.	7.200	7.200	7.200
GABGOV - Estimular a ampliação, de 26 para 100, do número de Conselhos Municipais de Juventude.	31	31	96
GABGOV - Elaborar 03 instrumentos legais referentes à temática de política da juventude.	1	1	3
SEDUC - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	67	74	105
SEDUC - Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares.	100%	100%	100%
SECULT - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e dez articuladores em 41 municípios de alto.	290	209	734
STDS - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	16.095	10.435	39.514
STDS - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	4.754	4.665	22.778
<b>PROGRAMA 035 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APÓIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>			
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias.	30	21	108
Realizar 2.400 eventos governamentais	450	423	1.342
Apoiar dois projetos de gestão multissetorial.	2	2	2

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2014 e 2015 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

## CAPÍTULO III

### 3 DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente capítulo compreende uma análise da execução orçamentária do Estado, com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), por meio da ferramenta Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar o efeito da inflação.

#### 3.1 Do Resultado Orçamentário

A Tabela 1 demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária. No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes as Receitas Intraorçamentárias. Bem como, na Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes as Empresas que não fazem parte do orçamento (ADECE, CAGECE, CEARÁ PORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, EMASZP E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos). Assim, a Receita Arrecadada alcançou o montante de R\$ 20.040.799,79 mil, enquanto a Despesa Empenhada atingiu a quantia de R\$ 20.832.753,25 mil, resultando num déficit orçamentário de R\$ 791.953,46 mil.

TABELA 1  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA DO ESTADO DO CEARÁ, 2014

(R\$ 1.000,00)

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA	Variação (%)
RECEITAS CORRENTES	18.031.811,52	17.546.544,95	-2,69%
RECEITAS DE CAPITAL	5.484.594,53	2.494.254,84	-54,52%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>23.516.406,05</b>	<b>20.040.799,79</b>	<b>-14,78%</b>
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	Variação (%)
DESPESA CORRENTE	16.928.814,69	16.328.576,43	-3,55%
DESPESA DE CAPITAL	7.445.398,81	4.504.176,82	-39,50%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	2.325,28	-	-100,00%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>24.376.538,77</b>	<b>20.832.753,25</b>	<b>-14,54%</b>
Déficit\Superávit Corrente	1.102.996,83	1.217.968,52	
Déficit\Superávit de Capital	(1.960.804,28)	(2.009.921,98)	
<b>Déficit\Superávit</b>	<b>(860.132,72)</b>	<b>(791.953,46)</b>	

Fonte: S2GPR-SEFAZ



Analisando a execução orçamentária corrente verifica-se que as Receitas Correntes arrecadadas foram no montante de R\$ 17.546.544,95 mil e as Despesas Correntes empenhadas num total de R\$ 16.328.576,43. Assim, a execução orçamentária corrente gerou um superávit de R\$ 1.217.968,52 mil. Contudo, esse superávit não foi suficiente para cobrir o déficit obtido na execução orçamentária de capital (R\$ 2.009.921,98 mil), onde a Receita de Capital foi de R\$ 2.494.254,84 mil para uma Despesa de Capital de R\$ 4.504.176,82 mil.

Analisando com mais detalhe a Tabela 1, verifica-se inicialmente um déficit de previsão no valor de R\$ 860.132,72, como resultado do desequilíbrio entre a previsão atualizada de receitas e a dotação atualizada de despesas, o que se explica em parte pela abertura de créditos adicionais (R\$ 851.124,54 mil) com a utilização de superávits financeiros de anos anteriores. Na execução do orçamento as receitas arrecadadas apresentaram um valor de R\$ 20.040.799,79 mil, ou seja, 14,78% menor que o previsto (23.516.406,05 mil), enquanto as despesas empenhadas, no valor de R\$ 20.832.753,25 mil, resultaram numa economia orçamentária de 14,54% em relação à dotação atualizada (R\$ 24.376.538,77 mil). Porém, a economia orçamentária não foi suficiente para cobrir a não realização da receita, incorrendo assim, num déficit de R\$ 791.953,46 mil.

## **3.2 Das Receitas**

A Tabela 2 demonstra uma comparação entre a Receita Prevista e a Realizada por categoria e origem. O percentual de realização da Receita, em 2014, foi de 87,22%. A análise da composição, por categoria, verifica que as Receitas Correntes se realizaram num patamar de 97,31% e as Receitas de Capital em 45,48%.

TABELA 2

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA DE RECEITA, ESTADO DO CEARÁ, 2014

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/ORIGEM	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.031.811,52</b>	<b>17.546.544,95</b>	<b>97,31%</b>	<b>87,55%</b>
Receita Tributária	9.744.892,24	9.659.462,06	99,12%	48,20%
Receita de Contribuições	616.758,74	513.125,32	83,20%	2,56%
Receita Patrimonial	234.910,79	417.812,29	177,86%	2,08%
Receita de Serviços	203.429,07	43.279,67	21,28%	0,22%
Transferências Correntes	6.673.314,56	6.394.618,19	95,82%	31,91%
Outras Receitas Correntes	558.506,13	518.247,41	92,79%	2,59%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.484.594,53</b>	<b>2.494.254,84</b>	<b>45,48%</b>	<b>12,45%</b>
Operações de Crédito	3.234.234,88	1.633.746,80	50,51%	8,15%
Alienação de Bens	212,26	5.955,85	2805,89%	0,03%
Transferências de Capital	2.224.001,72	831.649,00	37,39%	4,15%
Outras Receitas de Capital	26.145,66	22.902,69	87,60%	0,11%
Amortização de Empréstimos	-	0,50	0,00%	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>23.516.406,05</b>	<b>20.040.799,79</b>	<b>85,22%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A categoria das Receitas Correntes participam com 87,55% da composição total da receita realizada. Analisando sua composição, pode-se destacar a Receita Tributária e as Transferências Correntes, que apresentam maior participação em relação à composição total da receita, sendo seus percentuais de 48,20% e 31,91%, respectivamente e suas realizações próximas de 100%. A Receita Patrimonial apresentou um nível de realização mais elevado, de 177,86%, contudo sua participação é baixa no montante total das receitas, ou seja, 2,08%. A Receita de Serviços demonstrou uma baixa realização da receita, apenas 21,28%, mas seu impacto é irrelevante devido sua participação na receita total ser de apenas 0,22%.

As Receitas de Capital representaram apenas 12,45% da composição total da Receita Realizada e sua realização ficou abaixo do previsto, 54,52% (Quadro 1). As receitas com menor nível de realização foram as provenientes de Transferências de Capital, cuja previsão era de R\$ 2.224.001,72 mil e só foram realizadas R\$ 831.649,00 mil, ou seja, 62,61% abaixo do previsto. Quanto às decorrentes de Operações de Crédito que a previsão era de R\$ 3.234.234,88 mil, a realização foi de apenas R\$ 1.633.746,80 mil, ou seja, 49,49% menor que o previsto. Analisando sua composição, pode-se destacar as Operações de Crédito e as Transferências de Capital, que representam 8,15% e 4,15%, respectivamente da receita total. Assim, a redução da realização dessas receitas impactaram diretamente no baixo desempenho da Receita de Capital em 2014.



### 3.3 Das Despesas

No decorrer das explanações serão tratados diversos aspectos das Despesas, tais como: recursos autorizados e as execuções orçamentárias correspondentes.

#### 3.3.1 Das Despesas por Poder e Fonte

Na Tabela 3, que trata da execução orçamentária das Despesas, observa-se que a execução orçamentária total, englobando todos os Poderes e o Ministério Público, em 2014, representou 85,46% do valor orçado, percentual esse, superior ao ano anterior quando obteve um nível de execução de 79,95%. O maior volume de recursos foi aplicado pelo Poder Executivo, representando 92,16% do total dos gastos do Governo, enquanto o Judiciário representou 4,24%, o Legislativo 2,35% e o Ministério Público 1,26%.

TABELA 3  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR PODER E FONTE, ESTADO DO CEARÁ,  
2014

(R\$ 1.000,00)

PODER/ÓRGÃO	GRUPO FONTE	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (A/B)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
<b>Executivo</b>		<b>22.719.281,20</b>	<b>19.198.897,62</b>	<b>84,50%</b>	<b>92,16%</b>
	Tesouro	16.210.124,49	15.586.478,87	96,15%	74,82%
	Outras Fontes	6.509.156,72	3.612.418,75	55,50%	17,34%
<b>Judiciário</b>		<b>890.937,73</b>	<b>882.523,29</b>	<b>99,06%</b>	<b>4,24%</b>
	Tesouro	748.140,95	748.048,31	99,99%	3,59%
	Outras Fontes	142.796,78	134.474,98	94,17%	0,65%
<b>Legislativo</b>		<b>497.206,10</b>	<b>489.516,27</b>	<b>98,45%</b>	<b>2,35%</b>
	Tesouro	490.613,92	488.720,50	99,61%	2,35%
	Outras Fontes	6.592,18	795,77	12,07%	0,00%
<b>Ministério Público</b>		<b>269.113,74</b>	<b>261.816,06</b>	<b>97,29%</b>	<b>1,26%</b>
	Tesouro	261.288,74	260.627,88	99,75%	1,25%
	Outras Fontes	7.825,00	1.188,19	15,18%	0,01%
<b>Total Geral</b>		<b>24.376.538,77</b>	<b>20.832.753,25</b>	<b>85,46%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Ao comparar o valor empenhado com o valor autorizado, verifica-se que o Poder Executivo apresentou um percentual de execução das despesas correspondente a 84,50% do valor autorizado, enquanto os demais poderes ficaram mais próximos de 100%.

O Poder Executivo teve uma menor execução devido à baixa realização das despesas previstas, no grupo "Outras Fontes", o qual empenhou apenas 55,50% do valor previsto no orçamento. Contudo, as "Outras Fontes" representam apenas 18% do total dos recursos empenhados, conforme a Tabela 4



seguinte. E ainda, pode-se constatar que os recursos do Tesouro, que representam uma participação de 82% do total de recursos, obtiveram uma execução orçamentária de 96,46%.

TABELA 4  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO/FONTE, ESTADO DO CEARÁ, 2014

(R\$ 1.000,00)

GRUPO FONTE	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (A/B)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
Tesouro	17.710.168,10	17.083.875,56	96,46%	82,00%
Outras Fontes	6.666.370,68	3.748.877,69	56,24%	18,00%
<b>Total Geral</b>	<b>24.376.538,77</b>	<b>20.832.753,25</b>	<b>85,46%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

### 3.3.2 Da Despesa por Função

A Tabela seguinte mostra a análise da execução da despesa do exercício de 2014, de acordo com as funções de governo, classificadas conforme a Portaria n° 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e agrupadas de acordo com a área de atuação.

TABELA 5  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO, ESTADO DO CEARÁ, 2014

(R\$ 1.000,00)

2014				
GRUPO DE FUNÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO
<b>Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça</b>	<b>1.715.540,61</b>	<b>1.694.397,13</b>	<b>98,77%</b>	<b>8,13%</b>
Legislativa	493.861,77	491.399,85	99,50%	2,36%
Judiciária	890.854,94	882.440,50	99,06%	4,24%
Essencial à Justiça	330.823,90	320.556,79	96,90%	1,54%
<b>Administração Geral</b>	<b>1.127.517,12</b>	<b>999.910,52</b>	<b>88,68%</b>	<b>4,80%</b>
<b>Desenvolvimento Social</b>	<b>12.898.917,59</b>	<b>11.482.554,40</b>	<b>89,02%</b>	<b>55,12%</b>
Segurança Pública	1.747.495,29	1.699.604,00	97,26%	8,16%
Assistência Social	225.466,47	191.467,67	84,92%	0,92%
Previdência Social	2.488.951,18	2.415.083,97	97,03%	11,59%
Saúde	3.129.402,09	2.863.627,44	91,51%	13,75%
Educação	2.937.581,14	2.656.449,73	90,43%	12,75%
Cultura	101.908,11	81.047,71	79,53%	0,39%
Direitos da Cidadania	502.411,01	388.366,89	77,30%	1,86%
Urbanismo	343.250,19	258.954,91	75,44%	1,24%
Habitação Saneamento	233.849,59	158.846,74	67,93%	0,76%
Organização Agrária	32.721,75	9.722,85	29,71%	0,05%
Saneamento	828.469,51	516.333,34	62,32%	2,48%
Desporto e Lazer	327.411,27	243.049,16	74,23%	1,17%
<b>Recursos Naturais e Meio Ambiente</b>	<b>156.657,37</b>	<b>86.351,81</b>	<b>55,12%</b>	<b>0,41%</b>
Gestão Ambiental	156.657,37	86.351,81	55,12%	0,41%
<b>Infraestrutura</b>	<b>3.028.260,92</b>	<b>1.574.835,37</b>	<b>52,00%</b>	<b>7,56%</b>
Comunicação	20.763,70	17.820,09	55,12%	0,09%
Energia	23.336,45	20.716,74	52,00%	0,10%
Transporte	2.984.160,77	1.536.298,53	85,82%	7,37%
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	<b>1.593.882,26</b>	<b>1.177.413,88</b>	<b>73,87%</b>	<b>5,65%</b>
Trabalho	89.427,50	75.442,39	51,48%	0,36%
Ciência e Tecnologia	160.955,08	131.746,82	73,87%	0,63%
Agricultura	729.432,23	547.552,22	84,36%	2,63%
Indústria	324.513,76	319.999,86	81,85%	1,54%
Comércio e Serviços	289.553,69	102.672,59	75,07%	0,49%
<b>Subtotal</b>	<b>20.520.775,86</b>	<b>17.015.463,11</b>	<b>82,92%</b>	<b>81,68%</b>
<b>Encargos Especiais</b>	<b>3.855.762,91</b>	<b>3.817.290,14</b>	<b>99,00%</b>	<b>18,32%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.376.538,77</b>	<b>20.832.753,25</b>	<b>85,46%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Identifica-se na Tabela 5, que em 2014 o maior volume de gastos do Governo ocorreu na área de 'Desenvolvimento Social', na qual foi aplicado um montante de R\$ 11.482.554,40 mil, o equivalente a 55,12% do total dos gastos, sendo esses recursos empregados principalmente nas funções 'Segurança Pública', 'Previdência Social', Saúde e 'Educação'. A execução orçamentária dessa área em relação ao autorizado foi de 89,02%.

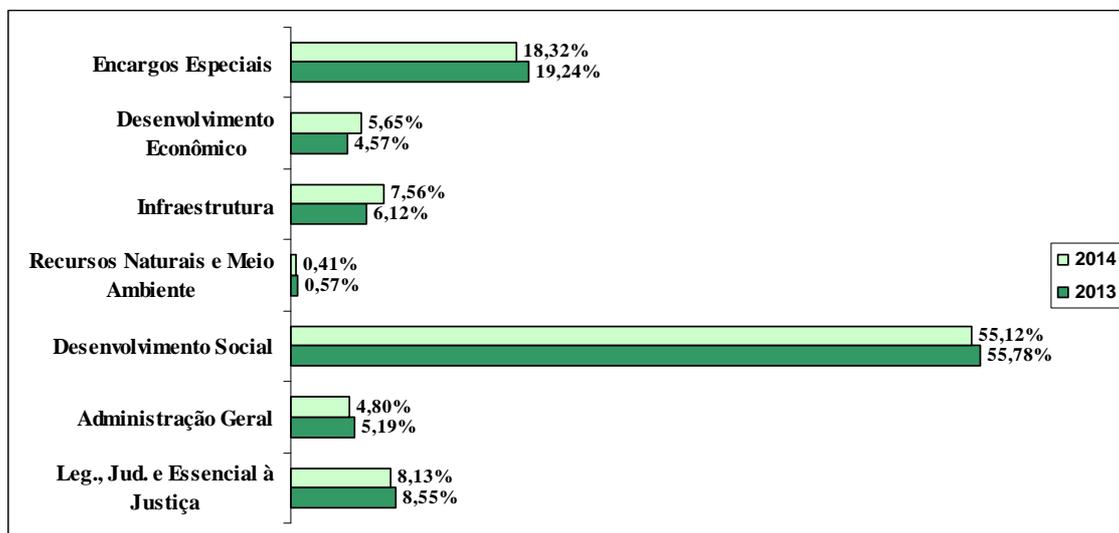


A área que contempla as funções Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça apresentou uma execução de 98,77%. Pode-se destacar, ainda, a Administração Geral e Encargos Especiais com um percentual de 88,68% e 99,00, respectivamente. A área que apresenta o percentual de execução mais baixa é Infraestrutura, com apenas 52,00%, contudo sua participação no total também é pequena representando 7,56% do total empenhado.

Ao analisar os gastos empenhados por áreas de atuação nos anos de 2013 e 2014, conforme Gráfico 1, pode-se constatar que sua distribuição por percentuais neste anos não apresentaram modificações relevantes.

GRÁFICO 1

DOS GASTOS EMPENHADOS POR ÁREAS DE ATUAÇÃO, ESTADO DO CEARÁ, 2013 E 2014



Fonte: S2GPR-SEFAZ

### 3.3.3 Da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

A Tabela 6 mostra o detalhamento da despesa por categoria econômica e grupo de natureza das despesas, comparando o percentual empenhado em relação ao autorizado, bem como a composição do valor empenhado.



TABELA 6

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA DE DESPESA, ESTADO DO CEARÁ, 2014

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/GRUPO	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (B/A)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.928.814,69</b>	<b>16.328.576,43</b>	<b>96,45%</b>	<b>78,38%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.451.260,33	8.305.461,41	98,27%	39,87%
Juros e Encargos da Dívida	303.763,89	297.663,29	97,99%	1,43%
Outras Despesas Correntes	8.173.790,46	7.725.451,72	94,51%	37,08%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.445.398,81</b>	<b>4.504.176,82</b>	<b>60,50%</b>	<b>21,62%</b>
Investimentos	6.358.797,46	3.474.259,97	54,64%	16,68%
Inversões Financeiras	484.804,51	434.100,87	89,54%	2,08%
Amortização	601.796,84	595.815,98	99,01%	2,86%
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIAS</b>	<b>2.325,28</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Reserva de Contingências	2.325,28	-	0,00%	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.376.538,77</b>	<b>20.832.753,25</b>	<b>85,46%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Quando comparado o valor autorizado com o total empenhado verifica-se o percentual de execução de 85,46%. As Despesas Correntes atingiram um percentual de 96,45% e as Despesas de Capital foram empenhadas em montante de 60,50%.

Na Tabela 6, as Despesas Correntes, as quais representam essencialmente os gastos necessários à manutenção dos serviços públicos, incluindo pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, respondem por 78,38% do total dos gastos efetuados, sendo que os gastos com pessoal e encargos sociais representam 39,87% do total dos gastos.

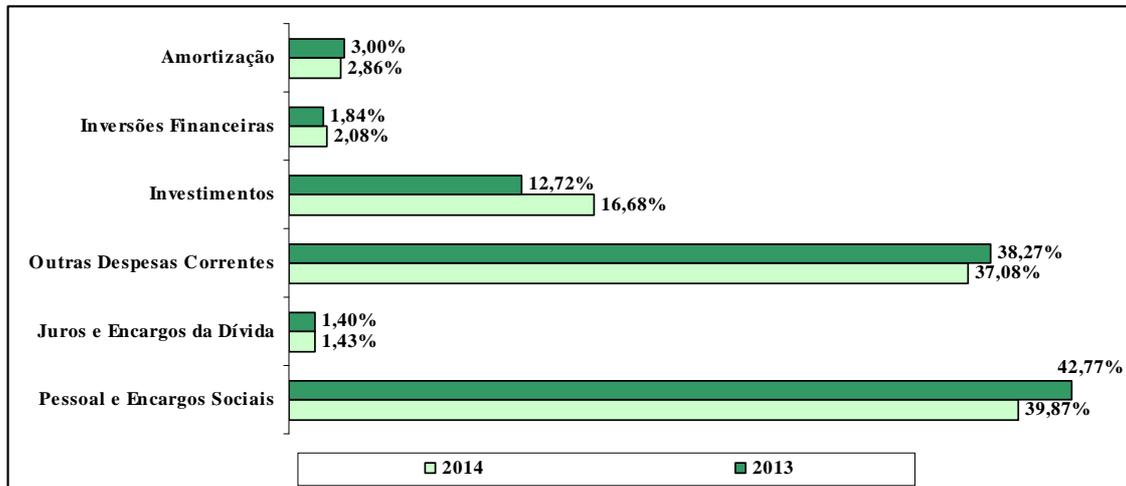
As Despesas de Capital, as quais constituem desembolsos vinculados à expansão das atividades do Estado, representaram 21,62% do total. Nesta categoria, os Investimentos representam 16,68% do total dos dispêndios, todavia apresentam a execução orçamentária mais baixa de todos os grupos, apenas 54,64%.

A seguir, o Gráfico 2 apresenta a composição das Despesas Empenhadas e uma comparação percentual entre os gastos empenhados nos exercícios de 2013 e 2014.



GRÁFICO 2

GASTOS EMPENHADOS POR GRUPO DE DESPESA, ESTADO DO CEARÁ, 2013 E 2014



Fonte: S2GPR-SEFAZ

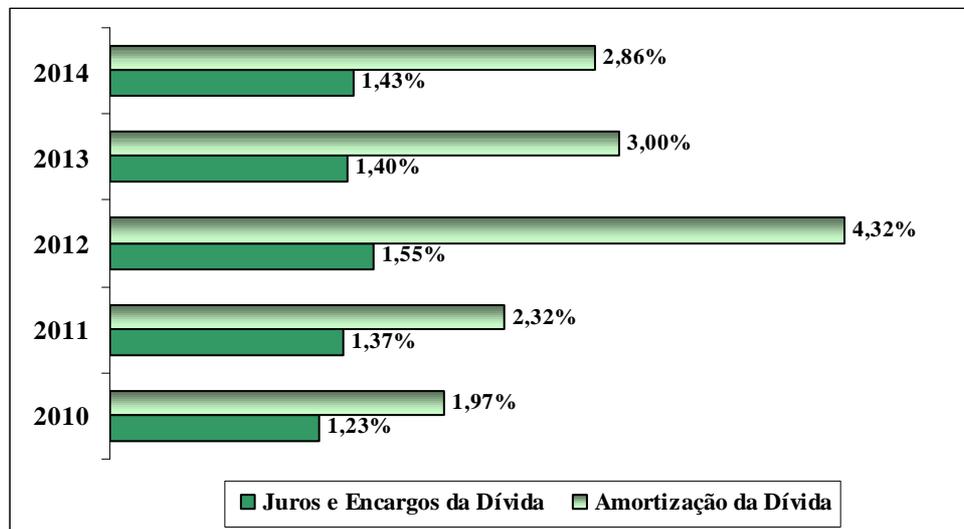
O Gráfico 2 demonstra, quanto à composição das Despesas Correntes, que o grupo ‘Pessoal e Encargos Sociais’ reduziu sua participação em 2,90%, passando de um percentual de 42,77%, em 2013, para 39,87% em 2014.

Já o Grupo de Investimentos teve um incremento de 3,96%, passando de 12,72% em 2013 para 16,68% em 2014.

Quanto aos Grupos ‘Amortizações da Dívida’ e ‘Juros e Encargos da Dívida’ que, juntos, constituem o que se chama de Serviço da Dívida permaneceu sem mudança significativas, os mesmos representavam 4,40% (3,00% + 1,40%) dos gastos em 2013, passando para o patamar de 4,29% (2,86% + 1,43%) em 2014, conforme demonstrado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA, ESTADO DO CEARÁ, 2010 A 2014



Fonte: S2GPR-SEFAZ

### 3.4. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária

#### 3.4.1 Quociente do Resultado Orçamentário

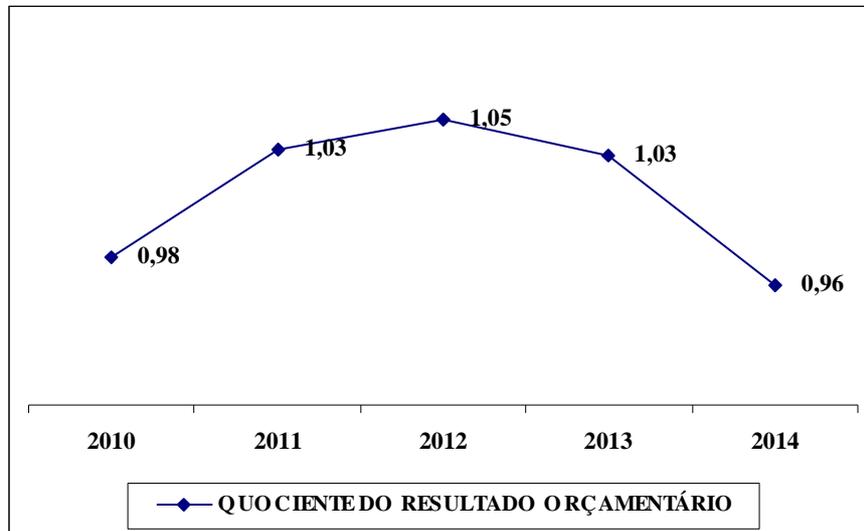
Este quociente visa demonstrar se a Receita Realizada foi suficiente para cobrir a Despesa Executada. Quando o quociente for superior a 1,00 demonstra um *superávit* orçamentário de execução e quando este é inferior, mostrar a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico 4 apresenta quocientes de execução orçamentária no período 2010-2014, demonstrando que, no exercício de 2010 a execução orçamentária apresentou *déficit*, porém de 2011 a 2013 ocorreu uma recuperação apresentando em 2013 o indicador de R\$ 1,03, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada o Estado arrecadou R\$ 1,03 de receita. Já em 2014, a execução orçamentária apresentou novamente um *déficit*, ocorrido principalmente pela baixa realização da receita de capital prevista.



GRÁFICO 4

DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, 2010-2014



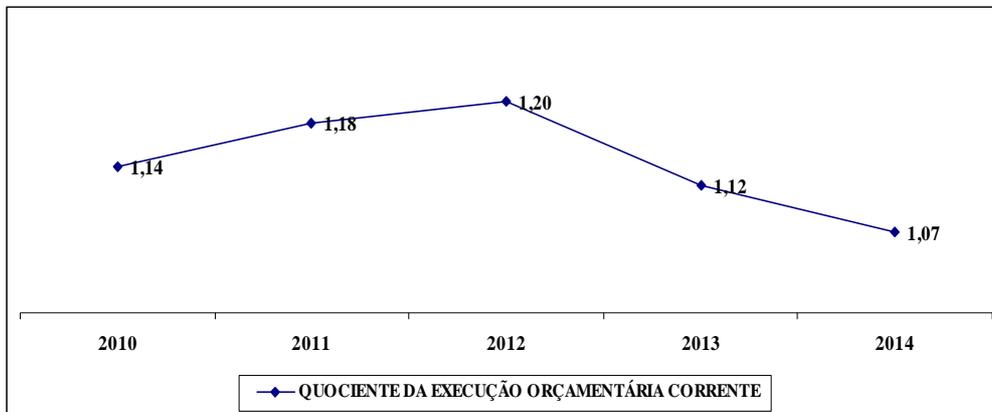
Fonte: S2GPR-SEFAZ

### 3.4.2 Quociente da Execução Orçamentária Corrente

Este quociente visa demonstrar se a Receita Corrente Realizada é suficiente para cobrir a Despesa Corrente Executada. Quando o quociente da Receita Corrente Realizada é maior que 1,00 constata-se um *superávit* orçamentário de execução e quando este é inferior demonstra a existência de *déficit* orçamentário de execução.

A seguir o Gráfico 5 evidencia que, nos exercícios de 2010 a 2014, a execução orçamentária corrente foi superior a 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada o Estado possui mais R\$ 1,00 de receita realizada. No ano de 2014, o Estado apresentou uma Receita Corrente realizada de R\$ 17.540.667,40 mil para fazer face a uma Despesa Corrente empenhada no valor de R\$ 16.328.576,43 mil, gerando um *superávit* corrente de R\$ 1.212.090,97 mil.

GRÁFICO 5 -  
EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE DO ESTADO DO  
CEARÁ, 2010-2014



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A análise da evolução do indicador, no período de 2010 a 2014, mostra uma redução do quociente de execução corrente nos últimos dois exercícios, porém mantendo-se *superavitário* em todo o período analisado.

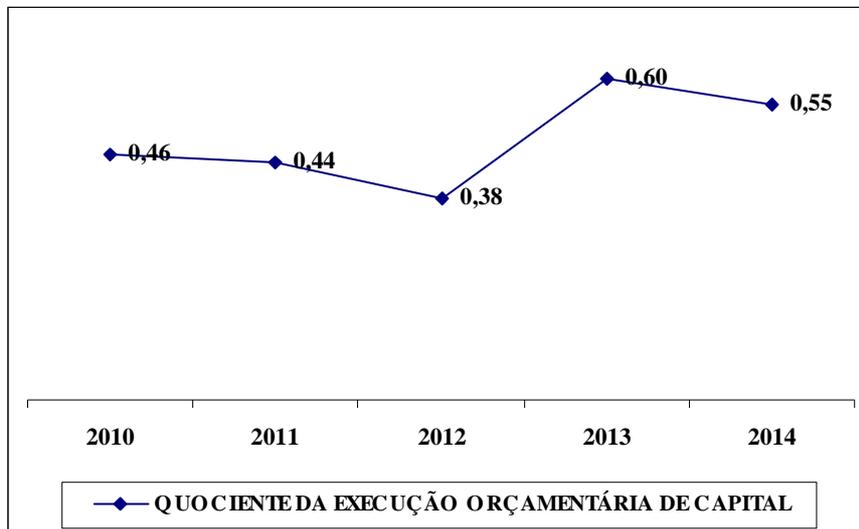
### 3.4.3 Quociente da Execução Orçamentária de Capital

Este quociente visa demonstrar se a Receita de Capital Realizada é suficiente para cobrir a Despesa de Capital Executada. Quando a Receita de Capital Realizada é maior que 1,00, isto, demonstra um *superávit* orçamentário de execução e quando é inferior, mostra a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico 6 demonstra que, no período de 2010 a 2014, a execução orçamentária de capital foi sempre inferior a 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de Despesa de Capital executada, o Estado arrecadador menos de R\$ 1,00 de Receita de Capital.



GRÁFICO 6  
EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL DO ESTADO  
DO CEARÁ, 2010-2014



Fonte: S2GPR-SEFAZ

No ano de 2014 o Estado apresentou uma Receita de Capital realizada de R\$ 2.949.254,84 mil em face da Despesa de Capital empenhada de R\$ 4.504.176,82 mil, gerando um *déficit* de capital de R\$ 2.009.921,98 mil. O Gráfico mostra que em 2014 o volume das receitas de capital cobriu somente 0,55 da despesa de capital executada. Esse quociente teve uma ligeira queda em relação ao ano anterior, contudo, é ainda bem maior que nos três primeiros anos do período analisado.



## CAPÍTULO IV

### 4 DA GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2014, com vistas a verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, a fidedignidade das informações integrantes dos demonstrativos, bem como a consecução das metas fiscais estabelecidas na legislação.

#### 4.1 Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

De acordo com a verificação efetuada no Diário Oficial do Estado, os relatórios em referência foram regularmente publicados, apresentando, entretanto, dados preliminares para o último período. De forma a enriquecer as análises, a seguir apresentadas, foram utilizados os demonstrativos apresentados pela SEFAZ com dados definitivos, e ainda não publicados até a conclusão dos trabalhos.



## **4.2 Dos Gastos com Saúde**

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, a e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou que Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O Art. 6º da Lei Complementar nº 141 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

A seguir o Quadro 1 apresenta os dados sobre os gastos com Saúde em 2014:



**QUADRO 1**  
**DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM SAÚDE**

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2014	%
<b>I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)</b>	<b>13.638.612.301</b>	<b>100,00%</b>
(+) Impostos	10.684.261.265	78,34%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	68.553.960	0,50%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	58.738.763	0,43%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	9.371.671	0,07%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	5.381.708.798	39,46%
(-) Transferências a Municípios	(2.564.022.157)	-18,80%
<b>II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)</b>	<b>2.239.936.033</b>	<b>100,00%</b>
II.1 Despesas Total por Subfunção <sup>1</sup>	2.944.686.819	131,46%
. Atenção Básica	84.793.319	3,79%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	1.742.046.382	77,77%
. Suporte Profilático e Terapêutico	178.886.893	7,99%
. Vigilância Sanitária	24.768.759	1,11%
. Vigilância Epidemiológica	28.342.654	1,27%
. Outras Subfunções	885.848.812	39,55%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde	(606.096.507)	-27,06%
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	547.236.874	24,43%
. Recursos de Operações de Crédito	51.669.124	2,31%
. Outros Recursos	7.190.509	0,32%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	(98.654.278)	-4,40%
III. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (cancelados em 2013)	0	0,00%
<b>IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT</b>	<b>16,42%</b>	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	4,42%	
<b>V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO</b>	<b>603.302.557</b>	

Fonte: RREO Dez/2014

1. Os valores apresentados na Despesa Total por Subfunção engloba as Fontes do Tesouro, as Especiais e Outras Fontes. Essas duas últimas classes de fontes estão excluídas posteriormente no campo "Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde", conforme preconiza o Demonstrativo proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 16,42% da RLIT em despesas próprias de Saúde, atendendo ao limite mínimo de 12,00% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 4,42%, o que equivale a um valor de R\$ 603.302.557.



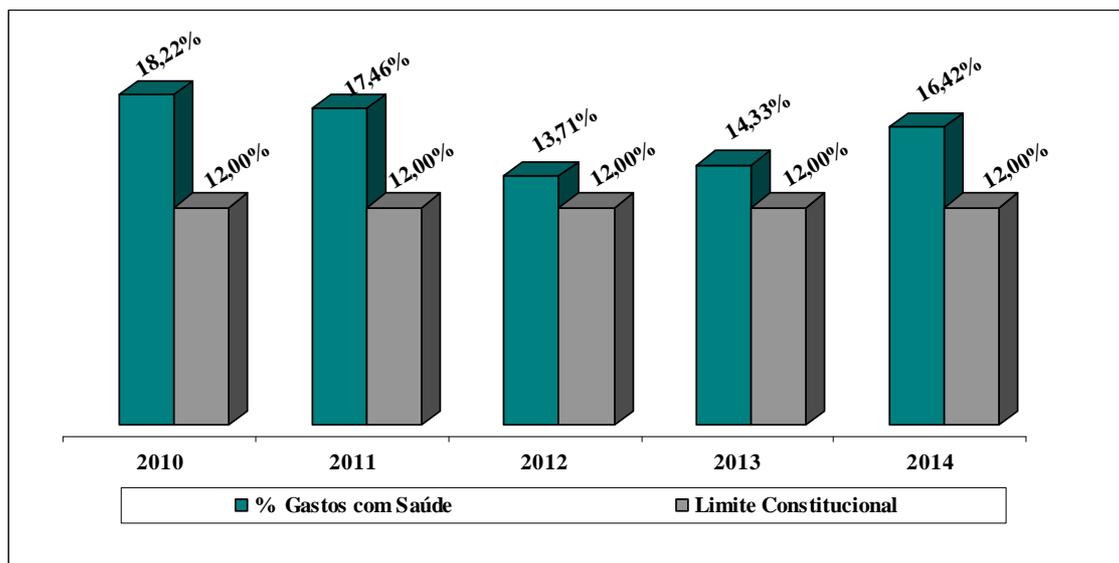
O Quadro 2 e o Gráfico 1 mostra os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de Saúde nos últimos 5 anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

QUADRO 2  
DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM SAÚDE DO PERÍODO DE 2010 A 2014

Gastos com Saúde	2010	2011	2012	2013	2014
Gastos com Saúde	1.434.315.660	1.600.158.098	1.541.149.530	1.795.135.998	2.239.936.033
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	7.870.405.664	9.163.686.970	11.242.657.404	12.527.320.087	13.638.612.301
% Gastos com Saúde	18,22%	17,46%	13,71%	14,33%	16,42%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 1 -  
EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE GASTOS APLICADOS COM SAÚDE



Fonte: S2GPR-SEFAZ

## 4.3 Das Despesas com Educação

### 4.3.1 Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo a seguir, o Estado aplicou 27,61% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 2,61% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.



A seguir, o Quadro 3 mostra dados sobre os Gastos com Educação em 2014.

QUADRO 3  
DO DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO

(R\$ 1,00)

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
<b>01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS</b>	16.202.634.751,63
Receita de Impostos	10.820.925.659,61
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	5.381.709.092,02
<b>02.DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>2.564.022.157,02</b>
Receitas Transferidas aos Municípios	2.564.022.157,02
<b>03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)</b>	<b>13.638.612.594,61</b>
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.745.180,02
05. ENSINO FUNDAMENTAL	146.379.375,12
06. ENSINO MÉDIO	1.393.863.087,16
07. ENSINO SUPERIOR	325.521.517,64
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	283.517.326,80
09. EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00
10. OUTRAS SUBFUNÇÕES	439.247.927,51
<b>11. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>(1.173.949.216,28)</b>
<b>12. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9+10-11)</b>	<b>3.765.223.630,53</b>
<b>13. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)</b>	<b>27,61%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Verifica-se, conforme exposto a seguir no Quadro 4 e no Gráfico 2, que o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em gastos com Educação.



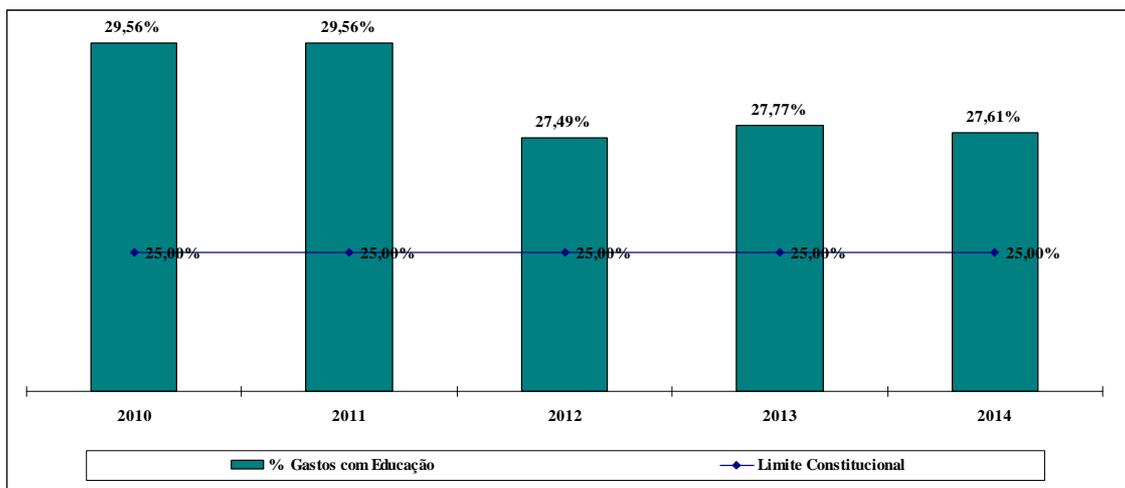
QUADRO 4 -  
EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO DE 2010 A 2014

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Educação	2010	2011	2012	2013	2014
Gastos com Educação	2.619.801.395	2.619.801.395	3.090.731.578	3.479.087.841	3.765.223.631
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	8.863.217.475	8.863.217.475	11.242.657.588	12.527.321.260	13.638.612.595
% Gastos com Educação	29,56%	29,56%	27,49%	27,77%	27,61%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 2 -  
EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE GASTOS APLICADOS COM EDUCAÇÃO



Fonte: RREO-SEFAZ

O Quadro 5, a seguir, demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se pode observar que destacam-se os gastos aplicados em Ensino Médio (53,79%), no Ensino Superior (12,56%) e em Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (10,94%).



QUADRO 5

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

(R\$ 1,00)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.745.180,02	0,11%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	146.379.375,12	5,65%
06. ENSINO MÉDIO	1.393.863.087,16	53,79%
07. ENSINO SUPERIOR	325.521.517,64	12,56%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	283.517.326,80	10,94%
09. EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00%
10. OUTRAS SUBFUNÇÕES	439.247.927,51	16,95%
<b>11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9+10)</b>	<b>2.591.274.414,25</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

#### 4.3.2 Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O Quadro 6 seguinte mostra os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2014.

QUADRO 6 -  
COM DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FUNDEB DO ANO DE 2014

(R\$ 1,00)

RECEITAS DO FUNDEB	
<b>1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO</b>	<b>2.504.946.465,92</b>
<b>2. RECEITAS DO FUNDEB NO ESTADO</b>	<b>1.328.309.255,93</b>
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	994.358.743,12
2.2 Complementação da União do FUNDEB	322.039.033,61
2.3 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	11.911.479,20
<b>3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)</b>	<b>(1.510.587.722,80)</b>
<b>4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>1.064.456.451,58</b>
Com Ensino Fundamental	102.798.076,67
Com Ensino Médio	760.821.291,87
Com Educação Básica	-
Outras	200.837.083,04
<b>5. OUTRAS DESPESAS</b>	<b>228.968.746,71</b>
Com Ensino Fundamental	184.200,00
Com Ensino Médio	157.641.583,34
Com Educação Básica	-
Outras	71.142.963,37
<b>6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>-</b>
<b>7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)</b>	<b>1.293.425.198,29</b>
<b>8. MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)</b>	<b>80,14%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o Quadro 6, a Receita Total do FUNDEB foi de R\$ 1.328.309.255,93, enquanto os gastos com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$ 1.064.456.451,58. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 80,14% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em 20,14% o percentual mínimo exigido na Lei Federal. Contudo, esse percentual de 80,14%, atende a Lei Estadual nº 15.064/11, que estabeleceu o percentual mínimo de 80% para o exercício de 2014.

#### 4.4 Das Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (48,6%), Judiciário (6%) e Legislativo (3,4%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2014, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

O Quadro 7 expõe os gastos com pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, nos exercícios de 2014 e 2013, e os percentuais desses gastos em relação à RCL.

QUADRO 7 -  
GASTOS COM PESSOAL

(R\$ 1.00)

Poderes	Despesas (R\$)	Percentual s/ RCL		Limite Prudencial <sup>(1)</sup>	Limite Máximo
	2014	2014	2013		
Executivo	6.357.615.800	44,09%	43,53%	46,17%	48,60%
Legislativo <sup>(2)</sup>	336.424.926	2,33%	2,27%	3,23%	3,40%
Judiciário	759.421.840	5,27%	4,98%	5,70%	6,00%
Min. Público	237.607.992	1,65%	1,55%	1,90%	2,00%
<b>Totais</b>	<b>7.691.070.557</b>	<b>53,34%</b>	<b>52,33%</b>	<b>57,00%</b>	<b>60,00%</b>
<b>RCL</b>	<b>14.418.477.504</b>				

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(1) Limite Prudencial = 95% do Limite Máximo

(2) Inclui Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

Pela análise do Quadro 7 supra, observa-se que, em 2014 e 2013, o gasto total com pessoal do Estado, bem como, individualmente, os gastos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público ficaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF.

Comparando-se com o resultado de 2013, tem-se que o percentual de Despesa com Pessoal do Estado apresentou um aumento de 1,01%, com o percentual sobre a RCL passando de 52,33% para 53,34%. Especificamente em relação ao Poder Executivo, ocorreu um aumento do gasto em 0,56%, passando de 43,53%, em 2013, para 44,09%, em 2014. A seguir, o Quadro 8 mostra o comportamento dos gastos com pessoal do Poder Executivo no período 2010 a 2014.



QUADRO 8 -

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE 2010 A 2014

(R\$ 1,00)

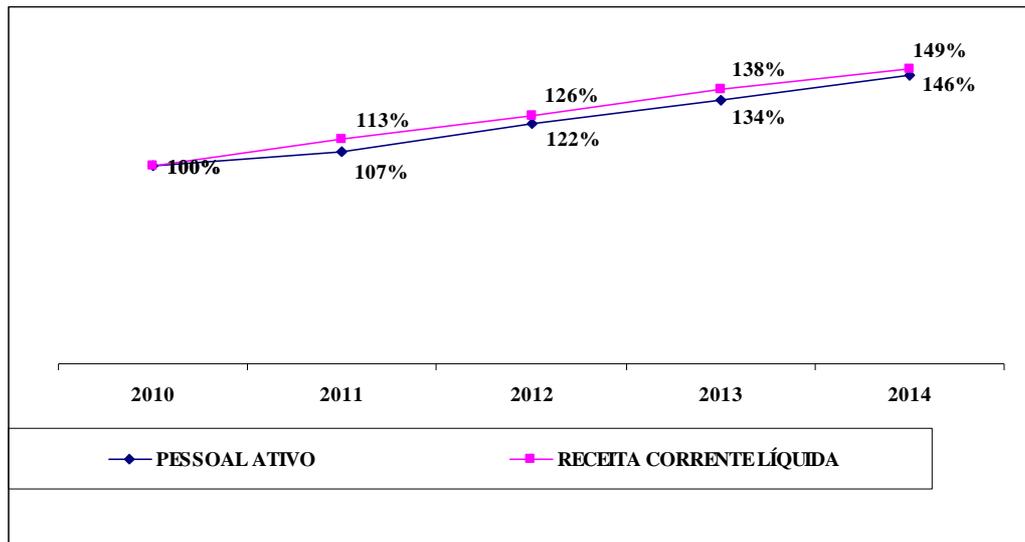
Gastos com Pessoal - Poder Executivo	2010	2011	2012	2013	2014
Gastos com Pessoal	3.956.276.527	4.949.204.832	5.090.862.447	5.824.556.219	6.357.615.800
% Gastos com Pessoal	40,94%	45,13%	41,97%	43,53%	44,09%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%
Limite Fiscal Máximo	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Tomando como base o ano de 2010, verificou-se que no período de 2011 a 2013, a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo tem crescido numa proporção um pouco menor que a Receita Corrente Líquida. No ano de 2014 a Despesa de Pessoal teve um crescimento maior em 1%, pois passou de 134% para 146%, enquanto a RCL 138% para 149%, conforme Gráfico 3 apresentado a seguir.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DA RCL



Fonte: SEFAZ-RREO

QUADRO 9

EVOLUÇÃO DA RCL DE 2010 A 2014

ITEM	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Corrente Líquida RCL	9.664.272.961	10.966.435.337	12.130.620.626	13.379.882.290	14.418.477.504
Varição Acumulada	100%	113%	126%	138%	149%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



Comparando a evolução dos gastos com pessoal terceirizado em relação aos gastos com pessoal ativo, nos últimos 4 anos, verifica-se um incremento maior nos gastos com terceirização, impactado fortemente pelos gastos no último exercício de 2014, conforme Quadro 10 e Gráfico 4, a seguir:

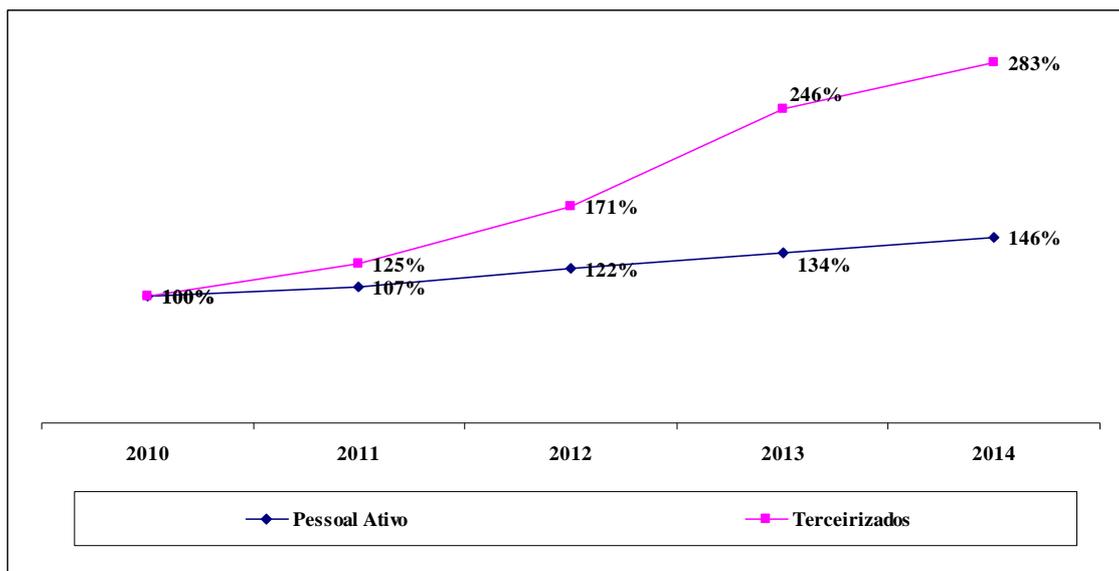
QUADRO 10  
EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM TERCEIRIZADOS

R\$ 1,00

Gastos com Terceirizados - Poder Executivo	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal Ativo	3.618.474.752	3.866.422.022	4.400.243.319	4.831.685.422	5.287.292.014
Terceirizados	105.072.913	130.993.590	179.237.375	258.839.766	370.544.439
% Gastos com Terceirizados / Gastos com Pessoal Ativo	2,90%	3,39%	4,07%	5,36%	7,01%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 4  
EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DOS GASTOS COM TERCEIRIZAÇÃO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

## 4.5 Da Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Operações de Crédito

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas e as Garantias Concedidas em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções n<sup>os</sup> 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

**a. Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL  
(Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);**



**b. O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso D);**

**c. O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).**

O Quadro 11 a seguir apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2013 e 2014:

QUADRO 11  
COMPARATIVO DOS VALORES ALCANÇADOS PELO ESTADO EM RELAÇÃO AS  
LIMITAÇÕES LEGAIS

(R\$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIACÃO 2013/2014	% S/RCL		(% ) LIMITE MÁXIMO
	2013	2014		2013	2014	
Disponível	3.039.952.320	2.416.144.596	-20,52%	22,72%	16,76%	-
Dívida Consolidada	6.980.854.715	8.501.127.953	21,78%	52,17%	58,96%	-
Dívida Consolidada Líquida	3.940.902.395	6.084.983.357	54,41%	29,45%	42,20%	200%
Operações de Crédito	1.190.525.229	1.633.746.799	37,23%	8,90%	11,33%	16%
Garantias Concedidas	851.191.449	870.955.093	2,32%	6,36%	6,04%	22%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(1) Receita Corrente Líquida 2014 = R\$ 14.418.477.504

(2) Receita Corrente Líquida 2013 = R\$ 13.379.882.290

Examinando o Quadro 11, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito e Garantias Concedidas, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções n.ºs 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

O valor total da Dívida Consolidada Líquida, em 2014, R\$ 6.084.983.357, foi maior que o valor em 2013, R\$ 3.940.902.396, perfazendo um aumento de 54,41%. E as operações de crédito também tiveram um incremento de 37,23%, passando de R\$ 1.190.525.229 em 2013 para R\$ 1.633.746.799 em 2014.

Pode-se também perceber que houve um aumento no percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL, subindo de 29,45% em 2013, para 42,20% em 2014. Mesmo com esse crescimento, ainda está distante do limite fiscal de 200%, como se pode verificar no Quadro 12 e Gráfico 5, a seguir.



QUADRO 12

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2010 A 2014

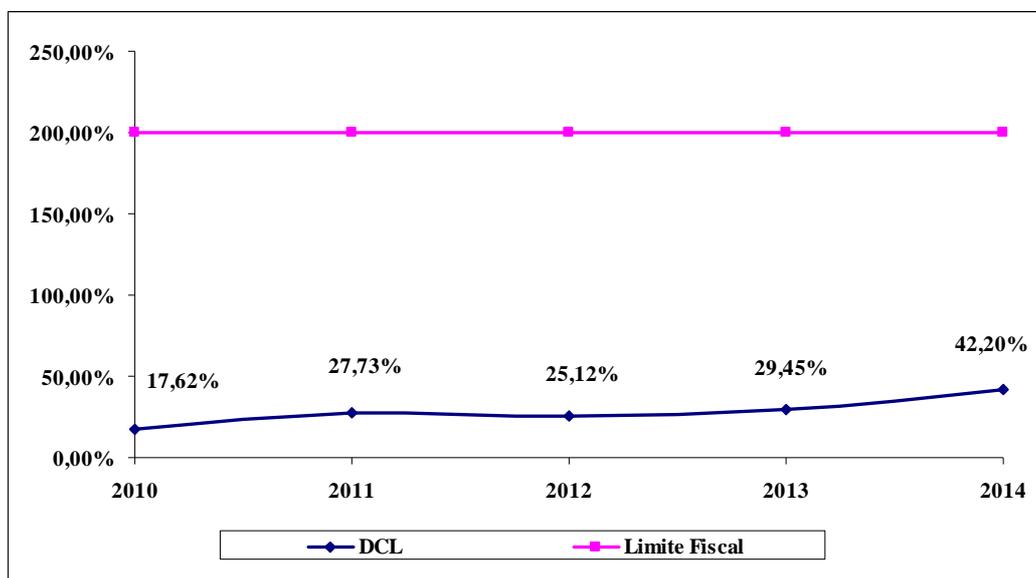
(R\$ 1,00)

Dívida Cons. Líquida - DCL	2010	2011	2012	2013	2014
DCL	2.680.112.222	3.221.715.419	3.360.363.106	3.940.902.395	6.084.983.357
% da DCL/RCL	17,62%	27,73%	25,12%	29,45%	42,20%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 5

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2010 A 2014



Fonte: RREO: DEZ/2014

As Garantias e Contragarantias, nos últimos quatro anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado no Quadro 13 e Gráfico 6 a seguir.

QUADRO 13

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

R\$ 1,00

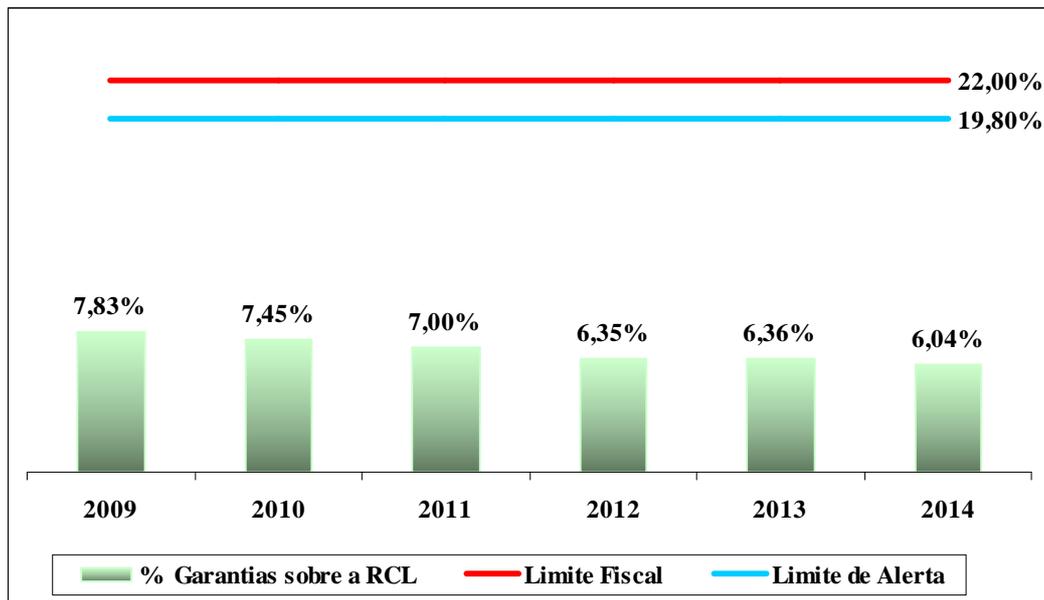
Garantias e Contragarantias	2010	2011	2012	2013	2014
Total das Garantias e Contragarantias	756.537.621	817.186.226	849.512.623	850.047.773	870.955.093
% Garantias sobre a RCL	7,83%	7,45%	7,00%	6,35%	6,04%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS



Fonte: SEFAZ-RREO

O volume anual das operações de crédito, nos últimos quatro anos, também tem-se comportado bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrativos no Quadro 14 e Gráfico 7 a seguir.

QUADRO 14

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2010 A 2014

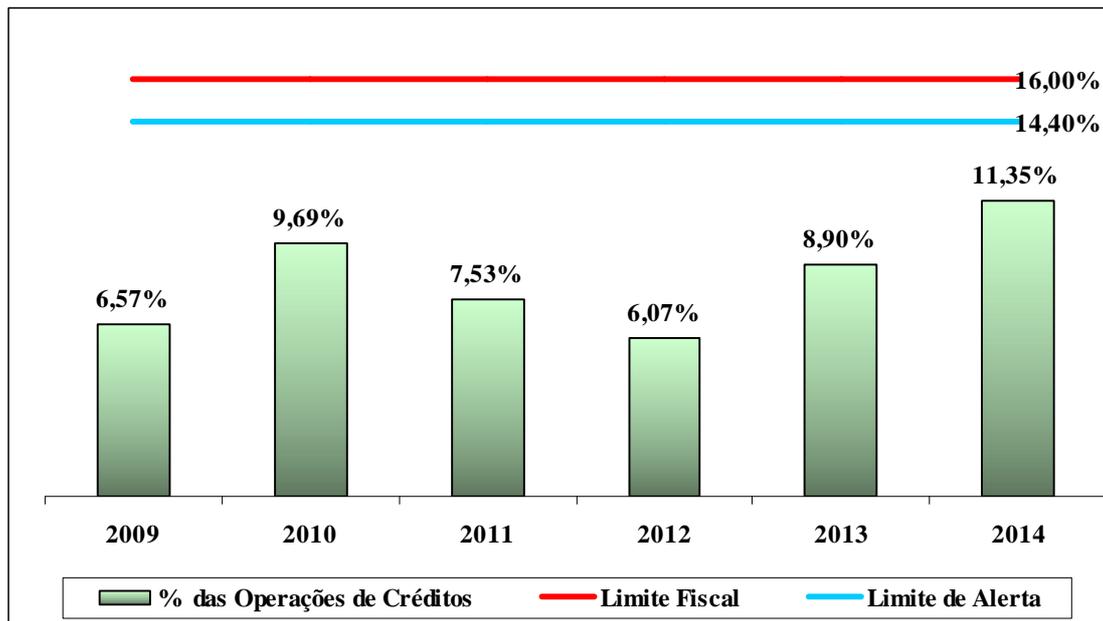
RS 1,00

Operações de Créditos	2010	2011	2012	2013	2014
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	1.063.158.347	913.072.697	811.527.194	1.190.525.229	1.633.746.799
% das Operações de Créditos	7,56%	11,00%	5,64%	8,27%	11,35%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 7

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2010 A 2014



Fonte: RREO DEZ/2014

#### 4.6 Das Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

O Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda à realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Conseqüentemente, para que não sejam realizadas Operações de Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.

No exercício de 2014, as Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R\$ 1.633.746.799, enquanto a Despesa de Capital liquidadas foi no montante de R\$ 4.008.185.504, que corresponde ao valor total das Despesas de Capital R\$ 4.268.051.150 menos o valor de R\$ 259.865.646 (inscritos em restos a pagar não processados).



Conforme Instruções da Portaria n.º 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital, aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos. No ano de 2014, esse valor correspondeu a R\$ 259.865.646, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

O valor líquido das Despesas de Capital (R\$ 4.245.816.289), quando deduzidas das Operações de Crédito R\$ 1.633.746.799, o resultado apurado foi de R\$ 2.612.069.490, atendendo à regra de ouro, conforme Quadro 15 a seguir.

QUADRO 15  
DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO

(R\$ 1,00)

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
<b>I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.633.746.799</b>
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
<b>II. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.245.816.289</b>
LIQUIDADAS	4.008.185.504
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	237.630.785
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO</b>	<b>(2.612.069.490)</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

#### 4.7 Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O art. 53, § 1.º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

O demonstrativo publicado para atendimento do dispositivo legal acima mostra que, no exercício de 2014, foram realizadas receitas provenientes de alienação de bens no valor de R\$ 5.842.585 e que não houve aplicação do valor.



Desta forma, o saldo restante para aplicação em Despesas de Capital ou no Regime de Previdência, acumulado com o saldo dos exercícios anteriores, está apresentado no Quadro 16 a seguir:

QUADRO 16

DEMONSTRATIVO DO SALDO PROVENIENTE DAS RECEITAS COM ALIENAÇÃO DE BENS

(R\$ 1,00)

Descrição	Exercício Anterior	Do Exercício	Saldo a Realizar
Receitas a Aplicar de Alienação de Bens	15.161.059	5.842.585	21.003.644

Fonte: S2GPR-SEFAZ

## 4.8 Das Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta, são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, e os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores, dentre outros. Vale ressaltar, que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2014, incluídos os valores pertinentes ao regime próprio de previdência, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidades na importância de R\$ 2.549.452.952,00.

No campo das obrigações financeiras, utilizando os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal, foi apurado o valor de R\$ 1.131.421.780,61.

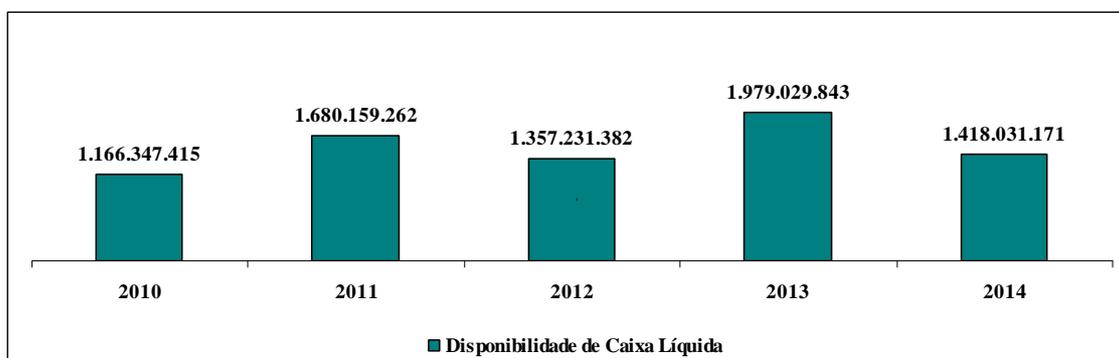
A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. Em 2014, da importância de R\$ 2.549.452.952,00, constam como recursos vinculados o montante de R\$ 1.325.571.954,40, tendo como exemplo desses recursos as transferências do FUNDEB, do SUS, de convênios, repasse fundo a fundo – FNAS, dentre outros.



Em 31 de dezembro de 2014, auferiu-se o saldo das Disponibilidades Líquidas, que correspondem a R\$ 1.418.031.171,39, obtido a partir do valor total de R\$ 2.549.452.952,00 das Disponibilidades, deduzidas as Obrigações Financeiras no montante de R\$ 1.131.421.780,61.

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o Gráfico 8 a seguir demonstra o saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida ao final de cada um dos exercícios de 2010 a 2014.

**GRÁFICO 8**  
**SALDO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO**



Fonte: S2GPR-SEFAZ

## **4.9 Dos Resultados Nominal e Primário**

### **4.9.1 Do Resultado Primário**

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O Quadro 17 demonstra os valores estabelecidos para o Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.



QUADRO 17  
PREVISÃO E EXECUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

(Em R\$ 1.000,00)

Descrição	LDO 2014	LOA 2014	Execução 2014
Receita Primária	18.174.344,00	18.999.028,00	19.107.174,46
Despesa Primária	17.826.581,00	18.651.265,00	18.651.839,39
<b>Resultado Primário</b>	<b>347.763,00</b>	<b>347.763,00</b>	<b>455.335,07</b>

Fonte: LDO/LOA/RREO

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2014 (Lei n°. 15.406, de 25 de julho de 2013) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 347,763 milhões. A Lei Orçamentária Anual para 2013 (Lei n° 15.268, de 28 de dezembro de 2012) no seu Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2013 manteve a meta de Resultado Primário no valor de R\$ 347,763 milhões, estando tal situação em consonância com a diretriz nacional de manutenção das metas de Resultado Primário e Nominal definidas na LDO.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2014, o Resultado Primário do exercício de 2014 foi de 455,34 milhões, superando sobremaneira a meta inicialmente prevista. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

O Quadro 18 e o Gráfico 9 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2010 a 2014. Da análise deste, constata-se que neste período o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas.

QUADRO 18  
EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO PERÍODO DE 2010 A 2014

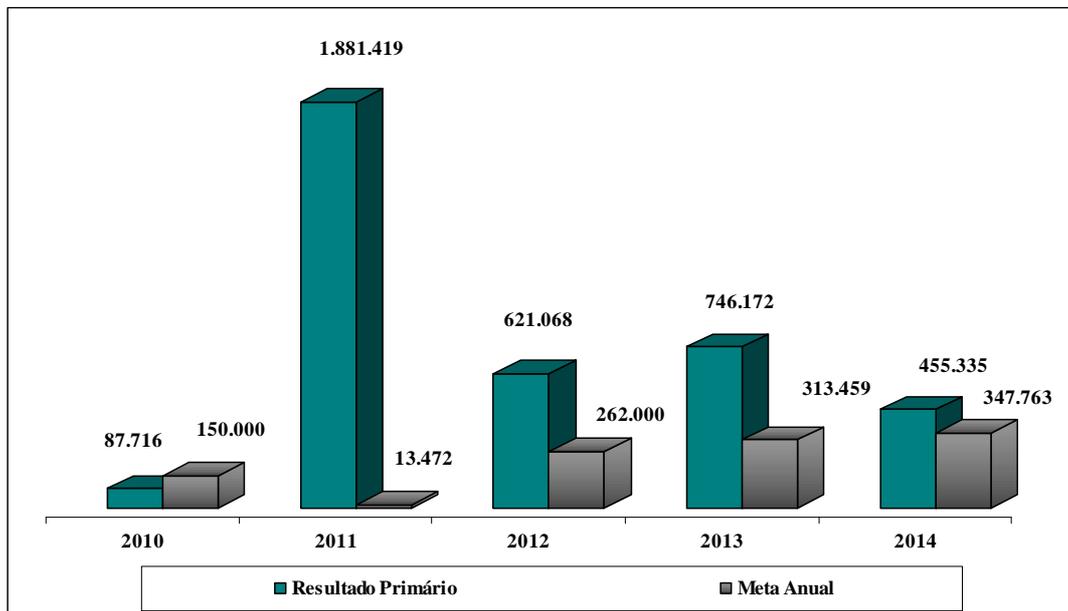
(Em R\$ 1.000,00)

RESULTADO PRIMÁRIO					
Resultado Primário	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Primário do Exercício	87.716	1.881.419	621.068	746.172	455.335
Meta de Resultado Primário prevista no Anexo de Metas Fiscais da LDO	150.000	13.472	262.000	313.459	347.763

Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2010 a 2014 e RREO/2014

GRÁFICO 9

COMPARATIVO ANO A ANO DO RESULTADO PRIMÁRIO COM A META ANUAL



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2010 a 2014 e RREO

Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando auto-suficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

#### 4.9.2 Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2014 estabeleceu, como meta para Resultado Nominal, o valor de R\$ 1.082,354 milhões. Esse valor representa previsão de redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado. A Lei Orçamentária Anual para 2014 apresenta o mesmo valor previsto na LDO.



QUADRO 19  
COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL

(R\$ 1,00)

Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2013	3.940.902.395	6.980.854.715
2014	6.084.983.357	8.501.127.953
<b>Resultado Nominal (Variação Anual)</b>	<b>2.144.080.962</b>	<b>1.520.273.238</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2014, o Resultado Nominal no ano de 2014 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de 2.144,081 milhões.

O crescimento da Dívida Consolidada Líquida, em 2014, foi proporcionado principalmente pelo incremento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa), que passou do valor de R\$ 6.366.878.846 em 2013 para R\$ 7.853.594.579, ou seja, um incremento de 23,35%, devido às novas operações de crédito já citadas anteriormente.

O Quadro 20 demonstra o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos quatro exercícios, em que se observa a variação negativa da Dívida Fiscal Líquida em 2011 e 2012 e nos dois últimos anos crescimento.

QUADRO 20  
EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL DO PERÍODO DE 2010 A 2014

(Em R\$ 1,00)

Resultado Nominal	2010	2011	2012	2013	2014
Estoque da DCL	2.680.112.222	3.221.715.420	3.360.363.105	3.940.902.395	6.138.896.095
Resultado Nominal do Exercício - Variação da Dívida	1.233.488.969	541.603.198	138.647.685	580.539.290	2.197.993.700
Meta	1.204.429.000	(152.483.000)	(152.483.000)	1.082.354.000	347.051.000

Fonte: S2GPR-SEFAZ

#### 4.10 Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que “A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O parágrafo único do mesmo artigo define que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

A distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2014, teve o comportamento evidenciado no Quadro 21 a seguir.

QUADRO 21  
INVESTIMENTOS POR MACROREGIÃO

(R\$ 1,00)

MACROREGIÃO	VR. AUTORIZADO 2014	VR. EMPENHADO 2014	% NO TOTAL EXECUTADO 2014	% NO TOTAL EXECUTADO 2013
Litoral Oeste	374.519.616,99	215.358.335,65	6,20%	4,67%
Sobral / Ibiapina	417.783.222,90	225.185.656,25	6,48%	5,61%
Sertão de Inhamus	139.329.188,43	86.869.711,46	2,50%	2,77%
Sertão Central	439.637.857,69	206.985.373,47	5,96%	4,85%
Baturité	80.970.804,12	42.143.612,57	1,21%	1,87%
Litoral Leste / Jaguaribe	360.934.734,53	166.526.336,47	4,79%	3,68%
Cariri / Centro Sul	922.438.891,67	615.325.581,15	17,71%	9,33%
<b>Subtotal - Interior</b>	<b>2.735.614.316,33</b>	<b>1.558.394.607,02</b>	<b>44,86%</b>	<b>32,78%</b>
Estado do Ceará	315.741.184,46	32.184.018,42	0,93%	1,97%
Região Metropolitana	3.744.109.593,51	1.883.681.346,68	54,22%	65,25%
<b>Total</b>	<b>6.795.465.094,30</b>	<b>3.474.259.972,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG

Pela análise do Quadro 21 é possível identificar que 44,86% do valor autorizado foi destinado ao interior do Estado, percentual que, a princípio, não atende ao dispositivo constitucional.

É importante ressaltar que nos percentuais apresentados estão segregadas as despesas alocadas na Região 22 – Estado do Ceará, que representa 1,97% do total empenhado, para as quais não foi possível aferir se a região beneficiária pertence ao interior do Estado. Mesmo somando-se integralmente o valor dessa macrorregião ao volume aplicado no interior, o percentual mínimo estabelecido na constituição não é atingido, pois o percentual de aplicação na região metropolitana contemplou 54,22% do total investido pelo Estado em 2014.

Oportuno destacar que, em 2014, os investimentos realizados no montante de R\$ 3.474.259.972,12, foram superiores ao ano de 2013, que apresentaram uma importância de R\$ 2.239.122.060, mostrando um incremento de 55,16% de seu valor. Contudo a participação na execução orçamentária do interior foi de 44,86% do total dos recursos, patamar superior ao de 2013, que foi de 32,78%. As regiões que obtiveram maiores impactos no aumento dos investimentos foram Sobral/Ibiapina, que passou de 5,61% em 2013 para 6,48% em 2014 e Cariri/Centro Sul que passou de 9,33% em 2013 para 17,71% em 2014.



A Região Metropolitana de Fortaleza onde foram investidos o montante de R\$ 1.883.681.346,68, podemos destacar o valor de R\$ 847.543.384,69, aplicados no programa de Transporte e Logística do Estado e o valor de R\$ 175.653.335,78 no programa de Infraestrutura Esportiva e de Lazer e restante dos recursos foram investidos em diversos programas.



## CAPÍTULO V

### 5 DO TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2013

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2013.

As ações foram definidas no âmbito da *Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF*, ferramenta criada pelo Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos. Para tanto, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado- CGE, na condição de Órgão Central de Controle Interno, com a competência de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e nos termos do art.6º do mencionado decreto, instituiu a referida comissão, coordenada por representante desta CGE e formada por representantes da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria da Fazenda – SEFAZ e Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Nesse contexto, as recomendações emitidas pelo TCE foram analisadas em função da pertinência temática e discutidas pela Comissão, cujas ações de melhoria estão apresentadas a seguir com a indicação das providências adotadas e considerações pertinentes sobre a matéria.

#### **ASSUNTO: DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE**

**Recomendação nº 01: Às Secretarias beneficiadas do FECOP que, diante da existência de saldo bancário líquido na conta do FECOP, efetuem ações suplementares de nutrição, habilitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações carentes.**

Em 2013, foi publicada a Lei Complementar nº 126, que acrescentou o §5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 37, que instituiu o FECOP. Essa nova legislação ampliou a utilização dos recursos do FECOP em ações voltadas à Educação Profissional e outras modalidades de preparação para o trabalho integrado ao Ensino Médio, inclusive por Meio das Organizações Sociais, devidamente qualificadas pelo Poder Executivo Estadual.



O governo do Estado vem aumentando a aplicação dos recursos do FECOP, quando em 2012 foram empenhados recursos na ordem de R\$ 285.248.968,08, em 2013 um montante de R\$ 405.457.151,23, apresentando um incremento de 42,14% em relação a 2012 e em 2014 um valor total de R\$ 551.281.541,01, que acumulou um incremento de 93,26% com base em 2012. Segundo o PPA de 2012-2015, esses recursos foram distribuídos prioritariamente nas Áreas de Atuação de Educação Básica, Desenvolvimento Social e Trabalho, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Urbano e Integração Regional e outras com menos volume de recursos.

Analisando a previsão de total de recursos (LEI + CRÉDITO) em relação ao total empenhado demonstramos no Quadro 1 a seguir, verifica-se que em 2013 a execução ficou em 78,29% e em 2014 atingiu o patamar de 90,56%.

**QUADRO 1**  
**RECURSOS DO FECOP APLICADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E SEUS RESPECTIVOS PROGRAMAS**

RELAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E PROGRAMAS	ANO 2012		ANO 2013		ANO 2014		
	PERCENTUAL EMPENHADO	VALOR EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS	PERCENTUAL EMPENHADO	VALOR EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS	PERCENTUAL EMPENHADO
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>88,03%</b>	<b>134.605.748,29</b>	<b>33,20%</b>	<b>87,87%</b>	<b>131.238.551,34</b>	<b>23,81%</b>	<b>96,57%</b>
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	77,20%	76.312.064,42	18,82%	88,71%	74.778.260,17	13,56%	95,20%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	94,11%	32.582.638,29	8,04%	94,78%	35.650.309,42	6,47%	99,43%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00%	25.711.045,58	6,34%	78,41%	20.809.981,75	3,77%	96,79%
<b>SAÚDE</b>	<b>77,20%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>19.362.618,36</b>	<b>3,51%</b>	<b>77,45%</b>
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	19.362.618,36	3,51%	77,45%
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL</b>	<b>61,70%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	61,70%	0,00	0,00%	0,00%	50.000,00	0,00%	0,00%
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO</b>	<b>92,47%</b>	<b>43.838.182,51</b>	<b>10,81%</b>	<b>95,73%</b>	<b>43.899.129,30</b>	<b>7,96%</b>	<b>93,39%</b>
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	89,26%	8.355.348,24	2,06%	87,31%	8.781.105,45	1,59%	79,40%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	93,32%	33.672.438,47	8,30%	97,84%	34.191.239,98	6,20%	98,20%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	98,94%	1.810.395,80	0,45%	99,97%	926.783,87	0,17%	82,23%
<b>ESPORTE E LAZER</b>	<b>84,96%</b>	<b>3.565.552,81</b>	<b>0,88%</b>	<b>87,18%</b>	<b>3.088.079,08</b>	<b>0,56%</b>	<b>66,57%</b>
ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	84,96%	3.565.552,81	0,88%	87,18%	3.088.079,08	0,56%	66,57%
<b>CULTURA</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.088.000,00</b>	<b>0,27%</b>	<b>99,74%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	100,00%	1.088.000,00	0,27%	99,74%	0,00	0,00%	0,00%
<b>INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</b>	<b>48,44%</b>	<b>31.937.500,00</b>	<b>7,88%</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.566.498,37</b>	<b>3,91%</b>	<b>99,95%</b>
TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00%	30.000.000,00	7,40%	100,00%	21.566.498,37	3,91%	99,95%
INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ	48,44%	1.937.500,00	0,48%	100,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA</b>	<b>74,98%</b>	<b>106.057.964,39</b>	<b>26,16%</b>	<b>60,00%</b>	<b>128.903.976,48</b>	<b>23,38%</b>	<b>82,39%</b>
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	92,83%	68.453.521,24	16,88%	74,92%	85.721.425,42	15,55%	92,61%
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	43,74%	37.416.407,90	9,23%	44,41%	43.068.357,97	7,81%	77,94%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	56,60%	188.035,25	0,05%	16,32%	114.193,09	0,02%	1,32%
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>48,83%</b>	<b>1.575.615,56</b>	<b>0,39%</b>	<b>28,80%</b>	<b>2.513.135,28</b>	<b>0,46%</b>	<b>49,44%</b>
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	48,83%	1.550.774,69	0,38%	29,01%	2.061.205,88	0,37%	50,12%
ACUMULAÇÃO HÍDRICA	0,00%	24.840,87	0,01%	19,79%	451.929,40	0,08%	46,55%
<b>DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL</b>	<b>38,59%</b>	<b>48.767.907,85</b>	<b>12,03%</b>	<b>77,33%</b>	<b>45.299.021,34</b>	<b>8,22%</b>	<b>92,97%</b>
DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00%	20.806.579,46	5,13%	96,87%	17.046.667,65	3,09%	98,57%
SANEAMENTO AMBIENTAL	10,69%	6.174.202,51	1,52%	66,62%	3.648.847,93	0,66%	73,34%
HABITACIONAL	54,91%	21.655.599,69	5,34%	68,55%	23.915.505,76	4,34%	93,01%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3,41%	131.526,19	0,03%	18,20%	688.000,00	0,12%	92,82%
<b>GOVERNO E SOCIEDADE</b>	<b>90,09%</b>	<b>34.020.679,82</b>	<b>8,39%</b>	<b>93,26%</b>	<b>42.814.084,01</b>	<b>7,77%</b>	<b>92,56%</b>
PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	88,75%	22.022.201,43	5,43%	92,37%	28.989.551,54	5,26%	91,95%
EQUIDADE DE GÊNERO	99,87%	289.000,00	0,07%	99,94%	299.529,37	0,05%	99,28%
PROMOÇÃO E PROT DOS DIREITOS HUMANOS	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	1.091.842,41	0,20%	96,88%
ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	90,72%	8.043.659,13	1,98%	95,65%	7.498.470,75	1,36%	98,56%
ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	98,25%	3.665.819,26	0,90%	93,05%	4.934.689,94	0,90%	87,45%
<b>ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>112.546.447,45</b>	<b>20,42%</b>	<b>100,00%</b>
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	112.546.447,45	20,42%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>75,82%</b>	<b>405.457.151,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>78,29%</b>	<b>551.281.541,01</b>	<b>100,00%</b>	<b>90,56%</b>

Fonte: SIOF-SEPLAG



O Quadro 1 apresenta ainda que montante de recursos aplicados em 2014 foi distribuído principalmente entre as Áreas de Atuação de Educação Básica com 23,81%, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária com 23,38% e Encargos Gerais com 20,42%. E ainda, algumas áreas apresentaram um volume de recursos empenhados em relação ao previsto acima dos 90,59%. São elas: Educação Básica 96,57%, Desenvolvimento Social e Trabalho 93,39%, Desenvolvimento Urbano e Integração Regional 92,97%, Infraestrutura e Logística 99,95%, Governo e Sociedade 92,56% e Encargos Gerais 100%.

Em 2014 na Área de Atuação de Educação Básica foram aplicados recursos no montante de R\$ 131.238.551,34, que manteve sua principal aplicação no programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional com um valor de R\$ 74.778.260,17, ou seja, 56,98% do total aplicado nessa área. Outro programa que merece destaque é o de Aprendizagem das Crianças na Idade Certa que recebeu um volume de recursos do FECOP no montante de R\$ 35.650.309,42, que corresponde a 27,16% do total de recursos aplicados nessa área de atuação.

Na área de atuação de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foi empenhado o montante de R\$ 128.903.976,48, que apresentou um incremento em 2014 de 23,38% em relação ao executado em 2013. E ainda pode-se destacar seu percentual empenhado em relação ao previsto para o ano de 2014 que foi de 82,39%, bem acima do alcançado no ano anterior de apenas 60%. Nesse sentido, pode-se destacar o programa de Desenvolvimento Agropecuário, que em 2013 aplicou recursos no valor de R\$ 68.453.521,24 e em 2014 passou para o montante de R\$ 85.721.425,42, com um incremento de 25,23% de um ano para o outro.

Pode-se ainda destacar, que a área de atuação da Saúde com o Programa de Atenção à Saúde Integral e de Qualidade aplicou um total de R\$ 19.362.618,36 em 2014 com recursos do FECOP e em períodos anteriores nenhum valor.

Na área de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional foram empenhados cerca de R\$ 45.299.021,34, que corresponde a 8,22% do total de recursos do FECOP aplicados. Dentre seus programas pode-se destacar o Habitacional que utilizou quase 50% do total dos recursos dessa área de atuação e sua execução orçamentária foi superior ao ano anterior, tanto em termos de volume de recursos com em percentual empenhado em relação ao previsto.

Os recursos aplicados no programa Encargos Gerais do Estado no valor de R\$ 112.546.447,45 correspondem a ressarcimentos ao Tesouro Estadual relativos ao valor do ICMS dispensado durante o exercício de 2014 na forma da Lei Complementar nº 148/2014 e sua regulamentação no Decreto nº 31.656/2014, conforme Quadro 2 demonstrativo a seguir:



**QUADRO 2**  
**DESTINAÇÃO E OS VALORES DOS RESSARCIMENTOS**

<b>DESTINAÇÃO</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
Fornecimento de energia elétrica para consumidor de classe residencial, cujo consumo mensal seja igual ou inferior a 50 Kwh; de classe de produtor rural; e enquadramento na classe residencial de baixa renda.	67.251.244,29
Fornecimento de óleo diesel destinados ao transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros.	11.873.080,61
Venda de medicamentos destinados ao tratamento de câncer e em cumprimento de mandado judicial.	33.422.122,55
<b>TOTAL</b>	<b>112.546.447,45</b>

Fonte: Lei Complementar 148/2014 e Decreto Estadual nº 31.656/2014

No sentido de fomentar a execução dos recursos, a Gerência Executiva do FECOP está desenvolvendo uma estratégia de monitoramento sistemático de projetos juntos às secretarias beneficiárias dos recursos do Fundo, estabelecendo uma atuação mais próxima, que contribuirá para ganhos de efetividade na realização dos projetos.

Para finalizar, é demonstrado no Quadro 3 e Gráfico 1 a seguir a evolução da movimentação financeira do FECOP de 2008 a 2014, onde pode-se observar o aumento da aplicação dos recursos, principalmente em 2010, 2013 e 2014. Nos dois últimos anos foram executados recursos utilizando a arrecadação do período e uma parte do saldo disponível, referente superávit de períodos anteriores diminuindo assim o saldo de recursos e demonstrando a disposição e a busca da aplicação integral dos recursos do referido Fundo.

**QUADRO 3**  
**EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FECOP DE 2008 A 2014**

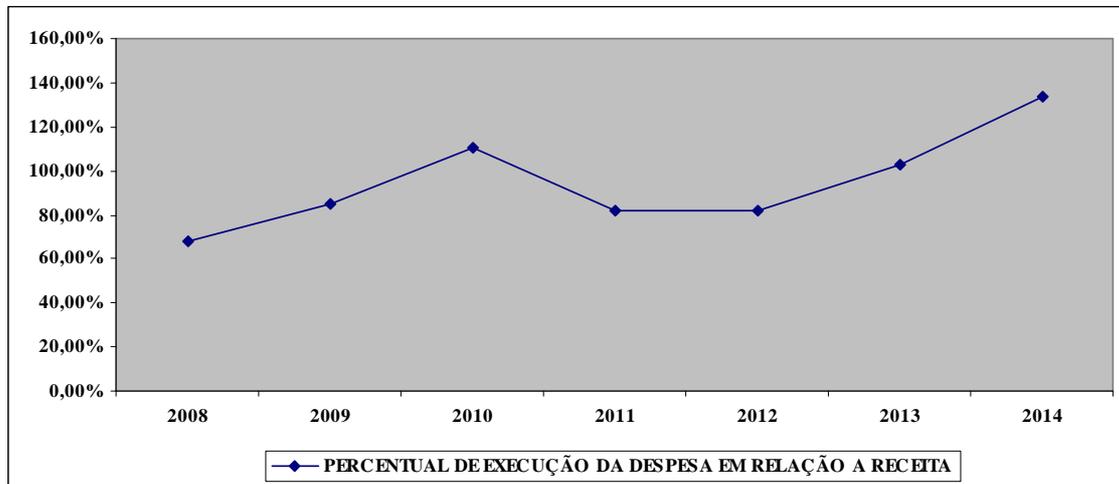
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>RECEITAS</b>	221.763.513,30	240.304.700,99	282.462.941,95	307.402.500,21	339.678.792,66	359.181.977,62	409.456.696,76
<b>DESPESAS (PAGAS + RESTOS A PAGAR)</b>	150.268.569,36	204.793.934,27	311.758.291,01	252.907.752,52	277.355.380,71	369.396.407,52	548.365.589,13
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT</b>	71.494.943,94	35.510.766,72	- 29.295.349,06	54.494.747,69	62.323.411,95	- 10.214.429,90	- 138.908.892,37
<b>SALDO ANTERIOR</b>	113.086.448,72	184.581.392,66	220.092.159,38	190.796.810,32	245.291.558,01	307.614.969,96	297.400.540,06
<b>SALDO DO FINAL</b>	<b>184.581.392,66</b>	<b>220.092.159,38</b>	<b>190.796.810,32</b>	<b>245.291.558,01</b>	<b>307.614.969,96</b>	<b>297.400.540,06</b>	<b>158.491.647,69</b>
<b>PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA DESPESA EM RELAÇÃO A RECEITA</b>	<b>67,76%</b>	<b>85,22%</b>	<b>110,37%</b>	<b>82,27%</b>	<b>81,65%</b>	<b>102,84%</b>	<b>133,93%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ



GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP DE 2008 A 2014



Fonte: S2GPR-SEFAZ

## ASSUNTO: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

**Recomendação nº 02: À Secretaria de Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 40., I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Em consonância com os fundamentos de uma Gestão Fiscal Responsável, em que se busca de forma permanente manter o equilíbrio financeiro do Estado, quesito fundamental para a oferta de serviços públicos de qualidade à sociedade, o Estado do Ceará tem adotado procedimentos relacionados ao controle das suas despesas por meio do seu Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), criado pelo Decreto nº 27.524, de 09 de agosto de 2004 e posteriormente disciplinado pelo Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011.

Dentre as atribuições do COGERF destacam-se a elaboração de estudos e a proposição ao Chefe do Poder Executivo de medidas definidoras dos gastos com pessoal, outras despesas correntes, despesas de capital e dívida pública. Além disso, cabe ao Comitê estabelecer medidas de contenção e racionalização dos gastos públicos, bem como a fixação e acompanhamento dos limites financeiros.

Assessorando ao COGERF há, ainda, o Grupo Técnico de Gestão por Resultados – GTR, o Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF e o Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC, cada um com suas atribuições técnicas específicas.



Assim, visando propiciar um maior controle de custos, na LDO de 2015, Lei nº 15.674, de 31 de julho de 2014, foi inserido dispositivo, por emenda, reforçando esse normativo.

**Art. 18, Parágrafo único.** Consoante o Decreto nº 30.457, de 2 de março de 2011, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da administração pública, e cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.

Para a LDO do ano de 2016 está prevista a inclusão de dispositivo acerca da avaliação do resultados dos programas, o qual deverá trazer o seguinte texto:

Art. XX – A avaliação dos resultados dos principais programas governamentais finalísticos é realizada bianualmente a partir do cumprimento de metas e iniciativas que contribuam para o alcance dos objetivos, conforme estabelece o art. 12 da Lei Estadual nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012.

**Recomendação nº. 03: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.**

Em 06 de agosto de 2013 foi publicada a Portaria SEFAZ nº 981/2012, e em seguida vieram as Portaria nº 518/2013 e a Portaria nº 297, de 19 de maio de 2014, que revogaram dispositivos da Portaria nº 518/2013, relativos ao Cronograma de Ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme a Portaria STN nº 406/2011, alterada pelas Portarias STN nº 828/2011, 231/2015 e 753/2012. A SEFAZ mantém o compromisso de continuidade ao processo de construção de um sistema de custos, estando o Estado atento à estipulação de prazos obrigatórios sobre o assunto pela STN.

As ações adotadas em ordem cronológica foram as seguintes:

- ✓ No final de 2013 ocorreu a primeira reunião para as discussões sobre a implantação do Sistema de Informação de Custos. Essa reunião resultou na constituição do grupo de discussão para desenvolvimento do modelo de gestão de custos para o Estado do Ceará, com a idéia inicial de desenvolver projeto piloto na própria SEFAZ.



- ✓ Em maio de 2014, o grupo de estudos voltou a se reunir para discutir modelos de gestão de custos mais apropriados e que atendessem as necessidades de informações da SEFAZ. Alguns modelos de gestão de custos já implantados foram estudados, como a gestão de custos baseada em atividades (ABC) do Banco Central e a metodologia de custo ideal padronizado para posterior alocação via direcionadores de custos que está sendo implantada na União.
- ✓ Após a reunião ocorrida em maio/2014, o grupo optou pela implantação de modelo similar ao adotado pela União, com o objetivo de seguir o padrão federal que atualmente consta em desenvolvimento.
- ✓ De acordo com a decisão tomada nessa última reunião a equipe de estudos ficou com a incumbência de desenvolver o modelo conceitual da gestão de custos do Estado do Ceará nos moldes do modelo federal e elaborar o termo de referência para contratação das empresas que irão suprir as necessidades de solução tecnológica necessárias para o funcionamento da ferramenta de gestão de custos a ser implantada.
- ✓ Em outra reunião, realizada em Junho/2014, SEPLAG e CGE manifestaram interesse em participar do grupo de estudos para desenvolvimento do Sistema de Informação de Custos. Representantes da SEPLAG, inclusive, revelaram a existência de recursos específicos, originados do programa PforR do BIRD, a serem destinados à contratação de consultoria para desenvolvimento do Sistema de Informação de Custos. O termo de referência deverá ser concluído em breve permitindo assim que as empresas responsáveis possam ser contratadas ainda no ano de 2015.

Uma vez concluído, o Sistema de Informação de Custos do Estado do Ceará será integrado ao Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), em consonância com as orientações emitidas em nível nacional pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ficará sob responsabilidade de grupo de trabalho designado especificamente para esse fim, cuja composição compreenderá servidores da SEFAZ, SEPLAG e CGE, sob supervisão da SEFAZ, através da COTES.

**Recomendação nº. 04: À Secretaria da Fazenda que elabore demonstrativo de que trata o art. 13 da LRF, evidenciando a quantidade e os valores relativos a ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.**

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2014 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.



A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda - SEFAZ adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Com referência à atuação de combate à sonegação e evasão fiscal, registre-se que com a criação da Procuradoria da Dívida Ativa - PRODAT efetivou-se uma eficiente cooperação entre os outros órgãos estaduais com o intuito de combater estas práticas, destacando-se a prorrogação do convênio nº 05/2008 até a data de 31/12/2018, convênio este que trata da cooperação técnica e operacional entre a PGE, SEFAZ, PGJ e SSPDS. Foram ainda efetivadas ações com o escopo de aumentar a arrecadação estadual, a saber: inscrição de débitos não-tributários de diversas origens, como multas penais, custas processuais, indenizações, multas do DECON, multas dos Tribunais de Contas, etc. A PRODAT efetuou a inclusão de muitos devedores no SERASA, e procedeu o PROTESTO cartorário de dívidas tributárias inscritas; Ajuizou-se eletronicamente execuções fiscais; e efetivou-se a NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL de devedores de ICMS e, principalmente, de devedores de IPVA.

A seguir, evidencia-se na Tabela 1 e 2 a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa e a Evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

TABELA 1  
COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA, 2014

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
1. Tributários	1.761	199.818.393,24
2. Não Tributários	1.015	35.367.499,68
<b>TOTAL</b>	<b>2.776</b>	<b>235.185.892,92</b>

Fonte: Procuradoria Geral do Estado



TABELA 2  
EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA  
ADMINISTRATIVA

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	VALORES
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57

Fonte: Procuradoria Geral do Estado

**Recomendação nº. 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore os Instrumentos de Planejamento (LDO a LOA), de forma a atender satisfatoriamente às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo constar no Demonstrativo de Renúncia de Receitas os valores relativos á estimativa de compensação em face dos incentivos fiscais concedidos.**

Com a LDO nº 15.674, de 31 de julho de 2014 e observada na LOA nº 15.753, de 30 de dezembro do 2014. No Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita 2015 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) apresenta incentivo fiscal de ICMS no montante de R\$ 967.262,96 milhões, sendo R\$ 773.810,36 milhões para a Indústria e R\$ 193.452,59 milhões para o Comércio. Justifica a compensação com a expansão na base econômica (crescimento do PIB), modernização da administração fazendária e controle nas operações interestaduais.

**Recomendação nº 06: Ao Poder Executivo que publique no prazo legal (30 dias, após a publicação da LOA) as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de desembolso, tudo em conformidade com a legislação de regência, com vistas a garantir o equilíbrio das contas públicas e a solvência do Estado.**

O cronograma de que trata a Lei contempla além das receitas ordinárias de caráter tributário, recursos de outras fontes, como aqueles provenientes de empréstimos e convênios.

Recentemente o país tem apresentado cenários macroeconômicos instáveis, que aliados a constantes atrasos na aprovação da Lei Orçamentária da União e nos seus repasses aos outros Entes Federativos, impactam na previsão do fluxo de entrada de recursos no Estado.

Diante disso, o tempo de preparação do cronograma mensal de desembolso fica comprometido.

Não obstante, o Poder Executivo vem cumprindo anualmente o mérito da questão com a publicação do referido demonstrativo e envidará esforços no sentido do cumprimento do estrito prazo legal da publicação.

**Recomendação nº 07: Ao Poder Executivo que elabore o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias considerando os passivos contingentes do Estado.**

O Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Ceará é elaborado considerando passivos contingentes, especialmente o risco de Frustração da Arrecadação.

O próprio Manual da Secretaria do Tesouro Nacional estabelece o objetivo do Anexo de Riscos Fiscais, qual seja “*dar transparência sobre os possíveis eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do ente da Federação, descrevendo as providências a serem tomadas, caso se concretizem.*”

Além disso, na página 37 da 5ª edição desse manual há o entendimento que “*É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo. Por exemplo, se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias – como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.*”

Assim, no Estado do Ceará alguns passivos contingentes já estão previstos nas Leis Orçamentárias Anuais, sendo administrados pelo Estado com a implementação de condutas de mitigação e de mecanismos de controle e que não causam desequilíbrio financeiro.

Dessa forma, ações como “*Cumprimento de Sentenças/Débitos Judiciais*” que englobam as principais demandas judiciais do Estado e “*Restabelecimento de Serviços Essenciais e Recuperação de Cenários Atingidos por Desastres*” já constam na Lei Orçamentária de 2014 sob o código 00439 e 13898, respectivamente, não precisando constar sob a forma de risco individualizado no demonstrativo do Anexo de Riscos Fiscais da LDO.

Nada obstante, a partir da LDO para o ano de 2016, a Secretaria do Planejamento e Gestão, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, irá aprofundar mais ainda a análise de tais passivos contingentes no sentido de verificar se apesar de constar previsões orçamentárias, ainda haja riscos eventuais cujo montante possa realmente afetar o equilíbrio das contas públicas, caso sejam efetivadas.



## **ASSUNTO: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Recomendação nº. 08: À Secretaria da Fazenda - SEFAZ que ajuste em sua página eletrônica, os valores correspondentes às transferências constitucionais repassadas aos municípios, em consonância com o sistema contábil, de forma a evidenciar os importes efetivamente repassados.**

Atualmente, as Portarias informativas da distribuição da arrecadação aos municípios, disponibilizadas no site da SEFAZ, contêm o repasse bruto e o líquido do FUNDEB. Portanto, os valores informados já representam a arrecadação real de cada mês, de acordo com o regime de competência. Sob o enfoque da promoção da transparência, destacamos que informar ao público geral os repasses constitucionais aos municípios calculados com base na arrecadação real de cada mês é mais esclarecedor do que informar valores contabilizados a título de despesa. E se explica por que os repasses referentes à arrecadação de um determinado mês são empenhados no mesmo mês por estimativa, isto em razão de o fechamento da arrecadação só ocorrer no mês seguinte, quando então são realizados os ajustes dos empenhos, e como é sabido, o empenho não pode retroagir, de sorte que os ajustes entram como despesa do mês seguinte. Tal situação impede que os valores da despesa empenhada, mês a mês, seja exatamente igual aos valores dos repasses calculados a partir da arrecadação real, em virtude dos empenhos serem feitos por estimativa.

**Recomendação nº. 09: À Secretaria da Fazenda que evidencie as receitas orçamentárias segregadas pelas fontes de recursos e disponibilize à esta Corte de Contas tais informações por meio da base de dados.**

À Secretaria da Fazenda evidenciará as receitas orçamentárias segregadas pelas fontes de recursos e disponibilizará ao TCE por meio de base de dados a partir de em 2015.

**Recomendação nº 10: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aperfeiçoe a ferramenta de TI para acompanhamento do percentual de abertura de créditos adicionais definido na LOA, disponibilizando a consulta aos percentuais de exercícios anteriores, bem como as respectivas memórias de cálculo.**

Recomendação atendida, a SEPLAG vem propiciando uma maior transparência às informações referente à abertura de créditos adicionais definidos na LOA, como se pode constatar ao acessar o sítio da SEPLAG ([www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br)) no ícone Planejamento/Abertura de Créditos Suplementares - Autorização Legislativa - 25%. A SEPLAG passou a disponibilizar o percentual de abertura de créditos adicionais em seu site, onde pode-se verificar que em 2013 foi de 14,71% e em 2014 de 20,85%, ficando abaixo do limite de 25% previsto na legislação.



## **ASSUNTO: GASTOS REALIZADOS MEDIANTE LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE**

**Recomendação 11: À Administração Pública Estadual envide esforços no sentido de dar fiel cumprimento às diretrizes do art. 3º da Lei de Licitações no que toca às chamadas “licitações sustentáveis”, de modo a elaborar marco regulatório estadual visando à sua implantação e utilização.**

O governo do Estado visando garantir a todos os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como preconiza o art. 224 da Constituição Federal está trabalhando para regulamentar o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Assim, está preparando um projeto de lei a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, estabelecendo práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública estadual. Está em análise no âmbito do referido projeto a possibilidade e razoabilidade de criação de uma Comissão Estadual de Sustentabilidade da Administração Pública - CSAPE, que será responsável pelo estabelecimento de critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública estadual direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

**Recomendação 12: Às Secretarias de Estados que registrem no sistema S2GPR, como dispensas ou inexigibilidades de licitação somente aqueles despesas que de fato se enquadram nessas hipóteses e que torne obrigatório o preenchimento no empenho da despesa do campo relativo ao dispositivo legal.**

No que diz respeito ao registro do dispositivo legal relacionado às dispensas e inexigibilidades no âmbito do S2GPR, no módulo Ciclo Orçamentário, desde a implantação do S2GPPR, qualquer registro de empenho precede da necessidade de se informar os dados da respectiva licitação, quando for o caso. Caso o usuário marque a opção de Modalidade sem Licitação, obrigatoriamente deve escolher uma dentre as três opções válidas que se apresentam: Dispensa, Inexigibilidade e Não se Aplica. Caso o usuário escolha Dispensa ou Inexigibilidade, uma nova caixa de combinação deve ser preenchida, obrigatoriamente, com a informação do dispositivo legal que respalda a aquisição a ser efetuada. Dessa forma, nenhum empenho registrado no S2GPR pode ser concluído e executado sem constar com as informações relativas ao embasamento legal para a aquisição do bem/serviço.



No que diz respeito às informações inseridas nesse campo são de inteira responsabilidade dos usuários responsáveis pela geração dos empenhos no S2GPR, não havendo possibilidade de batimentos de informação com outros sistemas corporativos, já que ainda não há integrações suficientes para que se procedam tais conferências. Nesse sentido, o incremento da qualidade informacional desses empenhos, quanto à correta caracterização das informações de Dispensa e/ou Inexigibilidade de Licitação devem ser promovidas pela intensificação de orientação e capacitação dos usuários do sistema responsáveis pela geração dessas informações.

## **ASSUNTO: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**

**Recomendação nº 13: Às Secretarias de Estado que contabilizem no item “Transferência a Organizações Sociais - Contrato de Gestão” somente aquelas despesas relativas aos contratos de gestão.**

Os itens de Despesa são informativos, isto é, depende da informação do usuário do Sistema S2GPR. A SEFAZ, já solicitou providências para o Setor de TI para incluir críticas nos Contratos de Gestão com as devidas naturezas de despesas e itens, descritos em seguida:

33503900002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
33504100002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
33509200002	Contribuições - Contratos de Gestão
33509200004	Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica - Contrato de Gestão
44503900002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
44504100002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão
44504200002	Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão

Essa rotina já terá seus efeitos observados a partir de 2015.

**Recomendação nº 14: Aos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Estadual que não destinem recursos públicos como contribuições, subvenções sociais ou qualquer modalidade assemelhada a instituições privadas com fins lucrativos.**

A partir do final do ano de 2012, os normativos aplicáveis às transferências voluntárias de recursos financeiros por meio de Convênios e Instrumentos Congêneres no Estado do Ceará foram revistos e protagonizaram um dos maiores avanços no ordenamento jurídico na busca do controle das atividades envolvidas e da melhoria processual.



Nesse intuito, foram editadas a Emenda a Constituição Estadual nº. 75/2012, a Lei Complementar Estadual nº. 119/2012, os Decretos Estaduais nº. 31.406/2014 e nº. 31.621/2014, a Portaria CGE nº. 031/2014, além da compatibilização das Leis de Diretrizes Orçamentárias ao novo regramento.

Isto posto, em especial com a promulgação da LC 119/2012 e da Lei nº15.203/2012, as transferências de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres passaram a estar submetidas ao cumprimento das etapas estabelecidas pela referida legislação, quais sejam:

- I. Divulgação de Programas;
- II. Cadastramento de Parceiros;
- III. Aprovação ou Seleção de Plano de Trabalho
- IV. Celebração do Instrumento;
- V. Execução, Acompanhamento e Fiscalização
- VI. Prestação ou Tomada de Contas.

Quanto a aplicabilidade dos regramentos da IN 01/2005 no exercício de 2013, os órgão e entidades do Poder Executivo Estadual tinham por regra observar o disposto no Art.57 da LC119/2012 e nos Arts. 49 a 52 da Lei n °15.203/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, abaixo transcrito:

**Art.57.** Os convênios e instrumentos congêneres, celebrados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, estão subordinados, até o final da sua vigência, às seguintes normas: (Nova redação dada pela Lei Complementar n.º 127, de 06 de novembro de 2013)

**I – Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012**, e suas alterações, no que tange às condições e exigências para fins de **celebração**;

**II – Instrução Normativa Conjunta SECON-SEFAZ-SEPLAN nº 1, de 27 de janeiro de 2005**, Decreto Estadual nº 28.841, de 27 de agosto de 2007, e Instrução Normativa Conjunta SECON-SEFAZ-SEPLAG nº 3, de 16 de junho de 2008, e suas alterações, **para fins de execução e prestação de contas**.(grifo nosso)

## **ASSUNTO: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS**

**Recomendação nº 15: Ao Poder Executivo que eleve o nível de execução orçamentária de todos os programas governamentais previstos na PPA e na LOA, em especial aqueles voltados à Educação, ao combate à seca e enfrentamento às drogas.**



**Recomendação nº 16: Ao Poder Executivo que eleve o nível de execução das metas fiscais constantes do Anexo de Metas e prioridades previsto na LDO, em especial aquelas voltadas à segurança pública e prevenção às drogas.**

Sobre as recomendações nº 15 e 16, o Quadro 4 demonstra a evolução de 2012 a 2014 da execução orçamentária das áreas temáticas com seus respectivos programas que envolvem educação, segurança, combate à seca e enfrentamento às drogas. Pode-se verificar que em 2012 o percentual do total da execução dos programas selecionados foi de 72,36%, em 2013 atingiu o patamar de 85,71% e em 2014 de 90,40%.

A área temática de Educação Básica passou de uma execução de 66,00% em 2012 para patamares acima de 90% a partir de 2013, tendo como principal responsável por essa melhoria uma maior execução no programa de Organização e Gestão da Educação Básica, que em 2012 tinha executado apenas 28,87%, em 2013 o programa avançou com um percentual de 87,65% e no ano 2014 foi de 81,20%.

A área de Segurança Pública apresentou uma estabilidade na sua execução ficando no patamar acima de 90% nos três anos da análise. Contudo, analisando o montante de recursos aplicados verificamos que em 2012 foram aplicados R\$ 1.217.892.833,75 e em 2014 R\$ 1.582.995.461,32, com um incremento de 29,98%.

Dentre as execuções dos principais programas de 2014 pode-se destacar a gestão e manutenção das secretarias (SEDUC, SSPDS, SDA e Vinculadas) que chegaram a patamares próximos a 100%.

Outro programa que merece destaque é o de Enfretamento à Pobreza Rural, que em 2012 e 2013 tiveram uma execução de apenas 36,39% e 38,40%, respectivamente, e em 2014 apresentou uma execução de 84,43%, tendo sido aplicados recursos no montante de R\$ 256.519.128,84, montante bem superior ao dos anos anteriores de apenas R\$ 78.848.264,38 em 2012 e R\$ 129.566.643,36 em 2013.

O programa de Enfrentamento às Drogas vem ampliando ano a ano seu volume de recursos como se pode verificar no Quadro a seguir. Em 2012 foi aplicado um valor de R\$ 465.211,60, com uma execução de 55,13%, já em 2014 atingiu o montante de R\$ 3.419.465,44, com um nível de execução de 78,76%.



QUADRO 4 -  
COMPARATIVO COM EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS

R\$ 1,00

PROGRAMA	ANO 2012		ANO 2013		ANO 2014	
	Valor Executado	Percentual Executado	Valor Executado	Percentual Executado	Valor Executado	Percentual Executado
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>1.961.261.346,32</b>	<b>66,00%</b>	<b>2.115.290.919,46</b>	<b>91,49%</b>	<b>2.260.917.365,71</b>	<b>90,22%</b>
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	315.627.123,65	82,14%	243.306.517,56	81,94%	338.622.091,35	75,74%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	75.741.207,87	75,49%	63.543.403,42	65,04%	53.149.263,74	78,75%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	369.550.883,26	28,87%	463.709.131,07	87,65%	428.846.016,04	81,20%
DIVERSOS PROGRAMAS	4.744.488,04	90,21%	5.834.980,94	97,13%	5.586.448,90	94,60%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC	1.195.597.643,50	99,51%	1.338.896.886,47	96,85%	1.434.713.545,68	98,44%
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>1.217.892.833,75</b>	<b>94,29%</b>	<b>1.353.277.500,31</b>	<b>94,24%</b>	<b>1.582.995.461,32</b>	<b>97,35%</b>
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	193.609.586,99	86,36%	209.410.984,43	80,01%	296.688.890,66	90,27%
DIVERSOS PROGRAMAS	64.632.678,17	71,65%	85.134.573,76	85,29%	46.486.866,95	86,55%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS	959.650.568,59	98,20%	1.058.731.942,12	98,53%	1.239.819.703,71	99,69%
<b>DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA</b>	<b>356.511.944,93</b>	<b>57,24%</b>	<b>397.699.072,44</b>	<b>52,22%</b>	<b>552.153.569,67</b>	<b>75,63%</b>
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	160.930.325,06	60,79%	143.024.794,68	51,49%	170.834.161,69	62,22%
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	78.848.264,38	36,39%	129.566.643,36	38,40%	256.519.128,84	84,43%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	18.471.271,60	55,54%	7.528.915,02	29,88%	9.458.075,11	27,11%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS	98.262.083,89	90,85%	117.578.719,38	97,08%	115.342.204,03	98,75%
<b>GOVERNO E SOCIEDADE</b>	<b>465.211,60</b>	<b>55,13%</b>	<b>722.916,83</b>	<b>40,04%</b>	<b>3.419.465,44</b>	<b>78,76%</b>
ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS	465.211,60	55,13%	722.916,83	40,04%	3.419.465,44	78,76%
<b>TOTAL</b>	<b>3.536.131.336,60</b>	<b>72,36%</b>	<b>3.866.990.409,04</b>	<b>85,71%</b>	<b>4.399.485.862,14</b>	<b>90,40%</b>

Fonte: SIOF-SEPLAG

E ainda, em 2012 foram aplicados recursos no montante de R\$ 3.536.131.336,60 e em 2014 de R\$ 4.399.485.862,14, ou seja, um incremento de 24,42%. Esse incremento representa uma taxa de crescimento real de 5,29%, considerando que a inflação acumulada no período de 2012 a 2014 foi de 18,17%, conforme Quadro 5 a seguir.

QUADRO 5  
ÍNDICES DE INFLAÇÃO ANUAL E ACUMULADA

ÍNDICES	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
ÍNDICE DE INFLAÇÃO - IPCA	5,84%	5,91%	6,41%
ÍNDICE DE INFLAÇÃO ACUMULADA		11,75%	18,17%

Fonte: Site Valor Econômico/ Fev/2015

Ante o exposto, pode-se inferir que o Estado conseguiu elevar o nível de execução dos recursos previstos em seus instrumentos de planejamento, impactando assim também no cumprimento das metas estabelecidas.

**Recomendação nº 17: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê continuidade ao processo de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA), que permitirá o acompanhamento das metas físicas de todos os programas previstos no PPA.**



O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA) – Módulo PPA está finalizado (telas e relatórios). Por meio deste módulo será realizado o monitoramento:

- das áreas temáticas, na figura dos resultados e indicadores estratégicos setoriais; e
- dos programas de governo, por meio das metas e iniciativas dos seus respectivos objetivos.

Está previsto ainda para o primeiro semestre de 2015 o treinamento neste módulo com as equipes técnicas das secretarias.

Vale ressaltar também que a SEPLAG iniciou, ainda no ano de 2014, as atividades para efetuar o monitoramento dos resultados e indicadores estratégicos setoriais, para os quais os programas de governo constantes do PPA contribuem.

Para tanto, a título de projeto-piloto, foram escolhidas cinco áreas estratégicas prioritárias, sendo elas: Educação, Saúde, Segurança Pública, Infraestrutura e Desenvolvimento Agrário, para, conjuntamente com analistas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE) e as respectivas equipes de planejamento setoriais, realizar as seguintes atividades:

- definir os indicadores estratégicos setoriais a serem monitorados (a partir daqueles relacionados aos resultados estratégicos das áreas temáticas do PPA) e elaborar os respectivos protocolos; e
- cadastrar essas informações no Módulo Resultados do SIMA, o qual foi desenvolvido para proporcionar o cadastro e acompanhamento desses indicadores e a realização de reuniões de monitoramento, inclusive sob a premissa da intersetorialidade na implementação de políticas públicas.

**Recomendação nº 18: À Secretaria do Planejamento e Gestão que envie esforços no sentido de evitar falhas na elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.**

A SEPLAG vem buscando o aprimoramento de seus instrumentos de planejamento, no que tange ao Anexo de Metas e Prioridades, estabeleceu, a partir do exercício de 2014, uma metodologia de elaboração que se utiliza do sistema corporativo SIOFWeb, em substituição à planilhas de Excel. Por este motivo, fragilidades apresentadas em exercícios anteriores puderam ser sanadas melhorado sobremaneira o tempo de elaboração e a qualidade da informação prestada.

## **ASSUNTO: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Recomendação nº 19: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento as trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender os novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.**



Em relação à regulamentação da matéria, foi publicado no Diário Oficial nº 210, de 07 de novembro de 2013, o Decreto nº 31.340, alterado pelos Decretos nº 31.400/2014 e 31.671/2015, estabelecendo os critérios para depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará com data limite para o início dos procedimentos de depreciação dos bens em dezembro de 2016.

O art. 38 do Decreto nº 31.340/2013 teve nova redação dada pelo Decreto nº 31.671, de 09 de fevereiro de 2015, publicado no DOE de 11 de fevereiro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art.38 O prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2015 será dezembro de 2016 para bens móveis e imóveis.”

Nesse ínterim, foram desenvolvidos três sistemas computacionais: Sistema de Gestão de Almojarifado – SIGA, Sistema de Gestão de Bens Móveis – SGBM e Sistema de Gestão de Bens Imóveis – SGBI, que darão a base operacional para implantação do cálculo da depreciação do patrimônio do Estado. Os sistemas foram regulamentados pelo Decreto nº 31.549 de 13/08/2014, publicado no Diário Oficial Nº 151 de 18/08/2014, tornando o uso obrigatório pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo do Governo Estadual.

A implantação do SIGA/SGBM/SGBI é um trabalho conjunto entre a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG e os órgãos e entidades que aderem ao uso dos sistemas, onde a SEPLAG estabelece as orientações para depuração da base de dados que alimentará os sistemas e ministra os treinamentos para os multiplicadores e usuários. Os órgãos e entidades executam os cadastramentos, inventários físicos, conciliações e registro dos dados necessários à implantação dos sistemas.

Em março de 2015 estão previstos os esforços para iniciar a articulação com os órgãos e entidades para a implantação dos sistemas.

O Quadro 6 a seguir mostra o andamento das ações para implantação dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis do Estado do Ceará, tendo em vista que para os imóveis, a SEPLAG está realizando o inventário com a elaboração de laudos técnicos com suas respectivas avaliações.

QUADRO 6

ANDAMENTO DAS AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO

AÇÕES	SITUAÇÃO
Publicação das regras para a depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará.	Finalizado
Redefinições dos processos de gestão patrimonial alinhados às normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Em andamento. Finalizado o redesenho da Gestão Patrimonial, estando em execução o mapeamento dos processos. <b>INFORMAR PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS AÇÕES</b>
Implantação dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos bens.	Em andamento. Inserindo as taxas anuais de depreciação, vida útil e valor residual, no catálogo de bens, materiais e serviços, conforme anexo I do Decreto Estadual nº 31.340. O prazo para conclusão das ações é dezembro de 2016 conforme Decreto 31.671/2015.
Novas funcionalidades nos sistemas informatizados de gestão do patrimônio.	Em fase de conclusão.
Treinamentos com usuários dos sistemas Patrimoniais nos órgãos e entidades do Estado do Ceará.	Em andamento. Fase de planejamento do curso concluída. Início previsto para agosto de 2015.

**Recomendação nº 20: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, as empresas Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE, Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos – METROFOR, e Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Pecém – EMAZP, por caracterizarem-se como Empresas Estatais Dependentes, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.**

Sobre a causa submete-se à apreciação desse douto Tribunal o juízo de que de acordo com o disposto no inciso III do Art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a ADECE, METROFOR e EMAZP não se enquadram no conceito de empresas estatais dependentes, dadas às seguintes razões.

Mesmo que no conceito econômico, possa-se inferir que toda empresa recebedora de recursos financeiros de uma entidade instituidora seria uma empresa dependente. **Porém, no conceito jurídico decorrente do inciso III do Art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**, essa característica econômica foi restringida, na medida em que esse preceito exclui **expressamente** do conceito de empresa estatal dependente aquelas que recebam recursos da entidade controladora **a título de aumento de participação acionária**, *in verbis*:

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

III - empresa estatal dependente: **empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com**



**pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;**

Considerando que, como **regra de segurança jurídica** e critério de interpretação, onde o legislador não distingue não cabe ao aplicador fazê-lo, a transferência de recursos a título de aumento de participação acionária **não gera a dependência jurídica da entidade recebedora** - opção legislativa por certo decorrente do acréscimo patrimonial do Estado e da possibilidade de retorno financeiro futuro.

Ademais, cientes da adequada classificação atual, resta ressaltar que os recursos repassados para aumento de capital das empresas em que o Estado detém participação acionária já fazem parte do orçamento fiscal do Estado, em rubrica própria, já se computando assim, o seu inteiro impacto nos demonstrativos fiscais do Estado.

Dessa forma, o enquadramento das Companhias em questão como empresa estatal dependente não traria ganhos do ponto de vista da gestão fiscal, mas de outra forma, traria embaraços do ponto de vista administrativo, uma vez que teriam que observar além do regramento contábil-financeiro estabelecido para as empresas do setor privado, também o regramento contábil-financeiro aplicado ao setor público, gerando assim, dificuldades e custos operacionais não calculados, com o risco de levá-las a uma situação de estagnação e dependência, não condizentes com a natureza e com as expectativas de criação das mesmas.

**Recomendação nº 21: À Secretaria da Fazenda que elabore o Balanço Orçamentário da Lei nº 4.320/64, bem como os Demonstrativos da LRF (Anexo I e Anexo II do RREO) de modo que a previsão inicial da receita e a fixação da despesa estejam de acordo os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.**

Recomendação atendida em 2014, conforme verificação evidenciada no Quadro 7 a seguir:



QUADRO 7

RECEITA PREVISTA E A DESPESA FIXADA PARA 2014

R\$ mil

	LOA 2014 (*)	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (**)
Receitas Correntes	17.866.460	17.074.030
Receitas de Capital	3.791.446	3.791.446
Receitas Intraorçamentárias		792.430
<b>Total das Receitas</b>	<b>21.657.906</b>	<b>21.657.906</b>
Despesas Correntes	16.495.131	15.703.548
Despesas de Capital	5.116.113	5.050.369
Despesas Intraorçamentárias		792.430
Amortização da Dívida/Refinanciamento		64.898
<b>Total das Despesas</b>	<b>21.611.244</b>	<b>21.611.244</b>

(\*) Inclusão das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

(\*\*) LRF, Art. 52, Inciso I, Alíneas "A" e "B" do inciso II e § 1o. - ANEXO I e II.

**Recomendação 22: À Secretaria da Fazenda que sane as divergências verificadas entre os demonstrativos contábeis da Lei nº 4.320/64.**

Recomendação atendida em 2014.

**Recomendação 23: À Secretaria da Fazenda que elabore os Demonstrativos Contábeis observando integralmente a metodologia contida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional:**

A recomendação está atendida com a publicação dos Demonstrativos Contábeis de 2014, nos quais serão incluídas as notas explicativas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, editado pela Portaria STN nº 437/2012, 5ª edição.

## ASSUNTO: LIMITES CONSTITUCIONAIS

**Recomendação nº 24: Ao Poder Executivo que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do Art. 209 da Constituição Estadual.**

Com relação à operacionalização do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS vem adotando providências no sentido de fortalecer a política de apoio ao empreendedorismo no Ceará, algumas voltadas especificamente para o assunto em pauta, a saber:

- ✓ Criação da Coordenadoria do Empreendedorismo, na sua estrutura organizacional (Decreto nº



30.556/2011) responsável pela coordenação na formulação e operacionalização da política do empreendedorismo no âmbito da STDS, inclusive com os recursos do FCE, aprovadas pelo Conselho Consultivo.

✓ Alteração da Lei nº 13.875 de 7 de fevereiro de 2007, Art.52, que passa a vigorar com o FCE vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, anteriormente vinculado a SEFAZ.

✓ Elaboração do ato de nomeação dos membros do Conselho Consultivo do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE (Conselheiros Titulares e Suplentes). Com a mudança de governo será providenciado através do gabinete do governador e da Procuradoria Geral do Estado a nomeação do referido conselho.

Diante do exposto, considera-se que tais ações darão o suporte necessário a implementação de ações voltadas para o fortalecimento da cultura empreendedora no Ceará, contribuindo para a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda.

**Recomendação nº 25: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.**

No tocante a recomendação em tela, vislumbra-se que o assunto se assemelha ao objeto apreciado no processo nº 03416/2005-2-TC, que trata do repasse de recursos decorrentes de receitas tributárias para o ensino superior, razão pela qual, sugere-se que seja observado o mesmo entendimento pelas mesmas razões jurídicas.

**Recomendação nº. 26: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o estado deve aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.**

Nos Quadros (8 e 9) a seguir está demonstrado que em 2014 a Receita Tributária Líquida realizada foi de R\$ 6.733.518.202,54 e que o total da Despesa com Investimentos empenhado, computando-se apenas a fonte tesouro, foi de R\$ 702.408.599,06. Calculando o percentual da Despesa com Investimentos (fonte tesouro) em relação a Receita Tributária Líquida temos um percentual de 10,43%, abaixo do limite previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual. Contudo, 47,33% do total investido foi financiado com recursos oriundos de operações de crédito (internas e externas) e esses financiamentos serão pagos com recursos provenientes do tesouro. Assim, quando contabilizamos os valores dos investimentos que utilizaram como fonte tesouro (R\$ 702.408.599,06) e os provenientes das operações de crédito (R\$ 1.644.274.009,56) chegar-se a um montante de R\$ 2.346.682.608,62. Então, quando aplicamos esse valor com relação a receita tributária líquida (R\$ 6.733.518.202,54), verifica-se que foram aplicados recursos num patamar de 34,85%, estando assim atendido o percentual previsto na Constituição Estadual.



QUADRO 8 -

VALOR DA RECEITA LÍQUIDA REALIZADA, 2014

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES REALIZADOS
RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA	10.726.905.082,62
DEDUÇÕES	-3.993.386.880,08
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-2.574.568.161,66
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	-1.418.818.718,42
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	6.733.518.202,54

Fonte: S2GPR-SEFAZ

QUADRO 9 -

VALOR DOS INVESTIMENTOS EMPENHADOS EM 2014 POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA / FONTE	VALORES EMPENHADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR FONTE
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.474.259.972,12	100,00%
TESOURO	702.408.599,06	20,22%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.644.274.009,56	47,33%
CONVÊNIOS	878.831.667,51	25,30%
OUTRAS FONTES	248.745.695,99	7,16%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

**Recomendação nº. 27:** À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Recomendação atendida.

**Recomendação nº. 28:** À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no manual de demonstrações Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A SEFAZ está preenchendo o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no manual de demonstrações Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive com a orientação verbal de técnico do TCE.



Por força da portaria nº. 72/2012 da STN, o Estado incluiu no total do gasto com ações e serviços públicos de Saúde (Anexo 12 do RREO) as despesas executadas na modalidade 71 referente às transferências a consórcios públicos conforme os contratos de rateio.

Não foi possível o Estado incluir as execuções dos gastos com pessoal e Saúde das despesas extraídas diretamente de cada Consórcio dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF) enviados para a SEFAZ, em virtude de referidas despesas não terem sido segregadas por fonte de recursos. É importante ressaltar que os Consórcios Públicos recebem recursos de vários entes e aplicam em várias fontes. Portanto, o Estado teve que computar pelo montante da transferência.

**Recomendação nº. 29: Ao Poder Executivo que cumpra o mandamento estadual estabelecido no art. 3º da lei Estadual do Ceará nº 15.064/11, que destina 80% (oitenta por cento) dos recursos do FUNDEB no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica.**

Recomendação atendida. O Estado aplicou 80,14% dos recursos do FUNDEB no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em 2014.

**Recomendação nº. 30: À Secretaria da Fazenda que providencie a criação de fontes de recursos específicas para evidenciar as despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, de recursos de impostos vinculados ao ensino.**

Em reunião realizada entre a SEFAZ, SEPLAG e CGE para providenciar a elaboração e implantação de um novo modelo de evidenciação e uso das fontes de recursos. No entanto, verificou-se que para se fazer as alterações pretendidas e utilizar modelo semelhante ao adotado pela União, era necessário alterar a Lei Orçamentária e outros processos no Estado.

Assim, tendo em vista as modificações necessárias nos sistemas de elaboração (SIOF Web) e execução (S2GPR) orçamentária com alterações de ordem estrutural, de controle e de compatibilidade e com reflexo em outros sistemas corporativos, como por exemplo, o sistema de contratos e convênios, a adoção de uma metodologia análoga à da União possui um nível de complexidade elevado, demandando um tempo maior de implantação.

Além disso, considerando que o Estado encontra-se no período de elaboração da LDO - 2016, que norteia a LOA – 2016, e o prazo para preparação da referida LOA pelos órgãos/entidades finda em meados de agosto, portanto, 04(meses) de lapso temporal contado a partir da data atual, a implementação torna-se inviável para o próximo exercício.



Conclui-se que, pelas razões acima expostas, o prazo razoável estimado para o atendimento da demanda nos moldes do Governo Federal deverá ser em 2017.

## **ASSUNTO: GESTÃO FISCAL**

**Recomendação nº 31: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre com os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.**

Envolve-se o fator tempo, o qual se necessita de muita conferência e ajustes do exercício de referência a fim de evitar inconsistências nas informações. Portanto, a maior preocupação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ responsável pela divulgação dos demonstrativos é cumprir a data limite estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Importante informar que a própria União na publicação de seus resultados fiscais é sempre com dados sujeitos a alterações. Porém, os esforços continuam sendo adotados pela SEFAZ para se chegar a esse prazo.

**Recomendação nº. 32: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.**

O Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, elaborado pela SEFAZ está de acordo com as instruções de preenchimento (03.01.06) e com a Tabela 1 – Balanço Orçamentário (03.01.06.01) contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição, para o exercício de 2013“ da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, página 135.

Segundo o referido manual “as receitas e despesas intra-orçamentárias, quando existentes, poderão ser apresentadas em uma Tabela no final do demonstrativo, conforme descrito no item **03.01.01.01 - Conteúdo do Demonstrativo**, página 130, do manual, bem como a descrição do item **03.01.06.03** que cita o seguinte “**caso não prejudique a transparência dos dados, o ente poderá optar por apresentá-las logo abaixo da linha totalizadora das receitas e despesas intra-orçamentárias, no corpo do demonstrativo**”, contendo o mesmo nível de desdobramento das outras receitas e despesas orçamentárias.” Portanto, optamos em incluir tais receitas e despesas no corpo do demonstrativo .

**Recomendação nº. 33: À Secretaria da Fazenda que preencha os Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar, do RGF, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.**



Recomendação Atendida.

## CONCLUSÃO

Em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará - CGE produziu o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo referentes ao exercício financeiro de 2014.

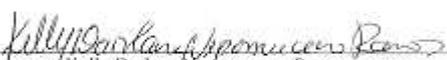
As análises e considerações aqui apresentadas foram norteadas pelos mandamentos constitucionais e pelas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria. Considera-se importante frisar, ainda, que as referidas análises tomaram como parâmetro informações consolidadas do Balanço Geral do Estado. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos será realizado por ocasião de auditorias das contas anuais de gestão.

Por fim, espera-se que o presente Relatório constitua-se num instrumento de efetiva contribuição para o fortalecimento da transparência na gestão dos recursos públicos, numa visão de *accountability*.

Coordenadoria do Controle Interno Preventivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

Fortaleza, 01 de abril de 2015.

  
Adriana Oliveira Nogueira  
Auditoria do Controle Interno - Assessora Técnica

De acordo:   
Kelly Darlane Nepomuceno Ramos  
Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão

De acordo:   
Kelly Cristina de Oliveira Barbosa  
Coordenador de Controle Interno Preventivo

De acordo:   
Antônio Marconi Lemos da Silva  
Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral

De acordo:   
José Nelson Martins de Sousa  
Secretário de Estado Chefe de Controladoria e Ouvidoria Geral



# ANEXOS





# ADMINISTRAÇÃO DIRETA





Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar	
11	RECEITAS CORRENTES	15.418.197.692,89	15.963.865.669,03	15.996.549.454,21	32.683.785,18	
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.935.966.874,18	9.337.287.474,18	9.275.368.148,65	-61.919.325,53	
1111	IMPOSTOS	8.902.274.915,18	9.303.595.515,18	9.265.442.547,04	-38.152.968,14	
1112	TAXAS	33.691.959,00	33.691.959,00	9.925.601,61	-23.766.357,39	
113	RECEITA PATRIMONIAL	206.467.581,69	212.035.915,64	345.855.730,36	133.819.814,72	
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	345.289,00	345.289,00	401.685,33	56.396,33	
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	196.357.504,69	199.203.310,40	262.506.712,30	63.303.401,90	
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	2.722.528,24	80.000.000,00	77.277.471,76	
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	9.764.788,00	2.947.332,73	-6.817.455,27	
116	RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	18.265.555,00	10.665.466,81	-7.600.088,19	
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	18.265.555,00	10.665.466,81	-7.600.088,19	
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.994.302.094,75	5.991.790.245,05	5.865.960.814,52	-125.829.430,53	
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.694.499.423,30	5.814.001.523,30	5.757.705.653,70	-56.295.869,60	
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	299.802.671,45	177.788.721,75	108.255.160,82	-69.533.560,93	
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	263.195.587,27	404.486.479,16	498.699.293,87	94.212.814,71	
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	137.647.032,22	137.647.032,22	97.998.625,50	-39.648.406,72	
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	62.835.705,00	174.526.485,23	179.799.751,35	5.273.266,12	
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	36.954.933,05	61.878.028,25	53.645.195,88	-8.232.832,37	
1199	RECEITAS DIVERSAS	25.757.917,00	30.434.933,46	167.255.721,14	136.820.787,68	
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.521.540.630,90	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38	-2.485.788.742,91	
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	-1.600.488.085,66	
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.156.454.358,03	1.654.838.872,34	1.205.362.760,65	-449.476.111,69	
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.300.482.676,40	1.579.396.012,40	428.384.038,43	-1.151.011.973,97	
122	ALIENAÇÃO DE BENS	18.041,00	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.041,00	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.061.342.588,47	1.671.247.381,56	740.532.897,27	-930.714.484,29	
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.061.342.588,47	1.671.247.381,56	740.532.897,27	-930.714.484,29	
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.242.967,00	26.145.657,50	68.862.517,03	42.716.859,53	
1257	RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	
1259	OUTRAS RECEITAS	3.242.967,00	3.242.967,00	45.959.826,53	42.716.859,53	
<b>Subtotal das Receitas(1):</b>				<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
<b>Refinanciamento(II):</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):</b>		<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>

**Déficit (IV):**

	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>
<b>Total (V=III + IV):</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>-2.453.104.957,73</b>

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)

Superávit Financeiro		1.614.994.981,87	851.124.542,38		-763.870.439,49
Reabertura de créditos adicionais		1.614.994.981,87	851.124.542,38		

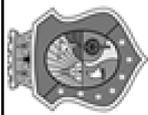
	Despesas Orçamentárias						Saldo da Dotação
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.469.428.132,43</b>	<b>10.920.282.466,64</b>	<b>10.664.180.572,70</b>	<b>10.574.629.601,26</b>	<b>10.471.776.903,71</b>	<b>256.101.893,94</b>	
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.287.930.245,55	5.397.478.795,64	5.362.407.868,05	5.360.818.151,97	5.322.700.561,72	35.070.927,59	
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	277.737.823,00	278.661.012,80	272.568.630,97	272.568.630,97	272.568.630,97	6.092.381,83	
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.903.760.063,88	5.244.142.658,20	5.029.204.073,68	4.941.242.818,32	4.876.507.711,02	214.938.584,52	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.670.899.362,34</b>	<b>5.374.476.502,22</b>	<b>3.283.816.891,96</b>	<b>3.095.767.983,61</b>	<b>3.078.854.809,77</b>	<b>2.090.659.610,26</b>	
44 INVESTIMENTOS	3.168.615.523,34	4.614.778.258,27	2.580.307.881,20	2.397.254.472,85	2.380.341.299,01	2.034.470.377,07	
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	75.131.944,00	222.328.818,87	172.071.116,65	167.075.616,65	167.075.616,65	50.257.702,22	
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	427.151.895,00	537.369.425,08	531.437.894,11	531.437.894,11	531.437.894,11	5.931.530,97	
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>44.336.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	44.336.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Subtotal das Despesas (VI):</b>	<b>14.184.663.744,77</b>	<b>16.294.758.968,86</b>	<b>13.947.997.464,66</b>	<b>13.670.397.584,87</b>	<b>13.550.631.713,48</b>	<b>2.346.761.504,20</b>	



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):</b>	<b>64.897.992,00</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>0,00</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):</b>	<b>14.249.561.736,77</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>13.733.674.678,15</b>	<b>13.613.908.806,76</b>	<b>2.346.761.504,20</b>
<b>Superávit (IX):</b>	<b>4.690.176.587,02</b>	<b>4.537.669.793,18</b>	<b>4.431.326.339,65</b>			
<b>Total (X=VIII+IX):</b>	<b>18.939.738.323,79</b>	<b>20.895.705.855,32</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>13.733.674.678,15</b>	<b>13.613.908.806,76</b>	<b>2.453.104.957,73</b>



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>18.442.600.897,59</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>11.999.626.805,38</b>
ORDINÁRIA	13.934.543.918,10	12.860.569.869,45	ORDINÁRIA	9.934.086.728,62	9.227.996.951,82
VINCULADA	4.508.056.979,49	3.660.245.802,66	VINCULADA	4.077.187.829,32	2.771.629.853,56
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	423.447.956,56	359.184.718,24	FECOP	468.855.252,73	347.007.842,99
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS DE OUTROS ENTES	79.643.458,44	67.263.009,01	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS DE OUTROS ENTES	73.526.776,75	53.875.518,60
ALIENAÇÃO DE BENS	2.909.230,00	22.325,38	ALIENAÇÃO DE BENS	113.260,91	47.817,62
MEDIDAS COMPENSATORIAS	2.474.219,57	1.648.147,32	MEDIDAS COMPENSATORIAS	7.076.472,10	5.407.889,89
FUNDEB	1.328.819.566,39	1.197.421.533,95	FUNDEB	1.294.061.204,75	1.199.922.966,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.324.439.237,65	687.930.703,87
CONVÊNIOS	917.822.711,22	844.180.839,87	CONVÊNIOS	897.089.047,27	477.437.113,87
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	119.193.038,23	0,00	OUTROS RECURSOS	12.026.577,16	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>13.382.491.533,03</b>	<b>11.507.264.323,82</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>18.467.847.104,48</b>	<b>15.456.309.237,92</b>
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12.600.510.845,52	11.026.839.149,55	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.547.440.274,21	14.880.599.819,57
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	469.667.975,96	278.104.216,07	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	607.641.698,77	370.381.229,13
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	50.551.649,78	51.094.931,62	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	50.551.649,78	51.094.931,62
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	261.761.061,77	151.226.026,58	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	262.213.481,72	154.233.257,60
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>7.231.937.880,55</b>	<b>6.597.154.348,73</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>7.087.684.299,30</b>	<b>6.509.206.505,46</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	101.039.801,15	147.889.630,37	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	139.071.375,94	175.026.623,31
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	277.599.879,79	370.070.421,28	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	288.280.105,62	278.332.444,84
VALORES RESTITUÍVEIS	6.853.298.199,61	6.079.194.297,08	VALORES RESTITUÍVEIS	6.660.332.817,74	6.055.847.437,31
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.642.262.163,88	1.407.169.089,12	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.623.536.093,64	1.376.236.002,42
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	219.404,92	21.075.057,35	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	29.641.702,08	39.529.172,05
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.210.816.630,81	4.650.950.150,61	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.007.155.022,02	4.640.082.262,84
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>	<b>2.512.630.198,72</b>	<b>1.852.538.402,82</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>2.002.854.548,17</b>	<b>2.512.630.198,72</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
<b>TOTAL (V)</b>	<b>41.569.660.509,89</b>	<b>36.477.772.747,48</b>	<b>TOTAL (X)</b>	<b>41.569.660.509,89</b>	<b>36.477.772.747,48</b>



	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.698.121.687,44</b>	<b>3.160.826.502,76</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>586.756.093,78</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	19.658.404,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	PESSOAL A PAGAR	3.703.856,36
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	293.534.979,62	206.310.945,95	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	192.965.694,44	140.016.440,43	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	81.265.879,96	49.358.409,85	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	15.954.548,09
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	867.569,06	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	78.843.455,27	81.140.168,71	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.884.409,97
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-60.407.619,11	-64.204.073,04	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	9.884.095,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	233.341.275,33	199.355.574,28	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS	314,17
ADANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	506.504,24	1.442.918,95	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.001.793,89
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	482.836,32	482.836,32	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	8.000.000,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	986.595.856,17	851.911.206,24	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	1.793,89
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-754.243.921,40	-654.481.387,23	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	49.964.091,07
ESTOQUES	168.390.884,32	242.529.783,81	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	49.964.091,07
ALMOXARIFADO	161.395.631,63	133.724.268,20	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
OUTROS ESTOQUES	6.995.252,69	108.805.515,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	499.247.394,40
			VALORES RESTITUIVEIS	483.792.433,50
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.454.960,90
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>22.736.177.541,52</b>	<b>18.835.562.031,48</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>8.493.269.410,16</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.662.575.973,11	5.976.639.721,19	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	81.115.129,53
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	6.441.259.529,94	5.762.349.163,81	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	81.115.129,53
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	221.316.443,17	214.290.557,38	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	7.764.620.906,38
INVESTIMENTOS	4.061.334.532,95	3.310.851.327,38	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	7.764.620.906,38
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.057.173.960,28	3.306.690.754,71	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.160.572,67	4.160.572,67	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	12.011.773.367,44	9.547.697.314,89	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	3.059.412.791,75	2.483.067.515,44	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	647.533.374,25
BENS IMÓVEIS	8.952.360.575,69	7.064.629.799,45	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	647.533.374,25
INTANGÍVEL	493.668,02	373.668,02	RESULTADO DIFERIDO	0,00
SOFTWARES	120.000,00	0,00		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	373.668,02	373.668,02		
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16.354.273.725,02</b>
			DEMAIS RESERVAS	0,00
			OUTRAS RESERVAS	0,00
				<b>14.574.021.443,30</b>



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo</b>		
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16.354.273.725,02</b>	<b>14.574.021.443,30</b>
RESULTADOS ACUMULADOS	16.354.273.725,02	14.574.021.443,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	16.354.273.725,02	14.574.021.443,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.890.401.492,44	2.255.322.990,96
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.005.311.785,30	11.749.988.794,34
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	458.560.447,28	568.709.658,00
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00

<b>Total do Ativo:</b>	25.434.299.228,96	21.996.388.534,24
<b>(1) Ativo Financeiro:</b>	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72
<b>(2) Ativo Permanente:</b>	23.431.444.680,79	19.483.758.335,52
<b>Saldo Patrimonial:</b>	<b>16.013.668.732,49</b>	<b>14.117.898.602,17</b>

<b>Total do Passivo:</b>	25.434.299.228,96	21.996.388.534,24
<b>(3) Passivo Financeiro:</b>	927.361.086,31	897.635.216,85
<b>(4) Passivo Permanente:</b>	8.493.269.410,16	6.980.854.715,22

**Compensações**

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	871.430.800,74	852.595.882,44
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	2.650.944.314,21	1.350.625.102,55
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.703.138,01	4.062.082,18
<b>Total</b>	<b>3.542.078.252,96</b>	<b>2.207.283.067,17</b>

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>		
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	450.000,00	130.554.035,93
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	267.351.194,86	267.351.194,86
<b>Total</b>	<b>267.801.194,86</b>	<b>397.905.230,79</b>



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Aumentativas</b>	<b>33.567.775.311,24</b>	<b>29.413.529.566,70</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>11.119.937.695,91</b>	<b>9.827.729.916,89</b>
4.1.1 IMPOSTOS	11.110.109.319,89	9.817.370.857,02
4.1.2 TAXAS	9.828.376,02	10.359.059,87
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>127.551.568,61</b>	<b>272.951.946,44</b>
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	127.551.568,61	272.951.946,44
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>685.661.519,62</b>	<b>676.460.452,67</b>
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	66.185.807,81	117.111.039,35
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	361.614.235,82	317.124.303,43
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	250.032.661,54	238.427.382,22
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	7.828.814,45	3.797.727,67
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>19.988.985.244,82</b>	<b>17.504.462.740,64</b>
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.382.491.533,03	11.507.264.323,82
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.290.047.352,05	4.808.701.295,10
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	48.583,01	0,00
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.316.397.776,73	1.188.497.121,72
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.645.639.282,28</b>	<b>1.131.924.510,06</b>
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	517.556.300,68	462.234.699,09
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.128.082.981,60	669.689.810,97

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>31.677.373.818,80</b>	<b>27.158.206.575,74</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>5.351.422.236,59</b>	<b>4.774.111.493,41</b>
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.440.261.272,59	3.967.088.195,99
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	767.571.196,14	693.243.477,42
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	117.496.154,77	96.468.402,95
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	26.093.613,09	17.311.417,05
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>15.485.392,58</b>	<b>16.092.639,85</b>
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	61.211,67	0,00
3.2.2 PENSÕES	14.556.072,15	13.776.731,57
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>31.677.373.818,80</b>	<b>27.158.206.575,74</b>
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	868.108,76	2.315.908,28
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>1.524.211.438,84</b>	<b>1.418.246.159,45</b>
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	154.019.750,96	150.760.942,80
3.3.2 SERVIÇOS	1.370.191.687,88	1.267.485.216,65
3.3.3 DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
3.3.8 CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.109.818.422,94</b>	<b>1.084.680.115,41</b>
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	272.568.630,97	227.018.789,46
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	152.809,68	474.287,69
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	787.819.740,90	710.347.889,67
3.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	49.277.241,39	146.839.148,59
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>	<b>21.632.296.852,98</b>	<b>18.270.036.230,27</b>
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.467.847.104,48	15.456.309.237,92
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.782.752.319,39	2.486.538.580,88
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	380.967.429,11	326.183.824,01
3.5.4 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
3.5.6 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	730.000,00	1.004.587,46
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS</b>	<b>1.467.031.662,22</b>	<b>1.267.525.430,98</b>
3.6.1 REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.467.031.662,22	1.267.525.430,98
3.6.2 PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3 PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>134.660.298,53</b>	<b>125.237.895,23</b>
3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.186.466,68	1.789.150,43
3.7.2 CONTRIBUIÇÕES	132.473.831,85	123.448.744,80
3.7.8 CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>442.447.514,12</b>	<b>202.276.611,14</b>
3.9.1 PREMIAÇÕES	19.938.841,02	26.715.588,48
3.9.2 RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	5.007,27	312,10
3.9.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4 INCENTIVOS	2.546.211,03	2.643.467,27
3.9.5 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	127.852.817,87	20.367.945,57
3.9.6 PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8 CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	292.104.636,93	152.549.297,72
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:</b>	<b>1.890.401.492,44</b>	<b>2.255.322.990,96</b>



Variações Patrimoniais Qualitativas

Exercício Atual

Exercício Anterior

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Qualitativas</b>	<b>4.559.795.558,90</b>	<b>3.570.890.984,92</b>
<b>INCORPORAÇÃO DO ATIVO</b>	<b>2.238.200.543,75</b>	<b>1.722.872.668,15</b>
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12	112.375,22	47.817,62
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES	368.225.896,76	303.522.324,86
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	56.917.920,42	89.153.367,43
OBRAS EM ANDAMENTO	1.320.019.910,66	729.860.454,24
AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS	230.161.532,77	359.217.006,21
OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO	262.762.907,92	241.071.697,79
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
<b>DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO</b>	<b>594.714.987,39</b>	<b>527.038.585,58</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	594.714.987,39	527.038.585,58
<b>INCORPORAÇÃO DO PASSIVO</b>	<b>1.633.746.799,08</b>	<b>1.190.525.228,89</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89
<b>DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO</b>	<b>93.133.228,68</b>	<b>130.454.502,30</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	2.909.230,00	22.325,38
RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA	62.346.940,33	102.565.452,58
RECEBIMENTO DE MULTA E JUROS	14.612.079,38	16.543.010,44
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.264.978,97	11.323.713,90



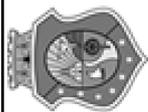
Ingressos	Dispendios
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
<b>TOTAL</b>	<b>SUPERÁVIT</b>
	<b>TOTAL</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
<b>DÉFICIT</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>

R E S U M O

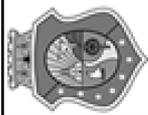
RECEITAS CORRENTES	10.664.180.572,70
RECEITAS DE CAPITAL	3.347.093.985,24
<b>TOTAL</b>	<b>14.011.274.558,94</b>
DESPESAS CORRENTES	10.664.180.572,70
DESPESAS DE CAPITAL	3.347.093.985,24
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>4.431.326.339,65</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.442.600.897,59</b>



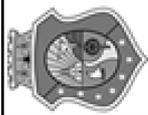
Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				10.664.180.572,70
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.362.407.868,05	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		4.691.125.927,42		
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	4.050.805,21			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	323.542.806,10			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	100.766,28			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.230.052.436,27			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	900.222.722,70			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	56.192.338,54			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.827.218,96			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	2.677,80			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	66.572.026,44			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	77.468.762,90			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	515.108,58			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	24.578.257,64			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		671.281.940,63		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	669.628.988,08			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	935.195,28			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	717.757,27			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			272.568.630,97	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		272.568.630,97		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	258.782.400,23			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	13.786.230,74			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.029.204.073,68	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		2.624.994.469,51		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	50.426.307,85			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.574.568.161,66			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		317.113.514,81		
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	205.525.003,94			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	108.210.805,92			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	3.078.594,04			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	299.110,91			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	7.775.414,00			
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.115.000,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.660.414,00			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	730.000,00	730.000,00		
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	730.000,00			
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
33809200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.069.578.058,96			
33900300	PENSÕES	10.505.266,94			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	765.458,67			
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	12.681.974,35			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.849.631,54			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.438.691,03			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	107.520,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	148.592.129,58			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	19.935.169,47			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	29.560.124,18			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.946.005,17			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	77.503.489,11			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	13.463.855,04			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	154.965.663,30			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	439.620.470,30			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	635.288.451,22			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.795.739,30			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	114.625.209,65			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	133.736.713,06			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	660.344,00			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	505.655,35			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.111,00			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.654.097,84			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	203.371.288,86			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		9.012.616,40		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.242,23			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.258.309,35			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	576.592,82			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	534.395,91			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.642.076,09			
4	DESPA DE CAPITAL			3.347.093.985,24	
44	INVESTIMENTOS			2.580.307.881,20	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		149.196.859,63		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	12.230.912,94			
44404200	AUXÍLIOS	133.886.724,36			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.079.222,33			
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS		0,00		
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		48.030.142,36		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.482.416,92			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	3.045.279,49			
44504200	AUXÍLIOS	42.502.445,95			
44504700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.381.666.102,61		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	32.562,39			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	11.554.572,53			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	25.962,66			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	10.934.377,96			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	119.151.871,01			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	116.990.500,57			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	105.218,08			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.384.426.846,86			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	454.200.364,92			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	59.630.663,67			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	63.085.916,12			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	88.745.937,56			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	72.761.308,28			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		1.414.776,60		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.414.147,71			
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	628,89			
4493	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS				
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		172.071.116,65		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	172.071.116,65			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
					594.714.987,39



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		594.714.987,39		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	594.714.987,39			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
<b>Total Geral:</b>					<b>14.011.274.557,94</b>



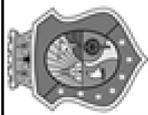
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES	15.956.686.411,03	15.878.287.504,70	0,00	78.398.906,33
11-RECEITA TRIBUTÁRIA	9.337.287.474,18	9.275.368.148,65	0,00	61.919.325,53
111-IMPOSTOS	9.303.595.515,18	9.265.442.547,04	0,00	38.152.968,14
1112-IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	1.290.033.127,70	1.297.265.025,20	7.231.897,50	0,00
111204-IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	714.999.711,00	732.949.430,28	17.949.719,28	0,00
11120431-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	713.735.143,58	708.298.596,15	0,00	5.436.547,43
11120431-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	0,00	-643.751,75	0,00	-643.751,75
11120434-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	1.264.567,42	25.330.964,76	24.066.397,34	0,00
11120434-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	0,00	-36.378,88	0,00	-36.378,88
111205-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	531.660.512,70	518.380.971,10	0,00	13.279.541,60
11120500-DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPVA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-59.073.390,30	-57.347.357,36	-1.726.032,94	0,00
11120551-IPVA PRINCIPAL	587.491.664,98	575.958.102,34	0,00	11.533.562,64
11120551-RESTITUIÇÕES DE IPVA PRINCIPAL	0,00	-229.773,88	0,00	-229.773,88
11120552-IPVA AUTO DE INFRAÇÃO	1.621.119,01	0,00	0,00	1.621.119,01
11120553-IPVA PARCELAMENTO	1.621.119,01	0,00	0,00	1.621.119,01
111207-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	43.372.904,00	45.934.623,82	2.561.719,82	0,00
11120700-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITCD PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-10.843.226,00	-10.330.631,23	-512.594,77	0,00
11120751-ITCD PRINCIPAL	51.884.077,68	56.413.035,34	4.528.957,66	0,00
11120751-RESTITUIÇÃO DE ITCD PRINCIPAL	0,00	-147.780,29	0,00	-147.780,29
11120752-ITCD AUTO DE INFRAÇÃO	1.430,70	0,00	0,00	1.430,70
11120753-ITCD PARCELAMENTO	2.330.621,62	0,00	0,00	2.330.621,62
1113-IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	8.013.562.387,48	7.968.177.521,84	0,00	45.384.865,64
111302-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	8.013.562.387,48	7.968.177.521,84	0,00	45.384.865,64
11130201-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ICMS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.342.476.032,96	-1.351.140.729,83	0,00	-8.664.696,87
11130202-ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	406.198.199,00	379.977.022,30	0,00	26.221.176,70
11130251-ICMS COMBUSTIVEL	2.671.727.316,19	1.938.413.351,85	0,00	733.313.964,34
11130252-ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	2.109.891.361,90	1.951.745.132,31	0,00	158.146.229,59
11130252-RESTITUIÇÕES DE ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	-9.349.716,17	0,00	-9.349.716,17
11130253-ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	1.341.933.552,86	1.491.231.007,15	149.297.454,29	0,00
11130253-RESTITUIÇÃO DE ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	0,00	-22.060.508,12	0,00	-22.060.508,12
11130254-ICMS COMUNICAÇÃO	738.688.404,35	717.129.152,81	0,00	21.559.251,54
11130255-ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	23.849.810,88	28.740.543,76	4.890.732,88	0,00



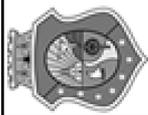
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11130255-RESTITUIÇÕES DE ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	-9.057,07	0,00	-9.057,07
11130256-ICMS ENERGIA ELÉTRICA	642.537.262,57	726.090.480,62	83.553.218,05	0,00
11130257-ICMS INDÚSTRIA	1.085.335.432,30	1.862.852.613,00	777.517.180,70	0,00
11130257-RESTITUIÇÕES DE ICMS INDÚSTRIA	0,00	-198.826,27	0,00	-198.826,27
11130258-ICMS OUTROS SERVIÇOS	6.598.322,76	7.464.036,71	865.713,95	0,00
11130258-RESTITUIÇÕES DE ICMS OUTROS SERVIÇOS	0,00	-5.171,20	0,00	-5.171,20
11130259-ICMS PESSOA FÍSICA	8.743.126,40	8.354.073,73	0,00	389.052,67
11130259-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA FÍSICA	0,00	-7.478,27	0,00	-7.478,27
11130261-ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	69.690.496,29	35.673.187,00	0,00	34.017.309,29
11130261-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	0,00	-1.888,33	0,00	-1.888,33
11130262-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA TRANSPORTE DE CARGA	0,00	-22.114,64	0,00	-22.114,64
11130263-ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	2.968.770,76	4.981.071,07	2.012.300,31	0,00
11130263-RESTITUIÇÕES DE ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	0,00	-1.206,67	0,00	-1.206,67
11130264-ICMS PRODUTOR RURAL	2.968.770,76	0,00	0,00	2.968.770,76
11130265-ICMS TRANSPORTE	122.217.519,12	135.853.056,62	13.635.537,50	0,00
11130265-RESTITUIÇÕES DE ICMS TRANSPORTE	0,00	-5.932,49	0,00	-5.932,49
11130266-ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	1.423.440,82	842.544,15	0,00	580.896,67
11130267-ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	121.266.633,48	61.633.815,05	0,00	59.632.818,43
11130267-RESTITUIÇÕES DE ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	0,00	-937,23	0,00	-937,23
112-TAXAS	33.691.959,00	9.925.601,61	0,00	23.766.357,39
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	23.379.448,00	170.592,97	0,00	23.208.855,03
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	1.221,51	1.221,51	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	1.221,51	1.221,51	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	23.164.762,00	506,80	0,00	23.164.255,20
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	23.164.762,00	506,80	0,00	23.164.255,20
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	214.686,00	168.864,66	0,00	45.821,34
11219953-TAXA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - POLÍCIA CIVIL	0,00	168.864,66	168.864,66	0,00
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	214.686,00	0,00	0,00	214.686,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10.312.511,00	9.755.008,64	0,00	557.502,36
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	0,00	78.679,83	78.679,83	0,00
11222952-EMOLUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	0,00	78.679,83	78.679,83	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10.312.511,00	9.676.328,81	0,00	636.182,19
11229951-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	3.079.372,00	780.590,43	0,00	2.298.781,57
11229952-TAXA DE SAÚDE	173.846,00	165.486,11	0,00	8.359,89



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	17.042,00	28.408,42	11.366,42	0,00
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS	6.895.876,00	0,00	0,00	6.895.876,00
11229960-TAXA ANUAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	7.892,00	22.574,86	14.682,86	0,00
11229970-CONTRIBUIÇÃO DO FERMOJU - CORRENTE	0,00	97.225,59	97.225,59	0,00
11229971-EDITORIAL E GRÁFICA	0,00	8.582.043,40	8.582.043,40	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	138.483,00	0,00	0,00	138.483,00
13-RECEITA PATRIMONIAL	212.035.915,64	345.855.730,36	133.819.814,72	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	345.289,00	401.685,33	56.396,33	0,00
1311-ALUGUÉIS	344.340,00	401.685,33	57.345,33	0,00
131100-ALUGUÉIS	344.340,00	401.685,33	57.345,33	0,00
13110000-ALUGUÉIS	344.340,00	401.685,33	57.345,33	0,00
1312-ARRENDAMENTOS	949,00	0,00	0,00	949,00
131200-ARRENDAMENTOS	949,00	0,00	0,00	949,00
13120000-ARRENDAMENTOS	949,00	0,00	0,00	949,00
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	199.203.310,40	262.506.712,30	63.303.401,90	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	130.633.079,71	167.523.145,58	36.890.065,87	0,00
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	130.633.079,71	167.523.145,58	36.890.065,87	0,00
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	130.633.079,71	167.523.145,58	36.890.065,87	0,00
1322-DIVIDENDOS	7.755.961,00	4.645.236,31	0,00	3.110.724,69
132200-DIVIDENDOS	7.755.961,00	4.645.236,31	0,00	3.110.724,69
13220000-DIVIDENDOS	7.755.961,00	4.645.236,31	0,00	3.110.724,69
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	55.726.686,69	82.509.515,96	26.782.829,27	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	55.726.686,69	82.337.294,77	26.610.608,08	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB OBS: FONTE 50.	10.000.000,00	11.876.089,95	1.876.089,95	0,00
13250109-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	0,00	266.474,10	266.474,10	0,00
13250152-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - RECURSOS FECOP. FONTE 10	24.517.000,00	27.327.210,05	2.810.210,05	0,00
13250154-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	16.189.581,69	33.894.141,36	17.704.559,67	0,00
RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	0,00	-293.876,50	0,00	-293.876,50
13250156-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. DIRETA - FONTE 86	0,00	19.612,95	19.612,95	0,00
13250156-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. DIRETA - FONTE 86	0,00	-4.822,34	0,00	-4.822,34
RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. DIRETA - FONTE 86	12.000,00	623,44	0,00	11.376,56
13250158-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. DIRETA - FONTE 88				



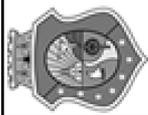
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13250160-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM. DIRETA - FONTE 80	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS - FT 16	0,00	662.432,91	662.432,91	0,00
13250166-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SALÁRIO EDUCAÇÃO - FT 07	0,00	3.423.972,66	3.423.972,66	0,00
13250168-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	1.393.551,04	1.393.551,04	0,00
13250169-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FDI - FT 76	0,00	3.771.885,15	3.771.885,15	0,00
13250199-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	4.966.105,00	0,00	0,00	4.966.105,00
132502-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	172.221,19	172.221,19	0,00
13250201-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA	0,00	172.221,19	172.221,19	0,00
1329-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.087.583,00	7.828.814,45	2.741.231,45	0,00
132900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	7.828.814,45	7.828.814,45	0,00
13290000-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	7.828.814,45	7.828.814,45	0,00
132999-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.087.583,00	0,00	0,00	5.087.583,00
13299900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.087.583,00	0,00	0,00	5.087.583,00
136-RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	2.722.528,24	80.000.000,00	77.277.471,76	0,00
1361-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	2.722.528,24	80.000.000,00	77.277.471,76	0,00
136101-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	1.761.000,00	0,00	0,00	1.761.000,00
13610100-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	1.761.000,00	0,00	0,00	1.761.000,00
136151-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES	961.528,24	75.000.000,00	74.038.471,76	0,00
13615100-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES	961.528,24	75.000.000,00	74.038.471,76	0,00
136152-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
13615200-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
139-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	2.947.332,73	0,00	6.817.455,27
1390-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	2.947.332,73	0,00	6.817.455,27
139051-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	0,00	2.947.332,73	2.947.332,73	0,00
13905100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	0,00	2.947.332,73	2.947.332,73	0,00
139099-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	0,00	0,00	9.764.788,00
13909900-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	0,00	0,00	9.764.788,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	10.665.466,81	0,00	7.600.088,19
160-RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	10.665.466,81	0,00	7.600.088,19



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1600-RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	10.665.466,81	0,00	7.600.088,19
160002-SERVIÇOS FINANCEIROS	10.197.774,00	0,00	0,00	10.197.774,00
16000299-OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	10.197.774,00	0,00	0,00	10.197.774,00
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	1.158,40	1.158,40	0,00
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	0,00	1.158,40	1.158,40	0,00
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	3.896,80	3.896,80	0,00
16001302-SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS	0,00	3.890,80	3.890,80	0,00
16001304-SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS	0,00	6,00	6,00	0,00
160019-SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIIS	8.067.781,00	10.591.046,08	2.523.265,08	0,00
16001951-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE CONVENÇÕES	2.420.334,30	510.313,77	0,00	1.910.020,53
16001952-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE TURISMO	403.389,05	941.390,43	538.001,38	0,00
16001954-EQUIPAM. TURÍSTICOS - TELEFÉRICO DE UBAJARA	0,00	282.637,28	282.637,28	0,00
16001956-EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS - CENTRO DE EVENTOS	5.244.057,65	8.856.704,60	3.612.646,95	0,00
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	27.002,72	27.002,72	0,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	27.002,72	27.002,72	0,00
160099-OUTROS SERVIÇOS	0,00	42.362,81	42.362,81	0,00
16009958-SERVIÇOS DE CADASTRO EM GERAL	0,00	3.083,74	3.083,74	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS	0,00	39.279,07	39.279,07	0,00
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.991.790.245,05	5.865.960.814,52	0,00	125.829.430,53
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.814.001.523,30	5.757.705.653,70	0,00	56.295.869,60
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.493.220.647,30	4.441.307.876,97	0,00	51.912.770,33
172101-PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.318.795.172,65	4.296.650.411,77	0,00	22.144.760,88
17210101-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	5.339.512.274,00	5.327.154.148,96	0,00	12.358.125,04
17210101-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - FPE	-1.067.902.454,80	-1.065.430.829,49	-2.471.625,31	0,00
17210112-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.749.897,00	30.733.303,06	0,00	14.016.593,94
17210112-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	-6.712.484,55	-4.609.995,31	-2.102.489,24	0,00
17210113-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.807.100,00	4.226.597,08	1.419.497,08	0,00
17210132-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	41,00	293,72	252,72	0,00
17210151-FEX - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA FOMENTO EXPORTAÇÕES	6.340.800,00	4.576.893,75	0,00	1.763.906,25
172122-TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	40.334.369,00	40.589.564,66	255.195,66	0,00
17212220-COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	872.155,00	1.271.680,10	399.525,10	0,00
17212230-COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº 7.990/89	21.059.274,00	10.498.113,83	0,00	10.561.160,17



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17212240-COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEINº 9.478/97, ARTIGO 49, I E II	0,00	6.937.412,44	6.937.412,44	0,00
17212270-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	18.402.940,00	21.882.358,29	3.479.418,29	0,00
172135-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	109.903.668,00	85.010.823,42	0,00	24.892.844,58
17213501-TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	71.925.000,00	50.990.623,18	0,00	20.934.376,82
17213502-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	1.770,00	1.770,00	0,00
17213503-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	28.244.366,40	28.244.366,40	0,00
17213504-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	0,00	774.063,84	774.063,84	0,00
17213599-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	37.978.668,00	5.000.000,00	0,00	32.978.668,00
172136-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	24.187.437,65	19.057.077,12	0,00	5.130.360,53
17213600-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	28.455.809,00	23.821.346,28	0,00	4.634.462,72
17213600-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - L.C. 87/96	-4.268.371,35	-4.764.269,16	0,00	-495.897,81
1724-TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.320.780.876,00	1.316.397.776,73	0,00	4.383.099,27
172401-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	997.857.066,00	994.358.743,12	0,00	3.498.322,88
17240100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	997.857.066,00	994.358.743,12	0,00	3.498.322,88
172402-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	322.923.810,00	322.039.033,61	0,00	884.776,39
17240251-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO	322.923.810,00	217.153.165,24	0,00	105.770.644,76
17240252-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	104.885.868,37	104.885.868,37	0,00
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	177.788.721,75	108.255.160,82	0,00	69.533.560,93
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	177.687.721,75	107.911.474,19	0,00	69.776.247,56
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	64.753.377,05	6.419.776,54	0,00	58.333.600,51
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	64.753.377,05	6.419.776,54	0,00	58.333.600,51
176103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.999.163,88	0,00	0,00	15.999.163,88
17610300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.999.163,88	0,00	0,00	15.999.163,88
176104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	19.708.968,00	0,00	0,00	19.708.968,00
17610400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	19.708.968,00	0,00	0,00	19.708.968,00
176105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE	0,00	1.152.678,00	1.152.678,00	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
<b>SANEAMENTO BÁSICO</b>				
17610500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	1.152.678,00	1.152.678,00	0,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	77.226.212,82	100.339.019,65	23.112.806,83	0,00
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	77.226.212,82	100.339.019,65	23.112.806,83	0,00
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	1.000,00	295.103,62	294.103,62	0,00
176300-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	1.000,00	295.103,62	294.103,62	0,00
17630000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	1.000,00	299.875,96	298.875,96	0,00
17630000-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	-4.772,34	0,00	-4.772,34
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	48.583,01	0,00	51.416,99
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	48.583,01	0,00	51.416,99
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	48.583,01	0,00	51.416,99
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	397.307.221,16	380.437.344,36	0,00	16.869.876,80
191-MULTAS E JUROS DE MORA	137.647.032,22	97.998.625,50	0,00	39.648.406,72
1911-MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	118.408.275,43	58.283.919,91	0,00	60.124.355,52
191120-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	373.213,80	1.545.107,41	1.171.893,61	0,00
19112051-MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD	184.556,00	1.924.722,32	1.740.166,32	0,00
19112051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD PARA O FUNDEB	-36.911,20	-384.944,46	0,00	-348.033,26
19112052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ITCD	225.569,00	6.469,09	0,00	219.099,91
19112052-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - ITCD PARA O FUNDEB	0,00	-1.139,54	0,00	-1.139,54
191141-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	6.189.716,00	15.505.575,29	9.315.859,29	0,00
19114151-MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA	2.916.620,00	17.229.902,32	14.313.282,32	0,00
19114151-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA PARA O FUNDEB	-291.662,00	-1.722.990,23	0,00	-1.431.328,23
19114152-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA	3.564.758,00	44,23	0,00	3.564.713,77
19114152-RESTITUIÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA	0,00	-1.381,03	0,00	-1.381,03
191142-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS	111.845.345,63	41.233.237,21	0,00	70.612.108,42
19114251-MULTAS E JUROS DE MORA ICMS COMBUSTÍVEL	0,00	90.010,78	90.010,78	0,00
19114251-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS PARA O FUNDEB	-8.134.505,40	-4.634.484,61	-3.500.020,79	0,00
19114252-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	8.096.213,16	8.096.213,16	0,00
19114252-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-3.526.481,45	0,00	-3.526.481,45
19114253-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS VAREJISTA	2.555.342,01	6.804.061,41	4.248.719,40	0,00
19114253-RESTITUIÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	0,00	-271,48	0,00	-271,48
19114254-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMUNICAÇÃO	21.454.498,26	1.363.880,39	0,00	20.090.617,87



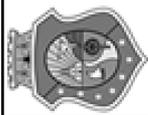
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19114255-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	150.036,17	352.936,17	202.900,00	0,00
19114256-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	14.759.841,82	1.578.981,67	0,00	13.180.860,15
19114257-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS INDÚSTRIA	13.197.357,09	10.023.119,38	0,00	3.174.237,71
19114258-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	41.509,22	86.967,36	45.458,14	0,00
19114259-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA FÍSICA	55.001,91	50.954,83	0,00	4.047,08
19114261-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	438.414,19	302.133,74	0,00	136.280,45
19114263-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	18.676,17	67.193,89	48.517,72	0,00
19114264-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PRODUTOR RURAL	18.676,17	0,00	0,00	18.676,17
19114265-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS TRANSPORTE	768.855,11	1.435.838,40	666.983,29	0,00
19114266-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	8.954,69	914,54	0,00	8.040,15
19114267-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	762.873,21	643.358,35	0,00	119.514,86
19114268-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - FECOP	3.098.158,82	955.171,23	0,00	2.142.987,59
19114270-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMBUSTIVEL	20.377.824,33	51.538,83	0,00	20.326.285,50
19114271-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	12.994.424,91	3.047.881,09	0,00	9.946.543,82
19114272-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	10.235.208,53	3.120.265,42	0,00	7.114.943,11
19114273-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMUNICAÇÃO	5.634.131,32	223.850,03	0,00	5.410.281,29
19114274-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	181.907,51	89.688,34	0,00	92.219,17
19114275-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	4.900.766,40	2.061.971,47	0,00	2.838.794,93
19114276-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS INDÚSTRIA	5.765.588,28	2.662.809,03	0,00	3.102.779,25
19114277-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	50.326,79	75.793,72	25.466,93	0,00
19114278-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA FÍSICA	66.685,66	1.467.570,49	1.400.884,83	0,00
19114280-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	531.544,02	3.443.421,15	2.911.877,13	0,00
19114282-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	22.643,44	47.707,85	25.064,41	0,00
19114283-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PRODUTOR RURAL	22.643,44	0,00	0,00	22.643,44
19114284-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS TRANSPORTE	932.178,64	1.172.713,43	240.534,79	0,00
19114285-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	10.856,88	0,00	0,00	10.856,88
19114286-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	924.926,04	77.528,60	0,00	847.397,44
1913-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	19.238.756,79	7.907.019,14	0,00	11.331.737,65
191314-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	2.042.673,50	2.130.875,79	88.202,29	0,00
19131451-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	1.690.675,00	2.367.639,77	676.964,77	0,00
19131451-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA PARA O FUNDEB	-169.067,50	-236.763,98	0,00	-67.696,48



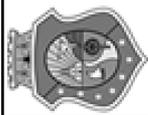
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19131452-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA - IPVA	521.066,00	0,00	0,00	521.066,00
191315-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	16.306.750,29	5.188.717,16	0,00	11.118.033,13
19131551-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	0,00	8.183,38	8.183,38	0,00
19131551-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	-1.099.569,70	-542.987,55	-556.582,15	0,00
19131552-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA - ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	322.684,26	322.684,26	0,00
19131552-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-538.043,49	0,00	-538.043,49
19131553-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS VAREJISTA	0,00	1.230.864,74	1.230.864,74	0,00
19131554-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	0,00	13.882,34	13.882,34	0,00
19131555-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	345.414,44	9.504,45	0,00	335.909,99
19131556-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	2.271.928,32	181,99	0,00	2.271.746,33
19131557-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	1.448.751,42	1.131.554,50	0,00	317.196,92
19131558-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	1.141.125,75	10.637,38	0,00	1.130.488,37
19131559-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	628.150,60	31,87	0,00	628.118,73
19131561-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	22.805,43	219.766,45	196.961,02	0,00
19131563-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	548.912,10	19.390,15	0,00	529.521,95
19131564-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	744.211,05	0,00	0,00	744.211,05
19131565-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	6.821,38	462.185,44	455.364,06	0,00
19131566-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	110.555,02	0,00	0,00	110.555,02
19131567-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	59.261,97	191.050,06	131.788,09	0,00
19131568-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP	2.524,52	0,00	0,00	2.524,52
19131570-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	474.778,65	6.091,36	0,00	468.687,29
19131571-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	3.122.808,24	274.856,83	0,00	2.847.951,41
19131572-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	1.991.336,10	878.698,71	0,00	1.112.637,39
19131573-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	1.568.498,83	5.157,60	0,00	1.563.341,23
19131574-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	863.404,82	11.286,37	0,00	852.118,45
19131575-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	27.876,49	0,00	0,00	27.876,49
19131576-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	751.020,00	892.952,81	141.932,81	0,00
19131577-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	883.550,00	1.720,22	0,00	881.829,78
19131578-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	7.712,35	2.054,72	0,00	5.657,63
19131580-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	10.219,27	225.973,32	215.754,05	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19131582-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	81.456,69	3.290,81	0,00	78.165,88
19131583-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	3.470,00	0,00	0,00	3.470,00
19131584-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	3.470,00	155.088,93	151.618,93	0,00
19131586-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTOS E ALOJAMENTO	144.515,87	192.659,51	48.143,64	0,00
19131587-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP	141.740,68	0,00	0,00	141.740,68
191320-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	737.394,00	587.426,19	0,00	149.967,81
19132051-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	902.460,00	734.282,74	0,00	168.177,26
19132051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD PARA O FUNDEB	-180.492,00	-146.856,55	-33.635,45	0,00
19132052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	15.426,00	0,00	0,00	15.426,00
191399-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	151.939,00	0,00	0,00	151.939,00
19139900-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	151.939,00	0,00	0,00	151.939,00
1915-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	5.240.408,67	5.240.408,67	0,00
191599-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	5.240.408,67	5.240.408,67	0,00
19159951-MULTAS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA	0,00	3.840.844,78	3.840.844,78	0,00
19159953-ENCARGOS SOBRE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,00	1.399.563,89	1.399.563,89	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	26.567.277,78	26.567.277,78	0,00
191927-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	1.010.508,02	1.010.508,02	0,00
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	1.010.508,02	1.010.508,02	0,00
191948-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	76.757,93	76.757,93	0,00
19194800-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	76.757,93	76.757,93	0,00
191951-MULTAS DO TCM-CE	0,00	486.768,40	486.768,40	0,00
19195100-MULTAS DO TCM-CE	0,00	486.768,40	486.768,40	0,00
191999-OUTRAS MULTAS	0,00	24.993.243,43	24.993.243,43	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	24.873.129,92	24.873.129,92	0,00
19199951-RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	-2.927,59	0,00	-2.927,59
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATUAIS	0,00	123.041,10	123.041,10	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	174.526.485,23	172.931.035,73	0,00	1.595.449,50
1921-INDENIZAÇÕES	0,00	1.811.838,41	1.811.838,41	0,00
192105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0,00	1.811.279,86	1.811.279,86	0,00
19210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	1.811.279,86	1.811.279,86	0,00
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	558,55	558,55	0,00
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	558,55	558,55	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1922-RESTITUIÇÕES	174.526.485,23	171.119.197,32	0,00	3.407.287,91
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	6.126.619,96	6.126.619,96	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	6.126.619,96	6.126.619,96	0,00
192203-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	833.771,53	833.771,53	0,00
19220300-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	833.771,53	833.771,53	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	174.526.485,23	164.158.805,83	0,00	10.367.679,40
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	545.699,71	545.699,71	0,00
19229952-RESTITUIÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO	62.835.705,00	1.174.122,44	0,00	61.661.582,56
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE	0,00	7.099.103,72	7.099.103,72	0,00
19229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	32.835.062,20	32.835.062,20	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	96.024,40	96.024,40	0,00
19229960-REMBOLSO P/ PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	115.019,24	115.019,24	0,00
19229963-DEVOLUÇÃO DE DIÁRIAS	0,00	1.957,05	1.957,05	0,00
19229964-RESTITUIÇÕES DIVERSAS - FECOP	111.690.780,23	22.237,75	0,00	111.668.542,48
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	128.450.811,90	128.450.811,90	0,00
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	-6.181.232,58	0,00	-6.181.232,58
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	61.878.028,25	53.645.195,88	0,00	8.232.832,37
1931-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	61.031.269,25	50.046.039,78	0,00	10.985.229,47
193107-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	9.020,99	9.020,99	0,00
19310700-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	9.020,99	9.020,99	0,00
193114-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	4.318.261,43	5.286.936,71	968.675,28	0,00
19311400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	4.502.395,33	5.874.374,12	1.371.978,79	0,00
19311400-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	-184.133,90	-587.437,41	0,00	-403.303,51
193115-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	54.019.405,62	41.795.703,37	0,00	12.223.702,25
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	-5.871.619,65	0,00	-5.871.619,65	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	-7.375.712,36	0,00	-7.375.712,36
19311551-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS COMBUSTÍVEL	0,00	135.019,28	135.019,28	0,00
19311552-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	5.956.333,65	5.956.333,65	0,00
19311553-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	12.131.931,10	13.892.349,55	1.760.418,45	0,00
19311554-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	7.736.226,65	157.336,06	0,00	7.578.890,59
19311555-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	6.093.528,07	133.050,24	0,00	5.960.477,83
19311556-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	3.354.278,25	854,96	0,00	3.353.423,29



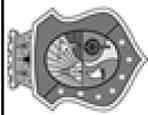
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19311557-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	20.855.192,85	18.202.976,05	0,00	2.652.216,80
19311558-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	2.917.669,68	107.572,99	0,00	2.810.096,69
19311559-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	3.432.541,11	78.586,15	0,00	3.353.954,96
19311561-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	29.962,04	3.370.746,53	3.340.784,49	0,00
19311563-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	39.701,28	255.246,98	215.545,70	0,00
19311564-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	316.454,56	0,00	0,00	316.454,56
19311565-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	564.135,18	4.139.738,58	3.575.603,40	0,00
19311566-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	19.944,40	0,00	0,00	19.944,40
19311567-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	554.972,25	2.741.604,71	2.186.632,46	0,00
19311568-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS FECOP	1.844.487,85	0,00	0,00	1.844.487,85
193120-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	2.693.602,20	2.954.378,71	260.776,51	0,00
19312000-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	2.988.216,60	3.692.973,39	704.756,79	0,00
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	-294.614,40	-738.594,68	0,00	-443.980,28
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	846.759,00	3.599.156,10	2.752.397,10	0,00
193202-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	846.759,00	0,00	0,00	846.759,00
19320202-RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	846.759,00	0,00	0,00	846.759,00
193299-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	3.599.156,10	3.599.156,10	0,00
19329901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	0,00	3.587.849,55	3.587.849,55	0,00
19329902-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - ADMINISTRATIVA	0,00	11.306,55	11.306,55	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS	23.255.675,46	55.862.487,25	32.606.811,79	0,00
1990-RECEITAS DIVERSAS	23.255.675,46	55.862.487,25	32.606.811,79	0,00
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	0,00	6.663,69	6.663,69	0,00
19900202-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	0,00	6.663,69	6.663,69	0,00
199022-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	1.958,59	1.958,59	0,00
19902200-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	1.958,59	1.958,59	0,00
199099-OUTRAS RECEITAS	23.255.675,46	55.853.864,97	32.598.189,51	0,00
19909953-RETORNO DO FDI	0,00	13.264.978,97	13.264.978,97	0,00
19909954-ENCARGOS DO FDI	0,00	10.257.273,74	10.257.273,74	0,00
19909955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO	4.677.016,46	25.483.693,36	20.806.676,90	0,00
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.080.000,22	2.080.000,22	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1909960-RENDAS	0,00	163.535,07	163.535,07	0,00
1909962-RECEITA DE APONTAMENTOS, PROTESTOS E CANCELAMENTOS	0,00	277.216,60	277.216,60	0,00
1909967-RECURSOS DE EMPRESAS CONSIGNATÁRIAS	0,00	718,72	718,72	0,00
1909968-RESSARCIMENTO	0,00	661.099,67	661.099,67	0,00
1909998-OUTRAS RECEITA FECOP	0,00	341.283,90	341.283,90	0,00
1909999-OUTRAS RECEITAS	18.578.659,00	3.324.064,72	0,00	15.254.594,28
2-RECEITAS DE CAPITAL	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38	0,00	2.485.788.742,91
21-OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	0,00	1.600.488.085,66
211-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.654.838.872,34	1.205.362.760,65	0,00	449.476.111,69
2114-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	1.654.838.872,34	1.205.362.760,65	0,00	449.476.111,69
211401-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	46.801.492,58	2.667.981,66	0,00	44.133.510,92
21140100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	46.801.492,58	2.667.981,66	0,00	44.133.510,92
211402-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	28.000.000,00	0,00	0,00	28.000.000,00
21140200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	28.000.000,00	0,00	0,00	28.000.000,00
211403-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	46.000.000,00	3.904.818,82	0,00	42.095.181,18
21140300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	46.000.000,00	3.904.818,82	0,00	42.095.181,18
211405-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31.070.757,39	2.089.990,26	0,00	28.980.767,13
21140500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31.070.757,39	2.089.990,26	0,00	28.980.767,13
211407-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR	196.756.732,97	4.359.088,94	0,00	192.397.644,03
21140700-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR	196.756.732,97	4.359.088,94	0,00	192.397.644,03
211499-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	1.306.209.889,40	1.192.340.880,97	0,00	113.869.008,43
21149951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
21149952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	798.613.742,51	352.741.166,43	0,00	445.872.576,08
21149953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	56.382.541,70	29.994.465,02	0,00	26.388.076,68
21149954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	0,00	152.585.504,14	152.585.504,14	0,00
21149957-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE BB	376.298.570,47	302.136.686,22	0,00	74.161.884,25
21149958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - ESTADOS	0,00	349.883.059,16	349.883.059,16	0,00
21149999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	74.915.034,72	0,00	0,00	74.915.034,72
212-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.579.396.012,40	428.384.038,43	0,00	1.151.011.973,97
2123-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	1.579.396.012,40	428.384.038,43	0,00	1.151.011.973,97
212301-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	11.340.980,08	0,00	0,00	11.340.980,08
21230100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	11.340.980,08	0,00	0,00	11.340.980,08
212302-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	3.852.892,46	1.530.828,45	0,00	2.322.064,01



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21230200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	3.852.892,46	1.530.828,45	0,00	2.322.064,01
212303-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	33.272.721,90	4.095.620,03	0,00	29.177.101,87
21230300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	33.272.721,90	4.095.620,03	0,00	29.177.101,87
212304-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	15.212.328,00	0,00	0,00	15.212.328,00
21230400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	15.212.328,00	0,00	0,00	15.212.328,00
212305-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.325.478,92	26.077.957,45	23.752.478,53	0,00
21230500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.325.478,92	26.077.957,45	23.752.478,53	0,00
212399-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	1.513.391.611,04	396.679.632,50	0,00	1.116.711.978,54
21239951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO	99.663.190,46	71.704.957,47	0,00	27.958.232,99
21239952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	1.207.086.524,26	27.755.469,95	0,00	1.179.331.054,31
21239953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	0,00	206.594.919,80	206.594.919,80	0,00
21239954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	34.904.742,90	24.913.697,28	0,00	9.991.045,62
21239955-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS	1.734.905,00	0,00	0,00	1.734.905,00
21239956-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP	9.069,05	0,00	0,00	9.069,05
21239958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORCEARÁ	0,00	65.710.588,00	65.710.588,00	0,00
21239999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	169.993.179,37	0,00	0,00	169.993.179,37
22-ALIENAÇÃO DE BENS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
221-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
2210-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
221000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.671.247.381,56	740.532.897,27	0,00	930.714.484,29
241-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.671.247.381,56	740.532.897,27	0,00	930.714.484,29
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.666.367.808,73	740.532.897,27	0,00	925.834.911,46
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	185.888.547,88	30.364.325,38	0,00	155.524.222,50
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	185.888.547,88	30.364.325,38	0,00	155.524.222,50
247103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	185.585.119,79	144.717.446,75	0,00	40.867.673,04
24710300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	185.585.119,79	144.717.446,75	0,00	40.867.673,04
247104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	26.410.245,00	0,00	0,00	26.410.245,00
24710400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	26.410.245,00	0,00	0,00	26.410.245,00

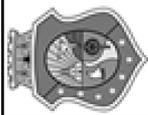


Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	373.316.703,96	14.334.345,63	0,00	358.982.358,33
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	373.316.703,96	14.334.345,63	0,00	358.982.358,33
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	895.167.192,10	551.116.779,51	0,00	344.050.412,59
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	895.167.192,10	551.116.779,51	0,00	344.050.412,59
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.729.050,26	0,00	0,00	1.729.050,26
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.729.050,26	0,00	0,00	1.729.050,26
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.729.050,26	0,00	0,00	1.729.050,26
2475-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	3.150.522,57	0,00	0,00	3.150.522,57
247500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	3.150.522,57	0,00	0,00	3.150.522,57
24750000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	3.150.522,57	0,00	0,00	3.150.522,57
25-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	26.145.657,50	68.862.517,03	42.716.859,53	0,00
257-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL RESGATADOS	22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
2570-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL RESGATADOS	22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
257000-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL RESGATADOS	22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
257051-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL RESGATADOS - CVSB	22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
259-OUTRAS RECEITAS	3.242.967,00	45.959.826,53	42.716.859,53	0,00
2590-OUTRAS RECEITAS	3.242.967,00	45.959.826,53	42.716.859,53	0,00
259051-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	45.959.826,53	45.959.826,53	0,00
25905100-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	45.959.826,53	45.959.826,53	0,00
259099-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.242.967,00	0,00	0,00	3.242.967,00
25909900-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.242.967,00	0,00	0,00	3.242.967,00
7-RECEITAS CORRENTES	7.179.258,00	118.261.949,51	111.082.691,51	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.179.258,00	118.261.949,51	111.082.691,51	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	6.868.715,62	6.868.715,62	0,00
7922-RESTITUIÇÕES	0,00	6.868.715,62	6.868.715,62	0,00
792299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	6.868.715,62	6.868.715,62	0,00
79229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	3.346.529,80	3.346.529,80	0,00
79229956-RESTITUIÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	-40.653,07	0,00	-40.653,07
79229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.563.348,08	3.563.348,08	0,00
79229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	-509,19	0,00	-509,19
799-RECEITAS DIVERSAS	7.179.258,00	111.393.233,89	104.213.975,89	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS	7.179.258,00	111.393.233,89	104.213.975,89	0,00



799099-OUTRAS RECEITAS	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
		7.179.258,00	111.393.233,89	104.213.975,89	0,00
79909953-RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		0,00	89.937.459,72	89.937.459,72	0,00
79909958-SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS		0,00	21.455.774,17	21.455.774,17	0,00
79909999-OUTRAS RECEITAS		7.179.258,00	0,00	0,00	7.179.258,00

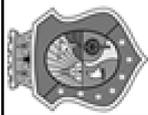
**Total Geral:** 20.895.705.855,32 18.442.600.897,59 0,00 2.453.104.957,73



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	10.913.526.109,64	6.756.357,00	10.920.282.466,64	10.664.180.572,70	256.101.893,94	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.392.417.670,49	5.061.125,15	5.397.478.795,64	5.362.407.868,05	35.070.927,59	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	4.718.965.160,04	5.061.125,15	4.724.026.285,19	4.691.125.927,42	32.900.357,77	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	4.050.805,21	0,00	4.050.805,21	4.050.805,21	0,00	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	331.044.539,55	0,00	331.044.539,55	323.542.806,10	7.501.733,45	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.126.061,95	0,00	1.126.061,95	100.766,28	1.025.295,67	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.250.124.907,78	0,00	3.250.124.907,78	3.230.052.436,27	20.072.471,51	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	895.164.777,99	5.061.125,15	900.225.903,14	900.222.722,70	3.180,44	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	57.281.403,38	0,00	57.281.403,38	56.192.338,54	1.089.064,84	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.886.803,38	0,00	7.886.803,38	7.827.218,96	59.584,42	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	2.677,80	0,00	2.677,80	2.677,80	0,00	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	67.482.347,23	0,00	67.482.347,23	66.572.026,44	910.320,79	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	77.914.793,62	0,00	77.914.793,62	77.468.762,90	446.030,72	
31909300	INDENIZAÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	552.429,11	0,00	552.429,11	515.108,58	37.320,53	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	26.283.613,04	0,00	26.283.613,04	24.578.257,64	1.705.355,40	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	673.452.510,45	0,00	673.452.510,45	671.281.940,63	2.170.569,82	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	671.737.177,17	0,00	671.737.177,17	669.628.988,08	2.108.189,09	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	997.576,01	0,00	997.576,01	935.195,28	62.380,73	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	717.757,27	0,00	717.757,27	717.757,27	0,00	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	278.661.012,80	0,00	278.661.012,80	272.568.630,97	6.092.381,83	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	278.661.012,80	0,00	278.661.012,80	272.568.630,97	6.092.381,83	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	262.883.540,42	0,00	262.883.540,42	258.782.400,23	4.101.140,19	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.777.472,38	0,00	15.777.472,38	13.786.230,74	1.991.241,64	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.242.447.426,35	1.695.231,85	5.244.142.658,20	5.029.204.073,68	214.938.584,52	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.646.412.504,33	0,00	2.646.412.504,33	2.624.994.469,51	21.418.034,82	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	51.919.836,33	0,00	51.919.836,33	50.426.307,85	1.493.528,48	
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.594.492.668,00	0,00	2.594.492.668,00	2.574.568.161,66	19.924.506,34	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	359.325.639,38	1.695.231,85	361.020.871,23	317.113.514,81	43.907.356,42	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	235.538.936,97	0,00	235.538.936,97	205.525.003,94	30.013.933,03	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	119.149.531,72	1.695.231,85	120.844.763,57	108.210.805,92	12.633.957,65	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.295.953,77	0,00	4.295.953,77	3.078.594,04	1.217.359,73	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	341.216,92	0,00	341.216,92	299.110,91	42.106,01	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	7.941.920,00	0,00	7.941.920,00	7.775.414,00	166.506,00	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.115.000,00	0,00	3.115.000,00	3.115.000,00	0,00	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.826.920,00	0,00	4.826.920,00	4.660.414,00	166.506,00	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	740.433,00	0,00	740.433,00	730.000,00	10.433,00	
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	730.433,00	0,00	730.433,00	730.000,00	433,00	
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	
33809200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.451.528,80	0,00	2.216.451.528,80	2.069.578.058,96	146.873.469,84	
33900300	PENSÕES	10.553.861,53	0,00	10.553.861,53	10.505.266,94	48.594,59	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	830.080,44	0,00	830.080,44	765.458,67	64.621,77	
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	15.006.099,82	0,00	15.006.099,82	12.681.974,35	2.324.125,47	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.935.778,62	0,00	15.935.778,62	15.849.631,54	86.147,08	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.710.815,06	0,00	3.710.815,06	2.438.691,03	1.272.124,03	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	119.680,00	0,00	119.680,00	107.520,00	12.160,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	182.234.460,99	0,00	182.234.460,99	148.592.129,58	33.642.331,41	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	19.996.204,52	0,00	19.996.204,52	19.935.169,47	61.035,05	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	32.123.899,28	0,00	32.123.899,28	29.560.124,18	2.563.775,10	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16.879.586,86	0,00	16.879.586,86	15.946.005,17	933.581,69	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	79.841.781,63	0,00	79.841.781,63	77.503.489,11	2.338.292,52	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	14.388.543,21	0,00	14.388.543,21	13.463.855,04	924.688,17	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	164.887.326,79	0,00	164.887.326,79	154.965.663,30	9.921.663,49	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	451.527.802,22	0,00	451.527.802,22	439.620.470,30	11.907.331,92	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	702.491.877,51	0,00	702.491.877,51	635.288.451,22	67.203.426,29	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.795.739,30	0,00	6.795.739,30	6.795.739,30	0,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	117.350.988,12	0,00	117.350.988,12	114.625.209,65	2.725.778,47	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	134.243.287,13	0,00	134.243.287,13	133.736.713,06	506.574,07	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	2.712.900,00	0,00	2.712.900,00	660.344,00	2.052.556,00	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	569.023,86	0,00	569.023,86	505.655,35	63.368,51	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.111,00	0,00	5.111,00	5.111,00	0,00	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.352.984,25	0,00	35.352.984,25	32.654.097,84	2.698.886,41	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	208.891.696,66	0,00	208.891.696,66	203.371.288,86	5.520.407,80	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	11.555.400,84	0,00	11.555.400,84	9.012.616,40	2.542.784,44	
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00	0,00	2.000,00	1.242,23	757,77	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.659.578,15	0,00	5.659.578,15	5.258.309,35	401.268,80	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	894.582,89	0,00	894.582,89	576.592,82	317.990,07	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	569.045,41	0,00	569.045,41	534.395,91	34.649,50	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.430.194,39	0,00	4.430.194,39	2.642.076,09	1.788.118,30	
4	DESPESA DE CAPITAL	5.429.558.363,65	8.195.231,85	5.437.753.595,50	3.347.093.985,24	2.090.659.610,26	
44	INVESTIMENTOS	4.606.583.026,42	8.195.231,85	4.614.778.258,27	2.580.307.881,20	2.034.470.377,07	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	168.828.417,75	0,00	168.828.417,75	149.196.859,63	19.631.558,12	
44404100	CONTRIBUIÇÕES	12.745.611,12	0,00	12.745.611,12	12.230.912,94	514.698,18	
44404200	AUXÍLIOS	152.750.488,44	0,00	152.750.488,44	133.886.724,36	18.863.764,08	
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.332.318,19	0,00	3.332.318,19	3.079.222,33	253.095,86	
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	84.879.745,17	5.245.279,49	90.125.024,66	48.030.142,36	42.094.882,30	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	186.862,50	4.000.000,00	4.186.862,50	2.482.416,92	1.704.445,58	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	1.800.000,00	1.245.279,49	3.045.279,49	3.045.279,49	0,00	
44504200	AUXÍLIOS	57.638.239,67	0,00	57.638.239,67	42.502.445,95	15.135.793,72	
44504700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	18.064.147,00	0,00	18.064.147,00	0,00	18.064.147,00	
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.190.496,00	0,00	7.190.496,00	0,00	7.190.496,00	
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	4.351.420.086,36	2.949.952,36	4.354.370.038,72	2.381.666.102,61	1.972.703.936,11	
44901400	DIÁRIA-CIVIL	62.118,22	0,00	62.118,22	32.562,39	29.555,83	
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	13.988.719,85	0,00	13.988.719,85	11.554.572,53	2.434.147,32	
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	52.371,27	0,00	52.371,27	25.962,66	26.408,61	
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	73.325.180,54	0,00	73.325.180,54	10.934.377,96	62.390.802,58	
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	385.000,00	0,00	385.000,00	20.000,00	365.000,00	
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	625.654,54	0,00	625.654,54	0,00	625.654,54	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	216.403.282,11	0,00	216.403.282,11	119.151.871,01	97.251.411,10	
44904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44904200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	133.298.409,27	0,00	133.298.409,27	116.990.500,57	16.307.908,70	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	431.601,84	0,00	431.601,84	105.218,08	326.383,76	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.824.442.340,22	2.949.952,36	2.827.392.292,58	1.384.426.846,86	1.442.965.445,72	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	725.825.409,98	0,00	725.825.409,98	454.200.364,92	271.625.045,06	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	65.395.398,95	0,00	65.395.398,95	59.630.663,67	5.764.735,28	
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	109.884.819,27	0,00	109.884.819,27	63.085.916,12	46.798.903,15	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	99.360.918,18	0,00	99.360.918,18	88.745.937,56	10.614.980,62	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.933.862,12	0,00	87.933.862,12	72.761.308,28	15.172.553,84	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.449.777,14	0,00	1.449.777,14	1.414.776,60	35.000,54	
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.429.148,25	0,00	1.429.148,25	1.414.147,71	15.000,54	
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	628,89	0,00	628,89	628,89	0,00	
4493	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	222.328.818,87	0,00	172.071.116,65	50.257.702,22
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	222.328.818,87	0,00	172.071.116,65	50.257.702,22
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	222.308.818,87	0,00	172.071.116,65	50.237.702,22
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.646.518,36	0,00	594.714.987,39	5.931.530,97
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	600.646.518,36	0,00	594.714.987,39	5.931.530,97
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	600.646.518,36	0,00	594.714.987,39	5.931.530,97
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00

**Total Geral:**

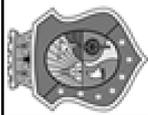
**16.343.084.473,29      14.951.588,85      16.358.036.062,14      14.011.274.557,94      2.346.761.504,20**



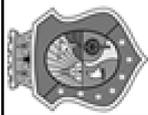
Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Realizadas		Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	372.674.147,41	0,00	0,00	372.674.147,41	371.876.021,83	798.125,58
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	72.527.973,54	0,00	0,00	72.527.973,54	71.324.387,50	1.203.586,04
030001-TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS	80.514.945,30	0,00	0,00	80.514.945,30	79.945.768,40	569.176,90
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	857.832.333,95	0,00	0,00	857.832.333,95	857.715.803,94	116.530,01
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	116.080.561,51	0,00	0,00	116.080.561,51	102.372.858,16	13.707.703,35
080001-SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	1.514.411.345,10	0,00	0,00	1.514.411.345,10	744.750.006,95	769.661.338,15
100001-SECRETARIA DA SEG PUB E DEFESA SOCIAL	168.135.455,00	0,00	0,00	168.135.455,00	147.090.788,40	21.044.666,60
101021-SSPDC POLICIA CIVIL	323.108.456,73	0,00	0,00	323.108.456,73	316.968.573,92	6.139.882,81
101031-POLICIA MILITAR	1.081.409.101,64	0,00	0,00	1.081.409.101,64	1.078.963.973,28	2.445.128,36
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARA	147.303.307,70	5.061.125,15	5.061.125,15	152.364.432,85	149.533.497,26	2.830.935,59
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	61.688.480,40	0,00	0,00	61.688.480,40	61.063.359,03	625.121,37
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA	13.418.824,40	0,00	0,00	13.418.824,40	12.351.139,85	1.067.684,55
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	59.144.838,92	0,00	0,00	59.144.838,92	31.869.315,92	27.275.523,00
120001-GABINETE DO VICE GOVERNADOR	3.783.105,16	0,00	0,00	3.783.105,16	3.414.829,49	368.275,67
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	65.593.531,27	0,00	0,00	65.593.531,27	63.440.430,98	2.153.100,29
140001-CASA MILITAR	10.620.567,75	0,00	0,00	10.620.567,75	10.597.786,36	22.781,39
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	300.494.706,32	0,00	0,00	300.494.706,32	299.134.054,56	1.360.651,76
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	6.017.071,90	0,00	0,00	6.017.071,90	5.692.909,14	324.162,76
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	364.072.326,58	0,00	0,00	364.072.326,58	291.491.332,22	72.580.994,36
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	739.083.608,07	0,00	0,00	739.083.608,07	695.101.042,25	43.982.565,82
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.833.072.439,34	0,00	0,00	3.833.072.439,34	3.795.104.729,53	37.967.709,81
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	560.540.686,65	4.000.000,00	4.000.000,00	564.540.686,65	430.125.987,52	134.414.699,13
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	2.642.189.458,78	0,00	0,00	2.642.189.458,78	2.394.955.896,41	247.233.562,37
225001-CENTRO DE EDUCACAO A DISTANCIA DO ESTADO DO CEARÁ	80.356,29	0,00	0,00	80.356,29	78.380,03	1.976,26
270001-SECRETARIA DA CULTURA	87.692.977,44	0,00	0,00	87.692.977,44	68.533.778,71	19.159.198,73
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	621.117.181,47	0,00	0,00	621.117.181,47	414.093.210,68	207.023.970,79
300001-CASA CIVIL	152.389.622,47	0,00	0,00	152.389.622,47	147.264.121,87	5.125.500,60
310001-SEC DA CIENCIA TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	157.599.265,73	3.390.463,70	3.390.463,70	160.989.729,43	137.183.180,47	23.806.548,96
360001-SECRETARIA DO TURISMO	431.680.706,51	2.500.000,00	2.500.000,00	434.180.706,51	167.285.103,91	266.895.602,60
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	18.820.966,09	0,00	0,00	18.820.966,09	15.664.634,21	3.156.331,88
420001-SECRETARIA DO ESPORTE	50.325.037,16	0,00	0,00	50.325.037,16	24.567.214,28	25.757.822,88
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	730.179.586,78	0,00	0,00	730.179.586,78	475.727.937,61	254.451.649,17



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Realizadas		Autorizadas	Realizadas	
460001-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	114.127.606,15	0,00	0,00	114.127.606,15	91.056.243,15	23.071.363,00
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	4.140.863,31	0,00	0,00	4.140.863,31	4.066.488,19	74.375,12
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	181.155.403,40	0,00	0,00	181.155.403,40	159.516.097,62	21.639.305,78
480001-CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	56.409.181,17	0,00	0,00	56.409.181,17	55.609.592,25	799.588,92
490001-CONSELHO DE POLITICAS E GESTAO MEIO AMBIENTE	40.654.453,75	0,00	0,00	40.654.453,75	13.799.839,53	26.854.614,22
510001-SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	32.156.356,46	0,00	0,00	32.156.356,46	5.025.665,15	27.130.691,31
520001-SECRETARIA ESPECIAL DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	262.114.955,56	0,00	0,00	262.114.955,56	208.803.218,86	53.311.736,70
530001-CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	8.722.680,13	0,00	0,00	8.722.680,13	8.115.358,52	607.321,61
<b>Total Geral:</b>	<b>16.343.084.473,29</b>	<b>14.951.588,85</b>	<b>14.951.588,85</b>	<b>16.358.036.062,14</b>	<b>14.011.274.557,94</b>	<b>2.346.761.504,20</b>



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS		4.050.805,21	4.050.805,21	0,00
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		2.983.670,13	2.983.670,13	0,00
0500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		97.225,80	97.225,80	0,00
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		2.461.389.962,90	2.453.997.137,64	7.392.825,26
1200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR		825.225.202,70	825.225.202,70	0,00
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		31.100.841,57	31.040.339,17	60.502,40
1600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		7.819.412,48	7.818.526,16	886,32
1700-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR		2.677,80	2.677,80	0,00
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		23.387.114,86	23.387.114,86	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		56.631.706,20	56.391.365,92	240.340,28
9300-INDENIZAÇÕES		0,00	0,00	0,00
9400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		515.108,58	515.108,58	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		21.862.069,17	20.548.840,46	1.313.228,71
	Total Modalidade: 3190	3.435.065.797,40	3.426.058.014,43	9.007.782,97
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		547.541.311,18	545.818.387,70	1.722.923,48
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		441.557,04	441.557,04	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		717.757,27	703.606,55	14.150,72
	Total Modalidade: 3191	548.700.625,49	546.963.551,29	1.737.074,20
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
2100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		1.132.244,40	1.132.244,40	0,00
2200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		1.767.678,16	1.767.678,16	0,00
	Total Modalidade: 3290	2.899.922,56	2.899.922,56	0,00
3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		29.082.526,70	27.896.005,74	1.186.520,96
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		2.564.022.157,02	2.514.058.065,95	49.964.091,07



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
		Total Modalidade: 3340	2.541.954.071,69	51.150.612,03
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		69.503.845,68	69.503.845,68	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		51.390.070,05	50.514.712,09	875.357,96
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		399.331,11	319.001,10	80.330,01
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		295.985,91	175.315,92	120.669,99
		Total Modalidade: 3350	120.512.874,79	1.076.357,96
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		3.115.000,00	3.115.000,00	0,00
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		1.984.000,00	1.983.400,00	600,00
		Total Modalidade: 3360	5.098.400,00	600,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
		Total Modalidade: 3380	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
0300-PENSÕES		1.879.685,78	1.879.685,78	0,00
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		746.503,34	745.779,34	724,00
0900-SALÁRIO-FAMÍLIA		0,00	0,00	0,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL		11.116.292,98	11.059.499,68	56.793,30
1500-DIÁRIAS - MILITAR		15.849.631,54	15.833.342,57	16.288,97
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		592.284,88	592.284,88	0,00
2000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		107.520,00	107.520,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		85.365.347,61	79.036.050,50	6.329.297,11
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		285.754,50	285.554,50	200,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		2.326.642,18	1.326.346,68	1.000.295,50
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		15.074.735,91	14.952.931,27	121.804,64
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		25.638.403,77	25.556.634,50	81.769,27
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		3.587.769,87	3.587.769,87	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		98.041.670,61	98.018.521,04	23.149,57
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		270.713.567,02	267.816.302,59	2.897.264,43



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		484.152.337,47	465.900.866,26	18.251.471,21
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		111.635.402,46	111.623.683,81	11.718,65
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		42.267.651,54	34.247.878,39	8.019.773,15
4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		483.344,00	483.344,00	0,00
4900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		435.673,05	434.688,45	984,60
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		5.111,00	5.111,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		25.163.153,13	24.876.634,35	286.518,78
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		37.213.226,05	36.939.787,55	273.438,50
	Total Modalidade: 3390	1.232.681.708,69	1.195.310.217,01	37.371.491,68
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		1.242,23	1.242,23	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		5.097.332,90	5.018.101,09	79.231,81
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		538.309,59	522.925,07	15.384,52
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		199.781,65	199.781,65	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.567.417,32	1.567.417,32	0,00
	Total Modalidade: 3391	7.404.083,69	7.309.467,36	94.616,33
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		4.525.149,44	4.525.149,44	0,00
4200-AUXÍLIOS		77.394.408,78	70.107.978,88	7.286.429,90
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.747.497,69	1.747.497,69	0,00
	Total Modalidade: 4440	83.667.055,91	76.380.626,01	7.286.429,90
4442-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4442	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		186.862,50	186.862,50	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.800.000,00	1.800.000,00	0,00
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	1.986.862,50	1.986.862,50	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4480		0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		2.118,22	2.118,22	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		87.797,85	74.407,85	13.390,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		2.371,27	2.371,27	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.435.249,11	3.095.491,23	339.757,88
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		20.000,00	20.000,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		6.315.532,33	5.214.051,66	1.101.480,67
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		64.421,07	64.421,07	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		110.465.751,64	105.782.001,78	4.683.749,86
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		70.934.193,28	62.713.502,26	8.220.691,02
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		14.094.439,74	14.094.439,74	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		9.157.624,00	9.157.624,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		16.046.513,01	16.036.373,01	10.140,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		7.907.118,52	7.787.425,90	119.692,62
Total Modalidade: 4490		238.533.130,04	224.044.227,99	14.488.902,05
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.351.185,48	1.351.185,48	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		628,89	628,89	0,00
Total Modalidade: 4491		1.351.814,37	1.351.814,37	0,00
4493-DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4493		0,00	0,00	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		43.205.469,41	43.205.469,41	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00



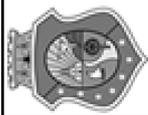
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4590	43.205.469,41	43.205.469,41	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
7100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		180.874.117,29	180.874.117,29	0,00
	Total Modalidade: 4690	180.874.117,29	180.874.117,29	0,00
	Total Fonte: 00	8.496.163.503,82	8.373.949.636,70	122.213.867,12
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		591,84	591,84	0,00
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		167.779.042,19	167.779.042,19	0,00
1200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR		74.997.520,00	74.997.520,00	0,00
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		542.366,39	542.366,39	0,00
1600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		7.686,48	7.688,20	118,28
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		43.184.911,58	43.184.911,58	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		20.837.056,70	19.246.657,15	1.590.399,55
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		717.258,07	717.258,07	0,00
	Total Modalidade: 3190	308.066.553,25	306.476.035,42	1.590.517,83
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.248.296,54	2.248.296,54	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		493.638,24	493.638,24	0,00
	Total Modalidade: 3191	2.741.934,78	2.741.934,78	0,00
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
2100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		257.650.155,83	257.650.155,83	0,00
2200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		12.018.552,58	12.018.552,58	0,00
	Total Modalidade: 3290	269.668.708,41	269.668.708,41	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		450.062,61	450.062,61	0,00
	Total Modalidade: 3340	450.062,61	450.062,61	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		21.630.535,22	21.630.535,22	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		2.611.780,00	2.311.780,00	300.000,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		1.487.500,00	1.487.500,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.125,00	3.125,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	25.732.940,22	25.432.940,22	300.000,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
0300-PENSÕES		8.625.581,16	8.625.581,16	0,00
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		14.400,00	14.400,00	0,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL		358.937,46	346.914,71	12.022,75
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		63.955,50	63.955,50	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		8.537.853,70	8.110.026,09	427.827,61
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		19.636.985,02	19.636.985,02	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		437.508,83	437.508,83	0,00
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		2.952.678,24	2.942.569,72	10.108,52
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		37.538.571,29	37.395.344,49	143.226,80
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		70.087.343,88	66.260.705,52	3.826.638,36
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		1.021.526,07	1.021.526,07	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		90.779.012,40	90.779.012,40	0,00
4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00	0,00
4900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		69.982,30	69.982,30	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		7.076.635,96	7.048.680,78	27.955,18
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.407.303,58	4.407.303,58	0,00
	Total Modalidade: 3390	251.608.275,39	247.160.496,17	4.447.779,22
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		160.976,45	160.976,45	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		28.111,44	28.050,49	60,95
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		334.614,26	334.614,26	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		929.140,66	929.140,66	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
		Total Modalidade: 3391	1.452.842,81	1.452.781,86
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				60,95
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				788.633,77
4200-AUXÍLIOS		34.687.602,14	33.898.968,37	
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.255.751,14	1.255.751,14	0,00
	Total Modalidade: 4440	35.943.353,28	35.154.719,51	788.633,77
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		15.219,50	15.219,50	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.443.089,92	1.279.385,60	163.704,32
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.114,35	1.114,35	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		46.264.383,68	44.918.763,00	1.345.620,68
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		31.964.602,96	30.905.222,95	1.059.380,01
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		5.852.069,81	5.765.855,39	86.214,42
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.378.934,84	4.378.934,84	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		118.583,98	118.583,98	0,00
	Total Modalidade: 4490	90.037.999,04	87.383.079,61	2.654.919,43
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		50.654,76	50.654,76	0,00
	Total Modalidade: 4491	50.654,76	50.654,76	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		27.598.648,81	27.598.648,81	0,00
	Total Modalidade: 4590	27.598.648,81	27.598.648,81	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				0,00



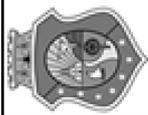
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
7100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		413.840.870,10	413.840.870,10	0,00
Total Modalidade: 4690		413.840.870,10	413.840.870,10	0,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
9900-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 9999		0,00	0,00	0,00
Total Fonte: 01		1.427.192.843,46	1.417.410.932,26	9.781.911,20
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		14.829.862,62	13.289.137,65	1.540.724,97
Total Modalidade: 3340		14.829.862,62	13.289.137,65	1.540.724,97
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		397.500,00	322.968,75	74.531,25
Total Modalidade: 3350		397.500,00	322.968,75	74.531,25
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		4.555,33	4.555,33	0,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL		630.014,24	616.957,53	13.056,71
3000-MATERIAL DE CONSUMO		4.356.659,89	2.578.171,95	1.778.487,94
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		12.429,95	6.710,00	5.719,95
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		162.389,37	95.096,00	67.293,37
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		246.025,61	198.698,06	47.327,55
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.490.865,34	3.419.418,59	71.446,75
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		4.366.202,54	4.366.202,54	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		25.648.343,58	20.542.819,49	5.105.524,09
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		1.968.281,12	1.968.281,12	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		155.422,15	151.059,73	4.362,42
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		76.791,63	75.187,87	1.603,76
Total Modalidade: 3390		41.117.980,75	34.023.158,21	7.094.822,54
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.864,36	1.864,36	0,00
Total Modalidade: 3391		1.864,36	1.864,36	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4200-AUXÍLIOS		70.750,60	70.750,60	0,00
	Total Modalidade: 4440	70.750,60	70.750,60	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		134.683,63	134.683,63	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.127.672,95	4.370.660,17	757.012,78
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.300.457,20	1.300.457,20	0,00
	Total Modalidade: 4490	6.562.813,78	5.805.801,00	757.012,78
	Total Fonte: 07	62.980.772,11	53.513.680,57	9.467.091,54
10-RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP				
3332-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3332	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		6.063.855,92	85.059,48	5.978.796,44
	Total Modalidade: 3340	6.063.855,92	85.059,48	5.978.796,44
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		78.489.118,15	78.489.118,15	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		44.997.286,85	44.249.868,85	747.418,00
	Total Modalidade: 3350	123.486.405,00	122.738.987,00	747.418,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		2.676.414,00	2.083.178,00	593.236,00
	Total Modalidade: 3360	2.676.414,00	2.083.178,00	593.236,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		1.741.600,00	1.741.600,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		19.652.594,81	1.894.116,51	17.758.478,30
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		5.674.582,43	4.446.501,20	1.228.081,23
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		41.671.505,26	37.976.967,97	3.694.537,29
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15.006.669,16	9.643.592,66	5.363.076,50



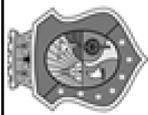
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.795.739,30	6.795.739,30	0,00
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	156.762,93	2.907,11	153.855,82
	4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	135.000,00	53.400,00	81.600,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	59.637,66	59.503,69	133,97
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	138.160.748,35	138.160.748,35	0,00
	Total Modalidade: 3390	229.054.839,90	200.775.076,79	28.279.763,11
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8.307,43	8.307,43	0,00
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.405,38	3.405,38	0,00
	Total Modalidade: 3391	11.712,81	11.712,81	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4100-CONTRIBUIÇÕES	495.929,32	486.764,52	9.164,80
	4200-AUXÍLIOS	5.672.892,30	1.055.319,93	4.617.572,37
	Total Modalidade: 4440	6.168.821,62	1.542.084,45	4.626.737,17
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	7.575.170,49	7.570.420,49	4.750,00
	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	7.575.170,49	7.570.420,49	4.750,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS	3000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.326.903,28	2.218.371,11	108.532,17
	4100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.681.467,47	3.681.467,47	0,00
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.566,00	2.566,00	0,00
	5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	39.999.741,49	35.917.964,55	4.081.776,94
	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.199.585,93	5.635.326,84	4.564.259,09
	6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	21.548.498,37	19.442.592,99	2.105.905,38
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.276.925,23	2.276.925,23	0,00
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.773.758,61	13.153.742,77	620.015,84



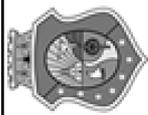
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	93.809.446,38	82.328.956,96	11.480.489,42
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		8.586,61	8.586,61	0,00
	Total Modalidade: 4491	8.586,61	8.586,61	0,00
	Total Fonte: 10	468.855.252,73	417.144.062,59	51.711.190,14
11-COTA-PARTE DA CIDE				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		1.056.649,27	1.056.649,27	0,00
	Total Modalidade: 3340	1.056.649,27	1.056.649,27	0,00
	Total Fonte: 11	1.056.649,27	1.056.649,27	0,00
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		113.260,91	112.375,22	885,69
	Total Modalidade: 4490	113.260,91	112.375,22	885,69
	Total Fonte: 12	113.260,91	112.375,22	885,69
16-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		22.422,52	22.422,52	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		152.179,65	100.694,26	51.485,39
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		6.176.124,90	6.176.124,90	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		330.946,73	221.940,38	109.006,35
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		225,00	225,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		30.038,85	30.038,85	0,00
	Total Modalidade: 3390	6.711.937,65	6.551.445,91	160.491,74



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
9300-INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4422		0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		364.534,45	266.455,12	98.079,33
Total Modalidade: 4490		364.534,45	266.455,12	98.079,33
Total Fonte: 16		7.076.472,10	6.817.901,03	258.571,07
37-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		64.685.033,10	64.685.033,10	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		64.685.033,10	64.685.033,10	0,00
Total Fonte: 37		64.685.033,10	64.685.033,10	0,00
38-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
9300-INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES		38.322.095,89	38.151.160,62	170.935,27
Total Modalidade: 4490		38.322.095,89	38.151.160,62	170.935,27
Total Fonte: 38		38.322.095,89	38.151.160,62	170.935,27
39-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		48.624.000,00	48.624.000,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		48.624.000,00	48.624.000,00	0,00
Total Fonte: 39		48.624.000,00	48.624.000,00	0,00
40-OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		7.715.725,40	1.890.271,33	5.825.454,07
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		2.832.882,98	1.848.438,25	984.444,73



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		181.772,96	46.007,42	135.765,54
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS				
	Total Modalidade: 4490	10.730.381,34	3.784.717,00	6.945.664,34
	Total Fonte: 40	10.730.381,34	3.784.717,00	6.945.664,34
45-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4200-AUXÍLIOS				
	Total Modalidade: 3340	9.489.355,37	9.489.355,37	0,00
	Total Fonte: 44	9.489.355,37	9.489.355,37	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
4200-AUXÍLIOS				
	Total Modalidade: 4440	2.675.008,37	2.436.910,00	238.098,37
	Total Modalidade: 4450	2.675.008,37	2.436.910,00	238.098,37
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA				
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS				
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
	Total Modalidade: 4450	309.875,90	309.875,90	0,00
	Total Modalidade: 4490	309.875,90	309.875,90	0,00
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS				
	Total Modalidade: 4490	302.314.868,35	301.719.265,72	595.602,63
	Total Modalidade: 4491	3.720,86	3.720,86	0,00
	Total Fonte: 45	305.303.473,48	304.469.772,48	833.701,00
47-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				



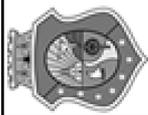
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		8.708.040,21	8.603.095,16	104.945,05
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		49.320.070,39	48.815.966,82	504.103,57
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		11.870.000,00	11.768.332,71	101.667,29
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		46.661.430,66	46.661.430,66	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.491.216,44	5.491.216,44	0,00
	Total Modalidade: 4490	122.050.757,70	121.340.041,79	710.715,91
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 47	122.050.757,70	121.340.041,79	710.715,91
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 48	0,00	0,00	0,00
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		320.559.135,97	314.764.778,29	5.794.357,68
0500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		2.948,64	2.948,64	0,00
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		520.471.408,63	510.913.728,78	9.557.679,85
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		24.549.130,58	24.549.130,58	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		1.998.930,40	0,00	1.998.930,40
	Total Modalidade: 3190	867.581.554,22	850.230.586,29	17.350.967,93
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				



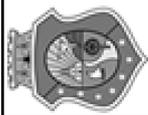
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		119.839.380,36	109.818.416,96	10.020.963,40
	Total Modalidade: 3191	119.839.380,36	109.818.416,96	10.020.963,40
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS		987.420.934,58	960.049.003,25	27.371.931,33
	Total Fonte: 50	987.420.934,58	960.049.003,25	27.371.931,33
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		77.035.517,00	77.035.517,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	77.035.517,00	77.035.517,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		0,00	0,00	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		25.000.000,00	25.000.000,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		25.000.000,00	25.000.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		730.000,00	730.000,00	0,00
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		730.000,00	730.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	730.000,00	730.000,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		8.099.292,77	7.755.895,56	343.397,21
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		9.139,50	3.427,50	5.712,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		51.163.332,54	51.109.497,91	53.834,63
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		9.876.085,17	9.764.986,89	111.098,28
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		171.173,30	162.173,30	9.000,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		118.786.283,96	118.723.104,80	63.179,16
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		12.260.461,32	11.790.126,34	470.334,98
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		0,00	0,00	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		31.874,66	31.088,66	786,00
	Total Modalidade: 3390	200.397.643,22	199.340.300,96	1.057.342,26
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		3.477.109,95	3.477.103,20	6,75
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
Total Modalidade: 4490		3.477.109,95	3.477.103,20	6,75
Total Fonte: 51		306.640.270,17	305.582.921,16	1.057.349,01
53-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		157.017.917,50	156.442.544,46	575.373,04
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.400,00	3.400,00	0,00
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		234.720,51	234.720,51	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		2.470.000,00	2.470.000,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.642.142,24	3.217.531,27	424.610,97
Total Modalidade: 4490		163.368.180,25	162.368.196,24	999.984,01
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		96.271.498,43	96.271.498,43	0,00
Total Modalidade: 4590		96.271.498,43	96.271.498,43	0,00
Total Fonte: 53		259.639.678,68	258.639.694,67	999.984,01
54-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00
Total Fonte: 54		0,00	0,00	0,00
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		11.296.627,55	11.296.627,55	0,00
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		3.019.219,18	3.019.219,18	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		8.141.818,82	8.141.818,82	0,00
Total Modalidade: 4490		22.457.665,55	22.457.665,55	0,00
Total Fonte: 56		22.457.665,55	22.457.665,55	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		2.812.000,29	2.812.000,29	0,00
	Total Modalidade: 4490	2.812.000,29	2.812.000,29	0,00
	Total Fonte: 57	2.812.000,29	2.812.000,29	0,00
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.295.554,42	2.295.554,42	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	2.295.554,42	2.295.554,42	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		5.189,18	5.189,18	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.194.320,12	2.812.909,59	381.410,53
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		234.405,28	234.405,28	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		30.627,06	30.627,06	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		46.808.108,98	39.782.839,82	7.025.269,16
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		641.526,95	606.736,59	34.790,36
	Total Modalidade: 4490	50.914.177,57	43.472.707,52	7.441.470,05
	Total Fonte: 58	53.209.731,99	45.768.261,94	7.441.470,05
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BID				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		55.370,46	55.370,46	0,00
4200-AUXÍLIOS		5.386.062,17	3.538.939,12	1.847.123,05
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		75.973,50	75.973,50	0,00
	Total Modalidade: 4440	5.517.406,13	3.670.283,08	1.847.123,05
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		6.902.521,16	6.768.512,05	134.009,11
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.696.822,20	2.235.687,65	1.461.134,55
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		25.133.137,30	19.028.054,89	6.105.082,41
4700-ORÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS E CONTRIBUTIVAS		6.489,60	6.489,60	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		30.541.287,05	21.475.867,29	9.065.419,76
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		21.406.486,22	11.751.940,37	9.654.545,85
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.480,00	6.480,00	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	87.693.223,53	61.273.031,85	26.420.191,68
	Total Fonte: 59	93.210.629,66	64.943.314,93	28.267.314,73
63-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/EX-IM				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 63	0,00	0,00	0,00
64-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/FIDA				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		290,00	290,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	290,00	290,00	0,00
	Total Fonte: 64	290,00	290,00	0,00
65-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/CAF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		54.412.415,01	51.581.513,16	2.830.901,85
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		469.216,62	469.216,62	0,00
	Total Modalidade: 4490	54.881.631,63	52.050.729,78	2.830.901,85
	Total Fonte: 65	54.881.631,63	52.050.729,78	2.830.901,85
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		76.143.079,35	76.143.079,35	0,00
	Total Modalidade: 4490	76.143.079,35	76.143.079,35	0,00
	Total Fonte: 67	76.143.079,35	76.143.079,35	0,00
69-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORR				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		7.154.463,72	7.154.463,72	0,00
4200-AUXÍLIOS		8.000.000,00	5.000.000,00	3.000.000,00
	Total Modalidade: 4440	15.154.463,72	12.154.463,72	3.000.000,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		4.150.832,21	4.044.178,34	106.653,87
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.246.952,32	1.209.223,36	3.037.728,96
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		49.489.015,68	44.450.153,56	5.038.862,12
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		82.206.000,76	71.050.086,39	11.155.914,37
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		17.318.753,49	17.318.489,87	263,62
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		0,00	0,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.537.652,15	5.537.652,15	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	162.949.206,61	143.609.783,67	19.339.422,94
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		4.995.500,00	0,00	4.995.500,00
	Total Modalidade: 4590	4.995.500,00	0,00	4.995.500,00



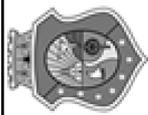
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar	
		Total Fonte: 69	183.099.170,33	155.764.247,39	27.334.922,94
76-RECURSOS PROVENIENTES DO FIT					
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS					
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.695.231,85	1.695.231,85	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	1.695.231,85	1.695.231,85	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS					
1400-DIÁRIAS - CIVIL		29.777,50	29.777,50	0,00	0,00
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		40.850,65	40.850,65	0,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		3.937,67	3.637,67	300,00	300,00
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		41.041,76	15.544,56	25.497,20	25.497,20
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		147.295,49	147.295,49	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		493.754,29	170.776,69	322.977,60	322.977,60
	Total Modalidade: 3390	756.657,36	407.882,56	348.774,80	348.774,80
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS					
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.245.279,49	1.245.279,49	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	1.245.279,49	1.245.279,49	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS					
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		1.023.000,00	982.079,99	40.920,01	40.920,01
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		7.306.408,46	2.964.984,02	4.341.424,44	4.341.424,44
	Total Modalidade: 4490	8.329.408,46	3.947.064,01	4.382.344,45	4.382.344,45
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
4490-APLICAÇÕES DIRETAS					
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		110.524,49	110.524,49	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		28.219,00	28.219,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		288.951,34	131.176,44	157.774,90	157.774,90
	Total Modalidade: 4490	427.694,83	269.919,93	157.774,90	157.774,90
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
	Total Fonte: 80	427.694,83	269.919,93	157.774,90	157.774,90



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.376.505,55	3.376.505,55	0,00
	Total Modalidade: 3190	3.376.505,55	3.376.505,55	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.504.004,89	9.754.004,89	750.000,00
	4100-CONTRIBUIÇÕES	7.516.437,17	7.476.437,17	40.000,00
	4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.191.762,93	1.191.762,93	0,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	19.212.204,99	18.422.204,99	790.000,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
	1400-DIÁRIAS - CIVIL	524.529,65	514.499,03	10.030,62
	3000-MATERIAL DE CONSUMO	22.406.147,73	20.392.966,98	2.013.180,75
	3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.343.296,94	16.082.316,83	5.260.980,11
	3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.439,33	35.413,62	5.025,71
	3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	701.752,80	701.752,80	0,00
	3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.629.606,15	8.620.326,31	9.279,84
	3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.039.720,59	2.039.483,28	237,31
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	27.288.933,82	23.284.509,20	4.004.424,62
	4700-ORÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS E CONTRIBUTIVAS	345.764,38	62.867,06	282.897,32
	4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	42.000,00	42.000,00	0,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	247.840,61	244.953,51	2.887,10
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.924.107,33	13.924.107,33	0,00
	Total Modalidade: 3390	97.534.139,33	85.945.195,95	11.588.943,38
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.360,01	23.360,01	0,00
	Total Modalidade: 3391	23.360,01	23.360,01	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4422				
		0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
4200-AUXÍLIOS		34.617.399,56	34.537.858,97	79.540,59
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4450				
		34.617.399,56	34.537.858,97	79.540,59
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		30.444,17	30.444,17	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		249.012,63	221.669,94	27.342,69
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		23.591,39	23.591,39	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		457.562,04	414.508,34	43.053,70
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		62.999.575,97	56.706.587,96	6.292.988,01
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		539.712.581,83	511.605.832,55	28.106.749,28
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		116.430.611,73	70.646.590,26	45.784.021,47
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		582.181,75	61.821,92	520.359,83
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.536.619,64	5.453.193,00	83.426,64
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.497.932,46	4.279.908,22	218.024,24
Total Modalidade: 4490				
		730.520.113,61	649.444.147,75	81.075.965,86
4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4494				
		0,00	0,00	0,00
86-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
9300-INDENIZAÇÕES		885.283.723,05	791.749.273,22	93.534.449,83
Total Fonte: 82				
		885.283.723,05	791.749.273,22	93.534.449,83
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3190				
		0,00	0,00	0,00
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		119.257,07	119.257,07	0,00
Total Modalidade: 3390				
		119.257,07	119.257,07	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
<b>9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>				
		118.752,72	118.752,72	0,00
Total Modalidade: 3391		118.752,72	118.752,72	0,00
Total Fonte: 86		238.009,79	238.009,79	0,00
<b>88-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO				
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
Total Modalidade: 3390		48.973,12	48.973,12	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
Total Modalidade: 4490		144.000,00	0,00	144.000,00
Total Fonte: 88		1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
Total Modalidade: 4490		1.544.000,00	0,00	1.544.000,00
Total Fonte: 88		1.592.973,12	48.973,12	1.544.000,00
<b>90-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - PROGRAMA PADH</b>				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
Total Modalidade: 3390		9.546.646,48	9.546.646,48	0,00
Total Fonte: 90		9.546.646,48	9.546.646,48	0,00
Total Modalidade: 3390		9.546.646,48	9.546.646,48	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES				
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00
Total Fonte: 90		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		9.546.646,48	9.546.646,48	0,00
Total Fonte: 90		9.546.646,48	9.546.646,48	0,00
<b>Total Geral:</b>		<b>14.011.274.557,94</b>	<b>13.613.908.806,76</b>	<b>397.365.751,18</b>



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**03796310**

**12/03/2015 10:00**

DATA-BASE: 31/12/2014

**ANEXO 16**

CONDICÕES DA OPERAÇÃO

MOVIMENTO DO EXERCÍCIO															
NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA ANOS AA	PRZ JURO	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS</b>															
1	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22786-04	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	159.204,00	1.096.926,03	0,00	8.694,58	149.692,85	61.977,96	0,00	955.927,76
2	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22793-41	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	194.985,00	1.749.316,55	0,00	13.865,65	238.721,83	98.838,99	0,00	1.524.460,37
3	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-31466-20/CEF	17/11/1994	22,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	112.267,92	825.135,16	0,00	6.388,59	143.647,52	45.775,69	0,00	687.876,23
4	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35176-16	29/12/1996	18,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	381.401,02	665.556,71	0,00	2.480,64	668.037,35	18.373,38	42.616,39	0,00
5	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-34972-82	29/12/1995	18,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	593.559,32	1.432.210,86	0,00	6.649,38	1.438.860,24	47.055,71	72.242,95	0,00
6	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35076-92	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	291.834,70	461.876,65	0,00	1.700,94	463.577,59	12.890,01	39.131,88	0,00
7	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35077-16	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	265.069,26	645.659,44	0,00	3.575,63	403.190,68	23.697,68	35.401,57	246.044,39
8	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35073-24	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	98.599,40	121.010,43	0,00	567,54	96.542,86	3.954,96	8.387,51	25.035,11
9	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35075-77	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	152.384,65	328.789,05	0,00	1.697,82	230.459,33	11.484,44	20.226,21	100.027,54
10	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35068-27	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	84.560,00	159.972,29	0,00	750,26	127.626,85	5.228,35	11.171,32	33.095,70
11	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35070-60	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	83.879,74	131.749,23	0,00	536,22	121.801,69	3.918,80	10.816,53	10.483,76
12	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35071-85	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	15.034,95	25.298,91	0,00	102,98	23.388,76	752,50	2.015,35	2.013,13
13	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35.072/119.841-74	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	72.422,59	93.364,37	0,00	380,00	86.315,03	2.777,07	7.734,85	7.429,34
14	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35078-31	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	32.365,39	51.537,96	0,00	209,77	47.646,67	1.532,99	4.095,53	4.101,06
15	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35074-49	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	118.444,81	249.646,66	0,00	1.490,78	133.770,66	9.675,92	15.233,08	117.366,78
16	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-5986256/122689/88	17/06/1998	18,08	5,00	UNID.PAD.REFIN.	232.533,59	523.901,29	0,00	3.852,16	123.743,56	22.447,17	4.487,58	404.009,89
17	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59863-71.122419-1	17/06/1998	17,92	5,00	UNID.PAD.REFIN.	232.774,05	407.782,80	0,00	2.926,04	110.030,25	18.540,94	3.706,64	300.678,59
18	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.864-96	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	94.004,48	335.269,34	0,00	2.428,43	92.508,33	15.015,60	2.944,22	245.189,44
19	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59846/122702-51	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	99.268,69	437.160,65	0,00	3.219,30	109.820,11	19.829,51	3.888,14	330.559,84
20	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.847/122.704-89	17/06/1998	14,58	5,00	UNID.PAD.REFIN.	131.298,52	243.276,48	0,00	1.008,22	213.462,41	7.132,34	1.426,47	30.822,29
21	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.855-18	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	2.033.091,56	0,00	16.593,84	179.228,70	99.909,24	19.590,04	1.870.456,70
22	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.856-33	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	2.566.792,48	0,00	20.782,58	260.429,84	153.549,43	30.697,58	2.327.145,22
23	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.857-59	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	4.003.969,85	0,00	32.801,23	328.131,99	193.466,63	38.677,79	3.708.639,09
24	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.860/122.485-22	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	62.463,64	58.041,88	0,00	122,34	58.164,22	1.021,16	204,23	0,00
25	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156663-07	30/04/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	3.363.505,99	0,00	26.852,67	419.061,23	159.258,65	127.406,91	2.971.297,43
26	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156665-26	30/04/2004	14,33	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	1.376.387,76	0,00	11.034,02	162.166,43	65.382,50	52.305,98	1.225.255,35
27	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30	30/04/2004	14,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	6.696.266,81	0,00	53.681,68	788.956,30	318.092,55	254.422,48	5.960.992,19
28	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156669-63	30/06/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	4.585.401,42	122.088,94	37.630,12	524.212,89	232.799,17	186.270,16	4.220.907,59
29	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156670-91	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	55.967,20	289.020,74	0,00	2.295,63	38.509,53	21.810,24	10.905,29	252.746,84
30	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156671-04	30/12/2003	13,25	8,00	UNID.PAD.REFIN.	13.904,93	97.651,62	0,00	767,12	14.779,12	7.305,81	3.653,04	83.639,62
31	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156672-18	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	63.125,26	407.777,25	0,00	3.238,91	54.417,49	30.771,89	15.385,97	356.598,67
32	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156674-36	30/12/2003	13,42	8,00	UNID.PAD.REFIN.	27.140,89	76.053,17	0,00	599,49	11.092,32	5.705,03	2.852,64	65.560,34
33	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156675-41	30/12/2003	13,67	8,00	UNID.PAD.REFIN.	35.262,75	232.190,50	0,00	1.838,88	32.087,75	17.481,78	8.740,88	201.941,63
34	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156675-60	30/12/2003	14,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	74.506,34	229.027,06	0,00	1.824,15	29.535,40	17.320,17	8.660,07	201.315,81
35	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156681-29	30/12/2003	14,75	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	1.704.651,32	0,00	13.779,17	177.992,53	105.958,71	65.185,66	1.540.437,96
36	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156682-33	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	123.270,60	896.851,50	0,00	6.221,62	304.746,07	60.981,40	30.490,71	598.327,05
37	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156684-52	30/12/2003	10,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	67.020,35	276.328,12	0,00	1.579,54	162.801,07	13.226,80	8.139,56	115.106,59
38	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156685-67	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	290.185,08	772.946,02	0,00	4.546,32	430.024,21	46.499,06	23.249,56	347.468,13
39	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156686-71	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	264.237,30	403.135,27	0,00	2.558,46	185.846,96	25.642,86	12.817,14	219.846,77
40	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156688-99	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	163.997,47	1.222.833,14	0,00	7.981,53	518.417,25	79.422,52	39.698,18	712.397,42



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOUREO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**03796310**  
**12/03/2015 10:00**  
 DATA-BASE: 31/12/2014  
**ANEXO 16**

CONDICÕES DA OPERAÇÃO

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA ANOS AA	PRZ JURO	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS</b>														
41	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156689-02	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	701.441,98	0,00	4.451,68	323.367,58	44.617,71	22.308,85	382.526,08
42	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44	30/12/2003	15,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	1.463.666,38	0,00	11.861,10	146.709,55	91.159,88	56.081,42	1.328.817,93
43	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156692-59	30/12/2003	10,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	28.524,20	0,00	147,75	19.934,44	1.273,08	783,42	8.737,51
44	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0293148-49	11/11/2009	5,50	4,50	REAL	39.897.000,00	15.747.537,88	-0,01	8.589.566,04	526.536,77	0,00	7.157.971,83
45	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0287955 RIO COCÓ	30/06/2010	20,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	210.514,07	15.590,26	39.456,44	79.477,86	30.655,78	4.091.466,71
46	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0294815 FAV DENDÉ	30/06/2010	20,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	24.296,90	4.237.000,00	77.995,09	115.888,12	53.802,98	4.208.000,05
47	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319197-16-VLT	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	57.310.911,43	24.865.966,84	1.854.142,95	4.058.655,32	1.854.366,43	80.962.008,05
48	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319199-34-METRÓ	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	7.278.066,34	74.912,47	211.610,00	466.264,98	215.997,37	10.160.587,99
49	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0404511-20 CPAC-M	06/12/2013	8,00	7,10	314-URTILP	36.792.194,07	0,00	39.276.471,04	0,00	920.764,35	0,00	39.276.471,04
50	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0418298-34 CPAC	06/03/2014	8,00	7,10	314-URTILP	61.040.248,10	0,00	64.685.033,10	0,00	954.600,74	0,00	64.685.033,10
51	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0123293.1028-SC-B	30/04/2002	7,00	8,50	314-URTILP	49.688.185,59	5.838.596,74	0,01	5.838.596,75	120.544,84	0,00	0,00
52	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620202.1016	02/06/2006	8,50	7,00	314-URTILP	36.910.032,16	21.765.515,83	-0,05	8.706.206,28	1.219.310,73	0,00	13.059.309,50
53	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1084-SUB-C	11/04/2008	5,83	7,00	314-URTILP	3.135.018,57	1.489.085,59	0,04	595.634,28	83.419,01	0,00	893.451,35
54	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1092-SUB-D	02/06/2006	7,00	7,00	314-URTILP	2.749.051,53	1.938.159,02	-0,01	775.263,60	108.576,25	0,00	1.162.895,41
55	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1106-SB F	02/06/2006	9,00	7,00	314-URTILP	220.993,12	197.803,58	-0,03	79.121,40	11.081,02	0,00	118.682,15
56	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620085.1011	02/06/2006	8,00	7,00	314-URTILP	28.266.560,86	16.918.059,98	-0,05	6.344.272,44	961.060,53	0,00	10.573.787,49
57	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1017-A	11/04/2008	7,00	7,00	314-URTILP	13.564.350,92	12.323.723,47	-0,03	4.929.489,36	690.378,67	0,00	7.394.234,08
58	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1050.SB E	02/06/2006	7,00	7,00	314-URTILP	673.258,09	45.366,13	-0,05	18.146,40	2.541,42	0,00	27.219,68
59	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0820155.1018	06/06/2008	12,00	7,00	314-URTILP	72.286.635,42	114.577.863,96	-0,03	12.060.827,76	7.480.605,75	0,00	104.626.315,17
60	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0820512.1018	31/10/2008	5,00	7,00	314-URTILP	9.000.817,38	9.255.821,90	-0,02	3.837.268,91	645.210,69	0,00	7.508.543,23
61	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-820358-1011/119	14/01/2009	7,50	7,00	314-URTILP	139.829.382,48	187.229.723,04	0,10	36.832.076,76	11.685.998,47	0,00	150.397.646,38
62	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020010-1010 CEV.	19/04/2010	6,00	7,80	314-URTILP	75.984.762,52	107.132.466,61	-0,05	24.375.925,23	8.252.925,23	0,00	87.757.011,46
63	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561015 TSIDA	19/04/2010	7,50	6,90	314-URTILP	952.342,36	1.608.444,12	-0,05	250.666,56	101.042,62	0,00	1.357.777,51
64	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561023/1368B	19/04/2010	7,50	6,90	314-URTILP	5.229.113,82	8.831.632,14	-0,01	1.376.358,24	554.803,97	0,00	7.455.273,89
65	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561040 SC D	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	87.267.840,00	74.662.485,33	0,05	11.635.712,04	3.091.211,13	0,00	63.026.773,34
66	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561040 SC D	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	21.097.023,00	18.049.675,23	0,11	2.812.936,56	747.301,06	0,00	15.236.738,78
67	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10203094-1108PEFII	11/06/2010	8,00	6,10	314-URTILP	222.997.041,66	358.196.191,49	0,06	55.107.106,44	19.982.892,99	0,00	303.089.085,11
68	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.1103 CEIS	22/06/2010	6,50	6,90	314-URTILP	48.630.248,01	13.255.344,38	0,00	2.201.663,71	1.107.839,26	0,00	13.721.662,33
69	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1021701-1010-AC	07/12/2010	12,00	6,90	314-URTILP	178.080.498,26	351.545.150,00	-0,05	29.295.429,12	22.874.925,74	0,00	322.249.720,83
70	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1221129/1017	21/12/2012	18,00	6,10	314-URTILP	126.984.426,39	250.677.416,44	0,00	0,00	15.162.724,89	0,00	250.677.416,44
71	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1320967/019-SubA	28/11/2013	8,00	6,90	314-URTILP	299.844.332,55	76.752.147,96	0,00	0,00	11.367.185,86	0,00	415.135.207,12
72	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1320967/027-SubB	28/11/2013	11,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	109.910.936,51	12.698.436,17	0,00	4.136.765,37	0,00	134.109.372,68
73	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1321191-P.PECEM2	26/02/2014	9,00	6,90	314-URTILP	319.383.883,51	0,00	0,00	0,00	9.953.666,24	0,00	335.848.582,80
74	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14.2.0412.LLLEMETR	19/09/2014	24,00	6,10	314-URTILP	506.565.083,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291019 TS2E	29/09/2014	9,00	7,00	314-URTILP	96.244.212,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.892.583,63
76	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB	21/12/2012	18,00	6,60	314-URTILP	424.958.652,47	484.120.014,42	0,00	0,00	28.866.630,97	0,00	786.256.700,64
77	BB	ESTADO DO CEARA	CT20/5-7CPAC-MCMV-BB	04/07/2014	8,00	7,10	314-URTILP	34.574.789,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.624.000,00
78	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-96000101-001	04/01/1996	21,00	3,04	DÓLAR	12.602.000,00	10.578.176,45	1.225.358,79	1.808.319,00	262.349,74	103.813,53	9.995.216,24
79	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-96000101-002	04/01/1996	22,42	3,04	DÓLAR	30.000.000,00	24.212.602,67	3.261.123,09	3.941.808,16	609.862,94	226.486,79	23.531.917,60
80	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/0001-1º	13/01/1998	21,50	3,04	DÓLAR	9.100.000,00	7.189.879,88	819.776,66	1.235.145,87	179.185,96	70.858,90	6.774.510,67



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**03796310**  
**12/03/2015 10:00**  
 DATA-BASE: 31/12/2014  
**ANEXO 16**

CONDICÕES DA OPERAÇÃO

NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA ANOS AA	PRZ JURO	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIACÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS</b>														
81	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-3º	19/01/1998	20,67	3,04	DÓLAR	5.105.647,23	0,00	591.081,90	872.452,63	126.472,70	122.481,57	4.824.276,50
82	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-2º	19/01/1998	20,00	3,04	DÓLAR	739.933,02	0,00	83.984,41	124.761,90	18.494,96	17.892,19	699.155,53
83	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-4º	19/01/1998	21,17	3,04	DÓLAR	3.182.776,11	0,00	367.921,98	543.323,84	78.729,32	76.736,24	3.007.374,25
84	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-5º	26/03/1998	20,00	3,04	DÓLAR	65.661,61	0,00	7.601,54	11.220,13	1.627,56	1.575,23	62.043,02
85	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-6º	26/03/1998	20,92	3,04	DÓLAR	140.771,74	0,00	13.866,22	20.467,32	2.969,03	2.874,20	113.180,06
86	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-7º	24/04/1998	20,92	3,04	DÓLAR	293.201,10	0,00	28.578,48	42.183,85	6.119,47	5.924,78	233.272,60
87	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-8º	04/05/1998	21,33	3,04	DÓLAR	96.293,85	0,00	11.135,89	16.442,62	2.389,98	2.314,47	90.987,12
88	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-9º	06/05/1998	20,00	3,04	DÓLAR	719.891,64	0,00	83.341,80	123.014,82	17.844,26	17.269,45	680.218,62
89	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-10º	18/06/1998	21,33	3,04	DÓLAR	46.860,11	0,00	4.471,65	6.600,60	957,56	927,37	36.502,17
90	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-11º	18/06/1998	20,42	3,04	DÓLAR	411.755,54	0,00	47.640,30	70.332,02	10.206,30	9.905,84	389.063,82
91	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-12º	01/09/1998	20,00	3,04	DÓLAR	9.635.439,45	0,00	1.116.310,05	1.647.316,30	238.801,35	230.713,19	9.104.433,20
92	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-14º	10/11/1998	20,00	3,04	DÓLAR	416.643,54	0,00	11.707,82	17.320,07	2.524,13	2.523,80	96.225,62
93	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-15º	23/03/1999	20,00	3,04	DÓLAR	1.215.666,45	0,00	47.523,04	70.240,83	10.217,76	10.086,99	389.510,69
94	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-16º	22/03/1999	20,00	3,04	DÓLAR	781.496,45	0,00	90.411,96	133.480,00	19.371,20	18.808,34	738.428,41
95	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-18º	11/06/1999	20,00	3,04	DÓLAR	1.310.663,57	0,00	147.899,75	218.284,95	31.658,16	30.598,44	1.206.798,00
96	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-19º	11/06/1999	20,00	3,04	DÓLAR	1.762.416,01	0,00	19.468,17	27.805,38	4.095,80	4.394,53	158.399,74
97	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-20º	17/11/1999	19,33	3,04	DÓLAR	4.176.405,61	0,00	484.789,43	714.949,92	103.524,44	98.916,91	3.946.245,12
98	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-2000101/001AD.01	04/07/2002	15,92	3,04	DÓLAR	7.000.000,00	0,00	704.032,27	962.102,24	139.090,59	133.109,19	5.456.057,82
99	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/01 PROD.II	25/08/2005	20,33	1,12	DÓLAR	21.900.000,00	38.475.365,64	4.748.281,70	2.741.485,62	432.758,86	755.613,42	40.482.161,72
100	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02-PRODET.II	20/10/2005	20,33	1,12	DÓLAR	38.100.000,00	67.775.922,43	8.255.292,99	4.822.352,91	774.735,88	1.329.108,24	71.208.862,51
101	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-A	28/01/1994	20,00	5,15	UR-IGP-M	206.316.583,96	823.845,72	6.386,77	830.232,49	4.639,74	90,44	0,00
102	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-B	28/01/1994	20,00	5,15	UR-IGP-M	48.576.456,30	193.971,49	1.503,74	195.475,23	1.092,41	21,29	0,00
103	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-C	28/01/1994	20,00	5,15	UMTR	556.503.924,69	27.167,44	0,00	27.167,44	151,82	2,95	0,00
104	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-D	28/01/1994	20,00	5,15	UMTR	63.000.684.489,26	3.715.579,83	2.976,62	3.718.556,45	20.781,12	405,11	0,00
105	STN	ESTADO DO CEARA	CT-C-BOND/004	15/04/1994	10,50	8,00	DÓLAR	9.962.850,60	1.404.920,58	-85.701,08	1.319.219,50	52.768,78	1.319,23	0,00
106	STN	ESTADO DO CEARA	CT-DISCOUNT BOND/001	15/04/1994	0,08	0,81	DÓLAR	9.846.305,74	23.065.955,83	0,00	437.175,97	23.503.131,80	267.252,73	44.780,75
107	STN	ESTADO DO CEARA	CT-PAR BOND/002	15/04/1994	0,08	6,00	DÓLAR	14.111.148,04	33.056.775,40	0,00	626.534,97	33.683.310,37	1.908.024,76	1.529.269,65
108	STN	ESTADO DO CEARA	CT-FEDERALIZAÇÃO-BEC	12/11/1998	30,00	6,17	No.IND.IGP-DI	7.306.472,04	930.921.910,21	37.582.383,05	45.795.575,21	56.386.346,46	600.633,92	922.708.718,05
109	STN	ESTADO DO CEARA	CT-BIRD/CEF-PNAFE	16/07/1997	13,33	2,80	DÓLAR	14.784.000,00	9.517.938,27	127.471,78	9.645.410,05	235.947,13	294.874,58	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>3.534.316.664,26</b>	<b>1.205.362.760,65</b>	<b>74.648.956,27</b>	<b>366.928.009,19</b>	<b>220.505.380,03</b>	<b>9.203.207,87</b>	<b>4.447.400.371,99</b>

**DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO**

1	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP Lei 12.810	14/06/2002	25,25	0,00	SELIC	2.412.050,17	47.585.400,74	0,00	4.635.213,55	2.167.793,74	0,00	50.052.820,55
2	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP Lei 11.941/09	17/08/2009	5,00	0,00	SELIC	1.577.775,22	8.017.527,95	0,00	775.546,82	8.793.074,77	0,00	0,00
3	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-INSS-PARC.12.810	31/08/2001	20,00	0,00	314-URTILP	14.884.787,22	29.016.464,58	0,00	3.631.701,92	1.585.857,52	0,00	31.062.308,98
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>84.619.393,27</b>	<b>0,00</b>	<b>9.042.462,29</b>	<b>12.546.756,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>81.115.129,53</b>



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**03796310**  
**12/03/2015 10:00**  
 DATA-BASE: 31/12/2014  
**ANEXO 16**

CONDICÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO									
NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	PRZ JURO ANOS AA	DATA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIACÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG					
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO</b>																			
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	CT- ISSEP/PASEP	19,58	0,00	SELC	71.891,93	0,00	600.892,23	79.933,49	28.502,02	0,00	0,00	652.323,70					
2	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	CT- ISSEC/INSS	4,50	0,00	SELC	582.809,30	0,00	6.498.323,70	377.450,40	967.257,02	0,00	0,00	5.908.517,08					
3	RFB	AGÊNCIA REG. DE SERV.	CT- ARCE/PASEP	19,58	0,00	SELC	21.438,52	0,00	130.857,00	17.268,20	8.460,08	0,00	0,00	139.665,12					
4	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	CT- ADAGRU/PASEP	19,58	0,00	SELC	65.018,36	0,00	496.809,58	66.057,10	24.064,00	0,00	0,00	538.802,68					
5	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	CT- ESP/PASEP	19,58	0,00	SELC	76.475,90	0,00	570.543,25	75.900,03	27.208,44	0,00	0,00	619.234,84					
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>0,00</b>	<b>8.297.425,76</b>	<b>616.609,22</b>	<b>1.055.491,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.858.543,42</b>						
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS</b>																			
1		ESTADO DO CEARA	CT-TR7/TJ-PRECATORIO	13,00	0,00	REAL	406.147.962,85	613.975.870,14	2.552.327,11	49.277.241,48	18.272.064,48	0,00	0,00	647.533.374,25					
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>613.975.870,14</b>	<b>2.552.327,11</b>	<b>49.277.241,48</b>	<b>18.272.064,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>647.533.374,25</b>						
<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS</b>																			
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CTE-4531 - BR	10,00	2,28	DÓLAR	136.000.000,00	34.599.538,95	0,00	-105.498,58	34.494.040,37	422.876,79	2.396,71	0,00					
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-4626-BR	10,00	0,62	DÓLAR	37.500.000,00	26.354.250,00	0,00	2.156.625,00	8.589.375,00	152.350,58	1.887,36	19.921.500,00					
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CTE-4591-BR	10,00	2,71	DÓLAR	90.000.000,00	56.348.493,91	0,00	1.740.087,66	22.534.517,59	1.335.120,02	2.902,98	35.554.063,98					
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7321-BR SWAP I	9,00	0,58	DÓLAR	149.750.000,00	261.702.212,26	0,00	28.300.796,85	50.068.130,85	1.564.771,09	1.929,26	239.934.878,26					
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- Nº 7387-BR	12,00	0,58	DÓLAR	37.500.000,00	69.531.296,37	0,00	8.164.313,27	7.163.538,70	417.924,14	1.887,36	70.532.070,94					
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	18,00	1,08	DÓLAR	240.000.000,00	559.290.388,98	0,00	74.871.282,33	0,00	6.203.415,06	0,00	634.161.671,31					
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22,09	2,00	DÓLAR	103.000.000,00	237.260.558,10	0,00	31.761.679,76	0,00	3.050.646,00	0,00	269.022.237,86					
8	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22,12	2,00	DÓLAR	46.000.000,00	31.990.102,68	23.184.089,95	6.387.591,18	0,00	410.884,39	0,00	61.561.783,81					
9	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SIOSE III	03,10	2,00	DÓLAR	100.000.000,00	24.011.650,00	13.425.626,58	3.225.529,00	0,00	261.718,52	0,00	40.662.805,58					
10	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-P60R-BIRD-8302BR	19,12	2,00	DÓLAR	350.000.000,00	221.580.677,50	65.710.588,00	31.934.834,80	0,00	1.126.073,80	1.849.995,00	319.226.100,30					
11	BID	ESTADO DO CEARA	CTE- 833/SF-BR	06,07	1,90	DÓLAR	20.700.000,00	3.823.203,69	0,00	152.105,61	2.530.306,01	125.042,84	0,00	1.445.003,29					
12	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-695/OC-BR	09,12	1,99	DÓLAR	159.300.000,00	92.445.375,58	0,00	10.237.616,98	24.067.328,40	2.529.184,74	2.871,05	78.615.664,16					
13	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-892/SF-BR	16,00	3,04	DÓLAR	39.900.000,00	23.367.434,63	0,00	2.532.335,43	6.028.073,81	674.741,14	0,00	19.871.696,25					
14	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/OC-BR	21,05	1,97	DÓLAR	42.000.000,00	54.360.257,68	0,00	6.574.276,65	6.548.614,54	2.334.200,79	2.964,87	54.385.919,79					
15	BID	ESTADO DO CEARA	CTE- 1019/OC-BR	19,12	1,92	DÓLAR	115.000.000,00	82.892.000,09	0,00	9.091.192,32	21.491.730,75	1.540.681,33	2.423,43	70.491.461,66					
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20,05	2,00	DÓLAR	41.000.000,00	34.408.833,34	26.077.957,45	7.027.114,72	2.806.572,28	450.033,54	144.035,84	64.707.333,23					
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22,12	2,00	DÓLAR	77.000.000,00	177.631.681,82	1.530.828,45	23.977.326,26	0,00	2.004.406,58	9.085,54	203.139.836,53					
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22,12	2,00	DÓLAR	158.620.000,00	371.583.212,02	0,00	49.743.232,01	0,00	4.185.816,95	163,47	421.326.444,03					
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR-PROAI	20,00	1,12	DÓLAR	45.000.000,00	76.919.850,63	11.488.070,70	11.374.729,93	0,00	851.118,71	74.316,43	99.782.651,26					
20	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25,11	2,00	DÓLAR	150.000.000,00	85.825.836,22	29.744.389,94	13.721.093,80	0,00	996.872,59	672.050,81	129.291.319,96					
21	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR-CIDADESII	02,09	2,00	DÓLAR	66.500.000,00	0,00	4.571.380,00	741.020,00	0,00	34.077,17	391.096,13	5.312.400,00					
22	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27,12	2,00	DÓLAR	400.000.000,00	0,00	186.919.508,17	18.463.569,37	0,00	236.272,18	1.014.352,56	205.383.077,54					
23	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-1999/66169/KFW	07,12	2,00	EURO	8.691.961,98	7.297.444,84	4.095.620,03	-92.396,72	1.814.486,50	326.888,14	35.266,66	9.486.181,65					
24	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01,08	1,99	IENE	778.000.000,00	2.295.077,40	0,00	-3.882,80	260.261,80	52.446,61	3.129,73	2.030.932,80					
25	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/06-SUBC 06	26,07	2,00	DÓLAR	1.814.694,74	850.220,71	0,00	-15.551,97	834.668,74	44.212,30	1.759,42	0,00					
26	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/06 SUBC-07	26,07	2,00	DÓLAR	3.179.680,00	2.234.615,51	0,00	116.821,44	1.506.850,35	88.370,46	1.947,48	844.586,60					



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOUREO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**03796310**  
**12/03/2015 10:00**  
 DATA-BASE: 31/12/2014  
**ANEXO 16**

CONDICÕES DA OPERAÇÃO

NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO ANOS AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS</b>														
27	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/06-SUBC-08	26/07/2006	5,00	4,75	DÓLAR	3.192.307,87	0,00	197.185,59	2.182.941,17	127.765,73	1.955,36	1.206.552,29
28	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-01	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	18.709.868,53	0,00	-115.887,02	2.760.100,94	671.950,53	3.569,02	15.833.880,57
29	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-02	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.921.250,00	0,00	-115.530,19	3.993.024,04	970.176,84	3.814,60	22.619.829,40
30	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-03	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.858.434,75	0,00	-75.866,73	2.622.151,73	637.098,82	3.599,37	14.854.061,26
31	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-04	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.045.455,75	0,00	-52.388,65	1.810.688,23	439.939,20	3.435,73	10.257.253,01
32	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-07	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.439.469,47	0,00	-46.899,81	1.997.475,86	525.261,58	3.513,06	12.279.572,57
33	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-06	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.779.222,54	0,00	-129.165,62	2.532.166,36	665.022,10	3.258,45	15.985.329,55
34	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-05	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.369.192,50	0,00	-96.006,60	3.758.006,52	986.377,17	3.888,25	23.149.186,48
35	MLW	ESTADO DO CEARÁ	CT-MLW/PROMOTEC-08	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.342.099,98	0,00	-75.335,08	2.845.201,63	746.060,55	3.689,93	17.542.246,49
36	CAF	ESTADO DO CEARÁ	CT-8262-P.VALTUR.CAF	28/08/2013	8,00	1,88	DÓLAR	112.000.000,00	41.164.114,21	61.635.979,16	0,00	1.002.833,90	335.837,01	116.865.417,01
37	FIDA	ESTADO DO CEARÁ	CT-I-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	1,12	SDR	20.624.403,00	7.498.998,22	0,00	500.386,75	67.975,38	0,00	7.999.384,97
38	FIDA	ESTADO DO CEARÁ	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	1,07	EURO	5.948.482,00	1.935.900,00	0,00	300,00	16.411,94	0,00	1.936.200,00
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>2.747.942.787,55</b>	<b>428.384.038,43</b>	<b>356.133.960,58</b>	<b>215.240.252,17</b>	<b>38.277.020,20</b>	<b>4.583.022,87</b>	<b>3.317.220.534,39</b>
<b>TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS</b>								<b>6.980.854.715,22</b>	<b>1.644.596.551,95</b>	<b>489.719.229,84</b>	<b>614.042.543,43</b>	<b>258.782.400,23</b>	<b>13.786.230,74</b>	<b>8.501.127.953,58</b>

**DÍVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS**

1	STN	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CT-CDV-01/CAGECE	28/01/1994	20,00	4,41	UMTR	897.450,16	0,00	443,34	897.893,50	3.297,51	75,10	0,00
2	STN	COELCE - CIA. DE	CT-CDV-01/COELCE	01/03/1994	20,00	10,0	UMTR	1.572.298.698,21	0,00	109,24	76.556,78	1.282,71	12,90	0,00
3	STN	COELCE - CIA. DE	CT-CDV-02/COELCE	01/03/1994	20,00	10,0	UR-IGP-M	471.649.737,15	0,00	32.549,64	3.125.555,13	52.307,73	525,97	0,00
4	STN	COHAB	CT-CDV-01/COHAB	28/01/1994	20,00	3,17	UMTR	1.113.562.053,47	0,00	27,41	55.517,00	146,75	4,64	0,00
5	STN	COHAB	CT-CDV-02/COHAB	28/01/1994	25,00	3,17	UNID.PAD.REFIN.	58.052.672.993,55	654.794.057,10	0,00	12.128.118,43	24.070.608,74	661.284,49	666.566.465,02
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>658.916.449,88</b>	<b>0,00</b>	<b>12.161.248,06</b>	<b>4.511.232,92</b>	<b>24.127.643,44</b>	<b>661.903,10</b>	<b>666.566.465,02</b>

**DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS**

1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	3,52	DÓLAR	100.000.000,00	0,00	23.779.677,93	11.666.049,15	7.078.921,05	0,00	204.388.628,07
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>192.274.999,29</b>	<b>0,00</b>	<b>23.779.677,93</b>	<b>11.666.049,15</b>	<b>7.078.921,05</b>	<b>0,00</b>	<b>204.388.628,07</b>
<b>TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA</b>								<b>851.191.449,17</b>	<b>0,00</b>	<b>35.940.925,99</b>	<b>16.177.282,07</b>	<b>31.206.564,49</b>	<b>661.903,10</b>	<b>870.955.093,09</b>



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	370.066.772,77	0,00	306.769.149,45	63.297.623,32
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	86.845.168,88	0,00	86.845.168,88	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	277.599.879,79	0,00	277.599.879,79
<b>SUBTOTAL</b>	<b>456.911.941,65</b>	<b>277.599.879,79</b>	<b>393.614.318,33</b>	<b>340.897.503,11</b>
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	147.751.067,43	0,00	146.392.864,36	1.358.203,07
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	1.940.939,49	0,00	1.940.939,49	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	101.039.801,15	0,00	101.039.801,15
<b>SUBTOTAL</b>	<b>149.692.006,92</b>	<b>101.039.801,15</b>	<b>148.333.803,85</b>	<b>102.398.004,22</b>
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR</b>				
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS</b>				
	291.027.748,40	6.853.298.199,61	6.660.332.817,74	483.993.130,27
<b>SUBTOTAL</b>	<b>291.027.748,40</b>	<b>6.853.298.199,61</b>	<b>6.660.332.817,74</b>	<b>483.993.130,27</b>
<b>DÉBITOS DE TESOURARIA</b>				
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total:</b>	<b>897.631.696,97</b>	<b>7.231.937.880,55</b>	<b>7.202.280.939,92</b>	<b>927.288.637,60</b>





# ADMINISTRAÇÃO INDIRETA





# AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS DEPENDENTES E FUNDOS





	Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
11	RECEITAS CORRENTES	2.448.262.245,23	2.756.057.788,89	2.528.845.365,01	-227.212.423,88
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	335.391.148,08	401.832.600,02	384.872.753,96	-16.959.846,06
1112	TAXAS	335.391.148,08	401.832.600,02	384.872.753,96	-16.959.846,06
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.235.236.907,00	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	-64.140.332,48
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.235.236.907,00	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	-64.140.332,48
113	RECEITA PATRIMONIAL	21.102.836,76	21.495.171,54	71.958.559,94	50.463.388,40
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.587.840,80	5.640.175,58	2.511.793,38	-3.128.382,20
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	18.490.995,96	15.830.995,96	68.702.875,09	52.871.879,13
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	24.000,00	24.000,00	743.891,47	719.891,47
116	RECEITA DE SERVIÇOS	56.562.821,82	62.747.952,13	42.733.796,73	-20.014.155,40
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	56.562.821,82	62.747.952,13	42.733.796,73	-20.014.155,40
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	657.305.515,80	681.524.312,69	528.657.379,50	-152.866.933,19
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	587.340.709,79	608.265.625,79	490.874.801,19	-117.390.824,60
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	14.660.000,00	6.666.704,58	-7.993.295,42
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	55.204.806,01	58.498.686,90	29.948.503,38	-28.550.183,52
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	142.663.015,77	162.720.845,51	139.026.300,36	-23.694.545,15
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	80.851.304,00	80.851.304,00	71.781.788,68	-9.069.515,32
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.163.526,00	26.163.526,00	49.577.257,55	23.413.731,55
1199	RECEITAS DIVERSAS	35.648.185,77	55.706.015,51	17.667.254,13	-38.038.761,38
12	RECEITAS DE CAPITAL	269.905.155,16	318.882.744,28	94.163.219,82	-224.719.524,46
122	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	3.046.616,12	3.046.616,12
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	3.046.616,12	3.046.616,12
123	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	500,00	500,00
1230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	500,00	500,00
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	269.905.155,16	318.882.744,28	91.116.103,70	-227.766.640,58
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	71.782.496,00	105.784.302,52	39.288.371,87	-66.495.930,65
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	198.122.659,16	213.098.441,76	51.827.731,83	-161.270.709,93
<b>Subtotal das Receitas(1):</b>				<b>2.718.167.400,39</b>	<b>-451.931.948,34</b>
				<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.623.008.584,83</b>



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
<b>Refinanciamento(II):</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):</b>		<b>2.718.167.400,39</b>	<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>-451.931.948,34</b>

<b>Déficit (IV):</b>		<b>4.690.176.585,27</b>	<b>5.902.058.123,19</b>	<b>5.149.232.011,61</b>	
<b>Total (V=III + IV):</b>		<b>7.408.343.985,66</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>-1.204.758.059,92</b>

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)  
Superávit Financeiro -563.568.162,75  
Reabertura de créditos adicionais 563.568.162,75

Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>6.025.702.590,91</b>	<b>6.965.478.388,89</b>	<b>6.613.652.646,82</b>	<b>6.505.538.858,42</b>	<b>6.496.448.741,43</b>	<b>351.825.742,07</b>
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.710.455.788,21	3.878.732.800,41	3.764.161.981,69	3.764.161.981,69	3.761.207.136,59	114.570.818,72
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		32.389.787,00	25.102.878,37	25.094.659,97	25.094.659,97	25.094.659,97	8.218,40
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.282.857.015,70	3.061.642.710,11	2.824.396.005,16	2.716.282.216,76	2.710.146.944,87	237.246.704,95
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.380.316.115,75</b>	<b>2.009.194.988,47</b>	<b>1.158.587.949,62</b>	<b>1.109.006.073,42</b>	<b>1.107.372.332,38</b>	<b>850.607.038,85</b>
44 INVESTIMENTOS		1.307.460.336,75	1.745.568.975,43	895.457.204,65	845.892.028,45	844.258.287,41	850.111.770,78
45 INVERSÕES FINANCEIRAS		72.230.350,00	262.475.696,04	262.029.751,82	262.013.051,82	262.013.051,82	445.944,22
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		625.429,00	1.150.317,00	1.100.993,15	1.100.993,15	1.100.993,15	49.323,85
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>2.325.279,00</b>	<b>2.325.279,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.325.279,00</b>
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.325.279,00	2.325.279,00	0,00	0,00	0,00	2.325.279,00
<b>Subtotal das Despesas (VI):</b>		<b>7.408.343.985,66</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>7.614.544.931,84</b>	<b>7.603.821.073,81</b>	<b>1.204.758.059,92</b>



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):</b>	<b>7.408.343.985,66</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>7.614.544.931,84</b>	<b>7.603.821.073,81</b>	<b>1.204.758.059,92</b>
<b>Superávit (IX):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>Total (X=VIII+IX):</b>	<b>7.408.343.985,66</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>7.614.544.931,84</b>	<b>7.603.821.073,81</b>	<b>1.204.758.059,92</b>



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>6.395.513.855,22</b>
ORDINÁRIA	557.799.467,42	517.900.476,23	ORDINÁRIA	5.189.592.129,33	4.259.856.065,06
VINCULADA	2.065.209.117,41	1.864.545.528,15	VINCULADA	2.582.648.467,11	2.135.657.790,16
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.410.616.227,89	1.251.627.113,75	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.380.338.435,93	1.187.492.988,92
FECOP	0,00	0,00	FECOP	82.446.587,70	58.449.308,24
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	31.861.544,01	30.163.717,81
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	13.374.152,64	16.097.200,63	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	726.469,97	3.844.417,75
FUNDEB	1.463.641,90	2.402.835,12	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	351.157.167,81	123.215.372,57
CONVÊNIOS	97.067.546,87	86.465.921,10	CONVÊNIOS	127.213.813,14	108.088.030,07
SUS	518.088.716,90	464.002.663,72	SUS	547.236.874,47	529.446.940,46
OUTROS RECURSOS	24.598.831,21	43.949.793,83	OUTROS RECURSOS	61.667.574,08	94.957.014,34
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>5.310.241.023,74</b>	<b>4.201.978.966,97</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>224.961.625,69</b>	<b>252.934.052,87</b>
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.166.746.288,81	4.106.324.892,34	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	221.184.669,63	252.564.222,32
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	140.628.794,95	92.277.013,06	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	2.654.700,00	0,00
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.865.939,98	3.377.061,57	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.122.256,06	369.830,55
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>1.298.718.972,93</b>	<b>1.223.000.766,26</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>1.379.050.842,40</b>	<b>1.143.372.574,47</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.468.860,61	14.206.830,17	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.054.201,10	14.827.957,50
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	157.695.664,60	255.369.739,39	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	246.941.482,98	159.460.772,64
VALORES RESTITUÍVEIS	1.132.554.447,72	953.424.196,70	VALORES RESTITUÍVEIS	1.118.055.158,32	969.083.844,33
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.034.969.798,13	886.092.753,63	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.032.714.800,71	880.142.755,56
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.843,10	702.862,93	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.022.003,39	18.508.965,95
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	97.557.806,49	66.628.580,14	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	79.318.354,22	70.432.122,82
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>	<b>862.988.174,97</b>	<b>847.382.919,92</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>718.703.691,94</b>	<b>862.988.174,97</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	862.988.174,97	847.382.919,92	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	718.502.995,17	862.988.174,97
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	200.696,77	0,00
<b>TOTAL (V)</b>	<b>10.094.956.756,47</b>	<b>8.654.808.657,53</b>	<b>TOTAL (X)</b>	<b>10.094.956.756,47</b>	<b>8.654.808.657,53</b>



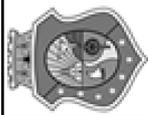


Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Patrimônio Líquido</b>					
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	3.066.917.874,86	2.509.465.012,76		151.841,30	895.139,27

<b>Total do Ativo:</b>	3.175.208.349,32	2.600.850.342,71	<b>Total do Passivo:</b>	3.175.208.349,32	2.600.850.342,71
<b>(1) Ativo Financeiro:</b>	718.703.691,94	862.988.174,97	<b>(3) Passivo Financeiro:</b>	204.772.189,40	299.420.012,22
<b>(2) Ativo Permanente:</b>	2.456.504.657,38	1.737.862.167,74	<b>(4) Passivo Permanente:</b>	73.212.293,76	64.781.212,20
<b>Saldo Patrimonial:</b>	<b>2.897.223.866,16</b>	<b>2.236.649.118,29</b>			

**Compensações**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Compensações</b>					
Especificação					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos					
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	903.549,29	1.290.993,94	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	354.222.887,26	253.082.143,03	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	38.947.885,94
<b>Total</b>	<b>355.126.436,55</b>	<b>254.373.136,97</b>	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.368.246,22	3.368.246,22
			<b>Total</b>	<b>68.271.482,35</b>	<b>107.219.368,29</b>



Ingressos	Dispendios
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
<b>DÉFICIT</b>	
TOTAL	TOTAL
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
<b>DÉFICIT</b>	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	2.528.845.365,01	DESPESAS CORRENTES	6.613.652.646,82
RECEITAS DE CAPITAL	94.163.219,82	DESPESAS DE CAPITAL	1.158.587.949,62
<b>DÉFICIT</b>	5.149.232.011,61		
TOTAL	7.772.240.596,44	TOTAL	7.772.240.596,44



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Aumentativas</b>	<b>7.933.483.009,73</b>	<b>6.589.196.098,06</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>385.516.722,37</b>	<b>349.077.270,16</b>
4.1.2 TAXAS	385.516.722,37	349.077.270,16
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.361.596.574,52</b>	<b>1.209.819.337,60</b>
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.361.596.574,52	1.209.819.337,60
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>48.392.130,29</b>	<b>45.628.899,06</b>
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.519.842,32	1.225.333,74
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46.872.287,97	44.403.565,32
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>69.492.504,48</b>	<b>55.164.745,37</b>
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	793.284,45	263.799,85
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	68.699.220,03	54.900.945,52
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>5.930.014.506,94</b>	<b>4.777.581.948,80</b>
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.310.241.023,74	4.201.978.966,97
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	609.681.115,19	564.624.379,09
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.704.183,83	10.222.039,17
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	220.813,83	0,00
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.167.370,35	756.563,57
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>138.470.571,13</b>	<b>151.923.897,07</b>
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	3.655,06	27.163,03
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	138.466.916,07	151.896.734,04

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>7.149.112.859,14</b>	<b>6.258.900.648,92</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>1.349.621.650,65</b>	<b>1.307.362.073,85</b>
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.122.970.913,37	1.083.698.460,69
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	202.875.643,55	204.860.297,70
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	16.810.282,99	14.903.336,81
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	6.964.810,74	3.899.978,65
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.415.262.983,88</b>	<b>2.188.255.327,76</b>
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.783.380.011,78	1.613.568.741,36
3.2.2 PENSÕES	629.175.555,27	571.915.620,83
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.707.416,83	2.770.965,57
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>1.363.737.433,21</b>	<b>1.327.852.524,55</b>
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	216.667.480,66	361.632.595,72
3.3.2 SERVIÇOS	1.146.978.527,35	965.278.753,60
3.3.8 CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	91.425,20	941.175,23
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>25.787.342,70</b>	<b>23.951.810,32</b>
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	25.094.659,97	19.461.406,34
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	186.540,29	3.855.679,64
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	450.625,44	0,00
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	55.517,00	634.724,34
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>	<b>1.211.234.613,41</b>	<b>880.953.788,96</b>
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	224.961.625,69	252.934.052,87
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	331.905.992,22	143.920.388,59
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	547.471.273,69	400.506.590,48
3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	106.895.721,81	83.592.757,02
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>57.521.830,95</b>	<b>48.044.950,33</b>
3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.734.687,34	1.097.660,56
3.7.2 CONTRIBUIÇÕES	54.787.143,61	46.947.289,77
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>725.947.004,34</b>	<b>482.480.173,15</b>
3.9.1 PREMIAÇÕES	279.801,60	461.581,43
3.9.4 INCENTIVOS	35.857.715,73	29.272.886,89
3.9.5 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.277.551,69	5.505.764,47



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>		<b>7.149.112.859,14</b>	<b>6.258.900.648,92</b>
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	685.531.935,32	447.239.940,36
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:</b>		<b>784.370.150,59</b>	<b>330.295.449,14</b>



Variações Patrimoniais Qualitativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Qualitativas</b>	<b>1.422.065.747,10</b>	<b>800.015.383,88</b>
<b>INCORPORAÇÃO DO ATIVO</b>	<b>1.417.655.674,45</b>	<b>797.342.353,45</b>
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES	106.263.168,42	59.290.385,45
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	6.184.142,23	592.049,29
OBRAS EM ANDAMENTO	471.035.256,12	197.200.903,05
AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS	0,00	0,00
OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO	574.307.461,64	462.285.252,43
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	259.865.646,04	77.973.763,23
<b>DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO</b>	<b>1.100.993,15</b>	<b>634.724,34</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.100.993,15	634.724,34
<b>DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO</b>	<b>3.309.079,50</b>	<b>2.038.306,09</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	3.046.616,12	1.769.594,55
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	262.463,38	268.711,54



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				6.613.652.646,82
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			3.764.161.981,69	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	3.614.335.486,11			
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.783.380.011,78			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	629.121.255,27			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	31.115.556,25			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.215.895,29			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.358.245,51			
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.031.054.963,72			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	46.903.112,49			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	57.141.001,19			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.071.667,92			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.011.908,01			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.699.816,45			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.262.052,23			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	149.826.495,58			
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	149.810.984,12			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.511,46			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			25.094.659,97	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	25.094.659,97			
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	24.544.516,67			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	550.143,30			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.824.396.005,16	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00			
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00			
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	6.462.366,87			
33404100	CONTRIBUIÇÕES				
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	249.591.266,99			
33414100	CONTRIBUIÇÕES				
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		555.183.023,19		
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	463.616.405,67			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	83.183.401,22			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	7.274.336,90			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.108.879,40			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		4.539.607,69		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	502.776,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.036.831,69			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		104.755.042,04		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	104.755.042,04			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		1.784.728.959,77		
33900300	PENSÕES	54.300,00			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.497.409,47			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	11.832.682,52			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	96.706,47			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	30.046.907,50			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.021.206,40			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	248.839.983,11			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	279.801,60			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	231.474.283,03			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.926.603,83			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	304.289.016,79			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.124.907,78			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	72.416.499,57			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	227.983.021,13			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	502.459.005,80			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.383.281,12			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	57.050.526,82			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	6.286.973,56			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	424.305,46			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.280.529,02			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.477.356,54			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.483.652,25			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		119.135.738,61		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.026.506,03			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	111.393.233,89			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	960.343,85			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.789,21			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.699.865,63			
4	DESPESA DE CAPITAL				1.158.587.949,62
44	INVESTIMENTOS			895.457.204,65	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			0,00	
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		76.081.222,75		
44404200	AUXÍLIOS	76.081.222,75			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			0,00	
44414200	AUXÍLIOS	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		2.613.132,28		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	327.688,10			
44504200	AUXÍLIOS	2.285.444,18			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			0,00	
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR			0,00	
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		816.672.512,49		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44901400	DIÁRIA-CIVIL	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	21.546,11			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	2.109.064,46			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	12.293,52			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	27.382.096,23			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	271.540,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	128.915.269,73			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	35.462,18			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	491.098.267,03			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	127.904.659,16			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	6.184.142,23			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.643.349,53			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.094.822,31			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	90.337,13			
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	90.337,13			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	262.029.751,82			
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	262.029.751,82			
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	2.164.105,78			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	259.865.646,04			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.100.993,15			
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.100.993,15			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.100.993,15			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			

**Total Geral:**

**7.772.240.596,44**



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES	1.933.965.388,83	1.668.257.443,76	0,00	265.707.945,07
11-RECEITA TRIBUTÁRIA	398.604.764,95	384.093.912,52	0,00	14.510.852,43
112-TAXAS	398.604.764,95	384.093.912,52	0,00	14.510.852,43
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	33.027.342,10	36.364.062,47	3.336.720,37	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	16.490.606,02	16.796.322,93	305.716,91	0,00
11212151-TAXA AMBIENTAIS	16.490.606,02	10.991.066,66	0,00	5.499.539,36
11212151-RESTITUIÇÃO DE TAXA AMBIENTAIS	0,00	-56.149,23	0,00	-56.149,23
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	0,00	5.426.336,89	5.426.336,89	0,00
11212153-TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	435.068,61	435.068,61	0,00
112130-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	1,05	1,05	0,00
11213000-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	1,05	1,05	0,00
112131-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.574.957,55	6.704.037,85	129.080,30	0,00
11213100-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.574.957,55	6.704.037,85	129.080,30	0,00
112132-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	1.063.003,81	1.063.003,81	0,00
11213200-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	1.063.003,81	1.063.003,81	0,00
112137-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	373.870,07	417.981,57	44.111,50	0,00
11213700-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	373.870,07	417.981,57	44.111,50	0,00
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	9.587.908,46	11.382.715,26	1.794.806,80	0,00
11219954-TAXA DE VISTORIA	4.500,00	42.869,10	38.369,10	0,00
11219956-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	6.778.165,21	6.307.759,63	0,00	470.405,58
11219956-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	-750.675,51	0,00	-750.675,51
11219957-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	2.801.243,25	5.782.762,04	2.981.518,79	0,00
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	365.577.422,85	347.729.850,05	0,00	17.847.572,80
112208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	64.038.347,46	63.724.619,35	0,00	313.728,11
11220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	64.038.347,46	64.684.652,88	646.305,42	0,00
11220800-RESTITUIÇÃO DE EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0,00	-960.033,53	0,00	-960.033,53
112212-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	19.605.133,91	0,00	0,00	19.605.133,91
11221200-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	19.605.133,91	0,00	0,00	19.605.133,91
112221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	441.804,00	166.567,82	0,00	275.236,18
11222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	441.804,00	166.567,82	0,00	275.236,18
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	25.864.399,00	27.240.914,92	1.376.515,92	0,00
11222951-VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	25.864.399,00	27.247.491,34	1.383.092,34	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11222951-RESTITUIÇÃO DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE.	0,00	-6.576,42	0,00	-6.576,42
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	255.627.738,48	256.597.747,96	970.009,48	0,00
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	8.778.683,80	4.755.135,66	0,00	4.023.548,14
11229953-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	-150,00	0,00	-150,00
11229955-TAXA DA LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ	8.242.334,68	4.000.000,00	0,00	4.242.334,68
11229958-TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.623.545,00	1.751.794,64	128.249,64	0,00
11229962-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS	375.198,00	0,00	0,00	375.198,00
11229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	232.491.558,91	241.539.665,17	9.048.106,26	0,00
11229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	0,00	-260.032,72	0,00	-260.032,72
11229967-TAXA PELA EMISSÃO DE DOCUMENTOS	85.000,00	10.952,50	0,00	74.047,50
11229973-TAXA DE TRANSPORTE ANIMAL E VEGETAL	0,00	16,04	16,04	0,00
11229974-TAXA DE SERVIÇOS HEMOTERÁPICOS	0,00	1,25	1,25	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.031.418,09	4.810.770,69	779.352,60	0,00
11229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	-10.405,27	0,00	-10.405,27
12-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	616.758.739,00	513.125.323,54	0,00	103.633.415,46
121-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	616.758.739,00	513.125.323,54	0,00	103.633.415,46
1210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	616.758.739,00	513.125.323,54	0,00	103.633.415,46
121029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	613.960.983,00	510.276.735,36	0,00	103.684.247,64
12102907-CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	450.339.096,00	345.877.584,35	0,00	104.461.511,65
12102907-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-632.038,06	0,00	-632.038,06
12102908-CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	85.442.935,00	84.547.950,08	0,00	894.984,92
12102908-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	0,00	-6.256.478,48	0,00	-6.256.478,48
12102909-CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	47.117.132,00	51.763.494,98	4.646.362,98	0,00
12102910-CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	7.516.356,00	8.434.765,52	918.409,52	0,00
12102911-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	22.186.554,00	20.742.426,77	0,00	1.444.127,23
12102912-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR	1.358.910,00	5.799.030,20	4.440.120,20	0,00
121099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.797.756,00	2.848.588,18	50.832,18	0,00
12109952-CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS - OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS	2.579.453,00	2.671.129,38	91.676,38	0,00
12109953-CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS DO FPP	0,00	14.825,60	14.825,60	0,00
12109954-CONTRIBUIÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	218.303,00	162.633,20	0,00	55.669,80
13-RECEITA PATRIMONIAL	21.495.171,54	71.956.559,94	50.461.388,40	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.640.175,58	2.509.793,38	0,00	3.130.382,20
1311-ALUGUÉIS	609.269,78	480.671,29	0,00	128.598,49



Orçamento	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
131100-ALUGUÉIS	609.269,78	480.671,29	128.598,49
13110000-ALUGUÉIS	609.269,78	499.898,53	109.371,25
13110000-RESTITUIÇÃO DE ALUGUÉIS	0,00	-19.227,24	-19.227,24
1312-ARRENDAMENTOS	0,00	8.187,51	8.187,51
131200-ARRENDAMENTOS	0,00	8.187,51	8.187,51
13120000-ARRENDAMENTOS	0,00	8.187,51	8.187,51
1313-FOROS	100.000,00	517,86	99.482,14
131300-FOROS	100.000,00	517,86	99.482,14
13130000-FOROS	100.000,00	517,86	99.482,14
1314-LAUDÊMIOS	112.000,00	34.599,63	77.400,37
131400-LAUDÊMIOS	112.000,00	34.599,63	77.400,37
13140000-LAUDÊMIOS	112.000,00	34.599,63	77.400,37
1319-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.818.905,80	1.985.817,09	2.833.088,71
131951-TAXA DE VISTORIA	4.373.105,80	1.246.175,88	3.126.929,92
13195100-TAXA DE VISTORIA	4.373.105,80	1.246.175,88	3.126.929,92
131952-TAXA DE ANUÊNCIA	371.000,00	615.064,65	0,00
13195200-TAXA DE ANUÊNCIA	371.000,00	615.064,65	0,00
131999-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	74.800,00	124.576,56	49.776,56
13199900-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	74.800,00	124.576,56	49.776,56
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	15.830.995,96	68.702.875,09	52.871.879,13
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.616.387,65	24.567.910,39	14.951.522,74
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.616.387,65	24.567.910,39	14.951.522,74
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.616.387,65	38.146.286,73	28.529.899,08
13210000-RESTITUIÇÃO DE JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	-13.578.376,34	-13.578.376,34
1322-DIVIDENDOS	82.442,38	3.655,06	78.787,32
132200-DIVIDENDOS	82.442,38	3.655,06	78.787,32
13220000-DIVIDENDOS	82.442,38	3.655,06	78.787,32
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	6.132.165,93	44.131.309,64	37.999.143,71
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	6.132.165,93	44.131.309,64	37.999.143,71
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB OBS: FONTE 50.	0,00	35.389,25	35.389,25
13250103-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE SAÚDE	0,00	14.897.173,36	14.897.173,36
13250110-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	260.000,00	223.060,35	36.939,65
13250151-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS	2.756.927,00	8.645.693,65	5.888.766,65



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais		Para Menos	
VINCULADOS – RECURSOS DO RPPS. FONTE 03						
13250153-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 14.415/09 - FONTE 15	0,00	1.640.171,57	1.640.171,57			0,00
13250155-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	3.109.777,91	12.425.689,99		9.315.912,08		0,00
13250155-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	0,00	-13.149,04		0,00		-13.149,04
13250157-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM.INDIRETA - FONTE 87	1.500,00	2.956,33	2.956,33	1.456,33		0,00
13250159-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM.INDIRETA - FONTE 89	2.837,66	334.282,70	334.282,70	331.445,04		0,00
13250161-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM.INDIRETA - FONTE 81	1.123,36	544,99	544,99	0,00		578,37
13250162-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE DEFESA CIVIL - FT 79	0,00	1.763.063,09	1.763.063,09			0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS COMPENSATORIAS AMBIENTAIS - FT 16	0,00	3.205.027,63	3.205.027,63			0,00
13250167-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SELOS DE AUTENTICIDADE - FT 29	0,00	971.405,77	971.405,77			0,00
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	24.000,00	743.891,47	743.891,47			0,00
1331-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS	24.000,00	687.062,01	687.062,01			0,00
133101-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	24.000,00	687.062,01	687.062,01			0,00
13310105-RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E PÚBLICOS	24.000,00	687.062,01	687.062,01			0,00
1333-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	56.829,46	56.829,46			0,00
133399-OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	56.829,46	56.829,46			0,00
13339951-CONCESSÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	56.829,46	56.829,46			0,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS	54.383.491,14	32.614.199,69		0,00		21.769.291,45
160-RECEITA DE SERVIÇOS	54.383.491,14	32.614.199,69		0,00		21.769.291,45
1600-RECEITA DE SERVIÇOS	54.383.491,14	32.614.199,69		0,00		21.769.291,45
160001-SERVIÇOS COMERCIAIS	2.036.682,00	1.479.214,33		0,00		557.467,67
16000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	2.036.682,00	1.479.214,33		0,00		557.467,67
160004-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	413.848,35	454.541,60	454.541,60	40.693,25		0,00
16000403-OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	413.848,35	454.541,60	454.541,60	40.693,25		0,00
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE	200.000,00	139.991,25		0,00		60.008,75
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	200.000,00	139.991,25		0,00		60.008,75
160008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.200.000,00	2.462.013,49		1.262.013,49		0,00
16000851-CO-LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	1,57	1,57			0,00
16000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	1.200.000,00	2.462.011,92		1.262.011,92		0,00



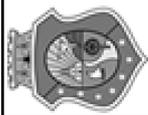
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
160012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
16001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	125.000,00	67.892,87	0,00	57.107,13
16001301-SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
16001399-OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	25.000,00	67.892,87	42.892,87	0,00
160015-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	36.560,79	16.081,84	0,00	20.478,95
16001500-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	36.560,79	16.081,84	0,00	20.478,95
160016-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
16001600-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
160020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	1.539.500,00	1.745.485,88	205.985,88	0,00
16002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.539.500,00	1.745.485,88	205.985,88	0,00
160021-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0,00	379.046,00	379.046,00	0,00
16002100-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0,00	379.046,00	379.046,00	0,00
160022-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	6.822,43	6.822,43	0,00
16002200-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	6.822,43	6.822,43	0,00
160024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	7.760.000,00	7.374.147,09	0,00	385.852,91
16002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	7.760.000,00	7.379.189,09	0,00	380.810,91
16002400-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0,00	-5.042,00	0,00	-5.042,00
160039-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	75.000,00	49.985,90	0,00	25.014,10
16003900-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	75.000,00	49.985,90	0,00	25.014,10
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	25.835,00	25.835,00	0,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	25.835,00	25.835,00	0,00
160099-OUTROS SERVIÇOS	40.386.900,00	18.413.142,01	0,00	21.973.757,99
16009951-SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	2.150.000,00	1.663.684,95	0,00	486.315,05
16009951-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	-75.515,26	0,00	-75.515,26
16009953-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES	175.000,00	249.131,55	74.131,55	0,00
16009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	7.425.000,00	0,00	0,00	7.425.000,00
16009955-VENDA DE PRODUTOS CONSIGNÁVEIS	10.000,00	38.756,87	28.756,87	0,00
16009957-SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	0,00	7.537,82	7.537,82	0,00
16009958-SERVIÇOS DE CADASTRO EM GERAL	0,00	41.490,32	41.490,32	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS	30.626.900,00	16.488.055,76	0,00	14.138.844,24
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	681.524.312,69	528.657.379,50	0,00	152.866.933,19
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	608.265.625,79	490.874.801,19	0,00	117.390.824,60



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	589.678.527,79	442.993.674,37	0,00	146.684.853,42
172133-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	559.070.661,00	416.014.861,04	0,00	143.055.799,96
17213331-ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.726.427,00	0,00	0,00	7.726.427,00
17213336-ATENÇÃO BÁSICA - INCENTIVO ATENÇÃO À SAÚDE - SISTEMA PENITENCIÁRIO	618.800,00	515.970,00	0,00	102.830,00
17213341-MAC TF - TETO FINANCEIRO	458.648.895,00	316.135.898,65	0,00	142.512.996,35
17213342-MAC TF - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	5.300.000,00	9.852.975,00	4.552.975,00	0,00
17213343-MAC TF - CEO - CENTRO ESPEC. ODONTOLÓGICA	3.500.000,00	6.191.900,00	2.691.900,00	0,00
17213345-MAC TF - CEREST - CENTRO DE REF. EM SAÚDE DO TRABALHADOR	760.000,00	320.000,00	0,00	440.000,00
17213349-MAC TF - OUTROS PROGRAMAS FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO	0,00	613.233,14	613.233,14	0,00
17213358-MAC FAEC - TRANSPLANTES - OUTROS	612.000,00	291.899,62	0,00	320.100,38
17213359-MAC FAEC - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO	6.629.300,00	2.004.691,68	0,00	4.624.608,32
17213361-V SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	13.466.869,00	0,00	0,00	13.466.869,00
17213362-V SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	20.592.474,00	2.503.906,73	0,00	18.088.567,27
17213363-V SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	8.000.000,00	21.380.705,85	13.380.705,85	0,00
17213371-A FARM - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	15.000.000,00	30.340.424,12	15.340.424,12	0,00
17213373-A FARM - COMPONENTE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL	12.000.000,00	21.754.687,81	9.754.687,81	0,00
17213381-G SUS - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS	6.215.896,00	0,00	0,00	6.215.896,00
17213389-G SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	0,00	4.108.568,44	4.108.568,44	0,00
172134-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.223.055,73	1.969.323,66	0,00	2.253.732,07
17213400-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.223.055,73	1.969.323,66	0,00	2.253.732,07
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	26.384.811,06	25.009.489,67	0,00	1.375.321,39
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	24.272.739,86	19.643.666,18	0,00	4.629.073,68
17219951-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	-1.133.350,57	0,00	-1.133.350,57
17219952-TRANSFERÊNCIAS ORIUNDAS DA LEI PELÉ	2.112.071,20	6.499.174,06	4.387.102,86	0,00
1723-TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	18.587.098,00	47.881.126,82	29.294.028,82	0,00
172301-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	18.587.098,00	47.881.126,82	29.294.028,82	0,00
17230100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	18.587.098,00	47.881.126,82	29.294.028,82	0,00
173-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
1730-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
173000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
17300000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
175-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
1750-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1750000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
17500000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	58.498.686,90	29.948.503,38	0,00	28.550.183,52
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	54.641.040,92	27.794.186,51	0,00	26.846.854,41
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.902.707,57	12.983.445,20	1.080.737,63	0,00
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.902.707,57	12.983.445,20	1.080.737,63	0,00
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	8.496.055,20	0,00	0,00	8.496.055,20
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	8.496.055,20	0,00	0,00	8.496.055,20
17610300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.396.918,73	2.700.000,00	0,00	11.696.918,73
176103000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.396.918,73	2.830.000,00	0,00	11.566.918,73
176103000-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	-130.000,00	0,00	-130.000,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	19.845.359,42	12.110.741,31	0,00	7.734.618,11
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	19.845.359,42	12.110.896,11	0,00	7.734.463,31
176199000-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	0,00	-154,80	0,00	-154,80
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	148.500,00	116.837,62	0,00	31.662,38
176300-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	148.500,00	116.837,62	0,00	31.662,38
17630000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	148.500,00	116.837,62	0,00	31.662,38
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.704.145,98	2.037.479,25	0,00	1.666.666,73
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.704.145,98	2.037.479,25	0,00	1.666.666,73
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.704.145,98	2.039.445,91	0,00	1.664.700,07
176400000-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	-1.966,66	0,00	-1.966,66
1765-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
176500-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
17650000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.198.909,51	137.810.068,57	0,00	23.388.840,94
191-MULTAS E JUROS DE MORA	80.851.304,00	71.727.320,43	0,00	9.123.983,57
1918-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	267.349,00	740.622,97	473.273,97	0,00
191899-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	267.349,00	740.622,97	473.273,97	0,00
19189900-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	267.349,00	740.622,97	473.273,97	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	80.583.955,00	70.986.697,46	0,00	9.597.257,54
191910-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	665.955,00	645.952,05	0,00	20.002,95



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19191000-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	665.955,00	645.952,05	0,00	20.002,95
191915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	72.768.000,00	62.772.788,90	0,00	9.995.211,10
19191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	72.768.000,00	62.862.841,31	0,00	9.905.158,69
19191500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00	-90.052,41	0,00	-90.052,41
191926-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	5.100.000,00	6.665.529,29	1.565.529,29	0,00
19192602-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	5.100.000,00	6.671.944,29	1.571.944,29	0,00
19192602-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	0,00	-6.415,00	0,00	-6.415,00
191935-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.000.000,00	710.385,74	0,00	1.289.614,26
19193500-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.000.000,00	710.385,74	0,00	1.289.614,26
191952-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A IDOSO	0,00	4,30	4,30	0,00
19195200-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A IDOSO	0,00	4,30	4,30	0,00
191953-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A DEFICIENTES	0,00	1,00	1,00	0,00
19195300-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A DEFICIENTES	0,00	1,00	1,00	0,00
191954-MULTAS POR DANOS CAUSADOS PELO MERCADO MOBILIÁRIO	0,00	1,15	1,15	0,00
19195400-MULTAS POR DANOS CAUSADOS PELO MERCADO MOBILIÁRIO	0,00	1,15	1,15	0,00
191955-MULTAS CAUSADAS A QUALQUER OUTRO INTERESSE DIFUSO OU COLETIVO	0,00	1,00	1,00	0,00
19195500-MULTAS CAUSADAS A QUALQUER OUTRO INTERESSE DIFUSO OU COLETIVO	0,00	1,00	1,00	0,00
191956-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	36.612,53	36.612,53	0,00
19195600-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	36.612,53	36.612,53	0,00
191957-MULTAS ADVINDAS DA ARCE	0,00	16.038,50	16.038,50	0,00
19195700-MULTAS ADVINDAS DA ARCE	0,00	16.038,50	16.038,50	0,00
191958-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	1,00	1,00	0,00
19195800-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	1,00	1,00	0,00
191959-MULTAS POR DANOS A BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO	0,00	1,00	1,00	0,00
19195900-MULTAS POR DANOS A BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO	0,00	1,00	1,00	0,00
191999-OUTRAS MULTAS	50.000,00	139.381,00	89.381,00	0,00
19199900-OUTRAS MULTAS	0,00	139.381,00	139.381,00	0,00
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATAIS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.163.526,00	49.188.128,01	23.024.602,01	0,00
1921-INDENIZAÇÕES	47.620,00	4.392.833,52	4.345.213,52	0,00
192105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0,00	4.353.658,58	4.353.658,58	0,00
19210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	4.353.658,58	4.353.658,58	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES	47.620,00	39.174,94	0,00	8.445,06
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES	47.620,00	39.174,94	0,00	8.445,06
1922-RESTITUIÇÕES	26.115.906,00	44.795.294,49	18.679.388,49	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO	0,00	2.540.986,69	2.540.986,69	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO	0,00	2.540.986,69	2.540.986,69	0,00
192207-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	283.524,39	283.524,39	0,00
19220700-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	285.725,42	285.725,42	0,00
19220700-RESTITUIÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	-2.201,03	0,00	-2.201,03
192210-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	26.115.906,00	40.373.959,72	14.258.053,72	0,00
19221001-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	26.115.906,00	40.373.959,72	14.258.053,72	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	1.596.823,69	1.596.823,69	0,00
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	1.428.252,65	1.428.252,65	0,00
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE	0,00	3.422,84	3.422,84	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.696,53	1.696,53	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	163.451,67	163.451,67	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS	54.184.079,51	16.894.620,13	0,00	37.289.459,38
1990-RECEITAS DIVERSAS	54.184.079,51	16.894.620,13	0,00	37.289.459,38
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	375.000,00	227.020,24	0,00	147.979,76
19900201-RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	375.000,00	227.020,24	0,00	147.979,76
199052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.777.564,00	1.543.433,45	0,00	234.130,55
19905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.777.564,00	1.543.433,45	0,00	234.130,55
199099-OUTRAS RECEITAS	52.031.515,51	15.124.166,44	0,00	36.907.349,07
19909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS	38.869.707,44	492.896,93	0,00	38.376.810,51
19909955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO	9.909.536,30	8.429.929,39	0,00	1.479.606,91
19909956-RECEITA SOBRE PROGRAMA DE SEMENTES	2.000.000,00	261.963,38	0,00	1.738.036,62
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.183,81	7.183,81	0,00
19909959-SPREAD SOBRE RENDIMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	842.271,77	1.810.527,54	968.255,77	0,00
19909969-DOAÇÕES EM DINHEIRO	0,00	1,00	1,00	0,00
19909999-OUTRAS RECEITAS	410.000,00	4.344.714,04	3.934.714,04	0,00
19909999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RECEITAS	0,00	-223.049,65	0,00	-223.049,65
2-RECEITAS DE CAPITAL	318.882.744,28	94.163.219,82	0,00	224.719.524,46
22-ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	3.046.616,12	3.046.616,12	0,00
222-ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	3.046.616,12	3.046.616,12	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2225-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	3.046.615,12	3.046.615,12	0,00
222500-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	3.046.615,12	3.046.615,12	0,00
22250000-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	3.046.615,12	3.046.615,12	0,00
2229-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	1,00	1,00	0,00
222900-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	1,00	1,00	0,00
22290000-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	1,00	1,00	0,00
23-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	500,00	500,00	0,00
230-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	500,00	500,00	0,00
2300-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	500,00	500,00	0,00
230099-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	0,00	500,00	500,00	0,00
23009900-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	0,00	500,00	500,00	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	318.882.744,28	91.116.103,70	0,00	227.766.640,58
242-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
2421-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
242101-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
24210100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	213.098.441,76	51.827.731,83	0,00	161.270.709,93
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	212.440.575,41	51.606.918,00	0,00	160.833.657,41
247101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	39.221.822,00	0,00	0,00	39.221.822,00
24710100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	39.221.822,00	0,00	0,00	39.221.822,00
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	2.088.805,00	0,00	0,00	2.088.805,00
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	2.088.805,00	0,00	0,00	2.088.805,00
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	137.000.000,00	50.000.000,00	0,00	87.000.000,00
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	137.000.000,00	50.000.000,00	0,00	87.000.000,00
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	34.129.948,41	1.606.918,00	0,00	32.523.030,41
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	34.129.948,41	1.606.918,00	0,00	32.523.030,41
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	591.570,05	0,00	0,00	591.570,05
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	591.570,05	0,00	0,00	591.570,05
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	591.570,05	0,00	0,00	591.570,05
2475-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	66.296,30	220.813,83	154.517,53	0,00
247500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	66.296,30	220.813,83	154.517,53	0,00
24750000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	66.296,30	220.813,83	154.517,53	0,00



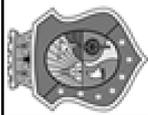
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7-RECEITAS CORRENTES	822.092.400,06	860.587.921,25	38.495.521,19	0,00
71-RECEITA TRIBUTÁRIA	3.227.835,07	778.841,44	0,00	2.448.993,63
712-TAXAS	3.227.835,07	778.841,44	0,00	2.448.993,63
7121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.314.893,98	28.455,85	0,00	1.286.438,13
712121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.309.393,98	25.625,08	0,00	1.283.768,90
71212151-TAXA AMBIENTAIS	1.309.393,98	25.625,08	0,00	1.283.768,90
712199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.500,00	2.830,77	0,00	2.669,23
71219954-TAXA DE VISTORIA	5.500,00	2.830,77	0,00	2.669,23
7122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.912.941,09	750.385,59	0,00	1.162.555,50
712208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0,00	588,66	588,66	0,00
71220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0,00	588,66	588,66	0,00
712299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.912.941,09	749.796,93	0,00	1.163.144,16
71229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	1.750.441,09	673.696,07	0,00	1.076.745,02
71229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	162.500,00	76.100,86	0,00	86.399,14
72-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	808.978.168,00	848.471.250,98	39.493.082,98	0,00
721-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	808.978.168,00	848.471.250,98	39.493.082,98	0,00
7210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	808.978.168,00	848.471.250,98	39.493.082,98	0,00
721029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	805.863.940,00	845.224.959,76	39.361.019,76	0,00
72102901-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	640.514.542,00	677.309.221,76	36.794.679,76	0,00
72102901-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-711.737,38	0,00	-711.737,38
72102902-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	165.349.398,00	179.979.928,06	14.630.530,06	0,00
72102902-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	0,00	-11.352.452,68	0,00	-11.352.452,68
721099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.114.228,00	3.246.291,22	132.063,22	0,00
72109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP	2.579.453,00	2.340.090,05	0,00	239.362,95
72109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	534.775,00	906.201,17	371.426,17	0,00
73-RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
731-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
7311-ALUGUÉIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
731100-ALUGUÉIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
73110000-ALUGUÉIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
76-RECEITA DE SERVIÇOS	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05	0,00
760-RECEITA DE SERVIÇOS	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05	0,00
7600-RECEITA DE SERVIÇOS	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05	0,00



760001-SERVIÇOS COMERCIAIS	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
76000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		0,00	1.871,12	1.871,12	0,00
76000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		0,00	1.871,12	1.871,12	0,00
760008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		8.364.460,99	8.554.101,92	189.640,93	0,00
76000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET		0,00	1,37	1,37	0,00
76000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS		8.364.460,99	8.554.100,55	189.639,56	0,00
760024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		0,00	437,00	437,00	0,00
76002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		0,00	437,00	437,00	0,00
760099-OUTROS SERVIÇOS		0,00	1.563.187,00	1.563.187,00	0,00
76009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E P. SELETIVOS		0,00	1.563.187,00	1.563.187,00	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.521.936,00	1.216.231,79	0,00	305.704,21
791-MULTAS E JUROS DE MORA		0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
7919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
791915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
79191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	389.129,54	389.129,54	0,00
7921-INDENIZAÇÕES		0,00	389.129,54	389.129,54	0,00
792105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS		0,00	389.129,54	389.129,54	0,00
79210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL		0,00	389.129,54	389.129,54	0,00
799-RECEITAS DIVERSAS		1.521.936,00	772.634,00	0,00	749.302,00
7990-RECEITAS DIVERSAS		1.521.936,00	772.634,00	0,00	749.302,00
799051-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA		0,00	772.634,00	772.634,00	0,00
79905100-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA		0,00	772.634,00	772.634,00	0,00
799099-OUTRAS RECEITAS		1.521.936,00	0,00	0,00	1.521.936,00
79909973-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		1.521.936,00	0,00	0,00	1.521.936,00
<b>Total Geral:</b>		<b>3.074.940.533,17</b>	<b>2.623.008.584,83</b>	<b>0,00</b>	<b>451.931.948,34</b>



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	6.952.162.864,67	13.315.524,22	6.965.478.388,89	6.613.052.646,82	351.825.742,07	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.878.732.800,41	0,00	3.878.732.800,41	3.764.161.981,69	114.570.818,72	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	3.727.234.047,99	0,00	3.727.234.047,99	3.614.335.486,11	112.898.561,88	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.836.297.007,14	0,00	1.836.297.007,14	1.783.380.011,78	52.916.995,36	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	643.794.897,90	0,00	643.794.897,90	629.121.255,27	14.673.642,63	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	31.314.599,72	0,00	31.314.599,72	31.115.556,25	199.043,47	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	4.342.865,37	0,00	4.342.865,37	1.215.895,29	3.126.970,08	
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.358.245,51	0,00	3.358.245,51	3.358.245,51	0,00	
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.056.877.572,97	0,00	1.056.877.572,97	1.031.054.963,72	25.822.609,25	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	48.389.313,42	0,00	48.389.313,42	46.903.112,49	1.486.200,93	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	65.984.120,23	0,00	65.984.120,23	57.141.001,19	8.843.119,04	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.646.423,24	0,00	3.646.423,24	3.071.667,92	574.755,32	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.440.861,36	0,00	25.440.861,36	21.011.908,01	4.428.953,35	
31909300	INDENIZAÇÕES	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.765.116,43	0,00	2.765.116,43	2.699.816,45	65.299,98	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	5.016.524,70	0,00	5.016.524,70	4.262.052,23	754.472,47	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	151.498.752,42	0,00	151.498.752,42	149.826.495,58	1.672.256,84	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	151.483.240,96	0,00	151.483.240,96	149.810.984,12	1.672.256,84	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.511,46	0,00	15.511,46	15.511,46	0,00	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.102.878,37	0,00	25.102.878,37	25.094.659,97	8.218,40	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	25.102.878,37	0,00	25.102.878,37	25.094.659,97	8.218,40	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	24.552.735,07	0,00	24.552.735,07	24.544.516,67	8.218,40	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	550.143,30	0,00	550.143,30	550.143,30	0,00	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.048.327.185,89	13.315.524,22	3.061.642.710,11	2.824.396.005,16	237.246.704,95	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	7.408.808,98	0,00	7.408.808,98	6.462.366,87	946.442,11	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	7.408.808,98	0,00	7.408.808,98	6.462.366,87	946.442,11	
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	269.519.496,27	0,00	269.519.496,27	249.591.266,99	19.928.229,28	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	269.519.496,27	0,00	269.519.496,27	249.591.266,99	19.928.229,28	
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	579.164.561,52	500,00	579.165.061,52	555.183.023,19	23.982.038,33	
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	474.118.017,54	500,00	474.118.517,54	463.616.405,67	10.502.111,87	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	96.196.285,08	0,00	96.196.285,08	83.183.401,22	13.012.883,86	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	7.728.378,90	0,00	7.728.378,90	7.274.336,90	454.042,00	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.120.880,00	0,00	1.120.880,00	1.108.879,40	12.000,60	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	4.345.602,11	1.800.000,00	6.145.602,11	4.539.607,69	1.605.994,42	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	843.000,00	0,00	843.000,00	502.776,00	340.224,00	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.502.602,11	1.800.000,00	5.302.602,11	4.036.831,69	1.265.770,42	
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	115.496.071,02	0,00	115.496.071,02	104.755.042,04	10.741.028,98	
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	115.496.071,02	0,00	115.496.071,02	104.755.042,04	10.741.028,98	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.951.953.143,04	11.515.024,22	1.963.468.167,26	1.784.728.959,77	178.739.207,49	
33900300	PENSÕES	54.300,00	0,00	54.300,00	54.300,00	0,00	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	9.360,00	0,00	9.360,00	0,00	9.360,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.776.805,19	0,00	1.776.805,19	1.497.409,47	279.395,72	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	20.501.935,68	0,00	20.501.935,68	11.832.682,52	8.669.253,16	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	120.284,00	0,00	120.284,00	96.706,47	23.577,53	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	30.942.680,25	852.400,00	31.795.080,25	30.046.907,50	1.748.172,75	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	6.009.133,58	3.571.304,22	9.580.437,80	4.021.206,40	5.559.231,40	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	285.328.060,07	50.000,00	285.378.060,07	248.839.983,11	36.538.076,96	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	401.472,16	0,00	401.472,16	279.801,60	121.670,56	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	238.755.521,82	0,00	238.755.521,82	231.474.283,03	7.281.238,79	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13.100.846,25	0,00	13.100.846,25	8.926.603,83	4.174.242,42	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	309.816.589,61	0,00	309.816.589,61	304.289.016,79	5.527.572,82	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.798.774,62	0,00	4.798.774,62	4.124.907,78	673.866,84	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	86.576.011,17	0,00	86.576.011,17	72.416.499,57	14.159.511,60	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	239.703.754,91	0,00	239.703.754,91	227.983.021,13	11.720.733,78	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	562.759.996,72	7.036.000,00	569.795.996,72	502.459.005,80	67.336.990,92	



Natureza da Despesa	Títulos		Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33904100 CONTRIBUIÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
33904500 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	17.176.169,96	0,00	17.176.169,96	16.383.281,12	792.888,84	792.888,84
33904700 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	62.313.081,21	0,00	62.313.081,21	57.050.526,82	5.262.554,39	5.262.554,39
33904800 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	6.988.200,00	0,00	6.988.200,00	6.286.973,56	701.226,44	701.226,44
33904900 AUXÍLIO-TRANSPORTE	625.923,28	0,00	625.923,28	424.305,46	201.617,82	201.617,82
33909100 SENTENÇAS JUDICIAIS	3.314.095,97	0,00	3.314.095,97	3.280.529,02	33.566,95	33.566,95
33909200 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.502.882,52	5.320,00	33.508.202,52	28.477.356,54	5.030.845,98	5.030.845,98
33909300 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27.372.264,07	0,00	27.372.264,07	24.483.652,25	2.888.611,82	2.888.611,82
3391 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.	120.439.502,95	0,00	120.439.502,95	119.135.738,61	1.303.764,34	1.303.764,34
33913900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.446.589,37	0,00	3.446.589,37	3.026.506,03	420.083,34	420.083,34
33914100 CONTRIBUIÇÕES	111.404.033,89	0,00	111.404.033,89	111.393.233,89	10.800,00	10.800,00
33914700 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.367.103,32	0,00	1.367.103,32	960.343,85	406.759,47	406.759,47
33919100 SENTENÇAS JUDICIAIS	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00	10,00
33919200 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.306,22	0,00	63.306,22	55.789,21	7.517,01	7.517,01
33919300 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.158.460,15	0,00	4.158.460,15	3.699.865,63	458.594,52	458.594,52
4 DESPESA DE CAPITAL	2.005.260.476,39	3.934.512,08	2.009.194.988,47	1.158.587.949,62	850.607.038,85	850.607.038,85
44 INVESTIMENTOS	1.741.634.463,35	3.934.512,08	1.745.568.975,43	895.457.204,65	850.111.770,78	850.111.770,78
4420 TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44204200 AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440 TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	87.438.459,03	0,00	87.438.459,03	76.081.222,75	11.357.236,28	11.357.236,28
44404200 AUXÍLIOS	87.338.459,03	0,00	87.338.459,03	76.081.222,75	11.257.236,28	11.257.236,28
44409200 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
4441 TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44414200 AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.636.142,68	0,00	3.636.142,68	2.613.132,28	1.023.010,40	1.023.010,40
44503900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
44504100 CONTRIBUIÇÕES	336.945,00	0,00	336.945,00	327.688,10	9.256,90	9.256,90
44504200 AUXÍLIOS	3.189.197,68	0,00	3.189.197,68	2.285.444,18	903.753,50	903.753,50
44505100 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44505200 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas		
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.650.459.861,64	3.934.512,08	1.654.394.373,72	816.672.512,49	837.721.861,23
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44901400	DIÁRIA-CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.848.000,00	21.546,11	2.869.546,11	21.546,11	2.848.000,00
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	2.379.523,11	10.000,00	2.389.523,11	2.109.064,46	280.458,65
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	29.000,00	0,00	29.000,00	12.293,52	16.706,48
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	43.977.248,28	0,00	43.977.248,28	27.382.096,23	16.595.152,05
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	353.142,46	0,00	353.142,46	271.540,00	81.602,46
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	138.147.145,90	0,00	138.147.145,90	128.915.269,73	9.231.876,17
44904200	AUXÍLIOS	22.500,00	0,00	22.500,00	0,00	22.500,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	46.900,00	0,00	46.900,00	35.462,18	11.437,82
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.195.573.935,22	50.000,00	1.195.623.935,22	491.098.267,03	704.525.668,19
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	226.593.117,58	3.852.965,97	230.446.083,55	127.904.659,16	102.541.424,39
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	6.754.000,00	0,00	6.754.000,00	6.184.142,23	569.857,77
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.483.981,77	0,00	11.483.981,77	10.643.349,53	840.632,24
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.251.367,32	0,00	22.251.367,32	22.094.822,31	156.545,01
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	100.000,00	90.337,13	9.662,87
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100.000,00	0,00	100.000,00	90.337,13	9.662,87
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	262.475.696,04	0,00	262.475.696,04	262.029.751,82	445.944,22
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	262.475.696,04	0,00	262.475.696,04	262.029.751,82	445.944,22
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	2.485.000,00	0,00	2.485.000,00	2.164.105,78	320.894,22
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	259.965.646,04	0,00	259.965.646,04	259.865.646,04	100.000,00
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.050,00	0,00	25.050,00	0,00	25.050,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.150.317,00	0,00	1.150.317,00	1.100.993,15	49.323,85
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.150.317,00	0,00	1.150.317,00	1.100.993,15	49.323,85
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.150.317,00	0,00	1.150.317,00	1.100.993,15	49.323,85
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	
<b>Total Geral:</b>		<b>8.959.748.620,06</b>	<b>17.250.036,30</b>	<b>8.976.998.656,36</b>	<b>7.772.240.596,44</b>	<b>1.204.758.059,92</b>	



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	255.364.879,39	0,00	243.346.974,80	12.017.904,59
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	18.161.975,02	0,00	18.161.975,02	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	157.695.664,60	0,00	157.695.664,60
<b>SUBTOTAL</b>	<b>273.526.854,41</b>	<b>157.695.664,60</b>	<b>261.508.949,82</b>	<b>169.713.569,19</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	14.075.653,31	0,00	13.959.986,98	115.666,33
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	439.732,04	0,00	439.732,04	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	8.468.860,61	0,00	8.468.860,61
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14.515.385,35</b>	<b>8.468.860,61</b>	<b>14.399.719,02</b>	<b>8.584.526,94</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	11.679.762,03	1.132.554.447,72	1.118.055.158,32	26.179.051,43
<b>SUBTOTAL</b>	<b>11.679.762,03</b>	<b>1.132.554.447,72</b>	<b>1.118.055.158,32</b>	<b>26.179.051,43</b>
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total:</b>	<b>299.722.001,79</b>	<b>1.298.718.972,93</b>	<b>1.393.963.827,16</b>	<b>204.477.147,56</b>



# EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA





**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
LEI 6.404/76 E SUAS ALTERAÇÕES  
(LEIS Nºs 11.638/07 E 11.941/09)**



**BALANÇO PATRIMONIAL  
EXERCÍCIO 2014**

	(R\$ 1,00)												
ATIVO	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>45.510.981</b>	<b>285.777.000</b>	<b>54.762.571</b>	<b>7.838.508</b>	<b>130.607.858</b>	<b>12.638.000</b>	<b>27.853.856</b>	<b>2.721.418</b>	<b>7.202.634</b>	<b>5.683.073</b>	<b>5.865.145</b>	<b>8.602.247</b>	<b>595.063.291</b>
DISPONIBILIDADES	19.494.789	57.746.000	44.756.002	6.228.739	47.332.416	8.786.000	13.241.328	44.420	2.619.714	5.680.887	4.898.431	4.378.898	215.207.625
ESTOQUES	29.479	9.764.000	161.547	229.818	432.218	12.000	1.837.337	13.060	497.805		234.268	3.592.579	16.804.111
DIREITOS REALIZÁVEIS	25.616.117	218.267.000	9.809.222	1.379.951	82.121.120	3.840.000	12.768.778	2.663.938	4.074.969	2.186	732.446	621.472	361.897.199
DESPESAS ANTECIPADAS	370.596		35.800		722.104		6.413		10.145			9.298	1.154.357
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>69.918.647</b>	<b>3.501.226.000</b>	<b>18.339.924</b>	<b>4.630.128</b>	<b>118.287.510</b>	<b>35.096.000</b>	<b>216.296.029</b>	<b>398.045.037</b>	<b>8.599.715</b>	<b>34.135</b>	<b>4.715.050</b>	<b>1.841.911.123</b>	<b>6.217.099.299</b>
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	1.355.416	403.903.000	110.448		40.775.646	1.093.000	6.400.599	397.877.984	3.447.438		38.349	3.633.018	858.634.899
INVESTIMENTOS	59.928.096		23.175	42.916	13.961	33.583.000		40.891	31.878			1.000	93.664.917
IMOBILIZADO	4.726.873	65.236.000	17.916.729	4.587.212		419.000	209.093.814	126.163	5.120.400	34.135	4.021.354	1.797.752.475	2.109.034.154
INTANGÍVEL	3.908.261	3.032.087.000	165.737		77.497.903	1.000	801.616				655.347	27.508	3.115.144.373
DIFERIDO			123.834									40.497.122	40.620.956
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>115.429.629</b>	<b>3.787.003.000</b>	<b>73.102.495</b>	<b>12.468.636</b>	<b>248.895.368</b>	<b>47.734.000</b>	<b>244.149.885</b>	<b>400.766.455</b>	<b>15.802.349</b>	<b>5.717.208</b>	<b>10.580.195</b>	<b>1.850.513.370</b>	<b>6.812.162.590</b>
<b>PASSIVO</b>													
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>24.385.216</b>	<b>241.952.000</b>	<b>11.465.188</b>	<b>6.491.332</b>	<b>91.202.703</b>	<b>1.736.000</b>	<b>141.326.793</b>	<b>12.593.169</b>	<b>39.299.686</b>	<b>81.1229</b>	<b>3.193.244</b>	<b>14.384.589</b>	<b>588.841.149</b>
FORNECEDORES	7.937	83.331.000	1.172.436	349.720	41.117.894	71.000	59.207.202	12.410	139.588	120.989	401.749	8.693.886	195.265.811
OBRIG. SOCIAIS/TRIBUTÁRIA	347.770	19.019.000	2.071.935	563.892	1.251.159	247.000	3.055.584	3.440	1.708.840	643.167	865.917	3.636.258	33.413.963
CONVÊNIO	21.803.927			5.531.029		130.000	77.715.279					13.362	105.193.586
EMPRESAS/ FINANCIAMENTOS		52.503.000			11.420.373			2.971.258					66.894.631
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.021.877	32.877.000	7.283.793	46.691	36.262.686	648.000	1.348.728	9.474.708	3.191.019	10.581	113.433	318.867	93.597.383
PROVISÕES	203.706	54.222.000	937.025		1.150.591			131.352	34.260.239	36.492	1.812.145	1.722.225	94.475.775
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>66.432</b>	<b>1.104.980.000</b>	<b>146.214</b>	<b>1.610.772</b>	<b>30.516.705</b>	<b>23.939.000</b>	<b>0</b>	<b>666.556.774</b>	<b>46.673.946</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>639.829.250</b>	<b>2.514.319.091</b>
FORNECEDORES		394.856.000				139.000			46.673.946			489.675	628.675
EMPRESAS/ FINANCIAMENTOS		710.124.000		1.610.772		1.350.000		666.556.774				628.466.124	1.737.902.844
OUTRAS OBRIGAÇÕES	66.432		146.214		30.516.705	22.450.000						10.873.450	775.787.572
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>90.977.981</b>	<b>2.440.071.000</b>	<b>61.491.093</b>	<b>4.366.533</b>	<b>127.175.960</b>	<b>22.059.000</b>	<b>102.823.092</b>	<b>-278.383.488</b>	<b>-70.171.283</b>	<b>4.905.979</b>	<b>7.386.951</b>	<b>1.196.299.531</b>	<b>3.709.002.350</b>
CAPITAL SOCIAL	82.200.249	1.729.403.000	50.175.015	823.759	86.857.612	15.489.000	91.728.245	29.404.405	2.511.584	5.373.714	50.000	1.298.105.000	3.392.121.583
RESERVA CAPITAL	23.259.897			465.806		9.690.000	13.034.715	0	7.531			140.868.929	187.326.878
AJUSTES PATRIMONIAIS		790.012.000	462.326	254.980				103.108	3.314.633				794.147.047
RESERVA DE LUCROS		48.729.000	10.853.762	3.152.146	40.318.348								110.390.198
LUCRO/PREJ. ACUMULADO	-14.482.165	-128.073.000		-330.158		-3.120.000	-1.939.868	-307.891.001	-76.005.031	-467.735	7.336.951	-242.674.398	-774.983.356
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>115.429.629</b>	<b>3.787.003.000</b>	<b>73.102.495</b>	<b>12.468.636</b>	<b>248.895.368</b>	<b>47.734.000</b>	<b>244.149.885</b>	<b>400.766.455</b>	<b>15.802.349</b>	<b>5.717.208</b>	<b>10.580.195</b>	<b>1.850.513.370</b>	<b>6.812.162.590</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS-SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.  
(\* ) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /1999.

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS  
EXERCÍCIO 2014**

GRUPOS	COMPANIAS	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATER	ZPE	CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
<b>SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		71.645.432	1.689.963.000	48.300.847	4.696.690	114.625.094	20.370.000	103.371.563	-293.106.213	-69.124.219	444.932	444.932	4.092.541	1.127.862.464	2.823.142.132
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR		-7.860		-1.096				-584.471	-281.128	60			-16.799		-891.295
<b>SALDO AJUST. E CORRIGIDO</b>		71.637.573	1.689.963.000	48.299.751	4.696.690	114.625.094	20.370.000	102.787.092	-293.387.341	-69.124.160	444.932	444.932	4.075.742	1.127.862.464	2.822.250.837
REVERSÃO DE RESERVAS		20.085.128	88.169.000	2.960.425			1.089.000	-24.837.135						-350.213.750	-262.747.332
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO		-744.720	-221.438.000	17.097.462	-330.158	33.690.348	600.000	-1.041.621	-10.285.651	-1.054.654	4.461.048	4.461.048	3.311.209	-72.431.761	-248.166.499
FORMAÇÃO DE RESERVAS										7.531				491.082.578	491.090.109
DIVIDENDOS				-3.186.892		-15.275.944									-18.462.836
OUTROS			883.377.000	-3.679.654	-5.863.538	-5.863.538		25.914.756							899.748.564
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>		90.977.981	2.440.071.000	61.491.093	4.366.533	127.175.960	22.059.000	102.823.092	-303.672.993	-70.171.283	4.905.979	4.905.979	7.386.951	1.196.299.531	3.683.712.845

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVENBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961/99.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
EXERCÍCIO 2014**

GRUPOS	COMPANHIAS											TOTAL	
	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE		METROFOR
RECEITA BRUTA	14.035.732	963.826.000	79.023.371	12.744.654	396.420.570	3.662.000	81.046.489		91.519.153	16.459.612	40.491.066	4.940.085	1.704.168.731
(-)DEDUÇÕES	1.370.424		14.271.410	889.450			10.618.806		280.272	2.342.795	1.210.843	98.802	31.082.801
RECEITA LÍQUIDA	12.665.308	963.826.000	64.751.961	11.855.203	396.420.570	3.662.000	70.427.683	0	91.238.881	14.116.817	39.280.223	4.841.284	1.673.085.930
(-)CUSTOS DE VENDA	6.046.753	836.117.000	28.034.078	11.458.187	339.718.879	1.140.000	60.363.790		60.470.482		23.414.224	55.726.900	1.422.490.293
LUCRO BRUTO	6.618.555	127.709.000	36.717.884	397.016	56.701.691	2.522.000	10.063.893	0	30.768.399	14.116.817	15.865.999	-50.885.616	250.595.637
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	9.431.150	398.207.000	20.535.864	3.396.090	35.197.546	6.593.000	14.664.927	36.866.178	31.845.873	8.346.217	12.019.142	34.479.168	611.582.155
(+)RECEITAS OPERACIONAIS	887.246	11.105.000	1.517.750	169.917	11.405.240	4.553.000		32.585.194	6.435	157.214	813.642	392.530	63.593.169
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>-1.925.349</b>	<b>-259.393.000</b>	<b>17.699.770</b>	<b>-2.829.157</b>	<b>32.909.385</b>	<b>482.000</b>	<b>-4.601.034</b>	<b>-4.280.983</b>	<b>-1.071.040</b>	<b>5.927.814</b>	<b>4.660.499</b>	<b>-84.972.254</b>	<b>-297.393.349</b>
(-)OUTRAS DESPESAS	7.278	75.426.000	18.394	48.502		1.049.000	149	6.004.722			19.964		82.574.008
(+)OUTRAS RECEITAS	1.187.906	65.253.000	4.699.288	2.547.501		1.323.000	3.559.562	54	16.385	23.619	299.641	12.540.493	91.450.450
(-)PROVISÕES		-48.128.000	5.283.203		-780.963	156.000				1.490.385	1.628.967		-40.350.408
<b>RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO</b>	<b>-744.720</b>	<b>-221.438.000</b>	<b>17.097.462</b>	<b>-330.158</b>	<b>33.690.348</b>	<b>600.000</b>	<b>-1.041.621</b>	<b>-10.285.651</b>	<b>-1.054.654</b>	<b>4.461.048</b>	<b>3.311.209</b>	<b>-72.431.761</b>	<b>-248.166.498</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\* ) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961/99.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIO 2014**

FLUXOS	COMPANHIAS	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATER	ZPE	CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVIDADES OPERACIONAIS		-2.460.264	164.941.000	13.211.348	272.047	70.475.458	-531.000	126.581.727	0	-988.670	4.975.441	3.883.034	-56.132.833	233.156.121	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		-744.720	-221.438.000	17.097.462	-330.158	33.690.348	600.000	-1.041.621		-1.054.654	4.461.048	3.311.209	-72.431.761	-237.880.847	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO S/ AFETAR CX		-753.217	443.118.000	691.899	335.506	8.089.505	71.000	3.408.518		1.402.372	4.061	1.106.627	13.562.696	471.036.968	
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO		-962.327	-56.739.000	-4.578.013	266.698	28.695.605	-1.202.000	124.214.830		-1.336.388	510.332	-534.802	2.736.232		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-3.795.387	-245.336.000	-1.032.231	-69.035	-36.670.317	-1.425.000	-149.749.054		-1.734.581	-3.084	-1.903.292	-109.674.542	-551.392.523	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		20.085.128	66.110.000	-1.941.517		-29.497.139	1.089.000			7.531			160.417.168	216.270.171	
TOTAL DE FLUXO DE CAIXA		13.829.478	-14.285.000	10.237.600	203.011	4.308.002	-867.000	-23.167.327		-2.715.719	4.972.356	1.979.742	-5.390.207	-10.895.064	
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		5.665.312	72.031.000	34.518.402	6.025.728	43.024.414	9.653.000	36.408.655		5.335.434	708.531	2.918.689	9.769.104	226.058.269	
CAIXA NO FIM DO PERÍODO		19.494.789	57.746.000	44.756.002	6.228.739	47.332.416	8.786.000	13.241.328		2.619.714	5.680.887	4.898.431	4.378.898	215.163.205	
<b>SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.829.478</b>	<b>-14.285.000</b>	<b>10.237.600</b>	<b>203.011</b>	<b>4.308.002</b>	<b>-867.000</b>	<b>-23.167.327</b>	<b>-</b>	<b>-2.715.719</b>	<b>4.972.356</b>	<b>1.979.742</b>	<b>-5.390.207</b>	<b>-10.895.064</b>	

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\* ) COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6º (REDAÇÃO DADA PELA LEI N° 11.638 /2007).

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIO 2014**

ELEMENTOS	COMPANHIAS	ADECÉ*	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA*	CEGÁS	CODECÉ*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR*	TOTAL
(R\$ 1,00)														
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>														
RECEITA BRUTA			1.051.814.000	77.090.854		512.258.016					14.140.436	41.304.708		1.696.608.014
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			-550.674.000	-34.615.632		-456.686.975						-14.064.146		-1.056.040.754
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES			65.252.000	4.699.288		8.347.714					157.214	299.641		78.755.857
RETENÇÕES			-401.317.000	-691.899		-5.402.888					-4.061	-1.123.426		-408.539.275
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO</b>		<b>0</b>	<b>165.075.000</b>	<b>46.482.610</b>	<b>0</b>	<b>58.515.867</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.293.589</b>	<b>26.416.777</b>	<b>0</b>	<b>310.783.843</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>														
PESSOAL			235.346.000	12.629.754		7.887.530						20.203.139		283.936.657
GOVERNO			60.144.000	16.737.000		14.785.024						2.882.465		96.497.300
FINANCIADORES			91.023.000	18.394		2.152.965						19.964		93.227.820
ACIONISTAS				3.678.968,51		25.747.473								29.426.442
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS			(221.438.000,00)	13.418.493		7.942.875						3.311.209,13		-192.304.375
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		<b>0</b>	<b>165.075.000</b>	<b>46.482.610</b>	<b>0</b>	<b>58.515.867</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.293.589</b>	<b>26.416.777</b>	<b>0</b>	<b>310.783.843</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\*)COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUIDO PELA LEI Nº 11.638/2007).





**DEMONSTRATIVOS  
CONSOLIDADOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
E  
INDIRETA**





Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
11	RECEITAS CORRENTES	17.866.459.938,12	18.719.923.457,92	18.525.394.819,22	-194.528.638,70
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	9.271.358.022,26	9.739.120.074,20	9.660.240.902,61	-78.879.171,59
1111	IMPOSTOS	8.902.274.915,18	9.303.595.515,18	9.265.442.547,04	-38.152.968,14
1112	TAXAS	369.083.107,08	435.524.559,02	394.798.355,57	-40.726.203,45
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.235.236.907,00	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	-64.140.332,48
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.235.236.907,00	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	-64.140.332,48
113	RECEITA PATRIMONIAL	227.570.418,45	233.531.087,18	417.814.290,30	184.283.203,12
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.933.129,80	5.985.464,58	2.913.478,71	-3.071.985,87
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	214.848.500,65	215.034.306,36	331.209.587,39	116.175.281,03
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	24.000,00	24.000,00	743.891,47	719.891,47
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	2.722.528,24	80.000.000,00	77.277.471,76
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	9.764.788,00	2.947.332,73	-6.817.455,27
116	RECEITA DE SERVIÇOS	74.828.376,82	81.013.507,13	53.399.263,54	-27.614.243,59
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	74.828.376,82	81.013.507,13	53.399.263,54	-27.614.243,59
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.651.607.610,55	6.673.314.557,74	6.394.618.194,02	-278.696.363,72
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.281.840.133,09	6.422.267.149,09	6.248.580.454,89	-173.686.694,20
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	14.660.000,00	6.666.704,58	-7.993.295,42
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	355.007.477,46	236.287.408,65	138.203.664,20	-98.083.744,45
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	405.858.603,04	567.207.324,67	637.725.594,23	70.518.269,56
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	218.498.336,22	218.498.336,22	169.790.414,18	-48.717.922,04
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.999.231,00	200.690.011,23	229.377.008,90	28.686.997,67
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	36.954.933,05	61.878.028,25	53.645.195,88	-8.232.832,37
1199	RECEITAS DIVERSAS	61.406.102,77	86.140.948,97	184.922.975,27	98.782.026,30
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.791.445.786,06	5.250.722.930,57	2.540.214.663,20	-2.710.508.267,37
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	-1.600.488.085,66
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.156.454.358,03	1.654.838.872,34	1.205.362.760,65	-449.476.111,69
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.300.482.676,40	1.579.396.012,40	428.384.038,43	-1.151.011.973,97
122	ALIENAÇÃO DE BENS	18.041,00	212.262,49	5.955.846,12	5.743.583,63
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.041,00	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	3.046.616,12	3.046.616,12
123	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	500,00	500,00
1230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	500,00	500,00
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.331.247.743,63	1.990.130.125,84	831.649.000,97	-1.158.481.124,87
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	71.782.496,00	105.784.302,52	39.288.371,87	-66.495.930,65
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.259.465.247,63	1.884.345.823,32	792.360.629,10	-1.091.985.194,22



		Receitas Orçamentárias		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar	
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada				
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.242.967,00	26.145.657,50	68.862.517,03	42.716.859,53		
1257	RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOUREIRO NACIONAL RESGATADOS	0,00	22.902.690,50	22.902.690,50	0,00		
1259	OUTRAS RECEITAS	3.242.967,00	3.242.967,00	45.959.826,53	42.716.859,53		
<b>Subtotal das Receitas(I):</b>		<b>21.657.905.724,18</b>	<b>23.970.646.388,49</b>	<b>21.065.609.482,42</b>	<b>-2.905.036.906,07</b>		

<b>Refinanciamento(II):</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00		

**Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):** 21.657.905.724,18 23.970.646.388,49 21.065.609.482,42 -2.905.036.906,07

**Déficit (IV):** 0,00 1.364.388.330,01 717.905.671,96

**Total (V=III + IV):** 21.657.905.724,18 25.335.034.718,50 21.783.515.154,38 -3.551.519.564,12

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)  
Superávit Financeiro 851.124.542,38 -1.327.438.602,24  
Reabertura de créditos adicionais 2.178.563.144,62 851.124.542,38

		Despesas Orçamentárias				Saldo da Dotação	
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>16.495.130.723,34</b>	<b>17.885.760.855,53</b>	<b>17.277.833.219,52</b>	<b>17.080.168.459,68</b>	<b>16.968.225.645,14</b>	<b>607.927.636,01</b>
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.998.386.033,76	9.276.211.596,05	9.126.569.849,74	9.124.980.133,66	9.083.907.698,31	149.641.746,31
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.127.610,00	303.763.891,17	297.663.290,94	297.663.290,94	297.663.290,94	6.100.600,23
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.186.617.079,58	8.305.785.368,31	7.853.600.078,84	7.657.525.035,08	7.586.654.655,89	452.185.289,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>5.051.215.478,09</b>	<b>7.383.671.490,69</b>	<b>4.442.404.841,58</b>	<b>4.204.774.057,03</b>	<b>4.186.227.142,15</b>	<b>2.941.266.649,11</b>
44	INVESTIMENTOS	4.476.075.860,09	6.360.347.233,70	3.475.765.085,85	3.243.146.501,30	3.224.599.586,42	2.884.582.147,85
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	147.362.294,00	484.804.514,91	434.100.868,47	429.088.668,47	429.088.668,47	50.703.646,44
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	427.777.324,00	538.519.742,08	532.538.887,26	532.538.887,26	532.538.887,26	5.980.854,82
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>46.661.529,00</b>	<b>2.325.279,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.325.279,00</b>
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46.661.529,00	2.325.279,00	0,00	0,00	0,00	2.325.279,00
<b>Subtotal das Despesas (VI):</b>		<b>21.593.007.730,43</b>	<b>25.271.757.625,22</b>	<b>21.720.238.061,10</b>	<b>21.284.942.516,71</b>	<b>21.154.452.787,29</b>	<b>3.551.519.564,12</b>



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):</b>	<b>64.897.992,00</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>63.277.093,28</b>	<b>0,00</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):</b>	<b>21.657.905.722,43</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>21.348.219.609,99</b>	<b>21.217.729.880,57</b>	<b>3.551.519.564,12</b>
<b>Superávit (IX):</b>	<b>1,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total (X=VIII+IX):</b>	<b>21.657.905.724,18</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>21.348.219.609,99</b>	<b>21.217.729.880,57</b>	<b>3.551.519.564,12</b>



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>21.065.609.482,42</b>	<b>18.903.261.676,49</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>18.395.140.660,60</b>
ORDINÁRIA	14.492.343.385,52	13.378.470.345,68	ORDINÁRIA	15.123.678.857,95	13.487.853.016,88
VINCULADA	6.573.266.096,90	5.524.791.330,81	VINCULADA	6.659.836.296,43	4.907.287.643,72
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.410.616.227,89	1.251.627.113,75	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.380.338.435,93	1.187.492.988,92
FECOP	423.447.956,56	359.184.718,24	FECOP	551.301.840,43	405.457.151,23
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	79.643.458,44	67.263.009,01	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	105.388.320,76	84.039.236,41
ALIENAÇÃO DE BENS	2.909.230,00	22.325,38	ALIENAÇÃO DE BENS	113.260,91	47.817,62
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	15.848.372,21	17.745.347,95	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	7.802.942,07	9.252.307,64
FUNDEB	1.330.283.208,29	1.199.824.369,07	FUNDEB	1.294.061.204,75	1.199.922.966,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.675.596.405,46	811.146.076,44
CONVÊNIOS	1.014.890.258,09	930.646.760,97	CONVÊNIOS	1.024.302.860,41	585.525.143,94
SUS	518.088.716,90	464.002.663,72	SUS	547.236.874,47	529.446.940,46
OUTROS RECURSOS	143.791.869,44	43.949.793,83	OUTROS RECURSOS	73.694.151,24	94.957.014,34
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>18.692.732.556,77</b>	<b>15.709.243.290,79</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>18.692.808.730,17</b>	<b>15.709.243.290,79</b>
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.767.257.134,33	15.133.164.041,89	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.768.624.943,84	15.133.164.041,89
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	610.296.770,91	370.381.229,13	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	610.296.398,77	370.381.229,13
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	50.551.649,78	51.094.931,62	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	50.551.649,78	51.094.931,62
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	264.627.001,75	154.603.088,15	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	263.335.737,78	154.603.088,15
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>8.530.656.853,48</b>	<b>7.820.155.114,99</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>8.466.735.141,70</b>	<b>7.652.579.079,93</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	109.508.661,76	162.096.460,54	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	153.125.577,04	189.854.580,81
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	435.295.544,39	625.440.160,67	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	535.221.588,60	437.793.217,48
VALORES RESTITUÍVEIS	7.985.852.647,33	7.032.618.493,78	VALORES RESTITUÍVEIS	7.778.387.976,06	7.024.931.281,64
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.677.231.962,01	2.293.261.842,75	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.656.250.894,35	2.256.378.757,98
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	246.248,02	21.777.920,28	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.663.705,47	58.038.138,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.308.374.437,30	4.717.578.730,75	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.086.473.376,24	4.710.514.385,66
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>	<b>3.375.618.373,69</b>	<b>2.699.921.322,74</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>2.721.558.240,11</b>	<b>3.375.618.373,69</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.721.357.543,34	3.375.618.373,69
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	200.696,77	0,00
<b>TOTAL (V)</b>	<b>51.664.617.266,36</b>	<b>45.132.581.405,01</b>	<b>TOTAL (X)</b>	<b>51.664.617.266,36</b>	<b>45.132.581.405,01</b>





	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>19.421.191.599,88</b>	<b>17.083.486.456,06</b>		
DEMAIS RESERVAS	0,00	527.135,79		
OUTRAS RESERVAS	0,00	527.135,79		
RESERVAS MATEMÁTICAS DO SEGURO SOCIAL	0,00	527.135,79		
RESULTADOS ACUMULADOS	19.421.191.599,88	17.082.959.320,27		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	19.375.070.039,38	17.048.182.852,42		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.662.683.252,41	2.572.193.871,14		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.414.300.806,10	13.842.106.934,96		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	298.085.980,87	633.882.046,32		
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	46.121.560,50	34.776.467,85		
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	12.088.390,62	13.424.568,96		
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.881.328,58	20.456.759,62		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	151.841,30	895.139,27		

**Total do Ativo:**

28.609.507.578,28 24.597.238.876,95

**(1) Ativo Financeiro:**

2.721.558.240,11 3.375.618.373,69

**(2) Ativo Permanente:**

25.887.949.338,17 21.221.620.503,26

**Saldo Patrimonial:**

**18.910.892.598,65 16.354.547.720,46**

**Total do Passivo:**

28.609.507.578,28 24.597.238.876,95

**(3) Passivo Financeiro:**

1.132.133.275,71 1.197.055.229,07

**(4) Passivo Permanente:**

8.566.481.703,92 7.045.635.927,42

**Compensações**

Especificação	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	872.334.350,03	853.886.876,38	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	3.005.167.201,47	1.603.707.245,58	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	450.000,00
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.703.138,01	4.062.082,18	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	270.719.441,08
<b>Total</b>	<b>3.897.204.689,51</b>	<b>2.461.656.204,14</b>	<b>Total</b>	<b>336.072.677,21</b>
				<b>505.124.599,08</b>



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Aumentativas</b>	<b>41.501.258.320,97</b>	<b>36.002.725.664,76</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>11.505.454.418,28</b>	<b>10.176.807.187,05</b>
4.1.1 IMPOSTOS	11.110.109.319,89	9.817.370.857,02
4.1.2 TAXAS	395.345.098,39	359.436.330,03
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.361.596.574,52</b>	<b>1.209.819.337,60</b>
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.361.596.574,52	1.209.819.337,60
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>175.943.698,90</b>	<b>318.580.845,50</b>
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.519.842,32	1.225.333,74
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	174.423.856,58	317.355.511,76
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>755.154.024,10</b>	<b>731.625.198,04</b>
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	66.979.092,26	117.374.839,20
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	361.614.235,82	317.124.303,43
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	318.731.881,57	293.328.327,74
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	7.828.814,45	3.797.727,67
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>25.918.999.751,76</b>	<b>22.282.044.689,44</b>
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.692.732.556,77	15.709.243.290,79
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.899.728.467,24	5.373.325.674,19
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.752.766,84	10.222.039,17
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.316.397.776,73	1.188.497.121,72
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	220.813,83	0,00
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.167.370,35	756.563,57
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.784.109.853,41</b>	<b>1.283.848.407,13</b>
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	517.559.955,74	462.261.862,12
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.266.549.897,67	821.586.545,01

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>38.826.486.677,94</b>	<b>33.417.107.224,66</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>6.701.043.887,24</b>	<b>6.081.473.567,26</b>
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.563.232.185,96	5.050.786.656,68
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	970.446.839,69	898.103.775,12
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	134.306.437,76	111.371.739,76
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	33.058.423,83	21.211.395,70
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.430.748.376,46</b>	<b>2.204.347.967,61</b>
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.783.441.223,45	1.613.568.741,36
3.2.2 PENSÕES	643.731.627,42	585.692.352,40
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>38.826.486.677,94</b>	<b>33.417.107.224,66</b>
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.575.525,59	5.086.873,85
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>2.887.948.872,05</b>	<b>2.746.098.684,00</b>
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	370.687.231,62	512.393.538,52
3.3.2 SERVIÇOS	2.517.170.215,23	2.232.763.970,25
3.3.3 DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
3.3.8 CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	91.425,20	941.175,23
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.135.605.765,64</b>	<b>1.108.631.925,73</b>
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	297.663.290,94	246.480.195,80
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	339.349,97	4.329.967,33
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	788.270.366,34	710.347.889,67
3.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	49.332.758,39	147.473.872,93
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>	<b>22.843.531.466,39</b>	<b>19.150.990.019,23</b>
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.692.808.730,17	15.709.243.290,79
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.114.658.311,61	2.630.458.969,47
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	928.438.702,80	726.690.414,49
3.5.4 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	106.895.721,81	83.592.757,02
3.5.6 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	730.000,00	1.004.587,46
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS</b>	<b>1.467.031.662,22</b>	<b>1.267.525.430,98</b>
3.6.1 REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.467.031.662,22	1.267.525.430,98
3.6.2 PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3 PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>192.182.129,48</b>	<b>173.282.845,56</b>
3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.921.154,02	2.886.810,99
3.7.2 CONTRIBUIÇÕES	187.260.975,46	170.396.034,57
3.7.8 CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.168.394.518,46</b>	<b>684.756.784,29</b>
3.9.1 PREMIAÇÕES	20.218.642,62	27.177.169,91
3.9.2 RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	5.007,27	312,10
3.9.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4 INCENTIVOS	38.403.926,76	31.916.354,16
3.9.5 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	132.130.369,56	25.873.710,04
3.9.6 PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8 CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	977.636.572,25	599.789.238,08
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:</b>	<b>2.674.771.643,03</b>	<b>2.585.618.440,10</b>



Variações Patrimoniais Qualitativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Qualitativas</b>	<b>5.981.861.306,00</b>	<b>4.370.906.368,80</b>
<b>INCORPORAÇÃO DO ATIVO</b>	<b>3.655.856.218,20</b>	<b>2.520.215.021,60</b>
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12	112.375,22	47.817,62
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES	474.489.065,18	362.812.710,31
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	63.102.062,65	89.745.416,72
OBRAS EM ANDAMENTO	1.791.055.166,78	927.061.357,29
AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS	230.161.532,77	359.217.006,21
OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO	837.070.369,56	703.356.950,22
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	259.865.646,04	77.973.763,23
<b>DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO</b>	<b>595.815.980,54</b>	<b>527.673.309,92</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	595.815.980,54	527.673.309,92
<b>INCORPORAÇÃO DO PASSIVO</b>	<b>1.633.746.799,08</b>	<b>1.190.525.228,89</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89
<b>DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO</b>	<b>96.442.308,18</b>	<b>132.492.808,39</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	5.955.846,12	1.791.919,93
RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA	62.346.940,33	102.565.452,58
RECEBIMENTO DE MULTA E JUROS	14.612.079,38	16.543.010,44
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.527.442,35	11.592.425,44



Ingressos	Dispendios
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
<b>TOTAL</b>	<b>SUPERÁVIT</b>
	<b>TOTAL</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
<b>DÉFICIT</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
<b>DÉFICIT</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				17.277.833.219,52
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			9.126.569.849,74	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		8.305.461.413,53		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.783.380.011,78			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	633.172.060,48			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	354.658.362,35			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.316.661,57			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.358.245,51			
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.261.107.399,99			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	900.222.722,70			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	103.095.451,03			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	64.968.220,15			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	2.677,80			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	69.643.694,36			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	98.480.670,91			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.214.925,03			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	28.840.309,87			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		821.108.436,21		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	819.439.972,20			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	950.706,74			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	717.757,27			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			297.663.290,94	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		297.663.290,94		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	283.326.916,90			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	14.336.374,04			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			7.853.600.078,84	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			2.631.456.836,38	



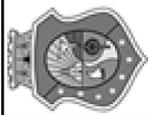
Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33404100	CONTRIBUIÇÕES	56.888.674,72			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.574.568.161,66			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		249.591.266,99		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	249.591.266,99			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		872.296.538,00		
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	669.141.409,61			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	191.394.207,14			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	10.352.930,94			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.407.990,31			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		12.315.021,69		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.617.776,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	8.697.245,69			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		104.755.042,04		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	104.755.042,04			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		730.000,00		
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	730.000,00			
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
33809200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		3.854.307.018,73		
33900300	PENSÕES	10.559.566,94			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.262.868,14			
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	24.514.656,87			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.946.338,01			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	32.485.598,53			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.128.726,40			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	397.432.112,69			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.214.971,07			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	261.034.407,21			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	24.872.609,00			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	381.792.505,90			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17.588.762,82			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	227.382.162,87			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	667.603.491,43			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.137.747.457,02			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.795.739,30			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	131.008.490,77			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	190.787.239,88			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	6.947.317,56			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	929.960,81			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.285.640,02			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.131.454,38			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	227.854.941,11			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		128.148.355,01		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.242,23			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.284.815,38			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	111.393.233,89			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.536.936,67			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	590.185,12			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.341.941,72			
4	DESPESA DE CAPITAL				4.505.681.934,86
44	INVESTIMENTOS			3.475.765.085,85	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			0,00	
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			0,00	
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				225.278.082,38
44404100	CONTRIBUIÇÕES	12.230.912,94			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44404200	AUXÍLIOS	209.967.947,11			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.079.222,33			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		0,00		
44414200	AUXÍLIOS	0,00			
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS		0,00		
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		50.643.274,64		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.482.416,92			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	3.372.967,59			
44504200	AUXÍLIOS	44.787.890,13			
44504700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		3.198.338.615,10		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44901400	DIÁRIA-CIVIL	32.562,39			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	21.546,11			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	13.663.636,99			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	38.256,18			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	38.316.474,19			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	291.540,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	248.067.140,74			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	116.990.500,57			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	140.680,26			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.875.525.113,89			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	582.105.024,08			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	65.814.805,90			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	63.085.916,12			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	99.389.287,09			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	94.856.130,59			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		1.505.113,73		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.504.484,84			
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	628,89			
4493	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00			
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00			
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			434.100.868,47	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		434.100.868,47		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	2.164.105,78			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	172.071.116,65			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	259.865.646,04			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			595.815.980,54	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		595.815.980,54		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	595.815.980,54			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			

**Total Geral:**

**21.783.515.154,38**



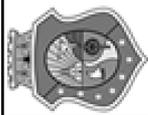
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES	17.890.651.799,86	17.546.544.948,46	0,00	344.106.851,40
11-RECEITA TRIBUTÁRIA	9.735.892.239,13	9.659.462.061,17	0,00	76.430.177,96
111-IMPOSTOS	9.303.595.515,18	9.265.442.547,04	0,00	38.152.968,14
1112-IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	1.290.033.127,70	1.297.265.025,20	7.231.897,50	0,00
111204-IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	714.999.711,00	732.949.430,28	17.949.719,28	0,00
11120431-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	713.735.143,58	708.298.596,15	0,00	5.436.547,43
11120431-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	0,00	-643.751,75	0,00	-643.751,75
11120434-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	1.264.567,42	25.330.964,76	24.066.397,34	0,00
11120434-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	0,00	-36.378,88	0,00	-36.378,88
111205-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	531.660.512,70	518.380.971,10	0,00	13.279.541,60
11120500-DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPVA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-59.073.390,30	-57.347.357,36	-1.726.032,94	0,00
11120551-IPVA PRINCIPAL	587.491.664,98	575.958.102,34	0,00	11.533.562,64
11120551-RESTITUIÇÕES DE IPVA PRINCIPAL	0,00	-229.773,88	0,00	-229.773,88
11120552-IPVA AUTO DE INFRAÇÃO	1.621.119,01	0,00	0,00	1.621.119,01
11120553-IPVA PARCELAMENTO	1.621.119,01	0,00	0,00	1.621.119,01
111207-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	43.372.904,00	45.934.623,82	2.561.719,82	0,00
11120700-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITCD PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-10.843.226,00	-10.330.631,23	-512.594,77	0,00
11120751-ITCD PRINCIPAL	51.884.077,68	56.413.035,34	4.528.957,66	0,00
11120751-RESTITUIÇÃO DE ITCD PRINCIPAL	0,00	-147.780,29	0,00	-147.780,29
11120752-ITCD AUTO DE INFRAÇÃO	1.430,70	0,00	0,00	1.430,70
11120753-ITCD PARCELAMENTO	2.330.621,62	0,00	0,00	2.330.621,62
1113-IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	8.013.562.387,48	7.968.177.521,84	0,00	45.384.865,64
111302-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	8.013.562.387,48	7.968.177.521,84	0,00	45.384.865,64
11130201-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ICMS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.342.476.032,96	-1.351.140.729,83	0,00	-8.664.696,87
11130202-ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	406.198.199,00	379.977.022,30	0,00	26.221.176,70
11130251-ICMS COMBUSTÍVEL	2.671.727.316,19	1.938.413.351,85	0,00	733.313.964,34
11130252-ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	2.109.891.361,90	1.951.745.132,31	0,00	158.146.229,59
11130252-RESTITUIÇÕES DE ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	-9.349.716,17	0,00	-9.349.716,17
11130253-ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	1.341.933.552,86	1.491.231.007,15	149.297.454,29	0,00
11130253-RESTITUIÇÃO DE ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	0,00	-22.060.508,12	0,00	-22.060.508,12
11130254-ICMS COMUNICAÇÃO	738.688.404,35	717.129.152,81	0,00	21.559.251,54
11130255-ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	23.849.810,88	28.740.543,76	4.890.732,88	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11130255-RESTITUIÇÕES DE ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	-9.057,07	0,00	-9.057,07
11130256-ICMS ENERGIA ELÉTRICA	642.537.262,57	726.090.480,62	83.553.218,05	0,00
11130257-ICMS INDÚSTRIA	1.085.335.432,30	1.862.852.613,00	777.517.180,70	0,00
11130257-RESTITUIÇÕES DE ICMS INDÚSTRIA	0,00	-198.826,27	0,00	-198.826,27
11130258-ICMS OUTROS SERVIÇOS	6.598.322,76	7.464.036,71	865.713,95	0,00
11130258-RESTITUIÇÕES DE ICMS OUTROS SERVIÇOS	0,00	-5.171,20	0,00	-5.171,20
11130259-ICMS PESSOA FÍSICA	8.743.126,40	8.354.073,73	0,00	389.052,67
11130259-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA FÍSICA	0,00	-7.478,27	0,00	-7.478,27
11130261-ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	69.690.496,29	35.673.187,00	0,00	34.017.309,29
11130261-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	0,00	-1.888,33	0,00	-1.888,33
11130262-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA TRANSPORTE DE CARGA	0,00	-22.114,64	0,00	-22.114,64
11130263-ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	2.968.770,76	4.981.071,07	2.012.300,31	0,00
11130263-RESTITUIÇÕES DE ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	0,00	-1.206,67	0,00	-1.206,67
11130264-ICMS PRODUTOR RURAL	2.968.770,76	0,00	0,00	2.968.770,76
11130265-ICMS TRANSPORTE	122.217.519,12	135.853.056,62	13.635.537,50	0,00
11130265-RESTITUIÇÕES DE ICMS TRANSPORTE	0,00	-5.932,49	0,00	-5.932,49
11130266-ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	1.423.440,82	842.544,15	0,00	580.896,67
11130267-ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	121.266.633,48	61.633.815,05	0,00	59.632.818,43
11130267-RESTITUIÇÕES DE ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	0,00	-937,23	0,00	-937,23
112-TAXAS	432.296.723,95	394.019.514,13	0,00	38.277.209,82
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	56.406.790,10	36.534.655,44	0,00	19.872.134,66
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	1.221,51	1.221,51	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	1.221,51	1.221,51	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	39.655.368,02	16.796.829,73	0,00	22.858.538,29
11212151-TAXA AMBIENTAIS	16.490.606,02	10.991.066,66	0,00	5.499.539,36
11212151-RESTITUIÇÃO DE TAXA AMBIENTAIS	0,00	-56.149,23	0,00	-56.149,23
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	23.164.762,00	5.426.843,69	0,00	17.737.918,31
11212153-TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	435.068,61	435.068,61	0,00
112130-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	1,05	1,05	0,00
11213000-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	1,05	1,05	0,00
112131-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.574.957,55	6.704.037,85	129.080,30	0,00
11213100-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.574.957,55	6.704.037,85	129.080,30	0,00
112132-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	1.063.003,81	1.063.003,81	0,00
11213200-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	1.063.003,81	1.063.003,81	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112137-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	373.870,07	417.981,57	44.111,50	0,00
11213700-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	373.870,07	417.981,57	44.111,50	0,00
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	9.802.594,46	11.551.579,92	1.748.985,46	0,00
11219953-TAXA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - POLÍCIA CIVIL	0,00	168.864,66	168.864,66	0,00
11219954-TAXA DE VISTORIA	4.500,00	42.869,10	38.369,10	0,00
11219956-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	6.778.165,21	6.307.759,63	0,00	470.405,58
11219956-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	-750.675,51	0,00	-750.675,51
11219957-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	2.801.243,25	5.782.762,04	2.981.518,79	0,00
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	218.686,00	0,00	0,00	218.686,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	375.889.933,85	357.484.858,69	0,00	18.405.075,16
112208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	64.038.347,46	63.724.619,35	0,00	313.728,11
11220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	64.038.347,46	64.684.652,88	646.305,42	0,00
11220800-RESTITUIÇÃO DE EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0,00	-960.033,53	0,00	-960.033,53
112212-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	19.605.133,91	0,00	0,00	19.605.133,91
11221200-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	19.605.133,91	0,00	0,00	19.605.133,91
112221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	441.804,00	166.567,82	0,00	275.236,18
11222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	441.804,00	166.567,82	0,00	275.236,18
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	25.864.399,00	27.319.594,75	1.455.195,75	0,00
11222951-VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	25.864.399,00	27.247.491,34	1.383.092,34	0,00
11222951-RESTITUIÇÃO DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE.	0,00	-6.576,42	0,00	-6.576,42
11222952-EMOLUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS	0,00	78.679,83	78.679,83	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	265.940.249,48	266.274.076,77	333.827,29	0,00
11229951-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	3.079.372,00	780.590,43	0,00	2.298.781,57
11229952-TAXA DE SAÚDE	173.846,00	165.486,11	0,00	8.359,89
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	8.795.725,80	4.783.544,08	0,00	4.012.181,72
11229953-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	-150,00	0,00	-150,00
11229955-TAXA DA LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ	8.242.334,68	4.000.000,00	0,00	4.242.334,68
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS	6.895.876,00	0,00	0,00	6.895.876,00
11229958-TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.623.545,00	1.751.794,64	128.249,64	0,00
11229960-TAXA ANUAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	7.892,00	22.574,86	14.682,86	0,00
11229962-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS	375.198,00	0,00	0,00	375.198,00
11229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	232.491.558,91	241.539.665,17	9.048.106,26	0,00
11229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	0,00	-260.032,72	0,00	-260.032,72



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11229967-TAXA PELA EMISSÃO DE DOCUMENTOS	85.000,00	10.952,50	0,00	74.047,50
11229970-CONTRIBUIÇÃO DO FERMOJU - CORRENTE	0,00	97.225,59	97.225,59	0,00
11229971-EDITORIAL E GRÁFICA	0,00	8.582.043,40	8.582.043,40	0,00
11229973-TAXA DE TRANSPORTE ANIMAL E VEGETAL	0,00	16,04	16,04	0,00
11229974-TAXA DE SERVIÇOS HEMOTERÁPICOS	0,00	1,25	1,25	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.169.901,09	4.810.770,69	640.869,60	0,00
11229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	-10.405,27	0,00	-10.405,27
12-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	616.758.739,00	513.125.323,54	0,00	103.633.415,46
121-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	616.758.739,00	513.125.323,54	0,00	103.633.415,46
1210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	616.758.739,00	513.125.323,54	0,00	103.633.415,46
121029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	613.960.983,00	510.276.735,36	0,00	103.684.247,64
12102907-CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	450.339.096,00	345.877.584,35	0,00	104.461.511,65
12102907-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-632.038,06	0,00	-632.038,06
12102908-CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	85.442.935,00	84.547.950,08	0,00	894.984,92
12102908-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	0,00	-6.256.478,48	0,00	-6.256.478,48
12102909-CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	47.117.132,00	51.763.494,98	4.646.362,98	0,00
12102910-CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	7.516.356,00	8.434.765,52	918.409,52	0,00
12102911-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	22.186.554,00	20.742.426,77	0,00	1.444.127,23
12102912-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR	1.358.910,00	5.799.030,20	4.440.120,20	0,00
121099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.797.756,00	2.848.588,18	50.832,18	0,00
12109952-CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS	2.579.453,00	2.671.129,38	91.676,38	0,00
12109953-CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS DO FPP	0,00	14.825,60	14.825,60	0,00
12109954-CONTRIBUIÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	218.303,00	162.633,20	0,00	55.669,80
13-RECEITA PATRIMONIAL	233.531.087,18	417.812.290,30	184.281.203,12	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.985.464,58	2.911.478,71	0,00	3.073.985,87
1311-ALUGUÉIS	953.609,78	882.356,62	0,00	71.253,16
131100-ALUGUÉIS	953.609,78	882.356,62	0,00	71.253,16
13110000-ALUGUÉIS	953.609,78	901.583,86	0,00	52.025,92
13110000-RESTITUIÇÃO DE ALUGUÉIS	0,00	-19.227,24	0,00	-19.227,24
1312-ARRENDAMENTOS	949,00	8.187,51	7.238,51	0,00
131200-ARRENDAMENTOS	949,00	8.187,51	7.238,51	0,00
13120000-ARRENDAMENTOS	949,00	8.187,51	7.238,51	0,00
1313-FOROS	100.000,00	517,86	0,00	99.482,14



Orçamento	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1313000-FOROS	517,86	0,00	99.482,14
13130000-FOROS	517,86	0,00	99.482,14
1314-LAUDÊMIOS	34.599,63	0,00	77.400,37
131400-LAUDÊMIOS	34.599,63	0,00	77.400,37
13140000-LAUDÊMIOS	34.599,63	0,00	77.400,37
1319-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.985.817,09	0,00	2.833.088,71
131951-TAXA DE VISTORIA	1.246.175,88	0,00	3.126.929,92
13195100-TAXA DE VISTORIA	1.246.175,88	0,00	3.126.929,92
131952-TAXA DE ANUÊNCIA	615.064,65	244.064,65	0,00
13195200-TAXA DE ANUÊNCIA	615.064,65	244.064,65	0,00
131999-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	124.576,56	49.776,56	0,00
13199900-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	124.576,56	49.776,56	0,00
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	331.209.587,39	116.175.281,03	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	192.091.055,97	51.841.588,61	0,00
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	192.091.055,97	51.841.588,61	0,00
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	192.091.055,97	51.841.588,61	0,00
132100000-RESTITUIÇÃO DE JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	205.669.432,31	65.419.964,95	0,00
1322-DIVIDENDOS	-13.578.376,34	0,00	-13.578.376,34
132200-DIVIDENDOS	4.648.891,37	0,00	3.189.512,01
13220000-DIVIDENDOS	4.648.891,37	0,00	3.189.512,01
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	61.858.852,62	64.781.972,98	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	61.858.852,62	64.609.751,79	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB OBS: FONTE 50.	10.000.000,00	1.911.479,20	0,00
13250103-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE SAÚDE	0,00	14.897.173,36	0,00
13250109-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	0,00	266.474,10	0,00
13250110-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	260.000,00	223.060,35	36.939,65
13250151-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS DO RPPS. FONTE 03	2.756.927,00	8.645.693,65	0,00
13250152-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS FECOP. FONTE 10	24.517.000,00	27.327.210,05	0,00
13250153-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 14.415/09. FONTE 15	0,00	1.640.171,57	0,00
13250154-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	16.189.581,69	33.894.141,36	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13250154-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	0,00	-293.876,50	0,00	-293.876,50
13250155-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	3.109.777,91	12.425.689,99	9.315.912,08	0,00
13250155-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	0,00	-13.149,04	0,00	-13.149,04
13250156-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. DIRETA - FONTE 86	0,00	19.612,95	19.612,95	0,00
13250156-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. DIRETA - FONTE 86	0,00	-4.822,34	0,00	-4.822,34
13250157-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. INDIRETA - FONTE 87	1.500,00	2.956,33	1.456,33	0,00
13250158-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. DIRETA - FONTE 88	12.000,00	623,44	0,00	11.376,56
13250159-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. INDIRETA - FONTE 89	2.837,66	334.282,70	331.445,04	0,00
13250160-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM. DIRETA - FONTE 80	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00
13250161-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM. INDIRETA - FONTE 81	1.123,36	544,99	0,00	578,37
13250162-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE DEFESA CIVIL - FT 79	0,00	1.763.063,09	1.763.063,09	0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS - FT 16	0,00	3.867.460,54	3.867.460,54	0,00
13250166-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SALÁRIO EDUCAÇÃO - FT 07	0,00	3.423.972,66	3.423.972,66	0,00
13250167-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SELOS DE AUTENTICIDADE - FT 29	0,00	971.405,77	971.405,77	0,00
13250168-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	1.393.551,04	1.393.551,04	0,00
13250169-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FDI - FT 76	0,00	3.771.885,15	3.771.885,15	0,00
13250199-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	4.966.105,00	0,00	0,00	4.966.105,00
132502-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	172.221,19	172.221,19	0,00
13250201-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA	0,00	172.221,19	172.221,19	0,00
1329-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.087.583,00	7.828.814,45	2.741.231,45	0,00
132900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	7.828.814,45	7.828.814,45	0,00
13290000-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	7.828.814,45	7.828.814,45	0,00
132999-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.087.583,00	0,00	0,00	5.087.583,00
13299900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.087.583,00	0,00	0,00	5.087.583,00
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	24.000,00	743.891,47	719.891,47	0,00
1331-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS	24.000,00	687.062,01	663.062,01	0,00
133101-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE TRANSPORTE	24.000,00	687.062,01	663.062,01	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13310105-RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPAL	24.000,00	687.062,01	663.062,01	0,00
1333-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	56.829,46	56.829,46	0,00
133399-OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	56.829,46	56.829,46	0,00
13339951-CONCESSÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	56.829,46	56.829,46	0,00
136-RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	2.722.528,24	80.000.000,00	77.277.471,76	0,00
1361-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	2.722.528,24	80.000.000,00	77.277.471,76	0,00
136101-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	1.761.000,00	0,00	0,00	1.761.000,00
13610100-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	1.761.000,00	0,00	0,00	1.761.000,00
136151-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES	961.528,24	75.000.000,00	74.038.471,76	0,00
13615100-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES	961.528,24	75.000.000,00	74.038.471,76	0,00
136152-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
13615200-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
139-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	2.947.332,73	0,00	6.817.455,27
1390-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	2.947.332,73	0,00	6.817.455,27
139051-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	0,00	2.947.332,73	2.947.332,73	0,00
13905100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	0,00	2.947.332,73	2.947.332,73	0,00
139099-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	0,00	0,00	9.764.788,00
13909900-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	9.764.788,00	0,00	0,00	9.764.788,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS	72.649.046,14	43.279.666,50	0,00	29.369.379,64
160-RECEITA DE SERVIÇOS	72.649.046,14	43.279.666,50	0,00	29.369.379,64
1600-RECEITA DE SERVIÇOS	72.649.046,14	43.279.666,50	0,00	29.369.379,64
160001-SERVIÇOS COMERCIAIS	2.036.682,00	1.479.214,33	0,00	557.467,67
16000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	2.036.682,00	1.479.214,33	0,00	557.467,67
160002-SERVIÇOS FINANCEIROS	10.197.774,00	0,00	0,00	10.197.774,00
16000299-OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	10.197.774,00	0,00	0,00	10.197.774,00
160004-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	413.848,35	454.541,60	40.693,25	0,00
16000403-OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	413.848,35	454.541,60	40.693,25	0,00
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE	200.000,00	141.149,65	0,00	58.850,35
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	200.000,00	141.149,65	0,00	58.850,35
160008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.200.000,00	2.462.013,49	1.262.013,49	0,00
16000851-CO-LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	1,57	1,57	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	1.200.000,00	2.462.011,92	1.262.011,92	0,00
160012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
16001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	125.000,00	71.789,67	0,00	53.210,33
16001301-SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
16001302-SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS	0,00	3.890,80	3.890,80	0,00
16001304-SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS	0,00	6,00	6,00	0,00
16001399-OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	25.000,00	67.892,87	42.892,87	0,00
160015-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	36.560,79	16.081,84	0,00	20.478,95
16001500-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	36.560,79	16.081,84	0,00	20.478,95
160016-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
16001600-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
160019-SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	8.067.781,00	10.591.046,08	2.523.265,08	0,00
16001951-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE CONVENÇÕES	2.420.334,30	510.313,77	0,00	1.910.020,53
16001952-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE TURISMO	403.389,05	941.390,43	538.001,38	0,00
16001954-EQUIPAM. TURÍSTICOS - TELEFÉRICO DE UBAJARA	0,00	282.637,28	282.637,28	0,00
16001956-EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS - CENTRO DE EVENTOS	5.244.057,65	8.856.704,60	3.612.646,95	0,00
160020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	1.539.500,00	1.745.485,88	205.985,88	0,00
16002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.539.500,00	1.745.485,88	205.985,88	0,00
160021-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0,00	379.046,00	379.046,00	0,00
16002100-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0,00	379.046,00	379.046,00	0,00
160022-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	6.822,43	6.822,43	0,00
16002200-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	6.822,43	6.822,43	0,00
160024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	7.760.000,00	7.374.147,09	0,00	385.852,91
16002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	7.760.000,00	7.379.189,09	0,00	380.810,91
16002400-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0,00	-5.042,00	0,00	-5.042,00
160039-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	75.000,00	49.985,90	0,00	25.014,10
16003900-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	75.000,00	49.985,90	0,00	25.014,10
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	52.837,72	52.837,72	0,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	52.837,72	52.837,72	0,00
160099-OUTROS SERVIÇOS	40.386.900,00	18.455.504,82	0,00	21.931.395,18
16009951-SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	2.150.000,00	1.663.684,95	0,00	486.315,05
16009951-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	-75.515,26	0,00	-75.515,26



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais		Para Menos	
16009953-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES	175.000,00	249.131,55	74.131,55			0,00
16009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	7.425.000,00	0,00	0,00			7.425.000,00
16009955-VENDA DE PRODUTOS CONSIGNÁVEIS	10.000,00	38.756,87	28.756,87			0,00
16009957-SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	0,00	7.537,82	7.537,82			0,00
16009958-SERVIÇOS DE CADASTRO EM GERAL	0,00	44.574,06	44.574,06			0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS	30.626.900,00	16.527.334,83	0,00			14.099.565,17
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.673.314.557,74	6.394.618.194,02	0,00			278.696.363,72
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.422.267.149,09	6.248.580.454,89	0,00			173.686.694,20
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.082.899.175,09	4.884.301.551,34	0,00			198.597.623,75
172101-PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.318.795.172,65	4.296.650.411,77	0,00			22.144.760,88
17210101-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	5.339.512.274,00	5.327.154.148,96	0,00			12.358.125,04
17210101-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - FPE	-1.067.902.454,80	-1.065.430.829,49	-2.471.625,31			0,00
17210112-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.749.897,00	30.733.303,06	0,00			14.016.593,94
17210112-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	-6.712.484,55	-4.609.995,31	-2.102.489,24			0,00
17210113-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.807.100,00	4.226.597,08	1.419.497,08			0,00
17210132-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	41,00	293,72	252,72			0,00
17210151-FEX - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA FOMENTO EXPORTAÇÕES	6.340.800,00	4.576.893,75	0,00			1.763.906,25
172122-TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	40.334.369,00	40.589.564,66	255.195,66			0,00
17212220-COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	872.155,00	1.271.680,10	399.525,10			0,00
17212230-COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº 7.990/89	21.059.274,00	10.498.113,83	0,00			10.561.160,17
17212240-COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI Nº 9.478/97, ARTIGO 49, I E II	0,00	6.937.412,44	6.937.412,44			0,00
17212270-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	18.402.940,00	21.882.358,29	3.479.418,29			0,00
172133-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	559.070.661,00	416.014.861,04	0,00			143.055.799,96
17213331-ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.726.427,00	0,00	0,00			7.726.427,00
17213336-ATENÇÃO BÁSICA - INCENTIVO ATENÇÃO À SAÚDE - SISTEMA PENITENCIÁRIO	618.800,00	515.970,00	0,00			102.830,00
17213341-MAC TF - TETO FINANCEIRO	458.648.895,00	316.135.898,65	0,00			142.512.996,35
17213342-MAC TF - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	5.300.000,00	9.852.975,00	4.552.975,00			0,00
17213343-MAC TF - CEO - CENTRO ESPEC. ODONTOLÓGICA	3.500.000,00	6.191.900,00	2.691.900,00			0,00
17213345-MAC TF - CEREST - CENTRO DE REF. EM SAÚDE DO TRABALHADOR	760.000,00	320.000,00	0,00			440.000,00
17213349-MAC TF - OUTROS PROGRAMAS FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO	0,00	613.233,14	613.233,14			0,00
17213358-MAC FAEC - TRANSPLANTES - OUTROS	612.000,00	291.899,62	0,00			320.100,38



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17213359-MAC FAEC - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO	6.629.300,00	2.004.691,68	0,00	4.624.608,32
17213361-V SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	13.466.869,00	0,00	0,00	13.466.869,00
17213362-V SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	20.592.474,00	2.503.906,73	0,00	18.088.567,27
17213363-V SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	8.000.000,00	21.380.705,85	13.380.705,85	0,00
17213371-A FARM - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	15.000.000,00	30.340.424,12	15.340.424,12	0,00
17213373-A FARM - COMPONENTE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL	12.000.000,00	21.754.687,81	9.754.687,81	0,00
17213381-G SUS - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS	6.215.896,00	0,00	0,00	6.215.896,00
17213389-G SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	0,00	4.108.568,44	4.108.568,44	0,00
172134-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.223.055,73	1.969.323,66	0,00	2.253.732,07
17213400-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.223.055,73	1.969.323,66	0,00	2.253.732,07
172135-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	109.903.668,00	85.010.823,42	0,00	24.892.844,58
17213501-TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	71.925.000,00	50.990.623,18	0,00	20.934.376,82
17213502-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	1.770,00	1.770,00	0,00
17213503-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	28.244.366,40	28.244.366,40	0,00
17213504-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	0,00	774.063,84	774.063,84	0,00
17213599-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	37.978.668,00	5.000.000,00	0,00	32.978.668,00
172136-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	24.187.437,65	19.057.077,12	0,00	5.130.360,53
17213600-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	28.455.809,00	23.821.346,28	0,00	4.634.462,72
17213600-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - L.C. 87/96	-4.268.371,35	-4.764.269,16	0,00	-495.897,81
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	26.384.811,06	25.009.489,67	0,00	1.375.321,39
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	24.272.739,86	19.643.666,18	0,00	4.629.073,68
17219951-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	-1.133.350,57	0,00	-1.133.350,57
17219952-TRANSFERÊNCIAS ORIUNDAS DA LEI PELÉ	2.112.071,20	6.499.174,06	4.387.102,86	0,00
1723-TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	18.587.098,00	47.881.126,82	29.294.028,82	0,00
172301-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	18.587.098,00	47.881.126,82	29.294.028,82	0,00
17230100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	18.587.098,00	47.881.126,82	29.294.028,82	0,00
1724-TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.320.780.876,00	1.316.397.776,73	0,00	4.383.099,27
172401-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	997.857.066,00	994.358.743,12	0,00	3.498.322,88
17240100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	997.857.066,00	994.358.743,12	0,00	3.498.322,88



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
172402-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	322.923.810,00	322.039.033,61	0,00	884.776,39
17240251-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO	322.923.810,00	217.153.165,24	0,00	105.770.644,76
17240252-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	104.885.868,37	104.885.868,37	0,00
173-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
1730-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
173000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
17300000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.660.000,00	6.666.704,58	0,00	7.993.295,42
175-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
1750-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
175000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
17500000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	100.000,00	1.167.370,35	1.067.370,35	0,00
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	236.287.408,65	138.203.664,20	0,00	98.083.744,45
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	232.328.762,67	135.705.660,70	0,00	96.623.101,97
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.902.707,57	12.983.445,20	1.080.737,63	0,00
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.902.707,57	12.983.445,20	1.080.737,63	0,00
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	73.249.432,25	6.419.776,54	0,00	66.829.655,71
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	73.249.432,25	6.419.776,54	0,00	66.829.655,71
176103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.396.082,61	2.700.000,00	0,00	27.696.082,61
17610300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.396.082,61	2.830.000,00	0,00	27.566.082,61
17610300-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	-130.000,00	0,00	-130.000,00
176104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	19.708.968,00	0,00	0,00	19.708.968,00
17610400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	19.708.968,00	0,00	0,00	19.708.968,00
176105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	1.152.678,00	1.152.678,00	0,00
17610500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	1.152.678,00	1.152.678,00	0,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	97.071.572,24	112.449.760,96	15.378.188,72	0,00
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	97.071.572,24	112.449.915,76	15.378.343,52	0,00
17619900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	0,00	-154,80	0,00	-154,80
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	149.500,00	411.941,24	262.441,24	0,00
176300-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	149.500,00	411.941,24	262.441,24	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17630000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	149.500,00	416.713,58	267.213,58	0,00
17630000-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	-4.772,34	0,00	-4.772,34
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.804.145,98	2.086.062,26	0,00	1.718.083,72
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.804.145,98	2.086.062,26	0,00	1.718.083,72
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.804.145,98	2.088.028,92	0,00	1.716.117,06
17640000-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	-1.966,66	0,00	-1.966,66
1765-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
176500-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
17650000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	558.506.130,67	518.247.412,93	0,00	40.258.717,74
191-MULTAS E JUROS DE MORA	218.498.336,22	169.725.945,93	0,00	48.772.390,29
1911-MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	118.408.275,43	58.283.919,91	0,00	60.124.355,52
191120-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	373.213,80	1.545.107,41	1.171.893,61	0,00
19112051-MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD	184.556,00	1.924.722,32	1.740.166,32	0,00
19112051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD PARA O FUNDEB	-36.911,20	-384.944,46	0,00	-348.033,26
19112052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ITCD	225.569,00	6.469,09	0,00	219.099,91
19112052-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - ITCD PARA O FUNDEB	0,00	-1.139,54	0,00	-1.139,54
191141-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	6.189.716,00	15.505.575,29	9.315.859,29	0,00
19114151-MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA	2.916.620,00	17.229.902,32	14.313.282,32	0,00
19114151-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA PARA O FUNDEB	-291.662,00	-1.722.990,23	0,00	-1.431.328,23
19114152-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA	3.564.758,00	44,23	0,00	3.564.713,77
19114152-RESTITUIÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA	0,00	-1.381,03	0,00	-1.381,03
191142-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS	111.845.345,63	41.233.237,21	0,00	70.612.108,42
19114251-MULTAS E JUROS DE MORA ICMS COMBUSTÍVEL	0,00	90.010,78	90.010,78	0,00
19114251-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS PARA O FUNDEB	-8.134.505,40	-4.634.484,61	-3.500.020,79	0,00
19114252-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	8.096.213,16	8.096.213,16	0,00
19114252-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-3.526.481,45	0,00	-3.526.481,45
19114253-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS VAREJISTA	2.555.342,01	6.804.061,41	4.248.719,40	0,00
19114253-RESTITUIÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	0,00	-271,48	0,00	-271,48
19114254-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMUNICAÇÃO	21.454.498,26	1.363.880,39	0,00	20.090.617,87
19114255-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	150.036,17	352.936,17	202.900,00	0,00
19114256-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	14.759.841,82	1.578.981,67	0,00	13.180.860,15



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19114257-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS INDÚSTRIA	13.197.357,09	10.023.119,38	0,00	3.174.237,71
19114258-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	41.509,22	86.967,36	45.458,14	0,00
19114259-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA FÍSICA	55.001,91	50.954,83	0,00	4.047,08
19114261-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	438.414,19	302.133,74	0,00	136.280,45
19114263-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	18.676,17	67.193,89	48.517,72	0,00
19114264-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PRODUTOR RURAL	18.676,17	0,00	0,00	18.676,17
19114265-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS TRANSPORTE	768.855,11	1.435.838,40	666.983,29	0,00
19114266-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	8.954,69	914,54	0,00	8.040,15
19114267-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	762.873,21	643.358,35	0,00	119.514,86
19114268-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - FECOP	3.098.158,82	955.171,23	0,00	2.142.987,59
19114270-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMBUSTÍVEL	20.377.824,33	51.538,83	0,00	20.326.285,50
19114271-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	12.994.424,91	3.047.881,09	0,00	9.946.543,82
19114272-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	10.235.208,53	3.120.265,42	0,00	7.114.943,11
19114273-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMUNICAÇÃO	5.634.131,32	223.850,03	0,00	5.410.281,29
19114274-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	181.907,51	89.688,34	0,00	92.219,17
19114275-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	4.900.766,40	2.061.971,47	0,00	2.838.794,93
19114276-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS INDÚSTRIA	5.765.588,28	2.662.809,03	0,00	3.102.779,25
19114277-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	50.326,79	75.793,72	25.466,93	0,00
19114278-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA FÍSICA	66.685,66	1.467.570,49	1.400.884,83	0,00
19114280-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	531.544,02	3.443.421,15	2.911.877,13	0,00
19114282-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	22.643,44	47.707,85	25.064,41	0,00
19114283-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PRODUTOR RURAL	22.643,44	0,00	0,00	22.643,44
19114284-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS TRANSPORTE	932.178,64	1.172.713,43	240.534,79	0,00
19114285-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	10.856,88	0,00	0,00	10.856,88
19114286-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	924.926,04	77.528,60	0,00	847.397,44
1913-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	19.238.756,79	7.907.019,14	0,00	11.331.737,65
191314-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	2.042.673,50	2.130.875,79	88.202,29	0,00
19131451-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	1.690.675,00	2.367.639,77	676.964,77	0,00
19131451-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA PARA O FUNDEB	-169.067,50	-236.763,98	0,00	-67.696,48
19131452-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA - IPVA	521.066,00	0,00	0,00	521.066,00
191315-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	16.306.750,29	5.188.717,16	0,00	11.118.033,13



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais		Para Menos	
19131551-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	0,00	8.183,38	8.183,38			0,00
19131551-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	-1.099.569,70	-542.987,55		-556.582,15		0,00
19131552-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA - ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	322.684,26	322.684,26			0,00
19131552-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-538.043,49		0,00		-538.043,49
19131553-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS VAREJISTA	0,00	1.230.864,74	1.230.864,74			0,00
19131554-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	0,00	13.882,34	13.882,34			0,00
19131555-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	345.414,44	9.504,45	9.504,45			335.909,99
19131556-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	2.271.928,32	181,99	181,99			2.271.746,33
19131557-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	1.448.751,42	1.131.554,50	1.131.554,50			317.196,92
19131558-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	1.141.125,75	10.637,38	10.637,38			1.130.488,37
19131559-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	628.150,60	31,87	31,87			628.118,73
19131561-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	22.805,43	219.766,45	219.766,45			0,00
19131563-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	548.912,10	19.390,15	19.390,15			529.521,95
19131564-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	744.211,05	0,00	0,00			744.211,05
19131565-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	6.821,38	462.185,44	462.185,44			0,00
19131566-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	110.555,02	0,00	0,00			110.555,02
19131567-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	59.261,97	191.050,06	191.050,06			0,00
19131568-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP	2.524,52	0,00	0,00			2.524,52
19131570-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	474.778,65	6.091,36	6.091,36			468.687,29
19131571-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	3.122.808,24	274.856,83	274.856,83			2.847.951,41
19131572-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	1.991.336,10	878.698,71	878.698,71			1.112.637,39
19131573-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	1.568.498,83	5.157,60	5.157,60			1.563.341,23
19131574-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	863.404,82	11.286,37	11.286,37			852.118,45
19131575-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	27.876,49	0,00	0,00			27.876,49
19131576-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	751.020,00	892.952,81	892.952,81			0,00
19131577-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	883.550,00	1.720,22	1.720,22			881.829,78
19131578-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	7.712,35	2.054,72	2.054,72			5.657,63
19131580-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	10.219,27	225.973,32	225.973,32			0,00
19131582-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	81.456,69	3.290,81	3.290,81			78.165,88
19131583-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	3.470,00	0,00	0,00			3.470,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19131584-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	3.470,00	155.088,93	151.618,93	0,00
19131586-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	144.515,87	192.659,51	48.143,64	0,00
19131587-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP	141.740,68	0,00	0,00	141.740,68
191320-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	737.394,00	587.426,19	0,00	149.967,81
19132051-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	902.460,00	734.282,74	0,00	168.177,26
19132051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD PARA O FUNDEB	-180.492,00	-146.856,55	-33.635,45	0,00
19132052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	15.426,00	0,00	0,00	15.426,00
191399-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	151.939,00	0,00	0,00	151.939,00
19139900-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	151.939,00	0,00	0,00	151.939,00
1915-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	5.240.408,67	5.240.408,67	0,00
191599-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	5.240.408,67	5.240.408,67	0,00
19159951-MULTAS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA	0,00	3.840.844,78	3.840.844,78	0,00
19159953-ENCARGOS SOBRE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,00	1.399.563,89	1.399.563,89	0,00
1918-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	267.349,00	740.622,97	473.273,97	0,00
191899-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	267.349,00	740.622,97	473.273,97	0,00
19189900-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	267.349,00	740.622,97	473.273,97	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	80.583.955,00	97.553.975,24	16.970.020,24	0,00
191910-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	665.955,00	645.952,05	0,00	20.002,95
19191000-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	665.955,00	645.952,05	0,00	20.002,95
191915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	72.768.000,00	62.772.788,90	0,00	9.995.211,10
19191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	72.768.000,00	62.862.841,31	0,00	9.905.158,69
19191500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00	-90.052,41	0,00	-90.052,41
191926-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	5.100.000,00	6.665.529,29	1.565.529,29	0,00
19192602-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	5.100.000,00	6.671.944,29	1.571.944,29	0,00
19192602-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	0,00	-6.415,00	0,00	-6.415,00
191927-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	1.010.508,02	1.010.508,02	0,00
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	1.010.508,02	1.010.508,02	0,00
191935-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.000.000,00	710.385,74	0,00	1.289.614,26
19193500-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.000.000,00	710.385,74	0,00	1.289.614,26
191948-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	76.757,93	76.757,93	0,00
19194800-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	76.757,93	76.757,93	0,00
191951-MULTAS DO TCM-CE	0,00	486.768,40	486.768,40	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19195100-MULTAS DO TCM-CE	0,00	486.768,40	486.768,40	0,00
191952-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A IDOSO	0,00	4,30	4,30	0,00
19195200-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A IDOSO	0,00	4,30	4,30	0,00
191953-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A DEFICIENTES	0,00	1,00	1,00	0,00
19195300-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A DEFICIENTES	0,00	1,00	1,00	0,00
191954-MULTAS POR DANOS CAUSADOS PELO MERCADO MOBILIÁRIO	0,00	1,15	1,15	0,00
19195400-MULTAS POR DANOS CAUSADOS PELO MERCADO MOBILIÁRIO	0,00	1,15	1,15	0,00
191955-MULTAS CAUSADAS A QUALQUER OUTRO INTERESSE DIFUSO OU COLETIVO	0,00	1,00	1,00	0,00
19195500-MULTAS CAUSADAS A QUALQUER OUTRO INTERESSE DIFUSO OU COLETIVO	0,00	1,00	1,00	0,00
191956-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	36.612,53	36.612,53	0,00
19195600-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	36.612,53	36.612,53	0,00
191957-MULTAS ADVINDAS DA ARCE	0,00	16.038,50	16.038,50	0,00
19195700-MULTAS ADVINDAS DA ARCE	0,00	16.038,50	16.038,50	0,00
191958-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	1,00	1,00	0,00
19195800-MULTAS POR DANOS CAUSADOS A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	1,00	1,00	0,00
191959-MULTAS POR DANOS A BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO	0,00	1,00	1,00	0,00
19195900-MULTAS POR DANOS A BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO	0,00	1,00	1,00	0,00
191999-OUTRAS MULTAS	50.000,00	25.132.624,43	25.082.624,43	0,00
19199900-OUTRAS MULTAS	0,00	139.381,00	139.381,00	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	24.873.129,92	24.873.129,92	0,00
19199951-RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	-2.927,59	0,00	-2.927,59
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATUAIS	50.000,00	123.041,10	73.041,10	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200.690.011,23	222.119.163,74	21.429.152,51	0,00
1921-INDENIZAÇÕES	47.620,00	6.204.671,93	6.157.051,93	0,00
192105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0,00	6.164.938,44	6.164.938,44	0,00
19210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	6.164.938,44	6.164.938,44	0,00
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES	47.620,00	39.733,49	0,00	7.886,51
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES	47.620,00	39.733,49	0,00	7.886,51
1922-RESTITUIÇÕES	200.642.391,23	215.914.491,81	15.272.100,58	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	8.667.606,65	8.667.606,65	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	8.667.606,65	8.667.606,65	0,00
192203-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	833.771,53	833.771,53	0,00
19220300-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	833.771,53	833.771,53	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
192207-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	283.524,39	283.524,39	0,00
19220700-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	285.725,42	285.725,42	0,00
19220700-RESTITUIÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	-2.201,03	0,00	-2.201,03
192210-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	26.115.906,00	40.373.959,72	14.258.053,72	0,00
19221001-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	26.115.906,00	40.373.959,72	14.258.053,72	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	174.526.485,23	165.755.629,52	0,00	8.770.855,71
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	1.973.952,36	1.973.952,36	0,00
19229952-RESTITUIÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO	62.835.705,00	1.174.122,44	0,00	61.661.582,56
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE	0,00	7.102.526,56	7.102.526,56	0,00
19229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	32.835.062,20	32.835.062,20	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	97.720,93	97.720,93	0,00
19229960-REMBOLSO P/ PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	115.019,24	115.019,24	0,00
19229963-DEVOLUÇÃO DE DIÁRIAS	0,00	1.957,05	1.957,05	0,00
19229964-RESTITUIÇÕES DIVERSAS - FECOP	111.690.780,23	22.237,75	0,00	111.668.542,48
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	128.614.263,57	128.614.263,57	0,00
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	-6.181.232,58	0,00	-6.181.232,58
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	61.878.028,25	53.645.195,88	0,00	8.232.832,37
1931-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	61.031.269,25	50.046.039,78	0,00	10.985.229,47
193107-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	9.020,99	9.020,99	0,00
19310700-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	9.020,99	9.020,99	0,00
193114-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	4.318.261,43	5.286.936,71	968.675,28	0,00
19311400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	4.502.395,33	5.874.374,12	1.371.978,79	0,00
19311400-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	-184.133,90	-587.437,41	0,00	-403.303,51
193115-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	54.019.405,62	41.795.703,37	0,00	12.223.702,25
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	-5.871.619,65	0,00	-5.871.619,65	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	-7.375.712,36	0,00	-7.375.712,36
19311551-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS COMBUSTÍVEL	0,00	135.019,28	135.019,28	0,00
19311552-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	5.956.333,65	5.956.333,65	0,00
19311553-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	12.131.931,10	13.892.349,55	1.760.418,45	0,00
19311554-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	7.736.226,65	157.336,06	0,00	7.578.890,59
19311555-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	6.093.528,07	133.050,24	0,00	5.960.477,83



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19311556-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	3.354.278,25	854,96	0,00	3.353.423,29
19311557-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	20.855.192,85	18.202.976,05	0,00	2.652.216,80
19311558-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	2.917.669,68	107.572,99	0,00	2.810.096,69
19311559-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	3.432.541,11	78.586,15	0,00	3.353.954,96
19311561-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	29.962,04	3.370.746,53	3.340.784,49	0,00
19311563-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	39.701,28	255.246,98	215.545,70	0,00
19311564-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR RURAL	316.454,56	0,00	0,00	316.454,56
19311565-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	564.135,18	4.139.738,58	3.575.603,40	0,00
19311566-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	19.944,40	0,00	0,00	19.944,40
19311567-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	554.972,25	2.741.604,71	2.186.632,46	0,00
19311568-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS FECOP	1.844.487,85	0,00	0,00	1.844.487,85
193120-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	2.693.602,20	2.954.378,71	260.776,51	0,00
19312000-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	2.988.216,60	3.692.973,39	704.756,79	0,00
19312000-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	-294.614,40	-738.594,68	0,00	-443.980,28
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	846.759,00	3.599.156,10	2.752.397,10	0,00
193202-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	846.759,00	0,00	0,00	846.759,00
19320202-RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	846.759,00	0,00	0,00	846.759,00
193299-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	3.599.156,10	3.599.156,10	0,00
19329901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	0,00	3.587.849,55	3.587.849,55	0,00
19329902-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - ADMINISTRATIVA	0,00	11.306,55	11.306,55	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS	77.439.754,97	72.757.107,38	0,00	4.682.647,59
1990-RECEITAS DIVERSAS	77.439.754,97	72.757.107,38	0,00	4.682.647,59
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	375.000,00	233.683,93	0,00	141.316,07
19900201-RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	375.000,00	227.020,24	0,00	147.979,76
19900202-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	0,00	6.663,69	6.663,69	0,00
199022-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	1.958,59	1.958,59	0,00
19902200-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	1.958,59	1.958,59	0,00
199052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.777.564,00	1.543.433,45	0,00	234.130,55
19905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.777.564,00	1.543.433,45	0,00	234.130,55
199099-OUTRAS RECEITAS	75.287.190,97	70.978.031,41	0,00	4.309.159,56



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS	38.869.707,44	492.896,93	0,00	38.376.810,51
1909953-RETORNO DO FDI	0,00	13.264.978,97	13.264.978,97	0,00
1909954-ENCARGOS DO FDI	0,00	10.257.273,74	10.257.273,74	0,00
1909955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO	14.586.552,76	33.913.622,75	19.327.069,99	0,00
1909956-RECEITA SOBRE PROGRAMA DE SEMENTES	2.000.000,00	261.963,38	0,00	1.738.036,62
1909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.087.184,03	2.087.184,03	0,00
1909959-SPREAD SOBRE RENDIMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	842.271,77	1.810.527,54	968.255,77	0,00
1909960-RENDAS	0,00	163.535,07	163.535,07	0,00
1909962-RECEITA DE APONTAMENTOS, PROTESTOS E CANCELAMENTOS	0,00	277.216,60	277.216,60	0,00
1909967-RECURSOS DE EMPRESAS CONSIGNATÁRIAS	0,00	718,72	718,72	0,00
1909968-RESSARCIMENTO	0,00	661.099,67	661.099,67	0,00
1909969-DOAÇÕES EM DINHEIRO	0,00	1,00	1,00	0,00
1909998-OUTRAS RECEITA FECOP	0,00	341.283,90	341.283,90	0,00
1909999-OUTRAS RECEITAS	18.988.659,00	7.668.778,76	0,00	11.319.880,24
1909999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RECEITAS	0,00	-223.049,65	0,00	-223.049,65
2-RECEITAS DE CAPITAL	5.250.722.930,57	2.540.214.663,20	0,00	2.710.508.267,37
21-OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	0,00	1.600.488.085,66
211-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.654.838.872,34	1.205.362.760,65	0,00	449.476.111,69
2114-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	1.654.838.872,34	1.205.362.760,65	0,00	449.476.111,69
211401-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	46.801.492,58	2.667.981,66	0,00	44.133.510,92
21140100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	46.801.492,58	2.667.981,66	0,00	44.133.510,92
211402-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	28.000.000,00	0,00	0,00	28.000.000,00
21140200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	28.000.000,00	0,00	0,00	28.000.000,00
211403-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	46.000.000,00	3.904.818,82	0,00	42.095.181,18
21140300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	46.000.000,00	3.904.818,82	0,00	42.095.181,18
211405-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31.070.757,39	2.089.990,26	0,00	28.980.767,13
21140500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31.070.757,39	2.089.990,26	0,00	28.980.767,13
211407-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR	196.756.732,97	4.359.088,94	0,00	192.397.644,03
21140700-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR	196.756.732,97	4.359.088,94	0,00	192.397.644,03
211499-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	1.306.209.889,40	1.192.340.880,97	0,00	113.869.008,43
21149951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
21149952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	798.613.742,51	352.741.166,43	0,00	445.872.576,08
21149953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	56.382.541,70	29.994.465,02	0,00	26.388.076,68



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21149954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	0,00	152.585.504,14	152.585.504,14	0,00
21149957-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROJESTE BB	376.298.570,47	302.136.686,22	0,00	74.161.884,25
21149958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BINDES - ESTADOS	0,00	349.883.059,16	349.883.059,16	0,00
21149999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATAIS	74.915.034,72	0,00	0,00	74.915.034,72
212-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.579.396.012,40	428.384.038,43	0,00	1.151.011.973,97
2123-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATAIS	1.579.396.012,40	428.384.038,43	0,00	1.151.011.973,97
212301-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	11.340.980,08	0,00	0,00	11.340.980,08
21230100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	11.340.980,08	0,00	0,00	11.340.980,08
212302-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	3.852.892,46	1.530.828,45	0,00	2.322.064,01
21230200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	3.852.892,46	1.530.828,45	0,00	2.322.064,01
212303-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	33.272.721,90	4.095.620,03	0,00	29.177.101,87
21230300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	33.272.721,90	4.095.620,03	0,00	29.177.101,87
212304-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	15.212.328,00	0,00	0,00	15.212.328,00
21230400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	15.212.328,00	0,00	0,00	15.212.328,00
212305-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.325.478,92	26.077.957,45	23.752.478,53	0,00
21230500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.325.478,92	26.077.957,45	23.752.478,53	0,00
212399-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATAIS	1.513.391.611,04	396.679.632,50	0,00	1.116.711.978,54
21239951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO	99.663.190,46	71.704.957,47	0,00	27.958.232,99
21239952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	1.207.086.524,26	27.755.469,95	0,00	1.179.331.054,31
21239953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	0,00	206.594.919,80	206.594.919,80	0,00
21239954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	34.904.742,90	24.913.697,28	0,00	9.991.045,62
21239955-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS	1.734.905,00	0,00	0,00	1.734.905,00
21239956-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP	9.069,05	0,00	0,00	9.069,05
21239958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORCEARÁ	0,00	65.710.588,00	65.710.588,00	0,00
21239999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATAIS	169.993.179,37	0,00	0,00	169.993.179,37
22-ALIENAÇÃO DE BENS	212.262,49	5.955.846,12	5.743.583,63	0,00
221-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
2210-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
221000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
22100000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	212.262,49	2.909.230,00	2.696.967,51	0,00
222-ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	3.046.616,12	3.046.616,12	0,00
2225-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	3.046.615,12	3.046.615,12	0,00
222500-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	3.046.615,12	3.046.615,12	0,00



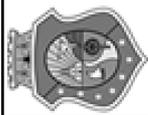
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
22250000-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	3.046.615,12	3.046.615,12	0,00
2229-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	1,00	1,00	0,00
222900-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	1,00	1,00	0,00
22290000-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	1,00	1,00	0,00
23-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	500,00	500,00	0,00
230-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	500,00	500,00	0,00
2300-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	500,00	500,00	0,00
230099-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	0,00	500,00	500,00	0,00
23009900-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	0,00	500,00	500,00	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.990.130.125,84	831.649.000,97	0,00	1.158.481.124,87
242-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
2421-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
242101-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
24210100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	105.784.302,52	39.288.371,87	0,00	66.495.930,65
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.884.345.823,32	792.360.629,10	0,00	1.091.985.194,22
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.878.808.384,14	792.139.815,27	0,00	1.086.668.568,87
247101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	39.221.822,00	0,00	0,00	39.221.822,00
24710100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	39.221.822,00	0,00	0,00	39.221.822,00
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	187.977.352,88	30.364.325,38	0,00	157.613.027,50
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	187.977.352,88	30.364.325,38	0,00	157.613.027,50
247103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	185.585.119,79	144.717.446,75	0,00	40.867.673,04
24710300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	185.585.119,79	144.717.446,75	0,00	40.867.673,04
247104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	26.410.245,00	0,00	0,00	26.410.245,00
24710400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	26.410.245,00	0,00	0,00	26.410.245,00
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	510.316.703,96	64.334.345,63	0,00	445.982.358,33
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	510.316.703,96	64.334.345,63	0,00	445.982.358,33
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	929.297.140,51	552.723.697,51	0,00	376.573.443,00
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	929.297.140,51	552.723.697,51	0,00	376.573.443,00
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.320.620,31	0,00	0,00	2.320.620,31
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.320.620,31	0,00	0,00	2.320.620,31



Descrição	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.320.620,31	0,00		2.320.620,31
2475-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR		3.216.818,87	220.813,83		2.996.005,04
247500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR		3.216.818,87	220.813,83		2.996.005,04
24750000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR		3.216.818,87	220.813,83		2.996.005,04
25-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		26.145.657,50	68.862.517,03	42.716.859,53	0,00
257-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS		22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
2570-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS		22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
257051-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS - CVSB		22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
25705100-RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS - CVSB		22.902.690,50	22.902.690,50	0,00	0,00
259-OUTRAS RECEITAS		3.242.967,00	45.959.826,53	42.716.859,53	0,00
2590-OUTRAS RECEITAS		3.242.967,00	45.959.826,53	42.716.859,53	0,00
259051-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	45.959.826,53	45.959.826,53	0,00
25905100-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	45.959.826,53	45.959.826,53	0,00
259099-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.242.967,00	0,00		3.242.967,00
25909900-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.242.967,00	0,00		3.242.967,00
7-RECEITAS CORRENTES		829.271.658,06	978.849.870,76	149.578.212,70	0,00
71-RECEITA TRIBUTÁRIA		3.227.835,07	778.841,44		2.448.993,63
712-TAXAS		3.227.835,07	778.841,44		2.448.993,63
7121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		1.314.893,98	28.455,85		1.286.438,13
712121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		1.309.393,98	25.625,08		1.283.768,90
71212151-TAXA AMBIENTAIS		1.309.393,98	25.625,08		1.283.768,90
712199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		5.500,00	2.830,77		2.669,23
71219954-TAXA DE VISTORIA		5.500,00	2.830,77		2.669,23
7122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		1.912.941,09	750.385,59		1.162.555,50
712208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		0,00	588,66	588,66	0,00
71220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		0,00	588,66	588,66	0,00
712299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		1.912.941,09	749.796,93		1.163.144,16
71229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		1.750.441,09	673.696,07		1.076.745,02
71229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		162.500,00	76.100,86		86.399,14
72-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		808.978.168,00	848.471.250,98	39.493.082,98	0,00
721-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		808.978.168,00	848.471.250,98	39.493.082,98	0,00
7210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		808.978.168,00	848.471.250,98	39.493.082,98	0,00
721029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		805.863.940,00	845.224.959,76	39.361.019,76	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
72102901-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	640.514.542,00	677.309.221,76	36.794.679,76	0,00
72102901-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-711.737,38	0,00	-711.737,38
72102902-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	165.349.398,00	179.979.928,06	14.630.530,06	0,00
72102902-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	0,00	-11.352.452,68	0,00	-11.352.452,68
721099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.114.228,00	3.246.291,22	132.063,22	0,00
72109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP	2.579.453,00	2.340.090,05	0,00	239.362,95
72109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	534.775,00	906.201,17	371.426,17	0,00
73-RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
731-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
7311-ALUGUÉIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
731100-ALUGUÉIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
73110000-ALUGUÉIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
76-RECEITA DE SERVIÇOS	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05	0,00
760-RECEITA DE SERVIÇOS	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05	0,00
7600-RECEITA DE SERVIÇOS	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05	0,00
760001-SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	1.871,12	1.871,12	0,00
76000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	1.871,12	1.871,12	0,00
760008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.364.460,99	8.554.101,92	189.640,93	0,00
76000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET	0,00	1,37	1,37	0,00
76000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	8.364.460,99	8.554.100,55	189.639,56	0,00
760024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0,00	437,00	437,00	0,00
76002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0,00	437,00	437,00	0,00
760099-OUTROS SERVIÇOS	0,00	1.563.187,00	1.563.187,00	0,00
76009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E P. SELETIVOS	0,00	1.563.187,00	1.563.187,00	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.701.194,00	119.478.181,30	110.776.987,30	0,00
791-MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
7919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
791915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
79191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00	54.468,25	54.468,25	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	7.257.845,16	7.257.845,16	0,00
7921-INDENIZAÇÕES	0,00	389.129,54	389.129,54	0,00
792105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0,00	389.129,54	389.129,54	0,00
79210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	389.129,54	389.129,54	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7922-RESTITUIÇÕES	0,00	6.868.715,62	6.868.715,62	0,00
792299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	6.868.715,62	6.868.715,62	0,00
79229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	3.346.529,80	3.346.529,80	0,00
79229956-RESTITUIÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	-40.653,07	0,00	-40.653,07
79229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.563.348,08	3.563.348,08	0,00
79229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	-509,19	0,00	-509,19
799-RECEITAS DIVERSAS	8.701.194,00	112.165.867,89	103.464.673,89	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS	8.701.194,00	112.165.867,89	103.464.673,89	0,00
799051-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA	0,00	772.634,00	772.634,00	0,00
79905100-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA	0,00	772.634,00	772.634,00	0,00
799099-OUTRAS RECEITAS	8.701.194,00	111.393.233,89	102.692.039,89	0,00
79909953-RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	0,00	89.937.459,72	89.937.459,72	0,00
79909958-SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS	0,00	21.455.774,17	21.455.774,17	0,00
79909973-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.521.936,00	0,00	0,00	1.521.936,00
79909999-OUTRAS RECEITAS	7.179.258,00	0,00	0,00	7.179.258,00

**Total Geral:**

**23.970.646.388,49**

**21.065.609.482,42**

**0,00**

**2.905.036.906,07**



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	372.674.147,41		Autorizadas	Realizadas	
010001--ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		372.674.147,41	0,00	372.674.147,41	371.876.021,83	798.125,58
010101-FUNDO DE PREVIDENCIA PARLAMENTAR	6.023.681,00		0,00	6.023.681,00	795.770,32	5.227.910,68
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	72.527.973,54		0,00	72.527.973,54	71.324.387,50	1.203.586,04
030001-TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS	80.514.945,30		0,00	80.514.945,30	79.945.768,40	569.176,90
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	857.832.333,95		0,00	857.832.333,95	857.715.803,94	116.530,01
040101-FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZ DO JUDICIA	140.175.890,47		0,00	140.175.890,47	133.825.099,78	6.350.790,69
040301-FUNDO ESTADUAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS	3.237.585,48		0,00	3.237.585,48	1.204.474,48	2.033.111,00
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	116.080.561,51		0,00	116.080.561,51	102.372.858,16	13.707.703,35
060101-FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PUBLICA	17.024.792,00		0,00	17.024.792,00	12.381.169,95	4.643.622,05
080001-SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	1.514.411.345,10		0,00	1.514.411.345,10	744.750.006,95	769.661.338,15
080101-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODOVIAS	1.266.025.239,21		0,00	1.266.025.239,21	631.481.047,82	634.544.191,39
080301-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	348.465.774,17		6.560.000,00	355.025.774,17	341.273.327,64	13.752.446,53
081201-DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA	69.440.703,54		0,00	69.440.703,54	26.222.637,94	43.218.065,60
100001-SECRETARIA DA SEG PUB E DEFESA SOCIAL	168.135.455,00		0,00	168.135.455,00	147.090.788,40	21.044.666,60
100601-FUNDO DE DEFESA SOCIAL	611.000,00		0,00	611.000,00	1.290,00	609.710,00
100607-FDS POLICIA CIVIL	0,00	780.000,00		780.000,00	145.800,00	634.200,00
100608-FDS POLICIA MILITAR	1.170.000,00		0,00	1.170.000,00	150.909,29	1.019.090,71
100609-FDS CORPO DE BOMBEIROS	1.170.000,00		0,00	1.170.000,00	125.773,21	1.044.226,79
100610-FDS COLEGIO POLICIA MILITAR	1.235.000,00		0,00	1.235.000,00	590.261,54	644.738,46
100611-FDS COLEGIO CORPO DE BOMBEIROS	1.235.000,00		0,00	1.235.000,00	771.927,32	463.072,68
100612-FDS SEC DE JUSTICA E CIDADANIA	780.000,00		0,00	780.000,00	24.122,10	755.877,90
101021-SSPDC POLICIA CIVIL	323.108.456,73		0,00	323.108.456,73	316.968.573,92	6.139.882,81
101031-POLICIA MILITAR	1.081.409.101,64		0,00	1.081.409.101,64	1.078.963.973,28	2.445.128,36
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARA	147.303.307,70		5.061.125,15	152.364.432,85	149.533.497,26	2.830.935,59
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	61.688.480,40		0,00	61.688.480,40	61.063.359,03	625.121,37
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA	13.418.824,40		0,00	13.418.824,40	12.351.139,85	1.067.684,55
105001-FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARA	24.272.739,86		0,00	24.272.739,86	20.132.020,00	4.140.719,86
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	59.144.838,92		0,00	59.144.838,92	31.869.315,92	27.275.523,00
120001-GABINETE DO VICE GOVERNADOR	3.783.105,16		0,00	3.783.105,16	3.414.829,49	368.275,67
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	65.593.531,27		0,00	65.593.531,27	63.440.430,98	2.153.100,29
130101-AGENCIA REGULADORA DE SERV PUBL DELEGADOS	19.218.241,53		0,00	19.218.241,53	17.924.866,11	1.293.375,42



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Anul		Autorizadas	Realizadas	
130201-FUNDO DE MODERNIZACAO E REAPARELHAMENTO DA PGE	3.694.500,00		0,00	3.694.500,00	2.868.169,45	826.330,55
140001-CASA MILITAR	10.620.567,75		0,00	10.620.567,75	10.597.786,36	22.781,39
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	300.494.706,32		0,00	300.494.706,32	299.134.054,56	1.360.651,76
150201-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARA	5.500.000,00		0,00	5.500.000,00	567.979,86	4.932.020,14
150301-FUNDO DE SEGURANCA INSTI E INTELIGENCIA DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA	405.000,00		0,00	405.000,00	0,00	405.000,00
150401-FUNDO DE MANUTENÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	600.000,00		0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	6.017.071,90		0,00	6.017.071,90	5.692.909,14	324.162,76
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	364.072.326,58		0,00	364.072.326,58	291.491.332,22	72.580.994,36
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	739.083.608,07		0,00	739.083.608,07	695.101.042,25	43.982.565,82
190401-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA	9.123.005,43		0,00	9.123.005,43	8.370.999,12	752.006,31
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.833.072.439,34		0,00	3.833.072.439,34	3.795.104.729,53	37.967.709,81
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	560.540.686,65	4.000.000,00		564.540.686,65	430.125.987,52	134.414.699,13
210101-EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA EXTENSAO RURAL DO CEARA	102.893.538,93		0,00	102.893.538,93	91.535.863,89	11.357.675,04
210301-INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	39.996.082,64		0,00	39.996.082,64	18.286.686,13	21.709.396,51
211101-AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO CEARA	27.111.236,42		0,00	27.111.236,42	17.904.973,94	9.206.262,48
211301-FUNDO EST DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	2.149.772,00		0,00	2.149.772,00	743.791,49	1.405.980,51
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	2.642.189.458,78		0,00	2.642.189.458,78	2.394.955.896,41	247.233.562,37
225001-CENTRO DE EDUCACAO A DISTANCIA DO ESTADO DO CEARÁ	80.356,29		0,00	80.356,29	78.380,03	1.976,26
240301-ESCOLA DE SAUDE PUBLICA	10.236.395,80		0,00	10.236.395,80	4.983.111,28	5.253.284,52
240344-CEO RODOLFO TEOFILIO	1.693.215,27		0,00	1.693.215,27	1.535.879,58	157.335,69
240401-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	2.193.546.713,69	500,00		2.193.547.213,69	2.011.247.133,32	182.300.080,37
240424-CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARA	53.340.929,39		0,00	53.340.929,39	46.801.433,11	6.539.496,28
240479-HOSPITAL GERAL MILITAR	28.688.807,50		0,00	28.688.807,50	25.062.944,97	3.625.862,53
240494-QUARTA MICROREGIAO DE BATURITE	12.630.891,16		0,00	12.630.891,16	12.460.554,54	170.336,62
240564-DECIMA PRIMEIRA MICRORREGIONAL DE SOBRAL	20.948.186,21		0,00	20.948.186,21	19.302.339,00	1.645.847,21
240634-DECIMA OITAVA MICRORREGIONAL DE IGUATU	12.522.545,98		0,00	12.522.545,98	12.104.520,80	418.025,18
241081-DEPARTAMENTO REGIONAL DE FORTALEZA	46.055.549,37		0,00	46.055.549,37	43.838.182,12	2.217.367,25
241281-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	250.538.039,88		0,00	250.538.039,88	241.102.519,51	9.435.520,37
241291-HOSPITAL DE MESSEJANA	191.971.138,98		0,00	191.971.138,98	171.059.916,49	20.911.222,49



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	AutORIZADAS		Autorizadas	Realizadas	
241301-HOSPITAL GERAL CESAR CALS DE OLIVEIRA	100.954.931,00	0,00	100.954.931,00	83.687.466,21	17.267.464,79	
241311-HOSPITAL INFANTIL DR ALBERT SABIN	104.111.434,57	0,00	104.111.434,57	101.429.888,38	2.681.546,19	
241321-HOSPITAL DE SAUDE MENTAL DE MESSEJANA	12.707.171,00	0,00	12.707.171,00	12.592.965,06	114.205,94	
241331-HOSPITAL SAO JOSE	28.880.294,11	0,00	28.880.294,11	24.938.065,81	3.942.228,30	
241501-CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA	6.999.063,93	0,00	6.999.063,93	6.761.486,55	237.577,38	
241521-INSTITUTO DE PREVENCAO DO CANCER DO CEARA	6.008.424,00	0,00	6.008.424,00	4.148.957,52	1.859.466,48	
241531-LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	20.867.677,97	0,00	20.867.677,97	16.845.283,77	4.022.394,20	
241561-CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENCAO	2.562.938,87	0,00	2.562.938,87	2.516.673,37	46.265,50	
241581-CENTRO DE SAUDE DONA LIBANIA	2.925.375,19	0,00	2.925.375,19	2.274.959,04	650.416,15	
241591-POSTO DE ASSISTENCIA MEDICA DO MEIRELES	3.117.374,00	0,00	3.117.374,00	2.155.412,22	961.961,78	
241621-CENTRO ODONTOLÓGICO TIPO II CEO JOAQUIM TAVORA	2.296.726,12	0,00	2.296.726,12	1.862.197,96	434.528,16	
270001-SECRETARIA DA CULTURA	87.692.977,44	0,00	87.692.977,44	68.533.778,71	19.159.198,73	
270401-FUNDO ESTADUAL DE CULTURA	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00	13.287.205,06	1.712.794,94	
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	621.117.181,47	0,00	621.117.181,47	414.093.210,68	207.023.970,79	
290101-SUPERINTENDENCIA DE OBRAS HIDRAULICAS	15.993.454,65	0,00	15.993.454,65	15.487.516,40	505.938,25	
300001-CASA CIVIL	152.389.622,47	0,00	152.389.622,47	147.264.121,87	5.125.500,60	
300101-FUNDAÇÃO DE TELEEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARA	8.979.854,00	0,00	8.979.854,00	8.268.138,56	711.715,44	
310001-SEC DA CIENCIA TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	157.599.265,73	3.390.463,70	160.989.729,43	137.183.180,47	23.806.548,96	
310101-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	228.804.292,30	0,00	228.804.292,30	218.356.046,45	10.448.245,85	
310201-UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	67.316.595,39	0,00	67.316.595,39	65.384.546,59	1.932.048,80	
310301-UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	88.119.960,28	0,00	88.119.960,28	85.214.256,11	2.905.704,17	
310401-FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS	12.627.352,93	0,00	12.627.352,93	11.911.635,14	715.717,79	
310501-FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENV CIENTIF TECNOLÓG	44.239.223,34	9.909.536,30	54.148.759,64	35.852.387,67	18.296.371,97	
310601-FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	15.108.861,01	0,00	15.108.861,01	14.401.560,29	707.300,72	
310801-FUNDO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	89.937.459,72	0,00	89.937.459,72	89.937.459,72	0,00	
360001-SECRETARIA DO TURISMO	431.680.706,51	2.500.000,00	434.180.706,51	167.285.103,91	266.895.602,60	
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	18.820.966,09	0,00	18.820.966,09	15.664.634,21	3.156.331,88	
420001-SECRETARIA DO ESPORTE	50.325.037,16	0,00	50.325.037,16	24.567.214,28	25.757.822,88	
420101-FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	15.171.058,88	0,00	15.171.058,88	9.857.410,31	5.313.648,57	



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Anul		Autorizadas	Realizadas	
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	730.179.586,78		0,00	730.179.586,78	475.727.937,61	254.451.649,17
430401-INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CEARÁ	4.049.811,98		0,00	4.049.811,98	3.420.855,52	628.956,46
460001-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	114.127.606,15		0,00	114.127.606,15	91.056.243,15	23.071.363,00
460101-INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	114.618.843,59		0,00	114.618.843,59	112.714.369,56	1.904.474,03
460201-EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA	42.600.749,28		0,00	42.600.749,28	38.706.035,10	3.894.714,18
460301-INST DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA	8.462.119,14		0,00	8.462.119,14	6.212.811,00	2.249.308,14
460401-SUPSEC	2.011.708.845,08		0,00	2.011.708.845,08	1.952.975.563,37	58.733.281,71
460501-FUNDO FINANCEIRO PREVMILITAR DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ	471.007.355,00		0,00	471.007.355,00	461.229.840,24	9.777.514,76
460601-COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	31.215.377,81		0,00	31.215.377,81	31.193.784,02	21.593,79
460701-FUNDO PREVIDENCIÁRIO PREVID DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ	2.453.781,00		0,00	2.453.781,00	0,00	2.453.781,00
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	4.140.863,31		0,00	4.140.863,31	4.066.488,19	74.375,12
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	181.155.403,40		0,00	181.155.403,40	159.516.097,62	21.639.305,78
470101-FUNDO ESTADUAL PARA CRIANCA E ADOLESCENCIA	743.984,24		0,00	743.984,24	9.180,00	734.804,24
470201-FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA	140.712.971,53		0,00	140.712.971,53	114.251.200,54	26.461.770,99
470301-FUNDO EST ESP DO DES E COMERCIALIZACAO DO ARTESANATO	2.067.682,00		0,00	2.067.682,00	1.980.331,25	87.350,75
470401-FUNDO DE FIN AS MICRO PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	100.000,00		0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
480001-CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	56.409.181,17		0,00	56.409.181,17	55.609.592,25	799.588,92
480101-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARA	11.506.106,80		0,00	11.506.106,80	7.535.924,81	3.970.181,99
480201-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	259.865.646,04		0,00	259.865.646,04	259.865.646,04	0,00
480401-FUNDO DE INCENTIVO A ENERGIA SOLAR DO ESTADO DO CEARA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
490001-CONSELHO DE POLITICAS E GESTAO MEIO AMBIENTE	40.654.453,75		0,00	40.654.453,75	13.799.839,53	26.854.614,22
490101-SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	52.174.627,40		0,00	52.174.627,40	38.146.040,70	14.028.586,70
510001-SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	32.156.356,46		0,00	32.156.356,46	5.025.665,15	27.130.691,31
520001-SECRETARIA ESPECIAL DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	262.114.955,56		0,00	262.114.955,56	208.803.218,86	53.311.736,70
530001-CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	8.722.680,13		0,00	8.722.680,13	8.115.358,52	607.321,61
<b>Total Geral:</b>	<b>25.302.833.093,35</b>		<b>32.201.625,15</b>	<b>25.335.034.718,50</b>	<b>21.783.515.154,38</b>	<b>3.551.519.564,12</b>



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	17.865.688.974,31	20.071.981,22	17.885.760.855,53	17.277.833.219,52	607.927.636,01	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.271.150.470,90	5.061.125,15	9.276.211.596,05	9.126.569.849,74	149.641.746,31	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	8.446.199.208,03	5.061.125,15	8.451.260.333,18	8.305.461.413,53	145.798.919,65	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.836.297.007,14	0,00	1.836.297.007,14	1.783.380.011,78	52.916.995,36	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	647.845.703,11	0,00	647.845.703,11	633.172.060,48	14.673.642,63	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	362.359.139,27	0,00	362.359.139,27	354.658.362,35	7.700.776,92	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	5.468.927,32	0,00	5.468.927,32	1.316.661,57	4.152.265,75	
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.358.245,51	0,00	3.358.245,51	3.358.245,51	0,00	
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.307.002.480,75	0,00	4.307.002.480,75	4.261.107.399,99	45.895.080,76	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	895.164.777,99	5.061.125,15	900.225.903,14	900.222.722,70	3.180,44	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	105.670.716,80	0,00	105.670.716,80	103.095.451,03	2.575.265,77	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	73.870.923,61	0,00	73.870.923,61	64.968.220,15	8.902.703,46	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	2.677,80	0,00	2.677,80	2.677,80	0,00	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	71.128.770,47	0,00	71.128.770,47	69.643.694,36	1.485.076,11	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	103.355.654,98	0,00	103.355.654,98	98.480.670,91	4.874.984,07	
31909300	INDENIZAÇÕES	54.000,00	0,00	54.000,00	0,00	54.000,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.317.545,54	0,00	3.317.545,54	3.214.925,03	102.620,51	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	31.300.137,74	0,00	31.300.137,74	28.840.309,87	2.459.827,87	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	824.951.262,87	0,00	824.951.262,87	821.108.436,21	3.842.826,66	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	823.220.418,13	0,00	823.220.418,13	819.439.972,20	3.780.445,93	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.013.087,47	0,00	1.013.087,47	950.706,74	62.380,73	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	717.757,27	0,00	717.757,27	717.757,27	0,00	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	303.763.891,17	0,00	303.763.891,17	297.663.290,94	6.100.600,23	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	303.763.891,17	0,00	303.763.891,17	297.663.290,94	6.100.600,23	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	287.436.275,49	0,00	287.436.275,49	283.326.916,90	4.109.358,59	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	16.327.615,68	0,00	16.327.615,68	14.336.374,04	1.991.241,64	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.290.774.612,24	15.010.756,07	8.305.785.368,31	7.853.600.078,84	452.185.289,47	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



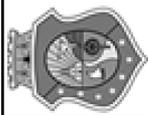
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.653.821.313,31	0,00	2.653.821.313,31	2.631.456.836,38	22.364.476,93	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	59.328.645,31	0,00	59.328.645,31	56.888.674,72	2.439.970,59	
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.594.492.668,00	0,00	2.594.492.668,00	2.574.568.161,66	19.924.506,34	
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	269.519.496,27	0,00	269.519.496,27	249.591.266,99	19.928.229,28	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	269.519.496,27	0,00	269.519.496,27	249.591.266,99	19.928.229,28	
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	938.490.200,90	1.695.731,85	940.185.932,75	872.296.538,00	67.889.394,75	
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	709.656.954,51	500,00	709.657.454,51	669.141.409,61	40.516.044,90	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	215.345.816,80	1.695.231,85	217.041.048,65	191.394.207,14	25.646.841,51	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.024.332,67	0,00	12.024.332,67	10.352.930,94	1.671.401,73	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.462.096,92	0,00	1.462.096,92	1.407.990,31	54.106,61	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	12.287.522,11	1.800.000,00	14.087.522,11	12.315.021,69	1.772.500,42	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.958.000,00	0,00	3.958.000,00	3.617.776,00	340.224,00	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	8.329.522,11	1.800.000,00	10.129.522,11	8.697.245,69	1.432.276,42	
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	115.496.071,02	0,00	115.496.071,02	104.755.042,04	10.741.028,98	
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	115.496.071,02	0,00	115.496.071,02	104.755.042,04	10.741.028,98	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	740.433,00	0,00	740.433,00	730.000,00	10.433,00	
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	730.433,00	0,00	730.433,00	730.000,00	433,00	
33803700	LOCAÇÃO DE MÁQUINA-OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33809200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	4.168.404.671,84	11.515.024,22	4.179.919.696,06	3.854.307.018,73	325.612.677,33	
33900300	PENSÕES	10.608.161,53	0,00	10.608.161,53	10.559.566,94	48.594,59	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	11.360,00	0,00	11.360,00	0,00	11.360,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.606.885,63	0,00	2.606.885,63	2.262.868,14	344.017,49	
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	35.508.035,50	0,00	35.508.035,50	24.514.656,87	10.993.378,63	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	16.056.062,62	0,00	16.056.062,62	15.946.338,01	109.724,61	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	34.653.495,31	852.400,00	35.505.895,31	32.485.598,53	3.020.296,78	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	6.128.813,58	3.571.304,22	9.700.117,80	4.128.726,40	5.571.391,40	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	467.562.521,06	50.000,00	467.612.521,06	397.432.112,69	70.180.408,37	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.397.676,68	0,00	20.397.676,68	20.214.971,07	182.705,61	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	270.879.421,10	0,00	270.879.421,10	261.034.407,21	9.845.013,89	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	29.980.433,11	0,00	29.980.433,11	24.872.609,00	5.107.824,11	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	389.658.371,24	0,00	389.658.371,24	381.792.505,90	7.865.865,34	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	19.187.317,83	0,00	19.187.317,83	17.588.762,82	1.598.555,01	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	251.463.337,96	0,00	251.463.337,96	227.382.162,87	24.081.175,09	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	691.231.557,13	0,00	691.231.557,13	667.603.491,43	23.628.065,70	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.265.251.874,23	7.036.000,00	1.272.287.874,23	1.137.747.457,02	134.540.417,21	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.795.739,30	0,00	6.795.739,30	6.795.739,30	0,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	134.527.158,08	0,00	134.527.158,08	131.008.490,77	3.518.667,31	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	196.556.368,34	0,00	196.556.368,34	190.787.239,88	5.769.128,46	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	9.701.100,00	0,00	9.701.100,00	6.947.317,56	2.753.782,44	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.194.947,14	0,00	1.194.947,14	929.960,81	264.986,33	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.319.206,97	0,00	3.319.206,97	3.285.640,02	33.566,95	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	68.855.866,77	5.320,00	68.861.186,77	61.131.454,38	7.729.732,39	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	236.263.960,73	0,00	236.263.960,73	227.854.941,11	8.409.019,62	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	131.994.903,79	0,00	131.994.903,79	128.148.355,01	3.846.548,78	
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00	0,00	2.000,00	1.242,23	757,77	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.106.167,52	0,00	9.106.167,52	8.284.815,38	821.352,14	
33914100	CONTRIBUIÇÕES	111.404.033,89	0,00	111.404.033,89	111.393.233,89	10.800,00	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.261.686,21	0,00	2.261.686,21	1.536.936,67	724.749,54	
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	632.351,63	0,00	632.351,63	590.185,12	42.166,51	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.588.654,54	0,00	8.588.654,54	6.341.941,72	2.246.712,82	
4	DESPESA DE CAPITAL	7.434.818.840,04	12.129.743,93	7.446.948.583,97	4.505.681.934,86	2.941.266.649,11	
44	INVESTIMENTOS	6.348.217.489,77	12.129.743,93	6.360.347.233,70	3.475.765.085,85	2.884.582.147,85	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
44229300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	256.266.876,78	0,00	256.266.876,78	0,00
44404100	CONTRIBUIÇÕES	12.745.611,12	0,00	12.745.611,12	0,00
44404200	AUXÍLIOS	240.088.947,47	0,00	240.088.947,47	0,00
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.432.318,19	0,00	3.432.318,19	0,00
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00
44414200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	88.515.887,85	5.245.279,49	93.761.167,34	0,00
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	196.862,50	4.000.000,00	4.196.862,50	0,00
44504100	CONTRIBUIÇÕES	2.136.945,00	1.245.279,49	3.382.224,49	0,00
44504200	AUXÍLIOS	60.827.437,35	0,00	60.827.437,35	0,00
44504700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	18.064.147,00	0,00	18.064.147,00	0,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.290.496,00	0,00	7.290.496,00	0,00
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	6.001.879.948,00	6.884.464,44	6.008.764.412,44	0,00
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00
44901400	DIÁRIA-CIVIL	62.118,22	0,00	62.118,22	0,00
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.848.000,00	21.546,11	2.869.546,11	0,00
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	16.368.242,96	10.000,00	16.378.242,96	0,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	81.371,27	0,00	81.371,27	0,00
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	117.302.428,82	0,00	117.302.428,82	0,00
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	738.142,46	0,00	738.142,46	0,00



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	625.654,54	0,00	625.654,54	0,00	625.654,54	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	354.550.428,01	0,00	354.550.428,01	248.067.140,74	106.483.287,27	
44904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44904200	AUXÍLIOS	22.500,00	0,00	22.500,00	0,00	22.500,00	
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	133.298.409,27	0,00	133.298.409,27	116.990.500,57	16.307.908,70	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	478.501,84	0,00	478.501,84	140.680,26	337.821,58	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.020.016.275,44	2.999.952,36	4.023.016.227,80	1.875.525.113,89	2.147.491.113,91	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	952.418.527,56	3.852.965,97	956.271.493,53	582.105.024,08	374.166.469,45	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	72.149.398,95	0,00	72.149.398,95	65.814.805,90	6.334.593,05	
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	109.884.819,27	0,00	109.884.819,27	63.085.916,12	46.798.903,15	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	110.844.899,95	0,00	110.844.899,95	99.389.287,09	11.455.612,86	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	110.185.229,44	0,00	110.185.229,44	94.856.130,59	15.329.098,85	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.549.777,14	0,00	1.549.777,14	1.505.113,73	44.663,41	
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.529.148,25	0,00	1.529.148,25	1.504.484,84	24.663,41	
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	628,89	0,00	628,89	628,89	0,00	
4493	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	484.804.514,91	0,00	484.804.514,91	434.100.868,47	50.703.646,44	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	484.804.514,91	0,00	484.804.514,91	434.100.868,47	50.703.646,44	
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	2.485.000,00	0,00	2.485.000,00	2.164.105,78	320.894,22	
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	222.308.818,87	0,00	222.308.818,87	172.071.116,65	50.237.702,22	
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	259.965.646,04	0,00	259.965.646,04	259.865.646,04	100.000,00	
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.050,00	0,00	35.050,00	0,00	35.050,00	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	601.796.835,36	0,00	601.796.835,36	595.815.980,54	5.980.854,82	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	601.796.835,36	0,00	601.796.835,36	595.815.980,54	5.980.854,82	
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	601.796.835,36	0,00	601.796.835,36	595.815.980,54	5.980.854,82	
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00	0,00	2.325.279,00

**Total Geral:** 25.302.833.093,35      32.201.625,15      25.335.034.718,50      21.783.515.154,38      3.551.519.564,12



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	625.431.652,16	0,00	550.116.124,25	75.315.527,91
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	105.007.143,90	0,00	105.007.143,90	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	435.295.544,39	0,00	435.295.544,39
<b>SUBTOTAL</b>	<b>730.438.796,06</b>	<b>435.295.544,39</b>	<b>655.123.268,15</b>	<b>510.611.072,30</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	161.826.720,74	0,00	160.352.851,34	1.473.869,40
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.380.671,53	0,00	2.380.671,53	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	109.508.661,76	0,00	109.508.661,76
<b>SUBTOTAL</b>	<b>164.207.392,27</b>	<b>109.508.661,76</b>	<b>162.733.522,87</b>	<b>110.982.531,16</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	302.707.510,43	7.985.852.647,33	7.778.387.976,06	510.172.181,70
<b>SUBTOTAL</b>	<b>302.707.510,43</b>	<b>7.985.852.647,33</b>	<b>7.778.387.976,06</b>	<b>510.172.181,70</b>
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total:</b>	<b>1.197.353.698,76</b>	<b>8.530.656.853,48</b>	<b>8.596.244.767,08</b>	<b>1.131.765.785,16</b>



---

## RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

### VOLUME I

#### - Poder Legislativo

- Assembléia Legislativa
- Tribunal de Contas do Estado
- Tribunal de Contas dos Municípios

#### - Poder Judiciário

- Tribunal de Justiça

#### - Ministério Público

- Procuradoria-Geral da Justiça - PGJ

#### - Poder Executivo

- Defensoria Pública Geral - DPGE
- Secretaria da Infra-Estrutura - SEINFRA
- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
  - Polícia Civil
  - Polícia Militar
  - Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
  - Perícia Forense do Estado do Ceará
  - Academia Estadual de Segurança Pública
- Gabinete do Governador
- Gabinete do Vice-Governador
- Procuradoria Geral do Estado - PGE
- Casa Militar
- Conselho Estadual de Educação
- Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS



- Secretaria da Fazenda - SEFAZ
  - Encargos Gerais do Estado
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
- Secretaria da Educação - SEDUC
  - Centro de Educação à Distância do Estado do Ceará - CED
- Secretaria da Saúde - SESA
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
- Casa Civil
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE
- Secretaria do Turismo - SETUR
- Controladoria e Ouvidoria Geral - CGE
- Secretaria do Esporte - SEJUV
- Secretaria das Cidades
- Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
  - Escola de Gestão Pública
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE
- Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM
- Secretaria da Pesca e Aquicultura - SPA
- Secretaria Especial de Grandes Eventos Esportivos
- Controladoria Geral da Disciplina



---

## **RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

### **VOLUME II**

#### **- Poder Executivo**

#### **AUTARQUIAS**

- Departamento de Edificações e Rodovias - DER
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE
- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC
- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI
- Escola de Saúde Pública - ESP
- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA
- Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI
- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

#### **FUNDAÇÕES**

- Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC
- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE
- Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA
- Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME
- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC



## **FUNDOS**

- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP
- Fundo de Defesa Social - FDS
- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC
- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE - FUNPECEPGE
- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF
- Fundo Estadual de Desenvolvimento de Defesa da Agropecuária - FUNDEAGRO
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
- Fundo Estadual de Saúde - FUNDES
- Fundo Estadual da Cultura - FEC
- Fundo de Inovação Tecnológica - FIT
- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude - FUNDEJ
- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS
- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA
- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato - FUNDART
- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FCE
- Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI
- Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES
- Fundo Financeiro da Previdência - FUNAPREV
- Fundo Financeiro da Previdência Militar - PREVMILITAR
- Fundo Previdenciário - PREVID

## **EMPRESAS PÚBLICAS**

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE



---

---

### **SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

- Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
- Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS
- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
- Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARAPORTOS
- Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA
- Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE
- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH
- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
- Zona de Processamento de Exportação do Pecém S/A -ZPE-CE

#### **- Poder Legislativo**

##### **FUNDO**

- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP

#### **- Poder Judiciário**

##### **FUNDO**

- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG

#### **- Ministério Público**

##### **FUNDO**

- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID



- Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público - FESMP/PGJ
- Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT/PGJ



**RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - TESOURO**

<b>CÓDIGO FONTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SIT.</b>
00	RECURSOS ORDINARIOS	1
01	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1
02	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1
08	RECURSOS DE PRIVATIZAÇÕES	1
10	REC PROVENIENTES DO FECOP	1
11	COTA P CONTR INTERV NO DOMINIO ECON	1
12	ALIENAÇÃO DE BENS	1
15	RECURSOS PROVENIENTES DE DEP JUDICIAIS - PIMPJ	1
16	MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	1
17	RECURSOS PROVENIENTES DO FET	1
18	RECURSOS PROVENIENTES DO FDS	1
19	RECURSOS PROVENIENTES DO FEMA	1
40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAO CONDICIONADA - SWAP	1
41	OPERAÇÕES DE CRED LEI 9.846 DE 26.10.99 FUNDEF	1
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PEF	1
44	INDENIZ PELA EXT DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
45	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES	1
46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1
47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1
52	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
53	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PROIINVEST	1
55	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNB	1
57	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - KFW	1
58	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BIRD	1
59	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BID	1
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	1
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -	1



---

---

	TESOURO/CAF	
67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW	1
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST	1
69	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
76	RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
96	RECURSOS DO OGU PAC/PPI	1

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 1 = Administração Direta e Indireta



**RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - TODAS AS FONTES**

<b>CÓDIGO FONTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SIT.</b>
00	RECURSOS ORDINARIOS	1
01	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1
02	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1
07	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0
08	RECURSOS DE PRIVATIZAÇÕES	1
10	RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1
11	COTA P CONTR INTERV NO DOMINIO ECON	1
12	ALIENAÇÃO DE BENS	1
15	RECURSOS PROVENIENTES DE DEP JUDICIAIS - PIMPJ	1
16	MEDIDA COMPENSATÓRIA AMBIENTAL	1
17	RECURSOS PROVENIENTES DO FET	1
18	RECURSOS PROVENIENTES DO FDS	1
19	RECURSOS PROVENIENTES DO FEMA	1
40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAO CONDICIONADA - SWAP	1
41	OPERAÇÕES DE CRED LEI 9.846 DE 26.10.99 FUNDEF	1
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PEF	1
44	INDENIZ PELA EXT DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
45	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES	1
46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1
47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1
51	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0
52	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
53	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PROINVEST	1
54	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - TESOURO/BB	0
55	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNB	1
56	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - CEF	0
57	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - KFW	1
58	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BIRD	1
59	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BID	1
63	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA TESOURO EX-IM	0
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	1
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW	1
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST	1



69	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
80	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS ADM DIRETA	0
82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS ADM DIRETA	0
84	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS ADM DIRETA	0
86	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS ADM DIRETA	0
88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS ADM DIRETA	0
90	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS PROG PAHD ADM DIRETA	0
94	RECURSOS APLICADOS PELO SETOR PRIVADO	0
96	RECURSOS DO OGU PAC/PPI	1

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta

Situação 1 = Administração Direta e Indireta



## RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - OUTRAS FONTES

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
03	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2
04	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2
05	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2
06	RECURSOS PROV CONTRIB PATRONAL PARLAMENTAR	2
15	DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	2
29	REC ARRECADADOS NA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	2
50	RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	2
70	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2
71	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS OUTRAS FONTES	2
72	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - OUTRAS FONTES	2
79	TANSFERÊNCIA AO FUNDO DE DEFESA CIVIL - FDCC	2
81	CONV COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS ADM INDIRETA	2
83	CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS ADM INDIRETA	2
85	CONV COM ÓRGÃOS ESTADUAIS ADM INDIRETA	2
87	CONVÊNIO COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS ADM INDIRETA	2
89	CONVÊNIO COM ÓRGÃOS PRIVADOS ADM INDIRETA	2
91	RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	2
92	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	2
93	CONVÊNIO COM ÓRGÃOS ESTADUAIS SANEAR 2	2
95	RECURSOS PROVENIENTES AUMENTO DE CAPITAL TESOIRO	2

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 2 = Administração Indireta